



Antíteses

Revista do Programa de Pós-graduação em História Social



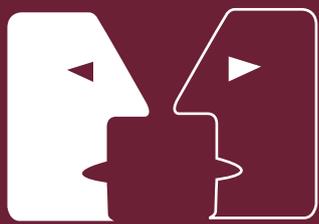
Dossiê

Histórias das florestas e florestas nas estórias e memórias: diálogos entre passado, presente e futuro

31



ISSN: 1984-3356 Vol. 16, n. 31, jan-jun, 2023



Antíteses

Revista do Programa de Pós-graduação em História Social

31

Jan-Jun, 2023



Reitora

Marta Regina Gimenez Favaro

Vice-reitor

Airton José Petris

**Pró-reitor de Pesquisa e
Pós-graduação**

Silvia Márcia Ferreira Meletti

**Centro de Letras e
Ciências Humanas**

Diretora

Laura Brandini

Departamento de História

Chefe

Célia Regina da Silveira

**Programa de
Pós-graduação em
História Social**

Coordenador

Cláudio DeNipoti

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Antíteses / Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. - Programa de Pós-Graduação em História. Londrina, PR.

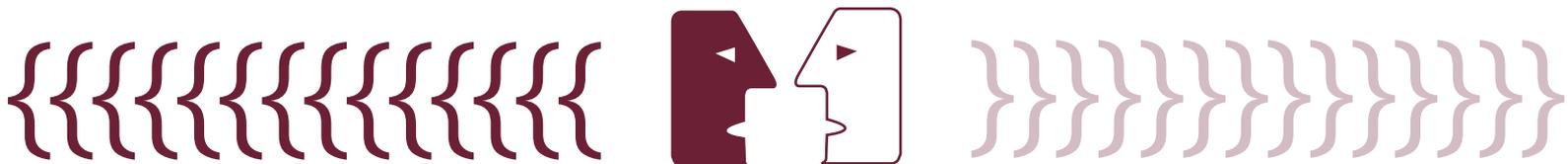
Vol. 16, n. 31, Jan-Jun / 2023 Semestral

ISSN 1984-3356

1- Ciências Humanas – Periódicos. 2- História Periódicos.

I. Universidade. II. Estadual de Londrina. III. Centro de Letras e Ciências Humanas.

IV. Departamento de História. V. Programa de Pós-Graduação em História.



A revista Antíteses é um periódico semestral eletrônico on-line em Open Access , no sistema ahead of print e volume fechado, do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina. Publica, após processo de avaliação entre pares, contribuições multidisciplinares inéditas a partir da perspectiva histórica nos idiomas português, espanhol e inglês.

Site

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>

E-mail

antiteses@uel.br

Endereço para correspondência

Universidade Estadual de Londrina CLCH – Departamento de História Caixa Postal nº 6001 CEP 86051-990 Londrina – Paraná

ISSN: 1984-3356

Capa

A Floresta Brasileira, Charles-Othon-Jean-Baptiste, Conde de Clarac(1777-1847), - gravura em metal. 71 x 88 cm. ca 1822. Acervo Fundação Museu Castro Maya-RJ.

Editor

Lukas Gabriel Grzybowski

Comitê Editorial

Caio Pedrosa da Silva
Carolina Amaral Aguiar
Dora Shellard Correa
Mariana Oliveira Arantes

Preparação de originais e revisão de textos

Equipe Antíteses

Projeto gráfico e Diagramação

Marília Diogo
Raquel de Medeiros Deliberador

31

Jan-Jun, 2023



Conselho Consultivo Externo

UFSC	Alexandre Busko Valim
UFOP	Álvaro de Araújo Antunes
UAM-México	Álvaro Vázquez Mantecón
UFMT	Carlile Lanzieri Junior
UFRGS	Caroline Bauer
UNL-Portugal	Cristina Joanaz de Mello
UFPE	Diogo Arruda Carneiro da Cunha
USACH-Chile	Elisabet Prudent Soto
UFCE	Euripedes Antonio Funes
UNNE-Argentina	Fernando Ruchesi
UFRN	Francisco das Chagas F. Santiago Júnior
UFRGS	Igor Salomão Teixeira
UNB	Jonas Pegoraro
UNICAMP	José Alves Freitas Neto
UGM-Chile	José Manuel Cerda Costabal
USP	Júlio César Magalhães de Oliveira
USP	Marcos Napolitano
SUNY-EUA	Paula Halperín
UFG UEG PUC-Goiás	Renata C. S. Nascimento
UFPR	Renata Senna Garraffoni
UEM	Sidnei Munhoz

31

Jan-Jun, 2023



Conselho Consultivo: v.16, n.31

UNIFESP	Mariana Martins Villaça
UFSJ	Pedro Demenech
UNESPAR	Naiara Krachensk
Temple University	Pablo Vila
UFOP	Mateus Fávaro Reis
University of British Columbia	Jessica Stites Mor
UFABC	Diego Araujo Azzi
University of Denver	Aaron Schneider
Unila	Tereza Spyer
UFR	Elenita Malta Pereira
UFPR	Pedro Plaza Pinto
Universidad Nacional de Cuyo	Maria Marcela Aranda
UEM	Luis Felipe Viel Moreira
UFVJM	Luciana Lopes dos Santos
UnB	Claudia Costa Brochado
UFSC	Tissiano Silveira
UFPA	Wesley Oliveira Kettle
Unicentro	Jó Klanovicz
UFPE	Paulo Julião da Silva
UFF	Rodrigo Ayupe Bueno da Cruz
UFG	Alexandre Martins de Araújo
UERJ	Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack
UFRN	Filipe Menezes Soares

31

Jan-Jun, 2023



Conselho Consultivo: v.16, n.31

UNESP	Cassia Natanie Peguim
USP	Renan Reis Fonseca
UFG	Ivan Lima Gomes
USCS	Roberto Elísio dos Santos
INSA	Igor Luis Andreo
UEMG	Thiago Fidelis
UFG	José Josias Freire Junior
UECE	João Emiliano Fortaleza de Aquino
UFPA	Carlos Leandro Esteves
UFG	Jiani Fernando Langaro
Unila	Paulo Renato da Silva
MASP	Mariana Oliveira Arantes
ABPHE	Fabio Farias de Moraes
SEESP	Carlos Alberto Menarin

Aporte técnico

Biblioteca Digital:
Elaine Cristina de Souza Silva Arvelino
Diretora

Divisão de Referência:
Vilma Feliciano
Bibliotecária

31

Jan-Jun, 2023

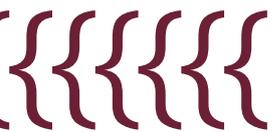


Indexação

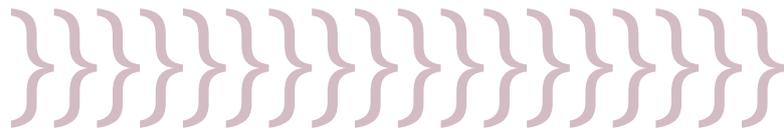
BASE (Alemanha)
Crossref (Reino Unido)
Diadorim (Brasil)
Dialnet (Espanha)
DOAJ (Suécia)
ERIH PLUS (Noruega)
Emerging Sources Citation Index
EZB (Alemanha)
Google Scholar (Estados Unidos)
Keepers (Reino Unido)
Latindex 2.0 (México)
RCAAP (Portugal)
ROAD (Unesco)
Sumários de Revistas Brasileiras (Brasil)
WorldCat (Estados Unidos)

31

Jan-Jun, 2023



Sumário



Dossiê

- pág. 013* As florestas entre mitos, sonhos e a realidade: Introdução do dossiê
Gilmar Arruda, Roger Colácios e Cristina Joanaz de Melo
- pág. 025* As florestas como sujeito e o terricídio: uma semiologia epistemológica a partir do pensamento ameríndio
Fernando Bagiotto Botton
- pág. 059* Os povos da floresta na produção do espaço e da sustentabilidade na Amazônia: o caso do território do Médio Juruá – Carauari/AM
David Franklin da Silva Guimarães, Monica Alves Vasconcelos, Andreza Gomes Weil e Tatiana Schor
- pág. 087* Santuário de guerrilheiros: A floresta como espaço da guerra nos anos da Ditadura Militar
Daniel Faria
- pág. 114* “Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele”: Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio
Marina Haizenreder Ertzogue
- pág. 143* A floresta no espaço Cristão Ibérico medieval: uma provocação para o debate atual
Adriana Vidotte e Adailson José Rui
- pág. 172* Projetando a Amazônia: desenvolvimentismo e ecologia no cinema experimental brasileiro dos anos 1970
Marina Bedran

Sociedades Científicas

- pág. 202* Introdução - “Narrativas do Sul Global”
Ulrich Mücke
- pág. 215* Revolução a partir das margens: narrativas da Nova Esquerda uruguaia sobre a República Popular da China (1950s-1960s)
Thiago Henrique Oliveira Prates
- pág. 251* Oprimido, resistente e revolucionário: o Terceiro Mundo representado na gráfica da OSPAAAL
Natália Ayo Schmiedecke
- pág. 292* Narrativas de ordem global e reordenação do Sul Global
Mohammadbagher Forough, Khalil Dahbi, Alex Waterman e Eckart Woertz
- pág. 326* Sobre a longevidade da estereotipagem visual colonial e sua influência nos debates sociais e de identidade do século XXI
Diana Miryong Natermann



Artigos

- pág. 354* A articulação entre o governador Mauro Borges e o programa estadunidense Ponto IV no desmantelamento da luta pela terra em Goiás 1961/62
Carlos Alberto Vieira Borba
- pág. 380* Por uma história materialista: notas esparsas sobre Benjamin
Anita Helena Schlesener
- pág. 397* HQ-História: as relações da HQ como agente histórico, meio de representação da História e objeto histórico
José D'Assunção Barros
- pág. 428* Inmigración, analfabetismo y escolarización común en el departamento Villaguay, Entre ríos (1895-1914)
Ana María Ferreyra e Janet Priscila Cian
- pág. 460* Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos indígenas no filme Rio Escondido (1947), de Emílio Fernández
Andréa Helena Puydinger De Fazio
- pág. 497* A relação das obras médicas e cirúrgicas do doutor Canto e Mello (Brasil, século XIX)
Amanda Peruchi
- pág. 525* La expansión del campo artístico argentino en la década de 1930. Operaciones y prácticas al “interior” del país
Patricia Basualdo

Tradução

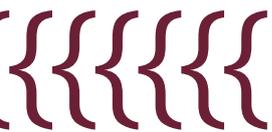
- pág. 553* “Há uma Crise da Verdade?”
Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva, Gabriel Kenzo Rodrigues e Francisco Rômulo Monte Ferreira

Primeiros Passos

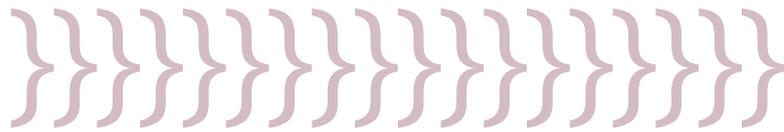
- pág. 578* “A democracia vem aí. Sorria!”: memórias sobre o AI-5 e perspectivas democráticas no estado do Paraná
Lucas Alves da Silva

Resenha

- pág. 610* A historicidade do “IV Reich”: os usos do conceito desde a Alemanha nazista até os dias de hoje
Marcos Eduardo Meinerz



Summary



Dossier

- p. 013* The forests between myths, dreams and reality: Introduction to the dossier
Gilmar Arruda, Roger Colácios e Cristina Joanaz de Melo
- p. 025* Forests as subject and *terricidio*: an epistemological semiology from the amerindian thought
Fernando Bagiotto Botton
- p. 059* The forest peoples in the production of space and sustainability in the Amazon: the case of the Médio Juruá Territory - Carauari/AM
David Franklin da Silva Guimarães, Monica Alves Vasconcelos, Andreza Gomes Weil e Tatiana Schor
- p. 087* Sanctuary of guerrillas: The forest as a space of war in the years of the Military Dictatorship
Daniel Faria
- p. 114* “No tree in God’s garden was as beautiful as him”: Religious tourism and extinction of the Lebanon’s cedar forest in accounts by Protestant missionaries in the Middle East
Marina Haizenreder Ertzogue
- p. 143* The forest in the medieval Iberian Christian space: a provocation for the current debate
Adriana Vidotte e Adailson José Rui
- p. 172* Projecting Amazonia: developmentalism and ecology in Brazilian experimental cinema of the 1970s
Marina Bedran

Scientific Societies

- p. 202* Introduction - “Narratives of the Global South”
Ulrich Mücke
- p. 215* Revolution from the margins: Uruguayan New Left narratives on the People’s Republic of China (1950s-1960s)
Thiago Henrique Oliveira Prates
- p. 251* Oppressed, Resistant, and Revolutionary: The Third World as Designed in the OSPAAAL Graphic Art
Natália Ayo Schmiedecke
- p. 292* Narratives of Global Order and Re-Ordering from the Global South
Mohammadbagher Forough, Khalil Dahbi, Alex Waterman e Eckart Woertz
- p. 326* On the longevity of visual colonial stereotyping and its influence on twenty-first-century societal and identity debates
Diana Miryong Natermann



Articles

- p. 354* The linkage between governor Mauro Borges and the US Point Four Program in the decommissioning of the land grabbers in Goiás 1961/62
Carlos Alberto Vieira Borba
- p. 380* For a materialist history: scattered notes on Benjamin
Anita Helena Schlesener
- p. 397* HQ-History: the relations of comics as historical agent, a medium for representing History, and a historical object
José D'Assunção Barros
- p. 428* Inmigración, analfabetismo y escolarización común en el departamento Villaguay, Entre ríos (1895-1914)
Ana María Ferreyra e Janet Priscila Cian
- p. 460* Cultural nationalism and indigenism in Mexican murals and screens: reflections on the representations of indigenous people in the film *Rio Escondido* (1947), by Emílio Fernández
Andréa Helena Puydinger De Fazio
- p. 497* The list of medical and surgical works by doctor Canto e Mello (Brazil, 19th century)
Amanda Peruchi
- p. 525* The expansion of the Argentine artistic field in the 1930s: Operations and practices within the country's "interior"
Patricia Basualdo

Translation

- p. 553* Is There a Crisis of Truth?
Luiz Cambráia Karat Gouvêa da Silva, Gabriel Kenzo Rodrigues e Francisco Rômulo Monte Ferreira

First Steps

- p. 578* "Democracy is coming. Smile!": memories about the AI-5 and democratic perspectives in the state of Paraná
Lucas Alves da Silva

Review

- p. 610* La historicidad del "IV Reich": los usos del concepto desde la Alemania nazi hasta nuestros días
Marcos Eduardo Meinerz

As florestas entre mitos,
sonhos e a realidade:
Introdução do dossiê

The forests between
myths, dreams and reality:
Introduction to the dossier

Gilmar Arruda¹
Roger Colacios²
Cristina Joanaz de Melo³



As florestas sempre representaram um mistério para os humanos. Como definir o que é uma floresta? um conjunto de árvores, vegetais, animais, insetos, águas? Um lugar impenetrável, misterioso, ameaçador, refúgio e perdição? Humanos e não humanos possuem uma longuíssima história em conjunto, para além dos marcos temporais do holoceno, tendo as florestas como um dos centros destas interações.

Muitos homens e mulheres ao longo dos séculos tentaram defini-las, explicá-las, pintá-las. Algumas delas, como as florestas úmidas ao sul do equador, devido a diversidade ecológica tornaram-se um desafio insuperável para artistas e cientistas europeus. No século XIX, um artista francês, Claude Francois Fortier, Conde de Clarac, tendo vindo ao Brasil a convite do então Rei D. João VI, produziu a gravura que compõe a capa do presente número dessa revista. Foi uma das tentativas de pintar a floresta, hoje conhecida como “floresta atlântica”, assim como também fez John Martin Rugendas, outro artista europeu que estava no Brasil no mesmo período.

Examinemos um pouco a gravura de Conde de Clarac, a "Floresta Brasileira", pois nela podem ser encontrados alguns, pode-se dizer arquétipos, que terão longa vida e expansão pelo mundo até a atualidade. Na gravura, a composição principal contém a mata, um riacho e quatro indígenas, dois homens, uma mulher e uma criança. A vegetação variada, árvores, taquaras, samambaias e arbustos ocupam todo o quadro. Suas cores são em tons de verde, verde-amarelado tornando-se marrons no segundo plano da gravura, no interior da floresta e no lado direito, oposto à incidência da luz. O riacho que surge no meio da gravura, vindo do centro da floresta, despenca numa pequena cachoeira e sai pela parte direita inferior, quase encoberta pela vegetação. Sua cor é clara, bastante luminosa. Três dos indígenas, um homem, a mulher e a criança, estão atravessando o riacho por um tronco colocado sobre o mesmo. O homem indica o caminho, a mulher carrega a criança e está vestida com um manto vermelho. O outro indígena está, na margem esquerda do riacho, com seu arco pronto para atirar uma flecha em direção a um alvo não visível, uma provável caça.

A luz penetra na floresta pelo lado esquerdo, vinda do alto e atingindo diretamente o riacho e os indígenas. Isto cria um efeito de água límpida, pura e transparente correndo pelo interior da mata densa. Esta luz vai diminuindo gradualmente a medida em que se aproxima da direita do quadro, criando tons amarelados e que tendem gradualmente ao marrom escuro. O fundo da floresta é totalmente escuro, não se distingue nenhuma forma.

Os indígenas aparecem em atitude natural, estão à vontade no seu meio.



Sabem onde pisam e por onde caminham. A naturalidade com que caminham sobre o tronco feito uma passarela, uma pequena ponte, demonstra isso. A cor da pele dos indígenas torna-os indiferenciáveis na vegetação. Homens e vegetais são indistinguíveis para o artista europeu no objeto que se queria retratar, a floresta úmida tropical. De certa maneira, inicia-se assim uma forma de ver, ou melhor, de não ver os humanos que ocupavam e ocupam a floresta nos tempos vindouros.

Embora, os indígenas estejam representados como naturalmente em seu meio, a desproporção do tamanho dos mesmos e da vegetação é intrigante. Por serem humanos, apesar de compreendidos como selvagens, ou naturais, o artista parece querer demonstrar com essa desproporção a sua própria sensação de insignificância diante da natureza e da floresta. Não se pode esquecer sua origem europeia.

A relação entre as luzes e a escuridão do fundo da gravura é o contraste entre o conhecido e o desconhecido da natureza tropical. A floresta tropical contém mistérios escondidos em suas profundezas, as quais, naquele momento, não podiam pelos que ali estavam tentando retratá-las, ser alcançadas, visualizadas e descritas. As profundezas representavam a escuridão, continham ameaças para os "ilustrados" artistas da Missão Francesa.

A floresta é representada por uma atmosfera densa, de pouca luz, pouco ar e movimento. Seu fundo totalmente escuro é pesado, uma incógnita para o artista europeu, chegado recentemente ao Brasil. O pintor sofre o impacto da natureza tropical. Num primeiro plano as imagens de exuberância, majestosa. Seus habitantes são como bons selvagens, como Adão e Eva no paraíso antes da sua expulsão. Mas, a escuridão do fundo aponta para um outro lado, o inexplicável, o desconhecido, a ausência de civilização, aquilo que precisa ser nomeado e reconhecido. Ecos dessa forma de ver as florestas tropicais úmidas podem ser encontrados atualmente.

É também uma representação atemporal e sem localização possível. É muito mais o retrato do imaginário de floresta que o artista possuía, do que um espaço datável e determinado. Pode ser qualquer floresta e, ao mesmo tempo nenhuma, pois ela não existe. Ali está expresso o desejo de se representar aquilo que era visto como um enigma ameaçador. Não foi unicamente o artista europeu no século XIX que se lançou no desafio de retratar as florestas úmidas ao sul do equador. Outros chegaram mesmo a considerar que seria uma tarefa além das suas habilidades artísticas. Um dos mais conhecidos no Brasil, Rugendas,⁴ considerava impossível pintar a floresta:



As florestas nativas constituem a parte mais interessante das paisagens do Brasil; mas também a menos suscetível de descrição. Em vão procuraria o artista um posto de observação nessas florestas em que o olhar não penetra além de poucos passos; as leis de sua arte não lhe permitem exprimir com inteira fidelidade as variedades inumeráveis das formas e das cores da vegetação de que ele se vê envolvido. É igualmente impossível suprir a essa falha por meio de descrição e muito erraria quem imaginasse conseguiu-lo através de uma nomenclatura completa ou de uma repetição freqüente de epítetos ininteligíveis ou demasiado vagos. O escritor vê-se manietado pelas regras sãs da razão, e pela teoria do belo, dentro de limites tão estreitos quanto os do próprio pintor e a que é dado somente o naturalista transpor.

Impossível exprimir a floresta com fidelidade seguindo as leis do artista, apesar das inúmeras, infinitas perspectivas que poderia adotar. Entre a opção do artista e o objeto a ser retratado, algo estava fadado a escapar ao pintor. Esse algo era exatamente o que a floresta representava para o artista, o que não estava no objeto, mas no olhar. Por mais que o artista tentasse, com pretensões realistas, a realidade lhe fugia pelos dedos. Na impossibilidade de exprimir a floresta, o pintor deixa a tarefa para o naturalista com os seus critérios de classificação e ordenação das coisas de forma "científica".

Entretanto, lá está Humboldt⁵ elogiando o trabalho de um artista, a "Floresta Brasileira", a gravura de Clarac, como sendo a mais fiel representação da "natureza tropical". Não diferia, portanto, o que o artista e o naturalista pensavam sobre a floresta ou, de forma mais ampla, da própria natureza tropical.

Dois séculos se passaram desde as imagens produzidas pelos artistas da Missão Francesa sobre as florestas brasileiras. Desde então pode-se afirmar que o mistério, a atração, o espanto, a curiosidade, o desejo de explicar e entender tudo que a compõe continuam com intensidade igual, mas, agora acrescidos de novos componentes. Se antes tratava-se de conhecer para usufruir, apropriar-se para usar como recurso econômico, mercadorias, agora é necessário impedir que a toquem para que ela possa nos salvar. Agora são florestas da geopolítica climática globalizada; ao mesmo tempo consideradas como pulmão ou chaminé do mundo, dependendo do lugar da emissão e do emissor do discurso. Lugar de mega biodiversidade, povos tradicionais, sob as árvores e suas raízes imensas jazidas de minerais de todos os tipos repousariam escondidas, pois as



florestas não permitem que sejam usufruídas, exploradas. A escuridão do fundo da gravura de Clarac ecoa aqui. Se para aquele artista o desafio era retratá-la, atualmente são disputadas por todo planeta pelos seus signos e significados. Usadas, investigadas, exploradas, queimadas, replantadas, adoradas, narradas, pintadas e temidas.

De fato, a centralidade do tema florestas em discursos sobre estes grandes universos lenhosos no planeta, não parece focar todas as florestas do mundo, em todas as latitudes e longitudes, mas mais uma vez, ou sempre, exalta as florestas úmidas, que se tornaram esperança e ameaça para a sobrevivência da espécie humana. Mas, pode-se considerar que em todas as latitudes e longitudes que possuem massas verdes florestais produtoras de oxigênio, também seriam suporte de habitats naturais e garantias de sistemas de suporte da vida. Então, o que se questiona é o porquê, o que teria as florestas úmidas de especial, pois, é perceptível que as florestas naquelas outras latitudes carecem da atenção de serem consideradas jóias da humanidade. Elas não fariam falta á vida no globo? Nicholas Agar (2015), numa lógica *ecocêntrica* de reflexão, propõe que a natureza teria valor *ad anteriori* ao seu reconhecimento pelo ser humano; então se toda a natureza teria valor *de per se*, os territórios que a suportam também, independentemente das latitudes e longitudes.

Pelo menos a partir do século XIX as florestas também foram palcos de outras reflexões. Por exemplo na literatura que toma os Oitocentos como temporalidade e que narra a floresta úmida na África, Índia ou Malásia, verificamos que os heróis de tais narrativas como Tarzan (Burroughs)⁶, Mogli⁷ (Kipling) ou Sandokan (Salgari) registram um tempo de reencontro do homem com a natureza floresta-abrigo-esconderijo-pureza- liberdade, onde o herói ou é nativo ou se converte à natureza, mas o invasor é uma forma exógena humana em contexto de domínio ilegítimo, naqueles casos referindo-se ao império Britânico vitoriano.

Aparentemente, o registro pós Humboldtiano e Darwiniano, pictórico e literário, desperta múltiplas escalas e chaves de leitura sobre uma tipologia de florestas que por várias razões perdurou no subconsciente ou consciente humano como zonas especiais que valeria a pena preservar. O que pode se depreender de documentos de instituições internacionais e multilaterais, surgidos após a segunda guerra mundial, em especial nas instancias da ONU, é quase uma tipologia de florestas que ganhou foros de monumento vital para humanidade, não apenas pelas conferências ambientais globais, mas por movimentos ambientais e mais recentemente por discursos políticos orientados para travar



a degradação ambiental e ao resgate ecológico: são as florestas tropicais/úmidas. No contexto pós-guerramundial (1939-45) e sequente esboroar de impérios coloniais europeus, a salvaguarda de determinadas áreas do planeta previamente exploradas comercialmente poder-se-ia entender, mas oitenta anos mais tarde, o que significa esse mesmo alvo de interesse e preocupação?

As ciências vêm se dedicando aos estudos sobre florestas há pelo menos 200 anos. São pesquisas que procuraram esmiuçar cada fragmento, pedaço, componente, desta ideia que é tão complexa e ainda tão indefinida. Cientistas como, Pinchot e Muir, nos EUA do século XIX, procuraram determinar o que é uma floresta a partir de seus limites, usos e possibilidade de manutenção e conservação. O movimento ambiental, criado a partir destas classificações, já nas primeiras décadas do século XX, entendeu as florestas, enquanto um microcosmos de todo mundo natural, como espaços de fruição e lazer. Já o mesmo movimento, nos anos 1960 em diante, agora politizado, a partir dos estudos de Rachel Carson, Barry Commoner e outros cientistas, perceberam as florestas, especialmente sua diminuição em termos de desflorestamento, como um sintoma da sociedade de consumo do capitalismo predatório. Um espaço, político, social, científico, entendido como a salvação do mundo, de reversão das mudanças climáticas, de revitalização da biodiversidade, os pulmões do planeta.

A História Ambiental também fez sua parte. Desde a História Florestal oriunda da historiografia alemã até mais recentemente com pesquisas sobre as florestas enquanto sintoma de uma história do meio ambiente eivada pelas sendas da destruição, a historiografia ambiental tem um olhar atento para estes lugares/não-lugares. A lista de pesquisadores envolvidos, ou que tomaram as florestas como objeto de estudo é ampla e seria impossível mencioná-los a contento. Mas pode-se referenciar dois autores que em uma chave ampla exemplifica o alcance e variedade das reflexões. Simon Schama (1996), “Paisagem e Memória”, coloca as paisagens florestais como elemento simbólico da constituição da memória histórica, já Warren Dean (1997), em “A Ferro e Fogo” traz a Mata Atlântica, como um ator histórico, mostrando para os historiadores que a natureza não é mera paisagem artística, nem suporte da ação colonizadora.

Assim, no contexto de certa reposição das representações globais sobre as florestas e seus usos e disputas, tivemos como objetivo desse presente dossiê tentar ampliar a reflexão sobre essas representações para além dos exemplos nacionais e mesmo do paradigma de desenvolvimento ainda assente no PIB – GDP (Produto Interno Bruto) dado que a natureza de suas dinâmicas, das



florestas na natureza, não conhece delimitações políticas ou mesmo culturais. Aqui procuramos dar um passo adiante na historiografia sobre as florestas. Os textos publicados veem de encontro com a ideia de uma outra relação entre sociedade e natureza. Uma perspectiva que contraria o sintoma da relação negativa, de destruição. Mas aquela que indica o caminho das interações sicionaturais, de compreensão e autorrespeito, de constituição da humanidade marcada pela sua parte natural. Assim, os artigos aqui reunidos expressam claramente a polifonia de significados presentes e pretéritos que envolvem as florestas.

Fernando Bagiotto Botton autor do artigo: **As florestas como sujeito e terricídio uma semiologia epistemológica a partir do pensamento ameríndio**, parte de uma crítica a uma denominada ingenuidade de uma historiografia que seria unicamente humana. Para o autor a história ambiental, já no início dos anos de 1970 colocaria em questão aquela ingenuidade, colocando em o homem, o tempo e aquilo que se convencionava chamar por natureza – não mais compreendida enquanto uma oposição dicotômica à cultura propriamente humana. Mas ainda assim, Fernando Bagiotto Botton, entende que seria necessário superar a perspectiva da natureza como um objeto de estudos, através de uma semiologia epistemológica ameríndia em que trata as florestas como sujeitos históricos, individualizados, nas relações e interações entre humanos, não-humanos e afins, remetendo, entre outros, a cosmologia Mapuche, que retrata a devastação, desflorestamento e demais ações humanas como um terricídio, o assassinato das florestas e do próprio planeta. A floresta, para o autor, deveria ser tomada como um “sujeito histórico ativo [...] produtor de conhecimentos, de significações e de comunicações, mesmo que não-simbólicas ou humanamente linguísticas.” Assim, o autor propõe conceito de “terricídio” formulado pela líder Mapuche Moira Millán (2020). Associando os *terricidas* ao *ecocídio* e o *epistemicídio*. O conceito de terricídio agregaria assim, dimensões físicas e espirituais de devastação dos ecossistemas, das sabedorias ancestrais e das múltiplas formas de comunicar-se intersubjetivamente com a floresta. O autor deixa evidente que sua proposta significaria, ou necessitaria, rupturas e continuidades na inteligibilidade historiográfica, apontando para a necessidade de se explicar não só os fenômenos humanos, mas de ‘estabelecerem formas de compreensão cooperativas com distintas epistemologias, sejam as Ciências da Terra, sejam os saberes ancestrais da floresta e de seus habitantes’

Os povos da floresta na produção do espaço e da sustentabilidade na Amazônia: o caso do território do Médio Juruá – Carauari/AM, escrito



por David Franklin da Silva Guimarães, Monica Alves Vasconcelos, Andreza Gomes Weil e Tatiana Schor, justificam a análise partindo do contexto da existência de crise climática global, na qual a conservação da floresta teria um importante papel para mitigar os efeitos do aquecimento global. As populações ali residentes, nominadas pelos autores como povos da floresta, presentes desde ao menos o primeiro ciclo da exploração da borracha no início do século XX, teriam desenvolvido relações com os recursos naturais que garantiriam a manutenção dos serviços ecossistêmicos da floresta e continuidade da forma tradicional de vida dessas comunidades. Essas populações desenvolveram, nas últimas décadas, experiências, organizações e ações concretas para administrar o território que ocupam, constituindo redes como forma de manutenção de seus territórios, resultando por exemplo nas Reservas Extrativistas (RESEX), no Conselho Nacional dos Seringueiros – atualmente denominado como Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) –, criado em 1985 no I Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia (CNS, 1985). Os autores denominam essas organizações como “governança socioambiental”, recuperando a trajetória histórica do processo de sua constituição, dos atores envolvidos e suas pautas, bem como disputas e conflitos na sua efetivação. Para os autores a ação daquelas populações que tinha como foco inicial proteção dos seringueiros e da floresta, atualmente poder-se-ia considerar como uma pela humanidade.

No artigo **Santuário de Guerrilheiros Santuário de guerrilheiros: A floresta como espaço da guerra nos anos da Ditadura Militar**, escrito por Daniel Faria, temos a análise das florestas como um espaço de resistência, operada por guerrilheiros em lugares tão distintos como o Brasil, a Bolívia e o Vietnã. Porém, o foco principal é sobre os símbolos emaranhados e conflituosos da floresta como um espaço social durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). O autor destaca primeiramente, o que de certa forma poder-se-ia dizer o que seria as origens desses símbolos, sobre a natureza e a floresta do Brasil, fazendo uma análise das ideias de um filósofo tcheco Vilém Flusser que esteve no Brasil entre 1941 e 1972 e do que seriam os “interpretes do Brasil”, entre outros, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha. Fluster seria um testemunho filosoficamente informado acerca das ideias sobre a floresta no Brasil dos anos 1970, em que a floresta tropical seria a mais selvagem das naturezas. Já para os “interpretes do Brasil” a floresta era sublime, a razão a controlaria ou os que tentassem dominá-la seriam aniquilados. Haveria ainda outras perspectivas, como Euclides da Cunha e Alberto Rangel, para os quais a floresta era povoada de vida social. Para o primeiro autor, a ideia da floresta de



símbolos remete a complexidade daquele espaço social, disputados inclusive em conflitos abertos e violentos. Portanto, a ação dos guerrilheiros e, também, dos militares no período já pressupunha uma leitura da floresta como espaço exótico, recoberto por ideias, imagens, uma tradição intelectual que a via como espaço-limite, sublime, obstáculo a ser conquistado e, para o bem ou para o mal, supostamente intocado pela História e pela Civilização. Seja no Vietnã, em Che Guevara ou na Guerrilha do Araguaia, a floresta foi palco de suas ações políticas, sociais e de incursão armada.

Em **“Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele”**: **Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio**, autoria de Marina Haizenreder Ertzogue, somos convidados pela autora a adentrar a floresta de Cedro do Líbano. Espaço sagrado, embora profanado pelo turismo religioso do século XIX, que foi responsável pela devastação e até mesmo o risco de extinção da espécie que dá nome a floresta. Em relatos de cronistas greco-romanos ou em passagens da bíblia a autora encontra evidências da extinção gradual, ou quase dessa floresta real e mítica, do *Cedrus libani*, que é uma conífera originária do Monte Líbano, aclimatada a temperaturas baixas. A autora busca com isto entender como se constituiu uma imagem destes cedros permeada tanto pela ciência quanto pela religião, através de escritos bíblicos e da presença de viajantes naturalistas neste espaço sagrado para os cristãos. Os primeiros relatos de uso dessas árvores pelos humanos, segundo o texto, podem ser encontrado no Antigo Testamento, já então a madeira do cedro era valorizada para a construção civil e a naval pois era considerada incorruptível à deterioração. No final do século XIX se contava apenas algumas dezenas de indivíduos dessa espécie com idade para serem consideradas “cedros de Salomão”. Embora, consagrada por religiões e registros em seus livros, a ciência acabou por questionar a mitologia por detrás dessa florestas. No século XIX, a expansão dos estudos botânicos, especialmente dos ingleses, colocou em xeque o mito que as árvores remanescentes seriam do período da construção templo de Salomão. Para a autora, a história dos cedros do Líbano é uma parte da história das florestas, de sua devastação, bem como das tentativas de preservação, fracassadas ou não.

Adriana Vidotte e Adaílson José Rui, autores do artigo **A floresta no espaço cristão ibérico medieval: uma provocação para o debate atual**, procuram a partir da compreensão de outras formas de estar no mundo, como a do mundo medieval, poderiam contribuir para pensar nas concepções e usos atuais sobre o mundo natural, em particular sobre as florestas. Os autores não propõem



que se retome às concepções medievais, mas que pensar na alteridade do que já foi poderia apontar soluções para nosso atual dilema humano. Os termos para designar a realidade natural, a floresta, já evidencia as diferenças e estranhamento em relação ao mundo medieval, pois bosque e monte remetem a mesma formação vegetal que atualmente definimos como floresta. Para Adriana Vidotte e Adailson José Rui, o estudo da floresta medieval deve partir da concepção do que seria a floresta no período, a qual seria parte e reflexo da Natureza criada por Deus. Ela, a natureza teria sido criada para satisfazer e salvar o homem. A floresta era amistosa, oferecendo ao homem beleza, alimentos e matérias-primas. Mas também era perigosa com suas plantas venenosas e animais selvagens ameaçando a vida humana. Segundo os autores, para o homem dos dias atuais, poder-se-ia, o homem urbano, seria difícil compreender a presença da floresta na vida cotidiana medieval. A floresta estaria muito presente e próxima dos homens medievais. Naquele contexto, a partir do sec. XI, os autores destacam uma mudança importante na compreensão da relação do homem com o meio ambiente, percepções e ideias, que seria o reconhecimento da ação humana nas alterações desejáveis, ou indesejáveis, sobre o mundo natural, o que justificaria a ampliação de leis e normas relacionadas ao bosque. Essas normas e costumes procuravam proteger e controlar a exploração de suas florestas. Concluem os autores que atualmente as demandas e discussões sobre conservação e mudanças climáticas envolvem uma percepção global da terra, enquanto as ações do período medieval, nas sociedades ibéricas medievais eram de carácter local.

Marina Bedran no artigo **Projetando a Amazônia: desenvolvimentismo e ecologia no cinema experimental brasileiro dos anos 1970**, analisa projeções imagéticas, filmes, sobre a floresta Amazônica brasileira no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tendo como pano de fundo o ideário nacional-desenvolvimentista instaurado nos governos de Vargas, o qual durante o período ditatorial irá encetar projetos grandiosos para a região, com o dístico integrar para não entregar. Entre esses projetos encontra-se a estrada Transamazônica. Nesse contexto Marina Bendran analisa três produções cinematográficas do período que tomaram a Amazônia como *locus* e objeto. Um documentário Glauber Rocha *Amazonas, Amazonas* (1965), o “documentário-ficção” de Jorge Bodanzky e Orlando Senna *Iracema, uma transa amazônica* (1974) e o documentário média-metragem *Jari* (1979), de Bodanzky e Wolf. Apesar do projeto estético e político revolucionário, Glauber reproduz e reforça a visão oficial da Amazônia, como vazia e subdesenvolvida, um lugar



que estava esperando o progresso para o desenvolvimento. Há que se destacar que a ideia de desenvolvimento da floresta não era estranha ao pensamento da esquerda. Já, para autora, *Iracema* e *Jari*, oferecem um contraponto à euforia desenvolvimentista, em um momento no qual a ideia de preservação e, mesmo o ambientalismo, eram ainda incipientes no Brasil e que teria o cinema, sobretudo o experimental, contribuído com resistência à lógica desenvolvimentista, criando formas diversas de se pensar a floresta e a projetando globalmente. As presença de José Lutzenberger, em *Jari*, e as cenas de queimadas, projetaram para o mundo, naquele momento, alguns dos temas que atualmente estão em pauta: preservação e destruição da floresta tropical.

Diante destes vários olhares, análises e perspectivas sobre as florestas convidamos os leitores a adentrarem nas profundezas florestais, nos espaços de mata fechada, de pouca luz, sombras e dúvidas. A gravura de Clarac dá o mote para este dossiê, mas os/as autores/as listadas acima, com seus artigos, nos levam à abertura de novas formas de ver e pensar a floresta e seus habitantes humanos e não humanos, jogando luz e nos tornando seres miméticos, acostumando o olhar para as sombras das profundezas das florestas, tornando mais nítido aquilo que não se consegue ver do lado de fora, ainda mais, talvez as percebendo como parte de nossas próprias vidas e cotidianos.

Bibliografia

AGAR, Nicholas. *The skeptical optimist: why technology isn't the answer to everything*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. 1997. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1997.115610>



Notas

¹Doutor em História. Professor aposentado Departamento de História/UEL. Membro do Programa Pós-Graduação em História/UEM.

²Doutor em História. Professor do Departamento de Fundamentos em Educação/Curso de Comunicação e Multimeios/Membro do Programa de Pós-Graduação em História/UEM.

³Doutora em História. Docente no Instituto de História Contemporânea/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa/Portugal.

⁴Johann Moritz Rugendas (Augsburgo, 29 de março de 1802 – Weilheim an der Teck, 29 de maio de 1858) foi um pintor alemão. Em 1822, aos 19 anos de idade, acompanhou a expedição do Barão Georg Heinrich von Langsdorff ao Brasil, que se iniciaria propriamente em 1824. Publicando em 1835, em Paris, seu célebre trabalho *Malerische Reise in Brasilien* (Viagem Pitoresca Através do Brasil).

⁵Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander von Humboldt (ou *Frederico Guilherme Henrique Alexandre*), o barão de Humboldt (Berlim, 14 de setembro de 1769 – 6 de maio de 1859), mais conhecido como Alexander von Humboldt, foi um geógrafo, polímata, naturalista, explorador. Humboldt era reconhecido e influenciava as concepções de ciência e natureza partilhada pelos viajantes e pelos naturalistas brasileiros. Segundo Souza (1997, p. 77): “Langsdorf e Rugendas o conheceram, Lebreton o consultou ao escolher os nomes da missão artística de 1816, Martius manteve com ele uma correspondência, José Bonifácio era seu amigo e admirador”.

⁶O escritor estadunidense Edgar Rice Burroughs (1875-1950) publicou *Tarzan of the Apes* em outubro de 1912, numa revista pulp chamada *The All-Story*.

⁷*O Livro da Selva* (*The Jungle Book* originalmente) é o título de um livro publicado em 1894, constituído de uma coleção de 7 contos do escritor Rudyard Kipling, inicialmente publicados em revistas de 1893 e 1894. As publicações originais contêm ilustrações, algumas do pai de Rudyard, John Lockwood Kipling. O livro foi escrito quando Rudyard morava em Vermont. Dos 7 contos, os 3 primeiros relatam a história de Mogli, um rapaz indiano criado por lobos.

As florestas como sujeito e
o terricídio: uma semiologia
epistemológica a partir do
pensamento ameríndio

Forests as subject and
terricídio: an epistemological
semiology from the
amerindian thought

Fernando Bagiotto Botton¹



Resumo: O argumento principal reside na aceitação de um imperativo cosmológico ameríndio não-antropocêntrico de que a floresta pode ser tomada pelas Ciências Humanas como sujeito histórico ativo, produtor de conhecimentos, significações e comunicações, mesmo que não-simbólicas ou humanamente linguísticas. Para isso realizaremos uma discussão bibliográfica teórica e antropológica de escritos etnográficos no sentido de sustentar a possibilidade de compreender como epistemologicamente válida a existência de uma ativa semiótica, que fundamenta o reconhecimento e intercomunicação entre animais-humanos, animais não-humanos e demais reinos em coabitação florestal, compreendendo a própria floresta como um ente subjetivamente constituído e autodeterminado. Para alcançar tal compreensão dividiremos nosso escrito em duas partes. Na primeira estudaremos a antropologia de Eduardo Kohn acerca de uma semiótica das florestas, que legam às florestas um status ativo de sujeito, enquanto produtoras de saberes e linguagens. Na segunda parte de nosso artigo abordaremos o conceito de *terricidio*, tal como pensado por porta-vozes do *Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir* na reivindicação do reconhecimento jurídico do assassinato dos bosques como crime hediondo. Tal processo se estabelece justamente pelo reconhecimento do caráter sagrado, individual, comunicacional, cognitivo e pensante das florestas e sua complexa rede interrelacional de habitantes em coexistência. **Palavras-chave:** florestas; epistemologia; semiótica; terricidio; etnografia.

Abstract: The main argument consists in the acceptance of a non-anthropocentric Amerindian cosmological imperative that forest can be understood by the Human Sciences as an active historical subject, producer of knowledge, meanings and communications, even if it is not symbolic or humanly linguistic. For this purpose, we are going to realize a theoretical and anthropological discussion of ethnographic writings



in the sense of supporting the possibility of understanding as epistemologically valid the existence of a semiotic, which grounds the recognition and intercommunication between animals-humans, animals non-humans and other kingdoms in forest cohabitation, understanding forest itself as a subjectively constituted and self-determined entity. To achieve that understanding we are going to divide our writing into two parts. First, we are going to study the anthropology of Eduardo Kohn about a semiotics of forests, which confers them an active subject status, as producers of knowledge and languages. In the second part of our paper, we are going to address the concept of *terricidio*, as thought by the leaders of the *Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir* nation in the claim for legal recognition of the murder of forests as a heinous crime. Such process is established precisely by recognizing the sacred, individual, communicational, cognitive and thinking character of forests and their complex interrelational network of coexisting inhabitants. **Keywords:** forests; epistemology; semiotics; terricidio; ethnography.



Introdução: Uma história para além do humano

A história é “uma ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 67). Com essa máxima o historiador francês Marc Bloch resumiu um itinerário de pesquisa e lançou uma plataforma epistemológica antropocêntrica para a disciplina. Essa perspectiva obviamente leva em consideração os contextos pelos quais o mundo passava na primeira metade do século XX, em que as maiores ameaças que tais homens indo-europeus (compreendidos enquanto a totalidade da humanidade) enfrentavam era a ascensão de ideologias extremistas e o extermínio genocida de povos inteiros. Nesse sentido, entender o homem no tempo parecia ser uma prerrogativa inquestionável para a resolução dos problemas planetários, afinal, em menos de meio século já se vivia na segunda guerra considerada mundial.

Pouco se sabia sobre as catástrofes ambientais e as devastações de ecossistemas inteiros iniciadas com as primeiras revoluções industriais e postas em marcha de maneira desenfreada no século XX², inclusive, com a tecnológica e moderníssima máquina de guerra empreendida pelas belicosas nações do atlântico norte e do pacífico oeste (CHAKRABARTY, 2013). Numa época em que as primeiras geladeiras lançavam clorofluorcarboneto na atmosfera, que a gasolina de todos os automóveis era mesclada a chumbo para melhorar seu desempenho, não eram estimados os drásticos impactos de tais substâncias no clima, nos solos, nos ares, e na própria geologia do planeta. Por praticamente toda a segunda metade do século XX os apelos ambientalistas foram ignorados ou suprimidos em nome do desenvolvimento econômico, do progresso tecnológico e da constituição de estados-nação atômicamente armados. É apenas na virada do século XX para o XXI que uma pequena parte da opinião pública começou a atentar, ainda com muito custo, acerca do impacto dessas atividades humanas para a habitabilidade do planeta.

É diante dessa assombrosa previsão de aquecimento global, intensificação de catástrofes meteorológicas, rareamento de oxigênio, água e produção de alimentos no planeta que ascendeu o alarme de incêndio dos pesquisadores das mais diversas áreas de estudos, inclusive da história. Concordamos com Dipesh Chakrabarty quando afirma que a história, enquanto disciplina, não pode passar incólume às crises climáticas e geológicas pelas quais o planeta atravessa. Sua perspectiva e clamor por uma história que simultaneamente compreenda o capitalismo em sua curta duração (se pensado em escala planetária) e também aquilo que denomina enquanto uma *história profunda*, que se debruce por eras geológicas até mesmo anteriores à existência humana, demonstram

Fernando Bagiotto Botton
As florestas como sujeito e o terricídio:
uma semiologia epistemológica a partir do pensamento ameríndio



que a máxima de Marc Bloch já demanda algumas revisões (CHAKRABARTY, 2013). Por outro lado, é absolutamente pertinente a crítica movida por Turin (2022) quando classifica que a perspectiva ampla, tal como defendida pelo historiador indiano, acaba endossando conceitos técnico-científicos que ainda pressupõe uma naturalização e consequente universalização das epistemologias científicas ocidentais, relegando essa *história profunda* à esfera do pré-político. A consequência de tal compreensão técnica é, partir de uma perspectiva absolutamente acrítica e despolitizante, o que representa um risco ao debate público contemporâneo, pois ignoram-se as possíveis estratégias de macropoderes e governanças globais que se avolumam com a gestão ocidental, colonialista e científica das questões ambientais.

Não é coincidência que justamente a partir de meados dos anos 70 do século XX, na mesma época em que o homem branco lentamente se conscientizava de algumas das catastróficas crises ambientais pelas quais viria enfrentar, de forma que tais temáticas começam a ganhar as agendas sociais, políticas e acadêmicas, a história ambiental se instituiu na historiografia a partir de novas e importantes premissas epistemológicas, de forma a estabelecer-se como um importante espaço de pesquisas e reflexões acerca das relações entre as sociedades e o meio ambiente. Tendo em vista que no decorrer dos anos tais preocupações ambientais se acentuaram cada vez mais frente às alarmantes projeções de aquecimento global, desmatamento e devastação de múltiplos ecossistemas essa área investigativa ampliou-se, aprofundou suas discussões e produziu uma vasta bibliografia, tal como levanta José Augusto Pádua (2010). Dentre os principais historiadores que passaram a estudar o papel do meio ambiente na historiografia destaca-se Donald Worster com suas sistemáticas afirmações:

A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “supernatural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser engomadas. A velha história não poderia negar que vivemos neste planeta há muito tempo, mas, por desconsiderar quase sempre esse fato, portou-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. Os historiadores



ambientais, por outro lado, percebem que não podemos mais nos dar ao luxo de sermos tão inocentes (WORSTER, 1991, p. 199).

Junto dessas premissas, um novo campo de conhecimento historiográfico se consolidou da mesma forma que muitos pesquisadores passaram a ampliar sua abordagem conceitual e empírica compreendendo o meio ambiente como objeto de estudos. Por meio da crítica à ingenuidade de uma historiografia que se apregoa unicamente humana, a história ambiental vem sublevar-se ao afirmar a íntima, intrínseca e inseparável relação entre o homem, o tempo e aquilo que se convencionava chamar por natureza – não mais compreendida enquanto uma oposição dicotômica à cultura propriamente humana (WORSTER, 1991).

Se por um lado a história ambiental despertou interesse nas questões histórico-ecológicas em escala planetária, por outro manteve-se na perspectiva do meio-ambiente enquanto um *objeto* de estudos, um ente que apenas ganharia significado por meio da relação direta com a humanidade. Por isso o próprio Worster (1999, p. 199-200) pontua:

A história ambiental nasceu portanto de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.

É importante ressaltar que a história ambiental assume essa nomenclatura justamente por conceber a relação humano-ambiente e ambiente-humano numa dicotomia ambivalente que espelha a dualidade sujeito-objeto de conhecimento. Desta feita, o humano, historiador, cientista (geralmente masculino, branco e proveniente do hemisfério norte) segue incorporado na imagem do sujeito e agente do conhecimento, enquanto a floresta, compreendida unicamente enquanto ambiente, é significada como um objeto de estudos passivo, alvo, cenário ou pano de fundo da ação humana. De todas as formas, é importante ponderar que justamente a história ambiental foi um dos primeiros, talvez únicos, campos da historiografia que procurou problematizar os princípios



dicotômicos de uma concepção moderna de natureza/cultura, buscando, pelo contrário, encontrar meios para que as sociedades humanas pudessem compreenderem-se como parte integrante dos ecossistemas do planeta.

Por tal percepção, de maneira alguma viemos questionar os postulados fundantes de Worster e de uma historiografia ambiental que ainda se faz necessária e frutífera na produção acadêmica mundial, nossa proposta é adicionar a esses estudos uma perspectiva ainda mais abrangente, pluralizante e inclusiva: a de assumir uma perspectiva teórico-metodológica pela qual tomamos a etnografia e as cosmologias ameríndias, não apenas como produtos de conhecimento, mas também como elementos epistemológicos, capazes de impactar profundamente as concepções científicas acerca do mundo, da realidade e das relações travadas entre os diversos seres vivos (SMITH, 2018). Assim, definimos nosso argumento principal, que reside na aceitação de um imperativo cosmológico compartilhado por grande parte dos grupos ameríndios de que também a floresta deve ser tomada como sujeito histórico ativo, produtor de conhecimentos, de significações e de comunicações, mesmo que não-simbólicas ou humanamente linguísticas. Se Chakrabarty (2013) pensava que a ampliação e a aproximação da questão climática pela historiografia se dariam por meio de uma história profunda, de longuíssima duração e pré-humana, nossa perspectiva se abre para a noção de que as Ciências Humanas também podem reencontrar seus postulados básicos – ainda na contemporaneidade ou nos períodos considerados *clássicos* - ao aceitar inverter ou relativizar a dicotomia sujeito-objeto com relação às florestas, tão fundamentada pela epistemologia moderna e ocidental do iluminismo racionalista, humanista, etnocêntrico e antropocêntrico (SMITH, 2018).

Para possibilitar essa distinta compreensão cosmológica e epistemológica, dividiremos nosso argumento em duas partes. Na primeira estudaremos a antropologia de Eduardo Kohn e seus estudos etnográficos acerca da relação semiótica entre o grupo ameríndio Runa, do ramo linguístico *Kichua*, com as florestas de Ávila, localizadas na Amazônia equatoriana. Por meio de seu livro intitulado *Cómo piensan los bosques: Hacia una antropología más allá de lo humano* (KOHN, 2021) lançam-se os pressupostos iniciais para refletirmos teoricamente sobre a possibilidade de uma semiótica das florestas, pela qual as interações entre a vegetação, a população humana, não-humana e espiritual, legam às florestas um status ativo de sujeito, enquanto produtoras de conhecimento e linguagem. Por tais pressupostos, defenderemos a relativização das fronteiras entre sujeito e objeto na pesquisa histórica sobre as florestas no intuito de



abrimos caminho para as consequências éticas, políticas, epistemológicas e até mesmo ontológicas dessa percepção.

Na segunda parte de nosso artigo, abordaremos uma consequência prática da possibilidade de compreender, junto ao pensamento e política ameríndios, a floresta por meio de um estatuto subjetivo, histórico e jurídico próprio. Desta forma abordaremos por meio de pesquisa bibliográfica o conceito de *terricidio*, tal como pensado pelo *Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir* e demais povos ancestrais das regiões pampeanas, andinas e amazônicas, que acessaremos por meio de estudos antropológicos e publicações de pesquisas etnográficas. Essa talvez seja paradoxalmente a principal fragilidade e também um dos objetivos de nossa análise, uma vez que, por um lado, ao tratar comparativamente de leituras antropológicas e cosmologias oriundas de nações tão múltiplas, distintas e específicas como os Yanomami, os Mapuche e os Runa acabamos correndo o risco de homogeneizar epistemologias que são absolutamente originais e singulares. Por outro lado, há uma possibilidade de articularmos muitas dessas cosmovisões enquanto não-modernas, até mesmo anti-ocidentais, no momento em que reivindicam o reconhecimento do *assassinato* dos bosques enquanto crime hediondo e prejudicial para os rios, as florestas, os animais humanos e não-humanos. Dessa forma, mesmo com pensamentos tão díspares – e ainda assim traduzidos, interpretados e escritos por antropólogos e etnólogos em sua grande maioria oriundos de instituições universitárias ocidentais – consideramos que essas epistemologias são passíveis de comparação justamente porque repudiam coletivamente as agressões movidas contra os ecossistemas e as cosmologias originárias demandando outras formas de relações com a vida planetária. Esse processo se estabelece justamente pelo reconhecimento do caráter sagrado, individual, comunicacional, cognitivo e pensante das florestas e sua complexa rede interrelacional de habitantes em coexistência.

As florestas como sujeito – uma semiologia epistemológica dos bosques

O principal argumento do antropólogo Eduardo Kohn (2021) se estabelece já no título de seu mais conhecido livro: *Como piensan los bosques: Hacia una antropología más allá de lo humano*³. Sua proposta é compreender a possibilidade de pensamento e comunicação dentro dos bosques, para além da perspectiva unilateral do antropocentrismo. Para isso, suas pesquisas antropológicas buscaram compreender as relações entre o grupo ameríndio Runa, do



ramo linguístico *Kichua*, com as florestas de Ávila, localizadas na Amazônia equatoriana a partir de um processo de convivência e observações etnográficas que durou mais de uma década⁴.

A questão levantada por Kohn é justamente conceber a existência de redes de pensamento, comunicação e interpretação no interior das florestas, sendo tais redes estabelecidas pelas diferentes famílias e espécies taxonômicas que lá convivem. Por nossa leitura, Kohn passou a estabelecer uma interpretação bastante enfática da noção de *perspectivismo ameríndio*, tal como pensada pelo antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro (2020). Sua proposta não se baseou apenas em observar como os Runa percebiam, interpretavam e agiam junto à floresta, enquanto supostos senhores daqueles territórios. Pelo contrário, suas observações etnográficas permitiram-lhe compreender as maneiras pelas quais aquele grupo se coloca como partícipe de um diálogo intersemiótico e multiperspectivo, trava relações de interpretação e comunicação com a floresta e seus entes físicos e espirituais de forma a reconhecer a todos eles seu estatuto de sujeito, possuidores de um ponto de vista, de uma linguagem e de uma história próprios:

La manera como nos ven otros tipos de seres importa. El hecho de que nos vean cambia las cosas. Si los jaguares también nos representan -en maneras que pueden ser de vital importancia para nosotros-, entonces la antropología no puede limitarse sólo a explorar cómo la gente de diferentes sociedades podría llegar a representarlos haciendo esto. Esta clase de encuentros con otros tipos de seres nos fuerzan a reconocer el hecho de que ver, representar y, tal vez, saber, y aun pensar, no son asuntos exclusivamente humanos (KOHN, 2021, p. 2).

Certa maneira, o que Kohn nos ensina é justamente a possibilidade de não compreender de forma antropocêntrica as relações interespecies no interior da floresta, isto é: quando o antropólogo ouve os Runa falando acerca da forma com que um jaguar o percebe, não está simplesmente interpretando formas simbólicas de representação em que haveria metáforas ocultas ou mitologicamente constitutivas para explicar relações culturais daquele grupo. Pelo contrário, está levando a sério (INGOLD, 2019) a constatação dos Runa quando afirmam que o jaguar realmente possui sua percepção específica sobre os humanos. Tal visão se estabelece de forma constitutiva, tanto da relação



entre animais humanos e não-humanos, quanto da própria categoria ontológica desses humanos, uma vez que se constituem semiologicamente não apenas por seus pontos de vista, mas também pela perspectiva dos outros seres da floresta. Ignorar esse fato significa, para os Runa, correr o risco de ser devorado inadvertidamente, de não encontrar nenhuma caça ou alimento, ou até mesmo de desagradar os espíritos da floresta, que para eles são os verdadeiros senhores daqueles territórios. Novamente assemelhamos tal cruzamento de visões de mundo com aquilo que Eduardo Viveiros de Castro (2020, p. 303-304) chama por *perspectivismo ameríndio*:

[...] uma concepção indígena segundo a qual o modo como os seres humanos veem os animais e outras subjetividades que povoam o universo – deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros níveis cósmicos, plantas, fenômenos meteorológicos, acidentes geográficos, objetos e artefatos – é profundamente diferente do modo como esses seres veem os humanos e se veem a si mesmos. Tipicamente, os humanos, em condições normais, veem os humanos como humanos e os animais como animais; quanto aos espíritos, ver estes seres usualmente invisíveis é um signo seguro de que as “condições” não são normais. Os animais predadores e os espíritos, entretanto, veem os humanos como animais de presa, ao passo que os animais de presa veem os humanos como espíritos ou como animais predadores.

Dessa concepção podemos tornar extensivos à floresta uma série de elementos comunicacionais e cognitivos que anteriormente tínhamos como unicamente humanos, a saber, o estatuto do pensamento abstrato, a primazia do ponto de vista, a representação e a manipulação de signos. Pela perspectiva de Kohn existe uma contundente crítica ao fato de que a humanidade sempre se apregou à primazia da comunicação simbólica como elemento último, e até mesmo único, da relação representacional. Porém, o antropólogo retorna aos escritos de Charles Sanders Peirce, fundantes da semiologia e construtor do próprio conceito de semiótica, para constatar que a simbolização é apenas uma dentre outras formas de estabelecer o uso do signo enquanto substituto representacional de algo ausente. Para além do simbólico, há outros elementos semióticos como os índices ou ícones que não demandam necessariamente uma linguagem previamente convencionalizada ou um pensamento racionalmente abstrato. As imagens, ruídos, pegadas, odores, rosnados, alterações climáticas,



movimentações corporais, maneiras de olhar, distribuição espacial, tudo isso são relações semióticas não-simbólicas compartilhadas também por animais não-humanos, plantas diversas e demais elementos naturais.

Estas modalidades representacionales no simbólicas permean todo el mundo viviente -humano y no humano- y tienen propiedades que han sido poco exploradas y que son muy distintas de aquellas que hacen especial al lenguaje humano. [...] los signos también existen mucho más allá de lo humano (un hecho que, así mismo, cambia cómo deberíamos pensar sobre la semiosis humana) La vida es constitutivamente semiótica. Es decir, la vida es en su totalidad el producto de procesos sígnicos [...] todos vivimos con y a través de signos. Todos los seres vivos usamos signos como "bastones" que representan para nosotros partes del mundo de alguna manera. Al hacer esto, los signos nos hacen lo que somos (KOHN, 2021, p. 12-13).

O reconhecimento de uma semiologia *para além do humano* possui consequências epistemológicas e ontológicas radicais. Isto é, por estes argumentos fundamentam-se as bases para o reconhecimento de que a comunicação, a cognição e a atividade refletida, ou pelo menos, embasada em indícios da realidade, não são domínios do império racionalista humano. Antes disso, são compartilhados com os mais distintos seres de outras famílias e até mesmo de outros reinos taxonômicos. Essa constatação de que a semiótica não é privilégio da humanidade, mas da *vida* como um todo, nos permite alcançar outros patamares epistemológicos, uma vez que até mesmo o conceito de *ciência*, como um processo de experimentação do mundo a partir da experimentação empírica e refletida, pode ser ampliada para outras categorias de animais e até mesmo de plantas.

O cientista italiano Stefano Mancuso, fundador do *International Laboratory of Plant Neurobiology*, realiza instigantes pesquisas para constatar a existência de sistemas altamente sofisticados de comunicação e cognição no reino *Plantae*:

A organização anatômica complexa e as principais funcionalidades da planta requerem um sistema sensorial bem desenvolvido, que permite ao organismo explorar o ambiente de forma eficiente e reagir de imediato a eventos potencialmente prejudiciais. Assim, para utilizar os recursos do meio ambiente, as plantas se valem,



entre outras coisas, de uma rede de raízes refinada, constituída por ápices que se desenvolvem de forma contínua e exploram ativamente o solo (MANCUSO, 2019, p. 13).

Dessa forma pode-se compreender até mesmo as plantas como possuidoras de sistemas comunicacionais complexos em constante interação entre elas mesmas e com os demais entes viventes, seja por meio de cores, espinhos, odores ou texturas.

Mesmo sem ter qualquer órgão semelhante a um cérebro central, as plantas podem perceber o ambiente que as rodeia com uma sensibilidade mais elevada que a dos animais; competem ativamente pelos limitados recursos disponíveis no solo e na atmosfera; avaliam com precisão as circunstâncias; realizam análises sofisticadas de custo-benefício; e, finalmente, definem e realizam ações apropriadas em resposta aos estímulos ambientais (MANCUSO, 2019, p. 12).

O pesquisador afirma ainda que todas essas aptidões botânicas estão aliadas a um sistema descentralizado de intercomunicação rizomática possibilitando complexas estratégias de defesa e gerenciamento comum de recursos e ameaças. Se aliarmos as pesquisas de Mancuso aos estudos de Kohn poderemos compreender a floresta não apenas como um cenário, ou pano de fundo para a ação ou extração humana, mas enquanto coexistência complexa entre diversas redes de saberes e comunicações travada por diferentes reinos e espécies em constante coabitação. O que estabelece outra forma de relação entre os entes da floresta, conseqüentemente, alterando e relativizando seus estatutos subjetivos e ontológicos, dado o espelhamento fundacional do eu a partir da mirada do outro.

Nesse sentido, é possível compreender o caráter subjetivamente constitutivo que se estabelece por meio do processo de comunicação com a floresta e a diversidade de seres coabitantes. Se pensarmos em termos psicanalíticos, é possível aventarmos que vozes da floresta se estabelecem de maneira análoga à operação do grande *Outro*, tal como formulado pelo psicanalista Jacques Lacan. Afinal de contas, elas organizam a subjetividade e determinam a existência de um sujeito de maneira intrusiva, a despeito de sua vontade ou do pensamento individual. Segundo Antônio Quinet, o *Outro* de Lacan:

Fernando Bagiotto Botton
As florestas como sujeito e o terricídio:
uma semiologia epistemológica a partir do pensamento ameríndio



É o alhures onde o sujeito é mais pensado do que efetivamente pensa. É a alteridade do eu consciente. É o palco que, ao dormir, se ilumina para receber os personagens e as cenas dos sonhos. É de onde vêm as determinações simbólicas da história do sujeito. É o arquivo dos ditos de todos os outros que foram importantes para o sujeito em sua infância e até mesmo antes de ter nascido. [...] O sujeito é determinado pelos significantes do Outro.[...] Assim o sujeito vai deslizando de significante em significante pelo conjunto da linguagem que compõe o Outro (QUINET, 2012, p. 11-12).

Essa improvável aproximação entre o pensamento psicanalítico lacaniano e etnográfico ameríndio deve ser vista com reserva, afinal de contas o *Outro* é uma relação que se estabelece de maneira simbólica, portanto, de uma instância semiótica não abrangida pelas vozes não-humanas da floresta. Por outro lado, pode trazer ressonâncias absolutamente compatíveis justamente nos domínios pelos quais a linguagem e a alteridade são constitutivas da produção dessa relação intersubjetiva. Além disso, pelas mesmas aproximações com a psicanálise, ressaltamos a indiscutível importância do sonho e do inconsciente para o estabelecimento das relações sógnicas entre os distintos seres da floresta, incluindo os animais humanos e não-humanos.

Los sueños -los míos, los de mis compañeros de casa, los sueños extraños que compartíamos, e incluso los de sus perros- llegaron a ocupar una gran parte de mi atención etnográfica, especialmente porque involucraban tan a menudo seres vivos y espíritus que habitan la selva. Los sueños también forman parte de lo empírico y son una faceta de lo real. Brotan de y trabajan sobre el mundo, y aprenden a estar en sintonía con sus lógicas especiales y sus frágiles formas de eficacia ayuda a revelar algo acerca del mundo más allá de lo humano (KOHN, 2021, p. 19).

Para as comunidades ameríndias é importantíssima essa vocação do sonhar conjuntamente, não apenas entre humanos, mas até mesmo entre animais companheiros, como os cães, isso já é uma porta de entrada, subjetiva e psíquica à alteridade florestal. Além disso, é importante a constatação de que os sonhos fazem parte da esfera empírica, contrariando muitas vezes aqueles que os interpretam como relações puramente simbólicas ou metafóricas. Pelo



contrário, os seres da floresta não se comunicam de forma simbólica, mas sim por meio de ícones e índices: imagens, sensações, emoções etc.

Talvez uma das grandes constantes antropológicas dos povos amazônicos seja a primazia que dão aos sonhos como forma de acessarem a instâncias espirituais inacessíveis em estados despertos. A pesquisa de Hanna Cibele Lins Rocha Limulja – que realizou uma etnografia dos sonhos Yanomami da comunidade do Pya ú, localizada na região do Toototopi – é bastante significativa quando comenta sobre a inversão que para aquelas pessoas a noite traz junto do sonho. Para os vivos que dormem, a noite equivale ao dia para os mortos/espíritos, momento do encontro com as imagens (que todos os seres possuem), lócus de sentimentos, dos pensamentos e da vontade (LIMULJA, 2022). Isso está no âmago da comunicação entre a floresta e seus seres:

Los pensamientos que genera un bosque [...] vienen en forma de imágenes. Y una imagen, sea nítida o borrosa, “buena” o “mala”, tiene la propiedad ontológica de una simple totalidad cuya cualidad holística es, en términos formales, armoniosa, o *sumak* en *kichwa*. Conectarnos con estos pensamientos silvestres y apreciar cómo se reflejan en nuestro pensar requiere que nosotros también pensemos por medio de las imágenes. Es por eso que, como lo enfatizan los amazónicos como *Manari*, entrar al mundo de los sueños, ese ámbito onírico de asociaciones de imágenes es tan importante para lograrlo (KOHN, 2021, p. xvi).

Dessa relação cosmológica entre seres, os sonhos se apresentam como meio de trânsito entre a vida dos humanos, de seus animais companheiros como os cães, e tudo aquilo que os espíritos da floresta desejam dialogar, informar, criticar, alertar ou ensejar. Isso é ecoado pela líder indígena *Sapara Manari Ushigua* quando comenta que:

Uno se conecta con la selva a través de los sueños. Los sueños son personas y nos vienen a contar lo que les parece que está mal con nuestra forma de actuar. Por eso es muy importante conectarse con ellas en el sueño. Es de esa forma que nosotros, los pueblos indígenas, pedimos permiso a los dueños de los animales para cazar. Así mismo pasa con los peces y con las plantas que utilizamos, y así mismo pasa con los ríos, ya que los humanos siempre debemos actuar pensando en ellos. (USHIGUA apud



KOHN, 2021, p. xiv).

A partir disso podemos compreender que há distintos níveis e formas de comunicação entre a floresta, seus entes e os grupos ameríndios. E as formas de acesso a eles são distintos, múltiplos e complexos. A instância do sonhar ratifica uma vez mais o caráter subjetivo, ativo e atuante da floresta e sua comunicação em relação aos seus animais humanos conterrâneos, uma vez que permite a interconexão entre os seres vivos com os espirituais, ampliando ainda mais a diversidade de perspectivas em jogo na constituição subjetiva da floresta.

A leitura dessa complexa rede semiótica florestal estabelecida por diversas formas comunicativas é um conhecimento que a epistemologia moderna ocidental não alcança quando compreende tais fenômenos sob a insígnia da metáfora ou pura simbologia cultural de povos incivilizados. Para os Runa, compreender tal semiótica não é mero ornamento de erudição ou mitologia alegórica, significa, dentre outras coisas, a diferença entre caçar e não ser caçado. Entender os desígnios da floresta implica, dentre outras coisas, em saber como atua o jaguar. Tal conhecimento não é meramente alegórico, com ele estabelecem-se estratégias práticas de sobrevivência às investidas do animal. Portanto, empregar uma antropologia que leve essa comunicação florestal a sério (INGOLD, 2019), compreendendo-a como realmente fundamental para a existência desses povos e, talvez, também dos povos urbanos ocidentalizados, implica em admitir consequências práticas bastante impactantes não só no conteúdo daquilo que conhecemos, mas nas formas pelas quais conhecemos e pelas quais existimos:

En suma, una antropología más allá de lo humano es necesariamente ontológica. Es decir, tomar en serio a los no-humanos hace imposible confinar nuestras indagaciones antropológicas a una preocupación epistemológica sobre cómo es que los humanos, en algún momento en particular o en algún lugar en especial, se dedican a encontrarles sentido. Como una labor ontológica, este tipo de antropología nos pone en una posición especial para repensar los tipos de conceptos que usamos y para desarrollar nuevos (KOHN, 2021, p. 15).

Se assumirmos tais constatações às pesquisas científicas e à epistemologia das ciências modernas, tais como a própria história e também a antropologia,

Fernando Bagiotto Botton
As florestas como sujeito e o terricídio:
uma semiologia epistemológica a partir do pensamento ameríndio



absolutamente moldadas aos formatos disciplinares antropocêntricos, dicotômicos e eurocêntricos, podemos conceber novos e impactantes paradigmas às Ciências Humanas (SMITH, 2018), consistindo naquilo que Thomas Kuhn chamava de uma *revolução científica* (KUHN, 2017). Não é nosso objetivo aventar os impactos dessa revolução, nos concentramos apenas na questão premente da possibilidade de se relativizar a dicotomia sujeito-objeto estabelecida na concepção tradicional da relação homem-floresta, concebendo a última também como um sujeito histórico ativo, possuidor de comunicação, cognição e semiótica, mesmo que não simbólica. Foi nesse sentido que empreendemos a leitura pormenorizada de alguns dos fundamentos teóricos e etnográficos levantados por Eduardo Kohn. Por outro lado, buscamos também compreender de que forma algumas dessas concepções de intersubjetividades florestais podem impactar na esfera política, acadêmica, cosmológica, e até mesmo jurídica. E para isso nos valeremos do conceito de *terricídio*, para mensurarmos brevemente algumas das possibilidades e consequências do emprego dessas concepções num contexto contemporâneo de exploração dos territórios e florestas ancestrais.

O terricídio como manifestação política das falas da floresta

Dentre os dias 14 de março e 22 de maio de 2021, uma congregação de mulheres indígenas, representantes das trinta e seis nações ancestrais da Argentina, denominada *Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir* realizaram uma caminhada por todo país, totalizando aproximadamente dois mil quilômetros, buscando sensibilizar a opinião pública frente às demandas éticas, políticas e epistemológicas das populações indoamericanas. Um dos principais objetivos da marcha era propor que o *terricídio* seja considerado um crime de lesa humanidade e lesa natureza (PAIXÃO, 2021). Nos interessa esse emprego jurídico do termo uma vez que em seu interior encontram-se genes da perspectiva de imputar na epistemologia acadêmica e na justiça ocidentais uma categoria que se funda no reconhecimento da floresta como um sujeito individual portador de direitos.

O termo *terricídio* não foi inventado pelo *Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir*, o pensador Georges Lefebvre já havia empregado o termo anteriormente, inspirado no poeta Jean-Clarence Lambert, ao concebê-lo como morte ou assassinato da terra (HAESBAERT, 2021). A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também utilizou o conceito ainda em 1984, definindo-o



como

[...] a destruição de um povo pelo atentado contra suas terras, pela usurpação de seu território de origem, pela invasão de seu espaço geográfico [...] perder a terra e sua posse comunitária equivale a perder: a fonte de economia; as condições de saúde; o espaço social; a seiva cultural; a configuração histórica; o eixo da religião e, mais ainda, a perspectiva que poderíamos chamar de utópica e até escatológica, ou seja, a esperança de viver. (CNBB/CIMI apud HAESBAERT, 2021, p. 11).

A estrutura principal do argumento reside na afirmação de que o assassinato da terra e da floresta – concebida como um ente dotado de direitos jurídicos e passível de defesa legal – é um crime de lesa humanidade uma vez que retira de povos, animais e plantas suas condições de sobrevivência, reprodução e permanência no planeta. Mais que isso, significa tipificar as agressões ambientais enquanto assassinato, da mesma forma em que se enquadra o extermínio físico de qualquer ser humano. Em outros termos, defender o terricídio passa incontornavelmente pela pressuposição ética, política e epistemológica da terra, da floresta e de seus viventes como seres possuidores do estatuto de sujeito frente à validação científica e jurídica de uma universidade ou de um tribunal.

Nos interessa o emprego terminológico utilizado pelo movimento de mulheres indígenas pelo fato de que seu alcance é amplificado já que insere outros fatores interseccionais em sua composição, especialmente as dimensões interseccionais de gênero, raça, espécie, além dos demais marcadores socioambientais. O reconhecimento da floresta enquanto sujeito histórico, especialmente se pensada a partir da terra, seja na figura do *Mapu* (MILLÁN, 2020) ou *Pacha Mama* (ACOSTA, 2016), fundamenta a garantia da tipificação do terricídio como um conceito válido e potencialmente impactante na defesa dos territórios ancestrais ameríndios e na acusação de práticas socialmente deploráveis como a desenfreada exploração dos recursos naturais, poluição dos ecossistemas, o estupro de mulheres e vulneráveis, invasões e expropriações de terras indígenas, caça, pesca e criação de gado ilegal, violências às comunidades ancestrais, apagamento de modos de vida, além do assassinato da terra, das águas, dos animais, das pessoas, da vegetação e da floresta e suas comunicações intersemióticas.



Para ter melhor dimensionamento da amplitude dessa discussão precisamos compreender o conceito de terricídio a partir de sua epistemologia própria, isto é: a pura objetividade da ciência iluminista antropocêntrica europeia não é capaz de definir o conceito uma vez que sua ânsia de objetividade e comprovação empírica não abrange dimensões cosmológicas, espirituais, holísticas e sistêmicas – absolutamente indispensáveis para sua compreensão. Para isso optamos por trazer um pequeno recorte dessa argumentação meio dos escritos de Moira Millán, que é intelectual mapuche e porta-voz do *Movimiento de mujeres indígenas por el buen vivir*:

La visión cosmogónica de los pueblos indígenas concibe distintas dimensiones de vida. En general se mencionan tres. La dimensión tangible, la más conocida, es el plano de existencia en el que desenvolvemos nuestra vida como terrícolas. La segunda dimensión es el plano espiritual, el mundo perceptible, aquel constituido por fuerzas elementales que cohabitan con nosotres, pero no son terrícolas, pertenecen enteramente al ecosistema espiritual. [...] El tercer plano de existencia es el plano de la cultura telúrica. ¿A qué me refiero con esto? Son las culturas que emergen desde la territorialidad de los pueblos. Esa pluriversidad de modos de habitar el mundo que surgen desde el conocimiento, reconocimiento y percepción del orden cósmico. Estas culturas establecen como norma la reciprocidad y el respeto a esas dos dimensiones de vida que identifica como dual y complementaria (MILLÁN, 2020, p. 48-49).

É importante ponderar que as trinta e seis nações abrangidas pelo *Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir* são absolutamente plurais e complexas em suas cosmovisões. Além disso, possuem um sistema de poder e representação descentralizado, comunitário e pluriparticipativo. Nesse sentido, não possuem a pretensão tipicamente ocidental e colonial de universalização de seus conhecimentos, justamente por isso Moira Millán, como uma de suas principais porta-vozes, mesmo tratando de cosmologias comparadas acaba por particularizar a discussão à nação Mapuche pela qual integra e representa. Como nos baseamos em grande medida em seus argumentos – não apenas por ser uma das principais porta-vozes do movimento, mas também pelo fato de escrever academicamente e publicar tais experiências – iremos acompanhar, junto dela, alguns argumentos relativos aos Mapuche, mesmo sem a pretensão



de aprofundar a história, a política ou a cosmologia desse grupo⁵, tampouco pretendemos aludir ao fato de que a totalidade das demandas e propostas plurais do *Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir* se restrinja aos argumentos de Millán⁶. De todos os modos não nos furtaremos às comparações com cosmologias de povos pampeanos, andinos e amazônicos, uma vez que, mesmo absolutamente plurais, no tocante à compreensão e preservação das florestas essas diferentes nações possuem demandas éticas, políticas, epistemológicas e cosmológicas relativamente semelhantes.

Percebamos que o conceito de *terricídio* apenas pode ser compreendido por meio de uma articulação harmônica entre essas três dimensões da cosmologia ancestral, também presente nos Runa, uma vez que não abrange apenas à esfera do tangível, mas também se vale das dimensões espirituais que englobam o xamanismo, os sonhos, as demais comunicações da floresta (KOHN, 2021) e também as narrativas originárias.

Além disso, há uma terceira dimensão cosmológica, chamada por Moira Millán (2020) de *telúrica*, que de certa maneira entrecruza as duas dimensões anteriormente elencadas uma vez que conecta espiritualidade e territorialidade, de forma a compreender a *Mapu/Terra/Pacha Mama* como um sujeito histórico coletivamente constituído. Mais que isso, o elemento telúrico demonstra a conformação de modos de vida a partir desse entrecruzamento e desse entendimento, harmonia e diálogo entre os seres vivos, compreendendo um conjunto harmônico (*sumak*) entre os animais humanos, animais não-humanos, vegetais, espíritos e a própria Terra.

Apenas a partir dessa epistemologia simultaneamente científica, xamânica e cosmológica que compreendemos a possibilidade de pensarmos no conceito de *terricídio* enquanto justaposição entre três fatores preponderantemente expressivos na história, na contemporaneidade e no futuro latino-americano: o ecocídio como assassinato da floresta enquanto sujeito, o feminicídio como o assassinato das mulheres indígenas⁷ e o epistemicídio como devastação dos modos de vida harmônicos e dialógicos com as florestas, seus espíritos e a Terra, tanto em sua dimensão planetária quanto substancial.

Ao compreendermos a *Terra/Mapu/Pacha Mama* como entes literalmente vivos e como suportes para a sobrevivência dos demais seres, então se tipifica o ecocídio como um assassinato, que é criminalmente exercido no sentido de exterminar um sujeito de direito – cognitivamente responsável e juridicamente imputável – tal como a floresta. Além de lesar a terceiros, que também fazem parte de seus domínios tais como animais não-humanos, plantas e todos os



demais reinos vivos naquele ecossistema florestal. Trata-se da ação humana no sentido de ampliar a produtividade econômica em detrimento das condições ambientais de existência de entes físicos e espirituais, por meio de poluição, desmatamento, aniquilamento de ecossistemas, queimadas, devastação de mares e mangues, destruição da camada de ozônio e consequente aquecimento global etc. Não por acaso o *terrício* é definido como um conceito jurídico, uma vez que sua pretensão é tratar tais ações humanas como criminosas e penalmente imputáveis. Isso permite que os pesquisadores do direito Bruno Heringer Júnior e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger (2017, p. 1135) encontrem nexos íntimos entre o ecocídio e o genocídio: “Fatores ambientais, assim, têm contribuído decisivamente para a instauração ou a perpetuação de conflitos humanos que vêm assumindo feições genocidas nos últimos tempos”. A tentativa desses e muitos outros juristas é de articular o ecocídio ao genocídio já que o último é qualificado como *core crimes*, e por isso se adscvem na jurisdição de tribunais penais internacionais, tais como o de Haia. As consequências do ecocídio em escala planetária são tamanhas que uma grande parte da comunidade científica é uníssona na reclassificação da época geológica pela qual vivemos. Segundo Dipesh Chakrabarty (2013, p. 11):

Agora que os humanos – graças à nossa numerosa população, à queima de combustíveis fósseis e a outras atividades afins – nos tornamos agentes geológicos no planeta, alguns cientistas propuseram que reconheçamos o início de uma nova era geológica, na qual os humanos agem como o principal determinante do ambiente do planeta. O nome cunhado para esta nova era geológica é Antropoceno.

O Antropoceno é um conceito muito em voga na discussão científica contemporânea, cada vez mais transdisciplinar entre humanidades e ciências da terra, tal como defendido pelos antropólogos como Bruno Latour (2020a), por meio daquilo que denomina enquanto *híbridos*, isto é, implicações acentuadas que se estabelecem entre elementos humanos e naturais de forma tão mesclada que gera severos questionamentos acerca da própria precisão ou validade da distinção canônica da epistemologia eurocêntrica entre natureza e cultura. É importante ressaltar que Latour relativiza esse conceito de *híbridos* no decorrer de sua trajetória de pensamento, compreendendo a possibilidade de criarem-se outras políticas relacionais entre animais humanos e ecossistemas a partir



de uma guinada ética, política e epistemológica em direção àquilo que nomeia enquanto *terrestre* (LATOURE, 2020b). Trata-se da compreensão de que enquanto terrestres devemos transformar a interpretação daquilo que chamávamos por natureza, preferindo a noção de *território*. Não um território de exploração ou posse proprietária, mas um território de sobrevivência, de constituição de vida para todos os demais terrestres. Justamente por isso relê a dicotomia natureza/cultura ao posicionar outros pares, como terrestre/modernidade, propondo uma nova cosmopolítica a partir do abandono das premissas modernas de progresso, exploração, monopólio e propriedade em nome de diferentes maneiras de habitar o planeta (LATOURE, 2020b).

Aliada a essa reflexão sobre o impacto do Antropoceno como era geológica de influência humana sobre a terra, em escala planetária, precisamos compreender os alcances desse conceito de terra. Para isso nos valem das reflexões sobre Gaia, defendidas tanto pelo próprio Bruno Latour (2020a) quanto pela filósofa e historiadora Isabelle Stengers (2015) enquanto uma forma relativamente científica e ocidental para teorizar sobre os mesmos problemas telúricos pelos quais os povos ameríndios já refletiam ancestralmente a partir do conceito de *sumak*, ou *sumak kawsay* que fundamenta um equilíbrio e bem-viver travado entre as forças humanas, florestais, espirituais e planetárias (ACOSTA, 2016). Em paralelo a isso, Gaia refere-se à simbologia de uma figura mitológica da antiguidade grega para reinscrever a posição da humanidade frente à crise ambiental contemporânea. Pela mesma virada de perspectivista, Stengers e Latour concebem um estatuto subjetivo ativo àquilo que concebemos enquanto Terra. Se por nossa visão tradicional a Terra figura como passiva e dócil às intervenções humanas, Gaia se apresenta como aquela que intervém, ou mesmo, a que realiza intrusões:

De fato, o que chamo de Gaia foi assim batizado por James Lovelock e Lynn Margulis no início dos anos 1970. Eles incorporavam pesquisas que contribuem para esclarecer o denso conjunto de relações, articulando o que as disciplinas científicas tinham o hábito de tratar separadamente: os seres vivos, os oceanos, a atmosfera, o clima, os solos mais ou menos férteis. Dar um nome, Gaia, a esse agenciamento de relações, era insistir sobre duas consequências dessas pesquisas. Aquilo de que dependemos e que foi com frequência definido como “dado”, o enquadramento globalmente estável de nossas histórias e de nossos cálculos, é produto de uma história de coevolução, cujos primeiros



artesãos e verdadeiros autores permanentes foram as inúmeras populações de micro-organismos. E Gaia, “planeta vivo”, deve ser reconhecida como um “ser”, e não assimilada a uma soma de processos, no mesmo sentido em que reconhecemos que um rato, por exemplo, é um ser: ela é dotada não apenas de uma história, mas também de um regime de atividades próprio, oriundo das múltiplas e emaranhadas maneiras pelas quais os processos que a constituem são articulados uns aos outros, a variação de um tendo múltiplas repercussões que afetam os outros (STENGERS, 2015, p. 38).

Inúmeras consequências podem ser tiradas dessa atitude deliberada de compreender a Terra pelo nome de Gaia, o primeiro deles é a inexistência da distinção entre as esferas dicotômicas da cultura (enquanto dimensão humana) e da natureza (enquanto esfera dos demais seres vivos) já que no interior dessa visão sistêmica de um planeta inteiro e unitário composto por criaturas em coabitação homens, bactérias, plantas e vírus estão organicamente em pé de igualdade, seja em sua complexidade fisiológica ou em suas mais microscópicas formas unicelulares. Como consequência dessa nomeação de Gaia, visualizamos o apagamento do antropocentrismo que apregoa arrogantemente a humanidade como epicentro de todos os processos interrelacionais entre criaturas vivas. Por fim, assim como *Pacha Mama* ou *Mapu*, define-se Gaia enquanto um sujeito personificado, portador de uma história e regime de atividades próprio.

A aparente contradição de Gaia com a noção de Antropoceno, já que a primeira se coloca como fundamentalmente anti-anthropocêntrica e a segunda responsabiliza a humanidade pelas causas da derrocada climática e ambiental planetária, é elucidativa com relação ao estabelecimento das duas noções. Afinal, por mais que essa era geológica se estabeleça diretamente pela ação humana sob o planeta e as demais criaturas vivas, a relevância humana nesse processo se estabelece da mesma forma que uma doença epitelial, tal como Nietzsche (2011, p. 125) a compreendia: “A terra, disse ele, tem uma pele; e essa pele tem doenças. Uma delas, por exemplo, chama-se ‘homem’”. Em suma, por mais que o maior provocador das catástrofes geológicas e ecossistêmicas planetárias seja o homem, o sujeito principal dessa narrativa é Gaia, e não a humanidade. Até mesmo porque as consequências trazidas pelas ações humanas ecocidas não representam pleno perigo à existência e continuidade de Gaia, nem mesmo à vida como um todo, mas antes às estruturas pluricelulares complexas como



os integrantes do reino *Animalia*, tais como os próprios humanos.

Pois a própria Gaia não está ameaçada, diferentemente das inúmeras espécies vivas que serão varridas pela anunciada mudança de seu meio, com uma rapidez sem precedente. Os inúmeros microorganismos continuarão, com efeito, a participar de seu regime de existência, o de um “planeta vivo”. E é precisamente pelo fato de não estar ameaçada que ela faz com que as versões épicas da história humana pareçam caducas (STENGERS, 2015, p. 38).

Essa espécie de indiferença antropocêntrica de Gaia, que ignora a pretensa superioridade humana frente aos demais seres, é muito próxima à atitude dos Runa frente à floresta quando se colocam em relação de igualdade, interrelação e interdependência como seres dialógicos e interconectados às demais formas comunicativas estabelecidas pelos diferentes seres viventes. O conjunto dessas interações e coexistências em escala florestal constitui justamente um microcosmo daquilo que haveria de se tornar esse *ser* individual chamado Gaia: uma unidade, praticamente um sujeito histórico a caducar os épicos humanos, que compõe a totalidade dos ecossistemas, desde os microscópicos até os mais macroestruturados como a complexa floresta e a pluralidade de seus integrantes.

Mas é importante ressaltar que a compatibilidade ética entre a atitude dos Runa com relação a uma terra não-antropocêntrica não é proporcional à relação afetiva voltada a ela, já que em tal dimensão Gaia é praticamente oposta à *Pacha Mama* ou mãe terra dos *kichua* equatorianos. Se essa última é natural, providente, maternal, bondosa, cuidadora e nutritiva (ACOSTA, 2016), a primeira não apresenta a menor predileção pela manutenção da vida humana:

Gaia é agora, mais do que nunca, a bem nomeada, pois se no passado foi honrada, foi por ser temida, aquela a quem os camponeses se dirigiam pois sabiam que os homens dependem de algo maior do que eles, de algo que os tolere, mas de cuja tolerância não se deve abusar. Ela era anterior ao culto do amor materno que tudo perdoa. Uma mãe, talvez, mas irascível, que não se deve ofender. E ela é anterior à época em que os gregos conferem a seus deuses o sentido do justo e do injusto, anterior à época em que eles lhes atribuem um interesse particular por



seus próprios destinos. Tratava-se, antes, de ter cuidado para não ofendê-los, para não abusar de sua tolerância. Imprudentemente, uma margem de tolerância foi de fato ultrapassada, é o que os modelos dizem cada vez com mais precisão, é o que os satélites observam e é o que os Inuit sabem. E a resposta de Gaia seria possivelmente desmesurada em relação ao que nós fizemos, um pouco como um dar de ombros provocado pelo leve toque de um mosquito. Gaia é suscetível, e por isso deve ser nomeada como um ser (STENGERS, 2015, p. 39).

Os desequilíbrios ambientais trazidos pela era do antropoceno e a impactante ação humana sobre o planeta não são desarmados por uma pretensa e estereotipada docilidade materna de uma *Pacha Mama*, mas talvez, no ímpeto indiferente de um planeta-titã Gaia que se estabelece enquanto sujeito da ação, e não faz questão em tomar a humanidade ou os demais seres pluricelulares como prioridade de sobrevivência.

Essa personificação filosófica de Gaia, empreendida por Latour (2020a) e Stengers (2015), é equivalente ao efeito epistemológico ocasionado pela cosmologia ameríndia ancestral de assumir a floresta enquanto sujeito ou a Terra (*Pacha Mama, Mapu*) como entidade pessoalmente ativa: afetada ou perigosa, protetora ou indiferente. De certa maneira, é uma das formas pela qual a epistemologia ocidental tenta resolver com roupagem científica o problema já refletido pelas comunidades ancestrais ameríndias enquanto a dimensão telúrica, ou forma de estabelecimento de uma relação harmônica (*sumak*) entre os humanos e o planeta em sua totalidade. O que ainda é ausente nesse conceito/complexo Antropoceno (como dimensão ecocida e material) e Gaia (como dimensão epistemicida e telúrica) é justamente a dimensão espiritual, que para a esfera científica é inaceitável, mas para as agrupações ameríndias trata-se, justamente, da conexão entre a destruição dos ecossistemas e a fúria do planeta, ou em termos de terricídio: a dimensão espiritual é o meio de compreender uma continuidade entre o Antropoceno/ecocídio e Gaia/epistemicídio, um ponto de permeabilidade entre as dimensões física e telúrica. Por isso, se faz necessário compreender as forças espirituais da floresta ou *Ngen*:

Estas fuerzas son las hacedoras de la esencia vital de la Tierra, por ejemplo, un bosque no solo se forma por la reproducción espontánea de las especies, sino que primero es habitada por las fuerzas elementales, que en el mundo Mapuche llamamos *Ngen*.



Los *Ngen* son quienes originan la vida. Estas fuerzas elementales van tejiendo con hilos invisibles el círculo armónico y vital de nuestra existencia, si los *Ngen* desaparecen, desaparecerá con él toda forma de vida. Entonces cuando un bosque es arrasado y la superficie dañada, vuelve a ser reforestada, pueden crecer árboles, pero ya no tendremos un bosque, tendremos un parque, que por más vistoso y diverso que sea en especies, será difícil recuperar el espíritu del bosque, es decir, su esencia vital (MILAN, 2020, p. 48-49).

O exemplo não poderia ser mais claro: para a maior parte das cosmologias ameríndias sul-americanas a floresta não é apenas a soma dos seres que a constituem, como rios, animais e plantas. Ela mesma é a conjunção de todos esses seres em comunicação, de forma que a própria floresta proporciona os elementos espirituais constitutivos da vida no interior dos bosques e do planeta enquanto uma organicidade.

Para realizar o processo de intermediação entre tais *Ngen* com os humanos existe o caminho onírico do sonhar, mas também a intervenção espiritual do xamã/pajé, que atua como uma espécie de embaixador entre as dimensões espirituais e físicas no sentido de garantir o equilíbrio harmônico ou bem viver (*sumak kawsay*) entre animais-humanos, não-humanos e entes espirituais-florestais, bem como sua conexão com a entidade viva planetária, seja ela Gaia, *Mapu* ou *Pacha Mama*. Sua função é absolutamente crucial no equilíbrio cosmológico e vital do planeta e das criaturas, uma vez que responde por uma série de atribuições tais como contidas na narrativa contada pelo xamã Yanomami Davi Kopenawa ao antropólogo Bruce Albert. Segundo ele o criador *Onama* fez de seu próprio filho o primeiro xamã, dando-lhe as seguintes ordens:

Com estes espíritos você protegerá os humanos e seus filhos, por mais numerosos que sejam. Não deixe que os seres maléficos e as onças venham devorá-los. Impeça as cobras e escorpiões de picá-los. Afaste deles as fumaças de epidemia *xawara*. Proteja também a floresta. Não deixe que se transforme em caos. Impeça a água dos rios de afundá-la e a chuva de inundá-la sem trégua. Afaste o tempo encoberto e a escuridão. Segure o céu, para que não desabe. Não deixe os raios caírem na terra e acalme a gritaria dos trovões! (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 85-86).



Com equidade, as diretrizes de *Onama*, para o primeiro xamã e todos seus descendentes, voltam-se para o equilíbrio entre os homens e a floresta, exigindo proteção bilateral. É justamente esse equilíbrio que é abalado com o epistemicídio enquanto assassinato das cosmologias e crenças ancestrais que sustentam a abóboda celeste sobre a cabeça de todos. Não se trata de mero apagamento de superstições ancestrais, ou mesmo de uma substituição cultural arcaica por outras modernas. Sob a ótica ameríndia, com o fim dos xamãs e suas incumbências espirituais corre-se até mesmo o risco da insustentabilidade do próprio céu, já que uma de suas funções é a manutenção desse equilíbrio planetário. A profecia do desmoronamento do céu está presente em muitas cosmologias ameríndias amazônicas. A ideia é que existe uma infinidade de céus e terras sobrepostos e que o desequilíbrio dessa harmonia entre os seres da floresta, bem como o peso dos mortos e envelhecimento do cosmo fará com que o céu caia sobre a terra, gerando obvia destruição do mundo em que vivemos (KOPENAWA; ALBERT, 2015), com as mesmas consequências daquilo que a cosmologia ocidental nomeia enquanto apocalipse.

É por isso que, além do processo de depredação dos ecossistemas que suportam a existência da vida multicelular em escala global, uma segunda dimensão do conceito de terricídio deve ser levada a sério: trata-se da questão do epistemicídio, ou em termos mais simples, a eliminação de distintos modos de existência e de diferentes formas de relações travadas entre a humanidade e as demais entidades, físicas ou espirituais. Segundo a filósofa argentina Gabriela Balcarce, para as trinta e seis nações que compõem o *Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir*: “la epistemología se construye como un tejido heterogéneo de prácticas, recetas de cocina, relatos, cantos y sueños que rompen con la linealidad del tiempo en el denso tejido de las memorias ancestrales” (BALCARCE, 2021, p. 455). Isto é, epistemologia nessa concepção não é apenas voltada aos pressupostos científicos de um dano físico-químico ao planeta, mas ao aniquilamento de relações intersubjetivas, perspectivistas, transespécies, intercomunitárias e multidimensionais, tais como a própria maneira específica dos Runa de sonhar dialogicamente com os espíritos da floresta.

A ação terricida e ecocida de invasão dos territórios ancestrais, predação, garimpagem e assassinato das florestas traz em contiguidade a devastação de concepções epistemológicas, universais e cosmológicas ameríndias, uma vez que se empreendem ações de colonização, aculturação, evangelização, modernização, urbanização e imposição de modos de vida modernos



incompatíveis com as ancestrais formas de relação entre as nações ameríndias e as florestas. É justamente por isso que a líder mapuche Moira Millán alerta:

El ecosistema perceptible se ha debilitado no sólo por la afectación provocada por el extractivismo, sino además por la falta de comunicación espiritual entre les humanes y *Pu Ngen*. Los portales de comunicación entre estas fuerzas elementales y los pueblos han sido apresados por los alambres del latifundio, destruidos también por las religiones colonizadoras, que se han encargado de profanar estos lugares sagrados, levantando iglesias y persiguiendo a las personas que eran portadoras de espíritus telúricos que facilitaban el diálogo con la naturaleza y con las fuerzas espirituales ancestrales. Esta dimensión ha sido asesinada no sólo por la empuñadura letal del capitalismo depredador, sino también por el extractivismo espiritual y colonial, que llegó a Indoamérica con la invasión, y desde entonces hasta ahora nuestra lucha es acérrima por lograr quitar de la clandestinidad nuestras prácticas espirituales y descolonizarnos de las religiones opresoras. Para consumir la eliminación del ecosistema perceptible, los terricidas llevaron a cabo genocidio y epistemicidio en Indoamérica (MILAN, 2020, p. 49-50).

É a devastação do vínculo espiritual provocada pelo terricídio, promovido pelos Estados Nacionais, empresas capitalistas, empreendimentos religiosos intolerantes e iniciativas privadas que profanaram esses locais sagrados, não afetando apenas uma pretensa e preconceituosa credence ancestral, mas pelo fato de que tais espiritualidades são fundamentais para a comunicação humana com a floresta e, por consequência, pela própria interdependência deles com o planeta. Nesse sentido, não há descontinuidade entre o ecocídio e o epistemicídio, isso não é observado apenas pelos Mapuche, mas também os Yanomami amazônicos possuem plena consciência da predação física com a espiritual. Segundo Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2017, p. 198):

Os Yanomami, como outros povos próximos (por exemplo, os Wajãpi) associam as atividades garimpeiras (ouro, cassiterita) em seus territórios [...] ao enfraquecimento e apodrecimento da camada terrestre, bem como à liberação de eflúvios patogênicos que disseminam epidemias e extinções biológicas. Eles entendem



que a ignorância dos Brancos [...] relativamente à agência dos espíritos e dos xamãs que sustentam o *status quo* cosmológico já começou a desencadear uma vingança sobrenatural, que vem provocando secas e inundações em diversos pontos do planeta. Em breve, com a morte dos últimos xamãs yanomami, os espíritos maléficos tomarão o cosmos, o céu desmontará e todos seremos aniquilados.

Perceba-se a indissociabilidade entre a questão espiritual e ambiental evocada tanto pelos Mapuche quanto pelos Yanomami, afinal, se a floresta possui seus espíritos garantidores da manutenção da vida e da cosmologia de suas existências, a destruição, ou mais precisamente, o assassinato desse sujeito chamado floresta, significa a *queda do céu* entendida enquanto a morte das estruturas cósmicas de sustentação do plano vital dos humanos, animais e plantas no planeta, e isso inclui também o homem branco que não coexiste nas florestas. É justamente a partir da premente necessidade de se sustentar o céu, de ouvir as vozes da floresta e de proteger os conhecimentos ancestrais que o conceito de terricídio conjuga a dimensão do ecocídio e do epistemicídio como crimes de assassinato da floresta, entendida como um sujeito ativo e imprescindivelmente significativo para a equação de sobrevivência ou extinção humana no ventre de Gaia.

Considerações finais: novas epistemologias

Ao compreendermos a possibilidade do estabelecimento de uma semiótica florestal a partir das pesquisas de Eduardo Kohn (2021) e tomarmos tais possibilidades não como um ornamento cultural, mas como um elemento epistemológico válido (SMITH, 2018), passamos então a compreender a floresta não mais como um objeto de estudos passivo e inerte, mas sim como um sujeito, capaz de assumir ativas dimensões cognitivas, comunicativas, semióticas, ontológicas e até mesmo teológicas. O reconhecimento dessa constituição redefine a posição subjetiva não apenas dos bosques, mas também da nossa condição humana no interior de um planeta atualmente ameaçado pelas catástrofes ambientais proporcionadas pela ação humana ecocida, a tal ponto de definir nossa era geológica enquanto antropoceno. A partir dessa compreensão antropológica adscrita em território epistemológico, passamos a compreender o conceito de terricídio, tal como formulado pela líder mapuche Moira Millán



(2020). Para a existência e funcionalidade de tal conceito compreendemos ser imprescindível uma compreensão prática, empírica e harmônica da categoria ativa dos bosques, da terra e das interações entre animais-humanos, não-humanos, vegetações, espíritos e demais entes em coexistência. Ressaltamos as dimensões terricidas do *ecocídio* como assassinato do meio ambiente e do *epistemicídio* como o extermínio de modos de vida e cosmologias ancestrais, o que implica diretamente no questionamento da autodeterminação da floresta e, conseqüentemente, da própria existência humana no planeta. Reiteramos o terricídio como conceito que agrega dimensões físicas e espirituais de devastação dos ecossistemas, das sabedorias ancestrais e das múltiplas formas de comunicar-se intersubjetivamente com a floresta. Compreendê-lo enquanto uma categoria histórica significa incorporar nas Ciências Humanas e na historiografia uma matriz epistemológica baseada no reconhecimento da floresta e suas interações semióticas como fundantes para a compreensão histórica das agrupações vivas atuais e também antigas. Isso significa que rupturas e continuidades podem ser articuladas no interior da inteligibilidade historiográfica, especialmente se pensarmos na urgência dos historiadores explicarem não apenas os fenômenos humanos, mas estabelecerem formas de compreensão cooperativas com distintas epistemologias, sejam as Ciências da Terra, sejam os saberes ancestrais da floresta e de seus habitantes:

Sem tal conhecimento da história profunda da humanidade seria difícil alcançar uma compreensão secular de porque as mudanças climáticas constituem uma crise para os seres humanos. Geólogos e cientistas que estudam o clima podem explicar por que a fase atual do aquecimento global – tão distinta do aquecimento do planeta que ocorreu anteriormente – possui uma natureza antropogênica, mas a crise que se segue para os seres humanos não pode ser compreendida, a não ser que se possa entender as conseqüências desse aquecimento. Essas conseqüências fazem sentido apenas se pensarmos nos seres humanos como uma forma de vida e olharmos para a história humana como parte da história da vida nesse planeta. Pois, no fim das contas, o que está sendo posto em risco com o aquecimento global não é o planeta geológico em si mesmo, mas as próprias condições biológicas e geológicas das quais depende a continuidade da vida humana tal como ela se desenvolveu durante o período do Holoceno (CHAKRABARTY, 2013).



O que o historiador nos alerta é que não basta mais confiarmos às ciências da terra a tarefa de explicar a vida e suas interações em escala planetária. É necessário que os historiadores também se aliem a essa tarefa por meio de uma história sensível às urgentes demandas ecológicas, climáticas e ambientais atuais, abrindo diálogos e narrativas não apenas com os humanos enquanto sujeitos históricos, mas compreendendo o protagonismo de outras espécies, reinos e entidades físicas e metafísicas. Em suma, ouvindo as vozes da floresta podemos e devemos articular novas formas não-antropocêntricas de compreensão do mundo a essa história profunda de que fala Chakrabarty. Uma delas é exatamente a noção de autodeterminação subjetiva da floresta e interdependência comunicacional, espiritual e cognitiva dentre ela e seus coabitantes. Nesse sentido, assumimos o ponto de vista cosmológico ameríndio não como mero ornamento cultural, mas como elemento teórico de fundação das bases epistemológicas da própria disciplina histórica, que ainda de forma incipiente, poderá deixar de ser tomada apenas como uma ciência dos homens no tempo.

Referências

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ÁLVAREZ ÁVILA, Carolina. Movimiento de mujeres indígenas por el Buen Vivir: marchando entre la política, lo político y lo ontológicamente diverso en Argentina. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [Buenos Aires], 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/76814>. Acesso em: 14 maio 2023.

BALCARCE, Gabriela. Políticas del buen vivir: Miradas sobre el terricidio y espiritualidades no modernas. *ABATIRÁ - Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, Eunápolis, v. 2, n. 4, p. 446- 458, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/13087/9149>. Acesso em: 3 fev. 2023.

BENGOA, Jose. Los mapuches: historia, cultura y conflicto. *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 68, p. 89-107, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/118>. Acesso em: 14 maio 2023.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge



Zahar Editora, 2001.

BONET I MARTÍ, Jordi. El movimiento mapuche en Chile: de la reivindicación por la tierra al reconocimiento como pueblo. In: FUNDACIÓN BETIKO. *Anuario de movimientos sociales*. Santiago: Fundación Bertiko, 2013. Disponível em: <https://fundacionbetiko.org/wp-content/uploads/2014/03/El-movimiento-mapuche-en-Chile.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2023.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. *Sopro 91*, Florianópolis, p. 1-21, jul. 2013. Disponível em: <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf>. Acesso em : 3 fev. 2023.

COMUNIDAD DE HISTORIA MAPUCHE. *Ta ñ fijke xipa rakizuameluwün*: Historia, colonialismo y resistencia desde el país Mapuche. Temuco: Ediciones Comunidad de Historia Mapuche, 2012.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há um mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2017.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOMÉZ, Mariana. Desde los márgenes de la (pluri)nación: movimiento de mujeres indígenas por el Buen Vivir en Zona Franca. *Revista Zona Franca*, Rosário, n. 28, p. 136-174, 2020. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/132191/CONICET_Digital_Nro.c897511d-60a3-44c8-bb59-4999fe74acec_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 14 maio 2023.

HAESBAERT, Rogério. A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade da Terra. *GEOgraphia*, Niterói, v. 23, n. 50, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/48960>. Acesso em : 3 fev. 2023.

HERINGER JÚNIOR, Bruno; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. O nexó ecocídio-genocídio: a destruição do ambiente natural como causa e como método de eliminação de grupos humanos. *Revista Jurídica Luso-brasileira*, Lisboa, ano 3, n. 6, p. 1111-1141, 2017. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2017/6/2017_06_1111_1141.pdf. Acesso em: 3 fev. 2023.

INGOLD, Tim. *Antropologia: pra que serve?* Petrópolis: Vozes, 2019.

KOHN, Eduardo. *Cómo piensan los bosques*: hacia una antropología más allá de lo



humano. Quito: Abya Yala y Hekht, 2021.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

KUOKKANEN, Rauna. Globalization as racialized, sexualized violence: the case of indigenous women. *International Feminist Journal of Politics*, [London], v. 2, n. 10, p. 216-233, 2008. Disponível em: https://genderandsecurity.org/sites/default/files/Kuokkanen_-_Globalizn_Racialized_Sexualized_Vio.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

LAGARDE, Marcela. *Género y feminismo: desarrollo humano y democracia*. Madrid: Horas y Horas, 1996.

LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo: Ubu e Ateliê de Humanidades, 2020a.

LATOUR, Bruno. *Onde aterrar?: como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020b.

LIMULJA, Hanna. *O desejo dos outros: uma etnografia dos sonhos Yanomami*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-378.

MANCUSO, Stefano. *Revolução das plantas: um novo modelo para o futuro*. São Paulo: Ubu editora, 2019.

MARIMÁN QUEMENADO, José Alejandro. *Autodeterminación: ideas políticas mapuche en el albor del siglo XXI*. Santiago: LOM ediciones, 2012.

MCLINTOCK, Anne. *Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest*. New York: Routledge, 1995.

MENDOZA, Marina. El movimiento de mujeres indígenas por el Buen Vivir. intersticios de una lucha feminista, antiextractivista y por la plurinacionalidad. *Cuaderno 91*, [s. l.], p. 109 – 129, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ccedce/n91/1853-3523-ccedce-91-109.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.



MILLÁN, Moira. Terricídio, fronteras y pandemia. In: ZIBECCHI, Raúl; MARTÍNEZ, Edgars (org.). *Repensar el sur: las luchas del pueblo Mapuche*. Guadalajara: Cooperativa editorial Retos, 2020. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.org/Mexico/ciesas/20201126020352/Repensar-el-sur.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2023.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshnKXN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2023.

PAIXÃO, Fernanda. Mulheres indígenas chegam na reta final da caminhada de 2.000 km pela Argentina. *Brasil de Fato*, Buenos Aires, 14 maio 2021. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2021/05/14/mulheres-indigenas-chegam-na-reta-final-da-caminhada-de-2-000-km-pela-argentina>. Acesso em: 3 fev. 2023.

QUINET, Antônio. *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2012.

RODRIGUEZ, Jorge Pinto. *La formación del Estado y la Nación, y el pueblo mapuche*. de la inclusión a la exclusión. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2003.

SEGATO, Rita Laura. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: territorio, soberanía y crímenes de segundo estado*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

SEIXLACK, Alessandra. *Entre a Araucania maldita e o deserto indômito: debates oitocentistas sobre a pacificação da Araucania no Chile e a Conquista do Deserto na Argentina*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2018.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TURIN, Rodrigo. A “catástrofe cósmica” do presente: alguns desafios do antropoceno para a consciência histórica contemporânea. In: MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de



Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 141-163.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, dez. 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324>. Acesso em: 11 fev. 2023.

Notas

¹Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) – Campus Parnaíba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9746-6832>.

²É possível ponderar essa afirmação se levarmos em consideração os argumentos de John Bellamy Foster (2005) quando propõe que o materialismo histórico, formulado a partir do pensamento de Karl Marx ainda no século XIX já propunha modos ecológicos de pensar. Sua argumentação repousa na premissa de que o pensador “associa a transformação social com a transformação da relação humana com a natureza de modos que agora consideramos ecológicos” (FOSTER, 2005, p. 13).

³A primeira edição deste livro foi publicada em 2013 com o título *How Forests Think. Toward an Anthropology Beyond the Human* pela University of California Press. A edição que estudamos e citamos é a versão traduzida ao espanhol por Mónica Cuéllar Gempeler e Belén Agustina Sánchez, sendo publicada em Quito no ano de 2021.

⁴Suas visitas às florestas de Ávila iniciaram em 1992, Eduardo Kohn viveu dentre o povo Runa por quatro anos, entre 1996 a 2000 e seguiu em contato pessoal frequente pelo menos até 2017, ano em que publicou introdução para a edição do livro em questão (KOHN, 2001, p. 16)

⁵Para uma compreensão mais aprofundada sobre a nação Mapuche e suas lutas políticas e cosmológicas sugerimos a leitura de José Bengoa (2012), Jordi Bonet I Martí (2013), José Alejandro Marimán Quemenado (2012), Jorge Pinto Rodríguez (2003), Alessandra Seixlack (2018), Comunidad de Historia Mapuche (2012).

⁶Para uma visão mais ampla do movimento sugerimos conferir os textos de Marina Mendoza (2021), Mariana Gómez (2020), Carolina Álvarez Ávila (2019)

⁷A dimensão do feminicídio é indispensável para a constituição do conceito de terricídio, uma vez que para a cosmologia Mapuche a mulher conecta por meio do ventre a vida em sua dimensão espiritual à vida em sua dimensão terrena. O assassinato, estupro e violência contra as mulheres (especialmente às mulheres indígenas) é um dos elementos mais denunciados pelo *Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir*, dada a gravidade e urgência do assunto. Pela amplitude do tema e a especificidade de nossa abordagem, não poderemos tratar da questão do feminicídio nesse artigo, para essa dimensão recomendamos a leitura de (KUOKKANEN, 2008; LAGARDE, 1996; LUGONES, 2019; MCLINTOCK, 1995; SEGATO, 2013).

Os povos da floresta na
produção do espaço e
da sustentabilidade na
Amazônia: o caso do território
do Médio Juruá – Carauari/
AM

The forest peoples in the
production of space and
sustainability in the Amazon:
the case of the Médio Juruá
Territory - Carauari/AM

David Franklin da Silva Guimarães¹
Monica Alves Vasconcelos²
Andreza Gomes Weil³
Tatiana Schor⁴



Resumo: Este artigo aborda a relação dos seringueiros da Amazônia com a proteção das florestas frente às ameaças para o ambiente. Destaca os aspectos históricos da categoria, desde os processos de exploração do trabalho nos ciclos da borracha até as formas de resistência do Conselho das Populações Extrativistas localizadas no Médio Rio Juruá, Carauari/AM. As informações foram norteadas a partir de revisão bibliográfica e das narrativas das populações deste território coletadas por meio da técnica de história oral. As análises partiram da concepção de Henri Lefebvre acerca da produção do espaço. Apesar do apogeu econômico, os ciclos da borracha foram marcados pela exploração do trabalho de seringueiros e suas famílias. O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) surge como uma forma de resistência a esta problemática. Seu papel é garantir o acesso aos direitos sociais para os povos da floresta acompanhando as ações do Estado. Estes sujeitos atuaram localmente para a consolidação de áreas protegidas, garantindo melhoria da qualidade de vida e geração de renda. Desta forma, solidificando uma governança socioambiental para a promoção da sustentabilidade e da justiça socioambiental. **Palavras-chave:** seringueiros; governança socioambiental; resistência; território do Médio Juruá; produção do espaço.

Abstract: This article discusses the relationship between the rubber tappers of the Amazon and the protection of the forests in the face of threats to the environment. Highlights the historical aspects of the category, from the labor exploitation processes in the rubber cycles to the forms of resistance of the Council of Extractive Populations located in the Médio Juruá River, Carauari/AM. The information was based on a bibliographic review and on the narratives of the people from this territory collected through the oral history technique. The analyses were based on Henri Lefebvre's conception about the production of space. Despite the economic boom, the rubber cycles were marked by the exploitation of the labor of rubber



tappers and their families. The National Council of Extractive Populations (CNS) emerges as a form of resistance to this problem. Its role is to guarantee access to social rights for forest peoples, accompanying the actions of the State. These individuals acted locally for the consolidation of protected areas, ensuring improved quality of life and income generation. Thus, solidifying a socioenvironmental governance for the promotion of sustainability and socioenvironmental justice. **Keywords:** rubber tappers; socio-environmental governance; resistance; Middle Juruá Territory; production of space.



Introdução

A ocupação da Amazônia teve nos dois ciclos da borracha sua intensificação, principalmente por meio da migração de nordestinos que fugiam das difíceis condições provocadas pelas secas, como a ocorrida em 1987 naquela região (DERICKX; TRANSFERETTI, 1992). Esse apogeu econômico gerado pelo extrativismo da borracha tem seu simbolismo marcado, por exemplo, nas construções da época, como o Teatro Amazonas na cidade de Manaus.

A cadeia produtiva da borracha chegou a representar uma das principais atividades econômicas do país. Entretanto, a riqueza baseada na borracha não gerou dignidade de vida aos seringueiros, que ocuparam vários territórios na região amazônica. Muitos morreram pelas doenças vetoriais que assolam a região, passaram fome, foram escravizados, bem como foram assassinados por patrões, coronéis da borracha, ao discordarem das práticas ilegais e cruéis exercidas em seus seringais. Os seringueiros eram proibidos de ter autonomia em seus roçados e pescarias e eram obrigados a vender toda a sua produção por um preço injusto para os patrões que exploravam esses trabalhadores (SCHWEICKARDT, 2010).

A relação de opressão dos patrões, os coronéis da borracha, com os seringueiros gerava revolta, mas sobretudo medo por parte dos seringueiros que se sentiam coagidos pelos seringalistas que detinham o apoio do Estado. A própria concessão de terras dos patrões, como proprietários das áreas dos seringais, era conferida pelo Estado, homologando dessa forma as práticas ocorridas nesses espaços. A relação de exploração se dava por meio do sistema conhecido como aviamento, onde os seringueiros tinham na borracha a moeda de troca para aquisição de bens de consumo fornecidos pelo patrão. Entretanto, os valores desses produtos sempre eram extremamente maiores que o valor da borracha produzida, gerando um alto endividamento desses trabalhadores (ALLEGRETTI, 2008).

Desse processo de exploração do trabalho e das condições precárias, os seringueiros e suas famílias se organizaram em rede para a defesa de seus territórios por meio da criação de Reservas Extrativistas (RESEX), tendo como instrumento de reivindicação política o Conselho Nacional dos Seringueiros – hoje, denominado como Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) –, criado em 1985 no I Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia (CNS, 1985). O CNS foi concebido para o fortalecimento da luta dos seringueiros por direito à terra, renda e demais políticas públicas. Entretanto, assim como



preconizado por Chico Mendes, a luta que iniciou em prol da proteção dos seringueiros e da floresta se coadunou por uma luta pela humanidade.

Em meio à crise climática global, provocada pelo excesso de gases do efeito estufa na atmosfera, a conservação da floresta surge como uma das principais alternativas para mitigar os efeitos do aquecimento global devido ao papel da floresta de fixação de carbono. A relação que os povos da floresta já desenvolveram com os recursos naturais garantem a manutenção dos serviços ecossistêmicos da floresta e continuidade da forma tradicional de vida dessas comunidades.

Na região no sudoeste do estado do Amazonas, o município de Carauari vivenciou todas as mazelas provocadas pelo seringalismo que, ao longo do Rio Juruá, ainda tem todas as cicatrizes provocadas por esse sistema. Mas todo o processo de empoderamento e organização social promovidos pela Igreja Católica por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) contribuiu para a construção da governança e da sustentabilidade no território do Médio Juruá.

Dessa forma, este artigo realiza uma revisão bibliográfica sobre as temáticas estudadas, bem como trazendo falas dos atores e atrizes sociais da região do Médio Juruá que, por meio da história oral, recontam as estratégias de lutas, fortalecimento das organizações sociais que compõem o território e sua articulação em rede com atores internos e parceiros externos na tessitura da sustentabilidade presentes no território. Nessa pesquisa a história oral foi considerada estratégica para permitir que a classe trabalhadora possua a hegemonia na narrativa de suas construções sociais (PORTELLI, 1997). Ao longo do texto, serão trazidos trechos da obra *No Coração da Amazônia: Juruá, o Rio que Chora* (1992) de autoria do Padre João Derickx, sob coordenação de José Antônio Tranferetti, bem como falas dos sujeitos centrais da pesquisa: os atores sociais que conduzem o território Médio Juruá.

A governança neste estudo foi observada a partir de uma rede de atores que se coadunam nesse sistema de redes sociais deflagrada pela análise de rede produzida pelo *software Gephi 2.0*, observando a centralidade e as conexões existentes entre os atores para o melhor entendimento da dinâmica de gestão do território.

O processo de lutas sociais que serão evidenciados ao longo do texto, bem como os arranjos de governança socioambiental, foram observados a partir das premissas da teoria da produção do espaço (LEFEBVRE, 2006). Para tanto, como forma de conhecer melhor as nuances que envolvem a produção do espaço e as relações de governança no Médio Juruá, o primeiro autor residiu no município



de Carauari ao longo de dois anos.

O seringalismo na Amazônia: Quando as florestas tornaram-se senzalas

A particularidade do desenvolvimento na Amazônia assume um caráter paradoxal, posto que esta região é marcada por uma série de problemáticas, principalmente de ordem social e econômica, onde “a pobreza campeou, colocando-a em uma condição onde não se pode caracterizar exatamente se é “atraso econômico” ou subdesenvolvimento”. (BATISTA, 2007, p. 119).

Esta realidade é marcada pelo desenvolvimento desigual que se instituiu em diferentes momentos históricos, sobretudo naqueles em que as formas de exploração, próprias do modo de produção capitalista, se sobrepõem à dinâmica de trabalho da região. A “descoberta” do látex despertou o interesse de mercados internacionais que investiam no progresso tecnológico impulsionado no contexto da Revolução Industrial.

Em seus primórdios, no começo do século XIX, a borracha foi considerada uma matéria-prima milagrosa para um mundo habituado à madeira, ferro, aço, couro e tecidos (SOUZA, 2019, p. 182). A exportação para os países europeus e norte-americanos se expandiu após a descoberta do método de vulcanização por Charles Goodyear, que envolvia o processo de refinamento da borracha.

Tal experimento beneficiou a pneumática utilizada nos automóveis despertando o interesse das indústrias automobilísticas no produto (*Ibidem*). Nesses termos, observa-se que o período da borracha representou a reinvenção da Amazônia, sendo as relações redefinidas, especialmente, pela submissão ao capital internacional (FREITAS; SILVA, 2000, p. 72).

A ascensão do látex impetrou grandes transformações que não superaram as expressivas contradições vivenciadas na Amazônia, principalmente no âmbito social e econômico. A ilusória ideia de autonomia financeira e prosperidade trouxe na bagagem, entre outras questões, um significativo aumento demográfico, o desequilíbrio ecológico, a excessiva exploração do trabalho dos seringueiros e o aumento da pobreza para a massa populacional que habitava a região.

Na capital Manaus, a Amazônia se reveste de urbanização em função do intenso processo migratório de trabalhadores familiarizados com serviços urbanos. Este fenômeno tem impacto sobre os modos de vida de indígenas e caboclos, cujo lugar na cidade estava previamente definido na segregação e no isolamento (*Ibidem*).



A prosperidade da era gomífera abrigava duas faces: a primeira era expressa na paisagem urbana, iluminada pela energia elétrica e figurada pelos luxuosos ambientes arquitetônicos financiados pelas grandes fortunas que corriam em Manaus e Belém (SOUZA, 2019, p. 185); a segunda face, obscurecida pela distância da cidade, se revela na exploração do trabalho dos seringueiros que viviam nos seringais, uma população que revela as desigualdades e que trabalha em função da porção menor, os que vivem a explorar os trabalhadores (BATISTA, 2007, p. 98).

Havia uma alta demanda de produção da borracha que era incompatível com a disponibilidade de mão de obra em uma região esvaziada pela escravidão e repressão do Império no combate à Cabanagem (SOUZA, 2019, p. 190). Assim, o fenômeno migratório foi crescente e marcante para a região no período da borracha.

A multiplicidade de seringueiros apontava para a diversidade sociocultural entre esses trabalhadores – em sua maioria, migrantes nordestinos – que buscavam melhores condições de vida frente ao período de grandes secas e das condições econômicas precárias vivenciadas no Nordeste. Dados apontados por Benchimol (1977) indicam que, entre os anos 1877-1900, vieram para a Amazônia um total de 158.125 migrantes nordestinos. Desse quantitativo, acredita-se que cerca de 40.000 pessoas vieram para a região do Rio Juruá (DERICKX; TRANSFERETTI, 1992).

As condições vivenciadas na Amazônia foram muito diferentes das expectativas dos retirantes. A adaptação ao ambiente perigoso de florestas, as diferenças culturais, dificuldade de alimentação e, sobretudo, a exploração do trabalho foram algumas das condições desumanas vivenciadas pelos migrantes nordestinos. Essa situação é exemplificada no Médio Juruá por Padre João Derickx em sua obra:

Construíram-se palácios em Manaus, Belém, Londres... acumularam-se fortunas, formaram-se “doutores” (exploradores) às custas do trabalho do seringueiro. Em seu tapiri, rodeado de filhos, miséria e dívidas ao patrão e regatão, ele sobrevive teimosamente da exploração e opressão. (DERICKX; TRANSFERETTI, 1992, p. 108).

Além disso, as relações de trabalho eram análogas ao trabalho escravo quando conduzidas sob o sistema de aviamento. Neste, os modos de exploração



eram baseados na relação coercitiva e violenta que impunha ao trabalhador uma condição de débito permanente. As negociações mediadas no chamado “barracão”, lugar onde vivia o seringalista e onde estavam dispostos todos os produtos para comercialização, aprisionavam os trabalhadores desde a sua chegada ao seringal. Seus meios de trabalho, os alimentos para sua subsistência, vestimentas ou quaisquer outros itens eram vendidos a preços superfaturados e posteriormente cobrado dos seringueiros (PONTES, 2014, p. 13; SOUZA, 2019, p. 190).

Mesmo diante do frequente processo de exploração, os migrantes nordestinos revelaram a sua capacidade de sobrevivência, ambientando-se e enriquecendo a cultural local, além de agregar a vida e as lutas com os povos tradicionais que vivem na Amazônia (SOUZA, 2019, p. 190).

A decadência do período áureo pode ser evidenciada a partir de 1912 com a queda da exportação da produção e o investimento do capital internacional nos seringais asiáticos, que tinham como principal atrativo o menor valor de mercado. De acordo com Mahar (1978), o período que corresponde a 1912-1945 foi quase exclusivamente dedicado a recuperar a economia da borracha. O primeiro momento foi o Plano de Defesa da Borracha que, entre outras ações, dispunha de concessões a quem plantasse seringueiras, bem como a quem construísse centros de beneficiamento da borracha, hospitais, estradas de ferro e outros. Entretanto, o país passava por uma precária situação financeira e o Congresso negou verbas para o desenvolvimento do plano.

Um segundo momento registrado pelo autor, denominado Batalha da Borracha, refere-se ao acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos durante a II Guerra Mundial para o fornecimento de matérias-primas estratégicas, incluindo a borracha. Tal situação movimentou uma expressiva estrutura administrativo-financeira, principalmente de mobilização de força de trabalho. Entretanto, problemas como transporte e o curto prazo do programa não apresentaram resultado favorável à região.

Diante do enfraquecimento da produção da borracha, os seringueiros buscaram seu fortalecimento enquanto organização de trabalhadores. Livres dos ditames coercitivos que apropriavam a força de trabalho, as organizações buscavam, entre outras lutas, melhores condições de trabalho e o reconhecimento de suas propriedades. No Médio Juruá, os registros históricos evidenciam um processo de resistência destas organizações que garantiram sobretudo a sua re-existência frente às propostas ambivalentes de desenvolvimento para a Amazônia.



Empates⁵ na Amazônia: A construção do conselho nacional das populações extrativistas como sinal de resistência e garantia de direitos

Nesta Amazônia, marcada pela grandiosidade natural da fauna, flora e dos rios, há ainda a imensidão dos povos que sempre lutaram por direitos, como tantos em tantas Amazônias, mas que possuem um protagonismo diferenciado de organização socioambiental. No Médio Juruá, depois dos embates travados contra o sistema seringueira, as populações perceberam a necessidade de ter seus direitos garantidos dentro do território. Assim, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) da Igreja Católica, sendo liderado pelo padre holandês João Derickx, os seringueiros contribuíram para a criação do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) (ALVES *et al.*, 2022; DERICKX; TRANSFERETTI, 1992). De acordo com o referido autor, o primeiro encontro dos seringueiros da região ocorreu em 1981 com a participação de lideranças dos rios Juruá, Jutaí e Carauari na cidade de Carauari/AM. Em 1985, foi realizado o Encontro Regional de Seringueiros em Manaus e no mesmo ano foi realizado o Encontro Nacional em Brasília/DF.

O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) foi criado a partir do I Encontro Nacional dos Seringueiros e surgiu em contraposição ao Conselho Nacional da Borracha, que não contemplava os seringueiros em sua composição. O CNS viria a assumir, gradativamente e por uma série de conjunturas políticas, o papel de principal interlocutor dos seringueiros na construção das políticas públicas, substituindo o papel antes ocupado pelos sindicatos (PAULA, [1998]). Posteriormente, o CNS passaria a representar também os trabalhadores agroextrativistas, sendo atualmente denominado de Conselho Nacional das Populações Extrativistas, completando em 2022 seus 37 anos de existência.

Uma das estratégias mais emblemáticas do movimento dos seringueiros a nível nacional estava nos empates⁶, que era o ato de impedir os grandes latifundiários de derrubar a região de floresta por meio da manifestação de seringueiros e suas famílias em áreas ameaçadas (ALLEGRETTI, 2002). Contudo, a criação do CNS possibilitou que esse empate fosse levado para o campo político, tendo como principal mecanismo a construção de políticas públicas sociais e ambientais para a região.

Em 1996, O CNS criou o Memorial Chico Mendes e este tem como objetivo divulgar no Brasil e no exterior as ideias de luta de Chico Mendes, além de apoiar as comunidades agroextrativistas do Brasil. Em 1997, a entidade foi registrada, passando a existir juridicamente, tratando-se de uma entidade de assessoria



técnica ao movimento social dos extrativistas, à defesa do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas da Amazônia e de outras regiões do Brasil como forma de fortalecer a organização dos povos da floresta na execução de projetos (MCM, 2018). Um dos projetos implementados pelo MCM, considerado de sucesso para os moradores locais, foi o “Sanear Amazônia: Mobilização social por acesso a água às famílias extrativistas na Amazônia”, que teve o objetivo de promover acesso à água para o consumo humano em comunidades extrativistas da Amazônia.

Na década de 1990, surgiram instrumentos de territorialização diferentes dos existentes até então, entre eles, a criação das unidades de conservação (BRITO, 2000). Na época, as preocupações ambientais foram difundidas e, paralelamente a elas, houve uma ampliação de espaços democráticos e dos movimentos sociais que incentivava a fixação de populações humanas em áreas protegidas ambientalmente (ESTERCI; SCHWEICKARDT, 2010). Muitos desses espaços foram reivindicados pelos grupos sociais já residentes, como no caso dos moradores da região do Médio Juruá, garantindo assim a eles o acesso e o controle dos recursos, além da proteção dos seus modos de vida (*Ibidem*).

Nos anos 2000, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foram formulados os modelos de áreas protegidas ambientalmente, entre as quais: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e de Reserva Extrativista (RESEX). A RESEX foi muitas vezes designada pelos próprios envolvidos como a reforma agrária dos seringueiros e denunciada por opositores na arena ambiental, como uma espécie de política social de formato não muito adequado aos objetivos da conservação (ALLEGRETTI, 2002; ALMEIDA, 2004; FRANCO, 2008). Os seringueiros se contrapunham à ideia de propriedade privada, então, se inspiraram nas reservas indígenas, dos quais eram vizinhos, para a criação da RESEX, com a orientação de não dividir a terra em lotes e evitar assim futuros problemas de vendas de lotes familiares.

Na sequência das lutas no Acre, com a criação das primeiras Reservas Extrativistas – Chico Mendes e Alto Juruá – e a partir da reivindicação dos seringueiros locais, em 1997, foi criada a RESEX do Médio Juruá e, em 2005, a RDS Uacari, ambas no município de Carauari. Segundo Esterci e Schweickardt (2010, p. 64):

Ao discutir as dimensões socioantropológicas da produção e (re)produção de territórios na região, uma situação observada no curso médio do rio Juruá, no estado do Amazonas, permite



colocar em perspectiva a distinção entre os dois modelos aqui referidos e indagar sobre as mudanças ocorridas na relação entre o campesinato amazônico e o Estado, na conjuntura das duas últimas décadas. Veremos como esses pequenos produtores têm se apropriado dos instrumentos de ação política dos planejadores, para seus próprios fins e em função de suas estratégias de garantia da terra, dos recursos e dos seus modos de vida.

A criação das reservas, com seus estatutos e consequentes regras de uso, possibilitou a legitimação do direito das populações locais, resguardando a defesa do território e de seus modos de vida, fruto de suas lutas socioambientais travadas desde o trabalho nos seringais. Agora, essas populações reconhecidas como tradicionais, poderiam, a partir de um marco legal, dar seguimento às demais conquistas por meio da garantia de direitos, entre eles, a justiça socioambiental, pois a organização comunitária e a autonomia sempre estiveram imbricadas (CUNHA; LOUREIRO, 2009). Entretanto, houve resistência por parte dos seringalistas que tentavam prejudicar o processo de empoderamento dos seringueiros com proibições para as reuniões e perseguições das lideranças (DERICKX; TRANSFERETTI, 1992).

As Reservas Extrativistas, como a do Médio Juruá, foram criadas nos mesmos locais onde estavam localizados os seringais dos coronéis da borracha. Dessa forma, a luta dos povos da floresta resignificaram as relações dentro dos seringais, produzindo um novo espaço social, substituindo as relações de exploração e submissão por alternativas baseadas em preceitos da economia solidária com gestão compartilhada pelos moradores desses territórios.

Cabe ressaltar que uma conquista importante dos moradores da RESEX do Médio Juruá deu-se com o reconhecimento destes como beneficiários da política nacional de reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo que esta tratava-se de uma demanda política do estado do Amazonas, visto que extrativistas e ribeirinhos são maioria da população rural e que raramente eram atendidos pelas políticas do Governo Federal (SCHWEICKARDT, 2010).

Após a criação das duas unidades de conservação que compõem o território do Médio Juruá, garantiu-se a primeira demanda das populações da floresta que vivem na região: o direito ao território. Entretanto, ainda se fazia necessário garantir direitos básicos como educação, saneamento, geração de renda, saúde, habitação, entre outros.



Com o crescimento e a solidificação dos movimentos sociais do Médio Juruá, o qual já possuía as associações e cooperativas como organizações de base, no ano de 2010, foi criado o Fórum do Território Médio Juruá (FTMJ), no qual reúne organizações públicas e privadas que atuam ou têm interesse em atuar na região com o objetivo de integrar e fortalecer a cooperação mútua em prol da qualidade de vida, conservação da biodiversidade e fortalecimento das cadeias produtivas (GUIMARÃES *et al.*, 2022; INSTITUTO JURUÁ, 2022).

Atualmente, nas margens do rio Juruá, nas RDS Uacari e RESEX do Médio Juruá, numa área de aproximadamente 900 mil hectares, vivem cerca de 700 famílias realizando a gestão compartilhada do território (MCM, 2018). Essas populações tradicionais desenvolvem suas atividades cotidianas seguindo os preceitos da sustentabilidade, nas quais utilizam dos recursos naturais de modo a não prejudicar as gerações futuras, tanto para sua subsistência quanto para a comercialização como forma de obtenção de bens de consumo. Devido a sua forte ligação com os recursos naturais, as populações da região desenvolveram diversas atividades econômicas a partir dos produtos dos rios e da floresta (WITKOWSKI, 2010). Nessa polivalência de atividades podem ser citados a pesca, a agricultura e o extrativismo.

Buscando atingir outros mercados como forma de expandir a comercialização dos produtos de Carauari, os produtores se organizaram em associações e cooperativas. A maior e mais antiga é a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), que atualmente é a responsável pela negociação e comercialização da maioria das cadeias produtivas desenvolvidas na região, tais como a borracha, a farinha, o açaí e o pescado de pirarucu. Enquanto a Associação dos Moradores da RDS Uacari (AMARU) e a Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária do Médio Juruá (CODAEMJ) desenvolvem as cadeias de óleos vegetais de andiroba, murumuru e ucuúba, os quais são comercializados com empresas de cosméticos.

Para além do beneficiamento e comercialização dos produtos da floresta, pode-se dizer que, no Médio Juruá, há em curso o desenvolvimento de uma economia que busca trazer solução aos problemas globais, tais como a mudança climática e a perda de biodiversidade, a bioeconomia. A Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ) promove o fortalecimento das cadeias produtivas desenvolvidas por mulheres e atualmente produz e comercializa biojoias, tendo algumas associadas participado de capacitações fora do estado do Amazonas. A Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Nova Esperança (AANE) trabalha a geração de renda por meio da



criação de produtos de higiene e limpeza, utilizando essências encontradas na Floresta Amazônica.

Para os sujeitos da pesquisa, a presença do Padre João Derickx foi crucial para o empoderamento e fortalecimento das bases que resultarão na criação da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), bem como a participação da região na criação do CNS.

Naquela época éramos subordinados ao patrão. Daí chegou o Padre Joao Derickx, começando pela comunidade do Roque. A primeira experiência foi na venda de banana em troca de outros itens de rancho, como deu certo foi expandido para outras comunidades. Em 1991 foi a formação das primeiras comunidades. (homem, agricultor, 67 anos).

O primeiro mandato da ASPROC junto com o MEB e Padre João Derickx foi um marco para que as famílias tomassem a decisão para se libertar do patrão. Esse ato levou a mobilizar outras pessoas e estamos onde estamos. O marco foi sair das garras do patrão e fazer sua própria gestão. (homem, servidor público, 54 anos).

Logo, fica clara a importância do processo de educação popular promovida pelo MEB, em Carauari, como alternativa para a transformação da realidade de exploração vivenciada pelos seringueiros e suas famílias, a fim de melhoria da qualidade de vida dessa população. Das experiências destacadas na comercialização dos produtos das comunidades ribeirinhos por gêneros alimentícios essenciais para essas famílias, criou-se o Projeto Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário que, por meio dos entrepostos de comercialização instaladas nas comunidades, compra a produção rural por um preço justo, onde também é possível trocar por itens de alimentação e limpeza. Devido ao importante impacto social dessa iniciativa em 2012, foi conferido a ASPROC o prêmio Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Presidência da República.

Esta perspectiva ambiental desenvolvida pelas organizações do Médio Juruá poderia ser definida por Leff (2004) como racionalidade ambiental, sendo baseada em uma nova ética, com princípios embasados em uma vida democrática, valores e identidades culturais que sejam capazes de mobilizar e reorganizar a sociedade como um todo, em busca da transformação das estruturas do poder e um efetivo desenvolvimento sustentável. Contudo, a perspectiva sustentável das populações da Amazônia vem da prática de suas vivências com o meio



que os cerca, ou seja, do real. E é partir dessas vivências que as populações tradicionais do Médio Juruá possuem uma governança ambiental própria, que é exemplo para toda a região amazônica.

Governança socioambiental do Território do Médio Juruá

A atuação no Médio Juruá ocorre de forma conjunta por meio do Fórum do Território Médio Juruá (FTMJ), instância de articulação das organizações locais em parceria com entidades regionais, nacionais e organismos internacionais do setor público, privado e da sociedade civil organizada. Nesse sentido, a governança policêntrica, com a presença de atores de diferentes níveis nos usos dos recursos naturais, se apresenta como uma forma imprescindível para a conservação e geração de renda às comunidades locais (OSTROM, 2009).

Como forma de melhor entender o processo de governança estabelecido no território do Médio Juruá, foi identificado a partir dos atores locais a rede social de organizações que atuam na gestão do território. Ao total, foram identificados 37 atores de diferentes segmentos e diferentes níveis que atuam na gestão de recursos naturais no Médio Juruá (Figura 1).

Figura 1 - Setores envolvidos diretamente na governança do Médio Juruá



Fonte: Elaborado pelos autores.

David Franklin da Silva Guimarães / Monica Alves Vasconcelos / Andreza Gomes Weil / Tatiana Schor
Os povos da floresta na produção do espaço e da sustentabilidade na Amazônia: o caso do território do Médio Juruá – Carauari/AM



Foram identificadas as organizações que contribuem com a gestão dos recursos naturais da região e foram consideradas as organizações citadas pelos representantes das organizações de base na região. Logo, a rede social de atores no território do Médio Juruá é constituída de organizações que representam a sociedade civil organizada, o poder público, a academia e o setor empresarial (Quadro 1). Essa configuração de atores de diferentes segmentos participando da governança do território elucida o conceito de território como um campo de forças, onde coexistem diferentes grupos sociais (SAQUET, 2007).

Quadro 1 - Lista de organizações que participam da governança do Médio Juruá

Nome da organização	Sigla	Setor
Instituto Juruá	Instituto Juruá	Instituições de ensino/ Pesquisa
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	Instituições de ensino/ Pesquisa
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	Instituições de ensino/ Pesquisa
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	ICMBio	Poder público
Departamento de Mudança Climática e Unidade de Conservação/SEMA	DEMUC/SEMA	Poder público
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas	IDAM	Poder público
Prefeitura Municipal de Carauari	Prefeitura de Carauari	Poder público
Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas	SEPROR	Poder público
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	Poder público
Agência Norte - Americana Para o Desenvolvimento Internacional	USAID	Poder público
Natura & Com	Natura	Setor empresarial
JBS S.A.	JBS	Setor empresarial
Associação dos Produtores Rurais de Carauari	ASPROC	Sociedade civil
Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá	ASMAMJ	Sociedade civil
Associação dos Moradores da Comunidade de São Raimundo	AMECSARA	Sociedade civil
Memorial Chico Mendes	MCM	Sociedade civil
Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS Uacari	AMARU	Sociedade civil



Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Carauari, Associação dos Moradores Agroextrativistas do Baixo e Médio Juruá	AMAB	Sociedade civil
Associação Agroextrativista da Comunidade de Nova Esperança	AANE	Sociedade civil
SITAWI Finanças do Bem	SITAWI	Sociedade civil
Colpesca Colônia dos Pescadores Z 25 de Carauari	Colônia dos Pescadores	Sociedade civil
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Carauari - Nós Podemos	Associação dos catadores	Sociedade civil
Sindicato Rural de Carauari	Sindicato Rural	Sociedade civil
Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária da RESEX do Médio Juruá	CODAEMJ	Sociedade civil
Fórum do Território Médio Juruá	FTMJ	Sociedade civil
Fundo de Repartição de Benefícios do Médio Juruá	Fundo de Repartição de Benefícios	Sociedade civil
Conselho Nacional de Populações Extrativistas	CNS	Sociedade civil
Fundação Amazônia Sustentável	FAS	Sociedade civil
Movimento de Educação de Base	MEB	Sociedade civil
Associação do Povo Deni do rio Xeruã	ASPODEX	Sociedade civil
Associação dos Trabalhadores Rurais de Juruá	ASTRUJ	Sociedade civil
Associação Ambiental, Extrativista, Pescadores e Produtores Rurais de Itamarati	AAEPPRI	Sociedade civil
Operação Amazônia Nativa	OPAN	Sociedade civil
Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Carauari	ACFRC	Sociedade civil
Projeto Pé de Pincha	Pé de Pincha	Sociedade civil
Associação das Parteiras Tradicionais do Amazonas	Associação de Parteiras	Sociedade civil
Conselho Indigenista Missionário	CIMI	Sociedade civil

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesse sentido, foram identificadas três instituições de ensino e pesquisa, sete entidades do poder público em seus diferentes níveis, duas instituições



do setor empresarial e 25 da sociedade civil organizada. Cabe ressaltar que nem todas as organizações da sociedade civil citadas possuem personalidade jurídica, mas possuem importantes atuações na defesa e garantia de direitos na região.

A grande presença de organizações da sociedade civil evidencia a conformação social e de governança construída no território do Médio Juruá ao longo dos anos, primado por um processo endógeno e participativo (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2019). São essas organizações que articulam, produzem e reproduzem o espaço físico e político do Médio Juruá.

A presença de atores do setor empresarial, dentre as organizações citadas, demonstra o território como um campo de interesse privado econômico por possuir cadeias produtivas bem desenvolvidas com um alto potencial de comercialização e organizações fortes e maduras com possibilidade de negociar e conveniar com o setor empresarial. Nesse sentido, cabe ressaltar a presença da Natura que possui uma relação longa com o Médio Juruá, com a cadeia de óleos vegetais e com as organizações da sociedade civil, disposta por meio da Repartição de Benefícios do Médio Juruá como cumprimento da lei de acesso ao patrimônio genético, que diz sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade (Lei Federal Nº 13.123/2015). A JBS possui uma parceria com a ASPROC para o desenvolvimento da cadeia do pirarucu manejado e outras cadeias que estão em andamento, mas já se mostram promissores para a região.

O Médio Juruá é alvo de interesse de muitos pesquisadores de instituições brasileiras e estrangeiras. Nesse sentido, vários são os trabalhos de conclusão de curso, mestrado, doutorado e pós-doutorado desenvolvidos na região. Dentre as organizações citadas, merece destaque o trabalho do Instituto Juruá na região, que realiza vários projetos de pesquisa e diagnósticos com a participação dos comunitários. A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) possui um polo no município de Carauari e, em parceria com a Fundação Amazônia Sustentável e as organizações do Médio Juruá, tem ofertado o curso de Pedagogia do Campo na base do Bauana, na RDS Uacari. A UFAM tem pesquisas concluídas e em andamento na região, com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM) e parceria de organizações locais, e vem desenvolvendo ações de interesse das organizações.

A governança ambiental na região possui atores de poder público de diferentes níveis (federal, estadual e municipal), ligados à gestão do território



do Médio Juruá. A principal organização federal citada pelos entrevistados foi o ICMBio, órgão gestor da RESEX do Médio Juruá, que, atualmente, tem como gestor Manuel Cunha, seringueiro, nascido na região e ex-presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas. O ICMBio tem participado ativamente da vida das organizações sociais na região, tornando-se destaque no processo de gestão do território.

O outro órgão gestor é o DEMUC/SEMA, de esfera estadual, responsável pela RDS Uacari, que tem atuado na conservação ambiental e no desenvolvimento sustentável da região. Outras organizações que compõem o poder público estadual são as ligadas ao sistema da Secretaria Estadual de Produção Rural (SEPROR), como a própria SEPROR, e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) com a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural. A Prefeitura de Carauari aparece na rede de governança pelas relações que possui com as organizações locais por meio do pagamento da subvenção municipal da borracha, comercialização do pirarucu manejado e outros apoios.

O território também emerge como campo de disputa de poder, conflitos e disputas (SAQUET, 2007). Esse processo é evidente no processo de luta por garantia de direitos, muitas vezes negados por parte de organizações do poder público em seus diferentes níveis. Nesse sentido, o Estado acaba por possuir um papel bipolar por ter o objetivo de garantir direitos e, em determinados situações, acabar os negando (JATOBA; CIDADE; VARGAS, 2009).

Em relação às organizações da sociedade civil organizada, existem as que atuam com a pauta indígena (OPAN e CIMI) ou emergem da própria resistência dos povos originários (ASPODEX). Essa atuação dentro do território é de suma importância, pois existem etnias que ainda não tiveram seus territórios devidamente demarcados, como os Kulina e os Kanamaris. A atuação dessas organizações fortalece a luta do Médio Juruá e espelha a pluralidade de atores que habitam esse espaço.

Como forma de observar a importância desses diferentes atores no processo de governança do território do Médio Juruá, foi elaborada a rede de governança da região baseada na centralidade de grau dessas organizações envolvidas (Figura 2).



Figura 2 - Rede de governança do Médio Juruá



Fonte: Elaborado pelos autores.

Legenda: quanto maior e mais escuro o nó da rede, maior centralidade essa organização exerce no território.

As redes sociais são sistemas organizacionais que têm o objetivo de reunir atores (indivíduos e organizações) de forma democrática, horizontal e participativa no entorno de causas compartilhadas (OLIVIERI, 2003). Dentro do processo de gestão do território e de governança ambiental, essa atuação em rede é primordial para a tomada de decisão e colaboração de diferentes atores, de diversos segmentos e em vastos níveis. Logo, a integração desses atores permite a resolução de problemas e a geração de soluções de forma mais célere. Entretanto, se faz necessário o entendimento da dinâmica das redes sociais para entender melhor os processos existentes nela.

David Franklin da Silva Guimarães / Monica Alves Vasconcelos /
Andreza Gomes Weil / Tatiana Schor
Os povos da floresta na produção do espaço e da sustentabilidade na
Amazônia: o caso do território do Médio Juruá – Caruará/AM



A rede do território do Médio Juruá apresenta muitas conexões entre as organizações envolvidas. Isso ocorre pelo processo participativo e horizontal praticado dentro da governança do território, bem no sentido da governança policêntrica (CAPELARI; CALMON; ARAÚJO, 2017; OSTROM, 2009; OSTROM; TIEBOUT; WARREN, 1961). Para os mesmos autores, uma estrutura policêntrica está relacionada à diversidade de atores, níveis, setores e funções.

As organizações com poucas ligações representam organizações que não estão mais no território, mas deixaram um grande legado, como o MEB, e outras organizações que atuam em projetos pontuais no território.

Na rede social do território do Médio Juruá, a organização que exerce maior centralidade é a ASPROC. Isso ocorre devido ao papel que a organização exerce no território, sendo considerada a “associação mãe” por outras organizações de base. A ASPROC tornou-se, ao longo dos anos, uma organização guarda-chuva de projetos, captando recursos para apoiar suas ações e as de outras organizações do território. Essa centralidade exercida pela ASPROC confere a ela o papel de influenciar a comunicação dentro da rede e a facilidade de interagir com atores de múltiplas escalas de governança (BODIN; CRONA; ERNSTSON, 2006).

Esse papel articulador da ASPROC tem como principal apoiador o Memorial Chico Mendes, que colabora na elaboração, execução e acompanhamento de projetos e parcerias junto à organização. Outro fator que diferencia a ASPROC das demais organizações locais é o caráter técnico e estrutural da organização, possuindo colaboradores, prédios, embarcações e equipamentos próprios, que permite uma maior capacidade de gestão.

Outras organizações com bastante centralidade na rede são os órgãos gestores das unidades de conservação do Médio Juruá, ICMBio e DEMUC/SEMA, bem como o Fórum do Território do Médio Juruá (FTMJ). O Fórum surge como um espaço de troca de experiências e de união das organizações do território, com atuação no mesmo. Ele foi a ferramenta criada pelas organizações sociais do Médio Juruá para a governança do território, permitindo que cada organização apresente suas demandas para os parceiros e outras organizações, bem como unificação em bandeiras de lutas em comum das organizações que compõem o território.

Logo, o FTMJ e as organizações que o compõem são movimentos de resistências das populações menos favorecidas desse território (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009). Esse movimento, que já teve que lutar para obter o direito às suas terras que era detido pelos coronéis da borracha, hoje, resiste



para garantir políticas públicas que venham melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais que existem em seu território.

Algumas das organizações locais da sociedade civil organizada presentes na rede de governança do território não são do município de Carauari, mas começam a interagir dentro do espaço sociopolítico do território como forma de integrar esse processo de desenvolvimento local protagonizado pelo FTMJ. A ASTRUJ é a organização que representa os produtores rurais do município de Juruá, e a AAEPRI é a associação que representa agricultores, extrativistas e pescadores de Itamarati, ambos os municípios vizinhos a Carauari. Essa interação impõe um novo desafio ao Médio Juruá: o de expansão desse território.

E, agora, a gente começa a olhar... Graças aos resultados conquistados pelas duas UCs, ele começar a crescer. Graças às últimas decisões do fórum, Itamarati acaba de ser incorporada a esse território, bem como parte do município de Juruá. É de um certo ponto de vista animador, porque indica que o Território Médio Juruá fez alguma coisa boa, já que os territórios querem fazer junto com a gente. (homem, servidor público, 54 anos).

Para Manoel Cunha, esse novo momento do território reflete sua trajetória de defesa de direitos e conquistas sociopolíticas para a região. Entretanto, confere avaliação se o modelo de governança e gestão utilizado no território pode ser implementado em outras realidades, mesmo que próximas à Carauari/AM.

O grande desafio para o Médio Juruá está no processo de continuidade das lutas sociais para a manutenção dos benefícios e direitos já conquistados, bem como a continuidade do trabalho de base. Esse aspecto é crucial para o território, pois somente por meio dele é que essa trajetória terá continuidade e força para continuar avançando.

Um dos maiores desafios nossos ainda é continuar trabalhando o fortalecimento da organização comunitária, a valorização e reconhecimento para a nossa juventude, para o nosso jovem, para o nosso adolescente... A importância dessas organizações, do trabalho, das dificuldades que foram para chegar a essas conquistas. Ainda percebo que isso é uma dificuldade, nós temos trabalhado, mas não temos avançado nesse aspecto. (homem, agricultor, 46 anos).

Cabe ressaltar que, como em qualquer campo social, o Médio Juruá também



é campo de disputa (BOURDIE *et al.*, 1989). Existem divergências entre as organizações e disputas internas que são resolvidas de forma democrática nas reuniões das diretorias das associações, assembleias e reuniões do Fórum do Território do Médio Juruá, e isso evidencia que esse território é um espaço social em construção, primado pelo processo participativo e permitindo o contraditório. Logo, assim como rio Juruá é definido como um rio vivo e em construção, a representação social em suas margens apresenta a mesma dinâmica.

O fomento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade agregado à alta organização social e política encontrada no Médio Juruá possibilitam a efetividade na gestão de unidades de conservação com um alto poder de proteção dos recursos naturais, de geração de renda com valor agregado e de melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas dos arredores do rio Juruá, que, pelas lutas sociais, têm deixado as margens de políticas públicas e se tornado protagonistas e produtores do seu espaço de sua história.

A governança ambiental no território Médio Juruá representa a policentria em um processo de governança, que primou no seu processo de construção a base: seringueiros, pescadores, coletores de sementes, agricultores e outras comunidades tradicionais. Essa configuração se assemelha ao proposto por Elinor Ostrom, acreditando que os atores locais têm mais capacidade de resolução de conflitos e problemas do que atores em outros níveis de governança (CAPELARI; CALMON; ARAÚJO, 2017). Hoje, soma-se a esse processo os povos originários que lutam insistentemente por reconhecimento dos seus territórios e valorização da sua identidade.

A forma de governança ambiental do território do Médio Juruá cumpre os princípios de boa governança, estabelecidos por Ostrom (2009), por ocorrer de maneira policêntrica, participativa e democrática na gestão dos bens comuns, com o desenvolvimento de cadeias para a geração de renda e uso racional dos recursos. Logo, a experiência do Médio Juruá soma-se a outras, descritas por Ostrom e seus colaboradores como exitosas na gestão dos recursos naturais e contrárias aos preceitos postulados na obra a tragédia dos comuns (HARDIN, 1968), onde os bens comuns tendem a se exaurir, necessitando tornarem-se privatizados para seu controle.

A região do Médio Rio Juruá exemplifica de forma clara a relação de sustentabilidade que as populações extrativistas exercem com os recursos naturais. Contudo, nessa região, um dos fatores que colabora com esse processo está na governança policêntrica exercida nesse território (GUIMARÃES *et al.*,



2022).

Logo, o Médio Juruá torna-se um território comum, respeitando os princípios para a boa governança dos bens comuns: com fronteiras definidas; regras presentes nos planos de manejo e nos acordos de pesca; decisões coletivas; monitoramento por parte dos órgãos e dos moradores; espaços para a resolução de conflitos; reconhecimento dos direitos das organizações; e articulação policêntrica de gestão. (COX; ARNOLD; TOMÁS, 2010).

Considerações Finais

O espaço produzido no território do Médio Juruá é fruto de lutas e empoderamento social, mas sobretudo da capacidade de resiliência e resistência dessa população às diferentes formas de opressão, como foi o seringalismo, um sistema explorador da floresta e da vida dessas populações.

A tessitura de organização social dos seringueiros e de todos os povos da floresta, por meio da criação do Conselho Nacional das Populações Extrativistas e suas organizações de base, como a própria Associação dos Produtores Rurais de Carauari - ASPROC, foram instrumentos precursores da produção do espaço na floresta amazônica, reconfigurando relações sociais de poder e trabalho na região.

Na emergência das discussões acerca da crise climática e da necessidade da promoção da sustentabilidade na Amazônia, fica cada vez mais claro como os povos da floresta vêm produzindo seus territórios na região com soluções oriundas do desenvolvimento de cadeias da sociobiodiversidade. Dessa forma, o homem amazônico tem na floresta uma relação de pertencimento e reproduz nela alternativas que reconciliem a geração de renda com conservação dos recursos naturais e da própria vida.

No Médio Juruá, a floresta ultrapassa barreiras físicas e toma uma dimensão maior por meio da governança policêntrica exercida nela, envolvendo vários atores sociais que se engendram na produção da sustentabilidade na região. Entretanto, essa rede de governança necessita manter a centralidade das organizações locais que devem protagonizar as iniciativas e conduzir a gestão do território.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo benefício da bolsa de doutorado que auxiliou na permanência do primeiro



autor no município de Carauari/AM e, sobretudo, a todas as organizações do Médio Juruá que acolheram a realização desta pesquisa e possibilitaram ao primeiro autor fazer parte desse lugar.

Referências

ALLEGRETTI, Mary. *A construção social de políticas ambientais, Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e meio ambiente*, Curitiba, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-53, 2004.

ALVES, Thais Carla Vieira *et al.* Traditional knowledge associated with sociobiodiversity products: a look in defense of knowledge holders in the Middle Juruá territory, Amazonas, Brazil. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 11, n. 13, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35338>. Acesso em: 23 feb. 2023.

BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*. 2. ed. Manaus: Valer, Edua, Inpa, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco – antes e além – depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BERDEGUÉ, Júlio A.; FAVARETO, Arilson. *Desarrollo territorial rural desarrollo territorial rural en América Latina y el Caribe Santiago de Chile*. Santiago: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, 2019.

BODIN, Örjan; CRONA, Beatrice; ERNSTSON, Henrik. Social networks in natural resource management: what is there to learn from a structural perspective? *Ecology and Society*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 1-9, 2006.

BOURDIEU, Pierre et al. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*.



São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; CALMON, Paulo Carlos Du Pin; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. Vincent And Elinor Ostrom: two confluent trajectories for the governance of common property resources. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2017.

CNS, CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS. Ata da reunião de encontro nacional dos seringueiros da Amazônia e criação do Conselho Nacional dos Seringueiros. 17 de outubro de 1985. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/04D00010.pdf>.> Acessado em 03/04/2023.

COX, Michael; ARNOLD, Gwen.; TOMÁS, Sérgio Villamayor. A review of design principles for community-based natural resource management. *Ecology and Society*, [s. l.], v. 38, n. 4, p. 1-19, Dec. 2010.

CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Reservas extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. In.: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: ENGA, 2009. p. 169-185. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Cunha_e_Loureiro_Resex_limites_e_contradi%C3%A7%C3%B5es_de_uma_territorialidade_seringueira_theomai.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

DERICKX, José Antonio; TRANSFERETTI, João A. *No coração da Amazônia: Juruá o rio que chora*, Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

ESTERCI, Neide; SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 1, p. 59-77, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a06v5n1.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

FRANCO, Mariana Ciavatta Pantoja. *Os Milton – cem anos de história nos seringais*. 2. ed. Rio Branco: Editora da Universidade Federal do Acre, 2008.

FREITAS, Marcílio de; SILVA, Marilene Corrêa da. *Estudos da Amazônia contemporânea: dimensões da globalização*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.



GUIMARÃES, David Franklin da Silva; CUNHA, Marcos Roberto Figueiredo da; SCHOR, Tatiana; VASCONCELOS, Monica Alves; VIDAL, Terena do Couto Sampaio; CUNHA, Manoel da Silva. A produção do espaço e das relações socioambientais no Médio Juruá: a construção de uma outra governança. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 11, n. 7, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29780/25804>. Acesso em: 23 fev. 2023.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. *Science*, [s. l.], v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, Dec. 1968.

INSTITUTO JURUÁ. *Instituto Juruá participa da 29ª reunião ordinária do fórum território médio Juruá*. Manaus: instituto juruá, 2022. Disponível em: <https://institutojuru.org.br/instituto-juru-a-participa-da-29a-reuniao-ordinaria-do-forum-territorio-medio-juru-a/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2006.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

MCM - MEMORIAL CHICO MENDES. *Médio Juruá recebe seminário de cadeias produtivas*. Manaus: Memorial Chico Mendes, 2018. Disponível em: <http://www.memorialchicomendes.org/2018/10/30/medio-juru-a-recebe-seminario-de-cadeias-produtivas/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

OLIVIERI, Laura. *A importância histórico-social das redes*. [S. l.: s. n.], 2003.

OSTROM, Elinor. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. *Science*, [s. l.], v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2009.

OSTROM, Vicent; TIEBOUT, Charles M.; WARREN Robert. The organization of government in metropolitan areas: a theoretical inquiry. *The American Political Science Review*, Baltimore, v. 55, n. 4, p. 831-842, Dec. 1961.



PAULA, Elder Andrade de. A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira. (coord.). *Os Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. São Paulo: ANPOCS, [1998]. Relatório convênio FINEO/CPDA/UFRRJ.

PONTES, Carlos José de Farias. o primeiro ciclo da borracha no Acre: da formação dos seringais ao grande colapso. *South American Journal of Basic Education*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 107-123, 2014.

PORTELLI, Alessandro *et al.* O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Outras, 2007.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. *As diferentes faces do Estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Marcio. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

WITKOWSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

Notas

¹Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Engenheiro Florestal do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas – IDAM no município de Carauari; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4569-6000>.

²Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Pesquisadora vinculada a Universidade do Estado do Amazonas; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0388-5791>.

³Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2710-071X>.

⁴Doutora em Ciência Ambiental. Chefe da Unidade Amazonia no Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, baseada em Washington, DC, USA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6220-3626>.



⁵Os empates se configuraram como manifestações dos seringueiros da Amazônia contra as ações de empresários e latifundiários que tentavam realizar desmatamentos para a conversão do uso do solo em pastagens e extração ilegal de madeira (ALLEGRETTI, 2002).

⁶Estratégia de luta dos seringueiros para impedir o desmatamento, onde todos eles ficavam em frente às máquinas.

Santuário de guerrilheiros:
A floresta como espaço da
guerra nos anos da Ditadura
Militar

Sanctuary of guerrillas: The
forest as a space of war
in the years of the Military
Dictatorship

Daniel Faria¹



Resumo: esse artigo discute as figurações da floresta, como espaço social, na Ditadura Militar brasileira. Para tanto, parte-se de uma breve discussão sobre como a tradição intelectual brasileira hegemônica lidou com o tema da floresta e da natureza tropical. Depois, comparam-se as percepções de militares e guerrilheiros sobre a floresta, em três situações distintas, a guerra do Vietnã, a guerrilha de Che Guevara na Bolívia e a Guerrilha do Araguaia, mediante o uso de instrumentos conceituais da filosofia de Henri Lefebvre. Os indígenas surgem, ainda, como uma outra voz, que traz para as florestas a dimensão de uma outra cosmologia. A proposta desse artigo não é procurar um denominador comum a essas diferentes figurações da floresta, mas mostrá-las em seus conflitos e sua complexidade, pensando a floresta como espaço de múltiplas e conflitantes concepções. **Palavras-chave:** Florestas; Ditadura Militar; Guerrilha; Espaço Social; Pensamento Militar.

Abstract: This article discusses the figurations of the forest, as a social space, in the Brazilian Military Dictatorship. To do so, it starts with a brief discussion about how the hegemonic Brazilian intellectual tradition dealt with the theme of the forest and tropical nature. Afterwards, the perceptions of the military and guerrillas about the forest are compared, in three different situations, the Vietnam War, Che Guevara's guerrilla in Bolivia and the Araguaia Guerrilla, through the use of conceptual instruments from the philosophy of Henri Lefebvre. Indigenous peoples also appear as another voice, bringing the dimension of another cosmology to the forests. The purpose of this article is not to look for a common denominator to these different figurations of the forest, but to show them in their conflicts and complexity, thinking of the forest as a space of multiple and conflicting conceptions. **Keywords:** Forests; Military Dictatorship; Guerrilla; Social Space; Military Thinking.



A Natureza, diz um conhecido poema de Baudelaire, “é um templo onde vivos pilares / Deixam filtrar, não raro, insólitos segredos; /O homem o cruza em meio a florestas de símbolos/ Que ali o espreitam com seus olhos familiares” – na tradução de Ivan Junqueira, as “forêts de symboles” do original são vertidas como “bosques de segredos” (BAUDELAIRE, 1985, p. 115). A floresta é uma metáfora para um mundo complicado, que se apresenta como multiplicidade de sentidos, potencialmente indecifráveis.

Esse artigo é uma discussão sobre os símbolos que se emaranharam em torno da floresta como espaço social, durante a Ditadura Militar. Esses símbolos se superpuseram, entraram em conflito, porque foram manejados por agentes sociais que lutavam dentro da e pela apropriação da floresta. Nesse passo, não apenas metafórica, mas literalmente, a floresta se tornaria uma rede complexa de significados. Também um espaço decisivo, uma vez que nele se desenrolaram muitos dos confrontos mais marcantes do período, como a luta armada.

Vamos ver mais à frente a perspectiva de cada um dos grupos sociais envolvidos nessa disputa na e pela floresta (militares, guerrilheiros e indígenas), mas antes precisamos considerar que o espaço da floresta já vinha sobrecarregado de significados e expectativas – sobretudo no caso de militares e guerrilheiros, não de todo despidos de uma leitura da floresta como espaço exótico, recoberto por ideias, imagens, derivadas de uma tradição intelectual que o via como espaço-limite, sublime, obstáculo a ser conquistado e, para o bem ou para o mal, supostamente intocado pela História e pela Civilização.

O filósofo tcheco Vilém Flusser esteve no Brasil entre 1941 e 1972. Inspirado por essa experiência de migração, ele escreveu um livro curioso em que ele buscava fazer uma “fenomenologia do brasileiro” (FLUSSER, 1998). Fenomenologia no sentido de um estudo que procurava entender o Brasil sem o recurso a ideias preconcebidas e valores prévios. Flusser procurava, no Brasil, uma resposta para as catástrofes da História do Ocidente. Mas não via o país como uma espécie de utopia localizada geograficamente, e sim como uma saída potencial e ainda não realizada do pesadelo da História. No prefácio ao livro, Gustavo Bernardo observa que ele foi escrito na fase final da ditadura militar (FLUSSER, 1998, p. 20). E, de fato, o livro tem muitas marcas do período ditatorial: sobretudo as promessas grandiosas da propaganda e do “milagre brasileiro” e a atuação da esquerda revolucionária. O trágico, em Flusser, é que tanto a esquerda quanto o governo tentavam promover uma corrida rumo ao progresso, à História, justamente os fatores catastróficos do Ocidente.

Há, no livro, um capítulo específico sobre a natureza. A natureza brasileira,



para Flusser, era pérfida (FLUSSER, 1998, p. 67). Ela prometia a vida, embora fosse monótona e tendesse ao infinito, não apresentando, segundo Flusser, aos olhos do imigrante a variedade e a beleza prometidas pela propaganda e pela literatura romântica. Pior ainda, essa natureza que parecia fértil apenas entregava a morte e o vazio. A floresta, para Flusser, seria inaproveitável, “dada a mistura caótica das espécies botânicas”. Por outro lado, quem quisesse derrubá-la e fazer agricultura, logo descobriria que seu subsolo é um “deserto de pedra”. Um obstáculo, aparentemente intransponível, para o progresso e a marcha da História. Mas esse sentido de obstáculo tinha, nesse autor, um aspecto paradoxal, porque ele não fazia o elogio do progresso. O progresso seria o caminho da catástrofe.

Não se trata aqui de avaliar se essas teses de Flusser sobre a floresta são corretas ou não. O fundamental é ver nesse livro um testemunho filosoficamente informado sobre as ideias sobre a floresta no Brasil dos anos 1970. E embora o autor se propusesse a fazer uma fenomenologia, ou seja, um relato de experiência não mediada por valores e conceitos, é evidente que ele repercutia lugares-comuns da tradição intelectual brasileira, em particular os chamados “intérpretes do Brasil”. Há toda uma estrutura conceitual informando a obra de Flusser, estrutura que trabalha sob o pressuposto de que natureza e cultura são nitidamente distintas, e mesmo opostos (DESCOLA, 2016) e de que a floresta tropical é mais selvagem das naturezas.

Stella Bresciani, discutindo essa tradição dos intérpretes do Brasil, em clássicos como Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre (BRESCIANI, 2001), nota como um de seus temas recorrentes é o desajuste entre civilização “importada” da Europa e paisagem tropical. A autora cita as considerações de Sérgio Buarque sobre o fracasso da tentativa de implantação de uma cultura europeia numa natureza estranha àquela tradição, o que faria dos brasileiros “desterrados em nossa terra” (BRESCIANI, 2001, p. 413). Alude ainda ao manifesto pau-brasil, de Oswald de Andrade, que apresenta, entre as dualidades que dilaceram a nação, a entre “escola e floresta”. Nesses autores, o meio tropical seria aparentemente luxuriante, fértil, desafiando os sentidos com seu excesso de luz, sombras e cores, mas esconderia em si a morte e o horror. Nessa linha de pensamento, a paisagem tropical seria um dos fatores decisivos de um suposto fracasso civilizacional da América do Sul. Mesmo num autor, como Gilberto Freyre, que fazia um elogio ao Brasil como potencial nova civilização tropical, encontramos essas mesmas ideias. A natureza tropical seria, em suas palavras, “viveiros de larvas, multidões de insetos e vermes nocivos ao homem”



(FREYRE, 1999, p. 15).

Entre os chamados intérpretes do Brasil, bem como em Vilém Flusser, a floresta era lida sob o prisma do sublime. A experiência do infinito que desafia os sentidos, que extravasa os poderes do bom senso de entender a realidade. Daí o sentido de limite, de espaço que, ou seria dominado pelos poderes da razão, ou aniquilaria aqueles que com ele se defrontassem. Mas existem outros caminhos na tradição intelectual brasileira sobre a floresta. Em autores como Euclides da Cunha e Alberto Rangel, a floresta era povoada de vida social. Permanecendo como espaço-limite da nacionalidade, mas não apenas por seu aspecto de natureza sublime, e sim por ser palco da violência que perfez a marcha do progresso. Essa linha interpretativa da tradição literária brasileira foi minuciosamente estudada por Francisco Foot Hardman (HARDMAN, 2009). A Amazônia, o “inferno verde” de Alberto Rangel, seria uma ruína da modernidade. O sonho de conquista do mundo pela razão passava pela destruição. Socialmente, a imposição forçada do progresso produzira miséria. Nessa chave, a cultura brasileira seria marcada por “massacre, batismos silenciados, incorporação dos tiranos ancestrais da sujeição voluntária” (HARDMAN, 2009, p. 140).

Essas ideias sobre a floresta, em particular a Amazônia, também remetem à figuração das populações indígenas na tradição literária brasileira (FINAZZI-AGRÓ, 2013). Embora, evidentemente, não devesse ser considerado “natural” a associação irrefletida entre indígenas e floresta, essas populações são tratadas como partes mais ou menos inconscientes daquela realidade dita sublime. Seriam aqueles que sucumbiram aos encantos da floresta, ficando assim de fora da marcha da História. Nessa chave, a floresta o “inferno verde” que ameaçava aniquilar as identidades (FINAZZI-AGRÓ, 2013, p. 223).

Até aqui, portanto, duas linhas de interpretação, não necessariamente contraditórias entre si: a floresta como espaço sublime e “pérfido”; a floresta como ruína da modernidade. Menos predominante, há uma terceira possibilidade: a ideia da floresta como espaço marcado por uma outra cosmologia, que não a ocidental moderna. Falando sobre os mitos do Amazonas, Luís da Câmara Cascudo afirmava que: “os medos de cem tribos se espalham na noite quente e capitosa povoando de assombros a floresta sem fim e os rios enormes” (CASCUDO, 1983, p. 6). Numa leitura informada pela ideia reducionista de folclore, Cascudo percorria assim mitos, como o Caapora, que remeteria etimologicamente apenas aos habitantes do mato” (CASCUDO, 1983, p. 92); Curupira, o duende selvagem (CASCUDO, 1983, p. 84), marcado por ter seus pés voltados para trás, com suas pegadas invertidas que confundiam seus



perseguidores; Iara, a Mãe D'água, um misto entre os mitos portugueses sobre as sereias e os monstros indígenas devoradores de gente (CASCUDO, 1983, p. 127); Anhangá, o deus da caça, mas também a alma dos mortos, que vagava pelo mundo sem repouso (CASCUDO, 1983, p. 82) etc. Sem se preocupar em entender seu estatuto cosmológico, essas “lendas” faziam parte de uma cultura popular em que o mundo ainda era encantado. Essas lendas seriam também sintoma de um medo ancestral; a floresta, um mundo povoado de fantasmas.

Frente a essa tradição aqui delineada, não vamos procurar um denominador comum, um imaginário homogêneo sobre a floresta como espaço social durante a Ditadura Militar. Ao contrário, a ideia é mostrar que havia uma multiplicidade de sentidos, num espaço em disputa – literalmente, um palco de guerra. Ou seja, a floresta como floresta de símbolos. Para tanto, as fontes aqui analisadas são, sobretudo, livros do período, parte da cultura de esquerda, em que a floresta era tematizada como espaço da revolução. Cultura esta estudada exemplarmente por Marcelo Ridenti, inclusive no que tange ao mal-estar com o espaço da cidade, que comentaremos adiante (RIDENTI, 2010). No campo dos militares, traremos livros de geopolítica e manuais de combate à guerra de guerrilhas, inspirados na doutrina da Guerra Revolucionária (MARTINS FILHO, 2008).

Talvez, esses dois atores, militares e guerrilheiros, fossem suficientes para a produção desse artigo. Mas incorreríamos no erro de parte predominante da historiografia da Ditadura Militar que tende a ignorar a existência de outros grupos sociais. Por isso, para os indígenas, recorreremos a produções baseadas em fontes orais, mas também a livros que trataram da sua situação naquele período.

E uma nota teórica: recorreremos ao conceito de espaço social de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 2013). A ideia de espaço social é a de integrar o espaço na história. Pensar o espaço não como dado natural, matemático, físico, em que a história acontece, como um cenário neutro; e sim o espaço resultante de investimentos, de produção, de intervenção social. Em Lefebvre o espaço não é um dado, uma coisa inerte. Ao contrário, pulsa, palpita, flui, gerando interpenetrações de diferentes temporalidades (MERRIFIELD, 2010, p. 171). Cada espaço presente é resultado de processos complexos. Isso valendo também para a floresta – não pensamos aqui que o espaço social seria o espaço das cidades e a floresta seria um espaço supostamente intocado, de natureza selvagem. Além disso, o espaço social é produzido mediante uma multiplicidade de ações, desde os aspectos mais óbvios como a produção de bens, a construção de rodovias e quartéis, até o campo das ideias, que procuram dominar, controlar e prever as ações que se



desenrolam num determinado espaço.

Para Lefebvre, o espaço social pode ser estudado mediante a consideração de três níveis que o organizam (isso como instrumento de análise, porque na vida social esses aspectos estão entrelaçados): o espaço concebido, o espaço percebido e o espaço vivido. Concebido, o espaço é analisado, interpretado, mas também projetado por geógrafos, militares, urbanistas, tecnocratas. Percebido, o espaço é habitado por práticas sociais cotidianas, o ver, o tocar, o mover-se entre rotas, redes. Vivido, o espaço é densamente povoado de símbolos, de imaginário, remetendo ao sagrado. Veremos esses três aspectos nas fontes analisadas: a floresta como espaço a ser conquistado pela guerra e suas estratégias; a floresta como espaço permeado de sinais, um desafio à interpretação pelos que lhe são estrangeiros; como espaço vivido, um espaço de produção de novas subjetividades e onde toda uma outra cosmologia, que não a Ocidental moderna, ganha vida.

E uma última nota teórica: para Lefebvre, a história do capitalismo é a história da expansão do espaço abstrato, daí também a predominância do concebido sobre as outras duas dimensões do espaço social (mais como processo do que como dado acabado, as dimensões passionais, imaginárias do espaço são situadas em espaços outros, daí, por exemplo, todo o imaginário em torno da floresta em oposição ao espaço mecanizado da cidade). O espaço abstrato é o que pode ser quantificado, medido, ponto de encontro entre a expansão do capital que torna todo o mundo passível de ser trocado e assim convertido em mais capital, e o pensamento geopolítico que visa a controlar militarmente o espaço social. Assim, como veremos, os militares tinham uma visão da floresta como espaço abstrato, a ser conquistado por estratégia, construção de estradas e quartéis; os guerrilheiros tinham essa dimensão, afinal de contas, a floresta era para eles um meio e não um fim em si mesmo, mas também traziam outras experiências, sobretudo por acreditarem que a floresta era um espaço de transformação subjetiva; no caso dos indígenas, encontramos-nos com o limite dessa classificação forjada para o entendimento da história do capitalismo, o espaço abstrato parece ausente, e não é possível distinguir o espaço vivido do percebido.

Guerra de guerrilhas na floresta

Talvez devido às experiências acumuladas da clandestinidade e do exílio, o livro de memórias de Herbert Daniel é dos mais sensíveis à questão do espaço



social. Diz o autor:

No vasto jardim de mais de oito milhões de quilômetros, ainda por cima quadrados, cada um teria espaço para se perder – e se apavorar, se fosse o caso, na grande extensão descoberta. Mas um país não seu espaço: somos muitos e nos reunimos, amontoados, em praças e becos de circuito fechado. Estamos trancados nas estreitas embalagens de cimento, aço, fumaça, pressa, ruído e outros materiais duros. Esses conglomerados se chamam cidades: palco ou campo santo de uma guerrilha que se urbanizou sem querer. O guerrilheiro na urbana lide existe pouco e disfarça sempre. Só se individualiza em poucos momentos, quando ataca o inimigo. A maior parte do tempo se perde na turvação do anonimato e procura não ser ninguém. Exercício de transparência, como cada qual conhece atravessando uma multidão. Cada um na colmeia carrega seu precioso segredo, o mistério da sua individualidade que faz pensar: neste grupo sou *eu* o diferente. Pressupõe – o indivíduo na malta só faz assim – que os outros são iguais entre si. A massa urbana, para qualquer militante revolucionário clandestino, deve ser seu esconderijo. Sua floresta, sua paisagem, onde se humaniza. Essa ideia eu tinha nos primeiros tempos de clandestinidade, quando ainda achava que vivia uma revolução em marcha. A gentama como escondedouro é um conforto: a clandestinidade é aqui uma forma de reconhecimento. Todos me protegem e nos protegemos todos: um dia sairemos todos do açoite, o povo romperá sua passividade e se tornará personagem ativo, açoitando abertamente na política. Não durou muito tempo essa ilusão. Rapidamente percebi que a massa não era um alojamento, mas a minha solitária. No meio dela me perdia e não reconhecia ninguém, como ninguém poderia me identificar. A gente era a cidade, muralhas cinzas (DANIEL, 1982, p. 106).

A massa urbana deveria ser a floresta do guerrilheiro. Ou seja, a massa urbana estava, metaforicamente, recobrando esse outro espaço, que deveria ser o lugar por excelência da guerrilha. A cidade é cinza, a vida deveria ser verde. Com toda densidade poética dessa passagem, esse anseio pela floresta não era uma peculiaridade de Herbert Daniel. Em suas memórias sobre o Presídio Tiradentes, Renato Tapajós nomeou seu capítulo sobre o Presídio Tiradentes como “floresta de panos”. O presídio sendo esvaziado, com lençóis espalhados,



e roupas de ex-detentos, Tapajós teria ouvido de Diógenes Sobroza um relato vívido sobre a fuga do Vale do Ribeira com Lamarca. Nesse momento, o presídio se tornava, magicamente, a floresta ansiada:

O labirinto de panos se transformava, durante horas, nas florestas do vale do Ribeira e nós atravessávamos riachos, terrenos pantanosos, cruzávamos com os habitantes da região e combatíamos o inimigo. Por vezes, saindo da leitura do livro de Heinlein para o relato do companheiro, eu via os soldados da PM como gigantescos insetos extraterrestres, desembarcando de naves parecidas com caminhões verde-oliva e tentando dominar o mundo a mando dos senhores de Brasília (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997, p. 350-351).

E o que os “senhores de Brasília” pensavam sobre a floresta?

A IMPOSIÇÃO MILITAR DO ESPAÇO ABSTRATO SOBRE A FLORESTA

Em 1967, o ministro do Exército General Lyra Tavares, propunha, como áreas prioritárias, em termos geopolíticos, a consolidação de Brasília, como sede do governo e integração do Planalto Central, o Nordeste e seus problemas sociais, e a Amazônia, que, em suas palavras, precisava ser definitivamente ocupada (LYRA, 1968, p. 133). Outro militar importante para o pensamento geopolítico daqueles anos, o general Meira Mattos, elogiava o formato homogêneo do território brasileiro, ao mesmo tempo em que via nos trópicos um obstáculo à segurança (MEIRA MATTOS, 1974).

Nesse contexto, a construção das grandes rodovias, como a Transamazônica e a Perimetral Norte, seria proposta como medida estratégica, unindo conquista econômica e segurança nacional.

Entre as vulnerabilidades do país, destacava o general Lyra Tavares que o território “ainda não (era) inteiramente conquistado pela civilização”, daí também a centralidade da questão da rede de transportes (LYRA, 1958, p. 202). Aspectos econômicos e militares se mesclavam ao ponto da indistinção: a colonização econômica era parte da segurança; estradas e quartéis eram, assim, parte de um mesmo empreendimento. A Amazônia era pensada como uma espécie de vazio, um elo fraco na segurança política do país.



A preocupação era também estritamente militar, porque segundo os manuais de contraguerrilha, a floresta era um dos terrenos mais favoráveis à subversão (BRASIL, 1968). Dizia o manual da campanha que uma guerrilha era caracterizada pela desigualdade de forças, ou seja, um pequeno grupo de militantes enfrentando uma poderosa máquina militar. Diante dessa desigualdade, a guerrilha procurava formas de prevalecer, recorrendo a táticas como ataques de surpresa, mas também buscando o apoio da população. A guerrilha partia de um início marcado pelo nomadismo, em que poucos guerrilheiros se moviam permanentemente num terreno favorável, até a gradual construção de um poder alternativo ao Estado. Entre as condições favoráveis à guerrilha, eram citados o relevo abrupto, cobertura vegetal intensa, obstáculos naturais, escassez de vias de transporte. Mas também aspectos políticos como má administração local, situação econômica precária, baixo padrão de vida (BRASIL, 1968, p. 97). A vegetação intensa e o relevo abrupto eram considerados favoráveis à guerrilha porque impediam a livre circulação da maquinaria militar moderna. Tanques e blindados eram inúteis nas florestas. Aviões poderiam as sobrevoar e nada perceber do que acontecia, porque a vegetação encobria a visão. Ou seja, numa floresta, as Forças Armadas, se quisessem combater, eram forçadas a descer ao terreno e enfrentar embates corpo-a-corpo contra guerrilheiros, os quais conheciam intimamente o terreno.

Em manual militar produzido depois da Guerrilha do Araguaia, voltado especificamente para a agentes do sistema DOI-CODI (JOFFILY, 2013) o Centro de Informações do Exército indicava as competências necessárias ao combate da guerrilha na selva (BRASIL, 1975). O Agente encarregado de fazer os primeiros levantamentos sobre a situação da guerrilha numa região determinada deveria ser preparado com documentação falsa, descaracterizado militarmente, aparentando ser um civil; o Agente deveria também ser instruído quanto às exigências da sobrevivência na selva, os primeiros socorros, a caça, a pesca, o conhecimento da vegetação, bem como aprender a rastrear, observando marcas deixadas pela passagem de guerrilheiros, aprendendo a distinguir os sons humanos dos animais, e detectando mesmo os odores (como os de cigarro). O Agente deveria aprender a andar pela floresta sem produzir ruídos, conhecer as formas de abrigo, de acender o fogo, de conservar a carne. A visão da floresta como lugar de contraguerrilha era eminentemente instrumental, um espaço a ser dominado.



O VIETNÃ E A INTIMIDADE COM A FLORESTA

Antonio Callado, em sua reportagem sobre o Vietnã do Norte, em 1968, colocava a questão: “como um povo tão pobre e desamparado ousa afrontar um destino que devia considerar acima de suas forças” (CALLADO, 1977, p. 20). A temática era comum à época: de um lado, o poderio militar dos Estados Unidos; de outro, o povo vietnamita usando, como armas na luta pela sobrevivência, artefatos fabricados com os restos das próprias bombas que o exército estadunidense despejava e, sobretudo, com aquilo que a floresta tropical lhes oferecia. Uma floresta, para Callado, “inquietantemente brasileira” (CALLADO, 1977, p. 24). Assim, na resistência vietnamita Callado via duas forças em ação: a superioridade moral (dizia o autor que os soldados estadunidenses não sabiam a causa de sua guerra) e a fortaleza da floresta, capaz de derrotar o exército mais poderoso do mundo.

O livro mais vendido à época, no Brasil, sobre o tema era a reportagem de Wilfred Burchett (BURCHETT, 1967). A obra também acompanhava militantes, como leitura obrigatória para o estudo da arte da guerrilha. Por exemplo, relata Alfredo Sirkis que, nos momentos de tensão durante o sequestro do embaixador suíço, ele passava os dias lendo o livro de Burchett (SIRKIS, 1988, p. 281). Em 1968, o livro já chegava à segunda edição. Em linhas gerais, a tese de Burchett é a mesma de Callado: haveria no Vietnã um combate extremamente desigual, onde o mais fraco derrotava o mais forte devido à sua superioridade moral e a ao terreno em que a guerra acontecia. Os vietcongs teriam montado uma rede de resistência armada, juntando aldeias, fazendo de camponeses combatentes cotidianos contra uma ocupação estrangeira. Frente a um inimigo que conhecia completamente o seu terreno, que agia de modo repentino e depois se escondia nos abrigos recônditos da floresta, o exército estadunidense se via colocado na posição de ter que promover uma destruição total, uma guerra movida contra a própria floresta (daí, o uso de armas químicas de desfolhamento das árvores). Ou, então, seus soldados eram obrigados a entrar no terreno desconhecido, expondo-se a emboscadas realizadas por guerrilheiros que se escondiam entre árvores, cavernas, túneis. Diante disso, os estadunidenses, com apoio da ditadura diemista no Vietnã do Sul, optavam por tentar militarizar a floresta, criando as chamadas aldeias estratégicas (aldeias cercadas, altamente vigiadas e isoladas do mundo ao seu redor). Resistindo a isso, os vietcongs recorriam aos venenos da floresta, às veredas, seus caminhos ocultos.

O livro de Burchett tem inúmeras descrições de batalhas que remetem a



um profundo conhecimento do espaço percebido, o espaço cotidiano. Como uma árvore podendo se converter numa lança-estacas, raízes virando armadilhas, uma variedade infinita de instrumentos que tornavam a própria floresta uma arma de guerra, superior à máquina militar estadunidense e seus metais. Mas tudo isso temperado com a ideia de que, no Vietnã, a principal força de resistência era a própria população. Seu conhecimento íntimo da floresta não derivava de estudos estratégicos e sim da própria vivência. Numa sabedoria ancestral, como a dos M'nong e seu profundo saber sobre os elefantes, os quais eram adestrados devido à sua extrema sensibilidade aos sons, sendo atraídos pelos M'nong por meio do uso dos sons vindos de uma trompa de búfalo (BURCHETT, 1967, p. 195). Um desses aldeões teria dito a Burchett a seguinte história:

Na minha aldeia havia um velho que tratava os seus elefantes com uma doçura particular. Os diemistas mataram-no de maneira muito cruel. Durante sete dias o elefante chorou e recusou alimento, depois morreu: de desgosto. Um dia, houve uma incursão diemista. Fugimos, esquecendo que deixáramos um elefante preso na aldeia. Sabendo que viriam desatá-lo, o inimigo enterrou uma granada depois de ter ligado a cavilha à corrente. O elefante deve ter desconfiado, porque não se mexeu. Quando chegaram dois camaradas para o levar, o elefante fez tudo o que pôde para lhes explicar que se passava algo de anormal: marcava passo, agitava a tromba, rebojava os olhos. Mas os camaradas não compreenderam. Quando desapertaram a corrente, a granada explodiu, matando um e ferindo o outro. O elefante também ficou gravemente ferido. Chorou, berrou e morreu ao fim de alguns dias (BURCHETT, 1967, p. 198).

CHE GUEVARA NAS SELVAS DA BOLÍVIA

A ideia de Che Guevara não era exatamente reproduzir a mesma situação do Vietnã na América Latina, ele considerava que as histórias das duas regiões impunham diferentes estratégias revolucionárias. Mas, para além de sua famosa consigna de “fazer dois, três vietnãs”, Che via um ponto estratégico em comum: a tese de que a guerrilha, para ser vitoriosa, tinha que sair das cidades. Por isso, ele saiu clandestinamente de Cuba no final de 1965 e, depois de uma passagem pelo Congo, tentou articular uma guerrilha nas selvas bolivianas.

Nesse período, entre 1965 e 1967, o francês Régis Debray era uma espécie



de relações-públicas de Che, não só viajando pelo mundo e estabelecendo os contatos necessários para a luta armada, mas também divulgando teses revolucionárias em textos que foram fundamentais para boa parcela da esquerda revolucionária, também no Brasil. A referência fundamental aqui é o livro *Revolução na revolução*, publicado em 1967 (DEBRAY, 1967). Em Debray, a cidade era vista com extrema desconfiança. Por vários motivos: nas cidades, proliferavam as intrigas políticas, as estruturas partidárias que teriam se tornado um estorvo à revolução; além disso, o aparato repressivo conhecia profundamente o espaço urbano e poderia, facilmente, eliminar eventuais lideranças (DEBRAY, 1967, p. 45); “a cidade – diz Fidel – é um cemitério de revolucionários e recursos”, cemitério de revolucionários devido à vida burguesa nos bares e cafés, às comodidades do consumo (DEBRAY, 1967, p. 47). Na floresta, ao contrário, mesmo o mais burguês se tornava proletário. A floresta, e suas exigências de companheirismo e sobrevivência, produzia um outro sujeito: o guerrilheiro: “a montanha proletariza os burgueses e camponeses e a cidade pode aburguesar até proletários.” Essas ideias não eram estranhas a Che Guevara, que considerava o guerrilheiro o mais alto tipo humano. Não só aquele que seria capaz de promover a luta armada, mas o embrião de um novo tipo de ser humano, a humanidade moral do socialismo.

Mas em seu Diário de guerra na Bolívia, Guevara trazia também um sentido de derrota para a luta na floresta. Traçando o percurso tomado para a formação de um núcleo guerrilheiro na floresta boliviana: com expedições, exploração de terreno, construção de abrigos e bases, tentativa de conhecimento da escassa população local (GUEVARA, 1968) ao mesmo tempo, o diário desenhava um percurso de isolamento, de derrotas, de mortes trágicas, de traições e deserções. Cercados pelos *rangers*, os guerrilheiros viam a floresta se converter de abrigo em terreno hostil, espaço que limitava as possibilidades de fuga e sobrevivência. Por exemplo, em meio ao cerco, as duas colunas, a liderada por Che e a liderada por Joaquín se separam e nunca mais se reencontram, apesar de ficarem se procurando mutuamente na selva.

Há mesmo um fala atribuída a Che, nesses momentos finais da guerrilha, em que ele teria dito aos companheiros que eles podiam tentar escapar, mas que ele ali permaneceria, como um animal a ser caçado na selva, destinado a morrer (PERICÁS, 2008, p. 107). Temos aqui figurações inversas entre Bolívia e Vietnam. No Vietnam, a floresta como abrigo, seu espaço labiríntico como um esconderijo, caminhos de fuga e possibilidades de ataques invisíveis ao inimigo. Na Bolívia, o cerco, o isolamento. Os povos da floresta do Vietnam se



sublevaram; na Bolívia, além de escassamente povoada, o que se encontrava nos poucos humanos da floresta era medo e indiferença frente aos guerrilheiros.

Publicado em 1971, o romance *Bar Don Juan*, de Antonio Callado explorava profundamente essa temática – do Che isolado na selva boliviana como um espectro assombrando e atraindo a esquerda revolucionária urbana; a floresta da luta armada como anseio, não somente em termos de estratégia política, mas como procura por uma outra vida (CALLADO, 1971). A história do livro se passa nos momentos do fim dos anos 1960, quando a repressão da Ditadura Militar começa a se mostrar mais violenta, com a prática sistemática da tortura. O próprio narrador se refere à esquerda do livro como “esquerda festiva”, uma esquerda que se reunia em bares, em arroubos retóricos sobre luta armada e revolução. Mas que seria confrontada com a violência da repressão e com as notícias do isolamento de Guevara na Bolívia. No livro, se os personagens brasileiros ficam remoendo dramas amorosos, feridas e um desejo irrefletido por ação, Che aparece como o guerrilheiro consumado, aquele que não duvida, não hesita. Mas isso tudo em contraste com sua derrota incomparável. De todo modo, há uma tentativa de fazer da morte de Che um exemplo, como se sua morte encerrasse uma lição de heroísmo e desprendimento.

O ARAGUAIA E A FORMAÇÃO DO GUERRILHEIRO

No final dos anos 1970, com o início da lenta e gradual abertura política, começaram a sair livros e reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia. O tom era de revelação de um segredo guardado a sete-chaves, já com as denúncias de violações aos direitos humanos cometidos pela Ditadura Militar, mas também tingido pelos aspectos de exotismo e sublime que marcaram a imagem da Floresta Amazônica na tradição intelectual brasileira, o “inferno verde”. Já em 1978 saía uma das reportagens pioneiras sobre a guerrilha (DÓRIA; BUARQUE; CARELLI; SAUTCHUK, 1978), com depoimentos de guerrilheiros, militares e indígenas. A publicação vinha também como uma denúncia da situação da Amazônia naqueles anos, depois da guerrilha. José de Souza Martins trazia, na Apresentação, a ideia era a de que a guerrilha não poderia ser compreendida sem um estudo do seu espaço geográfico (DÓRIA; BUARQUE; CARELLI; SAUTCHUK, 1978, p. 9). A publicação não tratava a guerrilha como um fato isolado, um mero enfrentamento entre esquerda armada e Ditadura Militar, sem substância social. Era esse o mesmo teor do depoimento de José Genoíno



na publicação, a tese de que a Guerrilha do Araguaia não era um projeto de um grupo isolado que se acreditava capaz de revolucionar o país, e sim a tentativa de instauração de uma guerra popular, a partir das condições sociais específicas da região escolhida (DÓRIA; BUARQUE; CARELLI; SAUTCHUK, 1978, p. 27-45).

Perseguido pela Ditadura Militar devido à sua atividade estudantil, Genoíno teria se deslocado para o sul do Pará, numa decisão irreversível. Sairia dali preso, nas primeiras operações de combate. Ali, segundo seu depoimento, teria uma vida mais disciplinada do que a das cidades: horários regrados, estudos, treinamentos. Ao mesmo tempo, procurava entender a população local, aprendendo seu vocabulário, suas práticas e seus cultos – como o terecô. O quadro social era deplorável, miséria, doenças, conflitos de terras. Para a preparação da luta, Genoíno teria ficado no destacamento de Osvaldão, que se tornaria conhecido como a principal liderança da guerrilha.

Nessa luta, a selva seria, nas palavras de Genoíno, “o nosso refúgio”. Na floresta se daria uma verdadeira transmutação subjetiva do guerrilheiro. A vida na floresta vinha acompanhada de uma nova formação moral. Aprender a sobreviver, a caçar, a se orientar na selva, a se camuflar, a caminhar sem deixar rastros, era mais do que dominar aquele espaço, era tornar-se um “combatente a serviço do povo”, na ideia vietcong de viver junto, comer junto, trabalhar junto.

Essa leitura de Genoíno não era apenas uma elaboração posterior aos acontecimentos. Era muito semelhante à carta do guerrilheiro “Flávio” a seus pais, em documento apreendido pelo Exército (CARTA..., 1972). Nessa carta, o guerrilheiro comentava o início dos confrontos militares, além da sobrevivência na selva. “Flávio” dizia que já conhecia bem a mata, sendo capaz de cruzar de um ponto a outro, entre mais de vinte quilômetros de distância.

Somente uma ideologia justa e a certeza da vitória de nossa luta pode fazer isto. Transformar um homem da cidade, num homem do campo, que derruba imensas árvores a golpes de machado, que trata de roças, que tem suas mãos calejadas do trabalho duro e árduo do homem pobre do interior e que domina a selva como um experiente mateiro. - A mata. é nossa segunda, mãe! As selvas do sul do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, deixaram de ser aquela coisa impenetrável, densa e misteriosa como apresentava ser ao observador inexperiente. Agora, é a nossa grande amiga. Limpa e avarandada, frondosa e boa com suas árvores gigantescas e águas amarelo ouro, desde a segurança contra as tropas inimigas



que nela não conseguem penetrar, até a alimentação farta de carne de veado, anta, caititu e porcão, onça, gorgo e guariba, mutum, jacu, jacubin e jacamim, tamanduá, jaboti, tatu, paca, cotia, etc. e ainda palmito, coco babaçu, castanha do Pará, frutas as mais diversas e mel de abelha. Tudo isto a selva nos proporciona. - A mata é nossa segunda mãe. Repetimos sempre (CARTA..., 1972).

Segunda mãe: metáfora rica de sentidos, em que se vê uma floresta fecunda, doadora de vida e, nesse sentido, transformadora. Ou seja, não apenas o espaço concebido e abstrato militar imposto sobre a floresta, mas um espaço que, através das experiências de vida que oferecia, adquiria um estatuto simbólico de produtor de novas subjetividades.

Os soldados do Exército, por sua vez, ao menos segundo o relato da carta, temiam – temiam o confronto com os guerrilheiros, temiam a mata. Essa carta exprimia o otimismo depois dos primeiros confrontos da Guerrilha do Araguaia. Lógico que tudo mudaria com as próximas situações, sobretudo a operação de extermínio que pôs fim à guerrilha entre o final de 1973 e começo de 1974, mas dessa fase final não restaram sobreviventes, sendo poucos os testemunhos. O próprio “Flávio”, Ciro Flávio Salazar de Oliveira, consta entre os desaparecidos da guerrilha.

Imagens semelhantes, sobre a floresta e a guerrilha, podem ainda ser encontradas no Diário da Guerrilha, publicado em 1979, com apresentação de Clóvis Moura. (MOURA, 1979). Ali, a floresta é descrita como monótona, mas repleta de grotas, de caminhos tortuosos, de animais os mais variados, numa infinidade de galhos e raízes entrelaçados que faziam uma pessoa se perder, mesmo conhecendo bem o terreno. Mas a população local, indígenas, caçadores, conheceriam os segredos da floresta e poderiam ser uma fonte de aprendizado (MOURA, 1979, p. 28). Taís de Moraes e Eumano Silva, por exemplo, falam de uma enorme castanheira derrubada na mata, cujo tronco tinha sido cortado de modo a permitir a entrada de uma pessoa. Oca por dentro, a árvore funcionava como guarita no meio da floresta, com pequenos buracos na altura dos olhos e um ponto para a passagem de um cano de arma. Bitucas de cigarro denunciavam aos militares seu uso frequente (MORAES, SILVA, 2005, p. 230).

Sobre o medo dos soldados, relatos sobre Osvaldão, principal líder da guerrilha, apontam para uma outra dimensão da floresta como espaço social da guerrilha: o vislumbre de uma outra cosmologia, diferente da Ocidental moderna em que a natureza é vista como um obstáculo ou mesmo uma espécie



de mecanismo sem alma, regulado por padrões e leis. Nessa outra cosmologia, a floresta é habitada por várias formas de vida, repleta de outros sujeitos, além dos humanos. Fernando Portela, por exemplo, remete à fala de um oficial, segundo o qual os soldados eram “de famílias humildes” do Norte e por isso temiam, além da floresta e dos guerrilheiros, “Saci, Mãe de Fogos, Lobisomem” (PORTELA, 1979). O tom de desprezo fica evidente. Mas o oficial prosseguia: aqueles seres humildes e crédulos pensavam que Osvaldão era imortal. A população local, segundo Portela, acreditava que Osvaldão era protegido pelos espíritos da mata, por isso, quando de sua execução os militares fizeram questão de sobrevoar os povoados da região com seu corpo exposto num helicóptero (PORTELA, 1979, p. 21).

Na mesma toada, Bernardo Joffily diz que Osvaldão instrumentalizava esses medos em ações de guerra psicológica, fazendo barulhos noturnos, deixando recados ameaçadores nas árvores (JOFFILY, 2008, p. 9). Osvaldão viveu na região por sete anos, vivendo como garimpeiro e mariscador. Conhecia a floresta profundamente, por exemplo, guiando-se por um enxame de mosquitinho tatuquira para saber onde se escondeu um tatu. Prevendo a aproximação de uma cheia pela movimentação das aves que comiam os insetos que escapavam das grotas (JOFFILY, 2008, p. 43). Fernando Portela cita um depoimento de M. que era criança na época da guerrilha, segundo o qual Osvaldão era encantado, podia se transformar no animal que quisesse (PORTELA, 1979, p. 126). Relata-se também que Osvaldão sabia despistar, usando, por exemplo, os calçados ao contrário, para indicar aos seus perseguidores a direção oposta da que realmente tomara, imitando o Curupira (MORAES, SILVA, 2005, p. 296).

Ainda sobre esses aspectos, na apresentação de *Guerrilha do Araguaia*, José de Souza Martins dizia que:

Em toda parte, em lugares muitíssimo distantes de Xambioá ou Marabá, podia-se e pode-se ainda observar a mesma resistência obstinada dos posseiros em deixar a sua terra, sua última esperança, sua ‘bandeira verde’ das profecias do Padim Ciço. Este teria profetizado que seria necessário atravessar o Araguaia, buscar as ‘bandeiras verdes’, antes que fosse tarde. Um dia o Araguaia iria ferver e quem não tivesse passado não passaria mais. Além do que, previra para os primeiros anos da década de 70 o aparecimento do ‘capa verde’, o cão, dissimulado de amigo e conselheiro, fazendo a bondade e querendo a maldade, falando em paz e fazendo a guerra. Não há sertanejo que não conheça essas profecias em vastíssimas regiões da Amazônia. A guerra de 72 a 74 no Araguaia



não foi para eles nenhuma novidade. Há três décadas ela era esperada. (DÓRIA; BUARQUE; CARELLI; SAUTCHUK, 1978, p. 11).

Mas o quadro da guerrilha não fica completo se não atentarmos para as operações da Ditadura Militar. Em primeiro lugar, promoviam-se mudanças na região. A United States Steel Corp. começava a estudar a floresta para prospectar o que viria a ser a megaprovíncia mineral de Carajás, nas bordas da área da guerrilha (JOFFILY, 2008, p. 47). Em 1970, com uma forte seca no nordeste a Ditadura optaria pela construção da transamazônica, “abrir a terra sem homens da Amazônia para os homens sem terra do nordeste” (JOFFILY, 2008, p. 48). Militarmente, as Forças Armadas realizaram três grandes operações na região. Nas duas primeiras, os guerrilheiros teriam sobrevivido se abrigando na mata. Mas a terceira operação, a Marajoara, seria precedida por um cuidadoso levantamento de informações na região, com agentes disfarçados de civis. A Operação Marajoara, iniciada a 07 de outubro de 1973, veio com a implantação do terror sobre a população local, com prisões e torturas, visando a impor um isolamento social aos guerrilheiros. Depois, eles foram encurralados na selva e exterminados. Napalm também foi jogado sobre a floresta.

É importante ainda notar que os militares, além de aprimorarem o treinamento na selva, recorreram a mateiros da região na caçada aos guerrilheiros (fosse por meio de pagamento, promessas de recompensas ou ameaças e torturas). Um deles, o mateiro Arlindo Vieira, teria impressionado os homens do Exército (MORAES, SILVA, 2005, p. 496). Ele tinha um jeito peculiar de identificar as marcas na mata. Em poucos segundos, vendo uma pegada, dizia se a pessoa pisara ali ou não no mesmo dia. Olhando o mato à beira da trilha, dizia se alguém havia passado ali nas últimas horas. O mateiro explicou ao seu sobrinho Adailton Vieira Bezerra: no caso das pegadas, uma minúscula teia de aranha tinha se formado ali, sinal que demorava 24 horas para aparecer. No mato à beira do caminho, pequenos mosquitos pousavam nas folhas, ele acreditava que para se alimentarem do suor deixado por quem esbarrava nelas.

Temos aqui uma instrumentalização do espaço percebido, do espaço prático cotidiano, para os fins da Ditadura Militar. O espaço vivido e seu imaginário ficando restrito às anedotas sobre o medo dos soldados e o seu uso como instrumento de guerra psicológica por Osvaldão. Foi nesse mesmo intuito, de aproveitamento de um conhecimento íntimo da floresta pelos povos da região, que os militares forçaram o auxílio dos indígenas Suruí.



A outra floresta

Na apresentação de José de Souza Martins à reportagem *A guerrilha do Araguaia*, o autor afirmava que: “os índios suruí perderam definitivamente a sua inocência e relatam estarecidos a degola de um cadáver de guerrilheiro ou imitam deslumbrados o ruído da metralhadora.” (DÓRIA; BUARQUE; CARELLI; SAUTCHUK, 1978, p. 6). A imagem da perda da inocência remete a uma visão romântica sobre os indígenas, embora o próprio José de Souza Martins advertisse no mesmo texto que, quando se fala em expansão do capitalismo na Amazônia, não se deve ter em mente uma imagem romântica de heróis civilizadores, até porque a sujeição da natureza ao capital já existia antes, sob outras formas. A reportagem trazia um capítulo específico sobre os Suruí, “Os índios suruí contam o fim da guerra” (DÓRIA *et al.*, 1978, p. 55-56). Os Suruí foram recrutados à força devido ao seu profundo conhecimento da floresta enquanto espaço percebido, pouco importando sua cosmologia, aos olhos dos militares. Isso, a serviço da construção do espaço abstrato da estratégia militar.

A reportagem se baseava sobretudo nos relatos de Massu, um dos que teriam servido como batedor para a entrada das forças do Exército na selva. O recrutamento teria sido aprovado pela Fundação Nacional do Índio, a FUNAI, a pedido do general Antônio Bandeira. Os acontecimentos teriam traumatizado alguns indígenas, como Areni, que às vezes acordava nas madrugadas aos gritos. Outro indígena, Arecachu, teria carregado corpos decepados para os helicópteros militares.

Um relatório entregue à Comissão Nacional da Verdade, em 2014, traz mais informações sobre o que aconteceu aos Suruí naqueles anos (FERRAZ *et al.*, 2014). Segundo o relatório os Suruí carregam o estigma de terem sido colaboradores da Ditadura Militar. Esse estigma desconsidera que sua colaboração foi forçada, sob maus tratos, fome e militarização de suas aldeias. Os Suruí também testemunharam cenas de tortura de moradores, execução de guerrilheiros e mesmo o desaparecimento de seus corpos, que tinham sido enterrados próximo a uma de suas aldeias. Os guerrilheiros mesmos, por sua vez, ao escolherem a região do Bico do Papagaio para a luta armada, desconsideraram completamente a presença indígena.

É preciso ainda considerar que a estratégia da Ditadura Militar, no combate à guerrilha, era ampla. Não tinha apenas aspectos estritamente militares. A estratégia envolvia todo um programa de colonização, com aberturas de estradas, como a Transamazônica e a Perimetral Norte; obras da Ditadura



Militar que também marcam uma memória épica e mesmo nostálgica dos tempos do chamado milagre brasileiro (SOUZA; CORDEIRO, 2017). Isso, no binômio segurança e economia, ambos pautados por uma concepção abstrata de espaço social – porque era entendimento comum na Guerra Fria, até o fim dos anos 1970, que a precariedade econômica abria as portas de um país para a infiltração do tão temido comunismo.

Essa estratégia, forjada com base em práticas destrutivas – é importante considerar que a promoção de um espaço social abstrato implica violência contra outras formas de relação com os espaços vivido e percebido – vinha sendo denunciada, já durante a Ditadura Militar. Por exemplo, no livro *Vítimas do Milagre*, de Shelton H Davis (DAVIS, 1978). Embora a tese do autor fosse a de que as políticas violentas e mesmo genocidas contra os indígenas derivassem de motivos estritamente econômicos, e não militares. As doenças, a morte e o sofrimento humano imposto às populações indígenas seriam resultado de uma política de desenvolvimento (DAVIS, 1978, p. 15). Seria assim uma faceta do chamado “milagre econômico”. Numa das vertentes desse projeto colonizador, no começo dos anos 1970, Médici dizia que a ideia era levar os flagelados do Nordeste para a Amazônia: os “homens sem terra do Nordeste” ocupando as “terras sem homens” do Norte (DAVIS, 1978, p. 64). Política que teria prevalecido até 1974, sendo depois substituída pelo incentivo a formação de grandes propriedades, com capital estrangeiro (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 35).

A esquerda revolucionária daqueles anos abria algum espaço para denunciar a exploração irracional das florestas e as violências contra as populações indígenas. Embora, obviamente, sua ideologia fosse essencialmente modernizadora (seria muito afirmar, por exemplo, que havia algum tipo de consciência ecológica naquela esquerda). No livro clandestino escrito por presos políticos, *O livro chamado João* (FON FILHO, 2016), por exemplo, a política da Ditadura Militar relativa aos indígenas era nomeada como genocida, remetendo às frequentes falas de militares de que os indígenas não deviam atravancar o progresso nacional (FON FILHO, 2016, p. 226). As grandes estradas eram tratadas como propaganda fascista e falsa solução aos problemas sociais do país (FON FILHO, 2016, p. 213).

Mas uma coisa escapava tanto à leitura dos guerrilheiros quanto dos militares sobre os indígenas. A existência de outras cosmologias, em que a floresta recebe outros significados. Para os Suruí, uma dimensão fundamental de sua cosmologia é a questão da alteridade. (FERRAZ *et al.*, 2014, p. 47). A sociedade Suruí, ou Akewaera, define-se sempre em relação a um outro específico. O outro



não entendido como estrangeiro, exterior à identidade do grupo. Com as devidas diferenças, sobretudo o estatuto da guerra em sua cosmologia, encontramos algo semelhante nas histórias dos Yanomami em seus encontros com o Brasil da Ditadura Militar e depois. Nas falas do xamã Kopenawa, vemos uma outra ideia sobre a floresta, não como obstáculo à civilização, ou natureza inerte, submetida à domesticação pelas armas da modernidade. A floresta seria, ao contrário, habitada por múltiplas subjetividades, múltiplas formas de vida, que se definem exatamente pelas múltiplas relações de alteridade que estabelecem entre si, relações de afinidade e predação (KOPENAWA; ALEBRT, 2015). Nada de espaço abstrato, portanto.

O espaço abstrato aparece, na voz de Kopenawa, em certas práticas dos brancos, como o desenho de imagens nas peles de papel, mapas, apropriação da floresta, ação predatória de garimpeiros, bem como a construção de Perimetral Norte e seus espectros de doenças.

Então eu via os espíritos maléficos daqueles rezadores vindo de helicóptero em minha direção. Eles me ameaçavam e tentavam me matar. O Exército também estava contra nós naquela época. Queria retalhar nossa terra em pedaços para deixar entrar os garimpeiros. Então via as imagens dos espíritos soldados, com seus chapéus de ferro e seus aviões de guerra, tentando me pegar para me trancafiar e me maltratar. Meus espíritos *purusianari*, porém, rechaçavam os agressores com valentia. Esses *xapiri* são as imagens de guerreiros muito valentes, que também possuem armas de brancos. Eles desciam em meu sonho para combater os espíritos soldados (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 345).

Considerações finais

O intuito desse artigo é compor um mosaico de imagens, percepções e ideias sobre a floresta no Brasil da Ditadura Militar. Os conceitos que articulam essas figurações da floresta são os de espaço concebido, percebido e vivido. Isso, diante das projeções do espaço abstrato. Não se procurou aqui um sentido homogêneo para as florestas. Ao contrário, inspirado pela ideia da floresta de símbolos, a intenção é vislumbrar a complexidade desse espaço social. Diferentes atores o disputaram, não só em termos de ideias, mas também de conflitos abertos e violentos. Derivamos assim por questões de estratégia e tática, visões de militares e guerrilheiros sobre o espaço social da floresta. Os primeiros



submetendo a Floresta Amazônica aos imperativos violentos da abstração. Os guerrilheiros, por sua vez, ao mesmo tempo em que compartilhando a ideia da floresta como um espaço estratégico, vendo-a como um espaço capaz de produzir novas subjetividades, do militante urbano e mesmo da “esquerda festiva” para o combatente do povo. Ambos, militares e guerrilheiros revelando heranças da tradição intelectual que viu a floresta como espaço limite, além das fronteiras da História e da Civilização. Daí, ainda, a estratégia militar de lidar com a floresta como espaço a ser circunscrito, delimitado, controlado; e as estradas como essa conexão tanto econômica quanto de segurança, na abstração que se abateu sobre a floresta. Os indígenas, por sua vez, entram aqui como uma espécie de terceira voz, atingidos pela guerra que ali se travava, mas com uma cosmologia própria, diversa da dos guerrilheiros e dos militares.

A expressão “santuário de guerrilheiros” está na reportagem sobre a história da Guerrilha do Araguaia (DÓRIA *et al.*, 1978, p. 18). Na passagem em que essa expressão aparece a referência era sobre o fato de os guerrilheiros se internarem na mata, fugindo ao alcance dos militares, nas primeiras operações de combate à Guerrilha do Araguaia. A ideia remete à imagem da floresta como “segunda mãe”: provedora, fértil, conhecida com intimidade e mesmo produtora de guerrilheiros. Mas, nessa parte final do artigo, é importante lembrar que a floresta se tornou também espaço de desaparecimento de seus corpos. Em entrevista, o General Carlos Alberto da Fontoura, anos depois, recorreu à ideia da fecundidade da floresta para defender a tese de que é impossível encontrar os corpos dos guerrilheiros desaparecidos:

A ideia é dar uma satisfação à família. Mas é muito difícil. Quem vai se lembrar agora, no meio da floresta amazônica, onde está o João, o Pedro, a Maria, o Antônio ou o José? Não é possível pensar numa coisa dessa. Não entra na cabeça de ninguém! É uma provocação. Como vão achar na floresta amazônica cinquenta, sessenta ou cem mortos? Não vão achar. A não ser que alguém que esteja vivo se lembre, vá lá e encontre o lugar. Porque tudo deve estar modificado. A natureza, sobretudo na floresta, se modifica a cada passo, a cada ano, a cada década (FONTOURA, 2005, p. 40).

A ideia da produção de um outro sujeito revolucionário parece ter ficado naqueles tempos da guerra; hoje vemos com uma certa distância a ideia da floresta como espaço social produtor de guerrilheiros. Por outro lado, os



conflitos entre espaço abstrato, concebido, vivido e percebido prosseguem, como as notícias recentes sobre o garimpo nas terras Yanomami e a leitura dos indígenas como ameaça à integridade territorial do país no governo Bolsonaro demonstram. Estamos assim em outros tempos, mas as heranças daquele passado persistem.

No poema “Dentro da noite veloz”, sobre a morte de Guevara na Bolívia, Ferreira Gullar passou por todos os sentidos da floresta aqui comentados – o poema é de 1976 (GULLAR, 2000, p. 195-202). O poema começa fazendo uma conexão latino-americana: “na quebrada do yuro/ eram 13:30 horas/ (em São Paulo/ era mais tarde; em Paris anoitecera; / na Ásia o sono era seda). O que acontecia na quebrada do Yuro, o cerco de Che e os guerrilheiros que o acompanhavam, fazia parte de um único mundo em escala planetária, mas o poema tem uma certa ambiguidade, porque é como se a vida seguisse nesses outros locais, como se esse destino comum estivesse isolado nas florestas da Bolívia. O próprio poeta diz mais à frente: “Ernesto Che Guevara/ é chegada a tua hora/ e o povo ignora/ se por ele lutavas”.

A floresta aparece no poema em distintas camadas de sentido; em primeiro lugar, uma certa indiferença frente ao que lá acontecia: “as águas limpas batiam/ sem passado e sem futuro”, mais à frente o poeta diz: “Na quebrada do Yuro/ não era hora nenhuma/ só pedras plantas e águas”. Depois, sobre o corpo de Guevara sendo levado por um “helicóptero ianque”: “é o seu último voo/ sobre a América Latina/ sob o fulgor das estrelas/ que nada sabem dos homens”. Essa indiferença da floresta dá um certo tom trágico ao poema, o destino humano frente à indiferença cósmica. Mas a história irrompe na floresta: “até que um tiro/ explode em pássaros/ e animais/ até que passos/ vozes na água rosto nas folhas/ peito ofegando/ a clorofila/ penetra o sangue humano/ e a história/ se move”. O sangue se misturando à clorofila, o tiro que provoca uma revoada de pássaros, correria de animais; o que parecia inicialmente um cenário indiferente, mistura-se, e a floresta se humaniza, ao mesmo passo em que o humano é marcado pela floresta; sangue e clorofila se tornam a mesma coisa.

É depois disso que o poema faz uma digressão sobre a noite nos trópicos: veloz, profunda. E aqui, na noite tropical, os elementos se misturam completamente – a miséria, os cassinos, as mercadorias ianques, a violência; natureza e história se fundem, mas num espectro de horror, de abismo. Porém há ainda um outro movimento no poema, a partir da ideia de vida, vida que se manifesta de várias formas, de vegetais a animais humanos. Por exemplo: “sob a pele da treva, os frutos/ crescem”. Vê-se aí uma mudança de tom, mas já anunciado em alguns



momentos do poema, Che Guevara morto na Bolívia como um sujeito singular e ao mesmo tempo qualquer um; a natureza inicialmente indiferente, mas ligada ao destino humano pela vida que insiste, obstinada, em pulsar: “a vida muda como a cor dos frutos/ lentamente/ e para sempre”. Assim, o que parecia antes um cenário atemporal ganha uma duração. A vida passa a ser sentida como criação, metamorfose, ainda que lenta e quase imperceptível: “e é tempo todo tempo/ mas/ não basta um século para fazer a pétala/ que um só minuto faz/ ou não/ mas/ a vida muda/ a vida muda o morto em multidão”. A floresta assim configura um tempo complexo, de lentas maturações, mas também de súbitas irrupções. A imagem da pétala sintetiza essas imagens complexas sobre a floresta, a pétala sendo produto de uma evolução natural, lenta, imemorial, mas irrompendo repentinamente à luz do dia. Aqui a pétala é mais do que uma metáfora: o próprio tempo da história é repensado como essa pétala, uma aposta no tempo da vida.

Referências

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Exército. *Contra guerrilha na selva*. 1975. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html> acesso em 18/02/2023. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Exército. *Manual de campanha: guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: Exército, 1968.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Identidades inconclusas no Brasil do século XX. Fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e ressentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: EdUnicamp, 2001. p. 403-429.

BURCHETT, Wilfred. *Vietnam: a guerrilha vista por dentro*. Trad. Daniel Campos. Rio de Janeiro: Record, 1967.

CALLADO, Antonio. *Bar Don Juan: romance*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

CALLADO, Antonio. *Vietnã do Norte: advertência aos agressores*. Esqueleto na



Lagoa Verde. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARTA a meus pais. [S. l.]: Arquivo Nacional, 1972. Documento apreendido pela 3ª Brigada de Infantaria. De terroristas que agem na região do Pará. Fundo Taís de Moraes, BR_DFANBSB_VAY_0036_d.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia; EdUSP, 1983.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Trad. Jorge Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. Lisboa: Casa de Las Americas, 1967.

DESCOLA, Philippe. *Outras naturezas, outras culturas*. Trad. Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK, Jaime. *A guerrilha do Araguaia: história imediata 1*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

FERRAZ, Iara; CALHEIROS, Orlando; SURUÍ, Tiapé; SURUÍ, Ywynuhu (org.). *O tempo da guerra – os Aikewara e a guerrilha do Araguaia*. 2014. Relatório entregue a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2098%20-%2000092_000950_2014_66.pdf. Acesso em: 18 fev. 2023.

FON FILHO, Aton. *A repressão militar-policia no Brasil: o livro chamado João*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *Entretempos: mapeando a história da cultura brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

FLUSSER, Vilém. *Fenomenologia do brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

FONTOURA, Carlos Alberto da. *Carlos Alberto da Fontoura (depoimento, 1993)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista626.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaias; PONCE, J. A. de Granville (org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.



FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUEVARA, CHE. *Che Guevara na Bolívia: Diário*. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Edições Correio da Manhã, 1968.

GULLAR, Ferreira. *Toda poesia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

HARDMAN, Francisco Foot. *A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: EdUNESP, 2009.

JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo. 1969-1975*. São Paulo: EdUSP, 2013.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Trad. Emilio Martinez. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LYRA, Augusto Tavares de. *Segurança nacional: antagonismos e vulnerabilidades*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

LYRA, Augusto Tavares de. *Vida de quartel: o exército brasileiro visto pelo seu ministro*. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1968.

MEIRA MATTOS, Carlos. A geopolítica e a teoria da forma e espaço dos Estados. *Revista Militar Brasileira*, Brasília, v. 105, p. 29-58, jul./dez. 1974.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 39-50, jun. 2008.

MERRIFIELD, Andy. Henri Lefebvre: a socialist in space. In: CRANG, Mike; THRIFT, Nigel (ed.). *Thinking space*. New York: Routledge. 2010, p. 167-182.

MORAES, Taís Moraes; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOURA, Clóvis. *Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.



PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e a luta revolucionária na Bolívia*. São Paulo: Xamã, 2008.

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed UNESP, 2010.

SCHMINK, Marianne; WOOD Charles H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Trad. Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: EdUFPA, 2012.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: Memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1988.

SOUZA, César Martins de; CORDEIRO, Janaína Martins. Vozes da Transamazônica: memória e história dos anos Médici nos recônditos da Amazônia. In: DELLAMORE Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália (org.). *A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 85-106.

Notas

¹Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília. ORCID: 0000-0002-7925-1536.

“Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele”: Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio

“No tree in God's garden was as beautiful as him”: Religious tourism and extinction of the Lebanon's cedar forest in accounts by Protestant missionaries in the Middle East

Marina Haizenreder Ertzogue¹



Resumo: Este artigo, na perspectiva da história ambiental, busca demonstrar como o turismo religioso, no século XIX, se tornou um dos fatores que contribuíram para a devastação dos cedros do Monte Líbano e estabelecer a conexão entre o literalismo bíblico e a defesa da preservação da floresta de cedros originários ameaçados de extinção, de acordo com relatos de viajantes e peregrinos daquela época. Por fim, pretende-se responder a seguinte questão: por que algumas passagens bíblicas sobre a natureza da floresta dos cedros no Monte Líbano, local sagrado de peregrinação para os cristãos, foram postas em xeque pela ciência? Para esclarecer essa investigação foram consultados diários de viajantes naturalistas, relatos de missionários protestantes na Síria e a imprensa. **Palavras-chave:** cedros do Líbano; história ambiental; missionários protestantes; peregrinos.

Abstract: This article, from the perspective of environmental history, seeks to demonstrate how religious tourism, in the nineteenth century, became one of the factors that contributed to the devastation of the cedars of Mount Lebanon and to establish the connection between biblical literalism and the defense of the preservation of the forest of native cedars threatened with extinction, according to reports of naturalist travelers of that time. Finally, it is intended to answer the following question: why some biblical passages about the nature of the cedar forest on Mount Lebanon, a sacred place of pilgrimage for Christians, were put in check by science? To clarify this investigation, diaries of naturalist travelers, reports of Protestant missionaries in Syria and the press were consulted. **Keywords:** cedars of Lebanon; environmental history; protestant missionaries; pilgrims.



Introdução

No prólogo de *Shrinking the Earth* (WORSTER, 2016), o historiador ambiental Donald Worster nos apresenta um planeta que está encolhendo e que a crença da natureza inesgotável acabou. Nessa perspectiva, insere-se a teoria da Luz Verde, construída por Worster a partir de uma cena de Jay Gatsby, protagonista do romance de Francis Scott Fitzgerald (1896-1940), *The Great Gatsby* (1925). De longe, o impávido sonhador contemplava a luz verde, no entanto, a luminescência era apenas a sinalização do ancoradouro de Daisy Buchanan. Para a personagem, todavia, a luz verde era o sinal de que “em algum lugar do passado de Jay Gatsby e da América estava o sonho de uma terra fértil e intocada com possibilidades” (WORSTER, 2016, p. 4).

Em tempo de Antropoceno, sabemos que a extraordinária abundância de recursos naturais acabou sem que o conhecimento científico, a inovação tecnológica ou o trabalho árduo conseguisse trazê-la de volta. Donald Worster (2016) nos diz que a terra está encolhendo e o mundo não vive mais a ilusão verde de *Gatsby*.

A extinção de uma espécie é um caminho sem volta. Vivemos em um mundo extremamente fragilizado, cujos recursos naturais estão retraindo ou desaparecendo. Em 2022, recorde de ter lido que quase 90% das sementes crioulas em Pernambuco foram contaminadas por transgênicos, fato lamentável, triste, porém, recorrente.

Para José Augusto Pádua (2022b), a ampliação do uso do termo Antropoceno no debate histórico tem uma lógica própria. É uma resposta ao vácuo conceitual, no entendimento do mundo contemporâneo, que se apresenta diante de nós na medida em que conceitos, segundo Pádua, “considerados fundamentais, como modernidade e globalização, já não estavam sendo suficientes para analisar essa transformação radical ocorrida no século XX.”

A história ambiental dialoga com o Antropoceno, visto que ela compreende uma investigação aberta e “não reducionista das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais ao longo do tempo” (PÁDUA, 2010, p. 101). Na história ambiental, são discutidos os fatores sociológicos e “as principais questões epistemológicas presentes na constituição desse campo historiográfico” (PÁDUA, 2010, p. 101).

A partir da História Ambiental, fica evidente a importância da narrativa da extinção de espécies em tempos passados e do fracasso daqueles que, sinceramente, tentaram preservar as florestas. Em tempo de Antropoceno,

Marina Haizenreder Ertzogue
“Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele”:
Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano
em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio



Marina Haizenreder Ertzogue
“Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele”:
Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano
em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio

ler uma frase do botânico Louis François Élisabeth Ramond, em *Annales du Muséum d'histoire naturelle* (RAMOND DE CARBONNIERES 1804, p. 404), é uma sensação de déjà-vu: “Tout vieillit avec une rapidité croissante: un siècle de l'homme pèse sur la terre plus que vingt siècles de la nature.”

Na literatura de viagem, em relatos de cronistas greco-romanos ou em passagens bíblicas, há evidências da extinção gradual do *Cedrus libani*, conífera originária do Monte Líbano, aclimatada a temperaturas baixas. Situados em um platô, alguns exemplares resistem abaixo da cordilheira cujo cume era coberto por neves eternas.

Ao longo da história da ocupação humana, as florestas de cedros do Líbano foram devastadas constantemente. Os primeiros relatos estão no Antigo Testamento. A madeira de cedro era valorizada na construção civil e naval por ser considerada incorruptível à deterioração.

Os viajantes P. Bellon (1546); C. Fishtner (1556); Rauwolf (1574), e Jacobi (1759) contaram os cedros considerados mais antigos pelas proporções gigantescas; deles restavam entre 28 e 24 ao longo dos séculos XVI-XVIII. Em 1789, Billardièrre afirmou que sete era tudo o que havia². Durante o século XIX, a maioria dos viajantes contou apenas 12 cedros no Monte Líbano, aqueles dignos de serem chamados de cedros de Salomão.

Antes do século XIX, marcado por profundas mudanças na dinâmica das peregrinações e pelo fomento do turismo religioso como empreendimento no Oriente Médio, a floresta de cedros se tornou objeto de clamor por sua conservação.

O cedro do Líbano era objeto de devoção religiosa; a primeira ação propositiva para preservação da floresta foi do patriarca dos maronitas – cristãos orientais que professavam a fé católica cuja liturgia era na língua sânscrita. Os maronitas tiveram sua origem com S. Maron, monge eremita, no século V.

O patriarca decretava a excomunhão daquele que ousasse arrancar os galhos ou ferir os cedros. Segundo viajantes, esta era uma prática antiga quando o culto ainda era celebrado ao pé dos cedros de Salomão, em altar de pedras empilhadas.

Viajantes de várias nacionalidades afirmaram que as cordilheiras do Líbano eram cobertas por florestas; as referências mais antigas eram de passagens bíblicas e textos de cronistas greco-romanos.

Ao longo dos séculos, os cedros foram desaparecendo. No Líbano, uma diminuta porção deles está no mesmo local considerado sagrado e recebe o nome de Floresta dos Cedros de Deus, patrimônio mundial da UNESCO.



Marina Haizenreder Ertzogue
"Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele":
Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano
em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio

No entanto, estudiosos alertam que as mudanças climáticas podem pôr fim aos últimos exemplares.

No imaginário oriental, esta árvore alterosa foi dotada dos atributos da imortalidade. Para os cristãos, o cedro está entrelaçado com os dogmas da fé no Antigo Testamento. A rota da geografia do sagrado passava pelo Monte Líbano e missionários estrangeiros palmilharam as terras bíblicas para cumprir com a missão evangelizadora, além disso, alguns publicaram livros de viagens que fizeram sucesso editorial.

No contexto da organização das missões religiosas, na primeira metade do século XIX, havia interesse pelo Oriente Médio, segundo Hellen Berg (2006, p. 45). As ações missionárias se explicavam não somente pela expectativa da iminente volta de Jesus Cristo, precedida pela pregação do Evangelho ao redor do mundo, "mas pela conversão e restauração dos judeus e pelo incentivo às atividades missionárias em geral, em particular no Oriente Médio". Cabe ressaltar que a tendência milenarista e escatológica no protestantismo americano esteve presente desde o século XVIII, conforme Jonathan Edwards (2002 apud MURRE-VAN DEN BERG, 2006, p. 45).

Foi nesse contexto que missionários protestantes foram enviados pela *American Board of Commissioners for Foreign Missions* para o Oriente Médio. Entre eles estava William McClure Thomson (1808-1894), formado pela Universidade de Miami e pelo Seminário Teológico de Princeton. Em 1833, o clérigo protestante chegou ao Líbano, desde então passou a residir em Beirute, designado para ser missionário na Síria e Palestina.

As peregrinações de William M. Thomson (1859) aos locais sagrados estão publicadas em dois volumes de *The Land and the Book*. O texto segue o formato de um diário de viagem e o que se destaca na publicação é a interatividade que o missionário Thomson consegue construir com os leitores leigos, pois *The Land and the Book* pode ser lido como manual do viajante peregrino.

A leitura do livro do missionário Thomson induz a um questionamento: como a literatura de viagem impulsionou o turismo religioso em meados do século XIX? Henri Allon (1873), em *Recent Travels and Explorations in Syria*, diz que um novo prazer foi criado para uma numerosa e crescente categoria de leitores com profundo interesse em tudo que estivesse relacionado à Terra Santa. Trata-se da geografia física, que foi utilizada na ilustração e confirmação de eventos registrados na história das Escrituras.

A geografia física passou a fazer parte da narrativa de viagem, incluindo mapas e roteiros. O leitor adquiriu uma amplitude de visão ao seguir as



investigações dos viajantes e as especulações dos arqueólogos, além de descobrir as peculiaridades locais, nomes de cursos de rios e córregos, características de ruínas célebres e as particularidades da vida pastoral e agrícola, retratadas com precisão de uma câmera (ALLON, 1873).

Hellen Murre-van den Berg aponta para a predileção de William Thomson aos locais de peregrinação não tão óbvios, além disso, destaca o interesse do missionário por locais que remetiam ao Antigo Testamento, evocando um período inicial de Israel, que devia ser entendido a partir do literalismo “que determinou sua leitura tanto do Antigo quanto do Novo Testamento” (MURRE-VAN DEN BERG, 2006, p. 55).

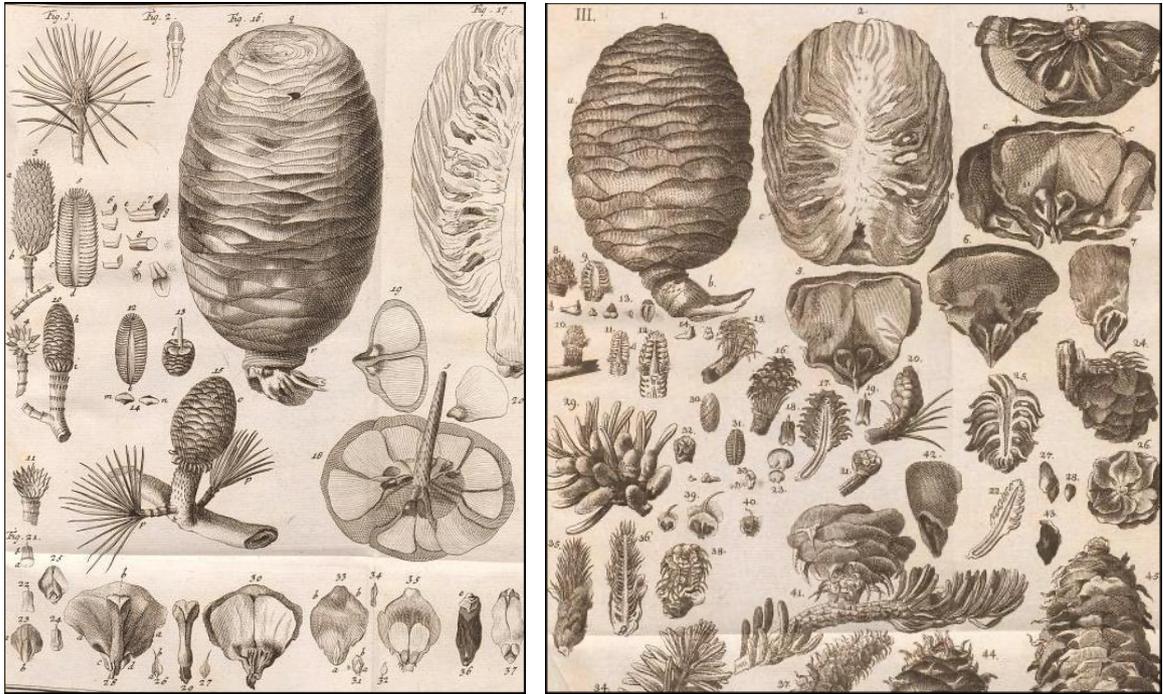
Nesse ponto, podemos inferir a força do literalismo bíblico ao reverberar sobre a extinção dos cedros do Líbano. A propósito, a conífera representa longevidade, beleza e altivez, segundo Ezequiel 31: 8-9, atributos citados no título deste artigo.

No entanto, o literalismo bíblico podia, entre seus intérpretes, se reportar a fatos sem relação direta com o contexto da mensagem do salmista. Um exemplo são as profecias de Ezequiel, no Antigo Testamento, que, ao enaltecer os cedros, também fez previsões da sua destruição no Líbano. Os estudiosos da Bíblia sustentavam, em sua crença inequívoca, que os cedros destruídos eram da mesma floresta que forneceu madeira para a construção do templo de Salomão. Já dissemos antes que o patriarca punia com a excomunhão os maronitas que ferissem as árvores sagradas.

E quanto ao turismo religioso ocidental? Haveria indulto aos viajantes e peregrinos que, no afã de obter uma relíquia, levava consigo um pedaço da floresta? O missionário presbiteriano, autor de *The Land and the Book* (THOMSON, 1859), juntou centenas de cones de cedros do Líbano para presentear os amigos da Europa e América. Cone de cedro é uma espécie de pinha onde fica depositada as sementes. Thomson diz aos leitores: “Você os verá em gabinetes privados com mais frequência do que qualquer outra lembrança da Terra Santa” (THOMSON, 1859, p. 297).



Figuras 1 e 2 - Cones de *Cedrus libani*



Fonte: Trew (1767).

Ecoteologia, conexões entre religião e natureza

O artigo do historiador americano Lynn White Jr. (1967): *The Historical Roots of Our Ecologic Crisis* influenciou na discussão sobre os impactos da Bíblia e da tradição cristã nas práticas ambientais contemporâneas. Para Lynn White Jr. (1967), a cosmovisão cristã e antropocêntrica se consolidou a partir da Gênese e da noção de que o homem é feito à imagem e semelhança de Deus. Com isso, não apenas se estabeleceu um dualismo entre humanidade e natureza, “mas também insistiu que é vontade de Deus que o homem explore os recursos naturais para servir aos seus interesses” (White Jr., 1967, p. 1205).

Na Antiguidade, cada árvore, nascente, riacho ou colina tinha seu próprio espírito guardião. As entidades acessíveis aos humanos eram diferentes deles – eram centauros, faunos e sereias – e antes de cortar uma árvore era preciso aplacar o espírito da floresta. “Ao destruir o animismo pagão, o cristianismo tornou possível explorar a natureza com indiferença aos sentimentos dos objetos naturais” (WHITE Jr., 1967, p. 1205). Portanto, diz White, continuaremos a ter uma crise ecológica cada vez maior “até rejeitarmos o axioma cristão de

Marina Haizenreder Ertzogue
“Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele”:
Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano
em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio



Marina Haizenreder Ertzogue
"Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele":
Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano
em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio

que a natureza não tem razão de existir a não ser para servir ao homem” (White Jr., 1967, p. 1207).

Em 1970 surgiu a teologia ecológica, segundo Ernest Conradie (2004), dominada por uma abordagem apologética, em resposta ao artigo *The Historical Roots of Our Ecologic Crisis*. O historiador White Jr. (1967, p. 1206) diz: “[...] a julgar por muitos dos efeitos ecológicos que estão fora de controle. Se assim for, o cristianismo carrega um enorme fardo de culpa”.

Ao colocar a culpa pela crise ecológica no cristianismo ocidental, Lynn White recebeu críticas por parte de teólogos e estudiosos da Bíblia. “Sua tese é uma variação da famosa análise de Weber sobre a relação entre cristianismo e capitalismo, ou seja, que o protestantismo encorajou o capitalismo que, por sua vez, explorou a natureza” (CONRADIE, 2004, p. 124). A tese de White desencadeou o debate das questões ambientais na teologia cristã. No entanto, estudos foram produzidos em defesa do cristianismo “contra as acusações de White, recuperando a sabedoria ecológica nas raízes bíblicas da tradição cristã, na história subsequente, em doutrinas e formas de espiritualidade e práxis” (CONRADIE, 2004, p. 125).

Um discurso ecoteológico acadêmico surgiu em reação às críticas de Lynn White à concepção de um cristianismo antropocêntrico cuja natureza apenas serviria para suprir as necessidades do homem. Para teólogos cristãos era preciso recuperar os textos bíblicos como recurso significativo para uma ética ecológica e mostrar que eles não sancionam uma forma exploradora de domínio humano sobre a terra (HORRELL; HUNT; SOUTHGATE, 2008).

Em *Ecotheology*, Anne Marry Dalton (2018) retoma a tese de Lynn White. O argumento defendido pelo historiador americano era compartilhado por Arnold Toynbee. A imposição bíblica aos humanos para dominar a Terra, povoá-la e subjugar-la em benefício próprio continha as raízes históricas de nossa crise ecológica.

A tese do medievalista Lynn White contribuiu para o surgimento da Ecoteologia ao desafiar a compreensão tradicional da relação entre o cristianismo e a natureza. A longo prazo, após refutarem a tese de White Jr., por volta do século XX, os estudiosos e teólogos estavam preocupados com a restauração da hermenêutica bíblica e temas ambientais, indagando-se como a religião poderia contribuir para a conservação do meio ambiente, da justiça social e da ética ecológica.



Os Cedros de Salomão

Missionários protestantes que estavam na Síria, no século XIX, entendiam que a extinção dos cedros do Monte Líbano era uma profecia bíblica, especificamente, em versículos de Ezequiel e Isaías. Os cedros estariam fadados ao desaparecimento: *A voz do Senhor quebra os cedros; sim, o Senhor quebra os cedros do Líbano* (Salmo 29:5).

Salomão mandou dizer a Hiram, rei de Tiro: Do mesmo modo que fizeste com Davi, meu pai, mandando-lhe cedros para lhe edificar uma casa em que morasse, assim também faz comigo (II Crônicas 2:3).

Dá ordem, agora, que do Líbano me cortem cedros; os meus servos estarão com os teus; e eu pagarei o salário dos teus servos, respeitando em tudo o que determinares. Pois tu sabes que entre nós não há quem saiba cortar madeira como os sidônios (I Reis 5:6).

Deram dinheiro aos pedreiros e aos carpinteiros; e comida, bebida, azeite, aos de Sidom, e aos de Tiro para que trouxessem do Líbano até o mar e daí até Jope, madeiras de cedro segundo a permissão que lhes tinha dado Ciro, rei da Pérsia (Esdras 3:7).

O literalismo bíblico em *Land of the book* (THOMSON, 1886)³, ao relatar a destruição dos cedros do Líbano, correlaciona o fato com um versículo retirado do Antigo Testamento, a saber: “Abre as tuas portas, ó Líbano, para que o fogo devore os teus cedros” (Zacarias 11:1). Após citar o versículo bíblico, William Thomson diz: “E não apenas o carvoeiro consumiu a “Glória do Líbano” em seus poços fumegantes, mas o relâmpago bifurcado às vezes dilacera os mais fortes e estilhaça as árvores mais altas” (THOMSON, 1886, p. 264).

“A voz do Senhor quebra os cedros; sim, o Senhor quebra os cedros do Líbano” (Salmo 29:5), após o versículo, o missionário citou o profeta Isaías ao dizer que os cedros se regozijaram com a queda da Babilônia. “Desde que tu caíste, nenhum lenhador subiu contra nós” (Isaías, 14:8). Lenhadores mais bárbaros do que as hostes da Babilônia, “levantaram seus machados vândalos contra os cedros de Deus, não para construir e adornar os palácios dos reis e templos do Senhor, mas para queimar, destruir e fabricar alcatrão e piche para a marinha

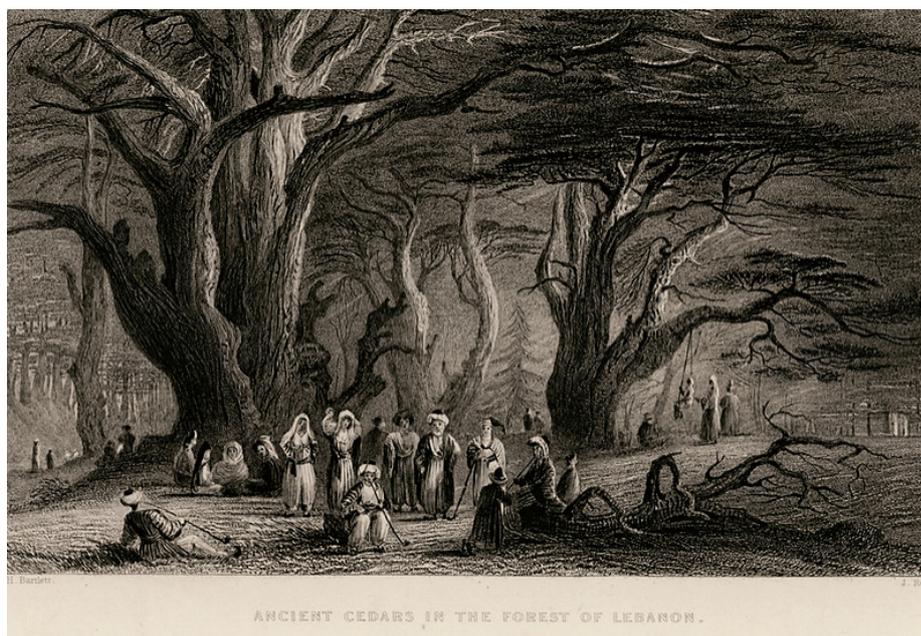
Marina Haizenreder Ertzogue
“Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele”:
Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano
em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio



de uma nação cristã” (THOMSON, 1886, p. 264).

No Líbano, a história da destruição dos cedros era contada aos viajantes por guias locais. Tudo aconteceu por ordem do governo Beshir Shehâb, que mandou derrubar os cedros seculares para fornecer alcatrão e piche para a frota britânica estacionada no Mediterrâneo, a fim de observar o procedimento de Napoleão no Egito e na Síria.

Figura 3 - Excursão aos cedros de Salomão – 1836.



Fonte: Carne (1836).

Acreditava-se que os velhos e carcomidos cedros do Monte Líbano eram os mesmos citados no Antigo Testamento, razão da peregrinação ao local sagrado. O viajante e escritor britânico John Carne (1836), encarregado da descrição das ilustrações do álbum *Syria, the Holy Land, Asia Minor*, comentou sobre isso ao descrever a imagem: “A tradição afirma, e o povo acredita, que essas árvores antigas são os restos da floresta que forneceu a madeira para o templo de Salomão há três mil anos” (CARNE, 1836, p. 46).

O literalismo bíblico de Josias L. Porter (1823-1889). O missionário presbiteriano em Damasco, enquanto percorria por locais sagrados, tinha como objetivo ilustrar as "verdades bíblicas" e demonstrar o resultado de extensa viagem.

O fato de que quanto mais estendemos nossos trabalhos na

Marina Haizenreder Ertzogue
“Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele”:
Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano
em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio



Palestina, seja como antiquário, geógrafo ou político, mais fortemente estamos convencidos do cumprimento literal da profecia, e da precisão minuciosa dos esboços topográficos e estatísticos contidos na palavra de Deus (PORTER, 1855, p. 5).

Josias L Porter, viajante, escritor e missionário irlandês, estudou teologia nas Universidades de Glasgow e Edimburgo. Em 1849, ele foi para Damasco, enviado pelo Conselho de Missões da Igreja Presbiteriana Irlandesa, onde atuou como missionário por uma década.

Autor de livros de viagens, o reverendo Porter ressaltou que a sua obra não foi escrita em um passeio de verão. Ela era resultado de pesquisas que se estenderam por mais de cinco anos. Seus deveres profissionais não apenas o obrigavam a estudar a língua e os costumes do povo, ele também devia percorrer o país em visita às cidades e aldeias. Ao visitar os cedros do Monte Líbano, o missionário Porter compreendeu o caráter singular daquele lugar: “De sua alta antiguidade, os cedros, glória antiga e de interesse sagrado, cresceram em minha memória, a fascinação que durante séculos atraiu multidões de peregrinos a este local solitário” (PORTER, 1855, p. 300).

Existem registros do desmatamento das florestas de cedro desde a Epopeia de Gilgamesh, demonstrando que a pilhagem, o comércio ou o tributo aos conquistadores ao longo da Antiguidade era prática recorrente. O *Cedrus libani* foi considerado uma mercadoria muito valiosa na história fenícia e desde então foi objeto de superexploração sistemática ao longo dos séculos (TALHOUK *et al.*, 2001).

Quando subiu ao Monte Líbano (THOMSON, 1859), o missionário William Thomson contou apenas 12 cedros de grandes proporções, localizados num platô, na subida da cordilheira. A disposição das árvores, vistas de longe, lembrava um anfiteatro, o conglomerado de cedros se destacava pelo seu aspecto de massa compacta verde-escura.

O missionário Thomas explica que existia uma discrepância nas declarações dos viajantes em relação à quantidade de árvores originárias da floresta do Monte Líbano. Alguns contaram sete, enquanto outros 12, pretendendo identificar aquelas cuja idade e tamanho “as tornavam bíblicas, ou pelo menos históricas” (THOMSON, 1859, p. 295).

Há meio século, diz William Thomson, quando os visitantes eram poucos, havia centenas de árvores jovens e brotos das pinhas maduras nas raízes de cedros velhos. O missionário recordou os esforços para protegê-los das cabras,



Marina Haizenreder Ertzogue
"Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele":
Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano
em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio

do gado do pastor e do camponês. "Isso, no entanto, foi logo abandonado e, durante o verão e o outono, esse bosque é invadido por homens e animais, os cedros jovens são pisoteados e destruídos" (THOMSON, 1886, p. 268).

Era um consolo saber que, "se esta floresta de cedro lentamente morrer e desaparecer devido à negligência e vandalismo dos nativos e a política ruinosa dos turcos, a árvore em si não será perdida" (THOMSON, 1886, p. 268). A esperança do missionário presbiteriano era saber que o cedro do Líbano se propagou a partir de sementes em parques e jardins da Europa.

Hooker e Christ, a desconstrução do literalismo bíblico

A literatura botânica do século XIX, segundo Aiello e Dosmann (2007), estava repleta de referências às florestas de cedros do norte do Líbano. Vários botânicos europeus estavam explorando a flora da Ásia Menor com trabalhos que descrevem a crescente compreensão da variedade natural de cedro nesta região.

O botânico suíço Konrad Hermann Heinrich Christ (1833 – 1933)⁴ fez trabalhos de campo com Alexander Braun, em 1853. Autor de *Das Pflanzenleben der Schweiz*. (1879), considerada obra de referência na geografia botânica, Hermann Christ (1890) deixou publicado 144 artigos e três livros sobre botânica, sendo que um deles trata da extinção dos cedros do Líbano de forma meticulosa, sem entrar na seara do dogmatismo religioso. O texto está publicado no *Garden and Forest, a Journal of Horticulture, Landscape Art and Forestry*.

Hermann Christ começa por reconhecer que o cedro clássico da antiguidade havia se tornado raro no Monte Líbano. Para o autor, não havia nada mais belo do que a pequena floresta verde-escura erguida na cordilheira, onde cada árvore, com seu aspecto original, parece "contar uma história repleta de memórias" (CHRIST, 1890, p. 246).

Na floresta descrita pelos viajantes, existiam duas gerações distintas: os cedros jovens e os cedros seculares de grandes proporções. As árvores mais altas e maciças eram os Cedros do Senhor, pois se acreditava que eram originárias do tempo de Salomão. A longevidade de uma árvore gigantesca chegou a ser calculada usando a dendrologia com idade estimada de 3.000 anos.

George Busch (1796-1859), professor de Hebraico e Literatura Oriental, estudioso da Bíblia, autor de *Illustrations of the Holy Scriptures* (BUSCH, 1856, p. 568), sobre os cedros originários, afirmou: "Aqueles que a superstição consagrou como sagrados e que são o principal objeto da curiosidade do viajante,



Marina Haizenreder Ertzogue
"Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele":
Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano
em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio

diminuíram gradualmente em número nos últimos três séculos." Nessa obra, o presbiterano americano correlaciona versículos bíblicos à luz das leituras de Harmer, Burder, Paxton e Roberts. No entanto, Busch divergia da concepção de que, pela longevidade, se distinguia os cedros remanescentes de Salomão.

No decorrer do próximo século, diz George Busch (1856, p. 568), as predições dos profetas seriam literalmente cumpridas. "E a mais impiedosa das nações estrangeiras o derrubou e o deixou; caídos seus ramos sobre os montes, seus galhos pereceram quebrados nas ravinas" (Ezequiel 31:12). Esta passagem será evocada por outros viajantes, no entanto, no contexto do profeta, trata-se de uma referência à queda do império babilônico.

O famoso bosque deixava no visitante uma triste impressão: "Quem o vê, não pode afastar-se da ideia de que as veneráveis árvores estão perecendo" (CHRIST, 1890, p. 246). Sobre as causas da extinção dos cedros do Líbano, o botânico foi de uma precisão cirúrgica ao dizer que as nove árvores restantes estavam menos mutiladas por causa da severidade do clima do que pelo descuido de pastores e peregrinos, que quebravam os ramos e muitas vezes faziam fogueiras em volta das árvores. Além disso, as plantas jovens não estavam crescendo, pois as cabras as destruíam logo que os primeiros brotos começavam a aparecer.

Se o estudante da Bíblia lamentava a perda iminente daqueles monumentos da Antiguidade, para Hermann Christ, o botânico e o silvicultor poderiam, ao menos, ter o consolo de saber que havia cedros em outras cordilheiras, de modo que "um rápido extermínio da espécie não é provável" (CHRIST, 1890, p. 246).

Sendo inevitável a extinção dos velhos cedros no Monte Líbano, o botânico suíço relatou a descoberta de vastas florestas do "verdadeiro cedro do Líbano," na altitude de 4.000 a 6.000 pés, em imensas massas de montanhas que se estendiam ao longo da costa da Cilícia. Para Christ, não era preciso lembrar que o cedro era celebrado por Isaías, Davi e Salomão, acrescentando que os estudiosos suspeitavam, pelo menos, que uma parte das referências bíblicas daria espaço para dúvidas, onde não se referia ao "verdadeiro cedro", mas à madeira do cipreste.

No entanto, as solicitações deixadas pelo rei Salomão de Israel ao rei Hiram de Tiro marcaram o início de registros detalhados do comércio fenício de madeira que era cortada, transportada para a costa fenícia, rebocada para Jaffa e depois transportada para Jerusalém. (LIPHSCHITZ; BIGER, 1991). Em busca das evidências históricas do uso do cedro do Líbano na antiguidade, Nili Liphshitz e Gideon Biger (1991), demonstram através de apontamentos históricos que o Antigo Egito importou muito cedro do Líbano. Faraó Snefru, 2.600 a C), deixou



Marina Haizenreder Ertzogue
“Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele”:
Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano
em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio

relatos do recebimento de 40 navios abarrotados de madeira de cedro para a construção naval.

Para Mary Perle Andreson (1908, p. 287), em publicação da *Torrey Botanical Society*, existiam dúvidas se a conífera conhecida por cedro do Líbano, *Cedrus Libani Barr*, era a mesma mencionada com tanta frequência no Antigo Testamento, “pois os cedros ocupam uma posição elevada e isolada.” Em relação à localização: a três quilômetros da costa, entre vales rochosos, numa altura de seis mil pés no lado do Monte Líbano, a madeira poderia ter sido transportada para Jerusalém, porém, com mais custos e dificuldades.

Entre turistas e peregrinos, foi divulgado que os verdadeiros cedros só existiam no Monte Líbano. Nesse sentido, o missionário protestante enviado à Síria pelo *American Board of Commissioners for Foreign Missions* (1863), o botânico George Edward Post (1889), professor do Syrian Protestant College, afirma que o Líbano e o Antilíbano já foram densamente arborizados. A partir de referências bíblicas, George Post deduz que, pelo menos até a época de Isaías, o Líbano era uma cordilheira coberta de florestas. Sendo a mais setentrional em Bsharri, onde estavam os famosos Cedros do Senhor, incluindo cerca de 450 árvores de idades variadas. Contudo, dos cedros antigos, restava apenas uma dúzia deles.

No outono de 1860, o botânico J. D. Hooker acompanhou o capitão Washington, hidrógrafo da marinha inglesa, numa expedição ao Monte Líbano, onde realizaram um levantamento da flora, com ênfase no crescimento dos cedros. A expedição durou 15 dias. Em 29 de setembro, no vale de Kadisha, os investigadores acamparam no sopé da montanha.

No dia seguinte, o grupo fez a prospecção do local, encontrando um total de 400 árvores, divididas em nove grupos de tamanhos variados. Para Hooker (1862), o fato mais notável era o tamanho em relação à idade dos cedros, não havia nenhum com menos de 18 polegadas de circunferência. Entretanto, não foram achados cedros jovens, arbustos, nem mesmo mudas em crescimento com menos de dois anos (HOOKER, 1862).

Não havia meios de estimar com precisão a idade da árvore mais jovem ou mais velha. Ressaltando, no entanto, que a madeira do galho de uma velha árvore, cortada na época, tinha 20 centímetros de diâmetro, sem a casca, um só galho com não menos de 140 anéis, tão próximos em algumas partes, que não podiam ser contados sem lentes.

No entanto, são características de um galho inferior de uma árvore muito velha, e não servia como parâmetro para o caráter geral da madeira no Líbano,



Marina Haizenreder Ertzogue
"Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele":
Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano
em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio

e menos para espécies cultivadas na Inglaterra, inferiores em cor, odor e textura (HOOKER, 1862).

Calculando-se apenas pelos anéis daquele ramo específico, diz o botânico, as árvores mais jovens no Líbano teriam, em média, 100 anos; as mais antigas, 2.500 anos, "ambas são estimativas, sem dúvida, muito longe do padrão" (HOOKER, 1862, p. 13).

E, por fim, Hooker desconstrói outro literalismo bíblico, lançando a hipótese do templo de Salomão não ter sido erguido com cedros originários do Monte Líbano. "Se o bosque diminuiu muito durante o período histórico, é uma questão que só pode ser decidida por uma cuidadosa coleta e escrutínio dos registros de antigos viajantes" (HOOKER, 1862, p. 14).

O botânico afirmou que não ficaria surpreso caso existissem provas de que os cedros não diminuíram desde os dias de Salomão, "pois é muito duvidoso que a madeira tenha sido amplamente usada em Jerusalém para fins de construção" (HOOKER, 1862, p. 14). A palavra cedro na Bíblia aplica-se a vários tipos de árvores, e ao *Cedrus Libani*, quando associada, referia-se "a algum epíteto distintivo" (HOOKER, 1862, p. 14). Para George Paxton (1822, p. 137), o cedro do Líbano foi considerado objeto de grandeza incomparável no reino vegetal. "É, portanto, uma das imagens naturais que frequentemente ocorrem no estilo poético dos profetas hebreus; e é apropriado para denotar reis, príncipes e potentados do mais alto escalão."

Na época de Salomão, o comércio de madeira era monopolizado pelos fenícios, sendo abundante o carvalho e o pinheiro em todas as faixas costeiras do Carmel. Hooker (1862) acredita ser improvável que os vales quase inacessíveis do Líbano tivessem sido saqueados em busca de uma madeira que não tinha a qualidade particular para fins de construção. Além disso, havia outros tipos de árvores. "Na minha opinião é uma questão que fica em aberto, se o *Cedrus Libani* forneceram de fato a maior parte da madeira na construção do templo de Salomão" (HOOKER, 1862, p. 15). Por outro lado, era indubitável que o bosque, no período histórico, aumentou e depois diminuiu de extensão, devido a mudanças seculares no clima, lembrando que "nenhuma muda atingiu a maturidade, embora, milhares germinem anualmente" (HOOKER, 1862, p. 15).

As profecias dos cedros do Líbano

O abade Pierre Azais, historiador francês e capelão do Collège Royal de Nîmes, autor de *Journal d'un Voyage en Orient* (AZAIS, 1858), em peregrinação



pela Terra Santa, em 1853, viajou para Beirute, com destino ao Monte Líbano. O abade foi acompanhado por uma pequena caravana, incluindo Salek, o drogamano, um intérprete maronita que falava italiano, um condutor de cavalos e dois viajantes.

Depois de uma árdua cavalgada, pernoitando ao sopé da cordilheira, o abade chegou ao bosque de cedros. Em êxtase, a comitiva sentou-se ao pé de um cedro gigante. Então, Azais abriu o Antigo Testamento e começou a ler em voz alta as passagens do profeta Ezequiel sobre os cedros bíblicos. “Deixamos por um momento de ser viajantes e voltamos a ser peregrinos” (AZAIS, 1858, p. 134).

No diário de viagens, o abade registrou que a floresta de cedros do Líbano era descendente das árvores que formavam a estrutura do magnífico templo de Salomão. “E este velho tronco sobre o qual me apoio agora, enquanto leio esta passagem, provavelmente, é daquela época, está ali, carregado de séculos como uma página viva da narrativa bíblica” (AZAIS, 1858, p. 135).

Para o abade católico, não havia dúvidas de que o tronco onde se recostou era o mesmo da floresta de cedros de Salomão, de onde o rei de Tiro mandou 30 mil homens cortarem a madeira de cedro e transportar pelo porto de Biblos, a 40 quilômetros de Beirute, até Jerusalém.

Para Pierre Azais, havia uma passagem no Antigo Testamento que resplandecia toda a grandeza das imagens e toda a magnificência da linguagem figurada, trata-se do relato da queda da Babilônia pelo profeta Ezequiel. Um grande cedro no Líbano, com belos galhos e folhagens, espalhava por toda a parte a sua vasta sombra, cuja altura excedia a de todas as árvores.

Todas as aves do céu se aninhavam nos seus ramos, e todos os animais do campo geravam debaixo dos seus ramos, e todos os grandes povos se assentavam à sua sombra (Ezequiel, 31: 6).

Os cedros do jardim de Deus não o podiam esconder; os ciprestes não eram como os seus ramos, e os plátanos não eram como as suas varas; nenhuma árvore do jardim de Deus se assemelhava a ele na sua formosura (Ezequiel, 31: 8).

E estrangeiros, os mais terríveis das nações, o cortaram e o deixaram; caíram os seus ramos sobre os montes e por todos os vales, e os seus brotos foram quebrados por todas as correntes da terra; e todos os povos da terra se retiraram da sua sombra, e o deixaram (Ezequiel, 31: 8).



Diz o abade Azais que toda a majestade dos gigantes da floresta do Líbano estava contida nos versículos de Ezequiel como se fossem escritos diante daquele grande cenário da natureza, sendo a queda da Babilônia representada por um grande cedro que cai com o auxílio do machado.

Conta o abade que, daquela magnífica floresta que coroava o Líbano e sombreava seus vales, restavam apenas uma dúzia de cedros, além de 400 árvores mais jovens e menores. Tempestades, incêndios e as devastações dos homens devoraram as árvores. E o lugar onde estavam os cedros “se tornará uma solidão árida e estéril, como profetizou Isaías e o cumprimento dessa profecia é impressionante” (AZAIS, 1858, p. 39).

O vandalismo dos viajantes, turistas e peregrinos

Na segunda metade do século XIX, a tradição da peregrinação cristã passou por um súbito renascimento, isso foi possível pelo aprimoramento dos métodos de viagens e da expansão das vias de comunicação, tornando mais fácil e seguro viajar pelos locais sagrados. Foi também no século XIX que se configurou o turismo religioso moderno. No entanto, os peregrinos mantiveram seu objetivo: viajar para a Palestina, visitar locais sagrados daquele país, além de outros lugares com eventos descritos no Antigo e no Novo Testamento (DORON; KOBI, 2002, p. 142).

Do porto de Marselha, sul da França, em 23 de agosto de 1853, partiu a primeira caravana com 40 peregrinos para Jerusalém, organizada pela *L'Oeuvre des Pèlerinages en Terre Sainte*. O empreendimento, com sede em Paris, tinha por objetivo organizar roteiros aos locais santos com guias religiosos, a maioria deles, padres da congregação franciscana, residentes em Jerusalém. Além disso, manteve convênios com companhias de navegação da França para obter passagens com preços acessíveis aos peregrinos.

Desde 1853, *L'Oeuvre* organizou viagens para a Terra Santa duas vezes por ano. Um dos *tours* tinha a duração de seis semanas, incluindo a viagem marítima. Além de Jerusalém na Páscoa, havia passeios opcionais. Na Europa, o turismo religioso moderno foi impulsionado pela *Oeuvre des Pèlerinages en Terre Sainte*.

Do roteiro da viagem à Terra Santa, os preços de pacotes turísticos eram anunciados na imprensa. Em 4 de agosto de 1880, o jornal *L'Intrusigeant* publicou o anúncio de um passeio aos cedros. O pacote incluía passagem e alimentação. O excursionista pagaria o acréscimo de 300 francos para visitar os cedros de Salomão. O anúncio de outra excursão, saindo de Paris, passando por



Marina Haizenreder Ertzogue
"Nenhuma árvore no jardim de Deus era tão bela quanto ele":
Turismo religioso e extinção da floresta de cedros do Líbano
em relatos de missionários protestantes no Oriente Médio

Marselha, com destino à Terra Santa, diz: "Visitar o túmulo de Cristo, passear no Horto das Oliveiras, ouvir no Líbano a missa celebrada no pé de cedros é um magnífico coroamento da romaria" (L'INTRASIGEANT, 1880, p. 2).

É possível imaginar o impacto ambiental pelo fluxo de peregrinos na floresta de cedros do Líbano? Trata-se da expansão de um evento, a princípio regional, a missa campal rezada ao pé dos cedros, uma celebração entre maronitas católicos de localidades vizinhas. Também tinha a Festa dos Cedros e a celebração pelo Dia da Transfiguração no verão, eventos com grande número de participantes.

Vejamos a descrição da capela onde era celebrada a missa na floresta, segundo Isabel Burton, esposa do capitão Richard F. Burton, cônsul em Damasco (1869-1871): "Fui à missa na capela maronita, perto do nosso acampamento. O templo era um velho galpão de madeira; o tabernáculo era uma lanterna com um lado para fora, e uma caixa de sardinha era um dos vasos do altar" (BURTON, 1884, p. 134).

Apesar da singeleza da capelinha maronita, turistas e peregrinos, inclusive protestantes, não deixavam de visitar o local e participar do culto religioso, até pelo seu caráter pitoresco. Causa espanto, todavia, o relato do missionário presbiteriano americano, Harry Harris Jessup (1832-1910), em missão evangelizadora na Síria por 53 anos, sobre a devoção católica na capela de cedros.

No livro de memórias *Fifty-Three Years In Syria*, ao narrar sua ascensão ao Monte Líbano, em 1856, o missionário Jessup diz que havia uma igreja para adoração de santos e imagens, debaixo de uma das árvores, "e os ignorantes vêm aqui para receber uma bênção. Graças a Deus, nós chegamos a essas cenas sem aquela superstição idólatra, que embora professa esperar a bênção, derruba a maldição do Todo Poderoso" (JESSUP, 1910, p. 141).

A capela maronita na floresta de cedro, segundo a literatura de viagem, datava do final de 1840. Em séculos anteriores, a missa era rezada em altar rústico formado por pedras empilhadas. A celebração passou a fazer parte do roteiro turístico religioso para viajantes ocidentais, conforme anúncio do jornal *L'Intransigeant* (1880). De qualquer modo, pode-se ter uma dimensão do impacto desse fluxo do turismo religioso no Monte Líbano. Em 1881, o governante libanês decidiu pelo cercamento da floresta de cedros e por uma vigilância ostensiva.

De forma caricata, Harry Jessup (1889) descreveu uma personagem encarregada da vigilância dos cedros, em jornal na língua inglesa, editado em Beirute, o *El-Arz*, sobre a chancela da *American Seecedar Association*, editado



por Anna H. Jessup, uma das filhas do missionário. Jessup conta que o sírio Natur, era uma personagem privilegiada. Cada vila tinha um ou mais vigias para proteger as vinhas, os jardins e as casas contra ladrões e animais selvagens. Desde que a floresta de cedros foi cercada pelo governador do Monte Líbano, Rustem Pasha, Natûr foi nomeado guardião dos cedros.

"Ele não é apenas um Natur, mas um maronita, e não apenas um maronita, mas um Bsharri maronita. Ele tem uma estrutura física poderosa e musculosa, carrega um enorme porrete e uma espingarda de cano duplo e uma adaga no cinto" (JESSUP, 1889, p. 78). A *short story* do missionário protestante gira em torno da tentativa de compra de cones de cedros da floresta preservada. Jessup pediu cones de cedro, Natur disse que não havia nenhum naquele ano.

– Quero 300 cones, então defina seu preço e deixe-os prontos na quarta-feira.

– Impossível, senhor, estragaria as árvores, aliás, a colheita é pequena; além disso, é muito perigoso, posso cair e morrer. No entanto, se desejar, posso conseguir 25 cones por duas piastras cada. O missionário diz que podia ficar sem cones, pois eles poderiam ser plantados no bosque de Hadeth e se afastou (JESSUP, 1889, p. 79).

Alguns viajantes protagonizaram cenas de depredação e falta de respeito com um dos símbolos do Líbano. Este foi o caso do casal Burton. No prefácio de *Unexplored Syria* (1872), Richard F. Burton (1821-1890) explicou que o primeiro capítulo do livro foi escrito por sua esposa, a partir de anotações do seu diário de campo.

Em 30 de julho de 1870, a pequena comitiva do capitão Burton, composta por ele, Isabel, sua esposa, e dois viajantes, Drake e Palmer, armaram tendas entre os cedros, sob as maiores árvores que havia. No outro dia, o capitão Burton fez uma inspeção no bosque. A primeira impressão do viajante inglês sobre os cedros foi a seguinte: "Receio que será considerado de mau gosto confessar que nenhum de nós caiu no êxtase habitual diante dessas exageradas árvores de Natal" (BURTON; DRAKE, 1872, p. 99). De perto, elas foram consideradas tão mesquinhas e esfarrapadas, diz Burton, que um cavalheiro inglês recusaria a entrada delas em seu parque.

O capitão Burton comparou os cedros antigos a um queijo da Cornualha, cuja característica é uma casca dura e mofada, o que lhe confere um aspecto escuro e envelhecido. O que o viajante inglês viu e descreveu a respeito das árvores antigas?

Troncos torcidos, cortados, despojados e aplainados em tábuas, espoliados de seus galhos e manchados com fogo. Na sequência, o casal Burton acusa a



população local pela depredação das árvores. “Nós os encontramos queimando cal e fervendo o café com os despojos das *árvores do Senhor*” (BURTON; DRAKE, 1872, p. 100).

Além disso, Isabel Burton levou galhos e cones dos cedros seculares para presentear amigos e diz que teve sorte de obter, com a permissão do Murray's Handbook, “vários dos pequenos cones sem valor, usados como carvão para aplicação em feridas, mas quem me absolverá do sacrilégio de levar um grande bloco de presente para meu primo B...?” (BURTON; DRAKE, 1872, p. 106).

Os comentários do casal Burton em *Unexplored Syria* (BURTON; DRAKE, 1872) repercutiram negativamente no *The British Quarterly Review* (ALLON, 1873). Diz o editor, Harry Allon, que a visita do casal Burton aos cedros do Líbano não deixava de ter certo interesse. As árvores históricas eram descritas por sua posição numa das cordilheiras mais altas do país, de onde o viajante tinha a mais bela vista.

No entanto, quase todos os objetos e características do Líbano que despertavam o interesse dos viajantes foram tratados pelo Capitão Burton e pela Sra. Burton com leviandade e desprezo, como afirma Harry Allon (1873, p. 78), que os cedros do Líbano poderiam, “devemos supor, ter obtido do mais prosaico dos viajantes, por causa de sua conexão com a história e a poesia hebraica, pelo menos um pouco de respeito.”

Para Harry Allon (1873), não era a população local que queimava cal e fervia seu café com os despojos das “árvores do Senhor”. Sobre as acusações da senhora Burton, Allon disse que era do conhecimento de todos que os árabes mantinham pelos cedros uma veneração quase supersticiosa. Eles pensariam em incendiar a própria residência em vez de queimar um galho da árvore que consideram sagrada.

Por fim, depois de afirmar que a floresta de cedros tinha um guardião para protegê-los (ALLON, 1873), ressaltou que não eram os nativos os causadores da depredação, mas os visitantes, muito propensos a cortar e a mutilar os veneráveis patriarcas da floresta, pela tola gratificação de levar algum souvenir de sua excursão no Líbano, incluindo a senhora Burton, que, aproveitando-se da posição oficial de seu marido, havia levado um grande bloco de cedro para presentear um amigo, segundo confissão da própria.

Sobre esse episódio, Isabel Burton (1884) trouxe mais detalhes em *The Inner Life Of Syria, Palestine*. A esposa do cônsul de Damasco acampou na floresta dos cedros, onde recebeu a visita do padre maronita e de um sheik; ela conta que deu ao padre 10 xelins por um bloco de madeira de cedro de bom tamanho e



alguns cones para guardar de lembranças. Isabel Burton explica que a madeira era para queimar, triturar e misturar com óleo, para esfregar no lombo dos cavalos quando torcido. “Ele pegou o dinheiro, mas esqueceu de me dar a madeira” (BURTON, 1884, p. 135).

Em 15 de agosto de 1881, foi publicado, no jornal *Levant Herald* e replicado na imprensa da Inglaterra e da França, um decreto do governador-geral do Líbano, Rustem Pasha, além de um comunicado aos turistas. Os maiores cedros do Monte Líbano isolados, que adornam a antiga floresta, estavam prestes a desaparecer.

Os cedros seculares, objeto de verdadeira veneração pelos árabes, muito sofreriam com a negligência dos visitantes vindos de Trípoli e Beirute para contemplá-los. As autoridades construíram, em torno daqueles testemunhos de tempos passados, um muro para facilitar a fiscalização.

Palácio de Beit-Eddin, 15 de agosto de 1881, diz o decreto que os cedros de *Ebcharreh* continuariam acessíveis a todos os viajantes, porém, estava proibido erguer tendas dentro da floresta e fazer acampamentos fora dos locais designados. Também era expressamente proibido acender fogueiras perto de árvores, cortar galhos ou gravetos, nem mesmo usar fogões ou aparelhos de cozinha dentro do bosque. Não era permitido trazer animais de carga: cavalos, mulas, jumentos ou qualquer animal para dentro do distrito. Se bois, ovinos, caprinos ou outros animais de pastagem fossem encontrados na floresta, seriam confiscados.

O decreto responsabilizava os dragomanos, os intérpretes, e os guias por quaisquer ofensas cometidas às árvores. Por fim, um regulamento do governador-geral do Líbano apareceu na imprensa, explicando o motivo do cercamento do vale dos cedros. Não havia intenção de afastar os turistas.

No entanto, uma das práticas seculares entre peregrinos e viajantes, o pernoite na floresta, ficou inviável pela proibição de acender fogueiras. Três dos maiores cedros da floresta foram queimados e parcialmente destruídos pela imprudência de turistas que instalaram fogões e sua cozinha “perto destes colossos da montanha, cujo número agora é muito reduzido” (JOURNAL DES DÉBATS, 17 set. 1881, p. 3).

No século XIX, a devastação dos cedros devia-se também pela facilidade para viagens em todas as partes do mundo, encurtando distâncias, antes acessíveis apenas a uma parcela diminuta de peregrinos e aventureiros, logo, a expansão do turismo religioso contribuiu para a depredação da floresta dos cedros.

O *The Building News and Engineering Journal* (1881) comentou a decisão do



governo e defendeu a regulamentação do uso da área de floresta de cedros para salvá-la da destruição completa e preservar o que restou. O mérito do decreto de Rustem Pascha, diz o jornal londrino que serviria, pelo menos, para verificar, “se não impedir, o vandalismo e o descuido da maioria dos viajantes” (THE BUILDING NEWS AND ENGINEERING JOURNAL, 1881, p. 411).

A imprensa inglesa fez um retrospecto da história da devastação da floresta de cedro, começando por Salomão, que causou sérios estragos, visto que ele empregou 80 mil trabalhadores para derrubar as árvores e cortar a madeira para o templo. Um rei assírio atribuiu tanto valor ao cedro do Líbano que mandou transportar enormes vigas para Nínive, onde foram usadas na construção do palácio real. Herodes também usou a madeira para cobrir o segundo templo, de modo que, devido a esses e a dezenas de outros depredadores, a floresta diminuiu para um bosque de quatrocentas árvores.

O jornal americano *The Youth's Companion* (1882) recordou que muitos excessos ocorriam por causa dos acampamentos e até mesmo da celebração religiosa. As árvores centenárias sofriam muito com o descuido dos visitantes que vinham de Trípoli e Beirute.

Diz o jornal de Boston que, dificilmente, contando seis deles, a sua dimensão podia fazer supor serem eles contemporâneos dos tempos bíblicos. Havia cedros com cerca de 12 metros de circunferência, mas, lamentavelmente, seus troncos estavam nus e a sua casca “toda cortada, talhada, esculpida de mil maneiras pela faca dos viajantes. Cobrem com sua sombra, uma capela quadrada cuja pedra macia também recebeu a marca de vários personagens europeus e orientais” (THE YOUTH'S COMPANION, 1882, p. 24).

Um relatório contendo notícias diversas sobre obras executadas pelo governo do Líbano (1880), em *Reports from Her Majesty's Consuls on the Manufactures, Commerce, &c. of Their Consular Districts*. Great Britain, (foreign office, 01/1881, p. 1074) diz: “Rustem Pasha construiu uma nova prisão em Bait-ed-Din, várias novas casas de guarda e um muro de proteção em volta dos cedros que sofreram muito ultimamente com o gado e os turistas.”

Em 1896, Vital Cuinet, autor de um livro de viagens com estatísticas e descrições da Síria, do Líbano e da Palestina, relatou que, dos cedros do Líbano, restavam 12 remanescentes das florestas que cobriam a montanha quando o rei de Tiro forneceu ao rei Salomão a madeira para seu templo. “O local onde estão esses doze cedros é cercado por um muro, com uma guarda pago pelo *mutésarrif* para proteger os cedros contra qualquer ataque” (CUINET, 1896, p. 218).

No editorial do *Le Petit Parisien*, Jean Frolo⁵ comentou as medidas drásticas



do governo do Líbano para proteção dos cedros remanescentes: entre elas, o cercamento da floresta com uma barreira alta e sólida e a vigilância no verão, “quando os vândalos do turismo vêm cortá-las e arrancar seus galhos” (FROLLO, 1914, p. 1). As árvores mais antigas tinham 30 metros de altura. A maior delas, 13 pés de diâmetro, cobrindo uma área de cerca de 120 pés.

Os cedros de Salomão, cuja adoração outrora deu ao Líbano o nome de Montanha dos Perfumes, estavam a 2.240 metros de altitude. Os picos mais altos da cordilheira ficam nas proximidades, cerca de uma hora e meia da cavalgada. “Antigamente, uma geleira ocupava o lugar das famosas árvores assentadas” (FROLLO, 1914, p. 1).

O respeito aos cedros fez com que multidões de admiradores e fiéis se deslocassem até o Líbano, aos pés das velhas árvores, erguiam-se altares onde rezavam missas os patriarcas maronitas dos mosteiros vizinhos. As populações de países professavam um verdadeiro amor por esses gigantes da vegetação, que tinham seus milhares de devotos. Até meados do século XIX, era costume reunir-se todos os anos, no Dia da Transfiguração. Porém, desta enorme afluência, eclodiram violentas querelas e, às vezes, havia colisões sangrentas.

Os moradores de aldeias vizinhas mantiveram a tradição da missa na floresta de cedros com um padre local. Ao final da cerimônia, tiros eram disparados em sinal de alegria, os visitantes bebiam, cantavam e dançavam ao ritmo de instrumentos rústicos. Na volta, “colhem ramos de cedro que embelezará a casa até o ano seguinte e afastará os infortúnios” (FROLLO, 1914, p. 1).

A escrita para eternidade

Em 5 de agosto de 1853, data de celebração da Transfiguração do Senhor, uma missa solene era realizada na floresta. Nesse dia, o missionário presbiteriano Josias Porter esteve lá. A celebração ocorreu numa pequena capela tosca, entre os cedros, e o telhado era todo em madeira da floresta. A pequena capela substituiu uma tradição secular: a missa rezada em altar de pedras empilhadas ao pé do cedro mais antigo.

Anexo ao templo, morava o diácono católico, guardião da floresta. Segundo Josias Porter, o religioso esperava dos viajantes alguma doação à igreja em troca de cones de cedros ou fragmentos de galhos, aqueles que a neve havia quebrado.

Depois de ter assistido à missa celebrada por dois bispos estrangeiros, Porter foi abordado pelo diácono, que lhe trouxe o livro dos viajantes e um lápis do



altar, e pediu para o missionário presbiteriano assinar. “Este, certamente, é um modo mais racional de registrar uma visita aos cedros do que a prática sacrílega de esculpir letras na casca de alguma árvore nobre” (PORTER, 1855, p. 302).

De fato, todos os troncos das árvores mais antigas estavam cortados, talhados e desfigurados “por essa propensão bárbara dos viajantes, onde podem ser lidos pelos curiosos, os nomes de sábios ilustres, juntamente com indivíduos desconhecidos” (PORTER, 1855, p. 301). Além destes, figuravam ao lado de senhores nobres o nome dos seus dragomanos “e outras associações, igualmente nobres, são formadas para excitar a diversão e indignação da posteridade” (PORTER, 1855, p. 301).

Mais benevolente com a depredação na floresta de cedros, o abade francês Pierre Azais, que estava no Líbano na mesma época de Porter, diz que a maioria dos viajantes deixava vestígios de sua passagem nas árvores, gravando seus nomes nelas, como se associassem à imortalidade dos cedros. Cada tronco era carregado com uma série de nomes mais ou menos obscuros. Para o abade francês, o cedro parecia um livro de registro de todos os viajantes. “É de todos os tempos, alguns datam de quase um século. Notei o nome de um dos nossos peregrinos, o Sr. Domergue, mas era de outro viajante homônimo, gravado em 1780” (AZAIS, 1858, p. 142).

Todavia, o abade adverte que a imortalidade pretendida não passava de ilusão. “Como para testemunhar quão vã e perecível é toda a glória humana, com o passar dos anos a casca novamente cobre o espaço de onde ela foi removida, devorando uma letra, depois outra até a última, e jogando todos esses nomes em esquecimento” (AZAIS, 1858, p. 142).

De tamanho estuendo, cumes elevados e coberto com neve perpétua, o Monte Líbano foi coroado com cedros perfumados, com plantações de oliveiras e de vinhas, regados por riachos cristalinos, onde tudo combinava-se para formar na linguagem das Escrituras: “a Glória do Líbano.” Todavia, o reverendo George Paxton (1762-1837), professor de teologia e autor de *Illustrations of the Holy Scriptures*, afirmou que toda essa glória, passível de mudança, “sofreu um declínio sensível pelo consentimento unânime dos viajantes modernos” (PAXTON, 1822, p. 138). As extensas florestas de cedro, que adornavam e perfumavam os cumes e declives daquelas montanhas, estavam desaparecendo.

Considerações finais

Não há dúvida de que estamos vivendo em um planeta que está encolhendo,



sendo assombrado por eventos climáticos provocados não apenas pelas forças da natureza, mas pela ação humana. A ideia de Antropoceno, difundida desde o início deste século por Paul Crutzen (Prêmio Nobel de Química, 1995), “vem se transformando no principal instrumento conceitual para o entendimento dessa mudança histórica” (PÁDUA, 2022b, n. p). Nesse sentido, concordamos com o historiador ambiental ao afirmar que: “O conflito coletivo da humanidade com o planeta, mesmo que diferenciado por classes e regiões, é uma realidade nova e um desafio que nos coloca na encruzilhada da nossa própria história” (PÁDUA, 2022b, n. p).

Em relação a Ecoteologia, a crise ambiental não induziu apenas para que o cristianismo desse uma contribuição importante para a compreensão mais adequada do papel da humanidade na natureza, mas também “uma reavaliação crítica da própria fé cristã” (CONRADIE, 2004, p. 125). Muitos teólogos sugeriram inclusive a transformação da teologia cristã em uma teologia ecológica.

A destruição dos cedros do Líbano abre uma discussão atual sobre o impacto ambiental do turismo religioso e de massa aos monumentos antigos e a natureza. A história nos diz que a prática predatória nas florestas também estava condicionada ao fator de devoção, portanto, com a supressão de objetos, com status de relíquias ou souvenir para os peregrinos. No caso dos cedros, esse fenômeno é retratado de forma abrangente. Além destes, outros fatores são apontados para a extinção das florestas no Líbano, sendo mais recente as mudanças climáticas que podem extinguir os cedros que ainda restam.

Nessa perspectiva, a história dos cedros do Líbano é uma parcela da história das florestas e da sua devastação. É importante conhecer esse passado para reativar a esperança de uma nova relação com o meio ambiente, relação menos predadora e aniquiladora, principalmente, através das crianças, como diz o Dr. Jaennel, em discurso incrivelmente atemporal, na *Société des Amis des Arbres* (1891), após criticar a elitização do conhecimento produzido na Universidade, o Dr. Jeannel afirma que uma elite de homens cultos conhece muito bem as obras, os argumentos de Valori, Carrière, Ranch, Surell, Baudrillart, Élisée Reclus, Clavé, Dumontzey, “mas o grande público ainda não entendeu que a prosperidade nacional, a própria vida da população está ligada à existência das florestas” (JAENNEL, 1891, p. 1024).

Por fim, asseverou que o público não sabia que: “a deterioração dos climas, invernos excessivos, verões tórridos, secas prolongadas, furacões devastadores, tempestades, granizo e inundações são causados pela destruição das florestas” (JAENNEL, 1891, p. 1024).



Um sopro de esperança para as gerações futuras.

Era isso que devia ser dito e repetido por todas as vozes da publicidade até que toda a população se apaixonasse pelas árvores, diz Jaennel, como a população dos Estados Unidos da América “se apaixonou; até que o amor pelas árvores seja incutido nas crianças em nossas escolas primárias como nas dos ianques, até que o amor pelas árvores se funda no coração de todos os cidadãos com o amor pela terra nativa.” (JAENNEL, 1891, p. 1024).

Referências

AIELLO, Anthony S.; DOSMANN, Michael S. The quest for the Hardy Cedar-of-lebanon. *Arnoldia: The Magazine of the Arnold Arboretum*, [s. l.], v. 65, n. 1, p. 26-35, 2007. Disponível em: <https://arboretum.harvard.edu/stories/the-quest-for-the-hardy-cedar-of-lebanon/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

ALLON, Henry. Recent travels and explorations in Syria. *The British Quarterly Review*, New York, v. 57, p. 75-97, July 1873.

ANDRESON, Mary Perle Anderson. The cedars of Lebanon. *Torreya*, New York, v. 8, n. 12, p. 287-292, Dec. 1908.

AZAIS, Pierre; DOMERGUE, Charles. *Journal d'un Voyage en Orient*. Avignon: Seguin Ainé, 1858.

BÍBLIA interlinear. Disponível em: <https://www.nepe.wab.com.br/interlinear/?livro=13&chapter=14&verse=1>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BURTON, Richard Francis; DRAKE, Charles F. T. *Unexplored Syria*. London: Tinsley Brothers, 1872.

BURTAN, Isabel. *The inner life of Syria, Palestine, and the Holy Land*. London: Kegan Paul, Trench, 1884.

BUSH, George. *Illustrations of the Holy Scriptures*. Philadelphia: Lippincott, 1856.

CONRADIE, Ernst M. Towards an ecological biblical hermeneutics: a review essay on the Earth Bible project. *Scriptura: Journal for Contextual Hermeneutics in Southern Africa*, [s. l.], v. 85, n. 1, p. 123-135, 2004.

CARNE, John. *Syria, the Holy Land, Asia minor illustrated*. London: Fisher, 1836.



CHRIST, Konrad Hermann Heinrich. The cedar of Mount Atlas. *Garden and Forest*, New York, p. 246-248, May 1890.

CUINET, Vital. *Syrie, Liban et Palestine, géographie administrative, statistique, descriptive et raisonnée*. Paris: Leroux, 1896.

DALTON, Anne Marie. Ecotheology. In: CASTREE, Noel; HULME, Mike; PROCTOR, James D. *Companion to environmental studies*. London: Routledge, 2018. p. 271-274.

DORON, Bar; KOBI, Cohen-Hattab. A new kind of pilgrimage: the modern tourist pilgrim of Nineteenth Century and Early Twentieth-Century Palestine. *Middle Eastern Studies*, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 131-48, 2002.

FROLLO, Jean. Le Cèdres du Liban. *Le Petit Parisien*, Paris, p. 1, 6 janv. 1914.

HARRIS, Thaddeus Mason. *The natural History of the Bible*. Boston: Wells & Lilly, 1820.

HOOKER, Joseph Dalton. On the Cedars of Lebanon, Taurus, Algeria, and India. *The Natural History Review*, London, v. 2, n. 5, p. 11-18, Jan. 1862.

HORRELL, David G.; HUNT, Cheryl; SOUTHGATE, Christopher. Appeals to the Bible in ecotheology and environmental ethics: a typology of hermeneutical stances. *Studies in Christian Ethics*, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 219-238, 2008.

JAENNEL. *Du déboisement considéré comme cause de dépopulation et des moyens d'y remédier*: Association Francaise pour l'avancement des Sciences Fusionnée avec L'association Scientifique de France. Paris: Au Secrétariat de l'Association, 1891.

JESSUP, Harry H. *Fifty-Three Years in Syria*. New York: Fleming H. Revell Cia, 1910. v. 1.

JESSUP, Harry H. The natur at the Cedars of Lebanon. *El Arz*, Beirut, v.1, n. 10, p. 78-79, 1889.

JOURNAL DES DÉBATS, Paris, p. 3, 17 set. 1881,

L'INTRASIGEANT, Paris, p. 2, 4 ago. 1880.

LIPSHITZ, N., BIGER, G. Cedar of Lebanon ("Cedrus libani") in Israel during Antiquity. *Israel Exploration Journal*, Jerusalém, v. 41, n. 1/3, p. 167-175, 1991.



MURRE-VAN DEN BERG, H. William McClure Thomson's the land and the book (1859): pilgrimage and mission in Palestine. MURRE-VAN DEN BERG (ed.), H.L., *New Faith in Ancient Lands. Western Missions in the Middle East in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries*, Studies in Christian Missions 32, Leiden: Brill, 2006, 43- 63.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto. Localizando a História do Antropoceno: o caso do Brasil. In: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael. (org.). *Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*. Rio de Janeiro: Ed. Machado, 2022a. v. 1, p. 187-217.

PÁDUA, José Augusto. Vivendo no antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. *Antropoceno hoje: onde estamos?* Rio de Janeiro: Museu do Amanhã, 2022b. Disponível: <https://museudoamanha.org.br/livro/10-vivendo-no-antropoceno.html>. Acesso em: 14 dez. 2022.

PAXTON, George. *Illustrations of scripture, from the Geography, Natural History, and manners and customs of the East*. Philadelphia: Hogan, 1822. v. 1.

POST, George E. The botanical geography of Syria. *Journal of the Transactions of the Victoria Institute*, London, v. 22, n. 88, p. 253-307, 1889.

PORTER, Josias Leslie. *Five Years in Damascus*. London: John Murray, 1855. v. 1.

RAMOND DE CARBONNIERES, Louis-François. De la végétation sur les montagnes. *Annales du Muséum National d'histoire Naturelle*, Paris, t. IV, n. XII, p. 395-404, 1804.

TALHOUK, Salma N.; MAKHZOUMI, Jala; MAUNDER, Mike; KHURI, Sawsan. You can't see the wood for the trees: the cedar of Lebanon as a symbol of a country and an ecosystem. *Archaeology & history in Lebanon*, [s. l.], n. 14, p 114-122, 2001.

THE BUILDING NEWS AND ENGINEERING JOURNAL, [S. l. s. n], 1881.

THE YOUTH'S COMPANION, Boston, 1882.

THOMSON, William McClure. *The Land and the Book: Or, Biblical Illustrations Drawn from the Manners and Customs, the Scenes and Scenery, of the Holy Land*. New York: Haper & Brothers, 1886. v. 1.



TREW, Christoph Jacob. Christophori Iacobi. *Apologia Et Mantissa Observationis De Cedro Libani et Cedrorvm Libani Historiae*. Norimbergae: Schwarzkopffius, 1767.

WHITE Jr., Lynn. The historical roots of our ecologic crisis. *Science, New Series*, [s. l.], v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, Mar. 1967. <http://www.jstor.org/stable/1720120>. Acesso em: 11 jan. 2023.

WORSTER, Donald. *Shrinking the earth: the rise and decline of American abundance*. New York: Oxford University Press, 2016.

Notas

¹Doutorado em História Social pela USP e professora na Universidade Federal do Tocantins - UFT. ORCID 0000-0002-7854-736X.

²Cf. Thaddeus Harris (1820). *Natural History of the Bible or a description of all the quadrupeds, birds, fishes, reptiles, and insects, trees, plants, flowers, gums*.

³De acordo com o prefácio de *Land of the book*, cuja primeira edição saiu em 1859, tendo uma nova edição de 1886, existindo outras anteriores, porém, esta última foi ampliada por William M. Thomson.

⁴O botânico era especialista em pteridófitos. Hermann Christ (1890) tornou-se um defensor dos direitos humanos, atuando na proteção da população nativa do Congo. Uma biografia do botânico suíço foi publicada em S. Genn, 1933, *Obituary: Hermann Christ (1833-1933)*, *Proceedings of the Linnean Society*, 146: 146-147.

⁵Pseudônimo coletivo dos jornalistas Charles-Ange Laisant, Philipp Aebischer, André Tardieu no jornal *Le Petit Parisien*.

A floresta no espaço Cristão
Ibérico medieval: uma
provocação para o debate
atual

The forest in the medieval
Iberian Christian space: a
provocation for the current
debate

Adriana Vidotte¹
Adailson José Rui²



Resumo: O presente artigo apresenta reflexões sobre o sentido, a exploração e o aproveitamento da floresta ibérica medieval. O texto se divide em três partes. Na primeira, trataremos das concepções dos homens medievais de Natureza. Na segunda, discutiremos a presença da floresta na vida cotidiana. Na terceira parte, abordaremos o controle da exploração das áreas florestais em documentos jurídicos ibéricos, especialmente as Ordenanzas de Ávila y su tierra.
Palavras-chave: floresta; bosque; natureza; idade média.

Abstract: This article presents reflections about the meaning, exploration and use of the medieval forest. The text is divided into three parts. In the first, we will deal with the conceptions of medieval men about Nature. In the second, we will discuss the presence of the forest in everyday life. In the third part, we will address the control of the exploitation of forest areas in Iberian legal documents, especially the Ordenanzas de Ávila y su tierra.
Keywords: cedars forest; woods; nature; middle ages.



Introdução

Em artigo intitulado *As influências medievais na construção da sociedade moderna: o medieval como provocação para ser*, Alberto da Silva Moreira (2007, p. 221) alerta:

O encontro com a alteridade do medieval, com sua incrível radicalidade, nos ajuda a não querer ‘ir em frente’ a todo custo. Talvez não seja a hora de ir em frente e sim parar. Ou de ir para trás. Ou, melhor ainda, de ir para baixo, para o fundo, para as raízes dessa experiência radical. Parar para pensar se esse caminho da modernidade tardia, marcado pela aliança entre ciência e mercado, que já causa tanta dor e sofrimento em tantas pessoas e na própria natureza, de fato vale a pena... Parar para refletir se esta forma de ser humano, baseada na busca neurótica de autoafirmação, faz justiça à nossa existência humana.

Começar o artigo com esta citação nos ajuda a estabelecer nosso propósito. Alberto Moreira (2007, p. 221), pensando “o medieval como provocação para ser”, lança a pergunta: “o que queremos ser, o que vale a pena ser?” A resposta a este questionamento, seja qual for essa resposta, traz em seu bojo em que mundo queremos estar, ou melhor, que mundo queremos legar. O que queremos ser está intimamente vinculado à vida do planeta e, logo, ao futuro da humanidade.

Vivemos em uma sociedade cujos desejos de ser têm colocado em risco o futuro da humanidade. Esse é o grande desafio do nosso século, como afirma Hobsbawm (2009): “Vamos ter que abandonar a velha crença – imposta não apenas pelos capitalistas – em um futuro de crescimento econômico ilimitado na base da exaustão dos recursos do planeta”. Abandonar a crença referida por Hobsbawm (2009) não é tarefa fácil. Construímos, ao longo dos séculos, nosso imaginário de Natureza. Em outras palavras, o comportamento humano em relação à Natureza está intimamente relacionado à percepção do Cosmos e do lugar que ocupamos nele.

Nesse sentido, as reflexões de Alberto Moreira (2007) nos estimulam a buscar na alteridade do medieval um outro modelo de estar no mundo. Não se trata, evidentemente, de propor uma retomada de concepções passadas. Contudo, a compreensão de outras formas de estar no mundo pode nos oferecer ferramentas



para refletir sobre nossas concepções. A alteridade do medieval pode nos ajudar a perceber que nossas concepções não são únicas e nos provocar para ser. Desta forma, e consoante com a temática do dossiê, o objetivo deste artigo é abordar o sentido da floresta na Idade Média.

Antes de iniciar nossa abordagem, no entanto, é preciso esclarecer sobre o uso do termo floresta para os séculos medievais. A questão do léxico ibérico medieval para definir as áreas florestais já foi amplamente discutida por estudiosos de diferentes áreas do conhecimento.³ Trata-se de um amplo debate que extrapola as pretensões deste artigo. Centrando-nos no objeto da nossa pesquisa, a historiografia consultada e, sobretudo, as fontes analisadas indicam que floresta, bosque e monte são igualmente referências para essas áreas. Dessa forma, serão usados os três termos como sinônimos.

As florestas medievais – espaços ocupados por árvores, vegetações diversas e animais, com suas clareiras e estradas que a atravessam – passaram a atrair o olhar dos historiadores somente nas últimas décadas. Contudo, sua importância já havia sido destaca por Maria del Carmen Carlé em um artigo de 1976, no qual a historiadora alertava:

No es por casualidad que muchos de los viejos cuentos o de las antiguas leyendas tienen como escenario o como telón de fondo el bosque. El bosque de Sigfrido o de Caperucita Roja, el de la Bella Durmiente o el de Genoveva de Brabante, el de Blanca Nieves o el de Pulgarcito. Y es que por su estrecha vinculación con la vida económica, y aun con la vida a secas, el bosque tuvo, en épocas ya alejadas de la nuestra, una importancia que hoy apenas podemos comprender (CARLÉ, 1976, p. 211).

Este artigo de Maria del Carmen Carlé (1976) tornou-se referência obrigatória para qualquer estudo sobre as florestas na Idade Média, em especial no espaço ibérico. Tratava-se de um alerta de que as áreas florestais eram espaços fundamentais para a reprodução das comunidades medievais e não deveriam ser negligenciadas nos estudos historiográficos.

Mais tarde, em outro artigo publicado em 1999, a historiadora argentina voltaria à questão, defendendo que se pode – e se deve – abordar a ecologia medieval. Destacava Carlé (1999) que, antes de a ecologia nascer como ciência, “se hace evidente entre los españoles una marcada preocupación por vivir dentro de ambientes saludables y gratos a la vez.” Esta preocupação daria



origem às *ordenanzas* e *fueros* das cidades e às disposições régias “que apuntan, por un lado a la defensa de los bosques, por el otro a hacer de las ciudades lugares sanos y favorables para la vida de sus habitantes” (CARLÉ, 1999, p. 161).

Nas últimas décadas, verifica-se um crescente interesse dos medievalistas por esses espaços florestais. Embalados pelos problemas ambientais que se agravam a cada dia, os medievalistas voltam-se para a floresta como realidade natural, histórica e cultural. Novas abordagens têm sido favorecidas pela aproximação com outras áreas do conhecimento, especificamente pelo aproveitamento dos aportes procedentes das ciências florestais e agronômicas, da arqueologia e dos estudos geográficos e ambientais, cada vez mais vigorosos (LUCHÍA, 2021, p. 12). Trata-se de uma relação de cooperação recíproca, pois a incorporação da perspectiva histórica nos estudos sobre o meio ambiente se faz necessária para uma compreensão mais completa e complexa das paisagens naturais. Nesse sentido, merecem destaque as importantes contribuições que surgem da história social da paisagem.

El paisaje no debe ser entendido como un mero sumatorio de relaciones entre elementos objetivos presentes en un lugar (ambiente, ecosistema o espacio geográfico) sino como una realidad compleja, en la que convergen tales componentes espaciales objetivos, con sus propios órdenes históricos en un territorio y – sobre todo – con las percepciones o representaciones culturales que aquellos componentes y órdenes sucesivos han ido suscitando (OJEDA RIVERA, 2012, p. 1).

Conclui Ojeda Rivera (2012, p. 1): “situada entre los dos polos teóricos de lo subjetivo y de lo objetivo el paisaje es interacción entre marco vital y cultural de una comunidad humana y suscita interpretaciones y creaciones que van revelando sus claves comprensivas y que se transmiten mediante imágenes o metáforas”. Desta forma, além de serem abordados nos seus aspectos naturais e nas formas que as sociedades medievais encontraram para a sua gestão, exploração e conservação, muitos estudos sobre as florestas medievais buscam valorizar os aspectos relacionados ao imaginário, como “un símbolo potente, prolífico, rico y complejo en el imaginario cultural de occidente” (YÁÑEZ VELASCO, 2017, p. 13).

Nesta perspectiva, o presente artigo propõe apresentar algumas reflexões sobre o sentido, a exploração e o imaginário da floresta medieval. Para tanto,



é necessário, antes de tudo, trazer reflexões sobre a relação do homem com o meio ambiente na Idade Média. Assim, dividimos o texto em três partes. Na primeira, trataremos das concepções dos homens medievais de Natureza. Na segunda, discutiremos a presença da floresta na vida cotidiana. Na terceira parte, abordaremos o aproveitamento da floresta em documentos jurídicos ibéricos, especialmente nas *Ordenanzas de Ávila y su tierra*.

As concepções medievais da Natureza e da floresta

Em um artigo escrito em 1990 e publicado dez anos mais tarde, Kesselring (2000) afirma que o homem moderno está fora da Natureza. Embora ocupe e explore a Natureza, no âmbito da autoconsciência esse homem vive como se estivesse fora dela. Reportando ao ambientalista José Lutzenberger, o filósofo explica que a destruição do planeta, que hoje está em curso, é uma das consequências da perda da nossa relação com a Natureza (KESSELRING, 2000, p. 166).

A Ciência moderna retirou o homem da Natureza. Embora durante séculos tenham sido preservadas certas concepções teológicas medievais, na Ciência moderna, o homem, que anteriormente havia sido entendido como criação divina e, portanto, estava situado dentro da Natureza, foi assumindo uma posição externa a ela, uma “posição quase divina”. Na modernidade, o homem “abandona a sua menoridade e eleva-se como dono da Natureza, como seu dominador. A Natureza que, antes, era o âmbito da criação, torna-se objeto dele: objeto de sua Ciência e da sua manipulação” (KESSELRING, 2000, p. 161). Desta forma, o homem moderno assume uma situação solitária, “fora e além da Natureza e abandonado por Deus – de cuja posição ele apoderou-se...” (KESSELRING, 2000, p. 162). Essa foi a principal ruptura da concepção moderna com a cosmologia medieval, fundamentada na concepção judaico-cristã do Universo.

A concepção judaico-cristã, por sua vez, havia rompido com a concepção grega, anterior, de um mundo criado espontaneamente, de uma Natureza eterna e imperecível. Na cosmologia grega, a Natureza, entendida como um processo circular de surgir e desvanecer, não havia sido criada, pois ela própria era o princípio de tudo, e nada existia fora dela (KESSELRING, 2000, p. 155). A cosmologia judaico-cristã rompe com essa ideia ao estabelecer um Deus criador de tudo aquilo que existe. Um Deus que cria a Natureza e é, portanto, anterior e externo a ela. E mais, o Criador interfere na sua criação. A Natureza deixa assim



de ser entendida como eterna e imperecível.

Nos séculos iniciais do cristianismo, os estudos exegéticos buscaram tanto explicar a criação ordenada do mundo como justificar a existência de desarmonias observadas na Natureza (GLACKEN, 1996). Esses estudos originaram ideias que alimentaram reflexões de teólogos e filósofos durante toda a Idade Média, dentre elas, a representação da Natureza como um livro, que permitia o conhecimento de Deus e de seus desígnios, e a compreensão de que suas desarmonias eram consequência da caída do homem. As reflexões teológicas e filosóficas desenvolvidas em torno dessas ideias favoreceram a percepção de que a Natureza e tudo que nela existe foi criado por Deus com algum propósito. Dessa forma, a vida do homem na Natureza tinha um sentido: na Natureza, o homem encontraria todo o necessário para a sua sobrevivência e salvação. Mesmo as maiores dificuldades impostas pela Natureza seriam caminhos para a salvação humana.

Analisando a percepção que os homens da Península Ibérica na Alta Idade Média tinham da Natureza, Adeline Rucquoi (2007, p. 96-97) afirma:

La naturaleza salvaje, los bosques, tierras incultas o ásperos montes, y la fauna peligrosa que vive en ella remiten a un mundo creado antes del hombre, poblado según la tradición de ángeles caídos convertidos en demónios. Esta naturaleza es la que el hombre debe de someter a su poder, la que le permite afirmar su fe, hacer penitencia, resistir la tentación o vencer al demónio bajo su disfraz de bestia bruta. Pero hay tambien una naturaleza amena, creada para el hombre, la del agricultor y del pastor, la Naturaleza “domesticada” que encuentra sua mejor expresión en los Jardines y las huertas.

A partir do século XI, se verifica certa mudança no olhar dos homens sobre a Natureza, expressa em um crescente interesse pelos processos naturais, pelos mecanismos da Natureza. Mais tarde, os estudos do pensamento aristotélico⁴ e sua difusão entre os estudiosos no espaço ibérico contribuíram para intensificar o interesse pela perspectiva teleológica da Natureza (GLACKEN, 1996, p. 223).

No había ninguna relajación al incorporar la noción de una tierra con designio divino y adaptaciones armoniosas, pero la teleología vigorizada por las obras de Aristóteles abría ámbitos de interpretación (como por ejemplo, la doctrina de la eternidad



del mundo) más alejados de las exégesis bíblica de lo que había sido el caso cuando se dependía de la Biblia y de la cosmología del *Timeo* (GLACKEN, 1996, p. 224).

Para Glacken (1996, p. 224), a união parcial da teologia cristã com a aristotélica, dos textos sagrados com uma melhor observação do entorno natural, “dio nuevas forzas a las pruebas cosmológica e fisicoteológica de la existencia de Dios”. Desenvolveu-se então uma filosofia natural (RUCQUOI, 2007)⁵, ou uma teologia natural (GLACKEN, 1996)⁶. Assim, unindo a noção teológica de uma terra com designo divino e a observação racional dos processos naturais, a percepção medieval da Natureza agregava características distintas entrelaçadas em um todo: ela era hostil, amistosa e maravilhosa.

Qualquer abordagem da floresta medieval deve considerar essa concepção da Natureza. A floresta era parte e reflexo da Natureza criada por Deus para a satisfação e a salvação do homem e, por isso, sua representação reproduzia as mesmas características de amizade, hostilidade e maravilha. A floresta era amistosa porque oferecia ao homem beleza, alimentos e matérias-primas. Ela era hostil porque suas plantas venenosas e animais selvagens representavam riscos à vida humana. Era maravilhosa porque, além de ser criação divina, abrigava os mirabilia. Essa percepção nutriu tanto as observações racionais da floresta, que se manifestam a partir do século XII, como as estratégias para a sua conservação, que proliferaram no século seguinte, e as representações literárias de todo o período.

Florestas, bosques e montes na vida cotidiana medieval

Para o homem dos dias atuais é difícil compreender a presença da floresta na vida cotidiana medieval. Uma observação atenta das sociedades desse período nos revela que o homem medieval vivia mais próximo da floresta e dependia muito mais dela do que podemos imaginar.

Desde o artigo pioneiro de Maria del Carmo Carlé (1976) apareceram vários estudos sobre o fenômeno econômico e social das florestas na Idade Média (SÁNCHEZ RUBIO, 1983; ESTRELLA; ASLA, 2010; MADRAZO, 2010). Em diferentes abordagens, esses estudos deixam cada vez mais evidente a grande importância da floresta para as comunidades medievais. Nesses espaços, os homens alimentavam seus animais, se alimentavam, caçavam, retiravam madeira etc. Além desses usos mais frequentemente mencionados, Estrella



e Asla lembram que a floresta era também “zona de extracción de gomas, colorantes, alcoholes, resina y proveedor de madera para los más variados usos: rayos de tea resinosos que junto con la cera y el aceite aseguran la iluminación; cortezas, fundamentales para las curtiembres; corcho, necesarios para suelas; leña; carbón; cenizas” (ESTRELLA; ASLA, 2010, p. 189).

Bastante explorada, a floresta medieval era mais habitada e frequentada do que podemos imaginar. Fossier (2018, p. 130) é enfático ao afirmar que nós “percebemos mal o ‘enxame humano’ (chegou-se empregar a expressão) que lhe dava vida outrora”. Embora a afirmação seja hiperbólica, devemos considerar a diversidade de personagens que passavam pela floresta e os que nela habitavam.

Ir à floresta ou atravessá-la era uma necessidade bastante frequente para muitas pessoas.⁷ Molina Molina (1999) destaca que entre as grandes dificuldades enfrentadas pelos viajantes medievais estavam os bosques impenetráveis que cobriam boa parte da Europa. Mesmo assim, o trânsito de pessoas pelas paisagens europeias era surpreendentemente alto:

estudiantes y artistas viajaban para ver mundo y ampliar sus conocimientos, cruzándose en los caminos con mensajeros, mercenarios, monjes, mercaderes, pastores, tratantes de ganado, arquitectos, canteros, vidrieros y otros trabajadores, sin hablar de los vagabundos, aventureros, delincuentes y buscadores de fortuna (MOLINA MOLINA, 1999, p. 112).

Além destes, transitavam por essas paisagens reis e suas cortes, cavaleiros e peregrinos. De forma geral, aqueles que percorriam longas distancias se deparavam com uma floresta para atravessar ou margear.

Adentrar a floresta também era uma necessidade para homens e mulheres em busca de madeira e alimentos. Para a sua alimentação, as pessoas encontravam na floresta nozes e castanhas, muitas ervas, legumes, cogumelos e saladas – que mais tarde, de acordo com Fossier (2018), seriam produzidas em hortas. Fossier (2018, p. 130) detalha:

bagas de grandes substâncias arbustivas, glandes, farinhas, vagens diversas, frutos selvagens de árvores que crescem sem proteção, frutas vermelhas, maçãs e peras, azeitona se não fosse explorada sistematicamente, a noz e amêndoa, mas também raízes ou folhas, chervivia, nabos, couve, alho-porro, alho, cebolas, agrião e taráxoco.



Os homens também buscavam alimentar seus animais nos espaços florestais. Nas margens ou no interior das matas, porcos, cabras, ovelhas, bois e cavalos eram alimentados com brotos, folhagens, arbustos, bellotas ou pastagens nas clareiras (GONÇALVES, 2017). Muitas vezes, essas atividades acabavam colocando em risco as florestas e eram motivos de conflitos e disputas (LIZARBE, 2018, PÉREZ-SOBA; SOLÁ MARTÍN, 2003, FERNÁNDEZ DE LARREA; DÍAZ DE DURANA, 2002, MARTÍN GUTIERREZ, 2018, 2019).

A floresta era também morada de diferentes seres. A literatura do período nos mostra que, no imaginário medieval, a floresta era ocupada por bruxas, mágicos, elfos e duendes. As fronteiras entre natural e sobrenatural se dissipavam nas florestas e nos bosques, pois esses eram os lugares por excelência da natureza maravilhosa. Esses espaços abrigavam mistérios que assombravam o imaginário e eram cenários de eventos que quando descritos maravilhavam os homens.⁸

Lugar de refúgio e de lazer, as florestas e os bosques não eram “integralmente selvagens nem solidões absolutas” (LE GOFF, 1994, p. 95). A literatura medieval é farta em exemplos, mas foquemos na literatura ibérica, especificamente em *Félix ou O Livro das maravilhas* de Raimundo Lúlio.⁹ Nesta novela, escrita em catalão entre os anos 1288 e 1289, Raimundo Lúlio conta a história de Félix, um filho obediente que, atendendo a um pedido de seu pai, sai pelo mundo para maravilhar-se.

Félix foi obediente a seu pai, do qual se despediu com a graça e a benção de Deus. E, com a doutrina que seu pai lhe deu, andou pelos bosques, montes e planícies, pelos lugares ermos e povoados, encontrou príncipes e cavaleiros pelos castelos e pelas cidades, e se maravilhava com as maravilhas que existem no mundo. (LÚLIO, 2009, p. 30)

Ele vaga por anos, até chegar a uma abadia, onde é acolhido e, depois de permanecer ali durante certo tempo, fica doente e morre. Na sua longa caminhada, Félix passa por vales, vilas, castelos, atravessando bosques e florestas. É na travessia de bosques e florestas que Félix busca maravilhas e encontra o caminho que o leva ao conhecimento. Os grandes bosques e florestas são “os lugares da margem extrema em que o homem pode se aventurar e encontrar outros homens” (LE GOFF, 1994, p. 95). Ao adentrar em bosques e florestas, Félix encontra homens e mulheres comuns, santos, sábios, eremitas e filósofos; personagens que o fazem maravilhar e o conduzem às suas fontes



de conhecimento.

N’O *livro das maravilhas*, florestas e bosques são exemplos da Natureza amena, e não oferecem perigos ao personagem. Contudo, no imaginário medieval, esses espaços representavam também a Natureza hostil. Além dos marginais, feiticeiros, loucos e selvagens, esses espaços frios, úmidos e com pouca luminosidade abrigavam os animais ferozes, e ali cresciam plantas e ervas venenosas. Mas, por outro lado, as florestas e os bosques eram cenários de certa dominação do homem sobre a Natureza. Eram esses lugares, por exemplo, que os nobres cavaleiros adentravam para caçar feras.¹⁰

No imaginário medieval a floresta era o lugar do selvagem¹¹ e da loucura¹². Habitavam na floresta, durante algum tempo, aqueles que buscavam refúgio espiritual, como os eremitas, e certos trabalhadores, como os lenhadores e os carvoeiros. E estes adquiriam feições selvagens. Para os eremitas, a floresta representava a experiência do deserto. Mas não se tratava de isolamento completo. “O eremita conserva-se em contato com a cultura – o que permite, de resto, à Igreja aceitar que o tenham na conta de ‘um homem santo’” (LE GOFF, 1994, p. 95). Os escritos medievais aproximavam esse eremita da floresta ao homem selvagem e seu protótipo cristão era João Batista (LE GOFF, 1994, p. 95).

Da mesma forma, diferentes tipos de testemunhos medievais – textos literários, iconografia, tradições orais, crônicas, provérbios etc. – aproximavam lenhadores e carvoeiros ao homem selvagem¹³. Estes, geralmente, eram representados como homens pobres, sujos, barbudos e peludos, violentos, excessivamente fortes e isolados. Habitar a floresta aproximava lenhadores e carvoeiros do selvagem, mas a imagem pejorativa e a marginalidade desses profissionais estavam também intimamente relacionadas com a matéria-prima e as ferramentas com as quais trabalhavam. Estavam relacionadas às árvores e aos instrumentos que usavam para destruí-las.

A madeira, o objeto de trabalho de lenhadores e carvoeiros, foi a matéria mais importante durante toda a Idade Média. Em sua história simbólica do Ocidente medieval, Michel Pastoureau (2013) observa que, para além da satisfação das necessidades humanas, a importância da madeira se fundamentava no fato de ela ser material com vida. A madeira é uma matéria viva; por isso, na simbologia das matérias, ela era mais valiosa que a pedra e o metal. A madeira era superior porque ela vive e morre, tem defeitos, sofre com doenças. Pastoureau lembra que, no século XIII, Alberto Magno observava que “se pueden ver sus nudos y sus anomalias de crecimiento, sus grietas y sus picaduras; al igual que el ser



humano, puede sufrir, pudrirse o lastimarse; al igual que el puede infectarse con gusanos” (PASTOUREAU, 2013, p. 90).

Matéria viva, a madeira era, na Idade Média, a *materia prima* por excelência. Logo, a simbologia da madeira afetava diretamente aqueles que com ela trabalhavam.¹⁴ Por um lado, trabalhar com a madeira conferia prestígio aos artesãos. Os carpinteiros eram respeitados por lidarem com material tão puro e nobre. Como afirma Le Goff (1980), nenhum outro ofício era tão exemplar como a carpintaria. Não é mera casualidade, observa Pastoureau (2013, p. 92), que desde cedo, ainda quando os textos canônicos eram vagos sobre a profissão exata de José, a tradição cristã converteu Jesus Cristo em filho de um carpinteiro. Mas, por outro lado, derrubar árvores e queimar madeiras marginalizavam, respectivamente, lenhadores e carvoeiros.

A consciência de que a madeira e o carvão eram necessários na vida cotidiana e que, portanto, as atividades desempenhadas por lenhadores e carvoeiros eram fundamentais para as comunidades não poupava esses trabalhadores da marginalização social. Dessa forma, lenhadores e carvoeiros sofriam as consequências tanto de viverem nas florestas como de destruí-las (PASTOUREAU, 2013, p. 96).

Aproveitamento e proteção da floresta

A floresta, temida e desejada, habitada e atravessada, explorada e aproveitada, era vital para as sociedades medievais. Por isso, desde os séculos iniciais da Idade Média, os homens buscaram estratégias para regulamentar sua exploração. No Direito ibérico medieval, encontramos normas dispersas sobre o aproveitamento das áreas florestais, as quais buscavam controlar a derrubada de árvores, os incêndios e os danos aos animais. Disposições régias, atas de conselhos, *fueros* e *ordenanzas* locais expunham medidas para controlar a exploração das florestas e evitar a sua destruição.

No direito visigótico do século VII, esses temas aparecem na *Leges Visigothorum*¹⁵ – em leis que seriam mantidas no *Fuero Juzgo*¹⁶, promulgado em 1241 por Fernando III, o Santo. Ao longo do período, outras leis trataram de proteger florestas, árvores e animais e, nos séculos finais da Idade Média, as medidas protecionistas proliferaram, especialmente em normativas locais, como os *fueros* e as *ordenanzas*.

De forma geral, essas normativas locais trazem regras para a exploração dos recursos florestais e as penas aplicadas nos casos de sua destruição, fornecendo,



assim, pormenores da política ordenadora dos espaços florestais. Trata-se de documentos minuciosos, que detalham as proibições, as penas e, inclusive, a vegetação a ser protegida. É o que podemos observar nas *Ordenanzas de Avila y su tierra*, de 1487, nas leis que tratam do corte de árvores e do incêndio nas matas.

Sobre o corte de árvores, a Lei 23 dessas *Ordenanzas* estabelecia:

Hordenamos e mandamos que qualesquiera que cortaren alamedas de qualesquier conçejos o señores, o sabzedas o frexnos, que, por cada un álamo, pague de pena dozientos maravedís. E que non goze del álamo el que ansí lo cortare; e que sean los maravedís para el señor del alameda. E otra tal pena aya el que cortar elos sabzes o frexnos (MONSALVO ANTÓN, 1990, p. 89).

Esta lei buscava proteger o freixo, o álamo e o salgueiro, espécies de árvores de porte grande, médio e pequeno, respectivamente. O freixo, além de madeira resistente e elástica, fornecia folhas que serviam para alimentar os animais. O álamo, espécie arbórea característica de fundos de vales e margens de rios, “forma parte consustancial del paisaje medieval, que resulta inimaginable sin su presencia junto a las acequias y los caminos qui discurrían junto a ellas, tanto los principales o reales, como los secundários vecinales [...]” (MARTINEZ CARRILLO, 1998, p. 78-79). Os bosques de álamo, observa Maria de los Llanos Martinez Carrillo (1998, p. 79), formavam zonas de sombra agradáveis, mas também perigosas, pois seus galhos chegavam a interromper a passagem de animais de carga. Os salgueiros também se encontravam nas margens dos rios e, de acordo com Martínez Carrillo (1998, p. 79), são mais mal documentados por sua “rareza y escasa utilización maderera”. Realmente, a madeira do salgueiro não é um bom combustível, e por isso era pouco utilizada para esse fim (ZAPATA, 1997). Sabemos, contudo, que desde a antiguidade eram conhecidos seus usos medicinais e, além disso, seus ramos podiam ser utilizados em produtos artesanais diversos.

Além dessas espécies, as mesmas *Ordenanzas* detalhavam a proteção de pinheiros e outras plantas. A Lei 37 estabelecia pena para os forasteiros que cortassem árvores nas florestas de pinheiros das terras de Ávila, fossem essas florestas de uso comum dos habitantes ou pertencentes a algum senhor. Tratava-se de proteger as “boas madeiras” (MARTÍNEZ CARRILLO, 1998, p. 77). A Lei 38 estabelecia pena para o mesmo crime quando cometido por habitantes



do lugar. A Lei 39, por sua vez, não menciona nenhuma espécie arbórea, apenas determinava a pena para aqueles que decepassem os montes e retirassem cepas de árvores – verdes ou secas – desses lugares.

Essas leis também apresentavam minúcias no estabelecimento das penas. Para os forasteiros que cortassem as árvores, a Lei 37 estabelecia o confisco de ferramentas de trabalho, bois, mulas ou asnos com suas carretas e apetrechos pertencentes ao criminoso. Caso o forasteiro não tivesse nenhum desses animais, seria preso por trinta dias, se tivesse cometido o crime pela primeira vez, e, se fosse reincidente no crime, ficaria em cárcere por cinquenta dias, além de receber cem açoites publicamente. Já para aqueles que decepassem os montes, a Lei 38 estabelecia o pagamento de sessenta maravedíes por árvore cortada, seis maravedíes por ramos, trinta maravedíes por carga de carrasco seco, vinte maravedíes por carga de piorno. Essa pena poderia ser acrescida com o confisco de uma mula. Já a Lei 39 estabelecia a pena de confisco das cepas de árvore e o pagamento de trinta maravedíes por cada uma dessas cepas.

Ao tratar das penas, essas leis também especificavam outros tipos de vegetação protegida: o carrasco e o piorno. O carrasco é um carvalho arbustivo que pode atingir o porte arbóreo e chegar a nove metros de altura¹⁷. Assim como a azinheira¹⁸, também um carvalho, o carrasco tem como fruto as bellotas, que serviam de alimentação para os animais, sobretudo os porcos.¹⁹ Além disso, o carrasco era usado para cobrir casas (MARTÍNEZ CARRILLO, 1998, p. 77). O piorno, por sua vez, também conhecido por giesta, é uma planta muito ramificada, que pode atingir quatro metros de altura. Seus ramos mais antigos, secos, eram usados como lenha, os mais novos, verdes, serviam para fazer espécies de vassouras que eram usadas nas casas e na lavoura. De forma geral, as plantas arbustivas eram importantes para as comunidades porque eram usadas em artesanatos diversos. A exploração dessas matas era “propia de gente humilde y eran las mujeres, los niños o los ancianos los que se encargaban de recogerlo por la sierra” (HINOJOSA MONTALVO, 2020, p. 4).

As leis não buscavam regular a exploração das florestas exclusivamente de uso comum, como indica a Lei 41 das *Ordenanzas de Ávila*, *En qué pena caen los que decepan los montes, aunque sean suyos, ni fagan carvón para sacar de tierra de Ávila nyn otra leña, e çetera*:

Hordenamos e mandamos que ninguna persona de Avila e su tierra nin de fuera de ella non decepen ningunos montes de la çibdat e su tierra nyn outra leña alguna ni leña para aradros nin



para calçaduras de carretas. [...] E en quanto al decepar de los montes, mandamos que ningun los decepe, **aunque sea suyo el monte**. E si lo decepare, que por cada carretada pague cincuenta maravedíes e por cada carga diez maravedíes; e que estas penas se repartan como dicho es (MONSALVO ANTÓN, 1990, p. 99, grifo nosso).

O texto da lei não se trata de uma exceção encontrada nas *Ordenanzas de Ávila*. A proteção das florestas de senhorios laicos ou eclesiásticos também resultava de um interesse comum.²⁰ Essa compreensão pode contribuir para a superação de interpretações historiográficas dualistas que enfatizam, por um lado, a oposição entre comunidade e interesses privados e, por outro, a aparente contradição entre a economia de subsistência e a mercantilização dos recursos (LUCHÍA, 2020, p. 325).

As áreas florestais, de uso comum ou de herdades, eram ameaçadas também pelo fogo. A criminalização de incêndios, que muitas vezes arrasavam grandes áreas rurais e urbanas, se manifestava em leis desde a antiguidade (GÓMEZ ROJO, 2011). No âmbito ibérico medieval, a proibição de incêndios em florestas e sua punição estiveram presentes nas leis visigóticas, na *Leges Visigothorum*²¹ – mantidas no século XIII no *Fuero Juzgo*²² – e em diversas legislações posteriores. No século XIII, o *Fuero Real*, de Afonso X, prescrevia a mesma pena para os incêndios de florestas, campos semeados e casas. No caso de incêndio de “*ocasión*”, ou seja, imprudente ou involuntário, o incendiário deveria apenas pagar pelo dano causado. Porém, no caso de incêndio ateadado “*a sabiendas*”, ou seja, propositadamente, a pena consistiria no pagamento pelo dano causado e na morte pelo fogo.

Todo ome que a sábiendas mieses agenas, o pan en eras, o casas, o monte quemare, quemen a él por ello, e peche todo el danno que ende viniere por prueva, o por iura de aquel que recibió el danno: et si por aventura fuer provado que mas levó por su iura que non perdió, pechelo todo doblado lo que demas levó: et si alguna destas cosas ficire por ocasion, peche el danno a bien vista de ornes buenos puestos por el acalle, e non aya otra pena (PÉREZ MARTÍN, 2015, p. 128-129).

Maria Encarnación Gomez Rojo (2011, p. 335) destaca a prescrição da mesma pena em outros documentos da época afonsina, como o *Ordenamiento sobre*



comestibles y artefactos de 27 de fevereiro de 1256 que, segundo a autora, aparentemente era fruto de umas Cortes celebradas em Segovia, e entre outras questões mandava “*que no pongan fuego a los montes so pena de echarlo dentro*”.²³ Da mesma forma, nas Cortes de Castilla y León, reunidas em Valladolid em 18 de janeiro 1258, se reiterava a proibição de queimar os montes sob pena de que “*al que lo haga se le eche al fuego*”, e, no caso de não se conseguir capturar o incendiário, todos os seus bens deveriam ser confiscados. Ainda segundo Maria Encarnación Gomez Rojo (2011), o Rei Sábio voltaria a insistir neste mesmo castigo para os incêndios nos montes dez anos mais tarde, no *Ordenamiento de la reunión de Jerez*, celebrado em 30 de julho de 1268.

As *Ordenanzas de Ávila e sus tierras*, de 1487, apresentam castigos mais leves. É o que revela a Lei 40:

Hordenamos e mandamos que ninguna ni algunas personas, así pastores como otros ganaderos ni guardas de montes, pinares o deesas e pionarles o esterpare de la dicha cibdad e su tierra, ni otros lugares, non sean osados de encender fuegos en los tales montes e pinares e deesas e pionarles e esterpare para los quemar para fazer tierras de labrança, ni para pastos de los ganados ni para outra cosa alguna. E quien lo contrario fiziere, e pusiere el tal fuego o lo mandare poner que sea obligado a pagar todo el daño que fuziere e se cabsare del tal fuego por primera vez caya en pena de dez mil maravedies [...] e por la segunda vez pague las dichas penas e le den cien açotes publicamente por esta çibdat e caya en pena de dez mil maravedies [...] (MONSALVO ANTÓN, 1990, p. 98).

Consideramos o castigo mais leve por não prever a morte do incendiário por fogo. Contudo, pagar por todos os danos causados e mais dez mil maravedies e ainda receber cem chicotadas publicamente, caso fosse reincidente, não era pouca coisa. O desflorestamento por incêndios, certamente, impactava mais a floresta que o desflorestamento por corte de árvores e plantas e, conseqüentemente, suas penas eram mais duras.

As ações de controle do aproveitamento dos montes nas leis locais foi um fenômeno comum na Europa medieval e seu estudo tem levado a interpretações distintas e polêmicas.²⁴ Robert Fossier (1985, p. 113), em seu livro sobre a história do campesinato, afirma que as medidas de proteção surgem quando são necessárias. A essa afirmação Carlos Barros (1999, p. 187) acrescenta que



é a partir do século XII, quando se consolida uma nova forma de produzir, que os homens começam a dotar os bosques de uma proteção especial, e finaliza citando Georges Duby (1973, p. 194): “en el siglo XIII el bosque se convirtió en una especie de cultivo protegido de especies arbóreas”.

É inquestionável que a partir do século XI a população europeia cresceu e, conseqüentemente, aumentou a demanda de alimentos e matérias primas. Contudo, a expansão demográfica e econômica europeia não deve ser entendida como única ou principal justificativa para a criação das normas. Sierra Vigil (2003, p. 251-254), em um artigo que apresenta os principais fatores que incidem sobre os montes na Idade Média espanhola e sua evolução no tempo, apresenta uma periodização cronológica do processo que abarca do século VI ao XV. Para os séculos VI-VII, observa:

Es probable que hubiera una ganadería extensiva y trashumante importante, pero de ninguna manera comparable con las cabañas que habrá en la Baja Edad Media. Los bosques son abundantes, extensos y con baja influencia antrópica, pues los daños provocados por las guerras, los ganados y las influencias de los entornos urbanos, si bien existen, no son suficientes para provocar la degradación de las masas forestales. Hay muy pocos datos por lo que nos movemos, al hacer esta observación, en el campo de las conjeturas razonables (SIERRA VIGIL, 2003, p. 251).

Essas observações não são surpreendentes, contudo, são importantes para pensarmos sobre as leis visigóticas, mencionadas anteriormente – *Leges Visigothorum* – que traziam leis protegendo os bosques e as árvores. Não nos parece, portanto, que as leis tenham surgido da necessidade ocasionada pela pressão antrópica. A proliferação de medidas locais pode sim responder a uma necessidade, mas esta não deve ser adotada como justificativa exclusiva. Devemos considerar que as disposições sobre o aproveitamento de florestas expressam a complexidade de interesses e percepções que se manifestam nesses espaços. Não se trata de desprezar a pressão sobre a floresta decorrente do inegável crescimento populacional e econômico dos séculos finais da Idade Média, mas de compreender que os regulamentos enfrentavam o desafio de controlar o uso dos limitados recursos florestais que subsidiavam continuamente necessidades diferentes e conflitantes (LUCHÍA, 2020, p. 325) e se fundamentavam em distintas percepções da Natureza.



Os documentos trazem à luz os conflitos e as contradições dos homens que buscavam ao mesmo tempo explorar as florestas e conservá-las.²⁵ Neste contexto, cabe abordar a fiscalização necessária para garantir a aplicação das leis e a proteção das florestas. Em primeiro lugar, é preciso enfatizar que muitas normativas determinavam que qualquer habitante das cidades poderia deter os depredadores de florestas. Isso se verifica nas *Ordenanzas de Ávila* e não somente nelas. Mas, geralmente, as cidades contavam com guardas de montes, ou *montaneros*. Muitas vezes, esse cargo era ocupado por indicação de pessoas com certa influência política. Em Soria, por exemplo, os *montaneros* eram nomeados pela *Diputación*, que agrupava linhagens de cavaleiros fidalgos e desempenhava um papel ativo na vida política na cidade.

O caso de Soria remete aos problemas relacionados ao exercício dessa função e, conseqüentemente, às dificuldades encontradas para proteger as florestas. Diago Hernando (2006), em um artigo sobre as corporações de cavaleiros fidalgos nas cidades castelhanas, constata que, em novembro de 1518, foram expedidas numerosas provisões relacionadas a denúncias apresentadas contra a atuações dos regedores (DIAGO HERNANDO, 2006, p. 807). Dessas denúncias, Diago Hernando apresenta quatro documentos relacionados ao aproveitamento dos montes, sendo que um deles trata especificamente do mau cumprimento da função de *montanero*. No primeiro, se acusava os regedores de não garantir o cumprimento de uma provisão anterior pela qual se proibia retirar madeira de Segovia e sua terra. Na segunda, se apresentava a denúncia de que o Conselho havia dado licença para que fossem levadas cabras para pastar nas florestas de pinheiros daquela terra, o que estava ocasionando muitos danos, especialmente nas florestas de Valsaín, e, por isso, solicitavam que não se autorizasse mais a entrada de cabras naqueles lugares. No terceiro, se dava resposta à petição apresentada pelas Linhagens para que em diante se proibisse aos regedores segovianos repartir a lenha das florestas de pinheiros de Valsaín sem seu consentimento, pois aquela política de repartimentos estava provocando a destruição das ditas florestas. No quarto documento, se dava resposta à petição dos cavaleiros e escudeiros para que dali em diante se nomeassem como guardas dos montes e florestas de pinheiros das terras de Segóvia pessoas "*hábil*es y *suficientes*", que não fossem "*criados*" nem "*allegados*" dos regedores nem dos cavaleiros das Linhagens. Justificava-se que os *montaneros* nomeados não estavam exercendo bem suas funções, pois não se atreviam a multar os criados de seus amos, nem dos amigos e parentes destes, e isso estava causando muitos danos aos ditos montes de pinheiros (DIAGO HERNANDO, 2006, p. 834).



Assim como as disposições sobre o aproveitamento dos montes, as petições analisadas por Diago Hernando expressam a complexidade de interesses que se envolvem esses espaços e indicam que o

activo protagonismo de los organismos aldeanos en el control y la regulación, así como el entramado de solidaridades que tejen los productores, tanto para efectivizar los aprovechamientos, como para defenderse de poderes que les resultan extraños son elementos centrales que deben ser considerados (LUCHÍA, 2020, p. 325-326).

A observação da complexidade dos interesses envolvidos e do protagonismo dos atores locais na regulamentação e efetivação do aproveitamento das florestas extrapola qualquer perspectiva utilitarista. Da mesma forma, expõe a fragilidade das interpretações que buscam identificar ideais conservacionistas medievais a partir de critérios socioambientais atuais. Como afirma Rodríguez Grajera (2000, p. 167), os documentos medievais revelam um propósito conservacionista, porém, com um sentido diferente do atual. E esse sentido conservacionista medieval pode ser mais bem apreendido se conseguirmos ampliar nossa perspectiva de análise, de forma que, além das necessidades práticas das sociedades, o sentimento em relação à floresta – estreitamente vinculado à concepção da Natureza como criação divina – e a percepção do poder da ação do homem na mudança do meio físico sejam contemplados.

Considerações finais

O que então parece uma viagem para dentro de um outro mundo, a medievalidade, pode-se configurar, se não tivermos a visão interesseira e superficial do turista, como uma viagem para dentro de nós mesmos. Ou melhor, para dentro do nosso outro, do diferente que também já fomos. (MOREIRA, 2007, p. 223).

A citação é do mesmo artigo de Alberto da Silva Moreira que usamos para abrir nosso texto. Moreira vai além e diz que a viagem para dentro de um outro mundo não se trata de mera curiosidade, “pois vivemos a crise do modelo de civilização, ou do modo de ser humano encarnado até agora” (MOREIRA, 2007, p. 223). Neste sentido, a vida em uma sociedade que assiste ao agravamento, de forma acelerada, dos problemas ambientais desperta nosso interesse pelo



estudo das relações que as sociedades medievais estabeleceram com o meio ambiente. Este artigo é um dos frutos deste interesse. Não se trata, como afirmamos anteriormente, de retomar visões passadas e superadas, mas, como afirma Kesselring (2000, p. 154), de ter a consciência de que as nossas concepções atuais de Natureza não são únicas e de acreditar que “a descoberta de outras concepções possíveis talvez possa inspirar a procura de alternativas”.

Realizando uma breve visita à medievalidade, buscamos destacar que o homem cristão entendia o Universo e tudo o que nele existia como criação divina. O homem era parte indissociável da Natureza. A floresta também. Homens e mulheres necessitavam das florestas e de tudo o que nela existia para a sua sobrevivência, mas certamente a compreendiam como algo maior do que um simples reservatório de produtos. Nesse contexto, nos parece oportuno trazer à luz a proposta de uma política de reflorestamento feita pelo franciscano Francesc Eiximenis (1330-1409) às autoridades de Valência (HINOJOSA MONTALVO, 2020, p. 8). Em sua obra *Regiment de la cosa pública*, ao referir-se a *Les specials belleses de la ciutat de Valencia*, Eiximenis alude à fertilidade e beleza do seu entorno:

car la ciutat es en terra plana, e la planicie es gran, e bella entorn, e engir enrevirada quasi de monts, e de fort belles valls, fertils, e de fort agradosa vista. Per raho de aço senyors que dit es corri es la gran bellesa, e bella planicia de la ferra, que deus vos ha dada devets pensar ab gran studi, que la puxats ocupar en profitosos servirs dela ciutat, e de tot lo regne pus que ferse pot degudament e lexar perdre aquest tan gran servey dela comunitat per la niglicencia, seria gran carrech deies vostres consciències e animes (EIXIMENIS, 1499).

Ele apresenta, então, uma proposta de que esse cenário fosse melhorado, exortando as autoridades a transformar as planícies de sequeiro em florestas e preenchê-las

de roures e de carrasques e altres arbres pertanyents a bosc, dels quals hauria la comunitat gran ajuda en llenya per a la terra, o per la mar en fer fustes, e la senyoria poria haver de açò grans rendes si aitals boscs faiets plantar o ben guardar. (EIXIMENIS, 1499)

Eiximenis elenca benefícios práticos, mas dá ênfase à beleza da Natureza.



Neste ponto, vale lembrar da Natureza bela por excelência, o Paraíso, descrito pelos medievais como um lugar agradável, com vegetação abundante. A felicidade do Paraíso se expressa na abundância de árvores frondosas e frutíferas e na vegetação exuberante. Não devemos subestimar a importância do Paraíso para o homem medieval, como espaço da salvação, da permanência eterna. Contudo, é preciso compreender que essa ideia servia de argumento tanto para a conservação das florestas como para a sua destruição. Como bem observou Clarence Glacken (1996), entre os monges medievais era frequente a compreensão de que, ao “limpar os bosques” – decepando árvores e vegetação – e cultivar esses espaços, o homem estava reproduzindo condições semelhantes às do Paraíso. Assim, a ideia da beleza da Criação podia sustentar tanto a defesa da conservação de florestas como a sua modificação ou destruição. Em ambos os casos, tratava-se da percepção do homem como auxiliar de Deus na melhoria e no embelezamento do ambiente por Ele criado.

Notamos que, sem romper com essa percepção, a partir do século XII, manifestou-se uma mudança importante na compreensão da relação do homem com o meio ambiente, o que nos ajuda a compreender a considerável ampliação de leis e costumes relacionados ao aproveitamento dos bosques. Trata-se do reconhecimento do poder da ação humana na mudança do meio natural e, vinculado a isto, a consciência das mudanças desejáveis e indesejáveis decorrentes dessas ações. Consciente do poder das ações humanas sobre a Natureza, as sociedades medievais buscaram proteger e controlar a exploração de suas florestas. Nesse sentido, ao analisar as florestas medievais, devemos considerar que, ao longo dos séculos, as profundas mudanças que ocorreram no meio ambiente estiveram vinculadas a necessidades práticas, concepções e ideias.

Por fim, cabe destacar que, diferentemente da ideia de conservação atual, que remete a impactos e ações globais, nas sociedades ibéricas medievais as ações de modificação e conservação das florestas, assim como os conflitos de interesses que as envolviam, eram de carácter local. Embora acompanhando um movimento comum na Europa, as comunidades locais exerceram o protagonismo nas ações que modificaram as paisagens ibéricas medievais.

Referências

AZINHEIRA: família e descrição. Lisboa: Jardim Gulbenkian, c2023. Disponível



em: <https://gulbenkian.pt/jardim/garden-lora/azinheira/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BARROS, C. La humanización de la naturaleza en la Edad Media. *Edad Media: Revista de historia*, n. 2, p. 169-194, 1999.

BÉGUELIN-ARGIMÓN, Victoria. *La geografía en los relatos de viajes castellanos del ocaso de la edad media: análisis del discurso y léxico*. Lausanne: Sociedad Suiza de estudios hispánicos, 2011.

BEJARANO RUBIO, Amparo. *Ordenanzas de ledesma*. Salamanca: Centro de Estudios Salmantinos, 1998.

CARLÉ, María del Carmen. El bosque en la Edad Media (Asturias-León-Castilla). *Cuadernos de Historia de España*, n. 59-60, p. 297-374, 1976.

CARLÉ, María del Carmen ¿Ecología en el siglo XV? *Cuadernos de Historia de España*, n. 75, p. 161-203, 1999.

CARRASCO: família e descrição. Lisboa: Jardim Gulbenkian, c2023. Disponível em: <https://gulbenkian.pt/jardim/garden-flora/carrasco/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

CLEMENTE RAMOS, Julián; CLEMENTE QUIJADA, Luis Vicente. Comunalismo integral y terrazgo: la tierra de Valencia de Alcántara (s. XV-XVI). *Edad Media: Revista de Historia*, Valladolid, n. 20, p. 157-183, 2019.

COLOMBO, Octavio. La naturaleza de los mercados campesinos en la Baja Edad Media. *Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna*, Buenos Aires, v. 37-38, p. 155-186, 2004-2005.

CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura europea e Idade Média latina*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DEVIA, Cecilia. El bosque medieval y el derecho de resistencia de los dominados. *Cuadernos Medievales*, Buenos Aires, v. 18, p. 39-51, 2015.

DIAGO HERNANDO, Máximo. Las corporaciones de caballeros hidalgos en las ciudades castellanas a fines de la Edad Media: su participación en el ejercicio del poder local. *Anuario de Estudios Medievales*, Barcelona, v. 36, n. 2, p. 803-838, 2006.

DÍAZ DE DURANA ORTÍZ DE URBINA, José Ramón. Para una historia del monte



y del bosque en la Guipúzcoa Bajomedieval: Los seles. Titularidad, formas de cesión y de explotación. *Anuario de Estudios Medievales*, 31/1, p. 49-73, 2001.

DUBY, Georges. Economía rural y vida campesina en el Occidente Medieval. Barcelona: Edicions 62, 1973.

EIXIMENIS, Francesc. *Regiment de la cosa publica* (= Crestiá, XII part. 3). Publicació original: Cristofol Cofman (ed.), 1499. Transcrita e disponibilizada pela Biblioteca Valenciana. Disponível em: https://bivaldi.gva.es/va/catalogo_imagenes/grupo.do?path=1000804&interno=S&posicion=1.

ESTRELLA, Jorge Raul.; ASLA, Alberto. El aprovisionamiento de leña en las ciudades de la Baja Edad Media hispánica. *Estudios de Historia de España*, Buenos Aires, n. 12, p. 185-200, 2010.

FERNÁNDEZ DE LARREA, Jon Andoni; DÍAZ DE DURANA, José Ramón. Economía ganadera y medio ambiente. Guipúzcoa y el Noroeste de Navarra en la Baja Edad Media. *Historia Agraria*, n. 27, p. 43-64, 2002.

FOSSIER, Robert. *O trabalho na Idade Média*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

FOSSIER, Robert. Historia del Campesinado en el Occidente Medieval (Siglos XI-XIV). Barcelona: Editorial Crítica, 1985.

GARCÍA SÁNCHEZ, Enrique. Libros de viaje en la Península Ibérica durante la Edad Media: bibliografía. *Lemir: Revista de Literatura Española Medieval y del Renacimiento*, Madrid, v. 14, p. 353-402, 2010.

GIL SÁNCHEZ, Luis. La voz "montes" y la transformación histórica del espacio natural. *Cuadernos de la Sociedad Española de Ciencias Forestales*, Palencia, v. 16, p. 19-29, 2003.

GILSON, Etienne. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GLACKEN, Clarence. *Huellas en la playa de Rodas*. Naturaleza y cultura en el pensamiento occidental desde la Antigüedad hasta finales del siglo XVIII. Barcelona: Ediciones Serbal, 1996.

GOMEZ ROJO, María Encarnación. Historia jurídica del incendio en la edad antigua y en el ordenamiento medieval castellano: implicaciones urbanísticas y medioambientales. *Revista de Estudios Histórico-Jurídicos*, Valparaíso, n. 33, p. 321-373, 2011.



GONÇALVES, Iria. Para o estudo de um direito senhorial nas terras medievais de Alcobaça: o montado dos porcos. *Medievalista*, [s. l.], n. 22, p. 1-37, jul./dez. 2017.

HEERS, Jacques. *O trabalho na Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1965.

HINOJOSA MONTALVO, José. El bosque y la leña en el reino de Valencia en los siglos Medievales (XIII-XV). *Estudios Historia de España*, Buenos Aires, v. 22, n. 1, p. 1-19, jun. 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2469-09612020000100001&lng=es&nrm=iso. acessado em: 26 feb. 2023.

HOBBSAWM, Eric. A Era das Incertezas. Entrevista concedida à jornalista Verena Glass, *Revista Sem Terra*, em 2009 e republicada por Opera Mundi. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/24621/hobsawm-a-era-das-incertezas>. Acesso em: 15 fev. 2023.

KESSELRING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. *Episteme*, n. 11, p. 153-172, 2000.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1980.

LE GOFF, Jacques; VIDAL-NAQUET, Pierre. Lévi-Strauss en Brocéliande. In: BELLOUR, R., CLÉMENT, C. (Org.) *Claude Lévi-Strauss*. Paris: Gallimard, 1979.

LIZARBE, Mikel Ursua. Conflictos y acuerdos por el acceso a los recursos agropecuarios en la frontera navarro-aragonesa durante la Baja Edad Media. *Aragón en la Edad Media*, Zaragoza, n. 29, p. 199-232, 2018.

LUCHÍA, Corina. Por que los montes de esta villa se conserben, e no se disipen como al presente estan: La regulación de los recursos forestales en la Corona de Castilla (siglos XIV-XVI). *Espacio, tiempo y forma*, Serie III, Historia Medieval 33, p. 303-332, 2020.

LUCHÍA, Corina. La explotación de los recursos forestales en la Corona de Castilla: necesidad, valor de uso e intercambio (siglos XIV-XVI). *Tiempos Modernos*, Madrid, n. 42, p. 11-27, jun. 2021.



LÚLIO, Raimundo. *Félix ou o Livro das maravilhas*. Trad. de Ricardo da Costa com apoio do Grupo I de Pesquisas Medievais da Ufes. São Paulo: Editora Escala, 2009.

MADRAZO GARCÍA DE LOMANA, Gonzalo. La evolución del paisaje forestal en la vertiente segoviana de la Sierra de Guadarrama. Consejería de Cultura y Turismo de la Junta de Castilla y León, Valladolid, 2010. *Investigaciones Geográficas*, Santiago de Chile, n. 52, p. 227-229, Sept. 2010.

MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio. Los paisajes agrarios en la Edad Media. *Edad Media: Revista de Historia*, Valladolid, n. 20, p. 5-12, 2019.

MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio. Entre la costa y la sierra gaditanas. De los paisajes rurales a la interacción sociedad-medio ambiente en el siglo XV. *Arqueología y territorio medieval*, Jaén, n. 25, p. 227-259, 2018.

MARTÍNEZ CARRILLO, María de los Llanos. Explotación y protección del medio vegetal en la Baja Edad Media murciana. *Miscelánea Medieval Murciana*, Murcia, n. 21/22, p. 71-82, 1998.

MOLINA MOLINA, Ángel Luis Viajeros y caminos medievales. *Cuadernos de Turismo*, Murcia, n. 4, p. 111-126, 1999.

MONSALVO ANTÓN, José María. *Ordenanzas medievales de Ávila y su tierra*. Madrid: Institución Gran Duque de Alba, 1990.

MOREIRA, Alberdo da Silva. As influências medievais na construção da sociedade moderna: o medieval como provocação para ser. In: OLIVEIRA, Terezinha; VISALLI, Angelita Marques. *Cultura e educação na Idade Média: ética e política na Antiguidade e Idade Média*. Vitória da Conquista: UESB, 2007.

OJEDA RIVERA, Juan F. Paisajes del bosque en andalucía. Caracteres, hitos y emociones. *Scripta Nova*, n. 16, p. 387-424, 2012.

PASTOUREAU, Michel. *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2013.

PÉREZ MARTÍN, Antonio (ed.). *Fuero Real de Alfonso X el Sabio*. Madrid: Agencia Estatal, Boletín Oficial del Estado, 2015.

PÉREZ-SOBA; Ignácio; del CORRAL, Díez; SOLÁ MARTÍN, Miguel Angel. Los pastos del monte Entredicho (Malanquilla, Zaragoza): Una contienda medieval aún viva (1313-2002). *Cuadernos de la Sociedad Española de Ciencias Forestales*,



Palencia, n. 16, p. 185-192, 2003.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Fuero Juzgo en latin y castellano, cotejado con los más antiguos y preciosos códices*. Madrid: Ibarra, 1815.

RODRÍGUEZ GRAJERA, Alfonso. Las ordenanzas locales como fuente para la historia ambiental durante el Antiguo Régimen en Extremadura. *Chronica Nova*, [s. l.], v. 27, p. 167-197, 2000.

RUCQUOI, Adeline. Las rutas del saber: España en el siglo XII. *Filo Digital*, Buenos Aires, v. 75, 1999.

RUCQUOI, Adeline. La percepción de la naturaleza en la Alta Edad Media. In: SABATÉ, F. (ed.) *Natura i desenvolupament a l'Edat Mitjana*. Lleida: Pagès Editors, 2007, p. 73-98.

SÁNCHEZ GONZÁLEZ DE HERRERO, María de las Nieves. Huerto, vergel, floresta, bosque, salto y denominaciones análogas en versiones castellanas de enciclopedias medievales. *Cuadernos del CEMYR*, [s. l.], v. 22, p. 29-47, abr. 2015.

SÁNCHEZ RUBIO, María de los Angeles. El monte como fenómeno económico: uso y protección en la Extremadura Bajomedieval (Trujillo). *Revista de Arte, Geografía e Historia*, Norba, n. 4, p. 307-316, 1983.

SIERRA VIGIL, José Miguel. Bases de partida para estudios sobre los montes españoles en La Edad Media: problemas a resolver, periodización cronológica. *Cuadernos de la Sociedad Española de Ciencias Forestales*, Palencia, n. 16, p. 249-254, 2003.

TATSCH, Flavia Galli, Mito e imagem do homem selvagem no medievo. *Veredas da História*, Ano VII, ed. 1, 2014, p. 137-159, 2014. DOI: <https://doi.org/10.9771/rvh.v7i1.48682>. Acesso em 15 fev. 2023.

WOORTMANN, Klaas. O selvagem na “Gesta Dei”: história e alteridade no pensamento medieval. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n. 50, p. 259-314, dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882005000200011>. Acesso em: 11 fev. 2023.

YÁÑEZ VELASCO, Marcos. *El bosque literario: genealogía de un paisaje simbólico*. Tesis (Doctoral) - Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2017.

ZAPATA PEÑA, Lydia. El uso del combustible en la ferrería medieval de Oiola IV:



implicaciones ecológicas y etnobotánicas. *Kobie. Antropologia Cultural*, Bilbao, n. 24, p. 107-115, 1997.

ZEUMER, Karl. *Leges Visigothorum*. Hannoverae/Lipsiae, Imprensis Bibliopolii Hahniani, 1902 [1894] (Monumenta Germaniae Historica. Leges Natorum Germanicarum, vol. I).

Notas

¹Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista-Assis. Professora da Universidade Federal de Goiás e do Mestrado Profissional em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas. Laboratório de Estudos Medievais (LEME-UFG). ORCID: 0000-0001-7463-9980.

²Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista-Assis. Professor da Universidade Federal de Alfenas. ORCID: 000-0003-0741-6917.

³Encontramos discussões dispersas em diferentes artigos relacionados ao tema das áreas florestais medievais. Dentre os artigos dedicados ao tema específico do léxico, indicamos dois autores com distintas abordagens: María de las Nieves Sánchez González de Herrero e Luis Gil Sánchez. Sánchez González de Herrero (2015) aborda os termos usados em referência a espaços verdes e arborizados em documentos ibéricos medievais. Em seu artigo, a autora apresenta os resultados de uma rigorosa revisão das menções a huerto, floresta, vergel, bosque e salto em versões castelhanas de enciclopédias, tratados de geografia e livros de viagens da Baixa Idade Média. Por sua vez, Luis Gil Sánchez (2003) relaciona a palavra “montes” à transformação histórica do espaço natural. Nas palavras de Gil Sánchez (2003, p. 19): “Los términos que aluden al espacio arbolado responden a ideas y estratos lingüísticos distintos, ligados a diferentes etapas históricas; cuyo empleo y significado evolucionan o surgen de acuerdo con los conceptos que designan. El latín silva no tuvo continuidad en el romance castellano, y su lugar lo ocupó un derivado de mons, montis. La nueva acepción se debió a la presencia general de las entonces denominadas selvas en un terreno impropio al cultivo por su condición abrupta. Durante siglos la historia de los montes como terrenos arbolados sólo narra su destrucción y la palabra monte acabará abarcando una amplia gradación de situaciones de la cubierta vegetal. Dos nuevas voces procedentes de lenguas foráneas se incorporaron al castellano. Bosque, la más antigua, tomó pujanza para referirse a los montes con mayor frondosidad arbórea. Forestal, que acaba de cumplir 150 años, surge con la aplicación del conocimiento científico al monte.”

⁴Sobre a concepção do Universo na Idade Média no século XII, bem como sobre a exposição do pensamento aristotélico no século XIII pode-se consultar a indispensável obra de Etienne Gilson (2001).

⁵Em outro interessante artigo, Adeline Rucquoi (1999) analisa a circulação do saber na Espanha do século XII, destacando o desenvolvimento dos estudos árabes sobre a matemática, a geometria e a astronomia (a “ciência das estrelas”).

⁶Como observa Clarence Glacken (1996, p. 211), a ideia da Natureza como um livro foi adotada pela especulação místico-filosófica e tornou-se de uso comum, chegando ao Renascimento com outro significado, qual seja, não como um livro que se buscava para



complementar a revelação, mas para aprender sobre a própria Natureza. Ver também: Ernest R. Curtius (1996, p. 375-429), especialmente o tópico “O livro da natureza” do capítulo intitulado “O livro como símbolo”. Cabe acrescentar a observação de Glacken sobre o desenvolvimento de uma teologia natural na Península Ibérica medieval, pois essa ideia da Natureza como um livro “preparó el camino para formulaciones más audaces por parte de Ramón Lull y Sibiuda [...] quienes vieron imperfecciones en la palabra revelada y su exégesis, y pusieron los cimientos de una teologia natural a finales de la Edad Media” (GLACKEN, 1996, p. 211).

⁷Diante de uma abundante e variada literatura sobre os fenômenos de mobilidade na Idade Média, torna-se arriscado tentar apresentar alguma seleção. Entretanto, consideramos pertinente fazer referência a dois importantes estudos sobre relatos de viagens ibéricos medievais: Béguelin-Argimón (2011) e García Sánchez (2010) – este último, embora publicado há mais de uma década e, portanto, passível de atualização, se trata de um extenso levantamento de fontes e historiografia sobre livros de viagens ibéricos.

⁸De acordo com Jacques le Goff (1990), o “maravilhoso” ou os mirabilia é “um universo de objetos, mais um conjunto de coisas do que uma categoria”, e seu sentido estrutura-se por imagens e metáforas relacionadas à visão: “Os mirabilia não são naturalmente apenas coisas que o homem pode admirar com os olhos, coisas perante as quais se arregalam os olhos; originariamente há, porém, esta referência ao olho que me parece importante, porquanto todo um imaginário pode organizar-se à volta desta ligação a um sentido, o da vista, e em torno de uma série de imagens e metáforas que são metáforas visivas”. LE GOFF, 1990, p. 18).

⁹Muito já se escreveu sobre as florestas e os bosques no imaginário medieval. Muito ainda poderia aqui ser escrito. A natureza exótica descrita na literatura e nos livros de viagens poderia nos levar a outras paisagens florestais maravilhosas. Contudo, para pretensões deste texto, o exemplo da literatura ibérica medieval apresentado é suficiente para indicar que a importância da floresta para os homens medievais extrapola as necessidades materiais e os interesses econômicos. Ela permite a construção e a projeção de significados e sentidos para o mundo. A Natureza no Livro das maravilhas é tema de outro texto da mesma autoria que está no prelo.

¹⁰Expressão máxima do domínio humano sobre a Natureza selvagem são os homens que adentram as florestas para caçar bestas; eles vão montados em seus cavalos e, muitas vezes, se valem da ajuda de cães e aves de caça, todos devidamente adestrados. Ou seja, a caça nas florestas e bosques lança à luz a superioridade do homem que submete os animais e os coloca a seu serviço na captura daquelas espécies que não se sujeitam ao domínio humano (RUCQUOI, 2007, p. 86).

¹¹Sobre a noção de selvagem no pensamento medieval ver: Klaas Woortmann (2005). Explorar esse tema desviaria o texto de seus objetivos. Vale, contudo, reproduzir uma definição do autor: “É importante observar que esse homem selvagem não é uma transposição de características atribuídas a africanos ou asiáticos. Ele preexistiu ao contato com povos da África ou da Ásia; tanto quanto o “selvagem” grego, ele foi inventado antes para ser depois, eventualmente e de formas diferenciadas, aplicado a africanos e asiáticos, tanto quanto a europeus e, mais tarde, aos ameríndios. Contudo, ele podia por vezes ser descrito com as características dos mouros, como no Cavaleiro do leão de Chrétien de Troyes, ou como um negro com características de ciclope” (WOORTMANN, 2005, p. 289).



¹²A esse propósito, Klaas Woortmann (2005, p. 295) nos faz lembrar a análise de Le Goff e Vidal-Naquet (1979) de Yvain, ou le Chevalier au lion, de Chrétien de Troyes. Buscando aventuras, Yvain deixa sua esposa Laudine e parte para lutar ao lado do Rei Arthur. O Cavaleiro jura à Laudine, que retornará depois de um ano. Mas ele quebra sua promessa e perde o amor da esposa. Enlouquecido, ele rasga suas roupas e, nu, entra na floresta, onde se alimenta de animais silvestres crus. Na análise que fazem, Le Goff e Vidal-Naquet (1979, p. 272-273 apud WOORTMANN, 2005, p. 295) explicam: “A floresta será o lugar de sua loucura. Floresta mais complexa do que poderia parecer à primeira vista. Ela é o equivalente ao que representa no Oriente o deserto, lugar de refúgio, da caça, da aventura, horizonte opaco do mundo das cidades, das vilas, dos campos. Mas ... na Bretanha ela é ainda mais: é o lugar onde se rompem as malhas da hierarquia feudal [...] Nessa floresta Yvain não mais será cavaleiro, mas um caçador-predador”.

¹³Sobre o selvagem na iconografia medieval pode-se consultar Tatsch (2014).

¹⁴Sobre as profissões lícitas e ilícitas na Idade Média, conservam-se ao longo dos anos, duas referências obrigatórias: os estudos pioneiros de Jacques Le Goff e de Jacques Heers, publicados em língua portuguesa, respectivamente em 1980 e 1965 (HEERS, 1965; LE GOFF, 1980).

¹⁵Ver: Zeumer (1902).

¹⁶Ver: Real Academia Española (1815).

¹⁷Pode-se consultar: Carrasco (c2023).

¹⁸Pode-se consultar: Azinheira (c2023).

¹⁹Nesse sentido, Bejarano Rubio (1998, p. 61) destaca as *Ordenanzas de Ledesma* de 1519 (tit. 61): “por quanto las enzinas e carrascos son montes que aprovechan mucho en diversas maneras, así para madera como para quemar como para hazer carbón, como para bellota, e eso mesmo la foja para los ganados en el invierno”.

²⁰Sobre a relação da “propiedad privada” com os usos y intereses coletivos ver: J. Clemente Ramos e Clemente Quijada (2019, p. 161).

²¹*Leges Visigothorum*, Liber Octavus, II Titulus: De incendiis et incensoribus. III. Titulus: De damnis arborum, ortonim et frugum quarumcumque. (ZEUMER, 1902).

²²*Fuero Juzgo*, Liber VIII, De illatis violentiis et daminis, II. Titulus: De incendiis et incensoribus (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 1815).

²³Ver: Gomez Rojo (2011).

²⁴Existe muitos estudos sobre o aproveitamento de florestas e montes em ordenanzas e fueros locais, vários publicados em atas de eventos, dossiês temáticos de periódicos e livros. Os artigos de Maria Encarnación Gomez Rojo (2011) e Corina Luchía (2021) fazem um bom levantamento deles.

²⁵Discutir os conflitos pelo uso de florestas ampliaria demasiadamente os objetivos deste artigo. Indicamos, contudo, o interessante estudo de Cecilia Devia (2015) sobre a relação existente entre bosques e direito de resistência na Idade Média. Sobre a exploração florestal e reprodução social ver Luchía (2021), Colombo (2004-2005).

Projetando a Amazônia:
desenvolvimentismo
e ecologia no cinema
experimental brasileiro dos
anos 1970

Projecting Amazonia:
developmentalism and
ecology in Brazilian
experimental cinema of the
1970s

Marina Bedran¹



Resumo: Com as políticas nacional-desenvolvimentistas do pós-guerra e, sobretudo, depois do golpe militar de 1964, vieram os projetos grandiosos de ocupação e colonização da Amazônia. Vários dos cinejornais produzidos pela Agência Nacional apresentaram os planos do governo para desenvolver e “integrar a região à nação”, pregando o desmatamento em grande escala e promovendo um apagamento das histórias indígenas. Este artigo analisa três filmes brasileiros do período que se debruçaram sobre a Amazônia, incluindo o curta-metragem documental de Glauber Rocha *Amazonas, Amazonas* (1965), o “documentário-ficção” de Jorge Bodanzky e Orlando Senna *Iracema, uma transa amazônica* (1974) e o documentário média-metragem *Jari* (1979), de Bodanzky e Wolf Gauer. Enquanto o filme de Glauber contribuiu para reforçar a imagem da Amazônia como um lugar vazio e subdesenvolvido, calcada num discurso teleológico, os filmes experimentais de Bodanzky dos anos 1970 contestaram o consenso desenvolvimentista e criaram outras formas de pensar a região, projetando a Amazônia não apenas no Brasil, mas em escala global. **Palavras-chave:** Amazônia; Ecologia; Desenvolvimentismo; Jorge Bodanzky; Glauber Rocha

Abstract: With the post-war national-developmental policies and, above all, after the 1964 military coup, came the grandiose projects to occupy and colonize Amazonia. The newsreels produced by the Agência Nacional presented the government’s plans to develop and “integrate the region into the nation”, preaching large-scale deforestation and promoting the erasure of indigenous histories. This article analyzes three Brazilian films of the period that focused on the Amazon, including Glauber Rocha’s documentary short *Amazonas, Amazonas* (1965), the “documentary-fiction” by Jorge Bodanzky and Orlando Senna *Iracema, uma transa amazônica* (1974) and the medium-length documentary *Jari* (1979), by Bodanzky and



Wolf Gauer. While Glauber's film contributed to reinforce the image of the Amazon as an empty and underdeveloped place, based on a teleological discourse, Bodanzky's experimental films from the 1970s contested the developmentalist consensus and created other ways of thinking about the region, projecting the Amazon not only in Brazil, but on a global scale. **Keywords:** Amazon; Ecology; Developmentalism; Jorge Bodanzky; Glauber Rocha.

Marina Bedran
Projetando a Amazônia: desenvolvimentismo e ecologia
no cinema experimental brasileiro dos anos 1970



Introdução

Desde o início do século 20, a Amazônia passou a ser central para os projetos de desenvolvimento do Brasil, apoiados nos ideais positivistas da República. Acreditava-se que a tecnologia poderia ajudar a domar a floresta e modernizar a região. A construção do Brasil como uma nação moderna dependeu em grande parte do cinema e da fotografia. Apenas entre 1907 e 1930, a Comissão Rondon produziu 1,800 fotos e realizou 9 filmes que ajudaram a fixar a imagem da Amazônia como um lugar pronto para ser desenvolvido (CONDE, 2018, 138). O cinema, em particular, como tecnologia de prospecção visual, serviu a projetos e fantasias de dominação visual na Amazônia (CONDE, 2018, 162).

Com as políticas nacional-desenvolvimentistas do pós-guerra e, sobretudo, depois do golpe militar de 1964, vieram os projetos grandiosos de ocupação e colonização da região. Estes projetos envolviam a criação em larga escala de materiais audiovisuais como os cinejornais produzidos pela Agência Nacional. Os cinejornais apresentavam os planos do governo para desenvolver a Amazônia e “integrar a região à nação”, com edições especiais nos anos 1970 dedicadas à rodovia Transamazônica, o plano mais ambicioso do regime. Exibidos em cinemas de todo o país, pregavam o desmatamento em grande escala e promoviam um apagamento das histórias indígenas enquanto as políticas públicas do governo incluíam a violência direta contra essas populações. Desse modo, ajudaram a reforçar a imagem da Amazônia como um lugar vazio e subdesenvolvido, calcada num discurso teleológico e uma filosofia do progresso.²

Dado o investimento do governo na produção de materiais visuais sobre a Amazônia, é curioso que a maioria da produção cinematográfica do período, incluindo a que discutia questões ligadas ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento, tenha focado em outros espaços, como os centros urbanos do Sudeste ou as zonas rurais do Nordeste. No entanto, como sugiro neste artigo, é também o cinema, sobretudo o experimental, que interrompeu a lógica desenvolvimentista e criou outras formas de pensar a região, projetando a Amazônia não apenas no Brasil, mas em escala global.

Primeiro, discuto um curta documental de Glauber Rocha que, a despeito de seu projeto estético e político revolucionário, reproduz e reforça a visão oficial da Amazônia. Passo então a *Iracema, uma transa amazônica* (1974), “documentário-ficção” de Jorge Bodanzky e Orlando Senna, mostrando como o filme, hoje considerado um clássico do cinema brasileiro, foi um divisor de



águas na produção cinematográfica sobre a Amazônia. Finalmente, concluo com *Jari* (1979), de Bodanzky e Wolf Gauer, um documentário média-metragem sobre o projeto de Daniel K. Ludwig na Amazônia que incluía uma fazenda de árvores e uma fábrica de celulose. Enquanto *Iracema* registra o discurso do desenvolvimento de forma a torná-lo estranho, *Jari* coloca em primeiro plano um argumento ecológico contra o que o ambientalista brasileiro José Lutzenberger chamou de “religião do progresso” (LUTZENBERGER, 1977, 16). Analisando também a recepção de *Iracema* e *Jari*, eu sugiro que esses filmes oferecem um contraponto à euforia desenvolvimentista numa época em que os movimentos ambientais eram ainda incipientes no Brasil, mostrando como contribuíram para estes movimentos.

Amazonas, Amazônia: “a magia do desenvolvimento”

Amazonas, Amazonas, de 1965, é um curta-metragem de Glauber Rocha que destoa de sua filmografia tipicamente associada ao sertão. É seu primeiro filme a cores e também o primeiro documentário, e foi feito por encomenda do historiador conservador Arthur César Ferreira Reis, à época governador do Amazonas escolhido pelo governo militar. Luiz Maximino de Miranda Corrêa, diretor do Departamento de Turismo e Promoção (DEPRO), queria promover o estado como destino turístico e terra de oportunidades econômicas, e havia sugerido o nome de Glauber na esperança de que seu prestígio levasse o filme a circular na Europa e Estados Unidos, já que seu filme anterior, *Deus e o diabo na terra do sol* (1964), fora indicado à Palma de Ouro no Festival de Cannes.

Deus e o diabo na terra do sol aborda temas centrais à sua obra como a miséria, a religiosidade popular, a violência, a insurreição e o cangaço em seu cenário icônico, o Nordeste. Para Glauber, o verdadeiro cinema nacional não deveria ser feito apenas nos centros urbanos do Brasil e o Nordeste era uma espécie de “matéria-prima bruta de nacionalidade que se buscava expressar esteticamente” (VENTURA, 2000, 115). *Deus e o diabo* faz uso da linguagem alegórica e estética revolucionária características dos filmes de Glauber. Como notou Ismail Xavier, o Cinema Novo combina experimentação estética ao esforço pedagógico de representar a sociedade brasileira, e os setores mais pobres da sociedade são emblemas do subdesenvolvimento (XAVIER, 1997, 4). Glauber, como muitos intelectuais de esquerda, achava que o subdesenvolvimento poderia ser superado com o despertar do povo e entendia o cinema como uma arma política. Que o cineasta que redigiu o manifesto do Cinema Novo estivesse



a serviço de políticos alinhados ao regime militar é paradoxal.³

É verdade que Glauber estava tentando levantar dinheiro para seu próximo filme (*Terra em transe*) e quitar as dívidas do anterior (MENDONÇA, 2018, 85). Mas suas visões sobre a Amazônia não diferem tanto da visão de Reis. Meses antes de ter sido convidado para realizar o documentário, ele felicitou Reis por sua campanha contra a criação do Centro do Trópico Úmido na Amazônia, uma iniciativa de pesquisa e treinamento dos Estados Unidos, que ambos viam como parte de um projeto imperialista de internacionalização da Amazônia. No fim dos anos 1950, Reis havia publicado um livro que alertava contra a cobiça internacional pela Amazônia desde o século 17 (REIS, 2021). O anti-imperialismo de Reis deve ser entendido na longa história de disputa pelos produtos amazônicos e diferentes tentativas de colonizar a região. Ademais, boa parte do pensamento de esquerda e do cinema latino-americano da época partilhava do sentimento anti-imperialista. No entanto, o discurso militar sobre a internacionalização da Amazônia era calcado em meias-verdades e paranoia, e escondia o fato de que o próprio governo tinha um projeto de colonização da região em colaboração com o capital transnacional (GUZMÁN, 2013; HOCHSTETLER e KECK, 2007). Os projetos de Reis para o desenvolvimento da Amazônia tampouco eram estranhos ao desenvolvimentismo abraçado por Glauber, que, a despeito de ter sido crítico da repressão política e ter vivido no exílio entre 1969 e 1976, viria a apoiar o regime militar.

A sequência inicial do filme apresenta a Amazônia a partir de vistas aéreas da floresta, mostrando o encontro dos rios Negro e Solimões em Manaus, ponto a partir do qual recebe o nome de rio Amazonas. A voz over celebra “o grande rio que descobri em 1542 em missão do reino espanhol”. Trata-se da narração em primeira pessoa do explorador espanhol Francisco de Orellana, que comandou a primeira expedição europeia que atravessou o rio Amazonas em toda sua extensão.⁴ Orellana conta em tom heroico como enfrentou “o desconhecido” e deu “combate aos índios de longos cabelos que lembravam mulheres guerreiras de outras lendas. Vencidos os perigos, batizei a conquista. Amazonas, Amazonas”. As vistas aéreas da floresta são sobrepostas com o poema sinfônico “Uirapuru”, de Heitor Villa-Lobos, compondo o tom épico que persistirá por todo o filme. É sabido que o relato da viagem não foi feito pelo próprio Orellana, mas pelo dominicano Frei Gaspar de Carvajal, que acompanhou Orellana e outros cinquenta e sete homens na expedição. Portanto, Glauber tomou liberdade poética para compor o texto que reforça o gesto colonial.

A voz over então passa a um narrador não identificado (uma “voz de Deus”)



que contesta essa imagem “clássica” e contraditória da Amazônia como inferno verde ou paraíso verde que foram cunhadas no relato de Carvajal e exaustivamente repetidas desde então (HOLANDA, 2010; SLATER, 2001). Este “mundo exótico criado pelos primeiros viajantes”, diz a voz over, onde há “cobras gigantes” e “peixes mágicos”, é coisa do passado. O Amazonas de hoje é o “maior estado do Brasil, onde o homem já fixou suas raízes e luta para desenvolver sua civilização. Onde o homem, transformando árvores em casa, busca uma cultura a partir das condições especiais do meio”. Há uma sequência que mostra a precariedade do trabalho e da vida dos migrantes nordestinos que foram assentados na Amazônia. Glauber aparece em cena entrevistando um deles, que trabalha na roça, e logo em seguida, após um grito de “corta!” que causa algum estranhamento, vemos outro migrante trabalhando na seringa. Neste ponto a voz over assume brevemente o seu ponto de vista, e então passa a contar a história do clico da borracha, justapondo imagens da seringa a outras do processamento industrial da borracha. Vemos também imagens do interior do luxuoso Teatro Amazonas, em Manaus, e a fachada deteriorada deste e dos prédios vizinhos. O contraste visual traduz a narrativa do apogeu e crise do ciclo econômico da borracha.

Não há crítica ao extrativismo ou ao processo civilizatório. Ao contrário, a voz over diz: “Manaus que espera que o Amazonas seja incorporado ao Brasil. Não como uma peça acessória, mas como agente do nosso processo econômico.” Essa “Amazônia do presente”, ilustrada com imagens do centro de Manaus e um vibrante comércio – mercados, trabalhadores e commodities como a banana ou a juta – depende, todavia, de “um estilo de trabalho do passado”. Aqui, Reis é citado nominalmente. Segundo ele, o descompasso entre o modo de vida do presente e o potencial econômico da Amazônia é a causa de seu subdesenvolvimento. A voz over sugere que os brasileiros deveriam exportar tudo o que o solo Amazônico ainda contém: manganês, carvão, ouro, petróleo e minerais atômicos, para que a Amazônia se torne “canto e símbolo de um novo mundo”. Esta visão teleológica termina com uma vista aérea da Refinaria Isaac Sabbá, localizada às margens do rio Negro, e uma estrada cortando a floresta, provavelmente a Manaus-Itacoatiara, inaugurada em setembro de 1965.

É possível reconhecer neste filme algo do estilo de câmera e da montagem que são características da filmografia de Glauber, como os *travellings* e os *jump cuts*, que ele usa a serviço de criar algum estranhamento ou distância crítica em relação à imagem da “Amazônia clássica”, quer dizer, um lugar exótico e parado no tempo, representação que, aliás, ainda não desapareceu totalmente.



Em entrevista a Michel Ciment para a *Positif* (1967), ele diz ter descoberto, quando ali chegou, que a “Amazônia lendária e mítica, a Amazônia dos crocodilos, tigres, índios etc. não existia” (ROCHA, 2017, 59). Neste sentido ele segue intelectuais Amazônicos que propunham que a região fosse considerada realisticamente (MENDONÇA, 2018, 101). Mas esse realismo escondia uma ideologia desenvolvimentista calcada numa visão teleológica em que a civilização tomaria o lugar da natureza, em oposição a ela.

Ainda que o filme propusesse uma ruptura com o ponto de vista do colonizador europeu para adotar uma visão local, ele reforça a ideia da Amazônia como locomotiva do Brasil que ganhou força a partir do pós-guerra e, principalmente, durante a ditadura civil-militar de 1964–85, que reproduz discursos coloniais. O filme praticamente ignora os povos indígenas da Amazônia. A não ser pela breve menção no início aos “índios de longos cabelos” atacados pela trupe de Orellana, a narração apenas volta ao assunto no final do filme:

Foi difícil vencer índios, fazer colonos Portugueses se cruzarem com estes índios vencidos, forjar a nova raça, lutar contra o impaludismo, a verminose, conquistar os barrancos devastados pela força do rio instável. Parintins, Itacoatiara, Manacapuru, Cacau-Pirera, estranhos nomes que abrigam gentes prisioneiras dos grandes distantes desconhecidos. Dos grandes distantes demais para apenas 800 mil pessoas que ainda vivem da mais rude agricultura, da pesca, do diluído artesanato indígena, apenas de uma vontade inconsciente de sobreviver. População que necessita de condições humanas de cultura, moradia, saúde.

Nessa passagem, o narrador celebra a “forja da nova raça”, quer dizer a brasilidade, através da miscigenação forçada. Assim, estabelece uma continuidade entre o colonialismo ibérico e as políticas modernas de colonização da Amazônia. Ao fazê-lo, endossa as teorias de Reis sobre o caráter civilizatório da colonização Portuguesa (MENDONÇA, 2018). A correspondência de Rocha sugere que ele tinha problemas com alguns pontos dessas teorias, e que a ausência de indígenas em seu filme o preocupava em particular. Em uma carta ao seu produtor Luís Augusto Mendes, ele disse: “Agora você veja: sem índio, sem onça, sem cobra, sem vitória-régia, sem pescaria, sem seringueiro—não é um filme do Amazonas. Muita coisa já foi cortada. Estou vendo o problema dos índios, mas acho indispensável” (ROCHA, 1997, 264). Em outra carta do mesmo



período endereçada a sua filha, ele conta que teve contato com indígenas enquanto estava no Amazonas: “E tem índio que sempre vem falar com papai. ‘Índio quer ver menina Paloma.’ Tem índio Mauê, Waupe, Manao, tudo nu, de pena na cabeça, arco e flecha” (ROCHA, 1997, 265). Mas fica a questão: se tivesse liberdade absoluta para filmar (o que ele ademais diz que teve), que cara teria a Amazônia de Glauber? Seria um lugar atrasado e vazio, à espera do desenvolvimento? Qual seria o lugar dos indígenas na Amazônia do futuro ou mesmo do presente? Outra passagem da carta a Mendes sugere que, apesar de um ou outro pormenor, as ideias que vemos no filme são suas:

Houve um quebra-galho porque aqui não há muito o que filmar de turismo. Aqui chegando havia dois problemas: ou fazer uma série de vistas falsificadas para uma propaganda de turismo ou fazer um documentário com o mínimo de intenção que justificasse a onda da qual o mesmo aqui estava cercado com fofocas no Governo e etc. O roteirinho que fiz não é complicado como o Roberto viu: mostrar um pouco do Amazonas selvagem e lendário e um pouco do Amazonas de hoje (ROCHA, 1997, 264).

Amazonas, Amazonas é um filme marginal na obra de Glauber. É, afinal, um filme propagandístico, feito sob encomenda. No entanto, ele não destoa de seu projeto estético, que toma o subdesenvolvimento como tema de seus filmes e sustentáculo de uma nova linguagem. As décadas de 1960 e 1970 foram tumultuadas politicamente. A esquerda propôs várias alternativas ao modelo de modernização conservadora do regime militar, mas, de modo geral, não se contestou as premissas da modernidade. Como vemos no documentário, o desenvolvimentismo e o nacionalismo são partes do projeto revolucionário de Rocha.

Não por acaso, a linguagem dos materiais audiovisuais produzidos e financiados pelo regime se assemelha à do filme de Glauber. Em ambos, abundam as vistas aéreas da floresta, panorâmicas e *travellings* – sequências em que o olhar não consegue se fixar na paisagem ou nas pessoas – associados a uma trilha sonora heroica e ao uso pedagógico da voz over. Há um foco nos trabalhadores migrantes que suprime os indígenas. Em *Transamazônica: O caminho do homem*, de 1971, o narrador celebra os trabalhos de construção da estrada e saúda a inauguração de uma “nova história” enquanto assistimos ao desmatamento de grandes árvores:



A revolução chega à selva. Cada árvore que tomba escreve uma história bem diferente das que povoavam a terra dos saci-pererês, iaras e cobras-grandes. Na arrancada do trator, apaga-se a lenda que some, envolta numa outra magia, a magia do desenvolvimento. É a nova Amazônia que surge, fazendo nascer de seu ventre verde a Transamazônica.⁵

Aqui, a voz over propõe abertamente o desmatamento da floresta – apenas implícito em *Amazonas, Amazonas* – como meio de produzir uma nova história. Há algumas figuras-chave das cosmologias indígenas, sem menção aos povos indígenas, cujas terras o governo reivindicava para colonizar a Amazônia. É revelador que o narrador se mova tão abruptamente do “pensamento mágico” indígena para a “mágica do desenvolvimento”, traíndo o que Max Weber chama de uma das pedras de toque da modernidade: o desencantamento do mundo (WEBER, 1959, 133). Em outra passagem do mesmo cinejornal, a ligação entre religião e progresso é explicitada. Crianças e freiras lotam uma igreja na Amazônia onde um padre reza a missa, enquanto uma voz over afirma: “A imensidão amazônica induz o homem a pensar no seu grande destino. A estrada que leva ao céu deve ser uma imensa e vasta Transamazônica, rasgada por Deus no coração dos homens que sabem sacrificar-se pelo progresso da humanidade. Deus está no coração da Amazônia.” Não é à toa que a expansão econômica daqueles anos foi chamada de “milagre brasileiro”.

Numa carta de 1973, pouco antes de sua polêmica declaração de apoio aos militares, Glauber escreveu: “agora, já que os cus estão livres, vamos curtir um pouco os oficiais bandeirantes da Transamazônica etc. PS → Prefiro um belo soldado paranaense a um playboy do litoral...” (ROCHA, 1997, 463).⁶ É chocante que a admiração pelos militares venha contraposta à liberação dos corpos e da sexualidade, e também a menção leviana aos “bandeirantes da Transamazônica”, que os vincula aos massacres de indígenas em séculos anteriores. Isso mostra como, quase uma década após a realização de *Amazonas, Amazonas*, um filme que é cúmplice do projeto desenvolvimentista do governo, Glauber ainda tinha dificuldades de compreender a complexidade da Amazônia.

Filme de/a estrada

O filme *Iracema, uma transa amazônica*, de Jorge Bodanzky e Orlando Senna, inaugura uma nova forma de filmar a Amazônia e pensar sobre a região.



Bodanzky conta que decidiu fazer o filme em 1968, após passar uns dias na região da rodovia Belém-Brasília em função de um trabalho para a revista *Realidade*. A revista vinha publicando uma série de reportagens sobre a Amazônia que contribuíram para a mudança da imagem da região no imaginário brasileiro.⁷ Bodanzky viu uma quantidade imensa de caminhoneiros acompanhados de meninas de doze ou treze anos e decidiu fazer um filme que retratasse essa situação (MATTOS, 2006, 159), quer dizer, mostrasse as consequências dos projetos desenvolvimentistas para a região, incluindo a precariedade da infraestrutura, a desigualdade social e a prostituição.

Bodanzky e seu produtor Wolf Gauer levaram seis anos para levantar dinheiro para o projeto e, quando estavam prontos para filmar, em 1974, a construção da Transamazônica havia começado.⁸ Portanto, cada vez que foi à Amazônia, Bodanzky pode repensar o projeto e presenciar as transformações da região, que foram incorporadas em seu filme. *Iracema* foi uma tentativa deliberada de criar um contraponto à narrativa oficial sobre a ocupação da Amazônia, rara à época (MATTOS, 2006, 162). Não é que não houvesse visões alternativas; a própria *Realidade* se dedicou a entender e divulgar as complexidades da Amazônia, e obviamente os povos indígenas da região apresentavam outras versões sobre a floresta e suas cosmologias.⁹ Mas tais iniciativas, na política como nas artes, destoavam do consenso desenvolvimentista da época, urdido principalmente nas metrópoles, que via a região como um obstáculo ao progresso nacional (BEDRAN, 2020a).

Um enredo solto dá o fio do “documentário-ficção.”¹⁰ A jovem Iracema deixa sua comunidade ribeirinha rumo a Belém do Pará e, durante as celebrações do Círio do Nazaré, conhece o caminhoneiro gaúcho Tião. Os dois seguem viagem pela Transamazônica, parando em postos de gasolina, bordéis, comunidades da beira da estrada e locais de extração ilegal de madeira. Eventualmente, Tião abandona Iracema num bordel, e ela continua sua jornada sozinha, de forma cada vez mais precária. O enredo, segundo Bodanzky, era apenas uma desculpa para mostrar, de forma realista, as consequências do projeto estatal de integração e desenvolvimento da Amazônia (MATTOS, 2006, 160). Realismo, para Bodanzky, significava encontrar um registro que pudesse mostrar, com distanciamento crítico, a falsidade do discurso oficial. As tomadas documentais são costuradas pelo uso de cenas ficcionais.

Apesar da insistência no realismo, o enredo e o título trazem à mente o romance de José de Alencar: *Iracema: lenda do Ceará* (1865). Como o subtítulo aponta, a obra apela a elementos mitológicos e maravilhosos para narrar, de



forma alegórica, a formação da nação brasileira. Ela conta a história de amor entre uma indígena Tabajara e o português Martim Soares Moreno. Juntos, têm um filho, Moacir, cujo nome Tupi significa “filho do sofrimento” e, pouco depois, Iracema morre. Este clássico da literatura brasileira foi interpretado como uma ficção de fundação, quer dizer, um texto que apela a ideais românticos de nação e é lido e ensinado de forma tão abrangente que passa a representar uma ideia de nacionalidade (SOMMER, 1991). Prova de seu lugar no imaginário brasileiro, *Iracema* foi adaptado inúmeras vezes para o cinema, cordel, teatro e até quadrinhos. Ainda que não seja propriamente uma adaptação do livro, o filme de Bodanzky também explora o encontro entre um homem branco e uma mulher indígena, que termina em desgraça para ela. Curiosamente, Bodanzky diz que não nomeou seu personagem por causa do romance de Alencar nem porque o nome é um anagrama de América, mas porque era um nome comum na Amazônia (MATOS, 2006, 160).¹¹ Esse fato mostra o alcance das ficções de fundação; inúmeras crianças nascidas no Brasil receberam os nomes dos “índios artificiais” de Alencar (SOMMER, 1991, 141).

É quase consensual a interpretação do filme como alegoria da nação brasileira sob a ditadura. Ismail Xavier, autor da leitura seminal sobre a obra, argumenta que enquanto o romance de Alencar mitifica e celebra a construção da nação, o filme de Bodanzky é uma alegoria de sua crise (XAVIER, 1997, 235–60). A discussão situa o filme no cinema político dos anos 1960 e 1970, uma produção que, segundo ele engaja, com diferentes sentidos da alegoria, e os transforma. À época, a importância da questão nacional nos debates culturais fazia da alegoria uma forma ideal para as tentativas de totalização – de dar sentido às grandes narrativas. Os cineastas do período, e Glauber Rocha em particular, propõem e problematizam leituras alegóricas da nação. Não se trata aqui de contestar esta leitura, mas de propor outras formas de pensar o filme que foram menos discutidas.

Iracema difere do cinema de Glauber e também dos cinejornais pelo uso de técnicas comuns tanto ao cinema direto quanto ao *cinéma vérité*, ou seja, estratégias documentais de abordar o real desenvolvidas a princípio nos Estados Unidos e na França nos anos 1960, a partir da observação direta ou da intervenção e improviso do cineasta para catapultar a revelação de uma outra camada da realidade sem que fosse necessário recorrer à narração em voz over. Como disse José Carlos Avellar, a linguagem do cinema direto, com seu foco no cotidiano e nos detalhes mundanos, contrasta com a monumentalidade que caracteriza tanto a linguagem audiovisual dos cinejornais quando a linguagem alegórica



característica de muitos filmes do Cinema Novo que ficaram associadas ao imaginário do Nordeste brasileiro (AVELLAR, 1995, 334).¹² Bodanzky combina muitas tomadas de observação com outras mais participativas. Isso não se dá apenas pela presença sentida de sua câmera, mas também – e principalmente – pela atuação de Paulo Cesar Pereiro como Tião.

Assim, para dar conta da “magia do desenvolvimento”, Bodanzky apela a uma forma híbrida. O enredo ficcional retoma a alegoria de Alencar, revelando seu teor colonial, e o desconstrói a partir de um duplo movimento. Por um lado, a atuação de Pereiro, baseada na noção de distanciamento proposta pela teoria do teatro de Brecht, gera uma contradição interna no discurso oficial sobre a Amazônia, que a personagem Tião encarna. Por outro, esta perspectiva é submetida a diferentes vozes que vêm do encontro documental.

Tião Brasil Grande, como seu apelido sugere, é um personagem identificado com discursos nacionalistas e desenvolvimentistas. Pereiro vocaliza slogans e jingles das propagandas oficiais, que também vemos nos adesivos colados em seu caminhão: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “do destino ninguém foge” e “do jeito que as coisas vão, nem as matas são virgens”. Como se pode inferir pelas palavras de ordem, a visão do regime autoritário é determinista, teleológica e sexista. A trilha sonora, selecionada de fitas cassetes e discos que Bodanzky comprou durante a filmagem na Amazônia, também ecoa o discurso oficial. A canção “Transamazônica”, interpretada por Divando e Divanito, reitera a crença que a ocupação da Amazônia traria prosperidade.¹³

Quero conhecer a Transamazônica, a grande tônica da evolução
Quero enxergar a grande floresta, transformada em festa para o meu irmão
Alô, brasileiro de todo quadrante, chegou o instante da grande arrancada
Vamos desbravar, cultivando a terra
Quem canta não erra
A hora é chegada
Brasil mais Brasil para os brasileiros, povo ordeiro que aplaude de pé
A grande selva que era problema, hoje é o emblema de amor e fé
Brasil de Floriano, Rondon e Getúlio, tu és o orgulho de um povo feliz
Transamazônica é raça e bravura, pois ninguém segura o grande país

A canção endossa a ideia da rodovia como caminho para o progresso (“a grande tônica da evolução”), reforçando a lógica temporal do desenvolvimentismo



e combinando desenvolvimento (“a grande arrancada”) com religiosidade (“emblema de amor e fé”). A repetição do discurso oficial e sua duplicação em canções, adesivos, etc., além da reiteração nos diálogos de Pereio, que chama atenção para sua própria teatralidade, acaba esvaziando seu significado.

Por outro lado, ele também provoca as pessoas com as quais interage. Quando encontra os madeireiros na estrada, Pereio passa um bom tempo bebendo e jogando conversa fora com eles, até que se abram sobre questões como desmatamento, grilagem de terra e trabalho escravo.¹⁴ Assim, o enredo ficcional incorpora as vozes dos amazônidas que estavam experimentando na própria pele os efeitos do progresso, complicando os discursos desenvolvimentistas repetidos à exaustão. Como sugere Ana Paula Pacheco, o filme é uma crítica documental ao mito do desenvolvimento, revelando a ficção ideológica que sustenta o discurso de progresso do governo (PACHECO, 2016, 153).

Boa parte do filme gira em torno da estrada e, quero sugerir, joga com as convenções do *road movie*, ou filme de estrada, para criticar o consenso desenvolvimentista de modo geral e as políticas da ditadura para a Amazônia em particular. A partir dos anos 1950, a construção de estradas tornou-se o alicerce das políticas desenvolvimentistas, e a indústria automobilística passou a ter papel fundamental neste processo (ALEXANDER, 1991). Estas políticas vieram na esteira da nacionalização da exploração do petróleo decretada por Getúlio Vargas em 1953. Desde então, a questão da soberania nacional esteve intimamente relacionada à indústria petroleira em governos que ocupavam lugares diferentes do espectro político, o que mostra como o desenvolvimentismo depende, em larga medida, das infraestruturas do petróleo (LEMENAGER, 2014). Portanto, nenhum gênero poderia ser mais adequado para discutir o complexo de combustíveis fósseis do que o *road movie*.

O gênero se desenvolveu de forma diferente em muitas regiões, mas é geralmente associado à rebeldia e à crítica social, elementos que já estavam presentes no romance *On the road* (1957) de Jack Kerouac, do qual os filmes são tributários. Stephanie LeMenager mostrou como o *road novel*, ou romance de estrada, contribuiu tanto para a romantização da cultura do carro quanto para contracultura branca americana que abraçou a ecologia no fim dos anos 1960, de forma que resulta difícil imaginar mundos alternativos que não passem pela cultura do petróleo (LEMENAGER, 2014, 91–92). Na modernidade, segundo LeMenager (2014, 68), o petróleo se tornou “sinônimo do mundo”.¹⁵

Dois movimentos diferentes, mas relacionados, estruturam *Iracema*. Para Tião, a estrada é sinônimo de oportunidade, pois ele pode enriquecer com



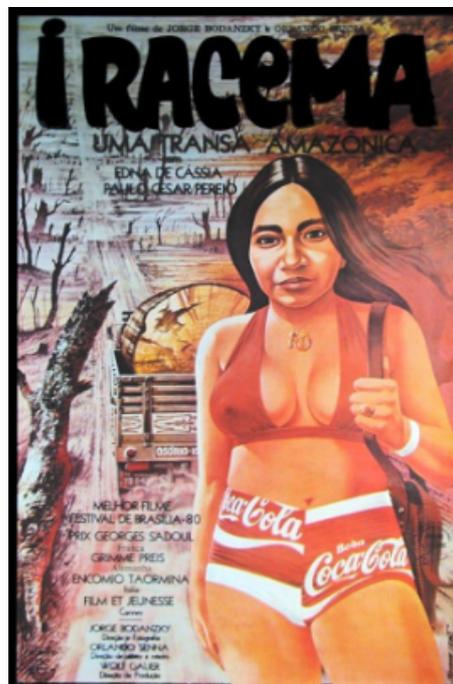
a exploração ilegal de recursos naturais. Essa liberdade de fazer o que bem entende não é, porém, uma ruptura com o status quo, como costuma acontecer nos *road movies*. Ao contrário, é, por um lado, uma reprodução da ideologia desenvolvimentista propagada pelo Estado e, por outro, uma forma de “tirar proveito” da negligência do governo. A ascensão social de Tião ao longo do filme é clara: ele começa como madeireiro e termina como dono de um caminhão de transporte de gado, que exige menos mão de obra e rende mais lucro. No final do filme, ele volta de sua viagem pela Amazônia com um caminhão carregado rumo ao Sul. Assim, a jornada de Tião coincide com a “grande arrancada” da música discutida acima. Para Iracema, porém, o caminho não leva a lugar nenhum. Planejando chegar a São Paulo, ela pede a Tião que a leve para a estrada, mas é abandonada por ele num bordel. Não está claro quanto ela percorreu da estrada quando o filme termina. Ela nunca chega ao sul do Brasil como queria, nem volta para Belém ou sua comunidade. Ela parece à deriva.

Iracema se recusa a “sossegar” quando uma senhora mais velha lhe oferece um trabalho “decente” como costureira, afirmando que seu “destino é correr mundo”. Sua declaração ecoa a avaliação de Jean Baudrillard sobre a cultura automobilística moderna, na qual “somente o movimento é a base de uma certa felicidade” (citado em LEMENAGER, 2014, 83), mas essa felicidade nunca chega para Iracema. Se os *road movies* costumam apontar para a promessa de mobilidade sem limites, exploração sensual de paisagens e encontros fortuitos, neste filme a abertura às contingências da vida leva Iracema a uma situação cada vez mais precária. E para além das adversidades do enredo ficcional, essa abertura às contingências que é fundamental para a forma do filme revela um tipo semelhante de precariedade decorrente do “desenvolvimentismo selvagem”. Ao passo que em *road movies* e *road novels* clássicos as beiras da estrada são lugares de afetos (LEMENAGER, 2014, 70), em *Iracema* são locais de desmatamento, incêndios florestais e trabalho precário.

A trajetória de Iracema também nos lembra que a liberdade de fluxo está ligada sobretudo à circulação de mercadorias. Como aponta Xavier, a própria Iracema torna-se uma mercadoria como a madeira ou o gado: como o gado, ela é transportada pelo caminhão de Tião e circula até que seu valor se esgote (XAVIER, 1981, 11). Essa leitura é reforçada pelo fato de Iracema usar um short com o logo da Coca-Cola durante boa parte do filme. Assim, o filme ao mesmo tempo revela a precariedade do capitalismo e abre espaço para a crítica ambiental.



Figuras 1 e 2 - Still de *Iracema* (esquerda) e poster (direita)



Fonte: Acervo Jorge Bodanzky / Instituto Moreira Salles

Ecologia política

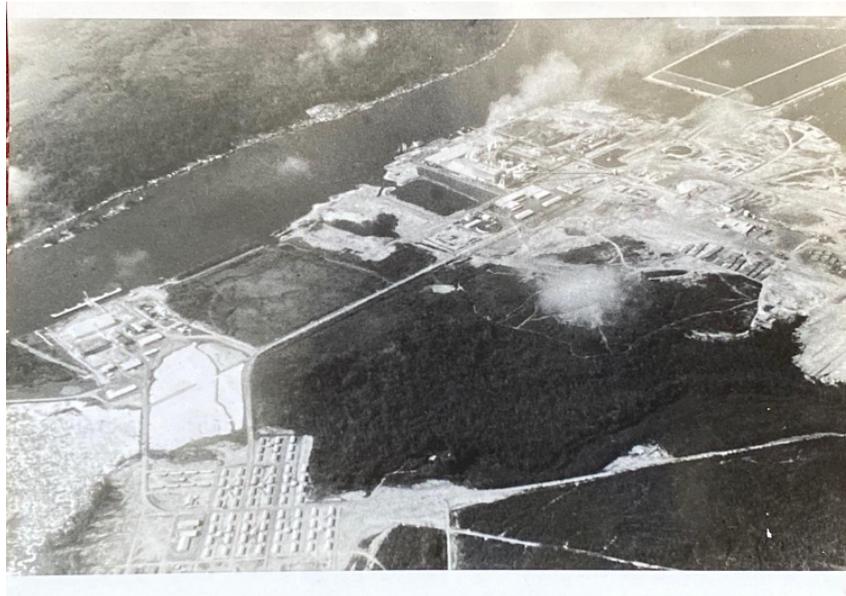
Jari continua a investigação de Bodanzky sobre as consequências do desenvolvimentismo e dos planos do governo de integrar a Amazônia. Mas apresenta argumentos ecológicos explícitos como contraponto à celebração acrítica do desenvolvimento. Codirigido e coproduzido com Wolf Gauer em 1979, o filme é uma extensa reportagem sobre o “império” secreto do empresário e bilionário americano Daniel K. Ludwig na Amazônia. Em 1967, Ludwig comprou e posteriormente desmatou 1,6 milhão de acres de terra na Amazônia para a produção de celulose. A fazenda de Ludwig ficava às margens do rio Jari, onde os estados do Pará e Amapá se encontram, ocupando um território equivalente à metade do da Holanda. O império de Ludwig, chamado Monte Dourado, incluía uma fábrica feita no Japão e transportada pelos oceanos e rios até a Amazônia, um assentamento para os trabalhadores e uma rede de estradas e ferrovias. A escala do projeto, além dos rígidos controles de acesso, levantou dúvidas sobre as intenções de Ludwig na Amazônia e preocupações sobre possíveis violações da soberania nacional. A esquerda alertava contra a tomada estrangeira da Amazônia, mas o pensamento ecológico era raro entre os políticos e a esquerda de modo geral, ainda que os militares apresentassem a proteção ambiental como

Marina Bedran
Projetando a Amazônia: desenvolvimentismo e ecologia
no cinema experimental brasileiro dos anos 1970



inimiga do progresso e a sociedade brasileira mostrasse interesse crescente em questões ecológicas.¹⁶ Glauber Rocha, por exemplo, teria acusado Bodanzky de ser um agente do imperialismo alemão e do Instituto Goethe.¹⁷

Figura 3 - Still de *Jari*



Fonte: Acervo Jorge Bodanzky / Instituto Moreira Salles

Em 1979, o parlamento iniciou procedimentos para investigar a devastação da floresta amazônica e suas implicações ecológicas e sociais. A CPI da Amazônia era presidida por Evandro Carreira, um excêntrico senador do estado do Amazonas. Ele e um grupo de políticos iriam ao Jari para fiscalizar o projeto, e Bodanzky e Gauer se propuseram a fazer um filme sobre a viagem. Eles viam em Ludwig uma espécie de Fitzcarraldo industrial (MATTOS, 2006, 217), o barão da borracha peruano do século 19 que, explorando a mão de obra indígena, desmontou e transportou um navio por uma montanha na Bacia Amazônica e, décadas depois, tornou-se o protagonista lunático de *Fitzcarraldo* (1982) do diretor alemão Werner Herzog. Carreira também era um personagem hiperbólico: loquaz e apaixonado tanto pela Amazônia quanto por suas próprias ideias controversas. Ele entrou em contato com Bodanzky porque tinha visto *Iracema* e estava interessado em mostrar algumas imagens do filme numa entrevista que daria à televisão Bandeirantes (MATTOS, 2006, 215). Seus pontos de vista sobre a Amazônia pareceram a Bodanzky utópicos, mas corajosos, e diferentes dos planos convencionais e oficiais para a região na época. Carreira era contra grandes empreendimentos multinacionais como

Marina Bedran
Projetando a Amazônia: desenvolvimentismo e ecologia
no cinema experimental brasileiro dos anos 1970



o Jari, mas também se opunha a qualquer megaprojeto brasileiro na região que não levasse em consideração sua biodiversidade.¹⁸

O documentário entrelaça imagens das audiências parlamentares, documentação do projeto Jari e diversas entrevistas com executivos e trabalhadores do Jari, políticos e o ambientalista José Lutzenberger. Nas audiências, os executivos apresentam o Jari como um projeto impecável e vantajoso para a economia brasileira. Um deles, entrevistado por Bodanzky, afirma que a tecnologia de criação de florestas homogêneas implementada pela empresa poderia ser usada em toda a Amazônia e que essas florestas são melhores para o meio ambiente do que as florestas nativas virgens porque seu solo seria mais rico e produziria mais oxigênio. Ele, claro, não mostra nenhuma evidência para apoiar suas afirmações. Aborda o tema da ecologia, mas apenas para afirmar que “não há conflito entre economia e ecologia no Projeto Jari”.

Alguns políticos ecoam o otimismo dos executivos em relação ao projeto, minimizando as preocupações com o desmatamento na Amazônia porque Jari estava desmatando menos do que o permitido por lei. Modesto da Silveira, advogado e deputado carioca, sintetiza o ponto de vista da esquerda nacionalista: criticou o projeto, alertando para os perigos da internacionalização da Amazônia, mas sua oposição desapareceria se fosse o capital nacional (de fato, como mostra um epílogo de 1982 ao filme, portanto após a venda do Jari para um consórcio de empresas brasileiras, Silveira suaviza suas críticas ao projeto, mas ainda tinha ressalvas quanto aos vínculos dessas empresas brasileiras com grupos multinacionais).

Por outro lado, tanto Lutzenberger quanto Carreira abraçaram o tipo de visão ecológica que era incomum à direita e à esquerda da época, mas que se tornaria cada vez mais importante na compreensão da Amazônia. Ambos destacam os problemas da monocultura em larga escala: como diz Carreira, “a floresta tem uma vocação heterogênea”. Lutzenberger critica como a tecnologia moderna se impõe à natureza em vez de tentar se adaptar a ela. Ele alerta para a destruição de um ecossistema cuja complexidade e “cibernética” ainda eram desconhecidas. Lutzenberger baseou-se em ideias do campo da economia ecológica e, em particular, no trabalho do norte-americano Herman Daly e do britânico Ernest Schumacher. Ele era um ambientalista respeitado e visionário, que Daly apresentou como a “Rachel Carson do Brasil” (PEREIRA, 2016, 11), mas sua obra não era muito conhecida no Brasil na época: a passagem de Bodanzky pela Alemanha voltou sua atenção para o ambientalismo e para Lutzenberger.¹⁹ Bodanzky diz que editou os filmes para que as visões de



Lutzenberger funcionassem como o fio narrativo.

Lutzenberger defende a preservação da Amazônia para os amazônidas, que viveram na região por séculos sem destruí-la, destacando a importância da maior floresta tropical do mundo para as gerações futuras “que necessariamente terão uma consciência ambiental”. Os comentários de Lutzenberger são importantes não apenas porque mostram uma posição que hoje é quase senso comum, mas também porque vão contra a ideia da Amazônia como um deserto verde, enfatizando a ocupação humana da região e levando em consideração as populações indígenas e caboclas, estas responsáveis pela maioria da mão de obra no Jari. Os trabalhadores entrevistados para o filme reclamam do salário, da alimentação, de doenças como malária e de castigos físicos, e dizem que os que se manifestaram foram mortos. Lutzenberger reforça a denúncia das condições de trabalho no Jari e compara os barracões a campos de concentração. Naquela época, havia poucas imagens do Jari disponíveis ao público, pois o acesso à usina era altamente controlado, e Ludwig raramente dava entrevistas, o que confere ao filme um caráter de denúncia. Este modo de abordar a questão ecológica prioriza questões que são importantes para o campo da justiça ambiental, que tem ganhado cada vez mais importância nos estudos sobre o meio-ambiente, sobretudo no Sul Global.

Jari não é um filme híbrido como *Iracema*, mas também experimenta com a linguagem cinematográfica. A edição justapõe argumentos diferentes e contraditórios sobre a Amazônia e o desenvolvimentismo, sem uma voz over para guiar o espectador. A trilha sonora foi feita por Marlui Miranda, compositora e cantora experimental que há décadas estuda a música indígena. Lutzenberger e Carreira são catalisadores de reflexões sobre a complexidade da Amazônia e, no caso do último, também de toda sorte de experimentação. Carreira se tornaria o protagonista do filme seguinte de Bodanzky e Gauer, *Terceiro Milênio* (1980), que, apesar de ser um documentário no sentido mais tradicional do termo, beira o registro ficcional porque cede espaço à imaginação de seu personagem. Ao mesmo tempo, o filme não deixa de apontar os limites de soluções mirabolantes para a Amazônia sem que se confronte as heranças do patriarcado e do messianismo (BEDRAN, 2020b).

Por serem nuançados e abertos, tanto *Iracema* quanto *Jari* tiveram uma recepção variada e muitas vezes contraditória. Assim como *Iracema*, *Jari* expõe relatos fabulares de desenvolvimento a um confronto com diferentes pontos de vista. Fica claro que o governo estava alinhado com o projeto do Jari e, portanto, com o capital estrangeiro, apesar de seu discurso nacionalista.

Surpreendentemente, a avaliação do censor concluiu que o filme era recomendado a “todos os brasileiros, no intuito de tomada de conscientização para um maior patriotismo contra as sornateiras investidas do capital estrangeiro”. Foi considerado pedagógico e apto para ser ministrado nas aulas de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB).²⁰ No entanto, um telegrama do mesmo período revela que funcionários do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) participaram de uma exibição do filme em Manaus e sabiam que ele poderia gerar debates acalorados, mas desaconselharam a apreensão do filme para evitar a cobertura da imprensa.²¹

Jari circulou principalmente nos circuitos alternativos. Seu formato – um documentário de média duração e baixo orçamento filmado em 16 mm – não era adequado para exibição teatral e tampouco para a televisão. Enquanto o filme anterior de Bodanzky e Gauer, o longa de ficção *Os Mucker* (1978), fora distribuído pela Embrafilme, estatal criada em 1969 para produzir e distribuir filmes brasileiros, *Jari* ficara a cargo da distribuidora independente Dinafilm e fora exibido principalmente em cineclubes, universidades, sindicatos, e reuniões do Movimento de Defesa da Amazônia. Nesses locais, gerou debates sobre diversos temas, como exploração de recursos naturais e mão de obra, questões indígenas, industrialização e internacionalização da Amazônia. Também foi exibido no Senado e na Escola Superior de Guerra, e tanto Evandro Carreira quanto Modesto da Silveira usaram o filme em suas campanhas políticas. Para Bodanzky, o filme era “uma arma política”, então quanto mais circulasse melhor. Pelos seus cálculos, cerca de duzentas mil pessoas assistiram *Jari* numa época em que a TV “ignorava a realidade brasileira” (MATTOS, 2006, 221).

Figuras 4 e 5 - Posters



Fonte: Acervo Jorge Bodanzky / Instituto Moreira Salles



No caso de *Iracema*, foi inicialmente sua forma, mais do que a temática, que interessou aos produtores.²² O filme estreou na Alemanha em fevereiro de 1975, transmitido pela ZDF, e começou a circular amplamente na Europa, onde o público estava cada vez mais engajado com as questões ambientais, ganhando vários prêmios.²³ Um órgão do governo alemão comprou cem cópias do filme para distribuir nas escolas, e cada exibição gerava debates acalorados sobre desmatamento, queimadas e o avanço da agropecuária na Amazônia (MATTOS, 2006, 189). No Brasil, os censores tentaram proibir o filme, que foi exibido primeiro na clandestinidade, depois em circuitos alternativos. Somente em 1980 ele pode ser exibido legalmente no país por ocasião do Festival de Brasília, onde ganhou diversos prêmios. No ano seguinte foi lançado no circuito comercial. Os censores escreveram análises surpreendentemente cuidadosas do filme, mostrando preocupação com seu potencial de prejudicar a imagem da ditadura.²⁴

Se os estudos sobre *Iracema* se concentraram principalmente em sua linguagem experimental (XAVIER, 1981, 1990, 1997; AVELLAR, 1995; FURTADO, 2013), gostaria de enfatizar que essa forma inovadora deve ser considerada em relação a uma forma igualmente nova de abordar questões ecológicas. É revelador que o filme atinja o público como um retrato do momento atual, quando há recorde de desmatamento na Amazônia, resultado em grande parte do governo de Jair Bolsonaro e à luz da crise climática global.²⁵

Os pulmões em chamas do planeta: a viralização da ecologia

Segundo depoimentos de Bodanzky, as imagens de uma queimada na floresta, filmadas quase por acaso, foram as que mais chamaram a atenção do público. Ele conta que viu tantas queimadas na região que quase não atinou por filmá-las. Fora dali, no entanto, a imagem da floresta em chamas não era familiar como se tornou hoje. Um dia, um pouco intuitivamente, quando seguia com a equipe pela Rodovia Belém-Brasília rumo a Marabá, onde começa a Transamazônica, resolveu sentar-se na porta do caminhão e ligar a câmera. A sequência de aproximadamente um minuto (00:42:07-00:43:00) quase não entrou no corte final, mas acabou sendo o momento de maior impacto do filme nas audiências da Europa. As cenas do fogo foram incluídas em inúmeros programas de televisão para ilustrar notícias sobre degradação ambiental, e Bodanzky perdeu a conta de quantos pedidos para usar suas imagens ele recebeu. A imagem da floresta em chamas viralizou, por assim dizer.²⁶



Figura 6 - Stills de *Iracema* (sequência da queimada)



Marina Bedran
Projetando a Amazônia: desenvolvimentismo e ecologia
no cinema experimental brasileiro dos anos 1970

Em 1974, no mesmo ano em que *Iracema* foi rodado, a Volkswagen do Brasil divulgava o desmatamento da floresta amazônica como sinal de progresso e vitória humana sobre a natureza. O comitê de imprensa da VWB anunciou que a empresa havia queimado 4.000 hectares da floresta amazônica em poucos meses, “um recorde nunca igualado” até aquele momento (ACKER, 2017, 116). Inicialmente, o chefe da Secretaria do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, desconsiderou a magnitude do incêndio provocado pela VW na mata.²⁷ No entanto, cinco meses depois, o satélite Skylab da NASA detectou no sudeste da Amazônia “uma malfetoria de intensidade e extensão semelhantes às de um vulcão em erupção” (ACKER, 2017, 121–22).

Mais tarde, descobriu-se que o incêndio se estendera por uma área de cerca de 25.000 quilômetros quadrados entre várias fazendas de gado, dos quais 9.383 hectares estavam situados na propriedade da VW. A notícia se espalhou, e escalou no caminho: em 1976, o geneticista Warwick Estevão Kerr, presidente honorário da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e diretor do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), acusou a VW de ter queimado um milhão de hectares de floresta. O paisagista Burle Marx repetiu essa informação distorcida em seu depoimento ao Senado Federal em junho de 1976, afirmando com exagero que a VW havia produzido “o maior incêndio da história do planeta”, ao mesmo tempo em que chamava a atenção para o uso crescente do agente laranja nos ranchos da Amazônia (ACKER, 2017, 122).

Em 1976, uma CPI foi instalada para investigar o incêndio da Volkswagen. O acontecimento infame foi usado em diversas campanhas em defesa da



Amazônia, e acabou se tornando uma referência para o movimento ambientalista brasileiro. Ele politizou o debate sobre o manejo florestal no Brasil e gerou ampla cobertura na mídia, o que contribuiu para a conscientização sobre o desmatamento. Em última análise, ele transformou o próprio discurso do governo sobre a colonização da Amazônia e o consenso desenvolvimentista (ACKER, 2017, 149). O caso também teve forte repercussão internacional. Entre 1979 e 1980, foi abordado no Bundestag alemão e no Parlamento Europeu, bem como em publicações na Inglaterra e no Japão (ACKER, 2017, 148). Como mostra Antoine Acker, outro escândalo envolvendo a VWB em 1983, desta vez revelando que a empresa fazia uso de trabalho escravo, despertou protestos transnacionais, condenações e intervenções em defesa das populações da floresta e do meio ambiente. Naqueles anos, com a mudança global de um consenso desenvolvimentista para uma consciência socioambiental, a imagem da Amazônia também mudou – ela deixou de ser o “celeiro do mundo”, uma imagem calcada nas atividades extrativistas e potencial de lucro construída por governos e empresas multinacionais sobretudo a partir do pós-guerra, para se tornar seus “pulmões em chamas” (ACKER, 2017, 4).²⁸ *Iracema* e os filmes seguintes de Bodanzky são certamente resultado dessa mudança global e da importância crescente da ecologia, mas, quero sugerir, também contribuíram para ela. A sequência da queimada no filme é um exemplo. Ela “viralizou” antes mesmo de a imagem da Amazônia como os “pulmões em chamas do mundo” se tornar parte do discurso dominante.²⁹

Vista hoje, a sequência do fogo adquire outro peso, pois nos parece demasiadamente familiar. Com a mudança climática, os incêndios florestais são cada vez mais frequentes, da Amazônia à Califórnia, da Grécia a Portugal. Tornaram-se um símbolo do que muitos estudiosos afirmam definir uma nova era geológica, o Antropoceno, termo cunhado pelo químico atmosférico Paul Crutzen e pelo ecologista Eugene Stoermer em 2000. Nas florestas tropicais, porém, os incêndios florestais são raros devido à alta umidade e copas densas das árvores. Na Amazônia brasileira, as queimadas são quase sempre antrópicas e aumentaram significativamente desde a década de 1970, com o uso do fogo para limpar a terra para agricultura ou pecuária. Com a fragmentação das florestas na região, secas cada vez mais frequentes e temperaturas mais altas decorrentes das mudanças climáticas globais, a Amazônia está se tornando cada vez mais suscetível ao fogo. Segundo cientistas, a Amazônia poderia se adaptar às mudanças climáticas se as áreas desabitadas fossem preservadas (COCHRANE e BARBER, 2009). Ao contrário, enquanto o desmatamento



caiu significativamente entre 2004 e 2014, desde 2016 voltou a aumentar exponencialmente.³⁰ Em uma reviravolta um tanto surreal, em agosto de 2019, ano em que os incêndios florestais atingiram o pico de nove anos, proprietários de terras e pecuaristas na cidade amazônica ironicamente chamada de Novo Progresso planejaram um “Dia do Fogo”. Encorajados pelas opiniões do então presidente Jair Bolsonaro, proprietários de terras, pecuaristas e madeireiros em toda a Amazônia iniciaram incêndios na floresta. Chamas maciças e fumaça viraram notícia em todo o mundo e as políticas ambientais do governo, ou a falta delas, foram amplamente condenadas.

No filme de Bodanzky, a floresta em chamas é índice e metonímia da história recente da ocupação da Amazônia e os diversos projetos de desenvolvimento da região. Embora a sequência do incêndio seja coerente com os propósitos documentais do filme, não há muito contexto ou explicação para ela. Quando Tião e Iracema se aproximam da Transamazônica, uma nuvem de gás carbônico se desprende, a ponto de quase engolir o caminhão. Em alguns pontos, podemos ver chamas queimando a vegetação. Após um minuto, a nuvem e as chamas ficam mais pesadas, e então desaparecem e o filme continua, sem nenhuma referência a essa sequência. Um pouco mais tarde (1:10:05–1:10:20) a queimada volta a aparecer, apenas por um breve momento, numa sequência em uma fazenda de gado. Desta vez, as chamas são mais intensas e a cena está fora da diegese.

Figura 7 - Stills de Iracema



A súbita irrupção e repetição da cena do incêndio interrompe a diegese e cria uma sensação de estranheza (*uncanny*). O termo *uncanny* tem sido empregado por autores que discutem questões estéticas à luz da crise climática, como, por exemplo, Amitav Ghosh e Timothy Morton. Segundo eles, com a mudança climática, fenômenos “extremamente familiares” do mundo natural como incêndios, manchas de óleo ou tornados adquirem um tom de “ameaça e incerteza” (George Marshall citado em GHOSH, 2016, 30). Como argumenta Ghosh, tais encontros com o *uncanny* nos fazem reconhecer a presença e a proximidade do mundo natural do qual a humanidade se afastou; eles levam a uma atenção renovada ao mundo natural, levantando questões sobre ontologia



e agência. Na irrupção repentina do fogo, é como se a natureza de repente ganhasse vida, lembrando-nos de sua presença onipresente e alto grau de improbabilidade ou excepcionalidade que contraria não apenas o senso comum, mas também a ciência moderna, que se baseia na noção de estabilidade.³¹ A sequência da queimada em *Iracema* nos parece *uncanny* porque é ao mesmo tempo familiar e ameaçadora. Ela é *estranhamente familiar* para quem está a par das discussões estéticas sobre o antropoceno ou assiste aos “dias do fogo”. Não se trata, no entanto, de ver ali um presságio da crise climática contemporânea, mas sim a história dos modos de usar e pensar a Amazônia que nos permite (re) avaliar nosso presente.

Referências

ACKER, Antoine. *Volkswagen in the Amazon: The Tragedy of Global Development in Modern Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

ALEXANDER, Robert J. *Juscelino Kubitschek and the Development of Brazil*. Athens: Ohio University Center for International Studies, 1991.

AVELLAR, José Carlos. “Seeing, Hearing, Filming: Notes on the Brazilian Documentary.” In: JOHNSON, Randal e STAM, Robert (orgs.). *Brazilian Cinema*. New York: Columbia University Press, 1995.

BEDRAN, Marina. “Iracema 1865/1974.” “Ecologia e (In)Giustizia in Brasile”, *Letterature d’America*, no. 170, 2018, pp. 21–42.

BEDRAN, Marina. *A Turn to Amazonia: Experimental Art, Indigeneity, and the Rise of Political Ecology in Brazil*. 2020. Tese (Doutorado em Espanhol e Português) –Universidade de Princeton, Princeton, NJ, 2020a.

BEDRAN, Marina. “Terceiro milênio: o recado amazônico de Jorge Bodanzky”, *Revista Rosa*, v. 2, no. 2, 2020b.

BRANDELLERO, Sara, ed. *Brazilian Road Movie: Journeys of (Self) Discovery*. Cardiff: University of Wales Press, 2013.

CARVAJAL, Gaspar de, ROJAS, Alonso de, e ACUÑA, Cristóbal de. *Descobrimientos do Rio Amazonas*. São Paulo–Rio de Janeiro–Recife–Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.



CONDE, Maite. *Foundational Films: Early Cinema and Modernity in Brazil*. Oakland: University of California Press, 2018.

COCHRANE, Mark A., e BARBER Christopher P. "Climate Change, Human Land Use and Future Fires in the Amazon." *Global Change Biology* 15 (2009): 601–12.

FURTADO, Gustavo Procopio. "The Borders of Sense: Revisiting Iracema, Uma Transa Amazônica (1974)." *Journal of Latin American Cultural Studies* 22, no. 4 (2013): 399–415. <https://doi.org/10.1080/13569325.2013.840276>.

GHOSH, Amitav. *The Great Derangement: Climate Change and the Unthinkable*. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

GREEN, James N., LANGLAND, Victoria, e SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs). *The Brazil Reader: History, Culture, Politics*. Durham, NC: Duke University Press, 2019

GUZMÁN, Tracy Devine. *Native and National in Brazil: Indigeneity after Independence*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2013.

HOCHSTETLER, Kathryn, e KECK, Margaret E. *Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society*. Durham, NC: Duke University Press, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LEMENAGER, Stephanie. *Living Oil: Petroleum Culture in the American Century*. New York: Oxford University Press, 2014.

LUTZENBERGER, José A. *Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1977.

MATTOS, Carlos Alberto. *Jorge Bodanzky: O Homem com a câmera*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

MENDONÇA, Rosiel do Nascimento. *Amazônia de Glauber Rocha: Uma análise do documentário 'Amazonas, Amazonas.'* 2018. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

PACHECO, Ana Paula. "Iracema, uma transa amazônica: road movie de um ex-país interrompido." *Peixe-Elétrico*, no. 5, 2016.

PEREIRA, Elenita Malta. "A Economia como um capítulo da Ecologia: A Economia ecológica no pensamento do ambientalista José Lutzenberger." *Diálogos*



Latinoamericanos 25 (2016): 5–18.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia brasileira e a cobiça internacional*. Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021.

ROCHA, Glauber. *Cartas ao mundo*, (org.) Ivana Bentes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROCHA, Glauber. *On Cinema*, (org.) Ismail Xavier. Londres: I.B. Tauris, 2017.

SLATER, Candace. *Entangled Edens: Visions of the Amazon*. Berkeley: University of California Press, 2002.

SOMMER, Doris. *Foundational Fictions: The National Romances of Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1991.

VENTURA, Tereza. *A poética polytica de Glauber Rocha*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Funarte, 2000.

WEBER, Max. “Science as Vocation.” *Daedalus*, Science and the Modern World View, 87, no. 1 (1958): 111–34.

XAVIER, Ismail. *Allegories of Underdevelopment: Aesthetics and Politics in Modern Brazilian Cinema*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

———. “Iracema: Transcending Cinéma Vérité.” In: BURTON, Julianne (org.) *The Social Documentary in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1990, 361–71.

———. “O Cinema Verdade Vai Ao Teatro. Palco: Transamazônica.” BODANZKY, Jorge e Orlando Senna. *Iracema, uma transa amazônica*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2015, DVD.

Notas

¹Doutorado em Espanhol e Português pela Universidade de Princeton. Professora da Universidade de Johns Hopkins. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6590-2043>.

²Ver, por exemplo, *A Transamazônica* (1970), *Transamazônica: O caminho do homem* (1971), *A integração da Amazônia* (1974) e *A Transamazônica* (1978). Os cinejornais consultados fazem parte do acervo da Agência Nacional sediado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Parte deste material foi digitalizado e pode ser acessado no portal Zappiens.br.

³Glauber tinha uma relação conturbada com os militares. *Deus e o diabo* estreou poucos meses depois do golpe militar e foi banido. Depois do sucesso em Cannes, foi lançado



com restrições. Glauber foi preso em novembro de 1965 e passou quinze dias na prisão por participar de uma manifestação contra o governo no Rio de Janeiro. Foi para Manaus em 14 de dezembro de 1965. Para uma história detalhada da política de Glauber, ver VENTURA, 2000.

⁴A viagem foi iniciada na nascente peruana do rio em 1541 e terminou no Atlântico 8 meses depois. Para mais detalhes, ver CARVAJAL, 1941.

⁵Disponível em <http://www.zappiens.br:80/videos/cgiF267Fu38fYV5X8zsY07YVhRq3Byb0WUuqmLT-Z6FzHQ.FLV>.

⁶A carta foi enviada de Roma para João Carlos Rodrigues. A polêmica declaração de apoio à ditadura foi publicada na revista *Visão*, v. 44, n. 5, em 11 de março de 1974, disponível em <https://www.acervovladimirherzog.org.br/documento.php?cod=64278&t=&r=69,206>.

⁷*Realidade* foi publicada pela Editora Abril de 1966 a 1976. Em outubro de 1971, dedicou um número inteiro à Amazônia, ganhando o prêmio Esso de melhor contribuição à imprensa.

⁸Cada vez que Bodanzky foi à Amazônia entre 1968 e 1974, pode repensar o projeto e presenciar as transformações da região, que foram incorporadas em seu filme.

⁹Apesar de ceder espaço aos militares e outros que defendiam os planos de integração da Amazônia, várias matérias ressaltavam a importância do bioma amazônico e sua biodiversidade, além dos riscos causados pelo desmatamento e a ocupação do território com monocultura e gado. Apenas onze páginas foram dedicadas aos povos indígenas da Amazônia, já que a questão era altamente sensível durante a ditadura. A reportagem “A última chance dos últimos guerreiros” chama a atenção para a história da violência contra os indígenas desde os tempos coloniais, discutindo também o Relatório Figueiredo de 1968, o fechamento do SPI e a criação da FUNAI. Traz também fotos de Claudia Andujar dos Yanomami do alto rio Negro, onde logo começaria a construção da Rodovia Perimetral Norte (BR-210).

¹⁰O termo foi utilizado desde o início por Bodanzky e Hermano Penna, seu colaborador no primeiro rascunho do projeto (MATTOS, 2006, 159). Mais tarde, Orlando Senna foi convidado para escrever o roteiro, tornando-se codiretor.

¹¹O médico, político e homem de letras Afrânio Peixoto foi o primeiro a notar que “Iracema” é um anagrama de “América”. Para uma leitura do filme em relação ao romance de Alencar, ver BEDRAN, 2018.

¹²Como argumenta Ismail Xavier, a alegoria é uma forma conveniente para driblar a censura, mas seria redutor terminar a análise do uso amplo da alegoria do período como reação à ditadura civil-militar. Segundo ele, é preciso também entendê-la como uma escolha estética que se enquadra em um determinado *zeitgeist* (XAVIER, 1997).

¹³“Transamazônica” foi composta por João de Deus e Divanito lançada no álbum *Facão do Cristiano*, de 1975, e reunida em *Vozes e violas do sertão*, de 1976.

¹⁴Ver o testemunho de Bodanzky no bônus do DVD.

¹⁵Entre 1973 e 1976, Bodanzky também filmou o complexo industrial do ABC paulista, a região que mais rápido se industrializava no mundo, para o Institut für Film und Bild in



Wissenschaft und Unterricht, braço pedagógico do governo alemão. *Industriearbeiter in Deutschland – Industriearbeiter in Brasilien* (1974), codirigido com P. Braune e Wolf Gauer, acompanha dois trabalhadores da Volkswagen, um em Wolfsburg, Alemanha (onde a VW foi fundada), e outro em São Bernardo do Campo, no ABC. *Progresso ou Desenvolvimento?* (1975) aborda a relação entre a Alemanha e o Brasil e os investimentos estrangeiros no Terceiro Mundo. Na época, a enorme fazenda de gado da própria VW na Amazônia teve consequências ambientais e sociais significativas na região. Embora o filme não abordasse esse projeto em particular, Bodanzky estava interessado em documentar as consequências do desenvolvimento na Amazônia, como mostra *Iracema*. Na verdade, algumas das mesmas filmagens foram usadas tanto em *Progresso ou Desenvolvimento?* quanto em *Iracema*.

¹⁶Na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, os delegados brasileiros argumentaram que “políticas ambientais não devem desacelerar a marcha dos países em desenvolvimento em direção à industrialização” (ACKER, 2017, 114). Quando o vigésimo sétimo Congresso de Ciência ocorreu em Belo Horizonte em 1975, houve uma ampla cobertura da mídia, prova de uma “virada ambiental global” (ACKER, 2017, 117). No entanto, como Hochstetler e Keck (2007, 89) mostraram, a esquerda brasileira era muito conservadora em termos de ideias ecológicas, feminismo etc., mesmo durante a transição para a democracia.

¹⁷Entrevista a Antônio Abujamra no programa Provoações, TV Cultura, 21 de agosto de 2016.

¹⁸Em seu livro *O Recado amazônico* (1975), Carreira propõe uma forma de desenvolvimento mais adequada à floresta, como o cultivo e extração de castanha-do-pará, piscicultura e energia solar ao invés de fazendas de gado, grandes plantações de monoculturas e hidrelétricas.

¹⁹Comunicação pessoal, 2020.

²⁰Parecer 5690/80, Brasília, 27 de novembro, 1980. Departamento de Polícia Federal, Divisão de Censura de Diversões Públicas, Serviço Nacional de Informação (SNI). BR DFANBSB NS.CPR.CIN.FIL.27884.

²¹Serviço Nacional de Informação (SNI). BR DFANBSB NS.CPR.CIN.FIL.27884.

²²*Iracema* foi produzido pelo Kleine Fernsehspiel, programa da ZDF dirigido por Eckart Stein que acomodava projetos experimentais. Vários cineastas ligados ao chamado Novo Cinema alemão, como Werner Herzog e Wim Wenders, iniciaram suas carreiras no Kleine Fernsehspiel. Numa viagem preliminar à região de Marabá, Bodanzky fez algumas fotografias e filmou em Super 8. Esse material interessou a ZDF, que concordou em produzir o filme (MATTOS, 2006, 164–5).

²³Entre outros, a categoria Prata do Adolf Grimme Award na Alemanha e o Georges Sadoul in France (MATTOS, 2006, 189).

²⁴A versão oficial para banir o filme era que ele foi produzido na Alemanha e, portanto, não poderia ser classificado como filme nacional. Os filmes nacionais precisavam ter um certificado de “produto brasileiro”, caso contrário não poderiam ser exibidos. Os arquivos do Serviço Nacional de Informação de Brasília contêm muitos pedidos dos diretores e produtores para liberar *Iracema*, e outras tantas negativas (comunicação pessoal, 2020).



²⁵Segundo Bodanzky, é principalmente o público jovem que se impressiona com a atualidade de *Iracema* (Comunicação pessoal, 2020).

²⁶Na Europa, o filme foi distribuído às vezes sem o conhecimento do diretor e do produtor e, sobretudo no leste europeu, circularam muitas cópias piratas do filme (MATTOS, 2006, 190). Mais recentemente, a sequência também foi incluída em longas-metragens brasileiros, como *Serras da desordem* (2006), de Andrea Tonacci, *Cinema Novo* (2016) e *Edna* (2021) de Eryk Rocha.

²⁷A Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) fora criada em 1973 para contrabalançar a posição intransigente do Brasil na Conferência de Estocolmo. O naturalista Paulo Nogueira Neto foi um dos fundadores da FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza) e era amigo do CEO da VWB, Wolfgang Sauer. Ele definiu seus esforços para regular a poluição da água e do ar como uma discreta “guerrilha ambiental” (ACKER, 2017, 121).

²⁸Apesar de sabermos hoje que essa visão da Amazônia como o pulmão do mundo é falsa, ela ainda é muito frequente em discursos ambientais e principalmente na condenação ao desmatamento.

²⁹Em 1984, Adrian Cowell dirigiu um episódio sobre incêndios florestais na Amazônia para sua série *Decade of Destruction*. Narrado por Lutzenberger, o filme teve grande impacto no público de todo o mundo.

³⁰Para os números mais recentes sobre o desmatamento na Amazônia e sua evolução histórica, ver <https://amazon.org.br/>.

³¹Como Ghosh observou, tanto a arte quanto a ciência moderna se baseavam na noção de que a natureza é estável e uniforme e toda mudança é gradual. As ciências naturais vitorianas (a geologia de Charles Lyell, por exemplo) dependiam de um princípio de uniformidade e tinham, por sua vez, afinidades com a economia política clássica, que supõe um mundo natural fundamentalmente estável e benigno. Essa idealização do ambiente, sugere Ghosh, é consequência da pequena variabilidade de temperatura e dióxido de carbono durante o Holoceno (GHOSH, 2016, 21–22).

Introduction - "Narratives of the Global South"

Introdução - "Narrativas do Sul Global"

Ulrich Mücke¹



The four articles of the dossier are the product of the research group “World Order Narratives of the Global South”, located at the University of Hamburg and the German Institute for Global and Area Studies (Hamburg). It may therefore be helpful to discuss the four terms of the group's name: World Order, Narratives, Global, and Global South.

To start with “world order”, it is important to underline that this is not an analytical concept. It is impossible to study the world order in the singular because it is completely unclear to what this order refers to. It could be the political order of independent nation-states in the twentieth and twenty-first centuries after the disintegration of colonial rule first in the nineteenth and second in the twentieth century. In this case, the world order would be the sum of the treaties and conventions signed by the nation-states and one could study the content of these treaties and conventions and the extent to which they regulate power politics between the states. But, of course, this would be a very specific state and law-centered idea of the concept of world order. Other ways of researching world order could focus on economic, social, or ideological phenomena. One could investigate global economic entanglement, international migration, or the diffusion and adaptation of ideas, beliefs, and modes of consumption. But it would be impossible to research all these topics at the same time. One cannot research everything at once. Research always implies a delimitation of interest.

Therefore, the research group does not concentrate on world order, but on ideas, or more precisely, narratives about world order. We are not so much interested in political, economic, social, ideological, or cultural entanglements that make the world appear as a single order, but in narratives about the ordering principles of this entity called the world. Of course, this approach is also a way of studying the world order because the ideas about the world order are part of the world order as are the ideas about the ideas, and so on. This is the characteristic of our self-reflexive epoch, usually called modernity.²

One of the starting points of our approach is a critical debate about the history of geopolitical thinking. The idea of geopolitics emerged at the end of the nineteenth century when the rise of the United States decentered power on a global scale for the first time in world history. Prior to the European expansion from the fifteenth century onward regarding political power, the world was divided into a number of subregions that might have trade relations but whose wars and conflicts had no global impact. This changed, of course, with European expansion and colonialism from the sixteenth century onward.



European wars tended to become wars inside and outside Europe, and in the same way conflicts outside Europe would have consequences inside Europe, too. But in the end, European technology and weapons were so powerful that no non-European power would challenge the Europeans in Europe or would conquer regions that had been European colonies. With the rise of the United States and, in the same way, Japan after the Meiji reform power relations on a global scale became more complex. Now one could imagine the United States or Japan intervening outside their own regional spheres. When President James Monroe declared in 1823 that the Western Hemisphere was of vital interest to the United States and that the United States would not accept European interference in the Americas, it was very clear that at that moment the country would not be able to help the former colonies of Spain and Portugal that had become independent years before. But power relations changed during the nineteenth century, and the United States became the most important power in the Caribbean, in North and Central America. At the turn of the century, the United States occupied the Philippines and Hawaii, changing the global order as it replaced the European colonial powers in the region. Across the Pacific Ocean, Japan had emerged as a regional power since the Meiji period, and when it defeated Russia in the 1905 war it became clear that from now on the world would henceforth be divided between European and non-European powers. Not surprisingly, people began to debate which nations would take the lead and which would fall behind.

Since the starting points of this debate were first the emergence of transregional powers outside Europe and second the assumption that conflicts would take place between individual nation-states, a completely new way of imagining the world order had emerged. No wonder a new term was coined to label this new way: geopolitics.³ The first important geopolitical theory, or rather geopolitical assumption, came from a US naval officer: Alfred Thayer Mahan (1890). In his book *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*, published in 1890, he argued that control of the seas determined the destiny of nations. If the United States wanted to maintain and expand its power, it had to care about its commercial fleet and its navy. It is clear that power now was conceived on a global scale and thus the sea became crucial for supply lines in most of the international conflicts that could be imagined. No wonder that Mahan's ideas were so influential or – to put it in another way – the growing importance of sea power in the twentieth century now had a name: Mahan.

From a European point of view, Halford John Mackinder (1904) responded



some 14 years later to Mahan's assumptions by stating that it was not sea power but control of the pivotal landmass of Northern Asia that would be decisive for international power in the twentieth century. In his view, this landmass would guarantee control of the adjacent areas of Europe and the rest of Asia, first of all India and China. Obviously, Mackinder was wrong. Neither pre-revolutionary Russia nor the Soviet Union was able to control all of Europe or much of Asia south of its territory. Nevertheless, Mackinder made clear that land was still of crucial importance for global political power. Control of the sea was not possible without control of the land and thus Mahan and Mackinder became symbols of two different but ultimately interdependent approaches to power in world politics.

After World War II, geopolitical thinking was shaped by the Cold War, or in other words, geopolitics was the explicit description of the Cold War. It was George F. Kennan (1947) in an article in *Foreign Affairs* who explained that the Soviet Union was an expansive power that would not respect treaties or diplomacy. Hence, it had to be *contained* through power politics. This was applied to all aspects of international relations, whether diplomatic, commercial, military, or propaganda. The idea of containment would persist until 1989 whether in its harsher form of persecuting an alleged expansion by internal enemies or in its softer form of trying to come to terms with the eternal enemy. Only a few months before the fall of the Berlin Wall, Francis Fukuyama (1989) implicitly declared the end of the containment paradigm arguing that liberal ideas had conquered liberal and non-liberal societies and that therefore non-capitalist societies would fall apart, meaning that the capitalist paradigm would triumph all over the world. This was apparently true for the next years, but some thirty years later the end of history seems to be very different from what Fukuyama had imagined. What is important, however, is that Fukuyama challenged the geopolitical paradigm of industrial and military power arguing that ideas are stronger than weapons and political power.

Seven years later, Samuel P. Huntington published *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Like Fukuyama, Huntington did not pay much attention to industrial and military power, but focused on cultural aspects, especially religion. He divided the world into a number of vast cultural areas that he believed would eventually clash. Hence, after a century of geopolitical thinking, nation-states were replaced by non-state entities called "cultures". But while nation-states exist in reality, Huntington's cultures exist only between the covers of his book. By ceasing to see the nation state as the exclusive force



of worldwide power politics, both Fukuyama and Huntington made geopolitical thinking much more complex and difficult. The research group and the four articles in this dossier reflect this state of what formerly had been geopolitical research, in that they do not focus on worldwide confrontation of particular nation-states, but analyze deeper trends in the way worldwide power is imagined and constructed.

This approach means moving away from an understanding of geopolitics as an exclusively intellectual activity that affects politics by virtue of its ideas. The history of geopolitical thought is part of the history of geopolitics, because geopolitical thought articulates and shapes political interests. From Alfred Tayer Mahan to Samuel P. Huntington, authors write about geopolitics in order to intervene in international politics. In most cases, authors see themselves as a kind of advisors to national governments or even hold positions in the political administration. This raises the question of what kind of text we are talking about. It seems obvious that we are not dealing with purely academic writings that are not interested in influencing politics. Rather, it seems that the academic aura of the above-mentioned texts is only meant to hide the fact that they are first and foremost political pamphlets rather than neutral, academic treatises that respect scientific methods. Following the speech act theory, according to which words are deeds, the Cambridge School around Pocock and Skinner developed an interpretation of the history of ideas in which political ideas are not timeless entities, but rather communication contexts within concrete historical situations (SKINNER, 1969). But while it is patently clear that words can be actions, it is much less plausible that an idea has an immediate impact in a communicative context. This is due to the word “idea” itself, which does not express any activity, but has migrated from Plato’s understanding of an idea as something non-material that a person sees into the various European languages. Therefore, the term “idea” could lead to the misunderstanding that we refer to abstract, academic thinking and not to written interventions in politics.

What term should we use to avoid this kind of misunderstanding? For several reasons, narrative seems the best. Unlike “idea”, “concept”, and similar expressions, narrative refers to an act of communication involving at least two persons or entities. There is no narrative without one telling the other. Even a self-narrative refers to a narrative about the self, not to the self. In this sense, narrative is similar to discourse. One might argue that we can have an understanding of idea or concept that also implies communication. But this



ultimately goes against the spontaneous, pre-academic understanding of these terms.

But why do we speak of world order narratives and not of world order discourses? First of all, discourse is a polyvalent term that can be a speech, a discussion, or a treatise. In academic language, it can refer to what people believe and communicate in public. But it can also be understood, with Michel Foucault, as the sayable, that is, a kind of all-encompassing norm. Narrative, on the other hand, is a basic mode of human speech and thought. We speak of a narrative when something said refers to an event.⁴ An event always takes place in space and time. This means that there is no narrative without space and time. An argument or a description is not a narrative. So, if I say my car is blue, that is not a narrative. But if I say I am driving my car, that is a narrative because it implies a time frame, that is, a before, a during, and an after. So narrative does not just refer to literature, like novels or short stories. On the contrary, it is a fundamental way of imagining and speaking about the world. It is so fundamental that we imagine narratives at every moment. For example, when we see something in a place where it was not before, we imagine that someone put it there. When we see a plant, animal or person that looks different than we remember, we imagine a change over time. Much of the human world is made up of narratives.

It is evident that texts on geopolitics are always narratives. They refer to changes and continuities over time. And moreover, they are really stories of countries, cultures, or regions imagined as human-like actors struggling against each other. The resemblance of nations in geopolitical texts to human beings is striking. In some cases, geopolitics seems to be a kind of Boy Scout game in the woods applied to world politics. Labeling geopolitical texts as narratives underlines that action-in-time is one of the distinguishing features of these texts.

However, there is a second reason why we prefer to speak of narratives. Since narratives are a basic way of imagining the world, narratives can be found not only in texts, but also in music (without lyrics) and in images (photos, paintings, etc.). This is because the human brain transforms music and images into narratives. When we hear a march we imagine people marching, and when we see two cars collided in a photo we imagine a car crash. It is a natural predisposition and a socialized skill that we always imagine how something we see became what we see. Applied to geopolitical thinking, this means that geopolitical narratives can be expressed not only through texts but also through other media. This said,



it is evident that the academic texts mentioned above are only a very small part of the media that convey geopolitical narratives. What people outside the US-American and European academic elites think about geopolitics may also be expressed and communicated in media other than books and journal articles. Thus, to get an idea of what people in the Global South think about world order, it is helpful to speak of narratives because this term emphasizes the time-space dimension of geopolitics and at the same time allows non-textual media to be included in the analysis.

It is easy to criticize the concept of the Global South. The term came into widespread use after the collapse of the Soviet Union and the political turn in China. This was not the end of history because there are still different political models competing on a worldwide scale. However, the economic division of the world has disappeared. Therefore, the Cold-War concept of a First, Second, and Third World no longer makes sense. The term “Global South” could therefore be seen as a kind of replacement for the term “Third World” or even of Third and Second World together. The old understanding would thus survive in a completely changed world order. But this criticism overlooks the meaning of both “global” and “Global South”.

The term “global” began its success story in the 1990s, in parallel with the impression that the world was experiencing a period of intensified globalization. The main reason for this impression was, of course, the end of communism in Europe and Russia, as well as China’s turn to a capitalist market economy. There was a sense that these epochal changes were strengthening connections and interdependencies around the world. A brief look at the evolution of global trade shows that these political changes did not have an immediate impact. Between 1970 and 1980 the value of international trade increased sixfold, between 1980 and 1990 it increased by 75%, and between 1990 and 2000 it increased by just over 80%. In the first decade of the new century, it grew more than 250%, while in the next decade growth was much slower, not only because of the pandemic, but long before that (WTO, 1995). Thus, in the 1990s people became aware of the globalization processes that had begun decades earlier and that may have been one of the causes of the fall of socialism. Regarding trade, however, the 1990s were not a decade of acceleration, but in the long run rather a decade of slow growth.

In academic research and beyond, “global” has always had two meanings. First, global means worldwide. A global player, for example, is an entity that is present all over the world. Global history, therefore, means the history of



the world. In this sense, global is just a synonym for another word, and it is used because it sounds better for one reason or another. Referring to history it goes without saying that until recently there was no global or world history. The Americas and Europe had no relevant contact until 1492, and it took the Europeans centuries to subdue the entire American continent. Similarly, other regions of the world would only have been connected to world history in the last five centuries. Before that, there were a small number of regions that considered themselves to be a world but were not connected to each other at all, or only to a very small extent (REINHARD, 2015). Thus, the old world history expressed the Eurocentric idea that world history began in the so called “Orient” and Mediterranean Europe just to bring the culture of the Old World to other regions of the world. European expansion was world history. Global history has a more decentered view of the world. But it also assumes that from a certain moment on, history takes place on a global scale. The same can be said of post- or decolonial history. The starting point of this approach is also that the world is connected by European expansion. But, unlike other approaches, expansion now means something bad, be it exploitation, slavery, or the extermination of local cultures and people. In the end, however, in all these very different approaches the term “global” means worldwide and is used to describe the process of creating an interconnected world.

In contrast to this understanding, the term “global” is also used to describe interconnectedness, entanglement, or integration. According to this meaning, global refers to small- and large-scale processes through which countries, regions, or people get connected. It can refer to social, political, economic, or cultural connections. Entanglement can occur through migration, political ties, trade and investment, or the consumption of music, movies, or other artistic products, to name a few. The different meanings of global become clear when we consider the term global history. For some historians, global history is the history of the world. For others, global history refers to a methodological approach that focuses on processes of entanglement. Unlike other approaches, this global history is less interested in national histories than in international and transnational ones. This includes the mentioned social, economic, and cultural phenomena.

The two meanings of global are related to differences in historical research. For those who read global as synonymous with worldwide, historians should look for deeper explanations for longer trends and developments in world history. These may be systems, structures, ideas, or other human-made



forces that drive history over longer periods of time. Those who understand global as entanglement in concrete spatial settings generally believe that there is little point in seeking overarching principles of order in the global historical process. This opinion often goes hand in hand with the view that the search for worldwide systems or structures usually ends up in Eurocentric understandings. The former reminds us of Hegel's idea of history. The right-wing emphasizes the spread of European civilization; the left-wing, European colonialism and exploitation. The second approach is closer to a traditional historicist understanding of history, although it does not share its nationalist tone. Obviously, the tension between the two meanings of the global is the tension within historical research itself.

The term "Global South" is even more complex than "global" because it is used in academic and non-academic contexts with very different meanings. Although it existed long before the collapse of the Soviet Union, it became widely used only after 1990 and especially after 2000. Historically, it is a term that would replace "Third World". The United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), in its *Handbook of Statistics*, defines "North" as the developed countries and "South" as the "developing" countries (UNCTAD, 2022). In this case, it is clear that only the words have changed but not the ideas. For the UNCTAD, North and South do not refer to points of the compass or to geography, but to socio-economic data at the national level. Moreover, the change from "Third World" to "Global South" does not express a critique of the development paradigm but on the contrary is used to reinforce the idea that development means implementing capitalist market economies in all countries in the world and erasing any differences regarding production and consumption patterns.

The use of the term "Global South" in the sense of UNCTAD is problematic not only because it is closely related to the development paradigm, but also because today the so-called Global South is an extremely heterogeneous area. Countries that might have belonged to the Third World, today are much closer to the industrialized nation-states of the North than to their former counterparts from the "Third World". Thus, different classification systems compete nowadays to label countries according to their supposed development. There are developed, developing and least developed countries or high-, middle-, and low-income countries. However, on the one hand, the development paradigm is part of these categories too, and on the other hand, the classification of countries changes over time as one country becomes relatively richer and



another poorer in the course of contemporary history.

In sum, as an analytical term, the “Global South” is of little value, as it repeats a very problematic understanding of historical change and is based on extremely vague differences between countries that are, moreover, constantly changing. However, the term can also be understood as an alternative to highly normative concepts such as civilization/barbarism, modern/traditional-archaic, or developed/underdeveloped (or developing, least developed). Unlike these concepts, “Global South” does not literally imply a hierarchy. “North” is not better than “South”. On the contrary, there is probably more praise for the South than for the North, even from people in the North. Thus, unlike the older terms, “Global South” can go along with worldviews that do not adhere to hierarchies and even to the idea of development. “Global South” can be used by people who oppose capitalist market economies as well as by people who praise them. It is much more neutral. Of course, this does not mean that such an understanding leads to clearer boundaries. Regardless of the meaning of the term, no one knows exactly which countries belong to the Global South and which do not.

The difference between the most common way of understanding the Global South (the UNCTAD way including the idea of development) and a non-normative understanding of the term refers to different worldviews. A Global South that includes the development paradigm is based on a universalistic worldview. According to this view, all human beings are equal and have the same rights. Therefore, inequalities and differences should disappear. But this means that all kinds of customs, habits, and culture that do not promote equality must also disappear. Societies in which women are not equal to men, homosexuals are not equal to heterosexuals, and agnostics are not equal to believers must disappear, or in politically correct terms, they have to develop. When we speak of the Global South in a normative sense, we imagine a world made according to our ideas of how people should live. In most cases, this is Eurocentric, or more precisely: Intellectual-centric.

However, the term Global South can also be understood in a relativistic sense. In this case, Global South refers to those countries, regions, cultures, and people that see themselves as different from an imagined North. This includes people who want to maintain local customs and habits, but also people who want to kill adulterers or imprison homosexuals. Relativism does not mean that the Global South is the good side of history. It simply tries to improve research by eliminating normative concepts that make a deeper understanding



of the world difficult. This does not mean that one does not hold on to these concepts. Society is a normative system and everyone is part of a particular society. However, for research, one should try to use a relativistic understanding of the Global South.

The four articles in this dossier refer in one way or another to the concepts discussed in this introduction. Thiago Henrique Oliveira Prates studies the narratives of the new Uruguayan left about China in the 1950s and 1960s. For those disillusioned with Soviet communism, the Chinese revolution was an option for rethinking the world order from the Global South, that is, from a place independent of both the so-called Western world and the Eastern bloc. Although the pro-Chinese narrative would never be accepted by the majority of the left, it is a good example of how people have invented world order narratives of the Global South since the beginning of the Cold War.

Natália Ayo Schmiedecke focuses on the other model of independent socialist revolution: Cuba. Analyzing posters of the Organization of Solidarity with the Peoples of Africa, Asia and Latin America (OSPAAAL), she highlights the role that Cuba played or tried to play in the construction of world order narratives. The OSPAAAL posters were intended to spread specific ideas about worldwide structures and conflicts. One of the most important messages was that Cuba itself was part of the South and that the countries and peoples of the South needed to unite. It goes without saying that they highlighted the atrocities of imperialism on the one hand and the heroic struggles of socialist freedom fighters on the other. OSPAAAL posters were highly influential, both for their aesthetics and content, and were being distributed by thousands in many countries around the world.

The collective article by Mohammadbagher Forough, Eckart Woertz, Khalil Dahbi, and Alex Waterman shows a number of narratives currently circulating in the Mashreq, India, Morocco, and Iran that explicitly challenge European or US-American assumptions about the global order. The authors' overview emphasizes the differences between the analyzed narratives. There is not just one world order narrative of the Global South. Rather, different countries, regions, and cultures produce different narratives, as do different political movements. The old hegemonic idea of a development led by the industrialized countries of Europe and North America has not been replaced by another hegemonic narrative.

Finally, Diana M. Natermann discusses the visualization of “non-white” Africans. Beginning with colonial photography, she shows how specific racist



stereotypes and prejudices were part of a visual culture closely related to photography. Through images, it was possible to construct and transport specific narratives about the order of the world, which were, of course, extremely hierarchical and exclusionary. Natermann emphasizes that the colonial visual tradition did not disappear with national emancipation. On the contrary, one has to change one's ways of seeing and visualizing in order to overcome the coloniality inscribed in older photographs.

References

ABBOTT, H. Porter. *The Cambridge Introduction to Narrative*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? *The National Interest*, [s. l.], n. 16, p. 3-18, 1989.

GIDDENS, Anthony. *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press, 1991.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster, 1996.

KENNAN, George F. The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*, New York, n. 25, p. 566–582, 1947.

KJELLÉN, Rudolf. *Studier öfver Sveriges politiska gränser*. Madison: Universidade de Wisconsin, 1899.

MACKINDER, Halford John. The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*, London, v. 23, n. 4, p. 421-437, 1904.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Boston: Little, Brown and Co., 1890.

ORTEGA Y GASSET, José. *La rebelión de las masas*. 7th ed. Barcelona: Espasa, 2017.

REINHARD, Wolfgang. *Empires and encounters, 1350-1750*. Cambridge: Belknap Press of Harvard Univ. Press, 2015. v. 3.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History*



and Theory, Middletown, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Handbook of statistics 2022*. Geneva: UNCTAD, 2022. Available at: https://unctad.org/system/files/official-document/tdstat47_en.pdf. Access on: July 23, 2023.

WTO - WORLD TRADE ORGANIZATION. Evolution of trade under the WTO: handy statistics. Geneva: WTO, 1995. Available at: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/trade_evolution_e/evolution_trade_wto_e.htm. Access on: July 23, 2023.

Notas

¹Ulrich Mücke is Professor of Latin American History at the University of Hamburg.

²For “the reflexivity of modernity” see Giddens (1991) (quote: p. 32). Following Ortega y Gasset (2017, p. 100, footnote 6), I prefer not to use the term “modernity”.

³The term first appeared in Kjellén (1899).

⁴For the following, see Abbott (2008).

Revolution from the
margins: Uruguayan New
Left narratives on the
People's Republic of China
(1950s-1960s)

Revolução a partir das
margens: narrativas da Nova
Esquerda uruguaia sobre a
República Popular da China
(1950s-1960s)

Thiago Henrique Oliveira Prates¹



Thiago Henrique Oliveira Prates
Revolution from the margins:
Uruguayan New Left narratives on the
People's Republic of China (1950s-1960s)

Sociedades Científicas

Abstract: This article explores narratives on the People's Republic of China created by intellectuals of the New Left in Uruguay during the 1950s and 1960s. The Chinese Revolution inspired new interest and began a period of exchange of ideas, publications, and people between Latin America and China, especially among leftists. However, historiography mostly focused on the impacts of the Cuban Revolution in the formation of the New Left in Latin America and has so far downplayed the role of Asian and African experiences in this process. The article includes China in the Uruguayan debates and argues that the crisis faced by the country during the period allowed leftists to perceive it as a possible inspiration for the transformation they sought. Furthermore, the crisis in international communism caused by the Sino-Soviet split opened the possibility of China being perceived as an experience distinct from the Soviet Union. This left had an ambiguous relationship with China marked by international and internal factors, and the operation to approximate the two countries was complex. It was viable because leftists interpreted the Chinese Revolution according to categories that were disseminated, such as anti-imperialism, development and Third Position/Third World.
Keywords: Uruguay; China; cold war; new left; intellectuals.

Resumo: Este artigo explora as narrativas sobre a República Popular da China produzidas por intelectuais da Nova Esquerda uruguaia ao longo das décadas de 1950 e 1960. A Revolução Chinesa criou um interesse pelo país na América Latina e iniciou um período de intenso intercâmbio de ideias, publicações e indivíduos, especialmente àqueles provenientes das esquerdas. Entretanto, a historiografia da Guerra Fria latino-americana focou no impacto da Revolução Cubana na formação da Nova Esquerda na região e, até o momento, diminuiu o papel das experiências na Ásia e África nesse processo. Este artigo inclui a China nos debates uruguaios e argumenta que a crise enfrentada pelo país ao longo dos anos estudados permitiu às esquerdas vislumbrar o país asiático



como uma possível fonte de inspiração para a profunda transformação eu desejavam. Ademais, a crise internacional no comunismo causada pelo Ruptura Sino-Soviética abriu a possibilidade de perceber a China como uma experiência distinta da União Soviética. Isso levou a uma ambígua relação com o processo chinês marcada por fatores internos e externos, tornando complexo o processo de aproximação discursiva e ideológica entre Uruguai e China. Entretanto, este acercamento foi possível porque as esquerdas interpretaram a Revolução Chinesa a partir de categorias bastante disseminadas, como anti-imperialismo, (sub)desenvolvimento e Terceira Posição/Terceiro Mundo. **Palavras-chave:** Uruguai; China; guerra fria; nova esquerda; intelectuais.

Thiago Henrique Oliveira Prates
Revolution from the margins:
Uruguayan New Left narratives on the
People's Republic of China (1950s-1960s)



Introduction

This great Asian nation, plunged for so long in obscurity, marginalized from the civilized world, a traditional source of hard currency, prostitutes, coolies, and detectives for Western use, is today the shining center of all gazes, half panicked, half amazed.

Eduardo Galeano (1964).

Jesualdo Sosa, an Uruguayan educator and member of the Communist Party, visited Prague in 1955 to attend the *Spartakiad*, the mass gymnastics event largely associated with the Bolchevists in the Soviet Union, but created by Czech communists in 1921. There, he met several comrades from other countries, including two Chinese, Hwang Yo Mien, a literary critic, and Ho Kin Tshe (He Jingzhi), coauthor of the famous book *The White Haired Girl*. After a few dialogues and pleasantries, the Chinese mentioned that they never met an Uruguayan in their country and promptly invited Sosa to visit China. How could he refuse? After all, as Sosa remarked, “So far, no Uruguayan has reached the great Popular Republic to provide first-hand news. Why would we not bring them?” (SOSA, 1958, p. 10-11).² Four months later he embarked on a long journey to Beijing.

Sosa’s argument of being the first Uruguayan to visit the People’s Republic of China (PRC) might be exaggerated and was undoubtedly intended to capture the attention of his public, but it also highlights the fact that China and Uruguay had distant relations. During the XIX and XX centuries, Uruguay did not receive significant numbers of Chinese immigrants, compared to countries such as Peru, Mexico, or Cuba, and did not have significant economic ties with the Asian country.³ In fact, Uruguay recognized Taiwan as the legitimate government and only established diplomatic relations with the PRC in 1988. However, and more importantly, Sosa’s intention to bring ‘first-hand news’ shows how he perceived the topic to be of significance to his people. The Chinese Revolution inspired new interest in culture and politics and began a new period of exchange of ideas, publications, and people between Latin America and China. Along with other international processes, it would help transform the Uruguayan left.

Nonetheless, this growing relation between Uruguay and China, or between the Uruguayan left and China, during the Cold War, did not capture the

Thiago Henrique Oliveira Prates
Revolution from the margins:
Uruguayan New Left narratives on the
People’s Republic of China (1950s-1960s)



Thiago Henrique Oliveira Prates
 Revolution from the margins:
 Uruguayan New Left narratives on the
 People's Republic of China (1950s-1960s)

Sociedades Científicas

attention of historians. Most scholars, when analyzing the evolution and formation of the New Left⁴ and its intellectuals in the country, favored internal issues, interregional connections, and solidarity networks (ALDRIGHI, 2001; MARCHESI, 2018; MARKARIAN, 2005). They tended to correctly emphasize the impact of the Cuban Revolution in Uruguay and in the transformation of the left, but the big role of Cuba and (latin)americanist ideas disseminated in Uruguay overshadowed the importance that other experiences in Asia and Africa had in the formation of the repertoire of dissent nationally and in the Southern Cone.⁵

China in particular had an interesting role in that process: while it is risky to affirm that it was crucial to form politically the Uruguayan left, it is impossible to deny that it was present in leftist discussions, materials, and horizon of expectations. Chinese publications circulated in the Uruguayan editorial market and were distributed to militants, especially during the 1960s, pro-Chinese institutions held several activities, and, of course, Uruguayan sympathizers traveled to that country. Although some authors have started to study these travel experiences and the diffusion of Chinese material in Uruguay (DUBINSKY ROVETTA, 2020; TENG 2020; ZHANG, XIE, 2019), the complex role of the Chinese in formation of the Uruguayan new left remains largely unexplored. The small size of the Latin American country and the reduced number of Maoist groups in it possibly contributed to this silence.

This article proposes an exploratory analysis of the narratives on the People's Republic of China created by intellectuals of the New Left in Uruguay. We argue that the crisis the country faced in the 1950s and 1960s allowed leftists to perceive China as a possible inspiration for the transformation they sought. Crisis are not only economic and political experiences, they are also a social representation created by actors that perceive a supposed (or real) social collapse, as well as the decay of their structures of creating sense and meaning in the world (HABERMAS 1988, p. 3-4). They are discourses and ideological constructs (FREEDEN 2017, p. 13) that can be disputed by individuals in order to define what was the order that crumbled and how to solve the problem. As shown by Ximena Espeche (ESPECHE 2016), this crisis was a constant amongst Uruguayan intellectuals. In addition, the crisis in the international communist movement opened up the possibility of China being perceived as an experience that offered solutions different from those of the Soviet Union. This left had an ambiguous and shifting relation with China marked by international and internal factors, and the operation to approximate the two countries was complex, but



Thiago Henrique Oliveira Prates
 Revolution from the margins:
 Uruguayan New Left narratives on the
 People's Republic of China (1950s-1960s)

through a set of political concepts and vocabulary these intellectuals made it possible, namely underdevelopment, antiimperialism and Third Position/Third World, the latter a concept full of semantic richness (PALIERAKI, 2023) that could be easily appropriated by different groups.

As sources, we use two newspapers important in the intellectual and political formation of the Uruguayan New Left, *Marcha* and *Época*. *Marcha* (1939-1974) was a weekly tabloid that congregated antiimperialist leftists, promoted different forms of continental integration, defended the Cuban Revolution and is known for its adherence to progressive versions of the *tercerismo* (Third Position, as we call it) and for introducing the concept *Third World* in the Southern Cone (ALBURQUERQUE, 2014, p. 149). *Época* (1962-1967) was a collectively owned newspaper published by a federation of leftist groups that sought to bring a solution to the profound political and economic crisis of Uruguay and intended to offer a radical alternative to what they perceived as a dogmatic left. Its experience would later contribute to the formation of the Uruguayan *Frente Amplio* (Broad Front) in 1971, as many of the groups that joined the coalition worked together in the newspaper before. *Marcha*, too, brought to its core the formation and the battles of the *Frente Amplio*. In both publications, it is possible to perceive the increasing interest for other decolonial or revolutionary experiences in regions such as Africa and Asia. China became a constant topic and sometimes a matter of polemics. Therefore, this material offers insight on the imaginary of the Uruguayan left about the Chinese Revolution and how they related to it during their quest to define the place of Uruguay in the world.

We also rely on three travel accounts written by Uruguayan leftists who visited China between 1963 and 1967: *China 1964: crónica de un desafío*, (GALEANO, 1964), *Crónicas Chinas* (BERNHARD, 1964) and *China: el derecho a rebelarse* (ROVETTA, 1968). These texts were initially published in parts in *Marcha* and *Época* and organized as books by small and medium publishers in Uruguay and Argentina a few months after the visits. Travel accounts are valuable documents to discuss matters such as alterity, difference, and culture, but they can also be used to debate political identities and world order narratives in the shifting scenario of post-Second World War. In that sense, they become valuable documents to understand how these individuals represented the Chinese experience and how they positioned themselves in relation to it.

The article proceeds as follows. The next section presents the ambiguous relations of the Uruguayan left with China in the first years of the Revolution,



Thiago Henrique Oliveira Prates
Revolution from the margins:
Uruguayan New Left narratives on the
People's Republic of China (1950s-1960s)

the impact of the Sino-Soviet Split in those relations, and the transformation on the lefts that allowed a revaluation of China. First, the Communist Party of Uruguay (*Partido Comunista del Uruguay*, PCU) and other leftist groups situated the revolution of 1949 as a part of the construction of global communism and of the rapid decolonization process in Asia and Africa, praising it for the struggle of the Chinese or criticizing it for following a 'stalinist model'. The destalinization of the Soviet Union and Sino-Soviet Split had a double impact, has it distanced the PCU from its Chinese counterpart and opened the way for other leftists to see it in a more positive light in a moment of profound national crisis marked by a longing for new models, experiences, and solutions. The article then turns to the representations of China among the left in *Marcha* and *Época* during the 1960s and how they sympathized with the Chinese experience for sharing its anti-imperialist and national sovereignty discourse, its successes (or perceived successes) in developing a poor country. By doing so, those leftists managed to situate China in the so-called Third World in accordance with the ever-changing and disputed Uruguayan *terceirismo*. Lastly, we analyze the travel accounts and their main interpretation of the PRC: Guillermo Bernhard (1918-2002) was interested in its economic development, Eduardo Galeano (1940-2015) focused on the conflict with the Soviets and the antiimperialism of a marginal country, and Vicente Rovetta (1925-2018) framed his experience in terms similar to international maoism.

With this, we hope to contribute to the studies of the political culture of the left in Uruguay and the relations between the Latin American left and the Chinese Revolution.

China between the Communist Bloc and decolonization: shifting perceptions on a transforming left

The PCU had a complex and changing relationship with the PRC. Under the guidance of its founder, Eugenio Gómez, the party followed the guidance of the Third International (1919-1943), with some amount of autonomy and freedom after its dissolution during and after the Second World War. It celebrated the victory of its Chinese counterpart in 1949 as a progress of international revolution and a sign of the growth of the communist bloc. Some of its members, such as the mentioned Jesualdo Sosa, received invitations to travel to the country. The increasing disagreement and conflict between the Soviet Union and China would, yet, change that perception.



After the political thaw and the publication of his speech “On the Cult of Personality and Its Consequences” in 1956 denouncing the crimes of Stalin, promptly ill-received in China, most Communist parties in Latin America would start to distance themselves from Beijing.⁶ Members perceived as associated with aspects of Stalinism, such as a cult of personality and the supposed disfigurement of collective leadership, were marginalized and, in some cases, expelled from the party, while those who remained loyal to Moscow’s line managed to hold power. Many of those proscribed militants would later create their own groups and parties affiliated with Mao Zedong’s ideals and the Chinese position.

In addition to ideological differences on how to deal with Stalin’s legacy and how to theorize and apply the Marxist-Leninist doctrine, the global strategy and their interpretation of Latin American reality also clashed with Moscow’s new proposal of peaceful co-existence. Beijing insisted on a double approach, proposing the construction of national democratic movement fronts for countries that were considered not ready for an uprising or where power could be attained by legal means, and violent struggle in places where instability created turmoil or military dictatorship curtailed electoral practices and peaceful organization (RATLIFF, 1972, p. 848-849). The success of the Cuban Revolution in 1959 shifted the balance toward the armed option, Chinese political figures praised the Sierra Maestra revolutionaries and insisted that they became an example (ZHOU, 1960, p. 5-6). The emergence of military dictatorships and authoritarian regimes, the increasing disenchantment of social transformation through liberal democracy, and the creation of armed groups during the 1960s influenced by the Cuban experience corroborated the Chinese discourse of a continuous revolution and the need for the armed struggle in Africa, Asia, and Latin America, even if they never preached the complete abandonment of pacific paths (RATLIFF, 1972, p. 850-851). This approach contributed to the divide among Latin American communists that, to some extent, agreed with the Soviet proposal of peaceful existence and had to deal with one of the challenges imposed by Cuba, a Latin American revolution that showed it was possible to take power through arms.

This ideological recomposition in the communist field led to the creation of pro-Chinese organizations all over the world, especially after the two communist biggest powers publicly exchanged accusations in 1962 and the Soviets chose to sever the technical assistance provided to their old ally. In South America, Maoist parties were founded in Brazil (*Partido Comunista do*



Thiago Henrique Oliveira Prates
 Revolution from the margins:
 Uruguayan New Left narratives on the
 People's Republic of China (1950s-1960s)

Brasil, 1962), Peru (*Partido Comunista Peruano - Marxista-Leninista*, 1964), Ecuador (*Partido Comunista Marxista Leninista del Ecuador*, 1964), Argentina (*Vanguardia Comunista*, 1965), Bolivia (*Partido Comunista de Bolivia - Marxista-Leninista*, 1965), Colombia (*Partido Marxista de Colombia - Marxista-Leninista*, 1965) and Chile (*Partido Comunista Revolucionario*, 1966). The Sino-Soviet Split and, later, the Great Proletarian Cultural Revolution solidified Maoism as a specific trend in Marxism based on six principles: the mass line, working with the masses and adapting theoretical frames to real conditions, focused mostly on the countryside; consolidation of a united front that contained the majority of the population; adopting the Protracted People's War as a military strategy and the prioritization of the countryside as the ideal scenario for organization and struggle; possible creation of a New Democracy, an intermediate stage without collectivization and the allowance of the development of national capitalism led by the people's representatives in order to break with dependence on foreign capital and overcome "feudalism" internally; the moral imperative of serving the people; the belief in the continuous revolution and that the Soviet Union was a social-imperialist power and the members of the Communist Party were revisionists working to stop world revolution (RUPAR, 2018; URREGO, 2017, p. 114). Maoist parties embraced these lines with more or less creativity and adapted them to their national contexts (ROTHWELL, 2013).

In Uruguay, the attrition caused by Khrushchev's actions and his polemic discourse hit the PCU in late 1955. Rodney Arismendi led the opposition against Eugenio Gómez, one of the party's founders, accusing him of creating personalist leadership and of authoritarian practices. Arismendi headed the party until 1987, under his leadership, the organization pursued a very particular strategy, followed Moscow's advice for a peaceful path to social transformation, but also took into account the national specificities of Uruguay and inserted it into a context of a broader anti-imperialist Latin American revolution. The party then prepared itself for the electoral process and also organized an armed apparatus in case it needed to act to ensure that revolutionary forces could resist possible aggression, an understandable position after the series of coups in Paraguay, Guatemala, Argentina, and Brazil (GARCÉ, 2013, p.12-13; LEIBNER, 2009, p. 82). In that sense, Arismendi and the PCU held a dual strategy that was rather unique in Latin America, they believed that pacific revolution was desirable, but also that armed struggle was the most probable route for the continent. During the 1960s, Arismendi would become the Vice-President of the Latin American Organization of Solidarity (OLAS) and one of



the main intermediates between Cuba and the Soviet Union; his party criticized the guerrillas but supported fighters in need. In the end, Arismendi was far from the dogmatic subservient bureaucrat under Moscow's orders, he advocated for a Latin American revolution and perceived in the Brazilian Communist Party and in China interesting experiences to be considered (LEIBNER, 2009, p. 70).

Nonetheless, this strategy did not deter the division caused by the Chinese-Soviet controversy. Jesualdo Sosa book about his visit to the Asian country, *Conocí China en Otoño*, was published in 1958, but it was not edited by *Ediciones Pueblos Unidos*, the organization's publishing house, suggesting that the party was distancing itself from its Chinese counterpart or had no interest in furthering relations. *Estudios*, the political and theoretical magazine of PCU, started to be published in 1956, shortly after internal reorganization, and rarely tackled Chinese issues. The first issue published two texts by Mao Zedong taken from his Selected Works and translated from the French edition. The articles 'Analysis of the classes in Chinese society' and "How to differentiate the classes in rural areas" were included in a section called 'Marxist dissemination' along with texts by Karl Marx and Friedrich Engels, which means that the party considered Maoism as a legitimate part of the Marxist tradition and China an important experience in communist history. In 1960 the magazine again published an article comparing China and the Soviet Union, praising its economic advances and stating that both were models of development and organization for communist parties (RODRÍGUEZ, 1960, p. 76-88). From this point on, references to the Chinese almost always criticized their political stance, accusing them of "distorting Marxism-Leninism" in their polemic with the soviets (SUÁREZ, 1964, p. 67-88), or opposing the Cultural Revolution and preaching the unity of the Communist world in order to support Vietnam in their struggle against imperialism (MASSERA, 1967, p. 78-97).

China was an issue that was addressed not only by the fragmenting communist party, but also by other leftist groups that had ambiguous opinions about the country. *Marcha* was known as being the bastion of the Uruguayan *tercerismo* since the end of World War 2, as soon as 1948 the weekly newspaper reiterated the necessity of a Third Position far from fascism, but that could pose an option for millions of individuals that did not want to live under the guidance of the United States or the Soviet Union (TERCERA..., 1948, p. 5). As Germán Alburquerque argues, that meant rejecting both sides equally, although it did not mean not adopting any kind of ideology (ALBURQUERQUE, 2011, p. 247, 249). When Mao was triumphant in 1949 immediately *Marcha* recognized



Thiago Henrique Oliveira Prates
Revolution from the margins:
Uruguayan New Left narratives on the
People's Republic of China (1950s-1960s)

the importance of the revolution, stated that it changed international order and delivered a serious blow into Western powers, but it also pointed out the Chinese independence towards the Soviet Union (A.F.S., 1949, p. 8-10; LA MURALLA..., 1949, p. 6). Still, China was soon associated with the Soviet bloc, defined as totalitarian, and Chinese socialism was described as a Stalinist and Mao as Stalin's partner (DE CRISTÓBAL..., 1950, p. 7; MACAO, 1952, p. 6).

The political equidistance based on the conception that both the blocs led by the United States and the Soviet Union posed an imperial threat did not stop this heterodox left from perceiving communist uprisings in the 1950s as signs of a wave of anticolonial struggle that was taking part in Asia and Africa and seemed destined to succeed, especially after the conflict in Korea brought the fear of a new world conflict or nuclear exchange. Even China with its unique government and history was included in this analysis, as *Marcha* editors argued that

The rebellions in Indonesia and Indochina, the uprisings in China, the independence of India, demonstrated that the peoples of Asia took advantage of the defeat of Japan to build their own destiny. In the same way – it is worth digressing – that one hundred and thirty years before the peoples of Latin America took advantage of the fall of the Spanish Empire under the power of the Napoleonic forces for the same purpose (MARCHA 556, 1950, p. 1)

This ambiguity was prompted by both external and internal factors. The collaborators of *Marcha* were interested in the decay of Western empires and the new nations that conquered independence in Africa and Asia, as well as in the antiimperialist movements in Latin America. The Bandung Conference of 1955, for instance, had an interesting repercussion in the weekly newspaper as a new possibility. Waldo Frank, one of *Marcha's* collaborators, hoped that Hispanic America “will hopefully show sympathy for the Conference and celebrate it” and defended that the lack of participation of Latin American countries derived not from geography, but from “the unpleasant fact that many of them reflect in politics and economy the will of Washington and Wall Street, rather than the one of its own people” (FRANK, 1955, p. 1, 3). China, again, *despite* its government was a part of this important movement, its revolution signed the supposed end of European supremacy and with its “admirable harmony between its Confucian past and its industrial-collectivist future, it



may represent the archetype of humanity” (FRANK, 1955, p. 3). The heterodox Uruguayan left that yearned for a third path could relate to those aspirations, as the Bandung Conference was perceived as a larger movement towards autonomy and self-determination,

What Asia ventilates, what is ventilated in the background of the struggles we are witnessing, is not communism or capitalism. [...] What is really important is the simple reality that three fifths of the human race, until now silenced, subdued, obedient to the voice of Europe, speak and move on their own, raising their own aspirations in the world, their will not mediated or at least not dominated by whites (A.F.S., 1955, p. 14).

In Latin America, the Guatemalan Coup against Arbenz Guzmán backed by the CIA in 1954 intensified *Marcha's* argument for an antiimperialist stance and the Cuban process would consolidate the approach. *Marcha* progressively supported the island government as it became more defiant to the United States and radicalized its positions toward a revolutionary Latin-Americanism, rapidly adopting and shaping a version of Third-Worldist discourse and project. Cuba, as scholars have vastly shown, offered a different path to social transformation, one that was seen as less bureaucratic and authoritarian than the Soviet model and closer to the realities of poor countries.⁷

The internal factor was a change in perspective of the Uruguayan left with respect to national identity and the place of the country in the world. In 1955 a steady economic decline hit Uruguay. Dependence on the exportation of wool and meat to a recovering Europe, as well as on foreign investments, and the reduced size of the internal market led the country to constant devaluation of its currency and a decline in quality of life. The government lost its capacity to fully maintain a welfare state that through decades guaranteed Uruguay as one of the most prosperous countries in the Americas. In 1958 the ruling *Partido Colorado* was punished by electors: after 93 years in power, it was overcome by its historical adversary, the *Partido Blanco*.

The *Blancos* furthered austerity programs to sign deals with international financial institutions to balance the structural deficit. This spiral deterioration of the economy created a wave of discontentment, protests, and labor conflicts that were violently repressed by an ever-growing authoritarian state governed both by *Blancos* and, later, by the returning *Colorados*. The inability to solve

Thiago Henrique Oliveira Prates
Revolution from the margins:
Uruguayan New Left narratives on the
People's Republic of China (1950s-1960s)



the mounting problems reduced public confidence in the two biggest national parties and in their centrality to political life, and soon new antisystemic groups emerged, such as the *Frente Izquierda de Liberación* (FIDEL, a clear reference to the Cuban Revolution), and even armed revolutionary organizations, like the *Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros* (MLN-T).⁸ The national representation of Uruguay as the “Switzerland of the Americas”, a country marked by high living standards, relative peace, and democratic stability, became more difficult to uphold, and the self-constructed myth of Uruguayan exceptionalism created under the social policies of the *battlismo* began to fade.

In this context, many individuals believed the country was in a profound crisis, and it was urgent to rediscuss its foundations. In 1961 Carlos Quijano wrote a famous editorial, *Qué Hacer? Rebeldes con causa* (What to do? Rebels with a cause) urging politicians, intellectuals and the Uruguayan youth to act, to help the country “find itself” and “heal its soul” while looking for new ideas that could put an end to the ongoing suffering (QUIJANO, 1961, p. 4). As Espeche brilliantly argues, intellectuals started to look for options beyond the democratic liberal model that could make the country “viable”. For many, Uruguay needed to abandon its exceptionalism and integrate with Latin America, and to some, with the Third World in order to achieve real political and economic independence. Espeche calls this debate the “Uruguayan paradox”: becoming Latin American to stop being Latin American, meaning that it had to recognize itself with countries with similar realities, history, and, to some extent, a shared destiny to overcome the problems of underdevelopment, dependency, poverty and inequality associated with Latin America (ESPECHE, 2016).

A controversy permeated the discussion, as famous authors as Carlos Real de Azúa doubted that Uruguay could be completely leveled with Asia, Africa, and even the poorer Latin America, the “rich, tense, hot world of backwardness” (REAL DE AZÚA, 1996, p. 17)⁹ and reinforced the insularity and isolation of their country (VILLAÇA, 2017a, p. 261). On the other hand, a group of leftist intellectuals promptly embarked into a revision of Uruguayan past and in the search for new inspirations and China, in the 1960s, would attract their attention.

It is important to note that this process coincided with incursions of the Chinese into Latin America. China had a limited capacity to sustain a long revolutionary effort in a distant region with unfriendly/hostile governments, heavily under the influence and watch of the United States, or to effectively



Thiago Henrique Oliveira Prates
Revolution from the margins:
Uruguayan New Left narratives on the
People's Republic of China (1950s-1960s)

challenge Moscow's hegemony on communist organizations, so instead it relied on people-to-people diplomacy and tried to directly contact sympathetic individuals and smaller organizations. It entailed inviting a high number of people with different positions to visit China, but it also meant sending books, magazines, and films to Latin America. Under authoritarian regimes and within only limited reach, it seemed wise to seek support through cultural initiatives. In a sense, it paid off, as many publications started to pay attention to China, for instance, the Argentinian cultural magazines *Cultura China* (1954-1955), directed by Fina Warschaver, and *Capricornio* (1964-1965), created by Bernardo Kordon.¹⁰ The 1950s and 1960s saw the creation of organizations that helped advertise Chinese culture, the Chinese-Argentinian Friendship Association or the Chilean Chinese Institute of Culture. In Uruguay, intellectuals created the Association for Friendship and Cultural Exchange with China (TENG, 2020, p. 139) and in 1959 they founded the Uruguayan-Chinese Institute of Culture, directed by Rubén Núñez. This institute and the *Ateneo de Montevideo* held several open talks about Chinese culture, politics, and daily life in the country. Many of those activities were advertised in both *Marcha*, specially between 1966 and 1967, and *Época*.

All these new materials and elements became available during the long polemic in the communist world and offered new perspectives on China. In time, parts of the Uruguayan left started to see it as a different model of revolution and one more suited to their reality. Progressively, *Marcha* started to merge its "Third Position" with the "Third World", even before the Cuban Revolution, but especially after it. The Third World started to mean not only nonalignment and independence from the West and the Soviet Bloc, but also peripheral revolution, self-determination was intertwined with anti-imperialism, and sovereignty became associated with social justice and overcoming underdevelopment. This broad conception of the Third World allowed leftists to reevaluate the Chinese experience.

China and the New Left: Anti-imperialism, development, and dogmatism

Two groups were particularly interested in the Chinese process after it started its detachment from the Soviet Union and appeared as a different revolution: a new generation of the *Partido Socialista de Uruguay* (PSU), composed by rising authors Eduardo Galeano, Carlos Machado, and Guillermo Bernhard, and old members of the *PCU* that left the party during the Sino-Soviet Split and formed



new organizations, like the Maoist *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), or acted as independent militants, case of Vicente Rovetta.

The young intellectuals of the PSU soon acquired positions in *Marcha* and participated in the renovation led by Carlos Quijano and Hugo Alfaro in the early 1960s, which pushed the publication further to the left.¹¹ Cuba, of course, dictated the paths of this steady turn toward revolutionary options, but experiences in Algeria, Palestine, and Vietnam also had a big impact on the definition of this New Left. China, too, was re-evaluated in a positive light. During that decade, new articles about the Chinese experience appeared in *Marcha* and Carlos Machado, Eduardo Galeano, and Guillermo Bernhard wrote books about the country. The last two, as we shall see, received invitations to visit it.

These new contributors were politically formed in deep dialogue with Vivián Trías, a historian and militant of the party, who believed in the importance of anti-imperialist nationalism in the Third World and of strong, charismatic leadership that could rally the masses to defeat the enemy. Mao, for instance, could be perceived as a manifestation of the popular will and a voice of a sector historically marginalized. In the late 1960s and early 1970s, Trías already put China as the vanguard of global antiimperialist revolution (MARCHESI; MARKARIAN, 2019, p. 229).

Marcha held ambiguous relations with China during its entire existence, but in the early 1960s it appeared that it was not a part of the Soviet Bloc and it was no longer considered a totalitarian state, but rather a radical anticolonial experience and an agrarian country that sought to industrialize. More importantly, it was a “symbol of the rebellion of the poor” (KAROL, 1963, p. 15) and, therefore, experienced the “sympathy of the peoples of Asia, Africa and Latin America” (CADART, 1963, p. 17).

In an interview with the French liberal politician Mendes France, *Marcha* kept asking about the fractures in international communism and differentiating the positions of the Soviet Union and those of China. In the end, it forced the French ex-minister into a defensive position when asking if China was better suited to support the new independent countries in Africa and Asia (MENDES FRANCE, 1960, p. 1, 10). This growing crisis in the communist world put an end to conceptions of global order of the post-Second World War and created horizons not only for the big powers but also for the new nations, it “opens, in the entire world, a new political debate that transcends borders” (LENOIR, 1961, p. 14). Those views coexisted with skepticism on the harder positions of



the Chinese on certain issues. Already in 1962, during the Cuban Missile Crisis, the editors were relieved that peace was maintained and criticized Beijing's warmongering and later, its dogmatism on the interpretation of Marxism-Leninism.

A series of 8 articles published by Carlos María Gutiérrez synthesizes well the positions and doubts present in *Marcha*. The journalist visited China in early 1966 and analyzed the experience of his encounters with authorities, the visits to the popular communes, the very beginning of the Cultural Revolution, and the criticisms of Cuban foreign policy. The communes were described as an instrument of modernization and elevation in living standards in China and were, therefore, valued as an experience that could serve as an inspiration.

Now, the Cultural Revolution was a difficult process for Gutiérrez to understand. It meant reevaluating elements rooted in popular and traditional culture and transforming them into a source of innovation. Intellectuals were a tool for that initiative, they were useless if their work could not be adapted for such a task. In fact, it would be desirable if they ceased to exist and became workers, peasants, or soldiers in order to expurgate their petit-bourgeois origin and better contribute to the Revolution (GUTIÉRREZ, 1966a, p. 20). Furthermore, the purges of the Cultural Revolution only revealed "fanaticism and the decision to not think anything using one's own head", but at the same time, meant "a conviction that I hopelessly try to recover" (GUTIÉRREZ, 1966a, p. 20-21). This debate, however, could have a dual interpretation, as many Latin American intellectuals were discussing the role of art in revolutionary transformations, the nature and limits of intellectual engagement or political commitment, and the relations between intellectuals and the state.¹²

What seemed shocking to him were the Chinese accusations towards Cuba, after the island's government became closer to the Soviets, and their definition of Fidel Castro as "an accomplice of imperialism". To Gutiérrez, those were "reckless words, their dogmatism and inaccuracy were evident to any Latin American" (GUTIÉRREZ, 1966b, p. 11). This shock came because "our revolution [Uruguayan and Latin American] will gravitate toward the centers of power and support that, in the socialist bloc, answers best to our conditions and necessities" and these elements were clearly more similar between China and Latin America, as "there is an evident relation [...] between the pre-revolutionary situation of the Chinese masses and those of the Latin American continent" (GUTIÉRREZ, 1966b, p. 11). In the end, he was disappointed, as "China, with its virtues and debilities, with its distortion of the individual as we know it up to this moment



and its fiery struggle to rescue men from misery and injustice, projects itself on our immediate future” (GUTIÉRREZ, 1966b, p. 11).

The frictions with Cuba, apparently, were decisive for *Marcha's* doubts about China. When the Tricontinental Conference finally took place in Havana in 1966 *Marcha* explored the debates and conflicts with the Chinese, and even if they published notes from pro-Chinese authors, it became clear that Cuba held its ground as a primary source of inspiration, albeit always criticized and readapted (GENEROSO, 2017). Even with questions, the proposals of the conference in Havana sounded more alluring than the dogmatism of Beijing (EN BUSCA..., 1966, p. 5). However, it is important to point out that *Marcha's* position was not homogenous, there was an internal dispute and disagreement on how to interpret the Cuban process, as its director Carlos Quijano defended the electoral path and criticized the increasingly authoritarian turn in the island.

Época, on the other hand, had a more positive view of the Chinese process. It was a space of encounter, discussion, and conflict conformed by a very heterogeneous group of leftists identified with more radical forms of struggle, including the armed option, and leaned towards the liberation struggles in Africa, Asia, and, unsurprisingly, Cuba.¹³ Pro-Chinese individuals found in *Época* a safe haven and an important platform to express their ideas. The publication also advertised the activities of the Uruguayan-Chinese Institute of Culture, the Chinese bulletin *Pekín Informa* and Vicente Rovetta's bookstore, *Nativa Libros*. Although *Época* was not a Maoist publication, its radical identification with the Third World and unyielding anti-imperialist position could allow it to represent China as one of the biggest bastions of resistance to colonialism and imperial aggression.

The Sino-Soviet split again provides a good example. *Época* covered it avidly and published documents, declarations, and criticisms from both sides using material from *Pravda* and *Renmin Ribao*, as well as comments from foreign spectators. According to the editors, it was a “polemic whose silent confrontation matters to the Third World” (MOSCÚ-PEKÍN, 1963, p. 10-11). Here, the editors were interested in the space other marginal countries could occupy in a changing world that no longer was divided in two clear blocs. The polemic confrontation lasted during the entire existence of the newspaper (1962-1967) and *Época* sought to remain more or less impartial to better understand the confrontation, trying to avoid the “confusion [...] of those who simplify everything with labels and see the Chinese - gross contradiction - mere



Thiago Henrique Oliveira Prates
 Revolution from the margins:
 Uruguayan New Left narratives on the
 People's Republic of China (1950s-1960s)

stalinists” (MACHADO, 1963b, p. 2).

China was, for them, a country that resembled Latin America and, by extension, Uruguay. The Chinese supposedly had the same concerns as those nations, as they all “can not announce the abundance, that fight against the conditions imposed by underdevelopment and know that their fate is greatly linked to the advances of the revolution on a global scale” (MACHADO, 1963a, p. 4). Unlike the Soviet Union (in the present), it was a poor nation that “to continue its task needs to obtain resources through collective sacrifice, through restriction of consumption” (MACHADO, 1962, p. 3).

Overcoming underdevelopment was a problem that most Latin Americans could relate to after the Second World War, irrespective of their political position. The discussions of the *Comisión Económica para América Latina y Caribe* (CEPAL) and, later, of Dependency Theory were highly popular during the 1960s and proposed different diagnostics and solutions for the problem. In Uruguay, the government created the *Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico* (CIDE) to deal with the economic crisis and furthered this debate in the country. Terms and concepts such as “periphery”, “core”, “deterioration of terms of trade”, “enclave” and “dependency” helped shape a world narrative that created a shared space between countries that had few elements in common. The belief in Uruguay not being an exceptional country, but an underdeveloped one (and the efforts to represent it so) made it possible to put it in a similar category as China: when Guillermo Bernhard elaborated a list of developed and underdeveloped nations, the “Communist Countries” of the Soviet Bloc figured as developed, right beside the members of NATO, while Latin America, Africa and Asia, including China, were defined as underdeveloped (BERNHARD, 1963, p. 2). Nevertheless, the Chinese were perceived as making strides against this condition, even after the failures of the Great Leap Forward, because “they achieved a standard of living in the rural sector notoriously higher than that of the poorest half of Latin America” (MACHADO, 1963c, p. 2).

For these reasons, the Chinese way, like the Russian way of 1917, was “the one that all countries of the Third World will follow, one after another” although it did not mean “applying recipes long stored in a freezer nor repeating methods more or less canonical” (MACHADO, 1963b, p. 2). *Época* appeared to be more inclined to the Chinese in their polemic with the Soviets

In the post-war there was no epic story as noble, as magnificent as this [the Chinese Revolution]. And before there was no nation



that had to fight for so long, so desperately, against the imperialist defamations of global capitalism [...]

We have much to learn from China, its proud defense of sovereignty, development, and dignification of work, its depuration and universalization of culture, its consolidation of social justice, its uses of science and technology. (CON LA CHINA..., 1964, p. 5).

Despite all disagreements and critiques of its somewhat dogmatic positions during the discussion, *Época* could rally behind the Chinese because they represented the core of its values: anti-imperialism, self-determination, and social justice. The Uruguayan New Left was able to include China in its repertoire of dissent by selectively appropriating elements that could be used to reflect on their own problems and dilemmas. When the revolution completed 15 years, the editors summed up its importance

[...] many of its actions can be criticized. Nevertheless, there is something that even its fiercest enemies can not question: the Asian giant, its face lifted towards the sun in a quest for its destiny, will not return to the hell that stayed in the past.

[...] With a firm step and in a rapid rhythm, the revolution is providing its seven hundred million men a place that they have traditionally been denied: parks in Shanghai are no longer off-limits for Chinese and dogs.

[...] Beyond all criticism, and not ignoring discrepancies, *Época* salutes it once again. (LA REVOLUCIÓN..., 1964, p.5).

Conflicts and animosities were secondary in the face of the true meaning of the Chinese Revolution and could be put aside to maintain unity, but the Cultural Revolution created a divide that was difficult to surpass. Those less connected to Maoism were shocked by what they heard from Beijing, considering the political purges, the struggle sessions and public humiliations a “shameful inquisition, carried out in terms that expose a medieval and dehumanized conception of Marxism, developed under the influence of the face and the word of Mao Tse Tung, who have invaded every corner of China in a delirious of the cult of personality” (LA EXPLOSIÓN..., 1966, p. 5, 7).

Pro-Chinese individuals and MIR replied on *Época*'s pages arguing that it was too soon to judge the events, but the Cultural Revolution appeared to have



Thiago Henrique Oliveira Prates
 Revolution from the margins:
 Uruguayan New Left narratives on the
 People's Republic of China (1950s-1960s)

dissociated a part of the left, furthering Maoism as a specific trend in marxism in Uruguay. *Época* did not survive long after the beginning of the Cultural Revolution, it was closed by the Uruguayan state in December 1967, but it is reasonable to imagine that pro-Chinese groups would have collided with the editors, as Maoist organizations refused to join the *Frente Amplio* in 1971, did not take part in elections that year, and created their own publication, *Causa del Pueblo* (1972-1973).

The reevaluation of China by this emerging New Left was a complex process, marked mainly by the longing for new models to overcome the “national crisis”, the longing for an independent path more suited to the Uruguayan reality and the long-existing antiimperialist tradition. It was enough for the Chinese to perceive those leftists as sympathizers or supporters and extend them an invitation to visit the country. Their travel accounts provide interesting insight into how Uruguayans interpreted the ongoing revolution.

Journey to the center of the storm: three travelers, three perspectives on the PRC

Guillermo Bernhard, Eduardo Galeano, and Vicente Rovetta visited China on different occasions. The first two were in the country between September and October 1963. They were part of a group of 16 Latin Americans invited by the Chinese to attend the October commemorations of the 14th anniversary of the Revolution. Rovetta traveled to China twice, in 1966 and 1967, for different purposes, as we shall see.

Visitors entered China through flights from the Soviet Union after a short stay in other countries of the Communist Bloc, the “Northern Line”, or through Pakistan and Myanmar, especially after hostilities between the two Communist major powers increased. Once in China, they were received by guides and translators or by resident Latin Americans, and usually stayed at the Friendship Hotel in Beijing before a tour through the country.

The travelers followed a very tight schedule and a meticulous program imposed by the authorities. In cities, they visited factories, cultural institutions, historical monuments, and attended presentations of theater, dance, or movie presentations. Countryside trips usually took visitors to rural cooperatives and to the Popular Communes. During the late 1960s and early 1970s travelers also observed street demonstrations, marches, or Red Guards meetings during the tumultuous period of the Great Proletarian Cultural Revolution. On

Sociedades Científicas



their course, visitors talked with workers, peasants, factories and commune supervisors, generally chosen by the guide, but often they were also able to select their interlocutor, even if the conversation was mediated by a translator. Occasionally, they would meet Chinese intellectuals, like the famous poet Guo Moruo, or authorities, like Zhou Enlai or even Mao Zedong.

Bernhard and Galeano shared a similar itinerary but showed different interests during their visits. The former was more concerned with the Chinese model of economic development, the presentation of the book already advertised in its first two lines that it would cover “The origin and present situation of the popular communes, the economic structure of China, the old society, the revolution” (BERNHARD, 1964). Galeano was interested in the polemics between the Soviet Union and China and the fractures in the communist world and presented to his readers the questions that guided his work, “What does Mao propose? What are the deep reasons that lead China, the aggressive symbol of the rebellion of the poor, to challenge the Soviet Union?” (GALEANO, 1964, p. 9).

Bernhard’s choice of approach is understandable, he was an agronomist and wrote several books on the Uruguayan meat industry and land reform in Latin America. His entire book is structured on the contrast between the old, poor, exploited China (that he never visited, but knew through books and popular culture) and the new, free, transformed/transforming one, a dichotomy also explored in Chinese rhetoric. He did notice (and praise) other aspects in the country, such as educational campaigns, “WE DID NOT FIND ONE SINGLE ILLITERATE PERSON!” (BERNHARD, 1964, p. 58)¹⁴, but it was truly the agrarian element that attracted his attention.

The agronomist was amazed by what he perceived as “fantastic advances and victories over such a hostile nature” (BERNHARD, 1964, p. 26). According to him, using a Marxist vocabulary and theoretical interpretation of history, the transformations in the countryside started to drive China away from a feudal, backward past: contrary to what his Uruguayan public might expect, in some fields the Chinese presented “advances that are unknown in our country” (BERNHARD, 1964, p. 21).

The popular communes were the basic structure that allowed for such advances. Bernhard thoroughly described their historical evolution, internal organization, and operational aspects after visiting a few of those places and talking to people randomly chosen, whose testimonies were unsurprisingly translated by the guide. The popular communes were a necessity for political and economic development in China (BERNHARD, 1964, p. 62) and even if



Thiago Henrique Oliveira Prates
Revolution from the margins:
Uruguayan New Left narratives on the
People's Republic of China (1950s-1960s)

the country remained poor, they were responsible for progresses that would otherwise cost great sacrifices from the State. Other travelers held a similar opinion, as many believed that the popular commune was an instrument of modernization based on traditional techniques and sociability and it was a process constructed from the roots to the top, a popular demand met by authorities (ORTEGA, 2020).

More importantly was that China was, at least in 1963, going through that modernization on its own merit, its “own efforts are considered the most important, and foreign aid is a complement” (BERNHARD, 1964, p. 71). This self-sufficiency was at the core of Latin-American nationalisms that sought to modernize their countries, and in Uruguay it was related to the debates on how to make the country “viable” once again. In the end, Bernhard agreed that they had “brought deep experiences from China, as well as beautiful and fruitful lessons” (BERNHARD, 1964, p. 86).

Eduardo Galeano was not very interested in the advances of the PRC, instead he wanted to understand the Sino-Soviet split by comparing documents published by both nations and talking to Chinese and Russians, and, by extension, to understand the place of China in the world. He was skeptic on accepting both versions, the two sides had their share in hostilities and reasons for their stances,

they [the Chinese] evidently feel the danger that the growing agreements between the great powers could impose a brake on the liberation movements, that the revolt of the subject margins will be sacrificed on the altars of coexistence. You cannot play with matches over barrels of gunpowder, and it seems to me undeniable that revolutionary violence in the rearguard of imperialism challenges the status of co-existence and peaceful emulation with the socialist camp, due to the commitments assumed by the USSR as a country

leader of the labor movement in the world (GALEANO, 1964, p. 90).

In the end, neither convinced Galeano that they were right, that their model was superior, but the journalist showed a slight sympathy for the Chinese.

The Chinese did not want to start a Third World War as many preached. For Galeano, they prioritized another effort, “another challenge that requires putting all their strength in the same direction: the overwhelming task of



building socialism while leaping greatly from backwardness and subjugation towards development and independence” (GALEANO, 1964, p. 82). After all, the task that Latin American countries faced, according to leftists from different spectrums. In that sense, the Chinese could offer some lessons, as for Galeano, “our Revolution is the Revolution from the margins” (GALEANO, 1964, p. 32). The Chinese were its most aggressive symbol and were showing that formal political independence was not enough.

Also, Galeano perceived that the Chinese had problems similar to those of Latin America. He mobilized the vocabulary of developmentalism and the emerging *dependentism* to define the aid relation between China and the Soviet Union

The extensive penetration of Soviet advisers and technicians in work centers and planning offices, and their great influence on the orientation and methods of socialist development in China, made one think, like it or not, of a form of dependency. Although hallowed by invocations to the sacred duties of proletarian internationalism, the authority of Moscow must have made itself felt, and surely has clashed, much more frequently than is supposed, with the nationalist pride of the Chinese. (GALEANO, 1964, p. 138)

Sympathy arose as China could be comparable to Latin America through categories that were very well known and well disseminated in countries such as Uruguay. For instance, when describing the role of Mao Zedong in Chinese society, Galeano related him to the *caudillos*, the charismatic, popular and controversial personal leaderships that existed in Latin America during the XIX and XX centuries. Galeano did not use the term as a synonym of *leader*, he knew the meanings it had in the Southern Cone, especially amongst a New Left that started a process of revaluation of those historical figures. Like the *caudillos*, Mao’s prestige, for Galeano, did not emerge from the hard use of power, he did not inspire obedience, but devotion. Mao “expresses, from the point of view of the people, the revolution: its roots, its development and its triumph.” (GALEANO, 1964, p. 44). He would then compare Mao to other contemporary leaders, all described as *caudillos*

Mao is the *caudillo* of the Chinese revolution, as Lenin was of the Russian and Fidel Castro is of the Cuban; He has been the visible



head of the liberation movement since those days when he had the courage to break with the leadership of the Party in order to impose the strategy that would ultimately lead to victory. He is, indeed, a lucid interpreter of Marxism, who knew how to assimilate the system of ideas to the peculiar conditions of his country, and a guerrilla leader who conquered, arms in hand, the authority that today no one would be able to deny (GALEANO, 1964, p. 34, italics are ours).

The comparison with Fidel Castro is quite interesting, as it shows the plurality of options existent for the Uruguayan left and the connections, both real and symbolic, between those revolutions, perceived as a part of one single struggle with multiple faces. Cuba was one of Galeano's biggest interests and he avidly commented that the Chinese people praised Fidel Castro, that Cuban music was on the radios, and that the Chinese authorities were enraged by Soviet withdrawals during the Missile Crisis. He also wanted to hear the opinion of Chinese authorities on the Cuban process: during an interview with Zhou Enlai Galeano kept pressing him with questions about the possibility of a revolution directed from other groups other than the Communist Party, case of the first phases of the Cuban Revolution, until the Chinese premier agreed that it was indeed doable.

In the end, Cuba was the main reference for Eduardo Galeano. At every opportunity, he would comment about the island presence in China or praise its leaders. As Teng well noted, Galeano's interview with Che Guevara in 1964 was far more friendly than the one with Zhao Enlai, and Galeano showed more doubts in China in 1963 than in Cuba the following year (TENG, 2020, p. 143).

Vicente Rovetta had a different relationship with China compared to his fellow countrymen. A member of the PCU, Rovetta was in contact with Chinese material brought by *Ediciones Pueblos Unidos* and affiliated himself with the *Instituto Cultural Uruguay-China*. When the party supported the Soviets during the Split, Rovetta, on the other hand, sided with Beijing and left the party in June 1963. After the departure, he devoted his energies to the creation of *Nativa Libros*, a bookstore and publishing house that would take charge of distributing Chinese material and texts about the ongoing process (DUBINSKY ROVETTA, 2020, p. 20-21).

Nativa Libros started importing books and magazines such as *Pekín Informa* (Peking Review) and *China Reconstruye* (China Reconstructs), literature used

Thiago Henrique Oliveira Prates
Revolution from the margins:
Uruguayan New Left narratives on the
People's Republic of China (1950s-1960s)



in the formation of communist cadres. It became an important source of Maoist material during the early 1960s, filling a void left in the Southern Cone by the Sino-Soviet Split because most communist parties presses diminished or altogether stopped publishing Chinese texts, cases of *Editorial Vitória* in Brazil, *Editorial Anteo* in Argentina, and *Ediciones Pueblos Unidos* in Uruguay. Brazilian, Paraguayan, and Argentinian militants often visited Montevideo to acquire this material that was banished or unavailable in their own countries (DUBINSKY ROVETTA, 2020, p. 22-24).

Rovetta's editorial activity attracted the attention of China International Bookstore (CIB), a company supervised by Foreign Language Press and charged with the task of selling Chinese literature to other countries. According to Zhang and Xie, the CIB established a Latin American department in 1957 and in 1961 already sold 568,635 books and 356,560 periodicals in the region (ZHANG; XIE, 2019, p. 210). Rovetta provided the Chinese with an option to continue that initiative after the Split, as he was ideologically closer to Beijing and an experienced publisher. In addition, Uruguay held a strategic position in South America: the country was a democracy until 1973, even if the state became gradually more repressive under the administration of both *Blancos* and *Colorados*, and was relatively more stable than its neighbors, meaning that leftist material could be published with lower risks and distributed to militants in other countries.¹⁵

The owner and editor of *Nativa Libros* did not participate in any other political organization after leaving the Communist Party, but his contacts with the *MIR* allowed him to create bonds with the CIB and gain its trust (ZHANG; XIE, 2019, p. 215-216). Rovetta's successful editorial activity soon granted him the opportunity to travel to China three times, in 1966, 1967 and 1971. After the coup of 1973 his name was included in a list of "subversives". and he left Uruguay for Argentina. *Nativa Libros* continued to function in Buenos Aires, but Rovetta was detained between 1974 and 1975 and finally left for China, where he and his family would live in exile.

The impressions of the first trip were accounted for in 1966 in *Época* in an article about life in the communes, and in 1968 Rovetta wrote an entire book about his two previous visits, *China: el derecho a rebelarse*, published in 1968 in his very editorial house. The purpose was different from that of Galeano and Bernhard, Rovetta met officials from the CIB for a week and discussed Chinese support and partnership, as described in documents of the Shanghai Publication Bureau and CIB (ZHANG; XIE, 2019). These meetings did not figure



in Rovetta's writings, probably for security and strategic reasons. During the second visit, he managed to meet Mao Zedong and Zhou Enlai, and his stay was announced by *Renmin Ribao*, People's Daily, an important newspaper of the Chinese Communist Party. Rovetta also witnessed the marches and struggles of the Cultural Revolution, but apart from those elements, his visit included similar itineraries and schedules planned for other travelers.

Of the three travelers, Rovetta was the closest to "Maoism". Chapters usually started with a quote from Mao Zedong and Rovetta extensively used a political language very similar to the Chinese. Their enemies, both internal and external, including the PCU, were revisionists who had a "sad role as collaborators of imperialism and reaction!" and Mao Zedong was "the greatest Marxist-Leninist alive" (ROVETTA, 1968, p. 15).

Rovetta's accounts clearly stated China as the most prominent and important communist country, since Beijing is "today the beacon and guide for revolutionary movements born soon after the Second World War" (ROVETTA, 1968, p. 16). Also, there was a sacralizing element in the book, visiting China resembled a pilgrimage to the land of the revolution. The place where the Chinese Communist Party was created, transformed into a museum, became for him a space for contemplation, as "There is an atmosphere of sanctuary here and those of us who had the privilege to read something about the revolutionary history of China necessarily feel very touched" (ROVETTA, 1964, p. 71).

The Chinese teachings, then, were fundamental. The Cultural Revolution was a positive movement that consolidated the dictatorship of the proletariat and vanquished bourgeois revisionism. The violence present in it, according to Rovetta, was minimal. But more importantly, the Chinese showed a path to revolutionary victory: armed struggle. Rovetta was interested in economic development and filled his book with statistics showing the advances in China, but differently from Bernhard and Galeano he seemed more confident that "with a rifle it is possible to take power" (ROVETTA, 1964, p. 93) and that "each day this truth [power through armed struggle] is mastered by the oppressed people and those decided to fight" (ROVETTA, 1964, p. 161).

This conviction about the Chinese Revolution is probably what caught CIB's attention and furthered the partnership. Regardless, Rovetta disagreed with some aspects of CIB's approach. The Chinese wanted him to open a new bookstore and to receive money directly from its agencies, instead of only material to sell. The idea was to turn *Nativa Libros* into a permanent base for distribution of their literature. Rovetta disagreed, as he thought it was too dangerous and



would expose him to persecution in an increasingly authoritarian Uruguay. Additionally, Rovetta desired to maintain a part of his autonomy from Beijing (ZHANG; XIE, 2019, p. 220-221). Nevertheless, that did not hurt his relations with the Chinese. Rovetta kept publishing their books in Montevideo and, later, in Argentina. In 1975, after persecution in both countries, he and his family went into exile in Beijing.

Rovetta's trajectory shows an interesting point on the construction of the New Left in Uruguay: those more aligned with the so-called "Chinese line" had a big degree of independence and agency, they appropriated the Chinese repertoire according to their own beliefs and implemented it according to their contexts. Even Maoists were not fully subjugated to the designs of Beijing, the Chinese could train them, send material, and financial support, but it was up to those Latin Americans to do their revolution.

Conclusion: Paths, possibilities, and dilemmas of the New Left during the Cold War

Months after his trip and at the conclusion of his book, Bernhard could summarize to the Uruguayan public what he understood about China, "We saw a poor country, economically backward, inhabited by a marvelous people that fights and works" (BERNHARD, 1964, p. 86), a nation that still faced severe technological problems, but was on the right path to develop. Its people had a historical responsibility and knew that they would unlikely enjoy the fruits of prosperity, but "They do not care that it is not for them, their sons will enjoy it" (BERNHARD, 1964, p. 86). But more importantly, they "Live in a world that is hard for us, accustomed or resigned to other things, to understand" (BERNHARD, 1964, p. 87). This was, of course, a discourse marked by alterity that delineated cultural differences, but it also pointed out that other ways of being in the world existed and that another world was possible.

This was precisely what the self-proclaimed Uruguayan New Left sought: alternatives for a reality they felt as decaying and a possible solution for the perceived crisis. China was interpreted in various, sometimes contradictory ways, but it had an impact on the formation of identity of the transforming lefts. The repertoire of dissent of those movements was vast and complex and encompassed several references, the perceptions on the Chinese Revolution were multiple and eluded what is commonly reduced to Maoism, even in countries where Maoist groups were scarce.



Uruguayans interpreted the Chinese experience as an interesting development model, a revolution from the margins, and as an anti-imperialist symbol. To those who were more or less connected to the *terceirismo* it meant a position not subjected to the United States or the Soviets and it was perceived as so: to Alberto Suárez, member of the PCU, Bernard and Galeano not only ignored the problems inherent to the Chinese criticism to the Soviet Union, they used “the Chinese thesis in the hard task of remolding *tercerismo*” and that Vivián Trías used it to “insist in the old opinion of a Latin American revolution with its own strategy” (SUÁREZ, 1964, p. 68-69). It is clear that the group was not perceived as Maoist or entirely pro-China but that it used the Chinese stance to think about their own place in the world.

Nonetheless there was no consensus among this New Left, as we saw that individuals such as Rovetta were more aligned with China (but never under its total control). This reinforces the plurality of the New Left and its definition as a “movement of movements”. There were shifting positions, doubts, and conflicts on how to interpret China and how to deal with its proposals, but China was an important source upon which the transforming left built its revolutionary imaginary, its narratives, and its repertoire of dissent in the moment those groups were looking for alternatives. Undoubtedly, for this New Left, China was a revolution on and of the margins and one of the biggest challenges the poor world could pose to the West and to Moscow, the “red-hot challenge of revolution of the periphery of the world” (GALEANO, 1964, p. 166). Other experiences were more present and representative, such as the Cuban Revolution, but China and other Asian and African processes were also formative of the Latin American left and had a role in constructing a transnational set of practices and imaginaries among radical groups in the so-called Third World.

After the death of Mao Zedong in 1976 and the reforms implemented by Deng Xiaoping, the majority of the revolutionary Latin American left lost its allure for China. Most Maoist groups turned to Albania and Hoxhism, in agreement with its criticism of “revisionism” and of social-imperialism against the new government. Sympathetic individuals also distanced themselves, especially after China invaded Vietnam in 1979, an aggression against a symbol that mobilized Latin American leftists during the 1960s and 1970s.¹⁶ Positive references to China became scarce in Uruguay and other South American sources during the 1980s and the first half of the 1990s, with few exceptions, like the Peruvian Sendero Luminoso, even if the group had to refer to



the past, to the Maoist period to build its own political platform. After the end of the military dictatorships and the return to democracy, most leftist groups in the region remained laconic about what China could provide to their countries. It would only return to notoriety when the Asian giant showed its tremendous growth and started challenging western hegemony once again, and when the increasing Chinese economic presence in Latin America could serve to counterbalance the strong, unequal ties with the United States. Yet, this perception, was again under dispute, as some intellectuals (SVAMPA, 2019) criticized the new relations with China as a growing dependence and that it furthered extractivism in the region.

References

- A.F.S. La rivalidad entre Occidente y Oriente durante el año 1949. *Marcha*, Montevideo, n. 510, p. 8-10, 30 dez. 1949.
- A.F.S. Los tres quintos de la humanidad entran en juego. *Marcha*, Montevideo, n. 761, p. 13-14, 29 abr. 1955.
- ALBURQUERQUE, Germán. *La trinchera letrada: intelectuales latinoamericanos y guerra fría*. Santiago de Chile: Ariadna, 2011.
- ALBURQUERQUE, Germán. Tercermundismo en el Cono Sur de América Latina: ideología y sensibilidad. Argentina, Brasil, Chile e Uruguay, 1956-1990. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, n. 13, p. 140-173, 2014.
- ALDRIGHI, Clara. *La Izquierda Armada: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros*. Montevideo: Trilce, 2001.
- BERNHARD, Guillermo. Uruguay: país subdesarrollado. *Época*, Montevideo, n. 361, p. 2, 18 jun. 1963.
- BERNHARD, Guillermo. *Crónicas Chinas*. Montevideo: Carumbé, 1964.
- CADART, Claude. Mao: Hacia la V Internacional?. *Marcha*, Montevideo, n. 1140, p.16-18, 11 jan. 1963.
- CAETANO, Gerardo. La partidocracia uruguaya: tradición y agenda reciente. *Secuencia*, México, n. 32, p. 103-134, 1995.
- CON LA CHINA antimperialista. *Época*, Montevideo, n. 623, p. 5, 14 mar. 1964.



DE CRISTÓBAL Colón a Pedro Berro. *Marcha*, Montevideo, n. 514, p. 7, 3 fev. 1950.

DUBINSKY ROVETTA, Pablo Vicente. *Los años setenta en China: recuerdos de un Oriental en Oriente*. Sevilla: Universo de Letras, 2020.

EL TERCER Mundo, eje de los cambios en los años 70. *Cuadernos del Tercer Mundo*, México, n. 36, p. 6-9, 1980.

EN BUSCA de un camino. *Marcha*, Montevideo, n. 1299, p. 5, 15 abr. 1966.

ESPECHE, Ximena. *La paradoja uruguaya: intelectuales, latinoamericanismo y nación a mediados del siglo XX*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

FRANK, Waldo. La conferencia de Bandoeng y las Américas. *Marcha*, Montevideo, n. 760, p. 1 - 3, 22 abr. 1955.

FREEDEN, Michael. Crisis? How is that a crisis? Reflections on an overburdened world. *Contributions to the History of Concepts*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 12-28, 2017.

GALEANO, Eduardo. *China 1964: crónica de un desafío*. Buenos Aires: Jorge Álvarez, 1964.

GARCÉ, Adolfo. El Partido Comunista de Uruguay y la vía pacífica. In: JORNADAS INTERESCUELAS, 14., 2013, Mendoza. *Actas [...]*. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013. p. 1-20.

GENEROSO, Lidia. *Cara y Cruz: a conferência tricontinental sob os olhares do semanário Marcha*. *Temporalidades*, Pampulha, v. 9, n. 2, p. 49-75, 2017.

GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012.

GOSSE, Van. *Rethinking the New Left: An Interpretative History*. New York: Palgrave Mcmillan, 2005.

GUTIÉRREZ, Carlos María. Los bueyes del pueblo. *Marcha*, Montevideo, n. 1317, p. 20-21, 19 ago. 1966a.

GUTIÉRREZ, Carlos María. La razón y la emoción. *Marcha*, Montevideo, n. 1318, p. 11, 26 ago. 1966b.

HABERMAS, Jürgen. *Legitimation Crisis*. Cambridge: Polity Press, 1988.



KAROL, K. S. Qué se hace con los chinos? *Marcha*, Montevideo, n. 1176, p. 15, 4 out. 1963.

LA MURALLA China. *Marcha*, Montevideo, n. 498, p. 6, 11 mar. 1949.

LA EXPLOSIÓN de 'maoísmo'. *Época*, Montevideo, n. 1426, p. 5-7, 31 ago. 1966.

LA REVOLUCIÓN China cumple quince años. *Época*, Montevideo, n. 819, p. 5, 1 out. 1964.

LEIBNER, Gerardo. Condicionantes de "la teoría de la revolución continental" de Rodney Arismendi. *In: Jornadas de Historia de las Izquierdas. "Las 'Ideas fuera de lugar'? El problema de la recepción y la circulación de ideas en América Latina*, 5, 2009, Buenos Aires. *Anales [...]*. Buenos Aires: CEDINCI, 2009, p. 67-89.

LENOIR, Thomas. Jrushchov y Mao Tse-Tung. Qué gana occidente? *Marcha*, Montevideo, n. 1084, p. 11 e 14, 17 nov. 1961.

LOCANE, Jorge; STRABUCCHI, María Montt. Cultura China y Capricornio. Dos proyectos pioneros para el comercio simbólico (y material) entre América Latina y China. *Revista Izquierdas*, Santiago, n. 49, p. 2521-2544, 2020.

LÜTHI, Lorenz M. *The Sino-Soviet Split: Cold War in the Communist World*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

MACAO. *Marcha*, Montevideo, n. 634, p. 6, 8 ago. 1952.

MACHADO, Carlos. Disputa en la frontera. *Época*, Montevideo, n. 136, p. 3, 22 out. 1962.

MACHADO, Carlos. Moscú y Pekín: dos vértices. *Época*, Montevideo, n. 251, p. 4, 20 fev. 1963a.

MACHADO, Carlos. Las vueltas de la historia. *Época*, Montevideo, n. 462, p. 2, 27 set. 1963b.

MACHADO, Carlos. Resultados en China. *Época*, Montevideo, n. 466, p. 2, 1 out. 1963c.

MARCHA. Al borde de la guerra. *Marcha*, Montevideo, n. 556, p. 1, 8 dez. 1951.

MARCHESI, Aldo. *Latin America's Radical Left: Rebellion and Cold War in the Global 1960s*. New York: Cambridge University Press, 2018.



MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania. Solari y Trías: dos trayectorias intelectuales en la Guerra Fría. *Prismas*, n. 23, p. 227-233, 2019.

MARKARIAN, Vania. *Left in Transformation: Uruguayan Exiles and the Latin American Human Rights Network, 1967-1984*. New York: Routledge, 2005.

MARKARIAN, Vania. *Uruguay, 1968: Student Activism From Global Counterculture to Molotov Cocktails*. Oakland: University of California Press, 2017.

MASSERA, José Luis. Acerca de los sucesos en China. *Estudios*, Montevideo, n. 43, p. 78-97, 1967.

MENDES FRANCE, Pierre. China, África y el resto del mundo. *Marcha*, Montevideo, n. 1023, p. 1-10, 26 ago. 1960.

MOSCÚ-PEKÍN. *Época*, Montevideo, n. 454, p. 10-11, 18 set. 1963.

MORAÑA, Mabel. *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana/University of Pittsburgh, 2003.

ORTEGA, Jaime. ¿Es la comunapopular la revolución? Los viajeros latinoamericanos en la China Roja. *Izquierdas*, Santiago, n. 49, p. 2500-2520, 2020.

PALIERAKI, Eugenia. The origins of the 'third world': Alfred Sauvy and the Birth of a Key Global Post-War Concept. *Global Intellectual History*, [s. l.], p. 1-30, 2023.

QUIJANO, Carlos. Qué hacer? rebeldes con causa. *Marcha*, Montevideo, n. 1042, p. 4, 13 jan. 1961.

RATLIFF, William E. Communist China and Latin America, 1949-1972. *Asian Survey*, Berkeley, n. 10, p. 846-863, 1972.

REAL DE AZÚA, Carlos. *Tercera posición, nacionalismo revolucionario y tercer mundo: una teoría de sus supuestos*. Montevideo: Cámara de Representantes, 1996.

REIS, Mateus Fávaro. *Americanismo(s) no Uruguai: os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969)*. São Paulo: Alameda, 2014.

REY TRISTÁN, Eduardo. *A la vuelta a la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973*. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

REY TRISTÁN, Eduardo; MARTÍN ÁLVAREZ, Alberto (ed.). *Building the Radical*



Identity: The Diffusion of the Ideological Framework of the New Left. New York: Peter Lang, 2022.

RODRÍGUEZ, Enrique. China: otro gigante de pie y en marcha. *Estudios*, Montevideo, n. 13/14, p. 76-88, 1960.

ROTHWELL, Matthew. *Transpacific Revolutionaries: the Chinese Revolution in Latin America*. New York: Routledge, 2013.

ROVETTA, Vicente. *China: el derecho a rebelarse*. Montevideo: Nativa Libros, 1968.

ROVETTA, Pablo. Era 1889 y un emisario chino de la dinastía Qing pasó por Montevideo. *China – Reflexiones Orientales*. [Montevideo], 8 nov. 2022. Disponible em: <http://www.pablo-rovetta.com/2022/11/era-1885-y-un-emisario-chino-de-la.html>. Acesso em: 01/07/2023.

RUPAR, Brenda. El debate Chino-Soviético y la emergencia del Maoísmo como corriente política diferenciada en el movimiento comunista internacional. *Historia Contemporánea*, Barrio Sarriena, n. 57, p. 559-586, 2018.

SOSA, Jesualdo. *Conocí China en otoño*. Montevideo: Ediciones Meridión, 1958.

SUÁREZ, Alberto. Una tergiversación del Marxismo-Leninismo. El documento de 25 puntos del Partido Comunista Chino. *Estudios*, Montevideo, n. 27, p. 67-82, 1964.

SURI, Jeremi. *Power and Protest: Global Revolution and the Rise of Détente*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

TENG, Wei. Doubts and puzzles: young Galeano writing about New China during the Sino-Soviet Split. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, California, n. 3, p. 138-160, 2020.

TERCERA Posición. *Marcha*, Montevideo, n. 423, p. 5, 9 abr. 1948.

URREGO, Miguel Ángel. Historia del maoísmo en América Latina: entre la lucha armada y servir al pueblo. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, n. 44, p. 11-135, 2017.



VILLAÇA, Marina. O semanário *Marcha*, Carlos Quijano e a configuração de um circuito cultural de resistência no Uruguai (anos 1960-1970). *Hydra*, Guarulhos, n. 3, p. 257-272, 2017a.

VILLAÇA, Mariana Cuba e a Esquerda Uruguiaia: o Encontro da Olas (Organización Latinoamericana de Solidaridad, 1967) nas páginas de *Marcha*. *Projeto História*, São Paulo, v. 59, p. 309-336, 2017b.

ZHANG, Kun; XIE, Xiaoxiao. “Call me comrade, not mister”: Vicente Rovetta and the Spread of Maoism in Latin America’s Global Sixties. *The Sixties*, [s. l.], v. 12, n. 2, 205-237, 2019.

ZHOU, Enlai. Premier Chou En-lai’s speech welcoming the Cuban economic mission. *Pekin Review*, Peking, n. 47, p. 5-6, 1960.

ZOUREK, Michal. Los servicios secretos del Bloque Soviético y sus aliados en América Latina: Partido Colorado y el Partido Nacional en los planes de la inteligencia checoslovaca en Uruguay. *Izquierdas*, Santiago, n. 49, p. 4120-4139, 2020.

WESTAD, Odd Arne. *Brothers In Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1954-1963*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 1998.

Notas

¹Investigador Assistente - Universität Hamburg. <https://orcid.org/0000-0002-4985-5275>.

²We are responsible for all translations.

³In March 1889 a boat arrived at Montevideo bringing Fu Yunlong, the first emissary of the Qing Dynasty in Latin America. During his stay, part of a larger expedition in the Americas, he took small notes about the city and was astonished with the high quantity of Italian immigrants, but remarked that there were no Chinese there, differently from what he encountered in Peru and Cuba. (ROVETTA, 2022).

⁴There is controversy on the uses of the term *New Left*. Multifaceted, it is best defined as a “movement of movements that was considerably greater than the sum of its parts” (GOSSE 2005, p. 2). It is usually associated with the loss of antisystemic character of the international communist movement during the 1950s and the need to renew Marxism, especially in face of the contributions made by countries by the so-called Third World (REY TRISTÁN, MARTÍN ÁLVAREZ 2022, p. 3). In Uruguay, its emergence was related to the political and economic crisis started in the 1950s and the questioning of both liberal democracy and the traditional party system as instruments to solve said crisis, which led the left to search for new models. Usually, historiography argues that the New Left in Uruguay was composed by groups such as the *Movimiento de Liberación Nacional*



– *Tupamaros*, the *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), the *Partido Comunista Revolucionario del Uruguay* (Maoists), and the *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU). However, as opposed to some European cases, the definition of the Uruguayan New Left is blurry, as traditional leftist parties and groups, such as the *Partido Socialista*, the *Partido Comunista*, and several anarchist groups were also involved in the discussion of the *crisis* of the country and proposed alternatives for what they considered old practices (MARKARIAN, 2017; REY TRISTAN, 2006). Groups that opted for more radical approaches, both in counterculture and armed struggle, usually derived from those organizations often maintained contact with them.

⁵Drawing from MARCHESI (2018) and SURI (2003) we define a repertoire of dissent as a set of ideas, representations, and practices formulated and adopted by the various revolutionary groups in Latin America during the Cold War that elaborated disruptive narratives seeking to bring about radical change.

⁶For more information on the Sino-Soviet Split, check Westad (1998) e Lüthi (2008).

⁷*Marcha* was a very plural and heterodox publication, it grouped individuals that were united, perhaps, by the anti-imperial creed of its director, Carlos Quijano. Any attempt to see a unique stance of *Marcha* regarding Americanisms or the Cuban Revolution would be reductive of its long and rich experience (MORAÑA, 2003, p. 11-12; REIS, 2014).

⁸For the Uruguayan participatory (*partidocracia*) check CAETANO (1995).

⁹The original text was written between 1961 and 1963 and published posthumously.

¹⁰For those magazines check Locane; Strabucchi (2020).

¹¹Bernhard and Galeano were both common collaborators in *Marcha* and *Época*. In fact, Galeano worked closely with Carlos Quijano and had a regular role in *Marcha*. Later, in 1963, Quijano suggested Galeano's name to occupy the position of director of *Época*, a job he held for almost two years. Eduardo Galeano was the youngest director of a large newspaper in Uruguay.

¹²For this debate, check Gilman (2012).

¹³The group that composed *Época* had members from the *Partido Socialista de Uruguay* (PSU), the *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU), the *Movimiento de Acción Política Uruguayo* (MAPU), *Movimiento Revolucionario Oriental* (MOR) and the maoist *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). The Communist Party chose not to participate, but one of its groups, *Frente Izquierda de Liberación* (Fidel) was very active on the newspaper. Occasionally members of the *Partido Obrero Revolucionario* (*Trotskista*) also published.

¹⁴Bernhard capitalized the whole sentence.

¹⁵Intelligence services of Czechoslovakia had the same approach. When the Czech agency opened its first station in Montevideo in 1961 it listed the reasons to choose the smallest and less populated country of South America as a base for operations: freedom to carry activities and to publish political material, possibility of expanding said activities to neighboring nations, a strong sympathy for the Cuban Revolution, and the existence of exiled communities of other countries, such as Paraguay and Guatemala, that would allow new political connections (ZOUREK, 2020, p. 4123-4124).

¹⁶For instance, the famous plurinational magazine *Cuadernos del Tercer Mundo/Cadernos*



do Terceiro Mundo clearly stated in 1980 that China now constituted a paradoxical menace to the progressive forces of Asia and of the World (EL TERCER..., 1980, p. 8).

Thiago Henrique Oliveira Prates
Revolution from the margins:
Uruguayan New Left narratives on the
People's Republic of China (1950s-1960s)

Oppressed, Resistant, and
Revolutionary: The Third
World as Designed in the
OSPAAAL Graphic Art

Oprimido, resistente e
revolucionário:
o Terceiro Mundo
representado na gráfica da
OSPAAAL

Natália Ayo Schmiedecke¹



Abstract: This article analyzes the Third Worldist project of the Organization of Solidarity with the Peoples of Africa, Asia and Latin America (OSPAAAL) by focusing on its graphic production. OSPAAAL was founded during the Tricontinental Conference in 1966 and existed until 2019, based in Havana. I argue that the organization played a prominent role in the dissemination of images about the so-called Third World, allowing a certain interpretation of its meaning – associated with the notions of oppression, resistance, revolution, and solidarity – to be visualized at an international level. Different strategies used by artists who worked for OSPAAAL to visually approximate different contexts, in order to sustain this narrative, will be examined. This study is part of the so-called new Cold War historiography and aims to highlight the role played by actors from the Global South in the (re)elaboration and circulation of narratives about the world order in the second half of the twentieth century. **Keywords:** political graphic design; solidarity; third world; OSPAAAL; cold war.

Resumo: Este artigo analisa o projeto terceiro-mundista da Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (OSPAAAL), enfocando sua produção gráfica. A OSPAAAL foi criada em 1966 durante a Conferência Tricontinental e existiu até 2019, sediada em Havana. Argumento que a organização desempenhou um papel destacado na divulgação de imagens sobre o então chamado Terceiro Mundo, permitindo que certa interpretação sobre seu significado – associada às noções de opressão, resistência, revolução e solidariedade – fosse visualizada em nível internacional. Serão examinadas diferentes estratégias utilizadas pelos artistas que trabalharam para a OSPAAAL para aproximar visualmente diferentes contextos a fim de sustentar esta narrativa. Este estudo se insere na chamada nova historiografia da Guerra Fria e visa ressaltar o protagonismo dos



atores do sul global na (re)elaboração e circulação de narrativas sobre a ordem mundial na segunda metade do século XX. **Palavras-chave:** gráfica política; solidariedade; terceiro mundo; OSPAAAL; guerra fria.

Natália Ayo Schmiedecke
Oppressed, Resistant, and Revolutionary:
The Third World as Designed in the OSPAAAL Graphic Art



In recent years, the literature has paid increasing attention to north-south and south-south relations during the Cold War. Furthermore, it became clear that this conflict had an important cultural dimension, involving a multitude of actors and narratives. Some of the recently published books that demonstrate these new approaches display on their covers posters produced by the Organization of Solidarity with the Peoples of Asia, Africa and Latin America (OSPAAAL).² OSPAAAL was founded as an NGO in Havana during the 1966 Tricontinental Conference with the purpose of supporting and coordinating revolutionary struggles at a global level and existed until 2019, led and mainly funded by the Cuban government. Both the Tricontinental and OSPAAAL are still relatively understudied topics, but scholars have been pointing out that they were landmarks of the Third World project in the second half of the twentieth century (FALIGOT, 2013; GENEROSO, 2018, 2020; LEÓN 2021; PRASHAD, 2007).

The new Cold War historiography underscores the conceptual importance of the Third World, but there are still few studies that focus on its circulation and resemantization.³ In this article, I argue that OSPAAAL played a prominent role in the dissemination of images about the Third World, allowing a certain interpretation of its meaning to be visualized at an international level. By doing so, OSPAAAL graphic art contributed to the (self-)construction of the Third World as a community of peoples that resisted capitalism and imperialism and that would be responsible for revolutionizing the world order.

According to historian Eugenia Palieraki (2023), the “Third World” concept, coined in a text by French demographer Albert Sauvy in 1952, became global during the Cold War. Although it was originally a sort of manifesto advocating France’s return to its earlier international hegemony, assuming a more active “paternalist” role over ex-colonies to avoid the communist revolution in these territories, the concept was later appropriated by left-wing politicians and intellectuals who “replaced Sauvy’s fear of ‘Third World’ revolution with their defense and advocacy of revolutionary anti-colonialism” (PALIERAKI, 2023, p. 11). Among other reasons, this was possible because, unlike the rest of the text, in its last sentence Sauvy used the term “tiers-monde” instead of “troisième monde,” establishing a comparison with the Third Estate of the French Revolution. As Palieraki points out, this is the only phrase of the text which has been widely circulated, being instrumental in linking the notions of the Third World, exploited groups, and revolution.

In his book *The Darker Nations. A People's History of the Third World*, historian



Vishay Prashad (2007) argues that the Third World was not a place, it was a project, as well as the institutions produced to carry it forward. He refers to a shared political platform aimed at guaranteeing political and economic sovereignty for the former colonized world (SAJED, 2020), having the United Nations as the major institution for planetary justice. But the ability to show itself as a cohesive force at the UN did not mean that there was a consensus on the concept of the Third World and the best way to defend its interests, as demonstrated by the various disputes and conflicts that marked events such as the Tricontinental Conference and the meetings of the Non-Aligned Movement (NAM) (ALBUQUERQUE; HERNÁNDEZ, 2019; LEÓN 2021; MAHLER 2018). In other words, although partially institutionalized through organizations such as the NAM, the Afro-Asian Peoples' Solidarity Organization (AAPSO), and the OSPAAAL, third worldism was a very heterogeneous phenomenon (DJAGALOV, 2020).

I agree with historian Lúcia Generoso (2018) when she proposes to conceive of the Third World as a concept that brings within itself the aporetic character that keeps it in dispute, re-interpretation, movement, and transformation. In this perspective, rather than looking for a precise definition, it is worth investigating the multiple answers given to the question “What is the Third World?” in each context. In her study on the first decade of the *Tricontinental* magazine, published by the OSPAAAL Executive Secretariat, Generoso found that the Third World appears in it as an object under construction. The magazine published theoretical texts on the Third World and discussed aspects that were understood at the time as common to Africa, Asia, and Latin America. Recurring topics were the experience of colonization in the past and/or present, the unequal and dependent insertion of these regions in the global design of capitalism, and their revolutionary potential. These theoretical debates were allied to attempts to consolidate political networks, “valuing the concept of the Third World as a catalyst for a collective political project around solidarity and the anticolonial and antiimperialist struggle” (GENEROSO, 2020, p. 462).⁴

Historians Jessica Stites Mor and Maria del Carmen Suescun Pozas (2018) argue for the ability of art to frame social issues and spread identity representations, generating empathy. According to the authors, solidarity presupposes empathy, which constitutes a form of political and social action. As we will see in the case of the posters, art can be used to convey a common identity and bridge cultural differences, to express a sense of solidarity with people who share or are expected to share the same values and goals (BLACK, 2018, p. 121). As



scholar Anne Garland Mahler (2018, p. 127-128) puts it, OSPAAAL materials were “directed toward the creation of a fellow feeling that would move people to action on behalf of its constituents across the globe”. The ends and means of what she calls “Tricontinentalism”⁵ would be the same: to make solidarity, a praxis “that both prepares for and pivots toward a new global relation.” Scholar David Featherstone (2012, p. 7-8) draws attention to the fact that solidarity can be forged through political antagonism, for example, by opposing inequality and oppression. This is a central feature of the OSPAAAL posters and relates to the way they conceived of the Third World, as I will demonstrate.

Scholars have drawn attention to the specificities of the narratives connected to the Tricontinental Conference in the framework of twentieth-century anti-imperial projects. Among them, works by Mahler (2018) and Stites Mor (2022) stand out for the centrality they give to OSPAAAL cultural production and for their valuable analysis of selected images. In Stites Mor's case, there is an emphasis on posters that thematize the Middle East and North Africa (MENA) region, while Mahler privileges those that support anti-racist struggles both in the United States and in South Africa. Stites Mor focuses her analysis on the concept of solidarity promoted by OSPAAAL, relating it to Cuban foreign policy and the disputes within Third World organizations. The author convincingly argues that, during the late 1960s and early 1970s, the OSPAAAL posters were part of Fidel Castro's efforts to radicalize both OSPAAAL and the NAM, to “increase the Cuban leadership and advocate for its interests in these places” (STITES MOR, 2022, p. 64). For this purpose, the posters promoted a notion of political solidarity that moved away from Nasserism, which Castro saw as an obstacle to Cuban approaches to solidarity action in international institutions (STITES MOR, 2022, p. 62-68). In turn, Mahler argues that “Tricontinentalism” must be understood in the long term and beyond the objectives of the Cuban state. She claims that the way this ideology conceived of race (what she calls “metonymic color politics”⁶) and imperial oppression (beyond geographical borders) differed from other contemporary leftist and anti-imperialist discourses, including third worldism (STITES MOR, 2022, p. 208). This article assumes that the latter was more heterogeneous than Mahler considers, and it is precisely within this framework that the OSPAAAL narratives should be considered.

The analysis of OSPAAAL materials presented here is not aimed at identifying its ideological affiliations, nor at discussing its greater or lesser alignment with Cuban foreign policy. Building on Generoso's findings, but focusing specifically on the OSPAAAL graphic art, I sought to identify how the



Third World was portrayed both in terms of topics covered and visual strategies used. Although other authors have addressed aspects of this narrative, they have not elaborated on what the general characteristics of the Third World envisioned by OSPAAAL were, and they mostly based their analysis on texts resulting from the Tricontinental Conference or published in the homonymous magazine. Differently, my analysis focuses on how the artists working for the organization portrayed the Third World.

As researcher Jorge Bermúdez explains, with the creation of OSPAAAL propaganda department,

Suddenly, designers had to face a process of visual codification of a great cultural diversity and, at the same time, adapt it to the plastic and graphic codes in which they had been professionally and culturally trained [...] Designing from a national culture such as the Cuban for multiple cultures with multiple languages, dialects, religious, and cultural problems was the greatest challenge of this poster design. (apud VILLAVERDE, 2013, p. 227)

How did the artists respond to this challenge? I will address this issue by highlighting the strategies used to visually bring together different contexts when calling for and rendering⁷ solidarity. For this purpose, a number of examples will be presented, mostly posters but also some images published in the *Tricontinental* magazine. The analysis will encompass different resources used by artists to build a visual narrative about the Third World, explaining the patterns observed. Therefore, the visual sources will be at the heart of the analysis, deviating from a recurring tendency in the studies on OSPAAAL, which is to use its published images to merely illustrate themes of the political situation described in the text. Instead of seeing artists as mere reproducers of an ideology imposed from above, this study takes them as active and important agents in the Third World project. Faced with the challenge of visually contributing to build this collectivity, they explored different paths, which will be analyzed in the following sections. First, however, I will present an overview of the artistic and political context in which OSPAAAL operated.

OSPAAAL and Cuban Poster Art

The “cultural front” was considered strategic by the leaders of the Cuban



Revolution since before their triumph over Fulgencio Batista in 1959.⁸ In the first months following the revolution, the Cuban Institute of Cinematographic Art and Industry (ICAIC), as well as Casa de las Américas, and the cultural supplement *Lunes de Revolución* were created, followed by many other cultural publications, institutions, and projects. However, over the course of the decade, tensions between intellectuals and the state intensified, and the early 1970s became known as the “gray years”, because creative freedom was severely curtailed, especially in the literary field (GALLARDO 2009; GORDON-NESBITT, 2015).

In the field of graphic arts, the Revolution inherited a very good infrastructure. In the late 1940s and 1950s, Cuba was used by the United States as a base for disseminating messages and products aimed at the Latin American market. Therefore, a great development of the advertising and graphic industry took place. Many of Cuba's graphic artists had formal training as designers – some of them, in the United States – and worked in advertising companies before the Revolution. After 1959, their work was redirected from a commercial function to a social and political function. The new political leaders did not establish an official aesthetic paradigm, as in the case of socialist realism in China and the Soviet Union. On the contrary, a multiplicity of art styles coexisted in the Cuban Revolution and many of them were in line with international trends such as Pop Art, Op Art, Conceptual Art, and the Polish poster school (BERMÚDEZ, 2015; LÉGER, 2013).

In the 1960s, 1970s and 1980s, the country's three main poster producers were ICAIC, which created posters for all national and foreign movies shown in Cuba; the publishing house of the Communist Party of Cuba⁹, which focused on internal information and propaganda; and OSPAAAL, whose posters were primarily directed at international political activists.¹⁰ OSPAAAL was founded during the Tricontinental Conference on January 15, 1966, and existed until 2019. The Tricontinental Conference took place in Havana and brought together representatives of 82 Latin American, African, and Asian countries, comprising heads of state and leaders of revolutionary movements, to discuss a collective political platform. Having as its antecedents the 1955 Afro-Asian Bandung Conference, the 1957 Afro-Asian People's Solidarity Conference, and the 1961 and 1964 Conferences of the Non-Aligned Countries, the Tricontinental meant the incorporation of Latin America into the Third World¹¹ and the radicalization of the debate on anticolonial and antiimperialist struggles.¹² It also made clear Cuba's quest for a leading role among leftist forces (FALIGOT, 2013; LEÓN,



2021; GENEROSO, 2023).

The word “solidarity” already appeared in the preparatory documents of the Tricontinental Conference. For example, one of them lists in the event’s agenda “Anti-imperialist solidarity among the Afro-Asian-Latin American peoples in the economic, social, and cultural aspects” (apud YOUNG, 2018, p. 520). Conceived as the main tool to concretize this project in the cultural field, OSPAAAL was based in Havana, had representatives from the three continents,¹³ and was divided into four departments, one of them being Information and Propaganda. Its main published materials were posters, the *Tricontinental Bulletin*, the *Tricontinental* magazine, and the ICAIC newsreel.¹⁴ As Mahler (2018, p. 182) points out, the main goals of these materials were helping to foment solidarity among liberation struggles around the world, supporting the creation of a global revolutionary subjectivity, and providing an ideological framework for Cuba’s military and financial support for struggles abroad.

The OSPAAAL posters were distributed along with the *Tricontinental* magazine. Conceived as the theoretical body of the organization’s Executive Secretariat, the magazine stated as its main objective to understand the great problems that the peoples of the Third World were facing and how to overcome them, “and, at the same time, systematically denouncing the criminal policies of [imperialism].” Therefore, it was intended to “serve as a medium of agitation, diffusion, and exchange [of] revolutionary experiences.”¹⁵ *Tricontinental* published interviews and articles by left-wing politicians and intellectuals from different parts of the world, including leaders of revolutionary governments and movements in Latin America (most of them), Africa, and Asia.¹⁶ The magazine was published in the periods 1967-1990 and 1995-2019 in Spanish and English¹⁷, and distributed in about 90 countries through Cuban government bodies and redistribution centers abroad.

Most of the *Tricontinental* issues included a folded poster.¹⁸ About 300 different posters were produced by OSPAAAL until 1990 and some dozen more over the next two decades. The artists who directed the OSPAAAL Department of Information and Propaganda were Alfredo Rostgaard (1966-1976), Rafael Enríquez (1977-1987 and 2005-2019), and Eladio Rivadulla (1991-1997).¹⁹ The wide range of styles present in the OSPAAAL posters is the result of both the directors’ different styles – more experimental and allegorical in the case of Rostgaard, more direct and realist in the case of Enríquez – and the aesthetic preferences of the many other artists who created posters for it. In addition, technological changes, as well as the economic situation of the organization



(compromising the availability of material resources), and the international situation (main theme of the posters) are some of the factors that impacted OSPAAAL graphic art over time.

However, it is possible to recognize some striking features of its posters. First, although the vast majority of them were printed in offset, they used the silk screen printing aesthetics (flat colors, limited number of colors, large areas of color, drawings with precise contour), which was the technique consecrated by the ICAIC poster art (BERMÚDEZ, 2015, p. 223). Second, OSPAAAL posters always displayed the organization's logo and usually presented the texts in four languages: Spanish, English, French, and Arabic. The latter was drawn manually because there were no typographic models available. This demonstrates that the artists working for the organization had to find creative solutions to technical problems resulting from the distance between the covered regions (VILLAVARDE, 2013, p. 226-227). As for the organization's logo,²⁰ it appeared for the first time in the pamphlet entitled *Toward the First Tricontinental Conference* (1965) and was created by artists Reinilde Suárez and Tony Évora (YOUNG, 2018, p. 518). It consists of a globe supported by an arm – formed by three lines, each one representing a continent – which holds a rifle. As I will show in the next items, the third striking feature of the OSPAAAL posters was the recurrent use of these and other symbols to address the international political situation, visually bringing together different contexts to claim the protagonist role of the Third World.

Similar Aesthetics and Common Symbols

Many *Tricontinental* issues had specific sections on Africa, Asia, and Latin America, in addition to a section that addressed issues common to the three regions.²¹ Thus, when opening the magazine, the reader encountered themes and images that gave prominence to these different regions and connected them. Especially recurrent were images of leaders considered representative of Third World struggles, visually bringing them closer. For instance, the table of contents of *Tricontinental* n. 127 is accompanied by an illustration of Ho Chi Minh and a picture of José Martí (Figure 1). The Vietnamese and the Cuban leaders are in similar poses, with their heads slightly turned to one side and their eyes looking ahead. Also, both wear civilian clothes and long beards (Ho Chi Minh) or mustaches (Martí). All these visual similarities, reinforced by the fact that the images are in black and white, suggest an ideological alignment. In the



Figure 1 - Table of contents of Tricontinental n. 127, 1990

SUMARIO

- AL LECTOR
- ÁFRICA Y MEDIO ORIENTE
- 4 CRISIS Y DEUDA EXTERNA EN ÁFRICA SUBSAHARIANA
Osvaldo Riestra V.
- ASIA
- 12 HO CHI MINH: SU VIDA Y SU OBRA
Eugenio Espinoza
- AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE
- 23 EL MILITARISMO EN PUERTO RICO
Charles Mohler
- 30 TELEVISIÓN MARTÍ EN EL EXPEDIENTE DE AGRESIONES DE EEUU CONTRA CUBA
Baldomero Álvarez Ríos
- UNA VISIÓN DE CONJUNTO
- 40 ES LA HORA DE LEVANTAR NUESTRA MORAL DE LUCHA
Raúl Castro Ruz
- LIBROS DE HOY
- 52 LA MARCA DEL ZORRO
Sergio Ramírez
- TRICONTINENTAL EN MARCHA
- 63 ACTOS EN LA SEDE DE LA OSPAAAL

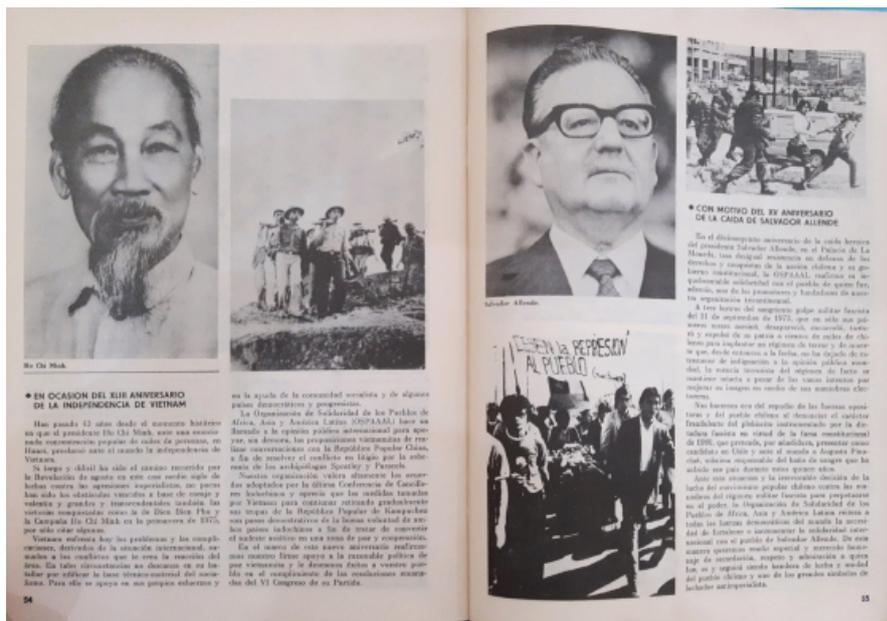
tricontinental ISSN 0304-4882
MAGAZINE
No. 127 1-90 aniversario
Organizado por el Secretariado Ejecutivo de la Organización de Solidaridad de los Pueblos de África, Asia y América Latina (OSPAAAL).
Se publica en español, inglés y francés.
REDACCIÓN CENTRAL
Calle No. 988 a 27 y 29, Vedado, Ciudad de La Habana, Cuba.
Apartado Postal 6234 y 6133
Tel.: 512259
Impreso en el Combinado Poligráfico "Oswaldo Sánchez"

AGENTES Y/O DISTRIBUIDORES:
DISTRIBUCIONA CENTRAL
Congreso de Comercio Exterior de Publicaciones, Apartado 805,
Ciudad de La Habana, Cuba.
CUBA (distribución exclusiva)
Expediente Central de Publicaciones, Organismo 454, Ciudad de
La Habana,
2-50 Jesús
PANAMA
Distribuidora Soria S, Apartado 2705, Panamá, R. de P.
USD 84.00
Costa Rica
América USD 100.00, Avenida del Sur USD 102.00, Europa
Occidental USD 84.00, África, Asia y Oceanía USD 110.00
o el equivalente en cualquier moneda.

Source: Photographed by the author at the library of Casa de las Américas.

same way, Figure 2 demonstrates that the link between different subjects was made or at least reinforced by the images that accompanied the texts published in the magazine. Here, a note on the anniversary of Vietnam's independence is followed by a note on the anniversary of the death of former Chilean President Salvador Allende. The major differences between both leaders and national contexts are nuanced through the presentation of the former side by side and in very similar poses, accompanied by other images that show the Vietnamese and Chilean peoples carrying forward the struggles initiated by them.

Figure 2 - Table of contents of Tricontinental n. 121, 1989, p. 54-55



Source: Photographed by the author at the library of Casa de las Américas.

Natália Ayo Schmiedecke
Oppressed, Resistant, and Revolutionary:
The Third World as Designed in the OSPAAAL Graphic Art

Sociedades Científicas



The same strategy was used in a note published in *Tricontinental* n. 4, in 1968, in honor of the second anniversary of the constitution of the OSPAAAL Executive Secretariat (Figure 3).²² It reproduces two posters created in the same year for the organization, one by artist Gladys Acosta and one by Jesús Forjans. By displaying the posters side by side, unlike how they normally circulated, the magazine highlighted their similarities. Both posters present in the foreground, on the lower left side, the profile of a young combatant pointing a weapon forward. In the first case, there is an illustration of a North Korean teenager or young adult holding an AK-47 rifle, and in the second case, a photograph of a Palestinian boy holding an RPD 44 machine gun. In the background, there are elements that contextualize these characters: a North Korean flag in the first case and a map of the region around Jerusalem in the second case. On other occasions, the strategy used by OSPAAAL artists to approximate struggles that took place in distant places was to use the same style of illustration (color palette, strokes), as in Figures 4 and 5. They correspond to the back covers of *Tricontinental* n. 106 (1986), that is, images designed, probably by the same artist, to be seen in sequence. While one of them depicts in the foreground an anonymous Kampuchean²³ soldier, the other depicts the Nicaraguan revolutionary Augusto César Sandino. In addition to the illustration style, the character's body part depicted (bust), the direction of their gaze, and common features such as black hair and hats help to bring them closer visually.

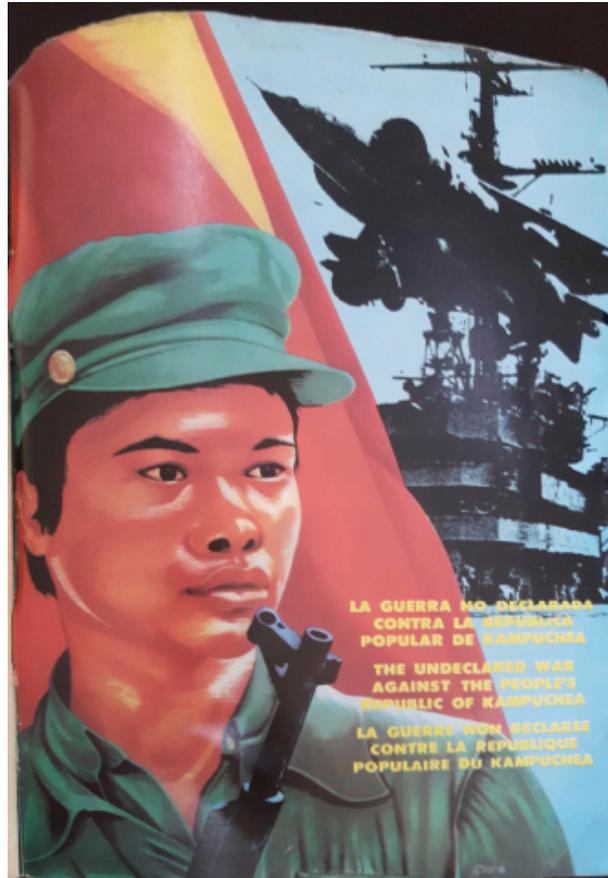
Figure 3 - Fragment of the article “Deux années du secretariat de l’OSPAAAL”. *Tricontinental* n. 4, 1968, p. 152 (French edition)



Source: Photographed by the author at the library of Casa de las Américas.

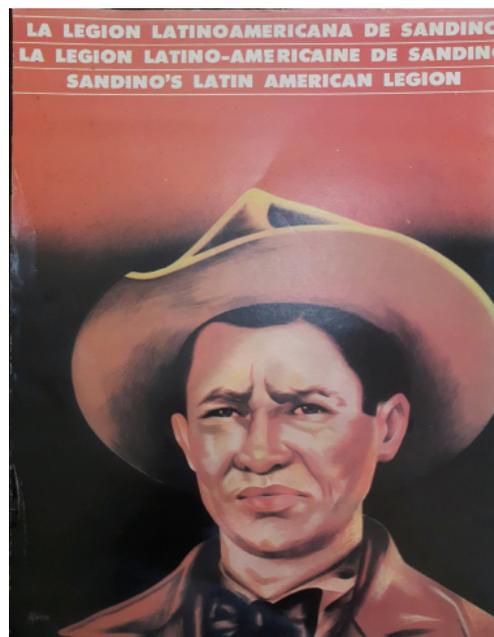


Figure 4 - Internal back cover of Tricontinental n. 106, 1986



Source: Photographed by the author at the library of Casa de las Américas.

Figure 5 - Back cover of Tricontinental n. 106, 1986



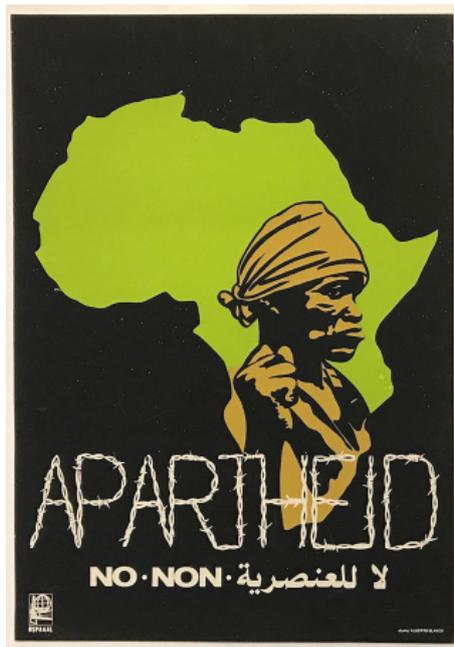
Source: Photographed by the author at the library of Casa de las Américas.



In the case of the posters, a resource introduced in 1968 with logistical purposes would reinforce the notion that the issues addressed were common to the three continents: the presentation of the text in four languages simultaneously.²⁴ Furthermore, by emphasizing image over text, OSPAAAL artists sought to ensure that the message could also be understood by nonspeakers of these languages, as well as by illiterate people. Symbols played a central role in the formulation of these messages. Through them, the Third World was associated with the notions of resistance and revolution, and this was done by showing the oppressed condition of certain peoples, the obstacles they had been facing, and their resolution to fight and to win. Recurring symbols used for this purpose

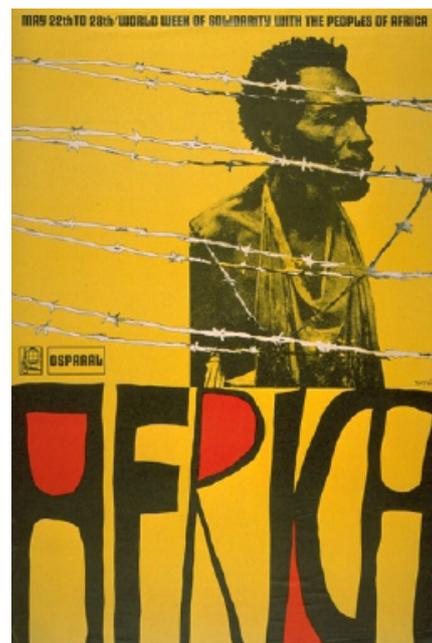
Natália Ayo Schmiedecke
Oppressed, Resistant, and Revolutionary:
The Third World as Designed in the OSPAAAL Graphic Art

Figure 6 - Poster by Alberto Blanco, OSPAAAL, [1982]



Source: Macphee (2019)

Figure 7 - Poster by Tony Évora, OSPAAAL, 1967



Source: Available at: <https://www.docspopuli.org/CubaWebCat/detail.np/detail-06.html25>



Figure 8 - Poster by Tony Évora,
OSPAAAL, 1967



Source: Available at: <https://www.ospaaal.com/detail/4b.html>

Tony Évora, there is a black and white picture of a man who has a tired face and wears worn clothes. Here, barbed wire can also be taken as a reference to colonialism and social inequality, since in former British colonies in Africa many forced labor camps, prisons, and properties such as farmers and mines were usually secured with this material (FORTH, 2017; NETZ, 2004). This would be a plausible interpretation on the part of Latin American observers, as they were also used to seeing prisons and agricultural properties surrounded in this way. Therefore, the image captures a common feature, allowing the message to be understood on the other side of the Atlantic. In another poster (Figure 8) published the same year, the same artist seems to X-ray the Latin American societies, revealing the miserable environment in which children (also in worn clothes) have lived and died. There is a call to action in the text accompanying the image, which reads: “Every year by which Americas liberation may be

were barbed wire, chains, defiant looks, the clenched fist, and certain types of weapons.

Barbed wire was mostly used in OSPAAAL materials to symbolize apartheid in South Africa (Figure 6). Since this symbol denotes oppression and has been associated with Nazi concentration camps (KRELL, 2002; NETZ, 2004), it was powerful in denouncing the racist policies of the South African government. Sometimes OSPAAAL posters also used barbed wire to refer to Africa as a whole, implying that it was a continent plagued by racism beyond official apartheid regimes (Figure 7).²⁶ Figure 7 also shows that portraying poverty was another way artists used to refer to the oppression faced by sub-Saharan Africans. In the background of this poster by artist

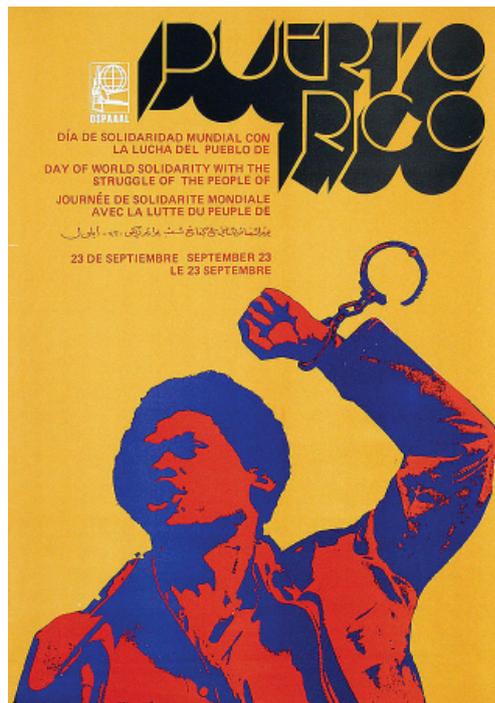


Figure 9 - Poster by Olivio Martínez, OSPAAAL, 1974



Source: Available at: <https://www.ospaaal.com/detail/63blg.html>

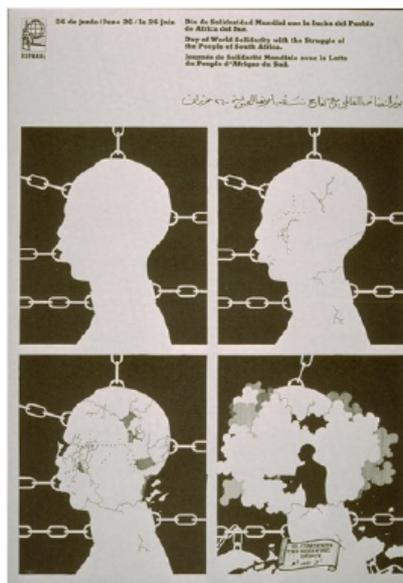
Figure 10 - Poster by Rolando



Source: Poster by Rolando Córdova, OSPAAAL, 1976.



Figure 11 - Poster by Olivio Martínez, OSPAAAL, 1974



Source: Available at: <https://www.docspopuli.org/CubaWebCat/detail.np/detail-79.html>

hastened will mean millions of children rescued from death.” (JOUNEE..., 1969).

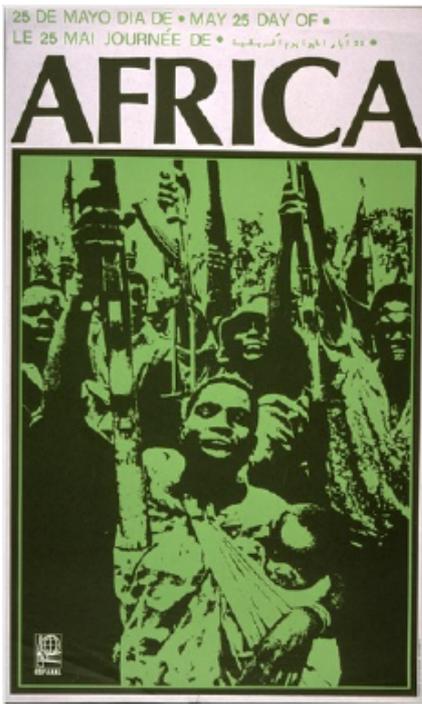
Chains and handcuffs, which alluded to slavery, were also symbols of oppression recurrently used on OSPAAAL posters. But, as it is possible to infer from the raised fist of the woman portrayed in Figure 6 and the text at the top of Figure 8, the message conveyed was one of resistance. Likewise, in a 1974 poster by Olivio Martínez (Figure 9), the recent independence of Guinea Bissau and Cape Verde was represented as a break in the chains that used to tie them to Portugal. The image in the background corresponds to the flag adopted by Guinea-Bissau in 1973, which was inspired by the flag of the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde, led by Amílcar Cabral²⁷. The same symbolism of rupture appears in a poster created two years later by artist Rolando Córdova (Figure 10). In the foreground of this photomontage, there is a representative of the independence movement of Puerto Rico raising his clenched fist, recalling the Black Power aesthetics. In this case, it was not a matter of commemorating an event that had already taken place, since Puerto Rico remains tied to the United States to the present day. Here, the breaking of the handcuffs represents a project, an objective whose achievement seems assured given the resolution of the character. The image of the clenched fist stands out, which at that time was consecrated as a symbol of antifascist struggles and since the late 1960s had been associated with the Black Panthers movement.²⁸ Significantly, like the chains, the clenched fist was used on the



OSPAAAL posters primarily to portray the struggles of African Americans, Afro-Puerto Ricans, and dark-skinned Africans, that is, as a both antiracist and antiimperialist symbol that connected struggles carried out in different parts of the world.

The poster presented in Figure 11 also refers to a project that had yet to materialize: the end of the apartheid regime in South Africa, a cause that received open Cuban military support. Here artist Olivio Martínez used the repeating pattern often seen in pop art works to tell a story. In the first frame, a profile head is tied together with chains. In the second, cracks start to appear and it seems that the head is being pulled apart by the chains. The destruction continues until the head is blown apart in the final frame, revealing the image of a man holding a gun. The idea transmitted is that, before the currents destroy this person, they must end this situation of oppression themselves. In other words, the apartheid system could only be defeated through revolutionary struggle, demanding a change of mentality and an active attitude on the part of the oppressed subjects. The fact that the poster uses only the colors black and white to refer to apartheid is also meaningful. Both the chains and the head linked to them are presented in white, while the person holding the gun is black. At the bottom of the fourth scene, it reads “The beginning,” implying a

Figure 12 - Poster by Víctor Manuel Navarrete, OSPAAAL, 1977



Source: Available at: <https://www.docspopuli.org/CubaWebCat/detail.np/detail-03.html>



Figure 13 - Poster by Jesús Forjans, OSPAAAL, 1969



Source: Available at: <https://rifri-typo.ch/Sammlung/Plakate/cuba>

Figure 14 - Poster by Asela Pérez, OSPAAAL, 1970



Source: Available at: <https://www.commarts.com/project/6974/cuba-si>

new historical stage opened by the struggle represented by the black character.

This poster leads to another recurring motif on the OSPAAAL posters: weapons. They were portrayed to reiterate the idea that the liberation of the Third World could only take place through the armed path, as demonstrated by Figures 12-14. Each of these posters addresses a continent (Africa, Asia, and Latin America) as a whole, rather than specific countries. Although they were created by different artists and are visually very varied in terms of techniques and color palette used, weapons are central in all of them as defining elements of the respective regions. While the two other posters use more direct elements to refer to Africa (uppercase typography) and Latin America (stylized map), the poster on Asia draws on a cultural element. Indeed, as scholar David Kunzle (1975, p. 96) points out, OSPAAAL posters “systematically incorporate, as it were a stamp of the struggle’s indigenous legitimacy, the style and/or an artifact typical of that country’s native tradition, accompanied, often enough, by a symbol of modern armed resistance which defends that tradition.” In Figure 13, an Eastern dragon interacts with a rifle. Its characteristics do not allow one to associate it to any specific country, and this is precisely the purpose of the image: to represent Asia as a whole, in what could be considered an “Orientalist” perspective (SAID, 1978).



The background of the poster is composed of repeating images of weapons and they demonstrate that, in the OSPAAAL posters, the weapons associated with revolutionary movements were always light weapons typical of guerrillas and other revolutionaries around the world, such as AK rifles, grenades, and carbines. Among them, AK-47 was the most portrayed, making it a symbol of Third World struggles. For the Imperialist side, however, there were planes, tanks, and heavy weapons. This topic will be deepened in the next section by observing the graphic resources used to position colonialism, imperialism, and capitalism as the common enemy of the Third World.

A Common Enemy and How to Defeat It

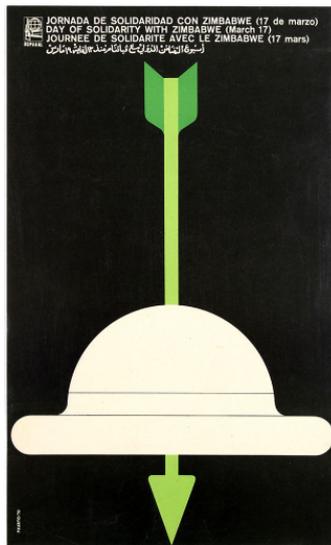
Conceived as a global alliance of the three continents against imperialism (YOUNG, 2005, p. 19), the Tricontinental Conference went beyond the critique of colonialism, also highlighting capitalism and imperialism – US imperialism in particular – as the major problems plaguing the Third World. The issue of colonialism was addressed in OSPAAAL posters mainly between the late 1960s and early 1970s, having the African independence movements as its main theme. Capitalism was addressed in a more indirect way during the same period by both criticizing the imperial powers and exalting communist governments, but from the 1980s onward neoliberalism was directly thematized. In turn, US

Figure 15 - Poster by Lázaro Abreu, OSPAAAL, 1970



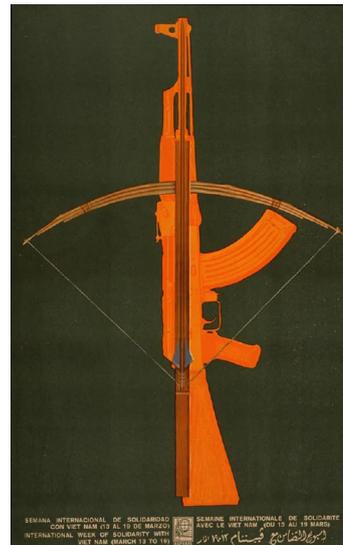
Source: Available at: <https://www.docspopuli.org/CubaWebCat/detail.np/detail-58.html>

Figure 16 - Poster by Faustino Pérez, OSPAAAL, 1970



Source: Macphee (2019)

Figure 17 - Poster by Jesús Forjans, OSPAAAL, 1969



Source: Available at: <https://www.itsnicethat.com/articles/graphic-design-ospaaal>



Figure 18 - Poster by Berta Abelenda, OSPAAAL, 1968



Source: Available at: https://www.palestineposterproject.org/sites/default/files/OSPAAAL_ArabSolid_PPPA.jpg

Natália Ayo Schmiedecke
Oppressed, Resistant, and Revolutionary:
The Third World as Designed in the OSPAAAL Graphic Art

imperialism was a central theme at all stages of the organization. The anticolonialist posters often connected past and present, conceiving them not as opposites, but as a continuation of the same cultural and struggle legacy (BERMÚDEZ, 2015), as demonstrated by posters that support national liberation movements in Mozambique and Zimbabwe (Figures 15 and 16). In them, indigenous arrows destroy the Portuguese (represented by the Order of Christ Cross) and the English (represented by the colonial pith helmet) empires. In this way, a connection is established between contemporary independence movements and the first struggles carried out against the imposition of the colonial order in Africa by white Europeans (GARCÍA, 2022, p. 78). Similarly, one of the many OSPAAAL posters dedicated to Vietnamese combatants in the context of the Vietnam War (Figure 17), by artist Jesús Forjans, displays a bow with an AK-47 occupying the place of the arrow and ready to be thrown. By bringing together weapons used by the Vietnamese to resist the different invading forces of the nineteenth and twentieth centuries, the image establishes a continuity between French colonialism and US imperialism. Besides the symbology used to convey a similar message, these three posters are also similar from an aesthetic point of view, which suggests that OSPAAAL artists worked together and influenced each other. This style – inspired by the silkscreen technique,

Sociedades Científicas



visually synthetic, and which prioritized a more analytical rather than literal reading of the images – was an imprint of Alfredo Rostgaard and predominated in the years he headed the organization's propaganda department.

A poster created in the same period by Berta Abelenda, one of the few female artists who worked for OSPAAAL, shows an illustration inspired by Egyptian hieroglyphic symbols (Figure 18). The character portrayed carries a contemporary rifle on his shoulders while looking at inscriptions in form of projectiles and grenades on the walls. On the top of the poster, a text calls for the “Day of solidarity with the Arab peoples.” Therefore, different historical times coexist in the image, as Generoso (2023, p. 278)²⁹ analyzes: “of the Arab peoples as a political reference based on temporally circumscribed ethnic conceptions, of contemporary Egypt as political leadership among the Arab peoples, of ancient Egypt as a visual reference to a past that is projected onto the present, of the contemporary weapons as an expression of the urgencies of this present and expectations for the future.” At the same time, this poster makes explicit the limits of Cuban artists when trying to portray contexts that were unfamiliar to them. As art curator Josh Macphee (2019) points out, “hieroglyphs of the [Egyptian] ruling class are certainly not to be the best

Figure 19 - Poster by Rafael Morante, OSPAAAL, 1982



Source: Available at: https://www.palestineposterproject.org/sites/default/files/MorantePPT_0_0.jpg

Figure 20 - Poster by Alberto Blanco, OSPAAAL, 1989



Source: Available at: <https://www.docspopuli.org/CubaWebCat/detail.np/detail-248.html>



Figure 21 - Poster by Lázaro Abreu, OSPAAAL, 1972



Source: Available at: <https://www.docspopuli.org/CubaWebCat/detail.np/detail-141.html>.

representation of the pre-colonial slave populations.”

In the case of neocolonial or imperialist powers, the complaint focused on the United States and its allies, such as Israel and South Africa. OSPAAAL published about 20 posters supporting revolutionary movements in Palestine, Lebanon, Libya, and Syria, and most of them used the Star of David (present in its flag) as a symbol of Israeli imperialism. In other cases, Israel was depicted as a puppet of US interests as in Figure 19, an example of the so-called *cartel maqueta*⁵⁰. In it, artist Rafael Morante used a Trojan Horse to symbolize US Imperialism penetrating the Middle East in disguise. Armed Israeli soldiers descend from the horse to attack the Palestinian people, as suggested by the Palestinian proverb quoted at the top of the poster, which reads “He who plunders others always lives in terror.” In this and some other posters (such as Figure 22), toy soldiers were used to represent and mock enemy forces. Introducing comic elements to address serious and tough issues was a hallmark of OSPAAAL graphic art (GENEROSO, 2023; RADBOY, 2010; SOUZA, 2020).

OSPAAAL posters emphasized interventionism as a principle of US foreign policy that had been threatening national sovereignty in different parts of the Third World (Figures 19-21). Sometimes represented by the colors of its flag, sometimes by the image of the eagle, or soldiers and sophisticated weapons, or even photographs of Richard Nixon, the United States was denounced as



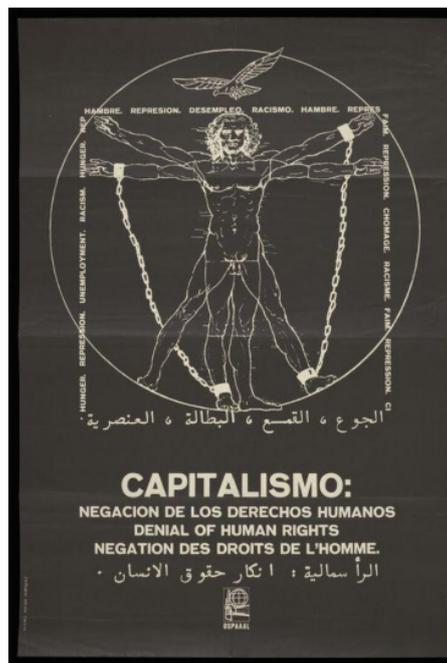
an oppressor of the progressive forces of the Third World. In Figure 21, B-52 airplanes drop a chain of bombs in Southeast Asia. The impact points are marked on the map and correspond to Vietnam, Cambodia, and Laos. Above the map, sitting on one of the planes, there is a smiling Nixon (recalling the movie character Dr. Strangelove) who is satirically depicted symbolizing the fallacy and hypocrisy of the US peace proposals (GARCÍA, 2022, p. 312). In his hands, the former US president holds a flag with a swastika. This symbol was widely used in Cuba to refer to the United States' foreign policy. For example, during the 1970s, the official newspaper of the Communist Party, *Granma*, always replaced the letter x in Nixon's name with a swastika when mentioning it. In the OSPAAAL materials, the swastika was used primarily to denounce both the crimes committed by the United States in Vietnam and the dictatorships established with US support in the southern cone of Latin America during the 1960s and 1970s (Figure 22), establishing a comparison with the crimes committed by the Nazis during the Second World War. This narrative was in line with the concept of "genocide" defended in the Russell Court, or Vietnam War Crimes Tribunal, convened in the same year of the Tricontinental Conference (MOLDEN, 2010).

Figure 22 - Back cover of Tricontinental, n. 56, 1978



Source: Photographed by the author at the library of Casa de las Américas.

Figure 23 - Poster by Rafael Enríquez, OSPAAAL, 1977



Source: Available at: <https://collections.vam.ac.uk/item/O1441186/capitalismo-denial-of-human-rights-poster-enriquez/>



In different covers and articles published in *Tricontinental*, the Southern Cone dictatorships – especially the Chilean and Brazilian cases – were addressed from an economic point of view, that is, denouncing the interests of national and international economic elites that supported these regimes (Figure 22). As in the case of apartheid regimes, also a recurring topic in the magazine, the authors sought to make explicit the connection between violation of human rights and the capitalist system. This connection was the subject of one of the most famous OSPAAAL posters, designed by artist Rafael Enríquez (Figure 23). Against a black background, there is a white drawing of the Vitruvian man by Leonardo da Vinci. As analyzed by Generoso, here the man of “perfect forms” is chained, limited by hunger, repression, unemployment, and racism – words (in four languages) that bypass him. These words assume the space that the Italian Renaissance attributed to the terrestrial plane, represented by the square. The man is flown over by a bird of prey, which can be understood both as a direct reference to the United States and as an allusion to the myth of Prometheus, who was chained by Zeus’ order for sharing with humanity the knowledge the Olympian gods wished to preserve for themselves. Therefore, “on the poster, the promises of freedom, equality, fraternity, progress, and reason, made by modernity to ‘humanity’, are expressed as an unfulfilled promise, interdicted by capitalism” (GENEROSO, 2023, p. 283-284). As in the cases of Figures 17-19, here the images are articulated in a way that a particular temporality is established, an interim in which the struggles in the past and in the present can cohabit a tricontinental, anticolonial, antiimperialist, resistant, and revolutionary sensibility.

Embodying all these principles, the victorious struggles of Cuba and Vietnam against the United States appear in the OSPAAAL posters as models to be followed throughout the Third World. Indeed, these were the two most portrayed countries: between 1967 and 1990, OSPAAAL published about 21 posters on Vietnam and 16 on Cuba. Using different graphic resources, but always establishing binary oppositions (CORRIGAN 2014), they affirmed the justice of these revolutionary causes and their ability to defeat the much more powerful enemy. For example, in a 1980 poster (Figure 24), artist Victor Manuel Navarrete used a comic book aesthetic to represent Cuba as a lightning bolt breaking Uncle Sam's head. While the latter is represented in black and white, as if it were outdated, the lightning bolt and the Cuban flag are colored, suggesting movement and vivacity. The poster called for solidarity with the Cuban Revolution, implying that this meant continuing to hit the common



enemy. In turn, a 1968 poster by artist René Mederos⁵¹ (Figure 25) favored the use of typography to represent the defeat of the United States in Vietnam. Created before the end of the war, the poster affirms the certainty of the victory of the Viet Cong. In the image, the US flag, in the shape of a hat hit by bullets, is crushed by two blocks that form the word “Vietnam.” The letters are larger than the flag, conveying the idea that the Vietnamese were stronger than their enemies.

Figure 24 - Poster by Victor Manuel Navarrete, OSPAAAL, 1980



Source: Available at: <https://collections.vam.ac.uk/item/O1441397/world-solidarity-with-the-cuban-poster-navarrete/>

Figure 25 - Poster by René Mederos, OSPAAAL, 1968



Source: Available at: <https://www.docspopuli.org/CubaWebCat/detail.np/detail-127.html>

Since its first published materials, OSPAAAL insisted on the worldwide significance of this struggle. Five months before the first regular issue of the *Tricontinental* magazine came out, OSPAAAL published the *Tricontinental Special Supplement* to deliver the text “Create two, three, many Vietnams. Message to the *Tricontinental*,” by Ernesto “Che” Guevara. It stated that “Our every action is a battle cry against imperialism, and a battle hymn for the people's unity against the great enemy of mankind: the United States of America” and celebrated Vietnam’s “everyday heroism and their repeated blows against imperialism, impelled to disperse its forces under the sudden attack



and the increasing hatred of all peoples of the world!” (GUEVARA, 1967). The poster³² created by artists Alfredo Rostgaard and Lázaro Abreu to accompany the supplement repeatedly used three photographs of Guevara taken during his Congo campaign and the red color. In this way, it reinforced the message that revolutionary struggles carried out in different parts of the Third World would have the same purpose.

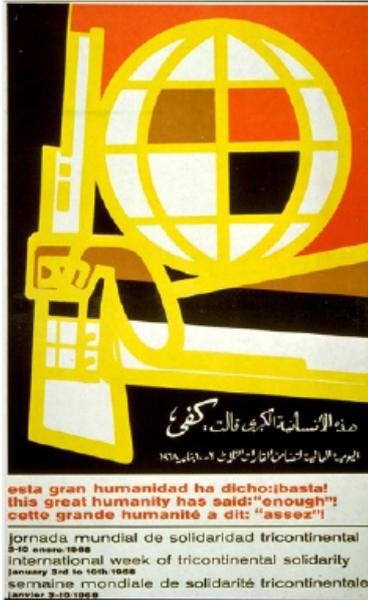
Racialization of Revolutionary Subjects and Abstraction of Geographic Borders

The images created to celebrate OSPAAAL anniversaries summarize several of the aspects I have highlighted so far and adopt more clearly an identity perspective based on physical traits. It is important to note that their main characteristics were already present in the propaganda materials produced within the framework of the Tricontinental Conference (GENEROSO, 2023). By reiterating the same themes, symbols, and messages, these commemorative materials aimed to establish continuity between the event in which OSPAAAL was created and the subsequent work of the organization. As we can observe, the vast majority of the figures presented below (26-31) display a phenotypic and racialized representation of the three continents. Skin color was the element most used for this purpose. Black or dark brown skin sought to symbolize Africa, while the skin colors associated with Asia and Latin America were yellow and white, respectively. Phenotypic traits also contributed to the construction of these references. In the cases where busts or full bodies were depicted, dark-skinned characters had thick lips, large foreheads, and dark hair. In turn, characters who represented Asia, even when portrayed with other skin tones, had a narrow face, slanted eyes, straight dark hair, thin lips, and no beard. As for the Latin American characters, they had a long and full dark beard. Sometimes, the characterization was completed by objects such as clothes and hats.

Natália Ayo Schmiedecke
Oppressed, Resistant, and Revolutionary:
The Third World as Designed in the OSPAAAL Graphic Art

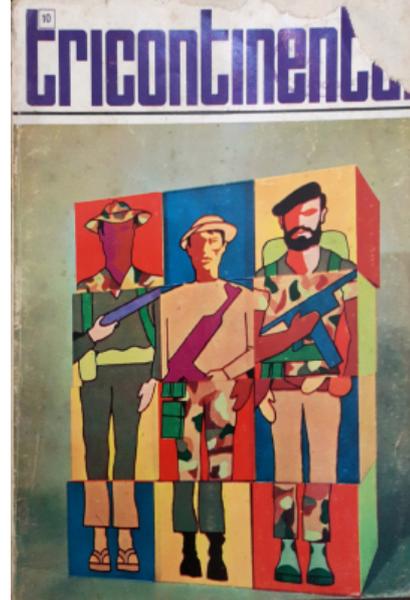


Figure 26 - Poster by Renilde Suárez, OSPAAAL, 1968



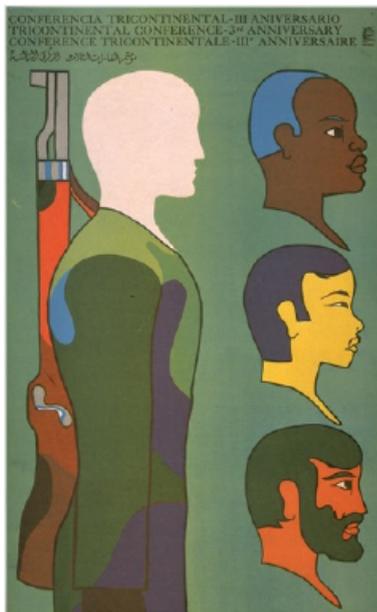
Source: Available at: <https://www.docspopuli.org/CubaWebCat/detail.np/detail-306.html>

Figure 27 - Cover of Tricontinental n. 10, 1969



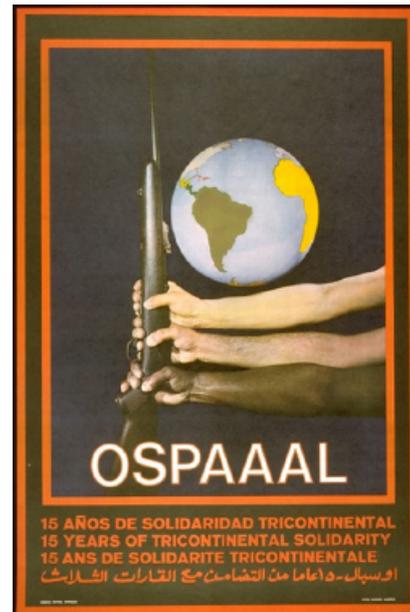
Source: Photographed by the author at the library of Casa de las Américas

Figure 28 - Poster by Alfredo Rostgaard, OSPAAAL, 1969



Source: Available at: <https://www.docspopuli.org/CubaWebCat/detail.np/detail-302.html>

Figure 29 - Poster by Rafael Enríquez, OSPAAAL, 1981



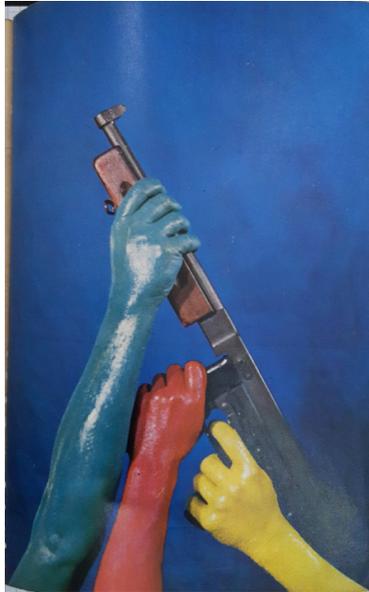
Source: Available at: <https://www.docspopuli.org/CubaWebCat/detail.np/detail-304.html>

Natália Ayo Schmiedecke
Oppressed, Resistant, and Revolutionary:
The Third World as Designed in the OSPAAAL Graphic Art

Sociedades Científicas



Figure 30 - Internal backcover of *Tricontinental* n. 25, 1971



Source: Photographed by the author at the library of Casa de las Américas

Figure 31 - Poster by Gladys Acosta, OSPAAAL, 1991



Source: Available at: <https://www.docspopuli.org/CubaWebCat/detail.np/detail-305.html>

Natália Ayo Schmiedecke
Oppressed, Resistant, and Revolutionary:
The Third World as Designed in the OSPAAAL Graphic Art

In addition to the characters, these posters typically featured two other elements: stylized versions of the globe and weapons. Just like the image of the three arms, both were already present in the original OSPAAAL logo. The globe was usually positioned to show Latin America, Asia, and Africa in a central place (Figures 26 and 29). In fact, only these continents were depicted, either reproducing their contours or using colors to mark their approximate position. This suggests, once again, the protagonism of the Third World. With regard to weapons, different types of rifles and submachine guns used in guerrilla or human wave attacks carried out on the three continents were portrayed. Leaving aside the military specificities of each region, the metaphor of three arms carrying the same weapon was extensively explored in OSPAAAL graphic art.

Figures 27 and 28 correspond, respectively, to the cover of the tenth edition of the *Tricontinental* magazine and the poster distributed along with it to celebrate both the tenth anniversary of the Cuban Revolution and the third anniversary of the Tricontinental Conference. The editorial of this issue positioned the magazine as a defender of a Tricontinental collectivity founded on revolution, armed struggle, and solidarity. According to the text, solidarity would be “more than a mere watchword, a necessity in revolutionary struggle.”



The three continents would share not only the fight against imperialism as an imperative, but also “common objective conditions” that “gave rise to the designation of these continents as ‘the underdeveloped world.’”³³

The cover of the magazine (Figure 27) displays a set of 12 colored cubes that compose the image of three men who are intended to represent Africa, Asia, and Latin America. It is suggested that the original image of each man was dismantled into four parts and then recombined. To represent the specificity of each continent, the artist recurred to phenotypical traits and clothes. The “Asian” man wears flip-flops (*dép lốp* sandals) and yellow clothes, in a tone very close to that used for his skin color. On his head, we can see an indication of slanted eyes, black hair, and a mũ cối helmet, which at that time was used by both the communist Viet Minh in French Indochina and the People's Army of Vietnam. As for the “African” man, he wears camouflage robes and green boots. His facial features are barely recognizable, and his skin has a reddish-brown tone. He wears an unspecific hat on his head, made of the same fabric as his clothes. In turn, the “Latin American” man has light skin and a large black beard. He wears a black beret, an olive-green uniform, and black boots. Therefore, he represents the Latin American revolutionary subject in a more specific way than the other two, corresponding to the leaders of the Cuban 26th of July Movement, such as Fidel Castro and Che Guevara.

By depicting men considered representatives of the three continents as armed combatants and suggesting that their body parts would be interchangeable, the poster's most obvious message is one of identity and alliance against a common enemy. But a more detailed analysis reveals information that the poster provides unintentionally and ideas that are suggested in a less explicit way. On the one hand, the image demonstrates a relative lack of knowledge of Africa, or at least difficulty to find a combatant model capable of representing the different revolutionary movements of the continent. In contrast, the examples of Vietnamese and Cuban guerrillas are praised. On the other hand, there seems to be an attempt to assert the Cuban leadership at OSPAAAL, as Generoso argues (2023, p. 133-134).

The poster that accompanied this issue of the magazine (Figure 28) conveys the same general message, explained by Mahler (2018, p. 21) as follows: “an intercontinental exchange resulting in a globally unified and mutually supportive militant front against a common enemy—where any guerrilla fighter from any of the three continents could theoretically stand in for the eyes, hands, and feet of another, no matter how geographically, linguistically,

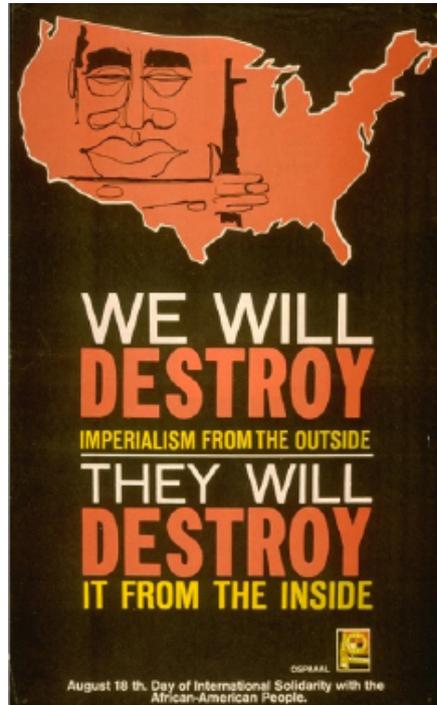


or nationally distant”. Here the metaphor used to convey this message was the interchangeability of different heads in the same body of an armed combatant. As many other OSPAAAL posters, this one also racializes the representatives of each continent, and the concept of “metonymic color politics” proposed by the author does not apply. But in other cases, much rarer, we do observe an abstraction of the meaning of the colors used, overcoming the stereotypes associated with each continent, as in Figure 30. It is also important to mention that, to avoid repeating the same formulas, some artists sought to innovate in terms of the characters represented. On at least one occasion (Figure 31), figures of women were incorporated into the materials commemorating the organization's anniversaries, and less emphasis was placed on the theme of armed struggle. But the figure of the Latin American male white guerrilla – inspired by the leaders of the Cuban Revolution – remained.

In addition to intentionally disregarding differences between and within the three continents³⁴, OSPAAAL posters did not cover all African, Asian and Latin American countries.³⁵ In turn, they also encompassed African Americans struggles. Regarding the latter, there was a collaboration between OSPAAAL and the Black Panthers. The *Tricontinental* magazine published texts by leaders of the movement such as Angela Davis and Huey Newton, in addition to articles on it written by authors of different nationalities. Also, OSPAAAL posters were reproduced in Black Panther materials and vice versa. The best-known example is the poster “Black Panther” (1968) by Alfredo Rostgaard, which displays the illustration of a black panther with its mouth open. Shortly thereafter, the Black Panther Party took the image of the panther and inserted a photograph of Huey Newton in its jaws and the text “Free Huey Newton” to protest his recent arrest. Similarly, illustrations by Emory Douglas, the Panther’s main designer and Minister of Culture, were featured in the *Tricontinental* magazine and one of them was used in a poster³⁶ by Lázaro Abreu (WILSON, 2011, p. 173-177).



Figure 32 - Poster by unknown artist, OSPAAAL, [1967].



Source: Available at: <https://www.docspopuli.org/CubaWebCat/detail.np/detail-325.html>

Taking advantage of the lack of precise geographical limits of the Third World concept (PALIERAKI, 2023), the OSPAAAL attributed great importance to the African American case because, as stated in the *Tricontinental Bulletin*, “they are striking at US imperialism from inside, while we are dismembering it from outside” (apud MAHLER, 2018, p. 98). This statement was reiterated in a 1971 poster (Figure 32). As Mahler (2018, p. 6) argues, this conception can be considered an antecedent of the Global South, a concept that “is being employed in a postnational sense to address spaces and peoples negatively impacted by capitalist globalization”. In this sense, the South “functions metaphorically to refer both to a global and decentralized system of inequity that affects diverse peoples across a fluid geographical space and to a transnational resistance that is unified around ideological [affinities]” (MAHLER, 2018, p. 26). But, unlike the author, who develops the concept of “Tricontinentalism” in opposition to that of “Third-Worldism”, as I sought to demonstrate in this article, both notions can hardly be separated.

Conclusion

The Third World has been a disputed term, and OSPAAAL contributed to



spreading representations of its meaning. It did so in different ways: by publishing theoretical texts in the *Tricontinental* magazine and bulletin, by organizing and hosting events to support causes from different countries and putting its representatives in contact³⁷, as well as by circulating images that gave meaning and forms to this imagined community. In these materials, the Third World was represented as a collectivity formed by shared characteristics, related to a history of oppression and resistance that continued into the present. Victimized by the capitalist, colonialist, and imperialist system that had systematically placed it in a subordinate condition and attacked its sovereignty, the Third World would be experiencing in the second half of the twentieth century a decisive stage towards the liberation not only of what Franz Fanon called “the wretched of the earth,” but of all humanity. For that, it would be necessary to fight the common enemy with weapons. Solidarity, conceived as a principle of the Third World, would also play a decisive role in this battle. It is possible to deduce from the analyzed images that, in OSPAAAL’s narrative, the Third World was not a synonym of Africa, Asia, and Latin America neither in general, nor exclusively. Instead, it was associated with the “peoples” considered to be defenders of the aforementioned ideals. Ultimately, the movements and governments linked to the organization.

Challenged to create images that corresponded to the Third World envisioned by OSPAAAL, the artists working for it resorted to different strategies. For example, by portraying representatives of struggles carried out in different contexts side by side, in similar poses, using the same photomontage technique or illustration style. Or resorting to certain symbols of oppression (worn clothes, barbed wire, handcuffs, chains, swastika) and resistance (defiant gazes, clenched fist, weapons) to connect different struggles. Among these symbols, the weapons depicted were especially significant. They allowed for establishing relationships between past and present struggles, as well as to differentiate between legitimate (revolutionary) and illegitimate (imperialist) types of violence. In a more general way, the insistence on the themes of colonialism, imperialism, and capitalism also contributed to creating the idea of a common enemy that was causing similar problems in different parts of the world. This led to the call for solidarity with different struggles, which was the main goal pursued by OSPAAAL.

In addition to analyzing examples of all these strategies, the article pointed out to the limitations of the artists when attempting to represent contexts they knew little about. The artists hired by the organization were all Cuban



and most of them had always resided on the island. Although they were in touch with representatives from different countries that worked at or visited the OSPAAAL headquarters, and although the posters proposed by them were analyzed by the organization's international Executive Secretariat before being published⁵⁸, they at times reiterated western stereotypes about "the East," disregarded historical specificities, and tended to lean on racialized depictions of the peoples of each continent.

As we could observe, an optimistic perspective prevailed in the OSPAAAL posters. They asserted confidence in the victory of the peoples of the three continents against poverty, imperialism, and capitalism while hiding the internal disputes and defeats suffered by revolutionary movements. This positive and optimistic interpretation of the Third World contrasted with the notion of "underdevelopment," the concept most persistently associated with it (PALIERAKI, 2023, p. 11). Disputes also took place within Third Worldist organizations, and graphic art played a role in that, as the aforementioned work by Stites Mor (2022) demonstrates.

From the 1980s onward, the idea of a revolutionary Third World no longer had much appeal, and the concept came to have a negative connotation (ALBUQUERQUE, 2014; PRASHAD, 2007). As a result, it began to be avoided, even in academia. The analysis carried out in this article allows us to question this generalized objection to the concept, which has led to the search for alternatives that sometimes tend to anachronism. Instead, investigating how the Third World was understood and mobilized in different contexts, with what purposes and tools, seems to be more promising for historical research. In this sense, it is certainly not a coincidence that many books of the new Cold War historiography, which has been rehabilitating the Third World concept, display OSPAAAL posters on their covers.

References

- ALBUQUERQUE, Germán. *La Trinchera Letrada: Intelectuales Latinoamericanos y Guerra Fría*. Santiago de Chile: Ariadna, 2011.
- ALBUQUERQUE, Germán; HERNÁNDEZ, Diego. Cuba, ¿un obstáculo a la participación latinoamericana en el Movimiento de Países no Alineados? (1961-1984). *Autoctonía*, Santiago, v. 3, n. 1, p. 54-67, 2019.



ALBUQUERQUE, Germán. Tercermundismo en el Cono Sur de América Latina: ideología y sensibilidad. Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, 1956-1990. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 140-173, 2014.

BERMÚDEZ, Jorge. *La imagen constante: el cartel cubano del siglo XX*. La Habana: CITMATEL/Cubaliteraria, 2015.

BLACK, Ashley. Canto Libre: Folk Music and Solidarity in the Americas, 1967-1974. In: STITES MOR, Jessica; SUESCUN POZAS, Maria del Carmen. *The Art of Solidarity: Visual and Performative Politics in Cold War Latin America*. Austin: University of Texas Press, 2018, p. 117-145.

CORRIGAN, Lisa M. Visual Rhetoric and Oppositional Consciousness: Poster Art in Cuba and the United States. *Intertexts*, Lincoln, v. 18, n. 1, p. 71-91, Spring 2014.

DJAGALOV, Rossen. *From Internationalism to Postcolonialism*. Literature and Cinema between the Second and the Third Worlds. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2020.

FALIGOT, Roger. *La Tricontinentale: Quand Che Guevara, Ben Barka, Cabral, Castro et Hô Chi Minh préparaient la révolution mondiale (1964-1968)*. Paris: La Découverte, 2013.

FEATHERSTONE, David. *Solidarity: Hidden Histories and Geographies of Internationalism*. London: Zed Books, 2012.

FRICK, Richard. *El cartel tricontinental de solidaridad*. Bern: Verlag, 2003.

GALLARDO, Emilio. *El martillo y el espejo: Diretrices de la política cultural cubana (1959-1976)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009.

GARCÍA, Alberto. *La imagen tricontinental*. La Feminidad, el Che Guevara y el Imperialismo a través del arte gráfico de la OSPAAAL. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2022.

GENEROSO, Lúdia. "O povo colonizado não está sozinho": Terceiro Mundo, anti-imperialismo e revolução nas páginas da revista *Tricontinental* (1967-1976). 2018. Thesis (MA in History) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

GENEROSO, Lúdia; RESENDE, Taciana. Cuba, a Tricontinental e o Movimento



Negro estadunidense: algumas reflexões sobre os caminhos da solidariedade (1966-1974). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n. 27, p. 222-56, 2019.

GENEROSO, Lídia. A revista *Tricontinental* e a construção do Terceiro Mundo: conceito, itinerâncias e sensibilidades. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 452-471, 2020.

GENEROSO, Lídia. *Solidariedades tricontinentais em movimento: política, imagens e temporalidades na produção cultural da Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (1963-1990)*. 2023. Dissertation (PhD in History) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023. Evaluation Committee version.

GUEVARA, Ernesto. *Message to the Tricontinental*. Havana: OSPAAAL, 1967. Available at: <https://www.marxists.org/archive/guevara/1967/04/16.htm>. Access: February 25, 2023.

GORDON-NESBITT, Rebecca. *To Defend the Revolution Is to Defend Culture: The Cultural Policy of the Cuban Revolution*. Oakland: PM Press, 2015.

FIELD JR., Thomas; KREPP, Stella; PETTINÀ, Vanni. (Ed.). *Latin America and the Global Cold War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2020.

FORTH, Aidan. *Barbed-Wire Imperialism: Britain's Empire of Camps, 1876–1903*. Oakland: University of California Press, 2017.

HARMER, Tanya; ÁLVAREZ, Alberto Martín (Ed.). *Toward a Global History of Latin America's Revolutionary Left*. Gainesville: University of Florida Press, 2021.

KALTER, Christoph. *The Discovery of the Third World*. Decolonization and the Rise of the New Left in France, c. 1950–1976. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

KRELL, Alan. *The Devil's Rope: A Cultural History of Barbed Wire*. London: Reaktion, 2002.

KUNZLE, David. Public Graphs in Cuba: A Very Cuban Form of Internationalist Art. *Latin American Perspectives*, London, v. 2, n. 4 (Supplement Issue), p. 89-110, 1975.

LÉGER, Régis. *Cuba gráfica: Histoire de l'affiche cubaine*. Paris: L'Échappé, 2013.

LEÓN, Blanca Mar. *Revolutionary Diplomacy and the Third World*. Historicizing



the Tricontinental Conference from the Cuban Ministry of Foreign Affairs. In: HARMER, Tanya; ÁLVAREZ, Alberto. *Toward a Global History of Latin America's Revolutionary Left*. Gainesville: University of Florida Press, 2021, p. 67-102.

MAHLER, Anne Garland. *From the Tricontinental to the Global South*. Race, Radicalism, and Transnational Solidarity. Durham: Duke University Press, 2018.

MACPHEE, Josh. Constructing Third World Struggle: The Design of the OSPAAAL & Tricontinental. *The Funambulist*, n. 22, February 28, 2019. Available at: <https://thefunambulist.net/magazine/22-publishing-struggle/constructing-third-world-struggle-design-ospaaal-tricontinental-josh-macphee>. Access: February 27, 2023.

MOLDEN, Berthold. Vietnam, the New Left and the Holocaust: How the Cold War Changed Discourse on Genocide. In: ASSMANN, Aleida; CONRAD, Sebastian Conrad. *Memory in a Global Age: Discourses, Practices and Trajectories*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010, p. 79-96.

NETZ, Reviel. *Barbed Wire: An Ecology of Modernity*. Middletown: Wesleyan University Press, 2004.

PALIERAKI, Eugenia. The Origins of the 'Third World': Alfred Sauvy and the Birth of a Key Global Post-War Concept. *Global Intellectual History*, London, p. 1-30, 2023. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23801883.2023.2166558?journalCode=rgih20>. Access: January 8, 2023.

PARROTT, Joseph; LAWRENCE, Mark A. *The Tricontinental Revolution: Third World Radicalism and the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

PRASHAD, Vijay. *The Darker Nations: A People's History of the Third World*. New York: The New Press, 2007.

RADBOY, Babak. Revolution by Design. *Bidoun*, n. 22, Autumn 2010. Available at: <http://new.bidoun.org/articles/revolution-by-design>. Access: April 14, 2022.

SAID, Edward W. *Orientalism*. New York: Pantheon Books, 1978.

SAJED, Alina. From the Third World to the Global South, *E-International Relations*, July 27, 2020. Available at: <https://www.e-ir.info/2020/07/27/from-the-third-world-to-the-global-south/>. Access: September 9, 2021.



SOUZA, Murilo. *Estratégias de comunicabilidade e multiterritorialização no design gráfico da revista Tricontinental (1967-1969)*. 2020. Thesis (MA in History) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

STITES MOR, Jessica; SUESCUN POZAS, Maria del Carmen. Introduction: Transnational Pathways of Empathy in the Americas. In: STITES MOR, Jessica; SUESCUN POZAS, Maria del Carmen. *The Art of Solidarity: Visual and Performative Politics in Cold War Latin America*. Austin: University of Texas Press, 2018, p. 1-20.

STITES MOR, Jessica. *South-South Solidarity and the Latin American Left*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2022.

VILLAVERDE, Héctor. *Testimonios del Diseño Gráfico Cubano, 1959-1974*. Havana: Ediciones La Memoria, 2013.

WILSON, Tom. Paper Walls: Political Posters in an Age of Mass Media. In: AUTHER, Elissa; LERNER, Adam (Ed.). *West of Center: Art and the Counterculture Experiment in America, 1965-1977*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011, p. 162-180.

YOUNG, Robert. Postcolonialism: from Bandung to the Tricontinental. *Historiein*, Athens, v. 5, p. 11-21, 2005.

YOUNG, Robert. Disseminating the Tricontinental. In JIAN, Chen et al. *The Routledge Handbook of the Global Sixties*. New York: Routledge, 2018, p. 517-547.

Notas

¹Research Associate, University of Hamburg. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6515-5965>.

²Among others, MAHLER (2018); FIELD JR., KREPP, PETTINÀ (2020); HARMER, ÁLVAREZ (2021); STITES MOR (2022), PARROTT, LAWRENCE (2022).

³Among them, works by Kalter (2016) and Albuquerque (2011, 2014), which respectively focus on France and on the Southern Cone, stand out.

⁴The translation of all texts originally in Portuguese or Spanish are my own.

⁵Defined by Mahler (2018, p. 4) as “a political discourse and ideology devised through a transnational dialogic exchange” and founded on “a deterritorialized vision of imperial power and a recognition of imperialism and racial oppression as interlinked, often using a racial signifier of color to abstractly refer to a broadly conceived transracial political collectivity.” Diverging from authors who used this concept previously, like Robert



Young (2005), Mahler argues that “Tricontinentalism” began to take shape prior to the Tricontinental Conference, circulated outside of the OSPAAAL materials, superseded the Cuban state, and differed from the postcolonial perspective.

⁶Mahler (2018, p. 100) develops this concept by focusing on the OSPAAAL materials that express solidarity with African American struggles: “through the use of racially coded terminology and through the repetition of images of mostly Anglo-American policemen and African American protestors, Tricontinental materials metonymically employ the colonial and Jim Crow categories of ‘white’ and ‘colored,’ using white policemen to signify global imperial oppression and an African American identity to stand in for all ‘the exploited people of the world.’ In this way, the racial divide of the Jim Crow South functions as a metonym not for a global color line of phenotypic difference but for a Tricontinental power struggle in which all radicalized, exploited peoples, regardless of race, are implicated and thus discursively colored.”

⁷Here I rely on the notion of “rendering solidarity” proposed by Stites Mor (2022, p. 19), which “points to the many ways cultural practices and forms can communicate judgement, suggest ethical considerations, describe the particularity of events, and frame narratives in the service of political consciousness. Perhaps more critically, ‘to render’ also means bring into being.”

⁸As demonstrated by the clandestine newspapers *Revolución* (created in 1956) and *Sierra Maestra* (created in 1957), as well as by Radio Rebelde, set up by Ernesto “Che” Guevara in 1958.

⁹This institution was created in 1972 and had different names until 1984: Comisión de Organización Revolucionaria (COR) (1972-1974), Departamento de Organización Revolucionaria (DOR) (1974-1984), and Editora Política (from 1984).

¹⁰Other poster producers based in Cuba are: Casa de las Américas, Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos (ICAP), Organización Continental Latinoamericana y Caribeña de Estudiantes (OCLAE), Consejo Nacional de Cultura (CNC), Instituto Cubano del Libro (ICL), Instituto Nacional de la Industria Turística (INIT), Verde Olivo, and Taller Artístico Experimental de Serigrafía René Portocarrero.

¹¹During the 1950s, the term “Third World” referred usually to Africa and Asia (PALIERAKI, 2023, p. 7).

¹²Although there was no consensus, the thesis of revolution through armed struggle prevailed, so the Tricontinental marked a shift away from the developmentalist rhetoric and the principles of neutralism and non-alignment toward a commitment to global militant resistance.

¹³The first OSPAAAL Secretariat was composed of representatives of Venezuela, Dominican Republic, Puerto Rico, Chile, the United Arab Republic, the Conference of Nationalist Organizations of the Portuguese Colonies (CONCP), Congo-Leopoldville, Guinea-Conakry, Syria, Pakistan, South Vietnam, and North Korea. There were some changes in subsequent decades.

¹⁴OSPAAAL also published books and recorded some discs and radio programs.

¹⁵EDITORIAL (1967, p. 1-2).

¹⁶Over the years, foreign collaboration declined, and most of the texts began to be signed



by Cuban intellectuals and politicians. Furthermore, although the general secretariat of OSPAAAL was made up of representatives from the three continents, both the general secretary of the organization and the editor of the *Tricontinental* magazine were Cubans.

¹⁷During some periods, it was also published in Arabic, French and Italian.

¹⁸The initial print run of the posters followed that of the magazine: 50.000 posters in offset printing, besides 500 in silkscreen. Later, the posters began to be printed also in offset in larger size, which, like the silkscreen ones, were distributed separately from the magazine.

¹⁹Interview with Rafael Enríquez Vega, Havana, November 11, 2022.

²⁰It was a black and white version of the image used on the 1968 poster – also by Renilde Suárez – presented in this article as Figure 26.

²¹In OSPAAAL materials, the “Africa” category encompassed both the MENA and sub-Saharan Africa, while “Latin America” encompassed Central America, South America, and the Caribbean.

²²The image presented corresponds to the French edition.

²³Democratic Kampuchea was a Communist state that existed from 1975 to 1979 and encompassed modern-day Cambodia.

²⁴In 1967, the posters were printed in three versions: 25,000 copies with the text in Spanish, 15,000 in English, and 10,000 in French. From 1968 forward, a single version with these three languages plus Arabic was adopted.

²⁵All links informed in the subtitles of the images were consulted on June 13, 2023.

²⁶Scholars have drawn attention to the contradictory way in which racism was approached by the Cuban state after the 1959 revolution. Focusing her analysis on the OSPAAAL materials, Mahler (2018) convincingly argues that they contributed to shifting the focus of public debate on racism from the inside to the outside of the island. Thus, while supporting the anti-segregationist struggles carried out in the United States and South Africa, OSPAAAL was silent on the tensions and racial conflicts existing within Cuba.

²⁷Cabral actively participated in the Tricontinental Conference and was honored many times on posters and other OSPAAAL materials.

²⁸Regarding the mutual influences between Cuban poster art and Black Panthers imagery, see Wilson (2011), Mahler (2018) and Generoso and Resende (2019).

²⁹All mentions of this work correspond to the version presented to the dissertation committee, of which I was a member, on March 15, 2023.

³⁰Posters produced from the photography of 3D models. This technique started to be used in OSPAAAL posters in the 1980s.

³¹In the following year, Mederos was sent to Vietnam by the Department of Revolutionary Orientation (DOR) in order to get to know, record and portray the Vietnamese struggles. As a result, he created two series of paintings, many of which were converted into posters and stamps. See Kunzle (1975, p. 98-99).



³²Available at: <https://utopix.cc/columnas/la-publicacion-del-mensaje-del-che-a-la-tricontinental/>.

³³Editorial. *Tricontinental*, Havana, n. 10, Jan.-Feb. 1969 (English edition), p. 1-2.

³⁴As Prashad (2007, p. 13) observes, most of the documents corresponding to the Third World project “are triumphal, and few of them reveal the fissures and contradictions within the Third World”.

³⁵The approximate percentage of countries on each continent to which at least one poster was dedicated is as follows: Africa 20%, Asia 27%, Latin America and the Caribbean 45%. See the maps presented in Frick (2003) and the graphics in Generoso (2023).

³⁶See MACPHEE, 2019.

³⁷The section of the *Tricontinental* magazine entitled “Tricontinental in Marcha” comment on these activities.

³⁸Interview with Rafael Enríquez Vega, Havana, November 11, 2022.

Narratives of Global Order and Re-Ordering from the Global South

Narrativas de ordem global e reordenação do Sul Global

Mohammadbagher Forough¹

Khalil Dahbi²

Alex Waterman³

Eckart Woertz⁴



Abstract: The global order is shifting from a unipolar world dominated by the West to a multipolar one with Asia emerging as a major centre of gravity. Narratives of order and re-ordering are powerful tools that shape policy agendas and enable local, national, and global actors to make sense of contemporary or historical orders or changes in those orders. Such narratives emanating from the Global North have dominated Social Science fields such as International Relations (IR). Global South narratives of order have received much less scholarly attention. This article contributes to filling this gap by examining narratives of global order and re-ordering from state and non-state actors in the Mashreq, India, the Maghreb (focusing on Morocco), and Iran. The cases provide a diverse array of narratives for interdisciplinary analysis, highlighting the importance of understanding global narratives from non-Western perspectives. Taking stock of such perspectives in policy and academic analyses is essential for methodological, conceptual, and theoretical pluralism in Social Sciences in general and for the task of globalizing the field of IR in particular. **Keywords:** narratives; order; re-ordering; global south; global IR.

Resumo: A ordem global está mudando de um mundo unipolar dominado pelo Ocidente para um mundo multipolar, com a Ásia emergindo como um importante centro de gravidade. As narrativas de ordem e reordenação são ferramentas poderosas que moldam as agendas políticas e permitem que os atores locais, nacionais e globais considerem as ordens contemporâneas ou históricas ou as mudanças nessas ordens. Essas narrativas, provenientes do Norte Global, dominaram os campos das ciências sociais, como as Relações Internacionais (RI). As narrativas de ordem do Sul Global têm recebido muito menos atenção acadêmica. Este artigo contribui para preencher essa lacuna ao examinar as narrativas de ordem global e



reordenação de atores estatais e não estatais no Mashreq, na Índia, no Magrebe (com foco no Marrocos) e no Irã. Os casos estudados oferecem uma gama diversificada de narrativas para análise interdisciplinar, destacando a importância de compreender as narrativas globais a partir de perspectivas não ocidentais. Fazer um balanço de tais perspectivas em análises políticas e acadêmicas é essencial para o pluralismo metodológico, conceitual e teórico nas Ciências Sociais, em geral, e para a tarefa de globalizar o campo das RI, em particular. **Palavras-chave:** narrativas; ordem; reordenação; sul global; RI global.

Mohammadbagher Forough / Khalil Dahbi / Alex Waterman / Eckart Woertz
Narratives of Global Order and
Re-Ordering from the Global South



Introduction

The global order is undergoing significant systemic shifts, both geo-economically and geopolitically. The unipolar moment is now all but over; a multipolar world order is steadily emerging. While the centre of geopolitical military power remains in the West, particularly the United States, (geo-) economic power and growth are slowly but steadily moving to Asia – thanks to the rise of actors such as China, India and ASEAN. This global bifurcation – whereby the centre of geopolitical power is in the West while economic power is in Asia – is a distinct characteristic of the current historical moment, one unique in the annals of capitalist history (ARRIGHI, 1994).

Narratives are a powerful and common means through which local and global actors express their collective experiences, communicate and make sense of the ongoing global re-ordering. These narratives undergird policy agendas and enable policymakers and domestic audiences to perceive and accept such agendas. Various hegemonic and imperial actors have historically ordered the social world, including that of international politics, through these narratives. The latter emanate from both the “Global North” and “Global South”.

Recent examples of such narratives include the European Union’s “strategic autonomy” one, which seeks to reduce its dependence on the US for security, on China for trade and geo-economics, and on Russia for energy. The Donald Trump administration advanced, meanwhile, “America First” and “China threat” narratives, which resulted in the US’s trade war with the latter. The Joe Biden administration narrates a decisive global battle of “democracy versus authoritarianism” (read, good versus evil), in which the US and its allies stand for democracy and China, Iran and Russia for authoritarianism.

The Global South also produces such narratives. Geo-economically oriented Silk Roads narratives have contributed to the rise of the geography of overlapping Afro-Eurasian worlds (FISHER-ONAR; KAVALSKI, 2022). Such narratives started to emerge in the aftermath of the Soviet Union’s collapse in the geo-economic discourses of actors such as the Central Asian countries, Iran and Turkey (CORDIER, 1996). The Belt and Road Initiative (BRI) was a significant boost here, as it seeks to “reconfigure” not only the US-dominated world order but also the overarching narrative associated with it (FOROUGH, 2019). With the advent of the Indo-Pacific geographic imaginary in the foreign policy discourse of Australia, India, Japan and the US in the late 2010s, the South Asian country particularly has increasingly come to view itself as a fulcrum in



a purported “new Cold War” (SAREEN, 2020) between the US and China. With the rise of Asia, countries such as Iran and Turkey are redefining themselves as a bridge or crossroads between East and West, seeking their roots in Asia. The Mashreq – the eastern part of the Middle East and North Africa (MENA) region – has produced various narratives of order, reflecting both regional actors’ desires to define their region and great powers’ efforts to shape the latter’s history and geography.

Despite the abundance and global significance of such narratives emanating from the Global South, International Relations scholarship – especially in its mainstream iterations – remains predominantly West-centric and focusses mostly on Global North narratives of order and re-ordering. Scholarly literature on the Global South’s narratives is sparse. This article seeks, then, to dissect some of the interlinked narratives of global order produced by both state and non-state actors in the MENA region as well as Asia. It examines narratives of order produced by actors in the Mashreq, India, Morocco, and Iran. The Mashreq section explores how the adoption of the Westphalian concept of “sovereignty” in postcolonial nationalist struggles and the weight of supranational ideologies would lead to peculiar forms of ordering in a “penetrated system” beset by the overlapping influence of local, national and international actors. The India section highlights how self-perceptions of the country’s rich civilisational tradition and its harsh colonial experiences have shaped world-order narratives promoting co-existence, sovereignty and an aversion to alliance politics. This has remained broadly consistent despite shifts away from non-alignment towards more active notions of multi-alignment since the end of the Cold War. The part on Morocco introduces the perspective of non-state actors, namely the Moroccan Marxist-Leninist Movement (MMLM), illustrating the connections between their production and adoption of alternative (counter)narratives on global order and both global/regional developments as well as path-dependent intra-actor dynamics. Finally, the Iran section discusses narratives of national, regional and global order by the current (1979–present) and previous (1925–1979) political systems ruling the country.

The selected cases provide a diverse array of narratives for the purposes of this interdisciplinary analysis. India and Iran are familiar state-centric cases, while the Mashreq study examines regional dynamics and processes. The Maghreb/Morocco case highlights how non-state actors, particularly radical-left movements, address and contest the dominant narratives vis-à-vis national and global processes of ordering – a topic that remains woefully understudied



in IR. Before delving into the cases, some conceptual clarity is needed.

Concepts: Narratives and Order

The function of narratives, as briefly discussed earlier, is to provide a specific sense, logic or sequence to events and processes through recounting them. The sequence could be logical, chronological, thematic or follow other specific patterns. Narratives either “describe” events or “emplot” them based on a storyline, according to Harmon (2012). In a narrative plot, the priority is not the chronological order but the logical or principle-based order that lies at the core of the plot. The sequence may follow a variety of patterns, including ones logical, chronological or thematic in nature. It is conventionally argued that narration deals with time, and description with space (ibid.). In international politics, however, described “spaces” (i.e. global “geographies”) are often integrated in broader narratives of “time”, order or re-ordering (i.e. regional or global “histories”). In narratives of global order, therefore, geography and history are equally indispensable. Some Constructivists in IR have paid attention to the role of (intern)national narratives that are rooted in ideas, identities, and history (LEIRA; CARVALHO, 2016), but this scholarship remains largely Euro- and state-centric.

There are several ways in which narratives can function in international politics. On the one hand, they help state and non-state actors to perceive and explain causal relations. In this sense, “narrative as explanation” (SUGANAMI, 2008) can serve as a means of relaying how an event (e.g., the 2003 US invasion of Iraq) came to be by addressing the causal processes and relations behind it (e.g., the alleged Weapons of Mass Destruction, WMDs). Small states can use narratives tactically as part of their negotiation strategy with great powers (NARLIKAR, 2020). Silk Roads narratives can be mobilised to construct a civilisational sense of origin, destiny, and even “soul”, through the use of both history and infrastructure (FOROUGH, 2022). Narratives can also be used to create a sense of (inter)national opportunity, dream, or threat (e.g. the 'China threat' narrative for the US), or to create a cause for action (e.g., against global injustice, imperialism, interventionism). Sometimes narratives are used to hide an actor's true hegemonic or imperial intentions by providing a facade of value for policies (e.g., the case of Iran discussed below or the narrative of the US bringing democracy to Iraq in 2003).

The relationship between narratives and policies is dialectical, that is, policies and narratives construct and constrain each other. Sometimes, policies



come first, meaning, a particular policy is formulated and then narratives are constructed to justify that policy. This is because policy-making is the practice of deciding in the face of the undecidable and contingent nature of life and an unknown future. Because the future (and in many cases even the past and present) is difficult to fathom, policy-makers produce narratives to justify their policies. For example, when the US realised that the WMD narrative was not working, it re-narrated its 2003 invasion in terms of bringing democracy to Iraq. This narrative did not stand the test of time, so the US elites under Obama changed the narrative to one of turning away from the Middle East and its wars and pivoting to Asia. This move was based on the larger narrative of the threat posed by China to the US-led global order.

Conversely, sometimes narratives come first and then policies are developed out of them. For example, the many instances of anti-colonial and anti-imperialist narratives in the twentieth century around the world led slowly to the international policy of setting up the Non-Aligned Movement (NAM) with its anti-imperialist agenda. Another example is the slow convergence of the specific China-related security narratives of India, the US, Japan and Australia into the international policy of establishing the Quadrilateral Security Dialogue (QUAD). The QUAD, as a policy-oriented organisation, is in turn propagating narratives about how China poses a threat to the US-led global order. That is what we mean by this dialectical relation.

Both narratives and policies are intimately interlinked with various conceptions of national, regional, and global order or reordering. The word “order” can be defined in terms of how different units – people or things – relate to one another based on a particular placement, sequence, pattern or method. The opposite of order, in its basic sense, is “disorder”, which implies “chaos”. Etymologically meaning “emptiness” or “abyss”, “chaos” was used in Greek mythology to describe the void state that preceded the creation of the universe. From “chaos”, in this mythology, appears the “cosmos”. “Disorder”, therefore, is not etymologically the synonym of chaos (emptiness) but makes sense only when there is a certain order being disrupted. Despite their etymological differences, disorder and chaos are nowadays considered synonyms. Weil (2003) defines order as a “texture of social relationships”. Without this texture, we cannot properly understand the world. An order is therefore defined relationally. No individual can define themselves without implicitly or explicitly referencing the texture of their relationships. Nor can any family, neighbourhood, city – or, for that matter, any country or (nation-)state in global politics.



In IR scholarship, “order” becomes a different conceptual beast. In mainstream realist IR theory, Hobbes’s (1969) pre-social “State of Nature” is often assumed to be “anarchy” and “the war of all against all”. “Anarchy”, per Hobbes, is similar to both chaos (pre-social void) and disorder (disruption of order). One could argue that IR has its own creation myth vis-à-vis the international order. Crudely, it goes like this: in the beginning there was nothing, until the treaties of Westphalia were signed in 1648, which brought into being “states” and the “international” world. This Euro-centric myth at the core of IR is deeply flawed for two main reasons: First, non-European actors such as China, India and Iran had had histories of statehood for centuries, even millennia, before the notions of “the West” or “Westphalia” were even conceived. Second, the Westphalian treaties, as scholars such as Osiander (2001) have noted, were primarily focussed on issues pertaining to the Holy Roman Empire, and thus the “Westphalian myth” was created in the late 19th and early 20th centuries by political elites fixated on the concept of “sovereignty”. This Westphalian narrative, which is at the core of Social Sciences in general and the field of IR in particular, leads to what can be termed “methodological nationalism” (WIMMER ; SCHILLER, 2002).

It is important to note that this broad understanding of global order based on sovereignty is, in itself, an academic-political narrative largely Western in origin. Similarly, other international orders, such as the bipolar global one of the last century, can be viewed as narratives advocated by both Eastern and Western blocs, as well as by non-aligned actors. Therefore, in the specific cases explored in this article, we aim to move beyond the Westphalian myth and avoid methodological nationalism by focussing on both state and non-state actors (such as radical-left movements) as well as by incorporating the pre-Westphalian geographies and histories of the actors at stake, such as India and Iran, as part of their narratives of global re-ordering. This approach also enables us to circumvent the problem of state-centrism in IR by examining the civilisational dynamics (in the case of India and Iran) and non-state actors (in that of Morocco) that indirectly influence, or at least contest, global and regional orders and institutions.

The importance of the institutional dimension in narratives of global order cannot be exaggerated. An international order, according to Mearsheimer (2019, p. 9), is “an organized group of international institutions that help govern the interactions among the member states.” For the purposes of this article, we define the “global order” as the both formal and informal rules and



arrangements outlining how international actors should and should not relate to each other, as well as actually do. Beyond institutional frameworks, order is also based on and structured by legal and normative principles.

It is important to avoid conflating normative ideals of order with the realities of it. As such, we steer clear of reinforcing the Westphalian myth as well as false dichotomies between global order on the one hand and chaos, war and disorder on the other. Mearsheimer reminds us, importantly, that in global politics “order does not mean peace and stability. In other words, it is not the opposite of disorder, a term that conveys chaos and conflict” (MEARSHEIMER, 2019, p. 9). While concepts such as “war”, “peace”, “stability”, “balance of power” and “legitimacy” relate to and can serve as components of international order, they are not synonyms or antonyms for it.

Global narratives emerge in relation to these orders and try to make sense of the past (history), present (status quo), and future (ideals). Such narratives include geographical descriptions and historical plots, and outline how local, national and international actors should or should not relate to each other and what actions they should or should not take. In this sense, world-order narratives themselves have an ordering capacity or function. If they gain enough traction, they can alter policy behaviours (HAMPSON; NARLIKAR, 2022; NARLIKAR, 2021), contribute to shifting norms and reshape the power relations underpinning the global order (KREBS, 2015).

The Mashreq

The Mashreq, the eastern part of the MENA region, was a hotbed of contested order in the post-WWII decades and a crucible of related narratives against the backdrop of the emerging Cold War and its effect on the developing world (HALLIDAY, 2005). The demise of the Ottoman Empire had led to the establishment of territorial states under the mandate system, a tutelage of the British and French Empires. The region’s emerging states have been described by Brown (1984) as a “penetrated system” beset by the overlapping influence of local, national and international actors: too weak to fend off external influence and muster full sovereignty over pockets of local autonomy while challenged by supranational ideologies such as pan-Arabism and pan-Islamism yet strong enough to prevent full control by foreign powers, hold them at bay and even manipulate them to one’s own advantage at times. The Mashreq is thus a case study par excellence for the tactical use of narratives by small states



in negotiations with great powers and for the role of civilisational dynamics and “soul” creation (FOROUGH, 2022) in ordering – one that mainstream IR scholarship has not sufficiently taken on board to date, as discussed above.

The interwar period had seen the rising influence of Western ideologies such as nationalism, socialism and fascism through their adaptation by local ideologues and nascent movements (TIBI, 1990; NORDBRUCH, 2011). This included the Muslim Brotherhood, which formulated a modern Islamic response to the challenges of secular ideologies by adapting the organisational principles of contemporary mass movements in Europe (MITCHELL, 1993). Decolonisation after WWII brought the widespread adoption of the import substitution industrialisation (ISI) approaches that had become prevalent in the developing world at that time. National revolutions swept away the old regimes of the landed classes that had grown rich via the quasi-colonial export trade of tropical commodities such as cotton, silk and tobacco since the late Ottoman Empire (ISSAWI, 1982). The political form that replaced them was populist authoritarianism mobilising people via ISI and land reform and legitimising itself via the ideology of “Arab nationalism” and a narrative of resistance against the State of Israel founded in 1948 (WATERBURY, 1983).

Agriculture, concentration of land ownership and lack of industrialisation were a powerful fulcrum for social grievances and political change. Another factor herein emerged with the change of the global energy mix from coal to oil in the post-WW2 decades (YERGIN, 2011). The royalty agreements that had been concluded with international oil companies were questioned, while debates about the outright nationalisation of oil resources gained pace with the related attempts of Mossadegh in Iran and the agitation of the exiled Saudi oil executive Tariki that contributed to the foundation of OPEC in 1960 (DIETRICH, 2017; VITALIS, 2007; WOLFE-HUNNICUTT, 2021). If “sovereignty” was originally a Euro-centric Westphalian notion, it had found eager adopters in the postcolonial struggles of the Mashreq – where resource nationalism imbued the concept with local agency, albeit only to be simultaneously challenged by supranational narratives.

In this heady mix of circumstances, Gamal Abd Al Nasser managed to establish Egypt as a leading power both in the region and beyond by drawing on narratives of anti-colonialism, Arab nationalism and of socialism. His political victory in the Suez crisis of 1956 greatly enhanced his status. US intervention forced the British, French and Israelis to withdraw their troops from the Suez Canal, which Nasser had nationalised in that year. The ISI development model



delivered high growth rates and saw the emergence of a bureaucratic middle class in the 1950s and 1960s, before it later came crashing down under the weight of debt and macro-economic imbalances. Nasser developed into the leading figure of Arab nationalism, even engendering a short-lived union with Syria between 1958 and 1961: the United Arab Republic. In the region, he adopted a belligerent stance against Israel and the Gulf monarchies. With Saudi Arabia, he even engaged in a proxy war in Yemen in the early 1960s.

Beyond the Arab world, he was a major figure in the NAM after the Bandung Conference of 1955. His three-circle theory of an Arab, African and Islamic sphere of Egyptian influence formulated leadership aspirations beyond the immediate MENA region. It constituted a prominent example of a locally generated narrative of order. If there ever was a country that came close to some sort of regional hegemony in the MENA, it was Egypt between 1956 and 1967. However, in the region's penetrated system it was difficult if not impossible to achieve the signums of a hegemon – the ability to muster overwhelming military force if necessary yet setting accepted rules via soft power to make such an outcome as unlikely as possible (GAUSE, 2020). Alternative power centres not only existed with the conservative monarchies in the Gulf, Jordan and Morocco; the Baath regimes in Iraq and Syria formed powerful both political and ideological competition, while rivalling each other too (KERR, 1971; KIENLE, 1990).

Nasserism declined with defeat in the Six-Day War against Israel in 1967 and the failure of the ISI development model that ultimately led to the debt crisis in the developing world of the 1980s. Nasser was succeeded by Sadat; Arab socialism now gave way to the economic liberalisation of the *infitah* (“opening of the door” to private investment in Egypt). Populist authoritarianism was gradually replaced by a bureaucratic version that sought to demobilise the population, implement economic reform and relied on a smaller regime coalition (HINNEBUSCH, 2015). Internationally, Sadat expelled Soviet military advisors and switched his allegiance to the US and the Western camp, demonstrating with dexterity the tactical use of narratives by a small state. His rapprochement with Israel via the Camp David Accords allowed for a peace dividend and increased inflows of external rents and aid. Meanwhile, the plight of Nasserism and the social grievances brought about by neoliberal reform caused a dialectical rise of Islamist movements in both Egypt and beyond (KEPEL, 2002), showing the powerful weight of civilisational dynamics and “soul”-making in regional-order construction that would persist in the decades that followed.



One could argue that the three-circles theory and the adaptation of national and socialist narratives during the Nasser era conveniently served to justify traditional ambitions of Egyptian power projections in the region. In the early 19th century the Egyptian ruler Mohamed Ali challenged his Ottoman patrons in Syria, helped them to quell a Wahhabi rebellion on the Arabian Peninsula and had independent power designs of his own in the Sudan from where the vital water supplies of the Nile reached Egypt. All three sub-regional spaces were also the target of Nasserist policies. Yet order narratives were more than supporting camouflage for pre-existing national interests. Narratives and policies have been in a dialectical relationship, constructing and constraining each other as we have argued the introduction. Pan-Arabism in particular developed a gravitational force that rulers could not ignore and that pushed them to optimistically overreach at times. The short-lived United Arab Republic with Syria was with a country that Nasser only knew from books and third parties. Later the oil boycott of Arab oil producers in the wake of the Yom Kippur War 1973 was not just a sovereign decision of the respective producer countries. They clearly had to heed pan-Arab sensitivities in their decision-making process and conveyed as much to their Western interlocutors when those pressed them to end the embargo (WOERTZ, 2013). When transitioning away from Nasserism to a more Western leaning course with a liberalized economy Sadat used Islamic narratives to push back the leftist forces within the ruling party, the Arab Socialist Union and allowed the Muslim Brotherhood to operate again within narrowly defined parameters. He also adapted the changing reform narratives of the Bretton Woods institutions and adapted them to local audiences. However, once again new order narratives and the growing attraction of pan-Islamism since the 1970s were not mere ideological tools, but also exerted an influence over Egyptian governments and their policies as subsequent events would show.

India: The Intersection of Civilisational, Postcolonial and Global Narratives

The independence of the Indian subcontinent in 1947 marked the beginning of one of the great world-order shifts of the 20th century, “acting as a signpost for the new liberal post-Second World War global order that rallied against colonialism and racism” (THAKUR, 2019, p. xii). The coming to power of the Indian nationalist movement heralded the beginning of decolonisation and



brought new narratives of world order to the fore. This positioned India as a critical player in forging the world-order narratives underpinning the NAM during the Cold War (HARSHE, 1990, p. 399). Although New Delhi's interpretation of world order clearly evolved throughout the course of Cold War bipolarity and particularly into the post-Cold War 'unipolar moment' and emerging multipolar system, enduring features remain with regards to how India positions itself vis-à-vis emerging forms of great power competition and how its policymakers interpret and respond to specific crises such as the Russian invasion of Ukraine.

India's world-order narratives were perhaps most clearly articulated by its first prime minister, Jawaharlal Nehru, but drew on a longer-term understanding of the country's civilisational identity while combining elements of Buddhism, Marxism and the writings of Mohandas Gandhi and Rabindranath Tagore. India's rich civilisational heritage and tradition of non-violence shaped its self-understanding as an ethical power (CHACKO, 2012, p. 4–12), blending with its colonial experience and perceptions of the emerging bipolar world order. Its narratives of world order and approach to the latter would thus be underpinned by anti-imperialism, anti-racism and non-alignment (CHACKO, 2012).

These narratives drew in particular on notions central to the "idea of India" as a civilisation state. These included "unity in diversity", which as Wojczewski (2019) notes, is central to that idea of India, and refers primarily to the country's status as a secular yet highly pluralistic federal state in which diverse communities retain their unique identities while simultaneously co-existing and thriving (KHILNANI, 1999, p. 167–178) – having done so for centuries, indeed. This extends outwards into a vision of global order in which non-violence, non-discrimination and polycentrism create possibilities for peace without resorting to the traditional power politics of alliances and formal blocs (ABRAHAM, 2008, p. 208–209; WOJCZEWSKI, 2019, p. 186). This linkage is highlighted in Nehru's writings:

It was India's way in the past to welcome and absorb other cultures. That is much more necessary today, for we march to the one world of tomorrow where national cultures will be intermingled with the international culture of the human race [...]. Thus we shall remain true Indians and Asiatics, and become at the same time good internationalists and world citizens. (CHACKO, 2012, p. 51)



This narrative thus held that India, in drawing on its civilisational history, was uniquely positioned to drive forwards a polycentric world order based on the amelioration of fear and friendship and the attainment of freedom and social justice (CHACKO, 2012; UPADHYAYA, 1987, p. 3). The 1954 “Sino-Indian Panchsheel Agreement”, for instance, leveraged India’s and China’s shared Buddhist traditions to articulate a vision of peaceful co-existence (INDIA, 2004), one extending beyond their bilateral relations to articulate a wider vision of world order based on trust, friendship and goodwill (CHACKO, 2012, p. 46). These narratives, combined with broader appeals to Afro-Asianism, resonated with the leaders of newly independent states who saw the emerging threat the Cold War posed to their hard-fought independence. India, in consequence, established a position of moral leadership within the NAM during its early years, and indeed by 1956 the country “had won widespread respect and goodwill for her attitudes and achievements” (SPEAR, 1978, p. 420).

India’s non-alignment narratives were nonetheless forced to adapt to major international re-orderings throughout the course of the Cold War. Beginning with the 1962 Sino-Indian War, when India received American and Soviet aid, its narratives began to shift away from notions of distance from the superpowers towards those advocating for “equal proximity” and engagement with the possibility of fluctuations. Indira Gandhi’s tenure as prime minister brought India closer to the Soviet bloc, as did the country’s intervention in the 1971 Bangladesh Liberation War – coming amid criticism from members of the broader nonaligned movement (UPADHYAYA, 1987). This forced a more explicit incorporation of “enlightened self-interest” henceforth (KEENLEYSIDE, 1980, p. 461–463; WOJCZEWSKI, 2019).

The end of bipolarity disrupted many of India’s assumptions about the global order and the country’s place within it. The Russian Federation could not fulfil the strategic role played by its Soviet predecessor; the opening up of the Indian economy and the brief emergence of a unipolar world order furthermore forced a rethinking of relations with the West – and the US in particular (GANGULY, 2014, p. 87). This has led many to suggest that India was forced to discard the ideological baggage of non-alignment and adopt a pragmatic understanding of world order that would enable it to more effectively engage with the international system (GANGULY, 2003; MOHAN, 2004). The end of the “unipolar moment” and rise of a multipolar world order have created opportunities for India to increasingly pursue the polycentricity it called for during the earlier non-alignment period, with it manoeuvring between the international system’s



diverse poles (MUKHERJEE, 2020; TELLIS, 2022) by more actively seeking out bilateral and multilateral strategic partnerships.

In 2020, External Affairs Minister Jaishankar described non-alignment as “a term of a particular era and geopolitical landscape” (INDIA..., 2020), with the contemporary international system compelling India to now take more risks and proactive positions on issues such as connectivity, terrorism, climate change and maritime security. More recently, this has translated into increasingly assertive calls for India to act as the fulcrum in the emerging great power competition between the US and China. Such calls advocate growing alignment with the US, while warning against neutrality in a new Cold War setting that positions the Indian subcontinent “at the heart of the struggle” (SAREEN, 2020).

At the same time, the dominance of the Hindu nationalist Bharatiya Janata Party (BJP) domestically since 2014 has led to growing claims that world order narratives emanating from New Delhi are evolving to reflect this domestic political reality and project a more assertive stance. For instance, (SRIVASTAVA, 2023, p. 458-461) suggests that the BJP’s dominance since 2014 has created ‘a departure from the existing civilizational claims of Nehruvian India,’ replaced by a more muscular domestic narrative (CHATTERJEE; DAS, 2023, p. 492). In this view, the homogenising tendencies of the ruling party’s *Hindutva* ideology is shaping an ambivalence towards upholding inclusive values (SRIVASTAVA, 2023, p. 459), while representations of a greater *Akhand Bharat* (undivided India) such as that displayed in the new Indian Parliament building inject ‘religious and cultural overtones’ into India’s interactions with its neighbours (CHATTERJEE; DAS, 2023, p. 490). Indeed, as (HALL, 2019, p. 148) notes, the Modi government sought to ‘recast[.] Indian foreign policy in Hindu nationalist language,’ particularly by articulating India as a *vishwaguru* (world teacher) and framing Indian foreign policy through terms such as *samman* (dignity and honour), *samvad* (engagement and dialogue), *samriddhi* (mutual prosperity), *suraksha* (regional and international security) and *sanskriti evam sabhyata* (meaning cultural and civilisational ties) (HALL, 2019, p. 149). In doing so these concepts similarly draw on civilisational symbols in the context of India’s ambitions of being a ‘strong and respected world power’ (HALL, 2019, p. 9).

At the same time, the BJP’s efforts to reshape the language surrounding how India sees itself in the wider world do not appear to have had a transformative impact either on Indian foreign policy (HALL, 2019), or indeed the narratives underpinning key components of foreign policy. As Amrita (NARLIKAR, 2022)



highlights, the Modi government's narratives in trade negotiations have displayed long-term continuities with previous administrations in terms of its scepticism towards trade and general defensiveness, drawing on notions of powerlessness and poverty to advocate reforming international trade rules. Indeed, as (HALL, 2019, p. 148) argues, the BJP's attempts to modify the language of foreign policy appear to reflect domestic political considerations, particularly in 'consolidating the idea of Modi as the embodiment of resurgent national pride.' As Basrur (2017) suggests, this has not translated into a more muscular BJP foreign policy as has been widely predicted, with India following similar approaches to strategic partnerships and to its rivals China and Pakistan as compared to Modi's predecessors. This suggests that while components of Indian world order narratives have witnessed incremental shifts, the fundamental pillars driving how Indian policymakers make sense of and interact with world order retain important continuities.

Indeed, rather than representing a clean break or transformative shift from the past, contemporary Indian policy circles see elements of continuity in the enduring "essence and logic" of concepts such as non-alignment, though qualifying that their principles "have to be applied in a vastly transformed international landscape" (WOJCZEWSKI, 2019, p. 185). Indeed, during the same 2020 speech in which Jaishankar described non-alignment as "of a particular era", he at the same time re-affirmed the core principles that underpinned those erstwhile world-order narratives – such as independence and an aversion to alliances (INDIA..., 2020). India continues to value a multipolar world order characterised by mutual respect and the peaceful resolution of disputes, with the country safeguarding its own interests through multi-alignment (JACOB, 2022).

India's "strategic ambivalence" to the Russian invasion of Ukraine is illustrative of this point. Its refusal to condemn Russian aggression and decision to buy discounted Russian oil, all while simultaneously making veiled calls for peace, have kept India firmly outside of either "camp". Sceptical of Western "moral outrage", which it deems hypocritical given colonial legacies (INDIA'S..., 2022), India has responded acerbically to calls for it to condemn Russia's behaviour (JACOB, 2022); meanwhile, it has simultaneously engaged with the US to balance China (TELLIS, 2022). In this sense, the ideals encapsulated within its world-order narratives retain a degree of stickiness, with core tenets that are significantly shaped by India's domestic and historical experiences. While India is increasingly able to articulate these narratives from a position



of strength given its own rise within the context of an emerging world order that better enables the country to operate according to these ideals, the BJP's recent attempts to reinvigorate world order narratives and reinvent foreign policy appear to have run up against the stickiness of underlying Indian world order narratives.

To conclude, Indian narratives of the ideas and realities of international order have to some extent evolved from the largely ethical, Afro-Asianism-informed non-alignment thinking of the Nehru period to the more assertive post-Cold War favouring of multi-alignment, with a gradual shift towards a framing couched in national interests and changes to the specific civilisational tropes deployed towards those more commonly associated with *Hindutva*. However, the core tenets of India's world-order narratives – its privileging of independence as a postcolonial state, its aversion to power blocs and its preference for polycentricity or multipolarity – have remained remarkably consistent since 1947 despite global and recent domestic shifts.

Morocco / The Maghreb: Radical-Left Narratives

The western part of the MENA, the Maghreb, was not immune to the reverberation of events and narratives stemming from the eastern ones of the region. One major development here was the rise of Nasserist pan-Arabist ideologies, which influenced politics throughout the region. The ensuing disillusionment caused by the Arab defeat in 1967 created an ideological vacuum that was keenly felt in the Maghreb countries, where the political optimism of the post-independence years would be dispelled by the harsh realities of authoritarian politics.

These new circumstances, combined with the French protests of 1968, created the perfect breeding ground for the emergence of radical-left movements throughout the Maghreb. Composed mostly of younger intellectuals and students, and influenced by the radical Maoist discourses produced after May 1968, a number of such groups emerged throughout the region. They were opposed to what they saw as the reformist and conciliatory positions of the traditional socialist and communist parties. In a clandestine manner, these organisations published a large number of pamphlets and magazines in favour of radical revolutionary change. Quickly establishing themselves as a potential political threat through their domination of campuses and student unions, further to their attempts at organising the working class, these organisations



were soon subject to the repressive wrath of the state.

The case of Morocco is illustrative in this regard. While the emergence of the radical left there took place against the backdrop of the abovementioned regional and global developments, this growing influence would be mediated through national circumstances. Most importantly, the political situation was marked by the bloody repression of the March 1965 Casablanca protests and the kidnapping and disappearance of leftist opposition leader Mehdi Benbarka. In that tense context, which would come to be known as the “Years of lead” (1963–1989), the first radical organisations emerged from the country’s two historical left-wing political parties: the Union Nationale des Forces Populaires and the Parti de la Liberation et du Socialisme (BOUAZIZ, 1993). The newly formed secretive organisations of the MMLM, 23 Mars and Ila al-Amam, focussed a lot of their efforts on the production of innovative narratives critiquing the dominant ones produced by both the Moroccan monarchy and its historic opposition (The Mouvement National parties, especially the UNFP). These dominant narratives took Moroccan independence as a foundational achievement that each side tried to claim for itself. The traditional opposition parties argued publicly for an end to the monarchy’s domination over the political field and demanded a more democratic constitution. The monarchy’s dominant narrative, meanwhile, claimed that the country was already enjoying its own kind of democracy – one that was compatible with its fundamental values (monarchism and Islam) and was gradual enough to not cause social upheaval (EL AYADI, 2015, p. 28–29).

Against this background, Morocco’s radical-left organisations questioned the reality of the country’s independence, sustaining that scepticism through the production of causal narratives that highlighted what they viewed as the “compradorial” nature of the regime and Morocco’s position within the imperialist world order of the Cold War era as well as the reformism of the existing political opposition (ILA AL-AMAM, 1974). Similarly, they also critiqued and rejected the vision that both the monarchy and the opposition parties shared at the time about Morocco’s geographic size. These radical-left groups instead advocated for self-determination and independence for the Sahara, which they thought would form a revolutionary epicentre later leading to radical transformation both in Morocco and the wider Maghreb region (ILA AL-AMAM, 1971). Known as the “revolutionary epicentre for the Arab revolution”, this narrative advocated for armed struggle in the Sahara, as a path towards the formation of the revolutionary proletarian party that the MMLM



was aiming for. This differed from the prevalent pre-existing perspective within the organisation, which viewed the creation of a proletarian party, in line with Leninist conceptions, as a precondition for armed struggle.

For a movement rooted in Marxist-Leninist ideology, narratives about the two main states ruled by communist parties at the time, the USSR and People's Republic of China respectively, are significant in more senses than one. On one level, they helped shape the general world-order vision that radical-left actors in Morocco still hold to this day. Whether they portrayed either of those countries as a valid representative of a revolutionary proletarian political project or as a fallen revisionist bureaucratic state, and even though the MMLM was not tied to any form of material or symbolic support from either of the two, such narratives had significant implications regardless for the ideological and strategic orientation of these new oppositional actors. Arguments about the correctness of each experience were central to some key debates within the movement, such as those regarding the priority to be placed on adopting a Leninist party structure (ILA AL-AMAM, 1973) and on whether that form would be useful to advancing their aims in relation to the fluctuations within the Moroccan political landscape over the years.

On its inception, the MMLM had originally held a generally negative view of both the USSR and the PRC, viewing the respective post-Stalin and post-Mao states as plagued by revisionism and lacking in legitimacy (HILALI, 2016). The movement would, within the space of a few years, come to hold a more positive position on the USSR, considering it to be “a tactical ally to national liberation movements”, a shift reportedly influenced by Soviet support for the Popular Front for the Liberation of Palestine (PFLP) (HILALI, 2016). The PFLP had gained significant prestige within the Arab Left through the figure of the *feda'i* fighter and its association with armed struggle. That symbolism gave the PFLP's leadership a significant aura of revolutionary legitimacy, which shaped the broader view of radical-left movements in the MENA region as far afield as Morocco. While not Nasserist, their narratives often adopted a pan-Arabist position that differed from earlier ones in emphasising the idea of unity through the revolutionary overthrowing of the region's regimes. The Palestinian struggle was an important part of their world-order narratives.

There were also failed narrative shifts attempted within the MMLM. A notable one was in relation to China. A faction within Ila-al-Amam published an anonymous pamphlet advocating for the adoption of the “Three Worlds Theory” promoted under Deng Xiaoping (HILALI, 2016). In line with that



theory, the document argued that both superpowers, the US and the USSR, were equally exploitative imperialisms. It described the USSR as a “socialist imperialist power”, and the PRC as the Third World’s only true ally against the two global superpowers. This narrative was not able to gain prominence. The organisation’s original position viewed the rise of Deng as a revisionist overthrowing of the Maoist line, not unlike its earlier negative stance on the USSR’s post-Stalin leadership. One difference here was that this unsuccessful pro-China narrative lacked entanglement with other influential narratives that might support its diffusion within the movement.

These cases highlight the importance of considering the interaction between narratives emanating from, and aimed at, different analytical levels (local, regional, global). Global order narratives can have significant implications not just for states, but also for oppositional actors. For the latter, these narratives are crafted with a dual purpose: to challenge state-centric visions of order and as building blocks deployed within internal discussions and debates regarding organizational issues and strategic direction. For radical-left actors contesting state narratives, the world-order visions that they produce are central for determining their identity and shaping their political orientation.

In a sense, the trajectory of the MMLM, its view on organisational forms and on armed struggle during the initial years of its existence were all shaped by the narratives that the movement adopted regarding the main actors in the socialist camp – as well as by their potential implications for the political and social developments occurring both in Morocco and the MENA region. The narratives internally produced regarding past revolutionary experiences and their world-order implications were not just a way for the MMLM to situate itself in the world and in history, they were also key elements in shaping and adjusting its ideological and strategic orientations on very concrete issues (organisational form, political violence, etc). These narratives were interpreted and re-interpreted through the prism of the movement’s own trajectory and the real or perceived hurdles and opportunities then faced. Once adopted, such narratives became a core part of its organisational identity, and thus tended to be quite hard to contest or modify without significant exogenous shocks. In this sense, narratives of global order produced beyond the state by movements challenging its hegemony, even when unsuccessful in their challenge, can still be impactful. By affecting the trajectory of the movement and its organisational choices, these non-state narratives are also impacting the dialectic of its confrontation with the state, shaping it through the responses that it produces



to counter their challenge.

Iran: The Intersection of Narrative, Empire and Order

With at least 26 centuries of centralised statehood and imperial expansions and contractions, Iran has a long history that deeply informs its sense of what constitutes (or should constitute) its domestic, regional and global “textures of social relationships”. The Iranian concept of “civilisation” is often shorthand for a romanticised iteration of its past empires, a narrative tradition that Iran shares with other actors from both the Global South and Global North. Its political elites, past and present, continuously re-invent the “idea of Iran” (GNOLI, 1989) based on these civilisational-imperial narratives. Idealised narratives of past Iranian empires as providers of global and regional security would be mobilised by both the current and former political systems to legitimise the country’s contemporary geopolitical claims as a security powerhouse in the region or to celebrate its role in the world of ancient Silk Roads – therewith helping formulate and justify contemporary geo-economic policies.

The Pahlavi Monarchy, which governed from 1925 to 1979, selectively drew upon the zeniths of the pre-Islamic imperial eras of Iran, such as the Achaemenid Empire (550 BCE–330 BCE), at the expense of the long Islamic history of the country and the numerous periods in which it was occupied and dntrodden by other imperial powers like the Mongol, Greek, Turkic and Uzbek Empires. Mohammad Reza Shah, who ruled Iran from 1941 to 1979, thus aimed to represent himself an idealized Persian emperor and sought to create an imperial and powerful image of the country by throwing lavish international empire-themed parties (STEELE, 2020) and buying extensive amounts of weaponry from the US. This national sense of order had implications for the wider region, too. The Shah promoted Iran as the “region’s sheriff” and “policeman of the Gulf”, responsible for maintaining the regional order and its stability. As Iran found itself drawn into the Cold War’s bipolar world, the Shah aligned with the West and brutally cracked down on leftist movements at home and even abroad. He thus conducted military operations in the region against leftist rebellions, such as the 1973 intervention in Oman. Not unlike his own situation, the Sultan of Oman had been installed through a British coup and was now in danger. The leftist rebellion was crushed. The Shah's regional hegemonic policies was thus given a façade of value, namely, anti-Communism, to ingratiate himself with the US.



The 1979 Revolution dethroned the Pahlavis. The Islamic Republic of Iran (IRI) came to power and revolutionised both the internal and external dynamics of Iranian politics and its sense of order. Domestically, the new elites began to emphasise the Islamic dimensions of Iran’s history and denigrated empires both domestically and globally. The very idea of empire became taboo: it symbolised, in the new IRI official discourse, exploitation, hegemony and disenfranchisement. This view would affect the country’s foreign policy henceforth.

The most resonant foreign policy slogan that the 1979 Revolution produced was “Neither West, Nor East, [but] the Islamic Republic”. The contemporary empires that represented such hegemony and exploitation, in the view of the country’s new political elites, were the two Cold War blocs. The US was officially portrayed in a more negative light as it had been a staunch supporter of the Shah and brought him to power via the 1953 coup, which had served to bring down the only democratically elected government in the history of the country. Tensions with both empires hence grew, but especially the US.

To institutionalise this foreign policy, Iran joined the NAM in 1979. The country became one of its most outspoken supporters. Soon after the Revolution, Iraq invaded Iran and started a brutal war that would last eight years. Both the West and the USSR (directly and indirectly) would support Saddam Hussein with weapons and intelligence, a fact that only further solidified the IRI’s antagonism towards the two empires. With the eventual collapse of the USSR and the start of the unipolar moment of American hegemony, US–Iran relations became even more contentious.

The US now did not have its major arch-rival and could engage the Middle East more freely and easily – or such was the idea. Democratisation and the War on Terror became the US’s new foreign policy narratives under the Bush administration. The events of 9/11 plus the invasions of Afghanistan in 2001 and of Iraq in 2003 in the name of bringing democracy to the two countries were critical moments having serious consequences for the ensuing regional and global reordering, including the IRI–US relations. The IRI felt that it could be next on the US’s list of countries to invade. This perception was further solidified after the 2003 invasion of Iraq. Being surrounded by the North American country in the south (US bases in Persian Gulf), east (US military in Afghanistan and Pakistan), and west (US military in Iraq), IRI officials felt they had to take the initiative – especially after the US rejected the Iranians’ offer of direct negotiations to settle their differences (KESSLER, 2021).



Overconfident after the quick takeover of both Afghanistan and Iraq, and optimistic that those wars would end quickly, the US believed Iran to be surrounded and weak. Iran took the initiative by solidifying its power in Iraq and Lebanon (and later on, Syria and Yemen), especially among the Shia segments of the populations. It also created other proxy forces and partnerships in the region and began to reconfigure the regional geopolitical order by devising and leading of the so-called “axis of resistance” (FOROUGH, 2021a). According to the IRI’s official narrative, this comprises state and non-state actors aiming to resist US and Israeli imperialism in the wider Middle East region. In this case, we see a certain set of events and policies in real life being explained through an anti-imperialist narrative.

In the meantime, China, India, Brazil and other Global South actors had (geo-)economically arisen while Russia had geopolitically returned as a great power. With the comprehensive power of the US declining, Iranian officials began to celebrate the birth of a new multipolar and “post-Western” (ZARIF, 2016) world order and increase their strategic proximity to these Global South actors. This narrative of global re-ordering was institutionalised in Iran’s “Look East” or “Pivot to Asia” policy (FOROUGH, 2021b), which has both geopolitical and geo-economic dimensions to it. Here, one can see the emergence of a global narrative – the rise of the Global South – produced by Iranian elites, among others, to make sense of the dynamics of the global reordering.

Geopolitically, as described above, Iran has been busy constructing the axis of resistance in its immediate neighbourhood in Asia, aiming to increase its own security power. The IRI portrays itself as an anti-imperialist defender of the “downtrodden” (*mostaz’afaan* in Farsi) in the region. However, this is, for all intents and purposes, a cover for Iran’s own regional-imperial ambitions, as indicated previously. It is no wonder that Iran’s current elites, despite their erstwhile anti-imperial slogans, constantly remind regional and global rivals (as did the Pahlavis) that the country has been a dominant regional actor for the last 3,000 years, a thinly veiled reference to the country’s own imperial history. Just as US regional interventions were conducted under the guise of bringing “democracy” and “freedom”, Iran’s geopolitical endeavours are propped up by narratives of “anti-imperialism” and “defending the downtrodden”. Such narratives provide a veneer of legitimacy for policies for power-driven policies.

Geo-economically, IRI elites promote the narrative of their country being a geographic civilisational “crossroads” (FOROUGH, 2021c). This geo-economic agenda also borrows heavily from Iran’s civilisational-imperial history,



particularly its role in the ancient Silk Roads. This has both ideational and material/policy dimensions to it. Ideationally, this narrative is based on the premise that Iran has served – as Rouhani (2018), the former Iranian president, said in his 2018 United Nations speech – as a link between East and West as well as North and South. Materially, Iran has been developing policies to make itself an integral part of major infrastructure initiatives, such as China’s BRI for East-West connectivity as well as the International North-South Transport Corridor (INSTC) – an initiative led by Iran, Russia and India – for South-North connectivity.

Iran’s narratives of domestic, regional and global order are in one way or another premised upon the notion of empire – and more recently “civilisation” as a short hand for empire. Even Iran’s imperial ambitions are framed in anti-imperial discourses. Therefore, the country’s contemporary history can, according to Axworthy (2016), in many ways be explained in terms of “empire of the mind”. Despite the revolutionary and anti-imperialist 1979 slogan of “Neither West, Nor East”, Iran strives to be a regional empire in all but name.

Not only is history retold to fit this agenda but also (pre-Westphalian) geography re-imagined. To create a geography that would go beyond the current Westphalian borders and could house the IRI’s new hegemonic ambitions, Iranian elites have come up with the idea of “the Greater (cultural) Iran” (FOROUGH, 2022). This they define as areas that were culturally formed or influenced by the former Iranian empires and which the country’s current geopolitical and geo-economic agendas should now focus on. Such a narrative was decreed by Iran’s supreme leader, Ayatollah Khamenei himself, in top-down fashion. The job of the executive branch is to develop policies that help make it a geopolitical and geo-economic reality. Thus, Iranian elites re-imagine and re-narrate their cultural and historical geography as a geopolitical imaginary, leading to specific policies such as the pivot to Asia.

Iranian history under both the Pahlavis and the IRI regime shows remarkable consistency in terms of the struggle for geopolitical power as well as geo-economic relevance and connectivity. Both draw substantially (albeit with different stylistics) from the imperial history of Iran. While the Shah firmly sided with the Western bloc during the Cold War, the IRI began its history by rejecting both bipolar camps. Now, however, it is increasingly celebrating the East geopolitically, while aiming to become a hub for East-West and North-South connectivity geo-economically. The case of Iran, in other words, shows the multiple layers of interlinkage and dialectics that exist between policy and



narratives of (national, regional, and global) order. It also shows how narratives of order draw on both geography and history to justify contemporary policies. Part of this narrative justification is giving a veneer of value (anti-imperialism for IRI or anti-Communism for the Pahlavis) to power-driven policies. A major reason for the emergence of Iran's narratives is the contemporary global reordering, including the relative decline of the US's role in the Middle East, that has left the space open for the IRI to reassert itself in the region.

Conclusion

This article contributes to the field of IR by examining various under-researched narratives of national, regional and global order/re-ordering that have emerged from the Global South, highlighting their significant influence on politics everywhere. It has challenged West-centric perspectives in the field and emphasised the need to incorporate non-Western narratives into IR research and analysis, to provide a more comprehensive understanding of the complexities of global politics. Some analytical observations and tentative conclusions can be made here, especially in terms of shedding light on the dynamic processes through which Global South narratives emerge, intersect with one another, demonstrate the agency of related actors – both state and non-state – and, finally, how they expose also the inadequacy of the Westphalian political imaginary.

The importance of local contexts in the Global South was emphasised through each one of the four cases discussed. Established IR theories making universal generalisations based on Western political circumstances are inadequate to describe non-Western experiences in the political field and the narratives constructed therein. These particular sociopolitical, economic, geographical and historical contexts are critical to how Global South actors construct their respective narratives of national, regional and global order. The Egyptian context under Nasser profoundly changed the regional setting in the case of the Mashreq. Moreover, the Indian and Iranian cases illustrate that historical, cultural and religious dynamics significantly inform processes of ordering. These examples thus highlight the need for a fuller understanding of the local if we are to account for the global.

It was also demonstrated that narratives of order and re-ordering are dialectically interlinked and, more often than not, nurture and constrain each other in multiple terrains, including politics, economics, geography and history.



For example, the rise of radical-left movements in the Maghreb was partly due to the void left by the failure of pan-Arabism narratives in the Mashreq. Additionally, Chinese and Iranian (as well as Central Asian and Turkish) narratives of the ancient Silk Roads and the emergence of new iterations of the latter mutually reinforce or limit one another. The multiple pivots to Asia by Global South actors such as Iran, Turkey and the Arab countries can also be partly attributed to the rise there of powers like China and India, with their own narratives of national, Asian and global order/re-ordering. These narratives are institutionalised in strategic partnerships, such as the one between China and Iran (the 25-year roadmap), or materialise through infrastructure initiatives, such as the INSTC aiming to enhance infrastructural connectivity between Iran, Russia and India. In other words, these narratives have clear policy and material implications.

This dialectical relationality is not limited only to Global South actors. The narratives of the latter are themselves interlinked with the ones of the Global North. It was shown that Western and Soviet narratives of global order intersected with those of Global South actors, who thus took a stand against one bloc or both. For example, the Pahlavis defined their imperial narrative of Iran by aligning with the US and against national or regional leftist movements, while the current IRI establishment started with a slogan positioning it against both blocs but is now firmly entrenched in the “East” or “Asia” camp. India has been defining itself in terms of “independence” since 1947 in relation to imperial actors in the West and East. Furthermore, the various leftist movements in the Global South of the last century defined themselves against Western imperialism while also harbouring a diverse array of narratives and emotions about Eastern imperialism – ranging from intimacy to analytical neutrality to acrimony.

The identified agency of Global South actors at both the state and non-state levels is a further contribution made herewith to the scholarship. Non-state actors have traditionally been sidelined in the field, as has the question of the agency of non-Western actors in global politics. However, it was revealed that Global South actors can exert agency by creating their own narratives of national, regional and global order/re-ordering and by implementing policies, geopolitical strategies and geo-economic infrastructural initiatives that help reinforce them. Non-state actors, particularly leftist movements, have left an indelible mark on the history and contemporary politics of the MENA region and of Asia. Their agency cannot be denied. One personalist dictator,



Nasser, and his narratives about identity and the region changed the dynamics of regional and global politics. Additionally, China and India, through their respective claims over leadership of the NAM and influence within the wider Global South, are both increasingly demonstrating agency in global affairs.

It was also laid bare that IR's Westphalian political imaginary is deeply inadequate when it comes to seeking a comprehensive understanding of international politics in the Global South. This is because it is state-centric, thus marginalising non-state actors, and limited in its historical scope, leaving it unable to fully grasp – let alone comprehend – the civilisational and historical discourses of actors such as China, India and Iran. These countries have a long pre-Westphalian history of statehood and collective identity that influences their contemporary regional and global politics, as was demonstrated in the case of India and Iran. This rich geography and history affect how these actors are reconstituting themselves to adjust to the current global re-ordering underway.

Finally, the article calls for future research to pay more attention to the agency of Global South actors, consider their local contexts and narrative-construction processes and methods, avoid state-centric approaches and adherence to the limited geographic and historical parameters of IR's Westphalian political imaginary, and to focus on the underlying dialectical relations through which such ideas of global order/re-ordering are disseminated across various terrains – namely, among others, those of politics, economics, society, geography and history. Research on the politics and order narratives of the Global South actors should also, importantly, seek to avoid justifying the neo-imperial behaviour of actors in this geography simply because they belong to a non-Western geography. Such critical research should critique and de-naturalise all imperial tendencies, be they from the West or the Global South, even when these imperial tendencies disguise themselves as anti-imperial.

References

- ABRAHAM, Itty. From Bandung to NAM: non-alignment and Indian foreign policy, 1947–65. *Commonwealth & Comparative Politics*, London, v. 46, n. 2, p. 195–219, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: Money, power, and the origins of our times*. London: Verso, 1994.



BASRUR, Rajesh. Modi's Foreign Policy Fundamentals: A Trajectory Unchanged. *International Affairs*, Oxford, v. 93, n. 1, p. 7-26, 2017.

BOUAZIZ, Mohamed. *Al-yasār al-mağriby al-ğadyd: al-naš'a wa al-masār: (1965-1979)*. The Moroccan New Left: Birth and trajectory: (1965-1979). [S. l.]: Dar Tinnel, 1993.

BROWN, L. Carl. *International Politics and the Middle East: old rules, dangerous game*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CHACKO, Priya. *Indian foreign policy: The politics of postcolonial identity from 1947 to 2004*. New York: Routledge, 2012.

CHATTERJEE, Shibashis; DAS, Udayan. India's Civilizational Arguments in South Asia: From Nehruvianism to Hindutva. *International Affairs*, Oxford, v. 99, n. 2, p. 475-494, 2023.

CORDIER, Bruno. The Economic Cooperation Organization: towards a new silk road on the ruins of the Cold War? *Central Asian Survey*, London, v. 15, n. 1, p. 47-57, 1996.

DIETRICH, Christopher. R. W. *Oil revolution: Anticolonial Elites, Sovereign Rights, and the Economic Culture of Decolonization* Global and International History. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

EL AYADI, Mohammed. *Les deux visages du roi: le monarque et le Commandeur des Croyants*. Casablanca: Editions la Croisée des Chemins, 2015.

FISHER-ONAR, Nora; KAVALSKI, Emilian. From Trans-Atlantic Order to Afro-Eur-Asian Worlds? Reimagining International Relations as Interlocking Regional Worlds. *Global Studies Quarterly*, Oxford, v. 2, n. 4, p. 1-11, 2022.

FOROUGH, Mohammadbagher. Intervention with Chinese characteristics: the Belt and Road Initiative reconfiguring (Afro-) Eurasian geo-economics. *Conflict, Security & Development*, London, v. 19, n. 3, p. 275-281, 2019.

FOROUGH, Mohammadbagher. Iranian Strategic Culture and "Ways of War": The Role of Local Concepts and Narratives of "Game" and "Play". *International Journal of Persian Literature*, United States, v. 6, n. 1, p. 120-142, 2021a.

FOROUGH, Mohammadbagher. Raisi's Foreign Policy: Pragmatic Revolutionism and the Iranian Pivot to Asia. Hamburg: German Institute for Global and Area



Studies, 2021b.

FOROUGH, Mohammadbagher. Geographic Agency: Iran as a “Civilizational Crossroads” in the Belt and Road Geography. *In: SCNEIDER, Florian (ed). Global perspectives on China’s Belt and road initiative: asserting agency through regional connectivity.* Amsterdam: Amsterdam University Press, 2021c. p. 291–313.

FOROUGH, Mohammadbagher. The Production of Souls in International Relations. *Global Studies Quarterly*, Oxford, v. 2, n. 4, p. 1–13, 2022.

GANGULY, Sumit. India’s foreign policy grows up. *World Policy Journal*, Durham, v. 20, n. 4, p. 41–47, 2003.

GANGULY, Sumit. India in the Liberal Order. *In: FLOCKHART, Trine; KUPCHAN, Charles A.; LIN, Christina; NOWAK, Bartłomiej E.; QUIRK, Patrick W.; XIANG, Lanxin (ed.). Liberal order in a Post-Western World.* Washington: German Marshall Fund of the United States, 2014. p. 83–94.

GAUSE, Gregory F. Saudi Arabia and Regional Leadership: The Impossibility of Hegemony. *Middle East Insights*, Singapore, n. 243, p. 1-6, Aug. 2020. Disponível em: <https://mei.nus.edu.sg/wp-content/uploads/2020/08/Insight-243-F-Gregory-Gause-III-1.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

GNOLI, Gherardo. *The idea of Iran: an essay on its origin.* [Los Angeles]: Universidade da Califórnia, 1989. *Serie Orientale Roma*, v. 62.

HALL, Ian. *Modi and the reinvention of Indian foreign policy.* Bristol: Bristol University Press, 2019.

HALLIDAY, Fred. *The Middle East in international relations: power, politics and ideology.* Cambridge. New York: Cambridge University Press, 2005. v. 4.

HAMPSON, Fen Osler; NARLIKAR, Amrita. Narratives, Political Identity, and International Negotiation. *In: HAMPSON, Fen Osler; NARLIKAR, Amrita (ed.). International negotiation and political narratives: a comparative study.* London: Routledge, 2022. p. 3–24.

HARMON, William. *A handbook to literature.* New York: Longman, 2012.

HARSHE, Rajen. "India's non-alignment: an attempt at conceptual reconstruction." *Economic and Political Weekly* (1990): 399-405.

HILALI, Fouad. *Min waṭā’iq al-ḥilāf dāḥil al-mounaḏama al-marksiyya al-*



linyniya al-mağribiyya “ila l-’amām”: jamā’at nazaryyat al-’awālim al-ṭalāt: min al-marksiyya-allinyniyya ’ila-attahryfiyya al-ddenğsyawbiyya Manshurāt mawqī “30 ghuṣṣ”. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <http://www.30aout.info/media/02/02/1457771751.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

HINNEBUSCH, Raymond. *The international politics of the Middle East*. Manchester: Manchester University Press, 2015.

HOBBS, Thomas. *Leviathan, 1651*. Peterborough: Broadview Press, 1969.

ILA AL-AMAM. . *Al-Thawrah fi al-gharb al-’arabi fi al-marhalah al-tarikhiyyah min tasfiyah al-imperiyaliyyah [The revolution in the Arab West in the historical stage of imperalism’s liquidation]*. ’ilā al- ’amām, , 1971. Disponível em: <<http://www.30aout.info/media/02/00/1867347149.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ILA AL-AMAM. . *Linabny alḥizb alṭawry taḥta nyrān al’ aduw [Let us build the party under enemy fire]*. ’ilā al- ’amām, , 1973. . Disponível em: <<http://www.ahewar.org/debat/show.art.asp?aid=5543>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ILA AL-AMAM. *Min ’ağli ḥaṭṭ mārkisy-lyny ny liḥizb al-brūlytāryā al-mağriby -niqāš munazamatinā ma’ a al-fašyl al-ṭālīt [For a Marxist Leninist Line in the Moroccan Proletarian Party: Our Organisation’s discussion with the Third Faction]*, 1974. . Disponível em: <<http://www.30aout.info/ب-زح-ل-ي-ن-ي-ل-ي-س-ك-رام-ط-خ-ل-ج-أ-م-ن>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

INDIA. Ministry of External Affairs. *Pansheel*. New Delhi: External Publicity Division, 2004. Disponível em: https://www.mea.gov.in/Uploads/PublicationDocs/191_panchsheel.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

INDIA will never be a part of an alliance system, says External Affairs Minister Jaishankar. *The Hindu*, Tamil Nadu, 20 jul. 2020. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/india-has-never-been-part-of-an-alliance-and-will-never-be-jaishankar/article32142128.ece>. Acesso em: 14 fev. 2023.

INDIA’S response to Russia’s War in Ukraine Hold Your Fire!. [S. l.], 5 jul. 2022. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/asia/south-asia/india/indias-response-russias-war-ukraine>. Acesso em: 14 fev. 2023.

ISSAWI, Charles. *An economic history of the Middle East and North Africa*. New York: Colombia University Press, 1982.

JACOB, Happymon. A New Delhi View on the World Order. *Institut Montaigne*, 6



out. 2022. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/en/analysis/new-delhi-view-world-order>. Acesso em: 14 fev. 2023.

KEENLEYSIDE, T. A. Prelude to power: The meaning of non-alignment before Indian independence. *Pacific Affairs*, Canada, v. 53, p. 461–483, 1980.

KEPEL, Gilles. (2002). *Jihad: The trail of political Islam*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

KERR, Malcom, H. *The Arab cold war: gamal 'abd al-nasir and his rivals, 1958-1970*. London; Oxford University Press, 1971. v. 358

KESSLER, Glenn. Analysis Kerry's claim that Iran offered bush a nuclear deal in 2003. *Washington Post*, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/fact-checker/wp/2013/12/09/kerrys-claim-that-iran-offered-bush-a-nuclear-deal-in-2003/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

KHILNANI, Sunil. *The idea of India*. Penguin: London, 1999.

KIENLE, Eberhard. *Ba'th v. Ba'th: the conflict between Syria and Iraq 1968-1989*. New York: I. B. Tauris, 1990.

KREBS, Ronald. R. How Dominant Narratives Rise and Fall: Military Conflict, Politics, and the Cold War Consensus. *International Organization*, Cambridge, v. 69, n. 4, p. 809–845, 2015.

LEIRA, Halvard; CARVALHO, Benjamin. Construction time again: history in constructivist IR scholarship. *European Review of International Studies*, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 99-111, 2016.

MEARSHEIMER, John J. Bound to fail: The rise and fall of the liberal international order. *International Security*, Massachusetts, v. 43, n. 4, p. 7–50, 2019.

MITCHELL, Richard. P. *The society of the Muslim Brothers*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

MOHAN, C. Raja. *Crossing the Rubicon: The Shaping of India's New Foreign Policy*. London: Palgrave Macmillan, 2004.

MUKHERJEE, Rohan. Chaos as opportunity: the United States and world order in India's grand strategy. *Contemporary Politics*, [London], v. 26, n. 4, p. 420–438,



2020.

NARLIKAR, Amrita. India's foreign economic policy under Modi: negotiations and narratives in the WTO and Beyond. *International Politics*, Syracuse, v. 59, n. 1, p. 148-166, 2022.

NARLIKAR, Amrita. *Poverty narratives and power paradoxes in international trade negotiations and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

NARLIKAR, Amrita. Emerging narratives and the future of multilateralism. In: SARAN, Samir; JOHN, P. Lourdes (ed.). *Raisina Files 2021: A Viral World: Can We Respond?*. New Delhi: Observer Research Foundation, 2021. p. 12–24.

NORDBRUCH, Götz. *Nazism in Syria and Lebanon: The ambivalence of the German option, 1933–1945*. London: Routledge, 2011.

OSIANDER, Andreas. Sovereignty, international relations, and the Westphalian myth. *International Organization*, Cambridge, v. 55, n. 2, p. 251–287, 2001.

ROUHANI, Hassan. Full text of Iran's President Rouhani Speech at UNGA 73. *The Iran Project*, [S. l.], 25 Sept. 2018. Disponível em: <https://theiranproject.com/blog/2018/09/25/full-text-of-irans-president-rouhani-speech-at-unga-73/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SAREEN, Sushant. India as the fulcrum in a Cold War 2.0ORF. *Observer Research Foundation*, New Delhi, 15 Jul. 2020 Disponível em: <https://www.orfonline.org/expert-speak/india-as-the-fulcrum-in-a-cold-war-2-0/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SPEAR, Thomas George Percival. *The Oxford history of modern India: 1740-1975*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

SRIVASTAVA, Jayati. The Narratives and Aesthetics of the Civilizational State in the 'New' India. *International Affairs*, Oxford, v. 99, n. 2, p. 457-474, 2023.

STEELE, Robert. *The Shah's imperial celebrations of 1971: nationalism, culture and politics in late Pahlavi Iran*. London: IB Tauris, 2020.

SUGANAMI, Hidemi. Narrative explanation and international relations: Back to basics. *Millennium*, London, v. 37, n. 2, p. 327–356, 2008.

TELLIS, Ashley J. "What is in our interest": India and the Ukraine War. *Carnegie Endowment for International Peace*, Washington, 25 Apr. 2022. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2022/04/25/what-is-in-our-interest-india-and->



ukraine-war-pub-86961. Acesso em: 25 jan. 2023.

THAKUR, Vineet. *Postscripts on Independence: Foreign policy ideas, identity, and institutions in India and South Africa*. New Dehli: Oxford University Press, 2019.

TIBI, Bassam. *Arab nationalism: a critical enquiry*. 2nd. ed. Houndmills: Macmillan, 1990.

UPADHYAYA, Priyankar. *Nonaligned states and India's international conflicts*. New Delhi: Jawaharlal Nehru University Press, 1987.

VITALIS, Robert. *America's kingdom: Mythmaking on the Saudi oil frontier*. California: Stanford University Press, 2007.

WATERBURY, John. *Nasser and Sadat: The political economy of two regimes*. Princeton: Princeton University Press, 1983.

WEIL, Simone. *The need for roots: Prelude to a declaration of duties towards mankind*. London: Routledge, 2003.

WIMMER, Andreas; SCHILLER, Glick Nina. Methodological Nationalism and Beyond: Nation-State Building, Migration and the Social Sciences. *Global Networks*, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 301–334, out. 2002.

WOERTZ, Eckart. *Oil for food: The Global Food Crisis and the Middle East*. Oxford: Oxford University Press, 2013

WOJCZEWSKI, Thorsten. Identity and world order in India's post-Cold War foreign policy discourse. *Third World Quarterly*, London, v. 40, n. 1, p. 180–198, 2019.

WOLFE-HUNNICUTT, Brandon. *The Paranoid Style in American diplomacy: Oil and Arab Nationalism in Iraq*. Stanford: Stanford University Press, 2021.

YERGIN, Daniel. *The prize: The epic quest for oil, money & power*. New York: Simon and Schuster, 2011.

ZARIF, Javad. *Doraan-e Gozaar dar Ravaabete Beinolmelal dar Donyaaye Pasaagharbi [The transition in international relations of the post-Western world]*. Tehran: Center for International Research and Education, 2016.

Notas

¹Research Fellow at the GIGA Institute for Middle East Studies and at the project "World



Order Narratives of the Global South" (WONAGO). Orcid: 0000-0001-5152-1779.

²Research Fellow at the GIGA Institute for Middle East Studies. Orcid: 0000-0002-5790-732X.

³German Institute for Global and Area Studies, International Institute for Strategic Studies, University of Leeds. Orcid: 0000-0002-7117-3473.

⁴GIGA Institute for Middle East Studies and University of Hamburg. Orcid: 0000-0001-9526-2668.

On the longevity of visual colonial stereotyping and its influence on twenty-first-century societal and identity debates

Sobre a longevidade da estereotipagem visual colonial e sua influência nos debates sociais e de identidade do século XXI

Diana Miryong Natermann¹



Abstract: This paper engages with current societal identity debates related to select postcolonial southern African circles, whose European origins can partially be traced back to the creation of the colonial photography genre. The contemporary visualisation of non-white Africans in the European landscape is linked to a genre that was born in the times of High Imperialism. As a child of its time, colonial photography laid the foundation for both racist and racial depiction patterns of certain African peoples and what their *supposed* traits and looks were from the coloniser's point of view, thereby creating *seeing patterns*. Until today, social debates and political movements are linked to the visualisation of non-white peoples. This project is about the historical muting of sub-Saharan Africa through stereotypical images and its links to the shaping and maintenance of postcolonial identity debates concerning racialised visualisation traditions in Europe. This repetitive visual blinding is another form of colonial aggression by constantly perpetuating certain image(rie)s and thereby facilitating colonial mentalities. Examples presented below show how far-reaching the colonial photographic stereotypes are by not limiting the scope of seeing traditions to photographs. Instead, other areas of visible everyday spaces like street names, monuments, statues, lawsuits or book covers are included.

Keywords: Stereotyping; postcolonialism; whiteness; visual history; African history

Resumo: Este artigo dialoga com os atuais debates sobre identidade social relacionados a determinados círculos pós-coloniais da África Austral, cujas origens europeias podem ser parcialmente rastreadas até a criação do gênero da fotografia colonial. A visualização contemporânea dos africanos não brancos no contexto europeu está ligada a um gênero que nasceu nos tempos do Alto Imperialismo. Como um fruto de sua época, a fotografia colonial lançou as bases para padrões de



representação raciais e racistas de certos povos africanos e de seus supostos traços e aparência do ponto de vista do colonizador, criando assim padrões de ver. Até hoje, debates sociais e movimentos políticos estão atrelados à visualização dos povos não brancos. Este projeto é sobre o silenciamento histórico da África subsaariana por meio de imagens estereotipadas e suas ligações com a formação e manutenção de debates identitários pós-coloniais sobre tradições de visualização racializadas na Europa. Essa cegueira visual repetitiva é outra forma de agressão colonial ao perpetuar constantemente certas imagens e imaginários, facilitando, assim, as mentalidades coloniais. Os exemplos apresentados a seguir mostram o alcance dos estereótipos fotográficos coloniais, sem limitar o escopo das tradições de ver às fotografias. Em vez disso, são abarcadas outras áreas de espaços cotidianos visíveis, como nomes de ruas, monumentos, estátuas, processos judiciais e capas de livros.

Palavras-chave: estereotipificação; pós-colonialismo; branquitude; História visual; História africana



Introduction

In the past years, we have seen heated public debates on identity and race amongst varying constituencies in Europe, Africa and beyond. Topics included in these discussions engaged with how to (re)define the matter of Blackness within the Global North, Europe in particular, concerning a society that has become increasingly diverse and multinational during the last two centuries (SEALY, 2019). Main reasons for this are post-colonial and post-World War II migrations to Europe from non-European regions as well as the more recent migrations to Europe based on mostly outer-European political conflicts. All these migration movements steadily but surely increased an already decades long period of ethnic and religious diversification, that is most visible in Europe's more urban areas. Whereas previous (im)migration waves of the nineteenth and most of the twentieth centuries in Europe tended to be caused by inner-European wars, colonial empires bringing in colonial staff from abroad or labour migration during the Cold War from friendly states, the twenty-first century is confronted predominantly with refugee waves from conflict zones within and without Europe.

The common denominator important for this paper is that the last ca. 150 to 200 years have diversified societies and realities in Europe, which in turn have challenged prior seeing traditions that were dominated by a worldview based on *white* culture and Christianity as a global norm (WEKKER, 2020). This paper analyses the visual-cultural link between the creation and questioning of *white* seeing traditions that went from advocating a *white* worldview (including racial stereotypes related to it) to being challenged by non-white constituencies in Europe and beyond. To do so, photographs from colonial contexts are understood here as a base of operations, but the research goes beyond that and includes other public spheres of colonial visualisations.

Photographs from colonial contexts were representative of a colonial mindset or mentality and they helped in the ideological distribution of racial stereotypes through various pathways (on historical stereotyping KNIGHTS, 2014, 242-67). The colonial photographic genre is then compared to twenty-first-century cultural and political movements that attempt or already are breaking up mentioned seeing traditions. These movements include activities where the constituencies affected by racial stereotyping attempt to regain their agency to regain control over the visual heritage created during modern colonialism. They also include what I coined counter-colonial visualisations:



the aim to contradict and / or re-narrate racial stereotypes and viewing patterns from a decolonised and / or postcolonial perspective. This is, amongst other things, in line with Wa Thiong'o Ngũgĩ's work (NGŨGĨ, 2005). Ngũgĩ's thought practices of decolonising cultural landscapes linked to African literary sources can also be adapted to visual practices that are not limited to photography but make a more general point on seeing traditions that include public spaces and everyday experiences.

In my research on visual connections between African and European history, the intention is to reverse the mirror by focusing on cultural entanglements that link Europe with Africa in relation to the development of a European interpretation of what the African continent and especially its peoples supposedly look like. For this purpose, I study visual history and use visual ego-documents, like photographs that were created in the High Imperialism era from the 1880s to the 1920s by European photographers in southern Africa.² These images give access to less polished insights into socio-cultural developments of modern eras as witnessed from below, thereby allowing a micro historical approach (MAGNÚSSON; SZIJÁRTÓ, 2013). Photographs function like an open window to certain *zeitgeists*: they allow the historian to tell a version that differs from official history as told by national governments, schools of thought or politically polished collective memories (HAYES; MINKLEY, 2019).

One starting point of analysis is how the historical practices of othering helped create visual stereotypes during the colonial era thereby also influencing visual collective memories in both the colonial metropolises and peripheries.³ The range of topics included into these debates went wide and far. Most dominantly, it included matters of religious affiliation, (dual / multiple) citizenship, national histories and even social acceptance and recognition as equals based on someone's skin colour. As is known, the modern European colonial project turned into an increasingly global affair since the mid fifteenth century with Portuguese trade ships sailing south past the South African Cape of Good Hope (then more fittingly known as the Cape of Storms) to Asia and later also going westwards to the Americas. Jumping forward to the late nineteenth century and the era of High Imperialism, not just trade routes and (human) goods were part of the colonial project anymore but the scientific categorisation of human races and with it, the creation of (pseudo-)scientifically backed racial hierarchies (MANGAN, 2011). Then modern colonial sciences like ethnography and anthropology helped establish, support and maintain the idea of human racial categories. The same sciences were also instrumental to establishing the



concept of the so-called white race, i.e. European and Christian, as the norm and every non-white person became an aberration of said norm (FRANKENBERG, 1993; HALL, 2002; MOHANRAM 2007).

In addition to already existing scientific tools the invention and availability of mobile photographic equipment that could be shipped abroad and used during scientific colonial expeditions further helped increase outreach options at colonial institutes in Europe (KEMP, 2011). As a result, photographs enabled and increased exponentially the mass distribution of visual heritage amongst the general public in the shape of photo postcards from the colonies, slide shows in European cities or published books like travelogues enhanced by not just drawings as before but now also with photographic images.⁴ A prominent example of a two-tome travelogue on a scientific expedition in 1910-1911 to Western and Central Africa is *From the Congo to the Niger and the Nile; an account of the German Central African expedition* by Duke Adolf Friedrich of Mecklenburg (MECKLENBURG, 1912).⁵ As a result, a visual heritage based on colonial goals and mindsets as well as racial and racist stereotypes was in the making that would manifest, spread globally and remain in place for decades and centuries to come.

Social psychologists Mark Schaller and Charles Stangor stated that both individuals and groups commit to stereotyping others to categorise, simplify and understand the world around them better (STANGOR, SCHALLER, 2000, 64-82). Stereotyping can thus also be understood as a by-product of cognitive processes to order one's environment (KNIGHTS, 2014). Nowadays, century-old racial stereotypes are either enhanced or countered depending on the community in question (HALL, 2013, 223-276). As a result, publicly voiced prejudices against *non-white* people(s) accompanied by nationalist and populist messaging have seemingly increased whilst simultaneously counter voices calling for inclusion and a re-definition of European heritage are becoming more vociferous too. These opinions and debates happen in private homes as much as in public spheres. For instance, the removal of discriminatory street names or statues that glorify former colonisers or supporters of slavery cause heated public discussions in countries like Germany, the UK, Belgium, Namibia, South Africa and the USA.⁶ Especially in the US-American context, debates on decolonising public and private spaces are generally further advanced than in Europe (examples on this issue are discussed in the next sub-section).

The African-European trajectory is chosen for two reasons. Firstly, because the infamous *scramble for Africa* and portable photography went hand in hand



with each other (PAKENHAM, 1992). Secondly, to analyse the evolution of cultural mass images between ca. 1880-1920. The idea is to mirror the beginning of today's image of Africa by returning to late nineteenth-century colonial photography, root out the origins of how the African continent was seen then, the manner how this view has developed since and how it can be linked to contemporary attempts to counter-narrate colonial racial stereotypes of the non-European other. This is accomplished by questioning why some visual stereotypes of the non-white African Other in Europe persisted, and others did not (KAPUŚCIŃSKI, 2008). Ultimately, the mirror is reversed and cases of re-narrating the historically dominant *Bildsprache* (German: image language) are presented. Such examples included moments of members of the global south using colonial visual sources, re-interpreting them, and thereby gaining agency over their possibly own language. To accomplish this project, interdisciplinarity is provided by combining analytical theorems ranging from Erwin Panofsky's three steps for the art historical analysis of visual sources, whiteness studies, micro history, global history, oral history and collective memory studies with each other (CONRAD, 2017; HALBWACHS, 1991; JÄGER, 2000; MAGNÚSSON; SZIJÁRTÓ, 2013; PANOFSKY, 1980, SHIWEDA, 2019, p. 181-208).

The mentioned long-term effects of colonial stereotyping and othering can be seen in ongoing attempts of identity-finding processes and the creation and maintenance of a collective memory. To change those identity and collective memory creation paths, the power centres with their origins predominantly in the global north need readdressing (DIAWARA, LATEGAN; RÜSEN, 2010). This is achieved by including members of formally colonised societies with historical connections like being colonised or having migrated to Europe. For the sake of brevity, this project focusses on a visual narrative from select sub-Saharan countries that have and are creating their own narratives by taking control of their respective visual heritages. This is done by centering the analysis on the Republic of South Africa and Namibia to potentially continue to further regions like the Congo later.⁷ The country selection is based on a combination of historical connections, available archival material and related already accomplished anti-colonial movements in the visual, cultural and art sectors. In short: counter-colonial visualisations.

Photography in South Africa and Namibia were created and existed in three forms: European, African and colonial.⁸ Whilst overlap between the three categories exists and was inevitable, most research tends to explore these fields separately from each other. To avoid remaining in this dividing approach



the following pages will engage more thoroughly with ideas that colonial photography cross influenced, its long-term effects (for instance on urban spaces) as well as current challenging forces and voices coming from the African subcontinent (HAYES; MINKLEY, 2019). An attempt is made to show how the idea of Europeanness in its demarcation of the non-European has created a globally transmitted image of what it means to be from sub-Saharan Africa and southern Africa in particular.⁹ This is followed by how current movements by constituents of the global south – be it in Africa or people with sub-Saharan African heritage residing in Europe – actively approach historical stereotypes of African peoples with the aim to create counter-colonial visualisations and replace them with updated interpretations. At a later stage of this research, it will also become necessary to analyse which seeing patterns tend to persist and are immune to changes and what the reasons for that immunity might be.

Finally, the goal is to filter out the origins of artificially constructed and idealised stereotypes of the *typical* African and the *typical* European to better understand some of today's (still) visible socio-cultural misunderstandings and tensions within a multicultural Europe. Resentments and language used since the migration crisis of 2015, for instance, have shown that several European national identities often rely on establishing which markers are non-European to then dissociate themselves from them. Therefore, returning to photography from colonial contexts, the creation of seeing traditions in general and the depiction of the *non-European* is a necessary first step to highlighting specific origins of Europe's identity when contrasted to southern Africa. The next step is to highlight any remnants of the stereotyping process in the twenty-first century and lastly the analysis of current-day movements that attempt to replace colonial stereotypes with "counter-colonial visualisations". The definition of Blackness is therefore intimately linked to the creation of cultural whiteness. Following a photographic case, the upcoming pages will highlight some recent projects and events that have challenged colonial seeing patterns within photographic contexts and public spaces. These examples include political movements to remove statues or monuments, gain rights to historical photographs of the non-white other and more. Given the early state of this project, the overall results will be presented at a later stage.

Photography, Examples, Movements and Collective Memory

Since the late nineteenth and early twentieth centuries, photography has



developed into a product that lent itself to and facilitated both mass production and mass consumption. Now, in the twenty-first century, the manifold global societies are more reliant than ever on, if not addicted to, visual stimulation and entertainment. A reality without reproducible visuals seems to have become unimaginable. Fittingly since the pictorial turn, visual sources have received increased recognition within academia as historically relevant sources.¹⁰ Based on the exponentially growing importance of *Bildsprache*, W.J.T. Mitchell argued in the 1990s for a pictorial turn in the humanities with the aim to not lessen the value of written or verbal sources but to also no longer ignore their importance (MITCHELL, 1995). This progress occurred at the same time that social history and post-colonial studies took foothold, making visual sources part of the same chronology and the need for more sources, more angles, more historical voices and outlets. Based on my previous research in Belgian, British, Dutch, German, French, Italian and Swedish archives it is now time to connect these global developments by analysing the long-term effects of colonial photography and stereotyping on visual collective memories and identity debates in twenty-first-century Europe and Southern Africa.

A European identity is based not only on what it wishes to portray – what it identifies with – but also on what it excludes from it and defines as non-European, i.e. not worth identifying with. In this regard, identity, stereotyping and collective memories intertwine with each other (HALBWACHS, 1991). Maurice Halbwachs' definition of an approach to collective memories is that human beings and their respective memories depend on a collective context and cannot develop outside of a collective setting. Understood this way, the definition of the past is a social construction that is passed on from one generation to the next but also fluid and changeable. It is influenced by school teachings or new developments in the present and it varies depending on a group's social, cultural and economic background. Therefore, different groups can create different understandings – memories – from the same event. For instance, colonisation. When groups with different collective memories of the same event mix, frictions can occur, identities require redefinition and narratives need to be changed. According to this reasoning, any given person grows up in and with a pre-existing set of memories and values passed on to him or her from his or her peers. Once born, we are taught what to remember and how to see our environment. Our collective memory is, initially at least, one pre-selected for us by our families, our social strata and religion. Which brings me to Susan Sontag's comment on seeing traditions (SONTAG, 2008).



Every human individual is brought up amongst a set of often pre-existing images – real or imaginary – that informs us how to see, analyse and gauge the world around us. Thinking along this vein stimulates the need to combine a collective memory approach with a seeing tradition approach.

Whilst my research makes use of Halbwachs' collective memory approach, it also includes a racial aspect to it, which is missing in the original application of his theoretical method. Reason being that for his work Halbwachs focused on three groups: the family, social class and religious community. He thereby excluded the possibility of a racial memory. What Wertsch refers to as 'blank spots' in Halbwachs' theoretical approach is therefore important for this paper that aims to include racial experiences into the analysis of collective memories (WERTSCH, 2008). Considering that Halbwachs developed his theorem in the early twentieth century one can argue that it too was influenced by a colonial mindset since he grew up when the French collective memory embraced colonialism and Europe's superiority towards Africa. Halbwachs' collective memory idea was based on a European worldview and exclusive of other ethnicities.

Before continuing to the next section with case studies and examples, it is essential to add that memories are not only a private but also a public matter. Their creation, as Aleida Assmann states, has often been politicised by, for instance, heads of states, members of the elites or other influential institutions with both monetary and political powers (ASSMANN, 2021). Other modes of influence include schoolbooks and curricula, memorial days or *lieux de mémoires* as Pierre Nora and Jay Winter refer to them (NORA, 1989, p. 7-24; WINTER, 2014). *Lieux de mémoires* (memory sites) are sites and landscapes that are historically important to a nation or group of people. It is therefore recommendable to consider and include the influence of certain elites, political agendas as well as group dynamics to the creation of public spaces, e.g. statues, veteran cemeteries, monuments and the selective choosing of certain memorial days over others (MACMILLAN, 2009).

Who decides what a group is to remember and what not? Which mindset shall be passed on? To answer these questions, the following section presents a selection of examples of past actions that enabled the creation or maintenance of collective memories and how current movements intend to change them. The examples range from the contestation of memorial days, the (un)successful removals of select statues or monuments, lawsuits against institutions profiting from colonial endeavours, debates on the restitution and repatriation



of colonial heritage to their countries of origin and other kinds of political protests. Above all, contrary to the often top-down official streams that are involved in creating collective memories, the counter movements tend to be pushed by bottom-up movements (DIAWARA; LATEGAN; RÜSEN, 2013).

Numerous related bottom-up approaches were first fought in the USA before crossing the Atlantic and being adapted in other geographical areas around the globe. Bottom-up actions and debates included the removal of confederate statues, repatriation of Native American heritage objects to their rightful / original heirs, the abolition or rededication of Columbus Day and the removal of racist language from national databanks in museums (BOLDRICK, 2022; TREEN, 2019, p. 173-183). In fact, the first case study I wish to present combines the US-American backdrop with the grown importance of visual primary sources like photographs and how they are treated currently.

Renty Taylor Case

The so-called Renty Taylor case is a superb case study to begin with as it involves visual primary sources from colonial times and current developments in twenty-first-century USA. It is about an ongoing lawsuit in which Tamara Lanier, a descendant of the former slave Renty Taylor (ca. 1775 - ca. 1865), sued Harvard University on its ownership of daguerreotypes by Jean Louis Rodolphe Agassiz that portray her ancestor Renty and his daughter Delia in the year of 1850 at the Edgehill cotton plantation in South Carolina, USA (BARTH, FÄSSLER, 2018). Together with further enslaved workers – Alfred, Fassena, Jem, Jack and his daughter Drana – the Taylors were forced to strip for a eugenic research study that was to prove the inferiority of the so-called black race. The photographs were taken by Joseph T. Zealy for professor Agassiz (BARBASH; ROGERS; WILLIS, 2020; HUBER; MACHADO, 2010).

Agassiz was a Swiss-American scientist who enjoyed great respect during his time. He was known for his strong belief in Charles Darwin's work and the polygenic theory and thus believed that people of African descent ranked lower on a racial scale with the *white man* being in first position. For this reason he also advocated for the non-mixing of races. His racial belief system strongly influenced his scientific output. The law suit was supported by Agassiz' family as well with the aim to make amends for their ancestor's actions and to show that they do not share his worldviews. Nowadays, the Lanier and Agassiz families are of the opinion that Harvard could (or should?) make amends to



Mrs. Lanier and her family for profiting of the daguerreotypes, for instance, by using Renty's image for a book cover and exhibits.¹¹ By returning the daguerreotypes, Harvard could distance itself from the "white supremacist theory Agassiz espoused" and that everyone must evaluate fully their "role in promoting a pseudoscientific justification for white supremacy (HARTOCOLLIS, 2021; MOSER, 2021)." Agassiz is a prime example of a renowned nineteenth-century scientist whose worldview and research output was linked to the so-called racist sciences that built upon racial hierarchies, supported racial segregation and was common amongst supporters of colonialism or colonial systems (IRMSCHER, 2013; MENAND, 2001-2002, p. 110-113). Therefore, it is of tremendous value for this paper that his daguerreotypes – possibly the oldest still existing ones – of South Carolinian slaves still exist. After Agassiz gave them to Harvard University their existence was forgotten only to be rediscovered in an attic at the Smithsonian in 1976. These early photographs are valuable visual examples of a European mindset and how humans of African descent were viewed in comparison to other so-called human races amongst the white elites in Europe and North America. Comparable to the ethnological photographs made in colonial contexts in Africa, Agassiz forced the models to undress before photographing them.

The common procedure of forcefully undressing non-white photographic models for scientific purposes is a recurring subject and moment of repeated racial violence that is inherent to photographs taken in colonial contexts. In order to not repeat and profit from the colonial and racial violence committed in such photographs, there have been voices condemning any kind of use and publication of colonial photographs that show humans. The idea thereby is to put a final stop to violence committed and avoid any further opportunity of voyeuristic sensationalism. Instead, the respective models in those images shall regain their dignity by not being only viewed as scientific objects. In line with changing the narrative, attempts were made to regain agency over colonial photographs. One example for this is the art installation "You Name It" by Sasha Huber at the art gallery Autograph in London, UK.¹² Huber is of Swiss-Haitian heritage and she engages with the Renty and Delia Taylor photographs by applying a postcolonial perspective. Instead of repeating the initial act of violence committed by Agassiz and Zealy who forcibly undressed their models Renty and Delia, Huber dressed the Taylors before displaying their images in London. Being clothed rather than nude supplies the models with newfound dignity. Huber thereby challenges the methods of how we remember (HUBER,



2022).

Colonial Photography: A case study from Northern Namibia

The visual codes in the anthropometric photographs from the Omhedi region in Northern Namibia share some similarities with the Taylor photographs despite being taken almost 80 years later in the late 1920s. As before, racial stereotypes prevailed and many images were staged to fit Western aesthetics as much as political goals like in the case of Namibia that was under South African indirect rule then. Colonial seeing traditions as practiced in early daguerreotypes were further harnessed, professionalised but also re-interpreted in twentieth-century southern Africa by white photographers like Alfred Duggan-Cronin¹³ and C.H.L. Hahn¹⁴ (SHIWEDA, 2019, p. 181-208). Nonetheless, in her book chapter, Napandulwe Shiweda makes a compelling case on how colonial photographs can both apply the colonial gaze at the moment of their creation yet function as a national group's collective memory a century later. To do so, Shiweda discusses the photographic legacy by Duggan-Cronin from the Omhedi region by explaining the historical and political circumstances of the images' production to then refer to their relevance in twenty-first-century Namibia.

When Duggan-Cronin travelled to Namibia to take photographs of Ovambo people, he was assisted by Hahn. Latter helped Duggan-Cronin with his local knowledge and introduced him to local dignitaries. At a first glance, Duggan-Cronin's images do not stand out stylistically or differ from other *African* photography of the time. They are in line with the "principles of physical anthropology" (SHIWEDA, 2019, p. 191) by focusing on tribal dress, jewelry, architecture and polygamy. Whilst Duggan-Cronin himself stated that he wanted to take photographs of the Ovambo people before they too become Europeanised and their *original* culture dies, he also did not refrain from staging photographs and positioning his models according to Western seeing traditions and aesthetics (GODBY, 2010, p. 54-83) – even adding the occasional necklace or fur coat here and there to the models. Regardless, Shiweda argues that merely focusing on the photographer's agenda and position of power does not do justice to the Ovambo models. Instead, she states that "although Duggan-Cronin's photographs conformed to particular colonial stereotypes, his subjects participated in new forms of self-fashioning" and to think that "these photographs are simple representations of the supposedly traditional

Diana Miryong Natermann
On the longevity of visual colonial stereotyping
and its influence on twenty-first-century societal and identity debates



way of life of the indigenous peoples is to disregard certain tensions [and agency] within them (SHIWEDA, 2019, p. 186).”

As in the other examples in this paper, seeing traditions based on colonial racist worldviews are nowadays subject to re-contextualisation and critical analysis. Given colonial power structures in place until decolonisation most Namibians and Ovambo people never received access to the manifold photographs taken of them. This process has only been happening in the last 10-20 years. What is interesting to mention for the sake of this paper is Shiweda’s contemporary research that informs us about how the same photographs are being re-used by today’s Ovambo descendants to re-establish connections to their ancestors and cultural traditions. These images are no longer seen as “a colonial construction: instead, [the descendants] look at them appreciatively, almost with pride (SHIWEDA, 2019, p. 202)”. In fact, current developments have gone as far as to using the photographs in the reconstruction of an “Ovakwanyama cultural identity and its newly restored kingship at Omhedi (SHIWEDA, 2019, p. 204)” in 1996.¹⁵

Unwanted (?): Statues and Monuments with Colonial Contexts

A prime example for one of the most fiercely fought and famous cases on the removal of a colonial heritage statue is the South African *Rhodes Must Fall* (RMF or #RhodesMustFall) movement from 2015. This particular movement began at the University of Cape Town (UCT) and later even moved on to Oriel College in Oxford (UK) (NYAMNJOH, 2016). Given its successful result, the RMF movement was later used as a blueprint for comparable events elsewhere. UCT student protests prompted the RMF movement. They wished to see a statue of Cecil John Rhodes, the famous British coloniser, mining magnate and former Prime Minister of the Cape Colony (South Africa), removed from his high plinth at a prominent location on UCT campus grounds.

In his time, Cecil Rhodes (1853-1902) was known for being a stark supporter of British colonialism and the scramble for Africa as well as being the name patron for colonies like Rhodesia (today known as Zimbabwe) and institutions like the Rhodes University in Grahamstown (South Africa). Initially not a wealthy man, Rhodes died a middle-aged man with a substantial fortune and in his last will he gave parts of his estate around Table Mountain to the land of South Africa. Those grounds became part of UCT upper campus and the famous Kirstenbosch National Botanical Gardens (ROTBERG, 1988). Nowadays he is



most commonly known as the founder of the Rhodes Scholarship Programme. Within southern Africa (South Africa, Zimbabwe, Namibia etc), however, his name at times still seems omnipresent due to memorials, schools, street names or landscapes that are in his name. Often, members of local societies are not in favour of abolishing his name, for instance, as in two select cases in Zimbabwe: a preparatory school in Gweru and the Rhodes gravesite in Matobo (KENRICK, 2019).

The RMF movement itself is to be understood as a post-Apartheid, anti-racist and decolonising movement that questions the ongoing existence of racial inequality in former European colonised territories in southern Africa. Francis B. Nyamnjoh argues that the protests were not only about fighting xenophobia in the world but afrophobia (NYAMNJOH, 2016). The search for a self-controlled national or ethnic identity that is free of *white* domination or white supremacy entails the need to shed oneself of constant reminders that once upon a time one’s community was subject to repression and racial segregation. This includes internal and external shedding procedures of the past. Internally, by acknowledging that change comes from within and needs to be voiced to become visible. Externally, by ridding one’s surrounding of constant reminders of the past that keep you down, e.g. statues and memorials. In an academic setting like a university, internal shedding was achieved by attempts of transformation. “Transformation became the catchword, catchall and catchon about the unfinished recalibration of the hierarchies of humanity that had informed relations, privilege and poverty in apartheid South Africa (NYAMNJOH, 2016, p. 100).” Despite representing the country’s majority population, also at UCT, the black community was creating a new self-esteem despite or because of still being treated like second-class citizens. A new sense of identity was in the making and the RMF movement is exemplary for this time of change.

Based on its South African success the RMF movement influenced or ignited other debates and activisms on taking down or re-contextualising public shrines with colonial contexts. Some such examples are the toppling of the statue of *Edward Colston* (1636-1721) in Bristol (UK),¹⁶ the *Leopold Must Fall* movement in Brussels (Belgium) (PRONCZUK, ZAVERI, 2020), the *Piet Hein* Monument in Rotterdam (Netherlands)¹⁷ and the *Reiterdenkmal* in Windhoek (Namibia) (BECKER, 2018). All these examples show how identity debates are and have been happening across the globe within different (post)colonial contexts. Their commonalities are that their supporters are engaged with a (re)shaping



of identities in Africa, a (re)shaping of African identities abroad and how some fields of references are being rewritten as we speak in an attempt to continue the decolonisation of collective national memories.

Restitution Report 2018

Another prominent example that has and still is causing lively debates amongst the public, in museums and academia, is linked to President Macron's statements during a visit to Burkina Faso in 2017, when he promised the restitution of cultural heritage (mostly African) to their respective countries of origins. After his return, the researchers Felwine Sarr and Bénédicte Savoy received the task to survey the French artefacts and culture landscape to establish how many African objects are currently in France, where they are located precisely and how they entered the country in the first place (also known as provenance research).¹⁸ The report was published just a year after President Macron's announcement and it reads as the disclosure of an entire appropriation and alienation system that led to the capitalisation and redistribution of art assets throughout Europe during the colonial period. The history of the African collection is European history. A history that is stored away in Europe's museums, research institutes and private collections. According to Savoy and Sarr, the newly opened Humboldt Forum in Berlin alone holds a staggering 75000 African objects. To compare, the Parisian museum on non-European art, Musée du quai Branly, holds 70000 and the British Museum in London around 69000 African objects (SARR, SAVOY, 2019).

In the original French report that is based on President Macron's mandate, he asked Sarr and Savoy to do interviews and working sessions with involved stakeholders in France and Africa. Macron also asked for concrete proposals and a possible timetable to potentially return cultural artefacts to Africa. He also demanded "dialogue and participation must be inherent to all stages of this work" (SARR; SAVOY, 2018, p. 100) thereby opening a door for public discussions about his new cultural policy. Since then, many international debates have happened by the French initiative's fundamental demands for a reorientation and the return of important cultural assets. States like Nigeria, Benin or Namibia, who had been petitioning for the restitution of cultural assets for decades voiced their support for Sarr's and Savoy's report (CODREARADO, 2018).

However, some African curators reacted more critically to the European

Diana Miryong Natermann
On the longevity of visual colonial stereotyping
and its influence on twenty-first-century societal and identity debates



initiatives regarding returns. For instance, Flower Manase, Tanzanian curator in Dar-es-Salaam, remarked that before any returns are made African experts should always be consulted first and involved accordingly in the decision-making process. This was due to the large amount of artefacts in Europe and inadequate equipment of local Tanzanian museums. Moreover, restitutions are not always a priority since not every object is wanted back (BLOCH, 2018). Other African scholars pointed to the ethno- and eurocentric character of museums as institutions which explains why they tend to arouse little interest among local visitors in Africa. In addition, many colonial African objects came from historical cultures with spiritual functions that no longer exist. As Tanzanian journalist Charles Kayuka stated: “It’s time to repair our stolen identity (...). But the masks and fetishes that are now stored in European museums – it would be no use returning them because these pieces are no longer of any value to Africans. They are empty, dead, and lifeless – they have lost their original meaning because they are torn out of their context and become meaningless objects. Because they weren’t art objects, but religious and magical ritual objects. That is the only reason why they were so important for African societies at the time (BLOCH, 2019).” Within the realm of restitution debates, it is therefore important to keep in mind that museums are European inventions. According to the French art historian André Malraux, museums do not put objects into but rather wrench them out of context (GRASSKAMP, 2014). Unsurprisingly, most Western ethnological museums were created during colonialism and are themselves carriers of colonial mindsets.¹⁹

Conclusion

All the above issues and examples have some commonalities and it is necessary to ask: What effect do racialised stereotypes have on the idea and definition of being European (or white) or of African heritage (non-white) in an increasingly culturally and globally intertwined reality? In addition, how do racial and cultural stereotypes influence debates on identity in the twenty-first century? The main claim presented in this paper was how the sciences of the High Imperialism era facilitated the creation of the colonial photography genre that would then go on to develop and spread racial stereotypes and a colonial mindset by means of the neutral scientific tool the photographic camera (RIZZO, 2013, p. 328-354). The camera became a supportive and additional tool to the spread of colonial seeing traditions to public and private spaces. Whilst until



the late nineteenth century mostly paintings or sketches and public shrines like memorials and statues helped maintain and spread a colonial racist mentality locally, photographs from colonial contexts reached people easier by means of mass distribution, for instance through books, posters and mobile slide shows. Mentalities could be transported globally and help cement a European understanding of the world and its peoples accordingly. Photographs became an additional tool to maintaining and spreading a colonial mindset thereby joining the other means of collective memory and identity-shaping tools.

By applying a mirror to *white* identity, the idea of this project is to investigate the origins, expansion and stereotypical endurance of the *non-white Other's* depiction in today's Europe and which effect it has had on the shaping and maintenance of Europe's self-portrayal thereby highlighting the role of the global south in it. The visual juxtaposition of European and non-European – or *white* and *non-white* in postcolonial terms – informs the reader (or viewer) of a very specific sender-receiver-dichotomy that is based on the assumption that people create their identities in line with and in contrast to others (SANDLER, 2013, p. 37-61; ZOCCHI, 2019, p. 1-27). The past 150 years and the invention of photography as a modern mass medium have shaped an image of peoples around the world. As such, European photography from colonial contexts has helped to form and distribute prejudicial views on and of other people(s) whilst at the same time confirming the coloniser's own identity (RIPPE, 2015).

Mentioned views became part of cultural memories through text books, the arts, public spaces adorned with statues to then enter into the spaces more commonly ascribed to any society's or nation's collective memory (LANGBEHN, 2010). Traditionally within modern history and especially linked to the creation of nation states, the written word was taught to be the preferred tool to influence a nation's identity-shaping processes. Nevertheless, I argue that this is based more on academic or intellectual arrogance (by preferring to rely on literature) than on everyday experiences concerning nation building from a micro-historical angle. Not to forget that historically speaking publishing houses can be hesitant to postcolonial theories or decolonising efforts. As, for example, in the case of the majority of current-day Namibian publishing houses that tend to be owned and controlled by Namibians of German ancestry and are seemingly less inclined to publish works that assess their heritage critically (HOOG, 2022, p. 264-281).

Despite past and current social and political developments since Africa's decolonisation, a visual world order narrative continues to be in place – one



that continues to perpetuate a stereotypical image of Africa. Above all, it is unfortunate that this narrative still has more in common with colonial times than with the twenty-first century by holding on to visualisations of violence, exploitation, dehumanisation, infantilisation and victimisation when referring to the entirety of the African continent. The constant – often even subconscious – repetition of colonial and stereotypical visual patterns makes it harder to create and distribute an updated and non-Western identity based on collective memory from the agency of sub-Saharan Africa. The global north's traditional viewing traditions are seeing traditions, that need to be changed in accordance with today's developments (SONTAG, 2008).

Movements that question the markers of European identity and collective memory have become increasingly powerful and louder in the last decade with some of their goals being the creation and communication of a revised self-image of Europe that is more diverse and more representative of societal realities as experienced daily. One contemporary example of a change of agency towards the narrative of colonial pasts is the toppling of colonial statues or the renaming of colonial street names. Another are works of art that use European colonial archival sources to then Africanise or de-Europeanise them (KUSSER, LEWERENZ, 2005, p. 214-245). The contemporary importance of this research are its links to current societal issues like civil unrest and the search for a multicultural identity in twenty-first-century Europe. Further examples include the Black Lives Matter movement, the spread of nationalist and populist activities, migration policies at EU level or identity politics more generally. By stepping back in time, engaging with European visualisations of non-Europeans in colonial photography, a link is established that puts the spotlight on today's racial prejudices as much as highlights the need for Europe's identity to acknowledge its non-European co-ingredients.

Images – be it in the flesh like in a picture or in the shape of generational oral traditions – helped form identities across the globe. Therefore, collective memories and stereotypes found within them are more often than not the results of micro-historical pathways and unofficial influences. They influence how one sees the world (BERGER, 2009). In short: in a world with social media outlets, images and imageries play a mightier role than before. Not just photographs are therefore of importance but also other sites where colonial mind-sets can be seen like in street names, museums, statues, monuments and national commemorations. This increases the importance of researching current movements and events that try to shake down the foundations of the



historical visualisation of the European by including the legacies of other areas like the sub-Saharan continent and its own constituents. This project's goal is thus to be understood as part of a political and cultural counter movement to the global north and its narratives. As such, the research aim is to both analyse continuities as well as breaks within the establishment of a seeing pattern that juxtaposes African and European interests and places them centre point within a twenty-first century backdrop.

References

ASSMANN, Aleida, *Das Unbehagen an der Erinnerungskultur. Eine Intervention*, Frankfurt: C. H. Beck, 2021.

AUSTEN, Ralph A.; DERRICK, Jonathan. *Middlemen of the Cameroons Rivers: The Duala and their Hinterland, c.1600–c.1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BARBASH, Ilisa; ROGERS, Molly; WILLIS, Deborah (ed.), *To make their own in the World: The Enduring Legacy of the Zealy Daguerrotypes*, Cambridge: Aperture and Peabody Museum Press, 2020.

BARTH, Hans; FÄSSLER, Hans. Agassiz, Louis. *Historisches Lexikon der Schweiz (HLS)*, 23 mar. 2018. Disponível em: <https://hls-dhs-dss.ch/de/articles/015920/2018-03-23/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

BECKER, Heike, *Changing Urbanscapes: Colonial and postcolonial monuments in Windhoek*. *Nordic Journal of African Studies*, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 1-21, 2018.

BERGER, John. *About Looking*, London: Bloomsbury, 2009.

BLOCH, Werner. *Koloniale Raubkunst: Wir wollen keine Almosen*. *Zeit Magazin*, Leipzig, Dez. 2018. Disponível em: https://www.zeit.de/2019/01/koloniale-raubkunst-rueckgabe-afrikanische-kunstwerke-streit?utm_referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F. Acesso em: 2 mar. 2023.

BLOCH, Werner. *Tansania und die Kolonialzeit – Der afrikanische Blick*. *Deutschlandfunk Kultur*, [s. l.], Feb. 2019. Disponível em: <https://www.deutschlandfunkkultur.de/tansania-und-die-kolonialzeit-der-afrikanische-blick-100.html>. Acesso em: 2 mar. 2023.



BOLDRICK, Stacey; CLAY, Richard; DUSTER, Michelle; MAGEE, Keith. Remembering and Forgetting Confederate Monuments: Taking the Bitter with the Sweet. *The Sculpture Journal*, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 1-15, 2022. <https://doi.org/10.3828/sj.2022.31.1.02>

CODREA-RADO, Anna. African Officials Respond to France's Restitution Report. *The New York Times*, New York, 30 Nov. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/11/30/arts/design/africa-macron-report-restitution.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

COHEN, Joshua I.; COLARD, Sandrine; PAOLETTI, Giulia; CULLEN-MORALES, Deborah (ed.). *The Expanded Subject. New Perspectives in Photographic Portraiture from Africa*. Munich: Hirmer Publishers, 2016.

COLARD, Sandrine. *Recaptioning the Congo: African Stories and Colonial Pictures*. Tiel: Lannoo Publishers, 2022.

CONRAD, Sebastian. *What Is Global History?*. Oxford: Princeton University Press, 2017.

CURTIS, Neal. (ed.). *The Pictorial Turn*. London: Routledge, 2011.

DIAWARA, Mamadou; LATEGAN, Bernard; RÜSEN, Jörn (ed.). *Historical Memory in Africa. Dealing with the Past, Reaching for the Future in an Intercultural Context*. New York: Berghahn, 2013.

DIEBOLD, Jan. Hochadel und Kolonialismus im 20. Jahrhundert: Die imperiale Biographie des "Afrika Herzogs" Adolf Friedrich zu Mecklenburg. *Vandenhoeck & Ruprecht Verlage*, Wien, v. 21, 2019. Disponível em: <https://www.vandenhoeck-ruprecht-verlage.com/themen-entdecken/geschichte/transnationaleglobalgeschichte/42409/hochadel-und-kolonialismus-im-20-jahrhundert?c=1535>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FRANKENBERG, Ruth. *White Women, Race Matters. The Social Construction of Whiteness*. London: Routledge, 1993.

GEARY, Christraud; WEBB, Virginia-Lee (ed.). *Delivering Views. Distant Cultures in Early Postcards*. London: Smithsonian Institution Scholarly Press, 1998.

GODBY, Michael. Alfred Duggan-Cronin's Photographs for the The Bantu Tribes of South Africa (1928-1954): The Construction of an Ambiguous Idyll, *Kronos*, Cape Town, v. 36, n. 1, p. 54-83, Nov. 2010.



GRASSKAMP, Walter. *André Malraux und das imaginäre Museum: Die Weltkunst im Salon*. Munich: C. H. Beck, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *On Collective Memory*. Chicago: Chicago University Press, 1991.

HALL, Catherine. *Civilising Subjects. Metropole and Colony in the English Imagination, 1830-1867*. Cambridge: Polity Press, 2002.

HALL, Stuart. The spectacle of the Oher. In: HALL, Stuart; EVANS, Jessica; NIXON, Sean. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 2013. p. 223-276.

HARTMANN, Wolfram; HAYES, Patricia; SILVESTER, Jeremy (ed.). *The colonising camera: photographs in the making of Namibian History*. Columbus: Ohio University Press, 1999.

HARTOCOLLIS, Anemona. Images of slaves are property of Harvard, not a descendant, judge rules. *The New York Times*, New York, 4 Mar. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/03/04/us/harvard-slave-photos-renty.html>. Acesso em: 1 mar. 2023.

HASSETT, Dónal. Acknowledging or Occluding “The System of Violence”?: The Representation of Colonial Pasts and Presents in Belgium’s Africa Museum?. *Journal of Genocide Research*, Basingstoke, v. 22, n. 1, p. 26–45, 2020.

HAYES, Patricia; MINKLEY, Gary (ed.). *Ambivalent. Photography and Visibility in African History*. Columbus: Ohio University Press, 2019.

HILBRECHT, Werner. Die Nama und der Krieg im Süden. In: ZIMMERER, Jürgen; ZELLER, Joachim (ed.). *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika. Der Kolonialkrieg 1904 - 1908 in Namibia und seine Folgen (Schlaglichter der Kolonialgeschichte)*. Berlin: Ch. Links Verlag, 2003.

HOFMANN, Laura. *Neue Straßennamen fürs Afrikanische Viertel gefunden*. *Der Tagesspiegel*, [Berlin], 11 Apr. 2018.

HOOG, Tycho Alexander van der. Brewing Tensions: The Colonial Gaze of the German-Namibian Publishing Industry. *Africa Spectrum*, [s. l.], v. 57, n. 3, p. 264-281, 2022. 2022.

HUBER, Sasha. *You Name It*. Milan: The Power Plant and Mousse Publishing,



2022.

HUBER, Sasha; MACHADO, Maria Helena P. T. (ed.). *(T)races of Louis Agassiz: Photography, Body and Science, Yesterday and Today*. São Paulo: Capacete, 2010.

IRMSCHER, Christoph. *Louis Agassiz: Creator of American Science*. Boston: Houghton Mifflin, 2013.

JÄGER, Jens. *Photographie: Bilder der Neuzeit*. Tübingen: Edition Diskord, 2000.

JÄGER, Jens. Bilder aus Afrika vor 1918. Zur visuellen Konstruktion Afrikas im europäischen Kolonialismus. In: PAUL, Gerhard. *Visual History. Ein Studienbuch*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2006. p. 134–148.

KAPUŚCIŃSKI, Ryszard. *The Other*. London: Verso, 2008.

KEMP, Wolfgang. *Geschichte der Fotografie: Von Daguerre bis Gursky*. Munich: C. H. Beck, 2011.

KENRICK, David. *Decolonisation, Identity and Nation in Rhodesia, 1964–1979: a race against time*. Berlin: Springer, 2019.

KNIGHTS, Mark. Historical Stereotypes and Histories of Stereotypes. In: TILEAGĂ, Cristian; BYFORD, Jovan (ed.). *Psychology and History: Interdisciplinary Explorations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 242–67.

KOPP, Christian. Wen wir ehren: in deutschen Städten heißen Straßen immer noch nach Kolonialverbrechern und Sklavenhändlern. Warum?. *Zeit Magazin*, Leipzig, n. 12, Mar. 2016. Disponível em: <https://www.zeit.de/2016/12/strassennamen-deutschland-kolonialismus-rassismus>. Acesso em: 1 mar. 2023.

KUSSER, Astrid; LEWERENZ, Susann. Genealogien der Erinnerung – die Ausstellung Bilder verkehren im Kontext der Gedenkjahre 2004/2005. In: HOBUS, Steffi; LÖLKE, Ulrich (ed.). *Erinnern verhandeln. Kolonialismus im kollektiven Gedächtnis Afrikas und Europas*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2005. p. 214–245.

LANGBEHN, Volker M. (ed.). *German Colonialism, Visual Culture, and Modern Memory*, New York: Routledge, 2010.

LUTTIKHUIS, Bart. Beyond Race: Constructions of ‘Europeanness’ in Late-Colonial Legal Practice in the Dutch East Indies, *European Review of History*, Abingdon, v. 20, n. 4, p. 539–558, 2013.



MACMILLAN, Margaret. *The Uses and Abuses of History*. London: Profile Books, 2009.

MAGNÚSSON, Sigurður Gylfi; SZIJÁRTÓ, István M. *What is Microhistory? Theory and Practice*. London: Routledge, 2013.

MANGAN, James Anthony. *Making Imperial Mentalities: Socialisation and British Imperialism*. Oxford: Routledge, 2011.

MAY that image go away: what do we do with the statue of Piet Hein? *CBK Rotterdam*, [s. l.], 26 set. 2018. Disponible en: <https://www.cbkrotterdam.nl/en/nieuws/van-mij-mag-dat-beeld-weg-wat-doen-we-met-het-standbeeld-van-piet-hein/>. Access en: 9 Mar. 2023.

MECKLENBURG, Adolf Friedrich zu. *From the Congo to the Niger and the Nile; an account of the German Central African expedition of 1910-1911*. London: Duckworth & Co., 1913. 2 v.

MENAND, Louis, Morton, Agassiz and the Origins of Scientific Racism in the United States. *The Journal of Blacks in Higher Education*, n. 34, p. 110-113, 2001-2002.

MITCHELL, William John Thomas. *Picture Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

MOHANRAM, Radhika. *Imperial White. Race, Diaspora, and the British Empire*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

MOSER, Erica. Descendants of racist scientist back Norwich woman in fight over slave images. *The Day*, 28 Feb. 2023.

NATERMANN, Diana M. Colonial Masculinity Through Time. One Man's Story of Monarchy, the Military, Colonialism, Fascism, and Decolonisation. In: ALMAGOR, Laura; IKONOMOU, Haakon; SIMONSEN, Gunvor (ed.). *Global Biographies*. Manchester: Manchester University Press, 2022.

NGŨGĨ, Wa Thiong'o. *Decolonising the Mind. The Politics of Language in African Literature*. Suffolk: James Curry, 2005.

NORA, Pierre, Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. *Representations*, Berkeley, n. 26, p. 7-24, 1989. Special Issue.

NYAMNJOH, Francis B., #RhodesMustFall. *Nibbling at Resilient Colonialism in*



South Africa. Bamenda: Langaa RPCIG, 2016.

PAKENHAM, Thomas, *The Scramble for Africa: White Man's Conquest of the Dark Continent from 1876 to 1912*. New York: Avon Books, 1992.

PANOFSKY, Erwin. *Studien zur Ikonologie. Humanistische Themen in der Kunst der Renaissance*. Cologne: DuMont, 1980.

PAUL, Gerhard. Von der historischen Bildkunde zur Visual History. Eine Einführung, Paul, Gerhard (ed.). *Visual History. Ein Studienbuch*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2006. p. 7-36.

PRONCZUK, Monika; ZAVERI, Mihir. Statue of Leopold II Belgian King who Brutalized Congo, is removed in Antwerp. *The New York Times*, 9 June 2020.

RIPPE, Christoph. The Missionary, the Diviner and the Chief: Distributed Personhood and the Photographic Archive of the Mariannahill Mission. In: *The African Photographic Archive. Research and Curatorial Strategies*, Morton, Christopher & Newbury, Darren (eds.). London: Routledge, 2015. p. 39-57.

RIZZO, Lorena. Shades of Empire: Police Photography in German South-West Africa. *Visual Anthropology*, New York, v. 26, n. 4, p. 328-354, 2013.

ROTBURG, Robert I. *The Founder: Cecil Rhodes and the Pursuit of Power*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

SAID, Edward W. *Culture and Imperialism*. London: Chatto and Windus, 1993.

SAID, Edward W. *Orientalism*. New York: Vintage Books, 2003.

SANDLER, Willeke. "Deutsche Heimat in Afrika: Colonial Revisionism and the Construction of Germanness through Photography." *Journal of Women's History*, vol. 25 no. 1, 2013, p. 37-61.

SARR, Felwine; SAVOY, Bénédicte. *Rapport sur la restitution du patrimoine culturel africain. Vers une nouvelle éthique relationnelle*. Paris : Université Paris Nanterre, 2018.

SARR, Felwine; SAVOY, Bénédicte. *Zurückgeben. Über die Restitution afrikanischer Kulturgüter*. Berlin: Matthes & Seitz, 2019.

SCHULZE, Winfried (ed.). *Ego-Dokumente: Annäherung an den Menschen in der Geschichte*. Berlin: Akademie Verlag, 1996.



SEALY, Mark. *Decolonising the Camera: Photography in Racial Time*. London: Lawrence & Wishart, 2019.

SHIWEDA, Napandulwe, Images of Ambivalence. Photography in the Making of Omhedi, Northern Namibia, In: P. Hayes, G. Minkley (Eds.), *Ambivalent. Photography and Visibility in African History* (181-208). Ohio University Press, 2019.

SIDDIQUE, Haroon. "BLM protesters topple statue of Bristol slave trader Edward Colston". *The Guardian*, New York, 7 June 2020. Disponible en: <https://www.theguardian.com/uk-news/2020/jun/07/blm-protesters-topple-statue-of-bristol-slave-trader-edward-colston>. Access en: 7 Mar. 2022.

SONTAG, Susan. *On Photography*. London: Penguin Classics, 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, Can the Subaltern Speak?, In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence. *Marxism and the Interpretation of Culture*. Basingstoke: Macmillan, 1988. p. 271–313.

STANGOR, Charles; SCHALLER, Mark. Stereotypes as individual and collective representations. In: STANGOR, Charles (ed.). *Stereotypes and prejudice: Essential readings*. New York: Psychology Press, 2000. p. 64-82.

STURANI, Enrico, Das Fremde im Bild. Überlegungen zur historischen Lektüre kolonialer Postkarten. *Fotogeschichte*, [s. l.], v. 21, p. 13-24, 2001.

TREEN, Kirsten, Unraveling confederate sentiment: the unfinished story of a sock. In: DIFFLEY, Kathleen; FAGAN, Benjamin (ed.). *Visions of Glory: The Civil War in Word and Image*. Athens: University of Georgia Press, 2019. p. 173-183.

WEKKER, Gloria. *Witte onschuld: Pradoxen van kolonialism en ras*. Zutphen: Walburg Pers, 2020.

WERTSCH, James V. Blank Spots in Collective Memory: A Case Study of Russia. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, v. 617, p. 58-71, May 2008.

WINTER, Jay. *Sites of Memory, Sites of Mourning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

WHO was renty Taylor? *Autograph*, [s. l.], 10 nov. 2022. Available in: <https://autograph.org.uk/blog/who-was-renty-taylor-honouring-and-recalling-7->



stories-of-black-liberation-struggles/. Access in: 8 mar. 2023.

ZOCCHI, Benedetta. Italian Colonialism in the Making of National Consciousness: Representations of African Natives. *Storicamente*, [s. l.], v. 15, p. 1-27, 2019.

Notas

¹Postdoc Research Associate (Global History). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3897-8349>.

²On the visual turn and use and acceptance of photographs as historical primary sources, see: Jäger (2000); Paul (2006). On the definition and historical background of ego-documents: Schulze (1996).

³For more on othering and subalterns see Said (1993); Said (2003); Spivak (1988).

⁴In the late nineteenth and early twentieth centuries, postcards with photographic images from the colonies were a very popular genre and public good. For more see Geary e Webb (1998), Jäger (2006, p. 134–148), Sturani (2001, p. 13–24).

⁵For more on Duke of Mecklenburg’s life and colonial expeditions: Diebold (2019), Natermann (2022).

⁶In many European towns, street names have colonial backgrounds and honour colonial brutalities. Nowadays this causes a bitter after taste for those who cannot fathom why past wrongs remain unquestioned in the public sphere (Kopp, 2016, p. 11). For instance, the Petersallee, named to honour Carl Peters the so-called founder of German East Africa (Tanzania). Due to public and activist protests, the street was not renamed but rededicated to Hans Peters in 1986, a Nazi resister. By renaming streets, putting them into context, implementing information boards or commemorative plaques, a self-critical examination of any country’s colonial history is promoted. Very recent developments include the renaming of two streets in Berlin’s Afrikanerviertel on 2 December 2022: the Lüderitzstraße was changed into Cornelius-Fredericks-Straße and Nachtigalplatz is now the Manga-Bell-Platz (Hofmann, 2018). Cornelius Fredericks (1864-1907) was a Bethany-Nama leader and an anticolonial liberation fighter in former German South West Africa (Namibia) (Hillebrecht, 2003). The Manga-Bell-Platz honours the royal couple Rudolf Duala Manga Bell (1873-1914) and Emily Duala Manga Bell (1881-1936) (Austen; Derrick, 1999). As Duala royal couple (Cameroon) they fought the German colonisers, which led to Rudolf’s execution in 1914.

⁷As a third country of analysis, I will add the Democratic Republic of Congo (including the Congo Free State and Belgian Congo) once research on the other two nations have ended. Concerning research on Congolese photography, I recommend the work by Sandrine Colard. (COHEN; COLARD; PAOLETTI; CULLEN-MORALES, 2016; COLARD, 2022).

⁸Almost the only academic publication that focuses on colonial Namibia and photography is by HARTMANN, HAYES, SILVESTER, 1999.

⁹A comparable approach is also in colonial projects like Dutch-Indonesian. LUTTIKHUIS (2013, p. 539-558).



¹⁰For more on the pictorial turn from a historical sciences perspective: CURTIS (2011).

¹¹The original images are held by the Peabody Museum of Archaeology and Ethnology at Harvard University (Signatures: Renty, 35-5-10/53057 and Delia, 35-5-10/53040).

¹²See here for the link to the images discussed: WHO [...]. (2022).

¹³The Irishman Alfred Martin Duggan-Cronin was known for his “native studies” at the Kimberley diamond mines and his publication *The Bavenda in Bantu Tribes of South Africa* published by the McGregor Memorial Museum in Kimberley (1928). Shiweda’s analyses the aforementioned book.

¹⁴Carl Hugo Linsingen Hahn was the South African Native Commissioner from 1920-1946 and produced an extensive amount of ethnographic photographs.

¹⁵The Ovakwanyama are an Ovambo tribe that had been kingless for 79 years. Namibia’s independence in 1991 and the collapse of Apartheid enabled the reinstallation of past kingships.

¹⁶The Edward Colston statue was erected in 1895 and toppled in 2020 during the global Black Lives Matter protests. Initially, the statue was erected to celebrate Colston’s philanthropic acts, but large portions of his accumulated wealth were linked to his part in the transatlantic slave trade. Previous attempts to remove the statue in a controlled manner or attach a plaque to the plinth did not come to fruition and certain members of the public and anti-racist groups ultimately lost their patience with local politics and took matters into their own hands. Colston's Day at Bristol". *The Times*. London. 14 November 1895 10 (SIDDIQUE, 2020).

¹⁷MAY [...], (2018).

¹⁸Particularly important here the report on African colonial objects in France as commissioned by Emmanuel Macron: (Sarr, Savoy, 2018). *Restitution of African Cultural Heritage. Toward a New Relational Ethics*.

¹⁹One prominent attempt to decolonise is the AfrikaMuseum in Tervuren, Belgium (Musée Royal de l’Afrique Central). It reopened in 2018, but whether its decolonisation was a full success is debatable, see: (HASSETT, 2020).

A articulação entre
o governador Mauro
Borges e o programa
estadunidense Ponto IV no
desmantelamento da luta
pela terra em Goiás 1961/62

The linkage between
governor Mauro Borges and
the US Point Four Program
in the decommissioning
of the land grabbers in Goiás
1961/62

Carlos Alberto Vieira Borba¹



Resumo: O artigo tem como objetivo investigar a atuação do governador de Goiás, Mauro Borges Teixeira (1961-1964), no desmantelamento dos movimentos de posseiros, no início dos anos de 1960, quando protagonizaram uma obstinada resistência contra a expropriação de suas terras por grileiros, fazendeiros e especuladores, que ambicionavam aproveitar o mercado fundiário que emergia com a construção de Brasília. Para sufocar esses conflitos, Mauro Borges contou o auxílio de um programa criado pelos EUA, após a Segunda Guerra Mundial, que visava impedir a disseminação do comunismo na América Latina, o Ponto IV. A repressão aos posseiros ocorre no momento que surgem as primeiras notícias de uma possível ajuda e acordo do governador goiano com o governo estadunidense por meio daquele programa.

Palavras-chave: Posseiros; Mercado de terras; Mauro Borges; Goiás; Ponto IV.

Abstract: The current paper aims the action of the governor Mauro Borges Teixeira (1961-1964) in the squatter decommissioning movement, in the beginning of 1960's, when the staged a single-minded resistance against the land expropriation by land grabbers, farmers and profitters, that aspired to soak up the land market emmerd by the construction of Brasilia. In order couted with a support program created by the USA after the Second World War, aimed to prevent spreading communist over Latin America, The Point Four Program. The punishmen to the land grabbers took place in the moment that came up the first reports of a help and agreement between the Governor of Goiás and USA Goverment through that program.

Keywords: Squatter; The land market; Mauro Borges; Point Four.



Introdução

Durante o período nacional desenvolvimentista (1930-1960), as políticas de interiorização e expansão da fronteira agrícola tiveram um papel importante na integração de Goiás à economia nacional, promovendo as condições para a ocupação da Região Norte² do estado e para o estabelecimento do mercado fundiário. A primeira medida foi criada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), denominada de *Marcha para Oeste*, com intuito de consubstanciar a unidade nacional com a criação de núcleos de colonização assentados na pequena propriedade fundiária. Com isso, os camponeses sem-terra e os expropriados em áreas de litígio deslocavam-se para as regiões de fronteira, motivados por propagandas sobre as facilidades de aquisição de glebas nas colônias agrícolas e obtenção de empréstimo de máquinas agrícolas e assistência técnica.

Com este objetivo, a cidade hoje conhecida como Ceres, localizada na região centro-norte do estado, foi escolhida para sediar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), criada em 1941. Esse projeto atraiu uma série de migrantes, o que acarretou um grande deslocamento populacional para o estado, vindos de Minas Gerais e do Nordeste do país.

A CANG impulsionou a ocupação da região norte de Goiás por posseiros, atraídos pelas propagandas de terras livres. Como o núcleo colonial não absorveu toda a corrente migratória, os posseiros deslocaram para o norte do estado, lugar que, como era anunciado na época, as terras eram devolutas e estavam abertas para a ocupação. Os posseiros compreenderam livremente que as chamadas “terras da CANG” se estendiam também às do norte goiano. Para eles, o governo goiano reconhecia o caráter devoluto dos terrenos e incentivava a ocupação⁵. A partir daí, as notícias se espalharam entre os camponeses, por intermédio de parentes e amigos das famílias, que já haviam migrado e confirmavam que nessa região as terras estavam abertas para ocupação.

A outra política de interiorização foi o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, especialmente o projeto da criação de Brasília em território goiano. A transferência da capital federal para a região viabilizava uma infraestrutura de transporte e comunicações, possibilitando a emergência do mercado de terras. A construção de Brasília catalisou as condições para valorização e especulação fundiária das terras ocupadas por posseiros, muitos dos quais, desde a criação da CANG, quando as terras do norte de Goiás – uma grande parte situada na Amazonia Legal⁴ – não atraíam interesse do capital.



Segundo Moreira (2003, p. 185), o projeto da nova capital federal foi um modelo de apropriação oligárquico, pois a criação de Brasília “[...] e o gigantesco cruzero rodoviário, sem disciplinar a ocupação, posse e formação de propriedades rurais nas frentes de expansão da sociedade nacional” favoreceram a incorporação de amplos domínios pelas elites rurais e as oligarquias locais, que tinham conhecimento do procedimento de fabricação de títulos, assim como influência para adquirir terras devolutas por meio de requerimentos. Tal possibilidade atraiu também empresários, especuladores e capitalistas que buscavam aproveitar o potencial de valorização das terras, muitas vezes associados com os ruralistas, alguns dos quais atuavam como intermediários ou membros ativos da indústria da grilagem e do comércio de terras.

Foi neste contexto que houve um recrudescimento da pressão sobre os posseiros, que culminou na revolta dos posseiros de Trombas e Formoso, tendo à frente José Porfírio e outras lideranças camponesas. Os posseiros desta revolta conseguiram o direito aos títulos em 1957, quando tem o fim do conflito armado na região⁵. No entanto, os títulos foram entregues, e, assim mesmo, para algumas famílias, em 1962, no governo Mauro Borges (1961-1964). Além da obstinada resistência dos posseiros, a repercussão da violência em Goiás, no contexto em que se discutia a transferência, levou a oposição a Juscelino Kubitschek e ao projeto de Brasília a argumentar acerca da impossibilidade de a região abrigar a nova capital federal pelos violentos conflitos que eclodiam no estado pela especulação fundiária.

Entretanto, os conflitos tanto na região de Trombas quanto em regiões circunvizinhas e mais ao norte do estado não cessaram. No final dos anos de 1950 e início de 1960, outros litígios foram registrados nas cidades de Porangatu, Goianésia, Jussara e outras.

Ao mesmo tempo em que os posseiros lutavam contra a expropriação, integravam, também, a mobilização pela reforma agrária. Os posseiros se aproximaram e se articularam com Francisco Julião e com as Ligas Camponesas em defesa de uma reforma agrária que visava liquidar o latifúndio. Em novembro de 1961, por ocasião da organização do primeiro Congresso Nacional dos Lavradores, realizado em Belo Horizonte, ocorreram inúmeras reuniões e congressos dos camponeses goianos para eleger delegados para participarem do referido conclave. Nele foi deliberada por ampla maioria dos votos a proposta das Ligas Camponesas de “reforma agrária na lei ou na marra”.

A resistência dos posseiros contra a expropriação e a agitação social no campo impunham obstáculos à garantia dos títulos de propriedades, impedindo



a consolidação do mercado de terras ao colocarem em dúvida a garantia e a confiabilidade dos títulos oriundos da grilagem, ou de títulos obtidos por meio do Departamento de Terras do Estado, que, por intermédio de uma política de regularização fundiária, viabilizava as condições para a aquisição e a concentração de terras devolutas pela oligarquia rural e a burguesia agrária.

Depois de consolidada a transferência de Brasília para o Centro-Oeste, o governo goiano não precisava mais temer a repercussão dos conflitos agrários na imprensa regional e nacional dos que se opunham a este projeto. Assim, as malfadadas operações repressivas da polícia, que vinham desde o governo José Ludovico (1955-1959), passando pelo governo José Feliciano (1959-1961), levou Mauro Borges a tratar a questão como uma das prioridades de sua gestão, prometendo equipar e treinar a polícia para pôr fim às invasões à propriedade privada.

O Tenente-Coronel Mauro Borges, filho de um dos principais líderes políticos do estado, Pedro Ludovico Teixeira, seguiu uma tendência nacional em desenvolver uma política com base no planejamento econômico e em uma forte atuação do Estado em se colocar como agente do desenvolvimento capitalista. O plano de governo de Mauro Borges foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, assim como foi inspirado no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek

Mauro Borges foi eleito governador a partir de um discurso cativante e uma imagem construída como um político moderno, comprometido em romper com as práticas tradicionais da política, em combater incisivamente a grilagem de terras e em dialogar abertamente com as classes populares. Nesse sentido, buscou aproximar-se dos movimentos sociais no campo e de suas lideranças, como é o caso de José Porfírio⁶, estimulando a criação de associações rurais e de sindicatos. Ademais, estreitou laços com o movimento estudantil, inclusive empregou dois desses líderes estudantis como assessores em seu governo, Tarzan de Castro e João Neder. Outro fator que contribuiu para a construção da imagem de Mauro Borges como político moderno, nacionalista e progressista foi sua atuação, em conjunto com Leonel Brizola e Miguel Arraes, contra a tentativa de golpe a João Goulart, no ano de 1961, prometendo, inclusive, mobilizar a população civil em Goiás para garantir a defesa da democracia no Brasil.

Contudo, apesar de se autorrepresentar como um político nacionalista, desenvolvimentista, moderno, e que romperia com a política tradicional, Mauro Borges implantou um projeto agrário alinhado com a agenda política



dos Estados Unidos para a América Latina, que resultou na enérgica repressão aos movimentos de posseiros no estado.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os Estados Unidos deram início a um programa visando obter a hegemonia global, nomeado de Ponto IV, que foi assim denominado por representar o quarto ponto do discurso de posse do presidente estadunidense Harry Truman, em 1949. Nele, propunha-se um programa de assistência e cooperação técnica destinados aos países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina. No que tange os países latino-americanos, o Ponto IV buscou manter uma cooperação bilateral, com a adoção de uma agenda econômica que visava contemplar os novos interesses econômicos dos Estados Unidos, como, impulsionar os fluxos de capitais privados na região e garantir a exploração de matérias-primas consideradas importantes para o desenvolvimento técnico e científico da economia estadunidense.

Entrelaçava-se a esses interesses econômicos uma estratégia política de conter a ascensão de movimentos revolucionários ou reformistas nesses países. Com efeito, qualquer movimento reformista que não estivesse alinhado a agenda de Washington, era considerado uma ameaça para o equilíbrio geopolítico mundial.

No Brasil, o Ponto IV foi estabelecido por meio da assinatura do acordo Básico de Cooperação Técnica, de 19 de dezembro de 1950, e do Acordo de Serviços Técnicos Especiais, de 30 de maio de 1953, que resultou na formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos⁷. Através do Ponto IV, os Estados Unidos passaram a destinar recursos para auxiliar o desenvolvimento econômico do Brasil. Esses recursos contemplavam tanto o governo federal quanto os governos estaduais. Entre esses governos, estava o do estado de Goiás, que, na figura de Mauro Borges, buscou apoio desse programa para equipar e oferecer melhores condições para a polícia solucionar os acentuados conflitos agrários que eclodiam desde os anos de 1950.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo investigar a relação entre o governo Mauro Borges e o programa Ponto IV dos Estados Unidos, para desmantelar os principais focos de resistência camponesa contra a grilagem e a expropriação, como condição *sine qua non* para implantar sua apregoada reforma agrária.

Para realizar essa pesquisa recorri aos jornais de maior circulação em Goiás, entre o período de 1955 até os anos de 1964. Entre esses periódicos estão o jornal *O Popular*, cujo dono era Jaime Câmara, membro do PSD, partido que conquistou a hegemonia política no estado durante o período de 1945 a 1964.



Esse jornal representava os interesses de fazendeiros e de setores tradicionais da política goiana. O *Jornal de Notícias*, dirigido por Alfredo Nasser, líder do Partido Social Progressista (PSP), que em Goiás apoiava a União Democrática Nacional (UDN) e fazia oposição ao PSD de Mauro Borges. O jornal *Diário da Tarde*, que era propriedade de Companhia Editora Social Indústria e Comércio, e era alinhado a Mauro Borges. E o jornal *Diário do Oeste*, periódico que em várias ocasiões denunciou a repressão e violência a que eram submetidos os posseiros. Tinha uma posição política mais afinada com o programa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁸.

A questão agrária, de uma maneira geral, e a propriedade fundiária, de maneira particular, com os conflitos envolvendo a grilagem e a expropriação das terras em face de sua valorização, o debate sobre a reforma agrária, ganhava destaque na imprensa de Goiás, ocupando cotidianamente as principais manchetes.

Partindo do pressuposto que a grande imprensa são veículos empresariais que expressam os interesses das classes dominantes e forjam uma interpretação da realidade no afã de pavimentar projetos hegemônicos, é preciso compreender sua atuação como um espaço de articulação desses projetos, tendo assim, papel ativo no “processo de consolidação do poder burguês nas sociedades modernas e nas lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259).

Pelo papel ativo nos projetos de dominação, “a imprensa é um espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião pública”, atuando “sob normas e condições que expressam uma determinada correlação de forças com as quais interage de forma ativa” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 269). De acordo com Cruz e Peixoto (2007, p. 261), os jornais atuam no sentido de: 1) “adesão ou dissenso” em relação a um problema, situação para qual indica a mobilização de uma ação; 2) articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores, comportamentos etc.; 3) na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social; 4) na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo.

Ademais, a imprensa encerra o movimento mais geral da sociedade e sua conjuntura específica. O primeiro aspecto para compreender as linhas editoriais dos jornais é o processo que pressionou e conduziu a economia brasileira a industrializar-se e a conceber a modernização e o desenvolvimento capitalista como superação ao subdesenvolvimento e atraso de nossa economia.

A conjuntura específica é o lugar que ocupa o debate sobre os obstáculos que o latifúndio e o atraso na agricultura impunham para o desenvolvimento



econômico brasileiro. As plataformas política dos periódicos estavam organicamente vinculadas com um projeto de desenvolvimento econômico que repousava em diversos matizes, e que tinham em comum a defesa de um projeto de modernização agrária que consistia na manutenção da estrutura fundiária e na repressão a agitação social no campo em prol da reforma agrária.

Mauro Borges, Ponto IV e a modernização dos aparelhos de segurança pública de Goiás

Quando assumiu o governo de Goiás, no dia 31 de janeiro de 1961, Mauro Borges tinha plena consciência da gravidade da luta pela terra. Não foi por acaso que a preocupação em suprimir os focos de resistência camponesa e a agitação social no campo fizeram com que o governador solicitasse de sua equipe o mapeamento dos conflitos fundiários para orientar suas ações no sentido de estabelecer a ordem e acabar com as “invasões de propriedade alheias”. Cumprindo esta tarefa, o Secretário de Segurança Pública, Rivadavia Xavier Nunes, anunciou no início da gestão de Mauro Borges que o governo estava tomando as medidas necessárias para a resolução dos litígios pela terra, a partir de estudos e do conhecimento em que a situação exigia mais atenção do estado, prometendo intervenção assim que se fizesse necessário:

disse que, nos casos políticos surgidos, ultimamente, pelo interior, está tomando providências, instaurando inquéritos, para cada um. Citou, em seguida, as soluções que tomou para os casos de Planaltina, já (afeito ao Judiciário), Nova Glória, São Miguel Do Araguaia, Baliza, Itapeci e Ceres. (SECRETÁRIO..., 1961, p. 3)⁹.

Associavam-se aos preocupantes conflitos agrários as mazelas da polícia e da segurança pública, já identificadas pela equipe de governo de José Feliciano (1959-1961), do Partido Social Democrático (PSD). Por isso, para colocar em prática seu plano de desenvolvimento econômico e conter as revoltas camponesas, Mauro Borges precisava melhorar a capacidade de atuação da polícia, por meio da aquisição de novas armas, equipamentos e viaturas, além de aumentar o número de policiais e oferecer treinamento especializado em estratégias e táticas adequadas aos conflitos no campo. Acreditava-se, então, que a disputa pela terra em virtude do atentado à propriedade por invasores – discurso da imprensa e do governo goiano – vinha do atraso da polícia e



do seu reduzido contingente no combate a esses ataques ao sagrado direito à propriedade.

Rivadavia Xavier Nunes, logo após assumir a secretaria de Estado e Justiça no governo Mauro Borges, foi enfático ao afirmar a necessidade de modernização da polícia para solucionar as revoltas no campo: “temos um grave problema pela frente – disse nosso entrevistado. Trata-se do pessoal que é deficiente para atender a segurança pública do Estado. Não há número suficiente e o material técnico de que dispomos deixa muito a desejar” (SECRETÁRIO..., 1961, p. 3)¹⁰.

Por esta razão, foi adotada outra política de segurança pública, que contemplava: a) a centralização de todo o serviço da pasta em um único edifício, facilitando a troca de informações, decisões e reconhecimento das lutas sociais no campo; e b) a criação de uma escola de polícia para a preparação, treinamento e aperfeiçoamento de policiais, visando ao aumento de “pessoal competente”, correspondendo às necessidades exigidas pelo serviço¹¹ (SECRETÁRIO..., 1961, p. 3). Segundo o Secretário de Segurança Pública, este projeto já estava em fase de execução logo no início da gestão de Mauro Borges:

“para preencher esses claros – frisou o sr. Rivadávia Xavier Nunes – nos utilizaremos de elementos bons e eficientes, compenetrados de seu dever. A Polícia será dotada de viaturas modernas e em número bem mais elevado para fazer face às suas necessidades” (SECRETÁRIO..., 1961, p. 3).

Pouco depois de ser empossado, em maio de 1961, Mauro Borges convidou funcionários do Ponto IV para discutir um possível auxílio para a segurança pública de Goiás. A União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES) acusou os funcionários do Ponto IV de terem acessado os arquivos da Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), na Secretaria de Segurança Pública, com a finalidade de investigar “a existência de manifestações subversivas em Goiânia” (UGES..., 1961, p. 1), além de terem visitado a sede da entidade. Já a Associação Goiana de Imprensa (AGI) ensaiou um protesto que soou muito mais como uma galhofa, manifestado na palavra de seu presidente:

“na AGI eles não entram de modo algum. Se tentarem, tomarão uma dura lição. Se os americanos querem combater o comunismo, acabem com o partido no seu país, onde tem existência legal e cortem as relações diplomáticas e comercial com a Rússia” (PRESIDENTE..., 1961, p. 1).



Não parece haver, nesse momento, alguma organização ou movimento de grandes proporções em Goiânia para justificar a invasão de lares à procura de movimentos subversivos, e que esse alarde é explorado de forma exagerada por grupos nacionalistas que eram contrários ao imperialismo estadunidense, por ocasião da visita de funcionários do Ponto IV a Goiás, para estudar possíveis verbas para o estado. Por outro lado, as denúncias que florescia de que esse programa do governo estadunidense teve acesso a arquivos do DOPS não parecem descabidas; outras figuras políticas importantes no país já haviam denunciado essa intervenção. De fato, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em julho de 1960, em reportagem publicada pelo *Diário do Oeste*, afirmou:

[...] que os fichários da DOPS seriam comprados por 1 milhão de dólares. A recompensa seria entregue ao governo brasileiro através do convênio do Ponto 4. Disse ainda o governador gaúcho que dois governadores de importantes Estados teriam concordado com o negócio [...]. (EUA..., 1960, p. 1).

Semelhante denúncia foi feita pelo jornalista Joseph Page¹² (1972), que afirmou que o Departamento Federal de Investigação (FBI) procurou acessar arquivos da DOPS para obter informações sobre Ligas Camponesas do Nordeste e os movimentos sociais no campo.

A partir daí, o governo dos Estados Unidos, por intermédio de suas agências internacionais e organismos fixados nos países sul-americanos, passaram a destinar recursos para combater movimentos considerados subversivos, como era o caso das Ligas Camponesas, com medo de que essas revoltas no campo, espalhadas pelo país, pudessem se unir por meio da luta pela reforma agrária e colocar em risco o regime político vigente. Ainda que a reforma agrária, como mais uma das pautas das reformas de base, estivesse associada a um projeto nacional desenvolvimentista, os Estados Unidos e as classes dominantes brasileiras temiam que o nacionalismo pudesse desembocar em uma revolução socialista, como aconteceu em Cuba.

Contudo, o Secretário de Segurança Pública, Rivadavia, em nota oficial publicada no *Diário da Tarde*, dias depois, negou, primeiro, “[...] que os funcionários do Ponto IV tenham vasculhado os arquivos da DOPS, na Secretaria de Estado e da Segurança Pública” (GOIÁS..., 1961a, p. 8); segundo, que eles tenham invadido casas para investigar movimentos subversivos. Segue sua



explicação sobre a vinda dos funcionários do Ponto IV:

[...] o Governo de Goiás, nesta oportunidade, pode informar que, a seu convite, recebeu, no dia 9 do corrente mês, a visita dos Srs. JOSEPH L. LINGO e JACOB JAKSON, do Ponto IV, que aqui permaneceram apenas 5 (cinco) horas. A visita destes técnicos a Goiânia se prende aos estudos de uma possível ajuda material e técnica por parte do Ponto IV à Segurança Pública do Estado. [...] O Ponto IV visa prestar assistência técnica e material ao desenvolvimento sócio-econômico (sic) dos países latino-americanos, em todos os campos de atividades, não apenas no setor da segurança pública. No caso, essa ajuda, se concretizada, será recebida à semelhança que aconteceu em Brasília, São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Pernambuco e Paraná, cujas polícias estão sendo reequipadas com a assistência material e técnica do Ponto IV, sem que para isso lhes fosse exigida qualquer transigência. (GOIÁS..., 1961a, p. 8).

Se nesta reportagem a versão do secretário é de que não houve nenhum tipo de interesse e acesso a documentos da Secretaria de Segurança Pública, em junho, o *Diário da Tarde* publicou uma reportagem tendo como fonte alguém que supostamente pertencia a esta pasta,

“de que elementos do Ponto IV” teriam feito levantamento de pessoas nos últimos anos que participaram de movimentos nacionalistas. Entre esses documentos estavam: microfimes com “prontuários de todos os nacionalistas goianos” (LEVARAM..., 1961, p. 3).

Em junho, novo encontro entre o governador goiano foi agendado com funcionários do Ponto IV. Desta vez, “com o objetivo de receber, oficialmente, do governo goiano o seu pedido de auxílio para a recuperação e equipamento da nossa Polícia Técnica” (PONTO..., 1961, p. 8). Houve avanço nas conversas entre o governo de Goiás e os representantes do Ponto IV, entre a reunião de maio e a de junho, já que nesta já havia uma proposta bem formatada pelo Secretário de Segurança Pública, como se vê no título da manchete da notícia supracitada “Ponto IV vai reequipar e modernizar polícia goiana” (PONTO..., 1961, p. 8). Como podemos ver, a aproximação de Mauro Borges com o Ponto IV



e com o programa agrário dos Estados Unidos se deu antes do que apontou Maia (2008), que cravou o período da assinatura do convênio nos meses finais de 1962. Segundo Maia (2008, p. 238), foi a partir daí que Mauro Borges abandonaria sua política nacionalista e adotaria uma postura favorável ao governo dos Estados Unidos.

A possível ajuda do Ponto IV continuou repercutindo, o que levou Rivadavia a declarar que a ajuda seria honrosa, respeitando nossa soberania (AJUDA..., 1961, p. 1), enquanto preparava o terreno para a assinatura do acordo, em setembro de 1962:

na manhã de ontem, o governador Mauro Borges Teixeira assinou o convênio com o Ponto IV no sentido de que o referido organismo internacional contribua com Goiás com material da Polícia Técnica, Telecomunicações, Gabinete Médico Legal de Trânsito, Transporte, Ajuda Técnica e concessões de bolsas de estudos nos Estados Unidos e outros países para a especialização de policiais. O convênio foi firmado entre o governador MB e os representantes do Ponto IV no Brasil, srs. Frank A. Jesup. Consultor técnico: Russel Prior, assessor técnico; e J. Esquenazi, secretário. (PONTO..., 1962, p. 1).

Diante de tais evidências, não é possível afirmar com certeza se o governo de Goiás recebeu algum auxílio financeiro ou militar do Ponto IV desde suas primeiras reuniões ou desde a assinatura do convênio. No entanto, parece bastante plausível que a escalada da repressão aos posseiros, que iniciou nos últimos meses de 1961, tenha sido impulsionada pela modernização da polícia com o apoio desse programa.

O que se pode confirmar é que em fevereiro de 1964 é anunciado que a polícia técnica do estado recebeu “mais de 40 milhões em aparelhamentos” (POLÍCIA..., 1964, p. 5), entre os quais estavam incluídos: laboratório fotográfico, refratômetros para levantamentos locais do crime, uma unidade móvel e aparelhamentos de urgência. No setor de telecomunicações,

“[...] o Estado foi agraciado com 12 transeptores, sistema esse, o mais atualizado da técnica eletrônica e que é destinado para as delegacias regionais da Polícia, também a Escola de Polícia recebeu materiais para ensino” (POLÍCIA..., 1964, p. 5).



Em junho, o estado recebeu uma frota de jipes direcionadas à polícia goiana. Ademais, o Ponto IV já tinha fornecido sistemas de estações de rádio, cuja comunicação era codificada por operadores para circular notícias entre os setores de inteligência dispostos a dar cabo da agitação social no campo:

as viaturas de marca Willys, especiais para o serviço policial chegarão parceladamente, devendo a Secretária de Segurança Pública receber as últimas da série dentro de 60 dias, conforme afirmações dos representantes daquela instituição americana. Após a remessa, a doação em jipes somará um total de 35, uma vez que três já foram entregues no início do ano, estando à disposição dos delegados das distritais da Capital.

ESTAÇÕES DE RÁDIO

Outra estação de rádio, também oferecida pelo Ponto IV em convênio com o Estado de Goiás, encontra-se em fase de instalação no município de Dianópolis¹³, no setentrião goiano. Após concluída sua montagem, esse serviço de comunicação passará a dispor de oito estações, em razão de já se encontrar em pleno funcionamento as de Goiânia, Anápolis, Goiatuba, Itumbiara, Rio Verde, Goiás e Formosa. O sistema de comunicação de toda a rede de estações de rádio obedece ao sistema SSB, apenas decifrável pelos operadores. (SEGURANÇA..., 1964, p. 14).

Mauro Borges e o desmantelamento da luta pela terra em Goiás 1961/62

Foi a partir das notícias entre o acordo do Governo Goiano com o programa Ponto IV dos Estados Unidos, que Mauro Borges mudou a capacidade operacional da polícia com o aumento do efetivo de policiais, aquisição de melhores armas e equipamentos, e modernos treinamentos militares, que seriam colocados à prova no conflito na fazenda São Carlos, em Goianésia, lugar de maior tensão em Goiás naquele momento.

A fazenda São Carlos era de propriedade da Companhia Agrícola e Pastoril de Goiás, propriedade de banqueiros paulistas da tradicional família Monteiro de Barros, que investiram contra as terras dos posseiros que há anos ocupavam a região. Grande produtora de café na região, a família Monteiros de Barros, que adquiriu terras nas imediações onde se localiza a fazenda, décadas antes do conflito (INVASÃO..., 1959, p. 8), vislumbrou outro negócio que, para tanto, exigia a incorporação de outra fração de terra que estava ocupada pelos



posseiros. Nela, “[...] decidiram desmatar uma área contínua ao cafezal para dar início ao desenvolvimento de uma lavoura de cana-de-açúcar para abastecer a usina” (BORBA, 2013, p. 107).

Na visão de historiadores da cidade: “a área da São Carlos ficava à direita do Rio dos Bois, sendo que à sua margem oposta havia uma quantidade de terras consideradas devolutas, causa do litígio” (MENEZES *et al.*, 2000, p. 86). Outras versões vão no mesmo sentido, e foi o que concluiu o deputado Clotário de Freitas (PSD) ao requerer, “na Assembleia Legislativa, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito [CPI] para verificar, *in loco*”, a questão. O deputado disse em sessão naquela casa: “que vários posseiros sediados à margem direita do rio dos Bois, [...] exibem fichas de protocolos fornecidas pelo Departamento de Terras e Colonização, comprovantes de seus requerimentos [...]” (PEDIDA..., 1961, p. 3). A visão de que os posseiros estavam legalmente instalados por algum documento emitido pelo governo foi confirmada em depoimento de um lavrador de Goianésia:

o depoimento colhido na tarde de ontem, pelas autoridades policiais, foi o do lavrador Francisco Pereira Campos, residente no município de Goianésia que, inicialmente, afirmou que, os pistoleiros da fazenda “São Carlos” procuram, pela força intimidar os pequenos posseiros legalmente instalados nas terras (por autorização do Govêrno do Estado) localizadas nas imediações da referida fazenda. (TUDO..., 1959, p. 1).

Na iminência de que o conflito se agravasse, já tendo sido registrados os primeiros confrontos no final de 1959, na época o Secretário de Segurança Pública do governo José Feliciano, o Sr. Reinaldo Baiocchi, em conjunto com o juiz daquela comarca, Sebastião Fleury, se reuniram com os posseiros para pôr um ponto final na arenga. Várias notícias são veiculadas na imprensa a partir de julho informando sobre a violência do conflito com derramamento de sangue de policiais e camponeses (SANGUE..., 1959, p. 8). A proposta apresentada era de que os posseiros saíssem das terras até que a questão fosse julgada pela Justiça. Caso as terras fossem declaradas patrimônio do Estado, o contrato passaria a eles os títulos de propriedade. Segue a versão do *Diário da Tarde*, que julgou ação do governo como uma “grande proposta”:

como porta voz do Governador do Estado, o sr. Baiocchi estava



autorizado a oferecer para os invasores caso o Estado ganha a questão, todas as terras ocupadas por eles. O Juiz de Direito de Goianésia, sr. Sebastião Fleury dirigiu-se até o abivacamento¹⁴ (sic) dos invasores, levando a documentação necessária para firmar um contrato com o chefe do bando, nas condições de que eles se afastassem das terras até o fim da discriminatória proposta pelo Estado. Teve ainda o chefe do bando, além da oferta do Governador, a palavra empenhada do Juiz de Direito, e mais, a afirmativa do Secretário de Segurança Pública, de que as terras ocupadas pelos invasores passariam a ser legalmente deles, logo que se terminasse a demanda. (A GRANDE..., 1959, p. 1).

O modo como as autoridades prepostas pelo governo encaminharam a solução para a área litigada em Goianésia e os termos para designar os posseiros – bando – não deixavam dúvidas quanto ao posicionamento favorável aos supostos proprietários. Se naquele momento não havia pelas autoridades elementos suficientes para emitir um parecer dando ganho de causa para uma das partes envolvidas, já havia um indicativo de que a decisão do Estado estava inclinada em favor dos capitalistas de São Paulo¹⁵. Assim, a “grande proposta” a que se referia o *Diário da Tarde* era uma estratégia para colocar os posseiros para fora das terras sem a necessidade da força policial, o que não ocorreu.

A disputa por terras em Goianésia, que vinha desde 1959, se agravou nos primeiros meses do governo Mauro Borges. Em maio de 1961, um dos proprietários das terras alvo de disputa com os posseiros, o Sr. Inácio Faria, prometeu levar o caso para o conhecimento do Ministro da Justiça (GOIANÉSIA..., 1961a, p. 8). Esta ação expressaria para Mauro Borges a incapacidade de resolver o assunto, por isso enviou 100 soldados para o local sob o comando do Major Antônio Bonfim dos Santos (CEM..., 1961, p. 8). O momento não poderia ser mais oportuno para que a polícia testasse sua nova formação militar e sua capacidade bélica. A matéria a seguir, do *Diário da Tarde*, dá detalhes da modernização e do aperfeiçoamento da polícia:

a Polícia Militar iniciou neste ano um regime de instrução intensivo para a tropa e quadros. O primeiro período de instrução teve o seu encerramento previsto para os últimos dias do mês passado. Com o surgimento do problema da Fazenda São Carlos, o comando da PM viu a oportunidade de encerrar as instruções com um exercício real” – declarou à reportagem do DIÁRIO DA



TARDE o major Antônio Bonfim, comandante das tropas que evacuaram mil e tantos invasores, nas matas de Goianésia, na última semana. “O exercício real deu, naturalmente, um perfeito coroamento do período. Assim, determinou, o comandante da PM que o Departamento de Instrução se encarregasse do caso dos invasores de terras surgidas na Fazenda São Carlos, em Goianésia. (PM..., 1961, p. 1; 6).

O teste não desapontou o comandante, que teceu elogios ao nítido progresso, à evolução, preparação e formação dos soldados, que enfrentaram o desafio de forma corajosa e exitosa, correspondendo, assim, às expectativas do governo de melhorar o desempenho da polícia:

o resultado foi dos melhores. Os nossos soldados mostraram-se à altura de desempenhar com eficiência qualquer missão de caráter policial por mais importante que seja, o que nos alegra, por ver bem aplicados os ensinamentos ministrados. Tivemos a oportunidade de verificar o alto grau de resistência dos soldados os quais fizeram jornadas dentro das matas densas, jornadas essas que duravam às vezes 10 horas ininterruptas. O moral da tropa nunca caiu e mesmo durante toda a campanha podia-se lançar mão do pessoal para qualquer missão difícil, até o fim dela, se mais perdurasse. (PM..., 1961, p. 6).

Pelos números das forças em combate e o tempo de batalha, pode-se imaginar o saldo de mortos e feridos, sobretudo entre os posseiros. Em reportagem publicada no dia 26 de julho, o *Diário do Oeste* apresentou a versão do presidente da Câmara Municipal da cidade, que disse que o contingente policial estava cometendo todo tipo de arbitrariedade contra os posseiros¹⁶ (GOIANÉSIA..., 1961b, p. 1), contrariando a versão de *O Popular e Diário da Tarde* de que o fim do conflito ocorreu sem maiores violências. Outra matéria publicada dois dias depois informou sobre rumores de presos e mortos no conflito:

ontem, diversas pessoas procuraram a reportagem para contar que 400 dos 1.400 posseiros da Fazenda São Carlos estão presos em Goianésia e em Ceres e que novas prisões são efetuadas, sendo os detidos levados às celas como se fossem escravos, amarrados e obrigados a marchar. Outras pessoas relatavam que oito posseiros foram mortos anteontem, segundo se comenta tanto



em Goianésia como em Ceres e Rialma., quando tentavam fugir rumo a Anápolis. Mais de 200 alqueires de terras já cultivadas foram perdidos pelos posseiros, cujas armas até mesmo canivetes, foram tomadas. (VIOLÊNCIA..., 1961, p. 1).

A polícia agiu de forma implacável para suprimir a resistência camponesa em Goianésia, provocando duras críticas de setores da imprensa que julgaram truculenta a ação da Secretaria de Segurança Pública. Mauro Borges, por meio de um comunicado oficial, hipotecou apoio à decisão de Rivadávia e considerou acertada a maneira como conduziu o conflito na fazenda São Carlos:

Prezado Rivadávia. Com grande surpresa, tomei, hoje, conhecimento do editorial do jornal “*A Imprensa*”, comentando os acontecimentos de Goianésia. A sua conduta em Goianésia mereceu inteiro apoio do meu governo, pois que alí agiu como parte dele, em cumprimento de requisição do Egrégio Tribunal de Justiça. Aliás, já prometi e garanto cumprir como é o meu dever, todos os mandados judiciais que presarem apoio do Governo. A sua ação e a da Polícia Militar foram a um tempo firmes e moderadas, merecendo os encômios do Governo. (MB..., 1961, p. 8).

Na declaração, Mauro Borges demonstra o artifício usado para expropriar os posseiros, ao mesmo tempo em que se aproximava deste movimento como uma força social de sustentação ao seu arrojado e pretensioso planejamento de desenvolvimento econômico. O governador reconhecia que, em relação aos conflitos, só agiria quando solicitado pelo judiciário depois de investigar a questão, e, via de regra, institucionalizar a grilagem de terras, emitindo pareceres de reintegração de posse e expulsão dos camponeses, respaldando a atuação repressiva da polícia. Diferentemente do que prometeu, não combateu nem impediu a grilagem de terras, mas a institucionalizou.

Ao estabelecer a ordem em Goianésia, expulsando os posseiros da área litigada, Mauro Borges foi parabenizado pela União Democrática Nacional (UDN), que também impediu a oposição de abrir uma CPI para apurar possíveis excessos cometidos pela polícia:

conforme noticiamos em edições passadas, o Deputado Clotário de Freitas (PSD – Jaraguá) requereu na segunda-feira passada, à



Mesa da AL, formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as reais dimensões dos conflitos na Fazenda São Carlos. Apesar de haver requerido urgência para seu pedido, deputados da bancada oposicionista obstruíram o andamento da propositura do parlamento pessedista, através de solicitação de vistas, etc. (OPOSIÇÃO..., 1961, p. 8).

O *Jornal de Notícias*, que tanto questionou a truculenta ação do governo contra os posseiros em Goianésia, calou-se diante do fato de que a intervenção do conflito objetivou garantir o direito aos títulos fundiários dos aclamados donos da Fazenda São Carlos assim como se deu a pedido de outros fazendeiros da região, muitos dos quais eram filiados e haviam ou haveriam de ser deputados pela UDN e pelo Partido Social Progressista (PSP), partidos de oposição a Mauro Borges. Esse grupo de proprietários, comerciantes e políticos saiu vitorioso nas eleições municipais em Goianésia, em outubro de 1961, depois de um pleito tumultuado com uma série de disputas com o PSD e com a ocorrência do assassinato de Laurentino Martins Rodrigues (PSP) – fundador, ex-prefeito e, na época, vice-prefeito de Goianésia – num tiro que tinha como alvo o advogado da Fazenda São Carlos e também proprietário de terras na região, Olímpio Jaime.

Apesar de incentivar a criação de associações rurais e sindicatos, de fazer campanha dizendo que acabaria com a grilagem e que publicaria uma lista de grileiros levantada pelo Serviço Secreto, que, de tão secreto, nunca chegou a publicar os nomes dos larápios das terras públicas, a política implantada por Mauro Borges demonstrava que ele não estava disposto a investigar a origem dos títulos fundiários¹⁷ e as denúncias de grilagem nas terras em litígio. Arrogava-se na infalibilidade da lei, que na maioria dos casos intercedia em favor dos poderosos e grileiros, servindo às classes dominantes como um instrumento de expropriação.

Isso não significa que todos os juízes, promotores e agentes da lei fossem corruptos ou estivessem envolvidos na grilagem de terras. No entanto, era comum que esses profissionais analisassem os casos envolvendo a luta pela terra a partir da ideologia burguesa, qual seja a de enxergar a propriedade privada como um direito absoluto e altamente abstrato, desvinculado das circunstâncias históricas que levaram ao seu monopólio, como se não fosse a própria lei expressão de poder, de conflitos e contradições que estruturam a realidade em que ela se materializa e pelas quais sintetiza relações sociais.

A lei se converte em instrumento de expropriação de classes, pois, ao



estabelecer as definições capitalistas para a constituição da propriedade fundiária, fundada nos marcos da justiça e ideologia burguesa, legítima a expulsão dos posseiros em decisões judiciais favoráveis aos que produziam os títulos. E foi por meio delas que Mauro Borges incumbiu a polícia a dar fim nos focos de resistência em Porangatu e Jussara, que se arrastavam desde o final dos anos 1950, acirrando-se nos meses finais de 1961. Em Porangatu, sua fase mais crítica foi em junho de 1962, quando foi registrada uma violenta batalha de posseiros contra fazendeiros e grileiros, narrada pelo *Diário do Oeste*:

autêntico combate foi travado na localidade denominada de “Amargoso”, no município de Porangatú (sic), onde homens armados e entrincheirados atacaram a tiros o caminhão do sr. Sebastião Lopes ferindo-o no braço, perna e tórax. Seu filho que, se encontra no veículo, também ficou ferido. Sebastião foi a Porangatú (sic) e reunindo 32 fazendeiros armados com carabinas, revólver e fuzil, marchou contra os agressores, travando assim, às 14 horas de anteontem, uma verdadeira batalha. (MUNICÍPIO..., 1962, p. 8).

No outro dia, a reportagem informou que seis posseiros tombaram no conflito. Pouco depois, vieram os mandados de reintegração de posse. Em julho, Mauro Borges enviou uma tropa de 100 soldados para resolver o problema. Agora, com o moral elevado, com novas armas e mais preparada, a polícia desbarataria com violência e rapidez os focos de resistência camponesa. O movimento foi duramente reprimido, conforme mostrou o jornal *Cinco de Março*:

[...] as promessas feitas aos líderes dos posseiros de Porangatu pelos emissários do Governador Mauro Borges Teixeira não foram cumpridas, e os posseiros foram arrancados sob coação e violência, de suas casas e outros obrigados, sob miras de armas de fogo, a assinarem títulos de venda de suas posses. (CINCO DE MARÇO apud SAMPAIO, 2003, p. 92).

Meses depois foi a vez de Jussara. Em outubro de 1962, a polícia, autorizada pelo governador, atuou na expulsão dos posseiros das terras disputadas:

“por ordem do Governador, a fim de manter a calma na região conturbada, para Salobinho¹⁸, seguiu ontem um contingente da



Polícia Militar, composto de cem soldados fortemente armados” (CEM..., 1962, p. 8). O governo de Goiás, encaminhando a polícia da capital, conduzia o processo de expropriação dos posseiros. Segundo um dos posseiros de Jussara, “a polícia local não é contrária ao movimento, porém os contingentes policiais desta Capital e da cidade de Goiás que já percorreram Jussara com o fito de manter a ordem, ao contrário implantaram terror entre os camponeses, colocando-se ao lado dos grileiros” (GRILEIROS..., 1962, p. 8).

A truculência com que Mauro Borges tratava a questão camponesa em Goiás levou ao seu rompimento com Leonel Brizola¹⁹. A postura do governador goiano foi também alvo de protestos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, por intermédio do jornal *Terra Livre*, em reportagem assinada pelo jornalista Nestor Vera, informou que a política agrária de Mauro Borges era campeã de massacres de posseiros em Porangatu e de outras áreas rurais goianas (TERRA..., 1962, p. 3).

A contrarreforma agrária de Mauro Borges

A repressão aos principais focos de resistência camponesa, entre 1961 e 1962, amparada em decisões judiciais que favoreciam os grupos interessados no mercado de terras e nas benfeitorias realizadas pelos posseiros nas glebas ocupadas, encerra a primeira fase do governo Mauro Borges. Embora os conflitos agrários continuassem, sobretudo na região setentrional do estado, eles não tiveram a mesma magnitude dos focos de conflitos aqui analisados em Porangatu, Goianésia, Jussara e Iporá, e o governador goiano se manteve inflexível em reprimir os posseiros e institucionalizar a luta pela terra por meio da criação de sindicatos e de promessas de terras em colônias agrícolas que começaram a ser criadas, no ano de 1963.

Para o dismantelamento das lutas sociais no campo, Mauro Borges contou com o auxílio ou cooperação do Programa Ponto IV, do governo dos Estados Unidos. Isso ocorreu com a modernização da polícia e dos órgãos e repartições públicas na área da segurança, visando dar suporte à expropriação dos posseiros e ao estabelecimento do mercado de terras na região.

Depois de reprimidos os principais focos de luta pela terra, Mauro Borges inicia a sua propalada reforma agrária, que consistia na criação de colônias



agrícolas inspiradas nos Kibutz e Moshaves israelenses, considerados modelo de produção e eficiência, o que marca a segunda fase do seu governo (1963-1964). Com este projeto, buscava deslocar os posseiros expropriados e os camponeses sem-terra aos núcleos coloniais, situados em regiões de pouca atratividade para o mercado e marcado pelas condições precárias de instalações, produção e cultivo.

As famílias expropriadas nem de longe conseguiam ser absorvidas pelos núcleos coloniais, porque as glebas nesses lugares eram insuficientes. Segundo informações divulgadas pelo *Diário do Oeste*, até fevereiro de 1963, apenas 200 famílias de lavradores “foram enviadas para os três núcleos, orientadas por técnicos do IDAGO [Instituto do Desenvolvimento Agrário]” (IDAGO..., 1963, p. 8). O número de famílias instaladas até então não atendia nem as necessidades das famílias expropriadas na disputa pela terra em Porangatu, onde se estima que viviam cerca de 1.400 posseiros (VIOLÊNCIA..., 1961, p. 1).

Mauro Borges implantou uma política agrícola que submeteu a reforma agrária à criação de núcleos de colonização e tecnificação da produção agropecuária. Essa proposta de reforma agrária não alterava essencialmente o regime de propriedades nem impedia a expropriação desencadeada pela emergência do mercado capitalista de terras em Goiás, decorrente da criação de Brasília. Em essência, a política agrária implantada por Mauro Borges por meio do IDAGO²⁰ compreendia que os entraves para a expansão capitalista não residiam na concentração de terras, mas nas técnicas arcaicas de produção agropecuária.

Assim, sob o véu de adotar uma política desenvolvimentista e da autoconstrução de ser um político moderno e aberto ao diálogo, Mauro Borges implantou um projeto de contrarreforma agrária que levou à repressão violenta e à expropriação dos posseiros. O objetivo era garantir o estabelecimento do mercado fundiário no estado, que era o germe do projeto implantado depois do Golpe Civil Militar de 1964: a modernização da agricultura e da grande propriedade, preservando a estrutura latifundiária e destinando aos deserdados da terra a saga por um pedaço de chão em zonas de fronteira agrícola.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. *Ponto IV*. Rio de Janeiro: FGV, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ponto-iv>. Acesso



em: 13 jan. 2022.

A **GRANDE** proposta do governador. *Diário da Tarde*, Goiânia, p. 1, 25 nov. 1959.

AJUDA do ponto IV será feita em bases honrosas. *O Popular*, Goiânia, p. 1, 20 jun. 1961.

ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis: Vozes, 1982.

BORBA, Carlos Alberto Vieira Borba. *O teatro do poder e o contrateatro dos posseiros: estratégias e resistências na luta pela terra no norte de Goiás 1950/1964*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Projeto de Resolução nº 89, de 1970. *Diário do Congresso Nacional: Seção 1*. Brasília, DF, p. 29, 12 jun. 1970. Suplemento n. 47.

CEM soldados armados marchará hoje sobre a agitada Goianésia. *O Popular*, Goiânia, p. 8, 22 jul. 1961.

CEM soldados seguiram para Salobinho: a luta nos campos. *Diário do Oeste*, Goiânia, p. 8, 24 e 25 out. 1962.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007

ESTEVES, Carlos Leandro. *Estado e agricultura em Goiás: escritórios privados de consultoria e políticas públicas no Governo Mauro Borges (1961-1964)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

((O))ECO. *O que é a Amazônia Legal*. 2014. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>. Acesso em: 9 jan. 2018.

EUA querem fichario da DOPS. *Diário do Oeste*, Goiânia, p. 1, 28 jul. 1960.

GOIANÉSIA: intervenção federal. *Diário da Tarde*, Goiânia, p. 8, 27 maio 1961a.

GOIANÉSIA: polícia surra posseiros. *Diário do Oeste*, Goiânia, p. 1, 26 jul. 1961b.



GOIÁS. Secretaria de Segurança Pública. Nota Oficial. *Diário da Tarde*, Goiânia, p. 8, 20 maio 1961a.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Portaria nº 24/61, de 7 de fevereiro de 1961. *O Popular*, Goiânia, p. 8, 9 fev. 1961b.

GRILEIROS de nôvo matam e destroem em Jussara. *Diário do Oeste*, Goiânia, p. 8, 30 jun. 1962.

IDAGO: nucleos coloniais aguardam farta colheita. *Diário do Oeste*, Goiânia, p. 8, 6 fev. 1963.

INVASÃO de fazenda em Goianésia foi repelida sem atos violentos. *O Popular*, Goiânia, p. 8, 8 jun. 1959.

LEVARAM “Dossiers” de nacionalistas. *Diário da Tarde*, Goiânia, p. 3, 23 jun. 1961.

MAIA, Cláudio Lopes. *Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira: a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MB para Rivadávia. *Diário do Oeste*, Goiânia, p. 8, 1º ago. 1961.

MENEZES, Ana Maria Godinho *et al.* *Goianésia: seu povo, sua história*. Goianésia: Gráfica Tânia, 2000.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 157-194.

MUNICÍPIO de Porangatu vira campo de batalha. *Diário do Oeste*, Goiânia, p. 8, 8 jun. 1962.

OPOSIÇÃO dificulta criação da C.P.I para Goianésia. *Diário da Tarde*, Goiânia, p. 8, 10 ago. 1961.

PAGE, Joseph A. *A Revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Editora Record,



1972.

PEDIDA na Assembléia uma CPI. *O Popular*, Goiânia, p. 3, 1º ago. 1961.

PINTO, Lucio Flavio. *Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.

PM encerrou curso com exercício: Goianésia. *Diário da Tarde*, Goiânia, p. 1, 2 ago. 1961.

POLÍCIA enganou-se e espancou os posseiros. *O Popular*, Goiânia, p. 8, 17 mar. 1961, p. 8.

POLÍCIA técnica recebe mais de 40 milhões em aparelhamentos. *Diário do Oeste*, Goiânia, p. 5, 8 fev. 1964.

PONTO IV aparelha a polícia de Goiás. *Diário do Oeste*, Goiânia, p. 1, 27 set. 1962.

PONTO IV vai reequipar e modernizar polícia goiana. *O Popular*, Goiânia, p. 8, 15 jun. 1961.

PRESIDENTE da AGI ensaia protesto contra intromissão de americanos. *Diário do Oeste*, Goiânia, p. 1, 17 maio 1961.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. *A história da resistência dos posseiros de Porangatu – GO (1940 – 1964)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SANGUE, dor e pranto. *Jornal de Notícias*, Goiânia, . 8, 29 nov. 1959.

SECRETÁRIO de Segurança anuncia Reforma de Base. *O Popular*, Goiânia, p. 3, 10 fev. 1961.

SEGURANÇA Pública receberá 31 jipes dentro de 60 dias. *Diário de Goiás*, Goiânia, p. 14, 18 jun. 1964.

TERRA livre acusa Mauro. *Diário do Oeste*, Goiânia, p. 3, 21 ago. 1962.

TUDO existe na região, menos a lei e a justiça. *Folha de Goiaz*, Goiânia, p. 1, 5 jul. 1959.

UGES pedirá a MB a expulsão dos ianques. *Diário do Oeste*, Goiânia, p. 1, 16 maio 1961.



VIOLÊNCIA policial domina Goianésia. *Diário do Oeste*, Goiânia, p. 1, 28 jul. 1961.

Notas

¹Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3619-3882>.

²Até a criação das políticas de interiorização do território, o desenvolvimento de Goiás limitou-se à Região Sul, devido à sua proximidade com Minas Gerais e São Paulo. Nesta região havia, apesar das condições precárias, uma malha ferroviária, núcleos urbanos mais numerosos e estruturados, com ligação estreita com a economia capitalista da Região Sudeste.

³Muitos relatos de posseiros noticiados nos jornais afirmam ter documentos de autoridades ligadas ao poder público do estado de Goiás para ocuparem as terras desta região.

⁴O conceito de Amazônia Legal foi desenvolvido pelo governo brasileiro por meio da Lei nº 1.806, de 6 jan. 1953, que criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que “anexou à Amazônia Brasileira os estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso” (((O))ECO, 2014). Sua definição, em termos mais precisos para o contexto analisado, segundo o Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), no ano de 1969, é a seguinte: “representa cinquenta e nove vírgula dois por cento do território nacional. Abrange o norte do Mato Grosso – paralelo dezesseis – o norte de Goiás – paralelo treze – o Maranhão, no meridiano quatro e quatro, todo o Pará, todo o Amazonas, todo o Acre e os territórios de Rondônia, Roraima e Amapá”. Cf. *Diário do Congresso Nacional* (BRASIL, 1970, p. 29).

⁵Este conflito teve início nos anos de 1950, quando os posseiros se depararam com ação de fazendeiros, comerciantes locais, funcionários públicos, reivindicando as terras ocupadas alegando se tratar de terras privadas e devidamente tituladas. A grilagem em Trombas e Formoso teve início em 1952 e teve origem numa sesmaria datada de 1795 para Caetano Cardoso de Moraes, que resultou em dois processos diferentes de falsificação de títulos, um para reivindicar a usucapião sobre as terras e o outro para afirmar o direito sucessório. Depois de violentos embates armados, os posseiros conquistaram o direito de permanecer nas terras e terem sua situação regularizada com a vitalização dos títulos fundiários. Sobre o conflito, conferir Maia (2008).

⁶José Porfírio foi eleito deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), coligado ao PSD de Mauro Borges, no pleito de 1962.

⁷Sobre o Ponto IV, ver verbete de Alzira Alves de Abreu (C2009). Sobre a comissão Mista, ver Maria Celina D’Araujo, disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista>. Acesso em: jan. 2022. Para uma discussão mais robusta sobre o tema, conferir Moniz Bandeira (2010, p. 314).

⁸Esses periódicos estão disponíveis no Arquivo Público de Goiás.

⁹Entrevista do secretário de segurança, Rivadávia Xavier Nunes, ao jornal *O Popular*, dia 10 de fevereiro de 1961, p. 3.

¹⁰Entrevista do secretário de segurança, Rivadávia Xavier Nunes, ao jornal *O Popular*, dia 10 de fevereiro de 1961, p. 3.



¹¹Somando-se também a este objetivo, Rivadávia Xavier Nunes tornou sem efeito “as carteiras de ‘INVESTIGAOR AMADOR’ e de ‘INVESTIGADOR COMISSIONADO’, que, anteriormente, foram expedidas por esta Secretária e pelas Delegacias de Polícias do Interior do Estado (GOIÁS..., 1961b, p. 8). Com esta iniciativa, o poder público de Goiás dava início ao processo de profissionalização dos funcionários responsáveis pela segurança pública.

¹²Jornalista norte-americano que veio ao Brasil para acompanhar as Ligas Camponesas. Isto porque esse movimento despertou a preocupação do governo dos Estados Unidos, que passaram a atuar diretamente para enfraquecer as Ligas Camponesas, com a infiltração de agentes do FBI em sindicatos e organizações rurais no Nordeste. Cf. Page (1972).

¹³Certamente, um dos motivos da instalação da rádio em Dianópolis foi por causa da descoberta de um campo de treinamento guerrilheiro, no final de 1962.

¹⁴A palavra, que aparece com ortografia errada, certamente se trata de acampamento.

¹⁵Ao que tudo indica, além da família Monteiro de Barros, que tinha seus negócios conduzidos por Marcos, outros importantes homens de Goianésia e região buscavam apropriar-se de áreas de terras devolutas na cidade.

¹⁶A coerção policial contra os posseiros de Goianésia foi destaque também em março de 1961, quando a polícia espancou os posseiros, confundindo-os com criminosos, o que já indicava a disposição do “diálogo” de Mauro Borges: “mesclado de trágico e cômico foi o fato ocorrido na cidade de Goianésia, quando elementos da polícia local prenderam vários posseiros supondo serem criminosos, aplicando-lhes ‘corretivos’ dois mais bárbaros” (POLÍCIA..., 1961, p. 8).

¹⁷A grilagem é uma complexa indústria de fabricação de títulos de propriedade, que inclui desde cartórios, membros do judiciário, advogados, juízes, promotores, funcionários públicos em suas diferentes esferas (municipal, estadual ou federal) e os interesses privados de fazendeiros, empresários, empresas etc. Algumas pesquisas revelam os mecanismos de produção de títulos: Asselin (1982) e Pinto (1986).

¹⁸Fazenda no município de Jussara, Goiás.

¹⁹No ano de 1961, Leonel Brizola e Mauro Borges somaram forças para garantir a posse de João Goulart, lançando o *Manifesto à Nação*, com a defesa intransigente dos direitos constitucionais investidos a ele para assumir o cargo. Em Goiás, surgiram na população grupos que pretendiam se organizar e pegar em armas, caso necessário, para garantir a posse de João Goulart, o que demonstra também que não havia por parte dos golpistas, que já arquitetavam o golpe há tempos, o apoio civil que teria, tempos depois, para consubstanciá-lo.

²⁰O IDAGO foi criado no ano tal para substituir o Departamento de Terras e Colonização, marcado por uma série de escândalos de corrupção na venda de terras devolutas. Fizeram parte desse instituto intelectuais IPES. Como mostrou Esteves, parte desses economistas e técnicos, posteriormente, fariam parte da comissão que criou o Estatuto da Terra e fundamentou a política agrária do Governo Civil Militar (ESTEVEES, 2013).

Por uma história materialista:
notas esparsas sobre
Benjamin

For a materialist history:
scattered notes on Benjamin

Anita Helena Schlesener¹



Resumo: O objetivo deste trabalho é retomar escritos esparsos de Walter Benjamin a fim de refletir sobre o conceito de história e a tarefa do historiador materialista. A dimensão política está em mostrar a necessidade de uma nova história que supere a linearidade progressiva e expresse a articulação de passado e presente. Trata-se de uma investigação bibliográfica centrada em alguns escritos de Benjamin que abre caminho para uma história materialista da cultura. Seguem breves reflexões sobre educação no sentido amplo, como processo formativo que acontece ao longo da vida dos sujeitos.

Palavras-chave: História; política; educação; Walter Benjamin.

Abstract: This text aims to retake Walter Benjamin's writings in order to reflect on the concept of history and the task of the materialist historian. The political dimension is in to show the need for a new history that overcomes progressive linearity and expresses the articulation of past and present. It is a bibliographic investigation centered on some of Benjamin's writings that opens the way for a materialist history of culture. Below are brief reflections on education in the broad sense, as a formative process that takes place throughout the subjects' lives.

Keywords: History; politics; education; Walter Benjamin.



Introdução

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras” (BENJAMIN, 1985a, p. 229).

Melancólico, como outros filósofos da modernidade, Walter Benjamin vislumbrou com grande acuidade os problemas do seu tempo colocando-se no interior do pensamento europeu da época no sentido de elaborar uma crítica radical de uma sociedade que, ameaçada pela guerra, escondia os sinais de uma possível emancipação dos oprimidos. Conforme Adorno (1986, p. 188-189), “sob o olhar de suas palavras tudo se metamorfoseava, como se tivesse tornado radioativo.” Procurando o essencial “ali onde ele não se deixa destilar numa operação automática”, inventa um novo método de filosofar: “O que Benjamin dizia e escrevia soava como se o pensamento assumisse as promessas dos contos de fadas e dos livros infantis, ao invés de recusá-las e repeli-las em nome de uma infame maturidade”.

A crise da modernidade, as vias possíveis da política e da cultura para as classes trabalhadoras, a essência da linguagem, o sentido da história, todos estes temas se entrelaçam no trabalho de Benjamin e se reconfiguram na diversidade dos fragmentos e aforismos escritos ao longo de sua vida, escritos que precisam ser retomados para compreender as múltiplas formas de sua narrativa crítica. Abordar a questão da história do ponto de vista das classes subalternas a partir do pensamento de Walter Benjamin implica pressupor, primeiro, que a memória que redime o passado é também aquela que nos põe diante de uma imagem diversa do tempo: à linearidade expressa na ideia de progresso, de um “fio condutor” da história como o pensava Kant, sobrepõe-se outras ordens, ruínas, catástrofe, barbárie; segundo, que a crise moderna só pode ser resolvida pela coragem combatente das classes expropriadas em criar formas de resistência e fazer a sua leitura da história.

Em outras palavras, a noção de história, em Benjamin, constrói-se articulando o pensamento clássico nas leituras de Freud, Baudelaire, Bergson, Proust, Nietzsche e os escritos de Marx e Engels, confluindo no questionamento radical da estrutura da temporalidade no pensamento moderno e na construção de um novo método de interpretação, que se explicita em uma concepção materialista da história. Tal noção, porém, segue um caminho inverso ao historicismo e se constitui numa crítica ao próprio pensamento marxista da época da



social-democracia alemã, como se constata no ensaio sobre *Eduard Fuchs, o colecionador e o historiador*, considerado como um dos textos preparatórios das *Teses sobre o conceito de História*.

A importância de retomar o pensamento deste autor se encontra no fato de sua crítica radical ao capitalismo se concentrar na noção de história e de história da cultura, como uma narrativa que vivifica o poder dominante e, ao formar o imaginário social, consolida o conformismo e condiciona as estratégias políticas da esquerda alemã de sua época. Num momento de crise orgânica como a que vivemos, a leitura de Benjamin é inspiradora para a renovação do pensamento e a tentativa de novas formas de resistência.

Memória e história

A história revela-se como trama de “fios que apresentam a intromissão de um passado na textura do presente” (BENJAMIN, 1985b, p. 479), que retoma os fios perdidos articulando-os de modo dialético ou como a textura do real que se orienta com rigor pela reminiscência, como uma tapeçaria que se tece no reverso da ação e que, como o trabalho de Penélope, desfaz-se e se refaz por meio da articulação entre o vivido e o lembrado (BENJAMIN, 1985a, p. 37-38).

A temporalidade bergsoniana, submetida ao crivo da crítica, parece tomar forma na Tese 14, na compreensão da história como “um tempo saturado de ‘agoras’” em que destruição e construção produzem-se como “um salto de tigre em direção ao passado”. Tal concepção permite elaborar uma releitura do escrito de Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, para afirmar que tal salto, “sob o livre céu da história, é o salto dialético da Revolução, como o concebeu Marx” (BENJAMIN, 1985a, p. 229-230).

Esse salto no passado ocorre no sentido de reencontrar as possibilidades não realizadas, de ler no que é aquilo que poderia ser, isto é, de buscar no presente o passado enquanto promessa de futuro que se perdeu e que, se revivida, pode redimir a história. Benjamin relê a noção de história de *O Dezoito Brumário* com o entendimento da memória retirado das leituras de Bergson e Proust. Em linhas gerais, segue-se o seguinte percurso:

Para Marx, a compreensão do passado e da tradição se dá como algo que está aí, na memória dos vivos, exercendo uma função negativa, isto é, o passado “assombra como fantasma”, “oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”, interfere no processo de produção do novo e, em alguns momentos da história, atua como um freio da ação, como pensamento que condiciona o imaginário



social que dá sustentação ao processo político. Mas há também a interface, isto é, a tradição interage no movimento da luta de classes e pode atuar tanto no sentido da consolidação do poder da burguesia como na completa reestruturação do poder por meio de uma nova revolução (MARX, 1977, p. 18).

Neste sentido, a formação do imaginário social que dá sustentação ao processo político e se realimenta do passado, pode assumir um caráter progressivo ou regressivo, dependendo da situação histórica e das forças políticas em luta: o contraste entre o trágico e o cômico expressa a diferença entre revolução e restauração. O trágico é a característica básica da contradição histórica e exprime o momento em que a tensão e o conflito chegam a uma situação limite eclodindo num acontecimento que põe termo ao processo em curso, supera a contradição e dá lugar ao novo. O cômico expressa um momento de tentativa de retorno ao passado, dentro de um processo no qual o novo gerou uma situação em que o esforço de restauração do passado no presente já modificado torna-se inócuo e grotesco. Os personagens históricos parecem não perceber que a situação assumiu novas proporções e, por isso, parecem ridículos.

A rememoração do passado assume significados ideológicos diferentes nos dois processos em questão: na tragédia, a ressurreição dos mortos tem a “finalidade de glorificar as novas lutas”, “de engrandecer na imaginação a tarefa a cumprir”, isto é, desempenha a função de impulsionar a ação; tem ainda a função de ocultar os limites do projeto presente, de dar aos líderes as ilusões necessárias para “esconder de si próprios as limitações burguesas de suas lutas”. A comédia caracteriza-se como um momento em que, no movimento da luta de classes, a classe social que perde seu domínio tenta reconquistá-lo apoiando-se nas classes mais conservadoras e ressuscitando os momentos privilegiados do seu passado. Apresenta-se como fuga das contradições postas pelo presente, ou seja, o passado alimenta o imaginário ideológico dos atores em presença: “os fantasmas da velha revolução andam por todo canto”, todo um povo que pensava impulsionar-se para diante “se encontra de repente trasladado a uma época morta”, isto é, lançado num processo de restauração (MARX, 1977, p. 19). Por outro lado, a restauração coloca também a possibilidade de desmistificar a própria função do Estado no domínio burguês, no sentido que a democracia burguesa se constitui num mero mecanismo de exercício do poder de controle das forças em luta, instrumento do qual se pode abrir mão para manter o poder e consolidar a dominação.

Marx também segue a senda da ação da memória no presente e percebe a complexidade da formação do imaginário social, no entrecruzar de lembrança



e esquecimento. Em alguns momentos de *O Dezoito Brumário* a memória parece operar de modo inconsciente, visto que, no auge da ação renovadora, no momento crítico e revolucionário que caracteriza a tragédia, os homens “conjuram em seu auxílio os espíritos do passado”, tomam de empréstimo suas palavras de ordem, seus símbolos e suas vestes, no sentido de dar sustentação ideológica ao ato que realizam (MARX, 1977, p. 17-19). É como se, nesse momento, a evocação do passado, retomado para impulsionar a ação, também atuasse como um freio a definir o projeto presente. “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem”, mas sim sob as condições “legadas e transmitidas pelo passado”, ou seja, o passado parece atuar como um entrave que impede a compreensão do novo e, como na aprendizagem de uma nova língua, só pode ser superado pelo esquecimento do antigo e pela assimilação consciente e crítica do novo já presente (MARX, 1977, p. 17-18). Marx constata, na análise das relações de forças que constituem o processo da revolução francesa e no movimento político que se produz de 1848 a 1852, que o modo de pensar consolida-se e se enraíza de tal modo que sua mudança é mais lenta que o processo levado a efeito pela ação revolucionária e esse descompasso pode se constituir em entrave para a própria ação. Trata-se de apreender as dimensões da ideologia e dos limites que tais condicionantes impõe na compreensão do presente. Para Marx, a verdade implica relacionar a reprodução da vida material com a reprodução da consciência, sendo que esta pode funcionar como grilhão invisível que define a ordem social e delimita o impulso para a ação; é a experiência revolucionária que pode redefinir caminhos.

Para Benjamin o passado possui uma grandeza porque guarda sinais do futuro não vivido, isto é, das possibilidades desejadas, frustradas, sufocadas, reprimidas; a memória instaura o elo criador entre gerações à medida que possibilita retomar tais sinais que permitiriam reconstruir o presente. A tradição dos vencidos, a ser retomada a partir das lutas presentes, assume um novo papel porque é portadora dos sinais históricos, em grande parte inconscientes, da experiência perdida, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo.

Ao reverter a leitura para superar o continuum da história, Benjamin mostra o modo como a memória nos permite o acesso aos eventos do passado e, no limiar entre sonho e vigília, nos meandros do inconsciente, aciona o impulso à transformação revolucionária. Tal mudança implica pensar a história sob a forma da descontinuidade e a tradição como aquilo que, esquecido mas ainda presente, pode ser a energia construtora de uma nova realidade. Um presente que traz a possibilidade de concretizar a eterna promessa de felicidade.



Tal promessa pode ser entendida como a busca de uma felicidade elegíaca, como “eterna restauração da felicidade primeira e original” que, em Proust, “transforma a existência na floresta encantada da recordação” (BENJAMIN, 1985a, p. 39), constituindo-se numa tarefa infinita e sempre recomeçada, fonte de renovação da história: para nosso autor não se trata de entender o passado como de fato foi, mas sim de identificar seus sinais no presente para a partir daí construir o futuro; a memória abre a possibilidade de reconhecer os rastros do passado no presente, permitindo superar na ação as contradições que nos foram deixadas. O passado deixa de ser peso morto, como em Marx, para abrir as possibilidades de uma nova experiência, como a felicidade prometida pela própria sociedade moderna, nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Essa promessa poderia ser cumprida, visto que o sistema capitalista gerou as condições de possibilidade de sua realização, mas concretizá-la exigiria romper com a estrutura social vigente, abolindo o próprio capitalismo.

Benjamin revelou-se um grande leitor de Marx, ao mostrar que as mudanças que ocorrem a partir da estrutura interna do sistema capitalista não geram perspectivas de transformação, mas atuam como reforço e sustentação do próprio sistema. Nessa leitura, Benjamin efetua a crítica às formas de historicismo vigentes em sua época por meio da desconstrução dos fundamentos do que se constitui um pseudo-devir, isto é, a ideia de uma história universal e progressiva, a ideia de que a história seja possível de narrar a partir de eventos e da memória de grandes personalidades (causalidade) e, finalmente, o mais forte pilar do historicismo que é a identificação da história com a ação dos vencedores. Para Benjamin, nas *Teses sobre o conceito de História*, a fantasmagoria não vem do passado, mas se expressa na crença incondicional no progresso, base da política social-democrata, que se “contentou em atribuir à classe trabalhadora o papel de redentora das gerações futuras” cortando-lhe, com isso, “o tendão de suas melhores forças” (BENJAMIN, 1985a, p. 228-229).

No fundo, trata-se de liberar o materialismo histórico de duas noções que alteram o projeto político revolucionário: a de progresso e a de causalidade, como pressupostos inquestionáveis da história em sua marcha racional, automática e irresistível em direção ao futuro. A ideia de progresso oculta a verdadeira natureza das relações que se instauram na sociedade moderna: dá a impressão do movimento na forma do desenvolvimento técnico para fins humanos, quando o que realmente acontece é a eterna repetição do mesmo, nas estruturas de poder e na repressão, característica de todas as formas de Estado, bem como das diversas formas de prisão (sociais ou psicológicas) que



envolvem o indivíduo. A noção de causalidade, implícita na ideia que considera a base econômica causa determinante do funcionamento da sociedade, instaura uma relação de continuidade histórica e impossibilita romper com a cadeia de dominação restringindo a prática revolucionária: para Benjamin, “as condições econômicas de uma sociedade expressam-se na superestrutura, assim como, ao dormir, um estômago repleto não se reflete, mas sim se expressa no conteúdo do sonho”, ainda que o (estômago repleto) seja a condição ou “causa” do pesadelo (BENJAMIN, 1991, p. 495). Na verdade, a causalidade atua no sentido de simplificar relações complexas lançando as classes trabalhadoras numa espécie de fantasmagoria do tempo. Tal postura anula o devir, cuja principal característica é o imprevisível, para dar lugar à eterna repetição do mesmo estabelecendo um traço comum com o modelo historiográfico burguês, na ideia de uma temporalidade homogênea e vazia.

Ao mostrar que o passado e o futuro estão no presente, na diversidade e na complexidade da história, Benjamin redefine as bases da própria dialética, no modo como era entendida pela Social-Democracia Alemã: “dizer que o método dialético trata de situações históricas concretas não é o bastante” (BENJAMIN, 1991, p. 494). A dialética define-se na relação interna entre a estrutura ou o modo de produção e a história da cultura, sendo o presente um momento repleto de significações, no qual o “passado atinge um grau de atualidade” mais alto até que em seu próprio tempo, que não resulta do encadeamento de causas, mas sim de um conjunto dinâmico de relações. O que se pretende é uma nova compreensão do presente, possível a partir da inscrição do passado no presente, como acontecimento cercado de possibilidades truncadas, de promessas não vividas e ainda latentes. A pergunta sobre a concretude não pode ser respondida “no interior da ideologia do progresso, mas somente em uma visão da história que a ultrapasse em todos os sentidos” (BENJAMIN, 1991, p. 495). As condições de possibilidade dessa abordagem são postas pela memória, que recompõe o passado no instante e cuida dos detalhes, do que foi tomado como insignificante no âmbito do sistema, para visualizar as potencialidades reais que estão latentes na situação atual e construir uma nova imagem do presente e da história.

Uma das referências de Benjamin para a crítica à concepção historiográfica predominante na esquerda social-democrata é precisamente Engels. As ideias de Engels, para Benjamin, possuem uma força dialética que permite romper com o tempo vazio do historicismo. A partir delas, o materialista histórico pode fazer com que “a época salte fora da continuidade histórica coisificada, que a



vida salte fora da época e a obra, da obra de uma vida”, o que permite estabelecer uma experiência única com o passado e “liberar as poderosas forças” de ruptura que esta situação apresenta (BENJAMIN, 1985b, p. 487).

Liberar o materialismo histórico dos esquemas de progressão e de causalidade a fim de abrir novas possibilidades de atuação e de interpretação histórica. Desobstruir e criticar para abrir caminhos, questionar sempre, “estar sempre na encruzilhada”, esta é a posição do historiador materialista. A técnica de montagem de fragmentos como se construísse mosaicos, o começar sempre de novo, como Penélope a entrelaçar os fios na sua interminável tecelagem ou o desconstruir e reconfigurar os objetos sempre outra vez como nas brincadeiras infantis, são alguns aspectos da proposta benjaminiana de uma forma peculiar de ler a história, que torna a tarefa do historiador materialista semelhante ao trabalho de escavação do arqueólogo e estabelece afinidades entre a função de decifrar a história e a paixão do colecionador, a sensibilidade do poeta e a expressividade do narrador, a persistência do jogador e a contemplação do flaneur. Afinidades que se traduzem no decifrar sentimentos, refazer o traçado da cidade, criar imagens e constelações, redimensionar o espaço e desvelar as impressões incorporadas à memória. Trata-se, na verdade, de redefinir o papel do intelectual numa sociedade que transforma também a crítica em mercadoria.

Tal figura de intelectual esboça-se no ensaio sobre Eduard Fuchs, jornalista, escritor, caricaturista, historiador e, principalmente, colecionador de obras de arte e caricaturas. O trabalho de Fuchs insere-se no materialismo histórico ocupando-se de questões relativas à história da cultura e é considerado por Benjamin “pioneiro de uma reflexão materialista sobre a arte”, graças à “sua sensibilidade mais ou menos clara da situação histórica em que ele (Fuchs) se via inserido” (BENJAMIN, 1985b, p. 465). Dedicar-se a esta reflexão implicava para Benjamin tanto confrontar-se com o pensamento e a ação dos políticos de esquerda da época, dirigentes da Social-Democracia, quanto com o historicismo, este expresso na versão burguesa e na forma do determinismo marxista.

Benjamin analisa as obras de Fuchs tendo como contraponto uma carta de Engels a Mehring, escrita em 14 de julho de 1893, para separar Engels da interpretação determinista que a social-democracia atribuía a seus textos e apresentá-lo como um crítico das ideias de desenvolvimento e progresso, base da ilusão burguesa do determinado e universal. A concepção determinista firmava-se num acentuado otimismo, relegando a segundo plano a crítica ao sistema vigente e obstruindo “a perspectiva da barbárie inicial que Engels vislumbrou em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, e que Marx



também acentuou, “no seu prognóstico do desenvolvimento capitalista”. Tal perspectiva crítica, que se perdeu na prática social-democrata, revivia na análise materialista dos fatos da cultura (BENJAMIN, 1985b, p. 488).

Por uma história materialista da cultura

No confronto entre a representação burguesa, um dos aspectos do ensaio sobre Fuchs, elabora-se uma reflexão sobre o lugar da história da cultura no contexto do materialismo histórico e sobre a abordagem dialética da história, que tem como preço a renúncia à atitude tranquila e contemplativa do objeto, como imagem eterna do passado, própria do historicismo, para entender o passado como “uma sobrevivência do compreendido, cujas palpitações são sensíveis até o presente”. A “tarefa do materialismo histórico é efetivar esta experiência com a história, (experiência) que é originária para qualquer presente”. É a sua forma de romper o “continuum da história” e as condições de possibilidade dessa abordagem são postas pela memória, que recompõe o passado no instante e permite perceber detalhes, aquilo que o conhecimento relegou como insignificante (BENJAMIN, 1985b, p. 467-469).

Ou seja, o pressuposto básico do materialismo histórico na leitura de Benjamin não é o de progresso, mas o de atualidade; e o método, o de salientar a materialidade do passado no presente. O historiador materialista, como o poeta ou o colecionador, retira as coisas de seu lugar habitual, para que possam assumir novas significações. As condições de possibilidade dessa abordagem são postas pela memória, que recompõe o passado no instante e cuida dos detalhes, do que foi tomado como insignificante no âmbito do sistema, para construir uma nova imagem justapondo elementos isolados e heterogêneos. “O valor desses fragmentos de pensamento é tanto maior quanto menor a sua relação imediata com a concepção básica que lhes corresponde”. E Benjamin salienta que esse “trabalho microscópico”, essa “imersão nos pormenores do conteúdo material” apresenta um “teor de verdade” que corresponde à materialidade buscada pelo pensar dialético (BENJAMIN, 1985c, p. 51). O que se espera de uma ciência histórica é que desvele a trama do passado que se esconde na urdidura do presente (BENJAMIN, 1991, p. 479), buscando com perseverança o detalhe e o fragmento. É desse modo que o novo pode nascer das possibilidades infinitas que nos coloca a tradição.

A originalidade do trabalho de Fuchs enquanto colecionador revela-se no modo de selecionar os objetos retirando-os do lugar em que os encontrava



(o mercado), com o objetivo de restituir à obra de arte a sua existência na sociedade. Tal existência põe-se na reconstrução dos laços que ligam o objeto ao momento de sua emergência, entrelaçando a temporalidade da obra com a tradição enquanto legado e com as novas significações vislumbradas no âmbito da contemporaneidade. Reduzida a uma mercadoria entre outras, a obra em geral está distante tanto dos que a haviam produzido quanto dos que poderiam entendê-la. O colecionador seleciona o objeto e, ao inseri-lo em sua coleção, o transfigura e o abstrai de seu caráter de mercadoria para mostrá-lo como criação de uma época que revive no nosso olhar como obra e como expressão de um tempo cujo significado ressoa no presente como sentido sempre renovado. No fundo, na sociedade burguesa, esta função apresenta-se como um trabalho de Sísifo. Ao atribuir ao objeto apenas um valor afetivo, o colecionador sonha não apenas com o passado, mas também com um mundo melhor, no qual os homens se despojem das amarras das necessidades e liberem as coisas “da obrigação de serem úteis” (BENJAMIN, 1977, p. 178).

As afinidades que se instauram entre o historiador materialista e o colecionador esboçam-se em dois fragmentos: *Desempacotando minha biblioteca* e o já citado *Eduard Fuchs*. No primeiro, temos uma descrição do “relacionamento do colecionador com seus pertences” ou das “diversas maneiras de adquirir livros”. E o processo de descrição revela a primeira semelhança: “toda paixão confina com um caos e a de colecionar, com o das lembranças” (BENJAMIN, 1987, p. 227-228). No segundo, a relação da atividade dos grandes colecionadores, como Fuchs, que “se distinguem pela originalidade com que selecionam seus objetos” e descobrem novas fontes, é comparada à leitura do presente, própria do materialista histórico (BENJAMIN, 1985a, p. 502).

Os rituais de aquisição de livros e de formação da coleção evidenciam que o colecionador vive uma “tensão dialética entre os polos da ordem e da desordem”. E, no esforço de procurar enriquecer a coleção e liberar as coisas de seu valor funcional e utilitário, o colecionador torna-se um “fisiognomista do mundo dos objetos – intérprete do destino”, descobre nos objetos o seu passado remoto, renova o velho atribuindo-lhe nova significação (BENJAMIN, 1987, p. 228).

Para o colecionador, a posse é “a mais íntima relação que se pode ter com as coisas”, pois é dessa forma que se vive nelas. É interessante como Benjamin acentua a afinidade entre a atitude do colecionador e o modo como a criança “decreta a renovação da existência” das coisas por meio do colecionar, pintar, recortar e colar figuras. O trato com o objeto é semelhante, “desde o tocar até o dar nome às coisas”. Tal como a criança que descobre e interpreta o mundo



por meio de seus guardados em gavetas, arcas e caixas, a ação do colecionador deve orientar-se pelo propósito de “renovar o velho”, de tal modo a “tornar-se seu dono” (BENJAMIN, 1987, p. 228-229).

Colecionar significa reviver, renovar, reinterpretar, buscar as dimensões longínquas e esquecidas da realidade histórica, retirar do contínuo em que se encontram os objetos para dar-lhes uma nova significação. Esta atitude, no entender de Benjamin, também é própria do historiador materialista no contexto da nova perspectiva histórica que ele propõe: cada objeto selecionado contém a imagem do mundo, que se revela em sua força visceral quando é extraído do contexto habitual para ser reconfigurado. Este era também o método de criação de Baudelaire: o poeta, como o trapeiro, catava pela cidade restos de rimas, “restos do dia que passou”, tudo o que a cidade “jogou fora”, tudo o que “se perdeu”, o insignificante, o desprezível, sinais da desordem. que o poeta registra e coleciona (BENJAMIN, 1987, p. 228).

E a relação de semelhança vai mais além: podemos acrescentar-lhe a atividade do arqueólogo, que mapeia o solo, escava, seleciona, peneira, compõe fragmentos. manuseando a enxada de modo “cauteloso e tateante na terra escura”: quem “pretende se aproximar do passado soterrado deve agir como um homem que escava”. Sobretudo, “não deve temer voltar sempre ao mesmo fato” e “revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos’ nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação”. As imagens, “desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos do nosso entendimento tardio”, são “igual a torsos na galeria do colecionador” (BENJAMIN, 1987, p. 239).

No fundo, historiador, poeta, arqueólogo e colecionador buscam sinais do passado no presente, retornam sobre um objeto para reconstituí-lo, selecioná-lo, peneirá-lo, inseri-lo em um novo contexto de interpretação. Ao recordar o percurso intelectual de Fuchs Benjamin acentua o modo como Fuchs trabalhava o material histórico que, “arado pela dialética marxista”, convertia-se em “solo em que brotam as sementes” que o presente nele lançou (BENJAMIN, 1991). A diferença é que o solo em que o historiador escava é a própria memória.

Para completar o círculo, salientamos que aqui se estabelece a afinidade com o narrador, já apontada por Proust em *O Tempo Redescoberto* e acentuada por Benjamin não apenas com relação a Leskov, mas também identificada na atividade de Heródoto, cujo relato é entendido não como mera informação de fatos, mas como uma narração que objetiva despertar a admiração e a reflexão



do leitor. A narrativa não esgota o fato e, com isso, ela própria também não se esgota, mas “conserva a força reunida em seu âmago e é capaz de, após muito tempo, se desdobrar” e “oferecer espaço para outras explicações” (BENJAMIN, 1987, p. 276).

A posição de Benjamin ante o historicismo aflora com clareza nesses escritos, na constatação de que se ilude e se priva do melhor aquele que “só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho”. Não é o fato ou o objeto em si que se apreende, mas com ele o todo em volta, além de seu significado para o nosso tempo. As verdadeiras lembranças não devem servir como mera informação, mas sim “indicar o lugar exato onde o investigador se apoderou delas”. Uma verdadeira lembrança deve, “ao mesmo tempo, fornecer uma imagem daquele que se lembra, assim como um bom relatório arqueológico deve indicar tanto as camadas das quais se originam os achados”, quanto o espaço e as camadas atravessadas para chegar ao objeto (BENJAMIN, 1987, p. 239).

Se o colecionador ressignifica os objetos ao retirá-los do contexto do mundo das mercadorias para inseri-los na história, o historiador materialista retira os fatos de uma ordem causal e contínua para reconfigurá-los em uma nova constelação na qual esses fatos assumem um novo sentido; o arqueólogo, por sua vez, procura reconstruir os significados que se perderam ao longo de um processo de civilização, identificando-os nos restos soterrados e nos rastros deixados no terreno. Ao subtrair os fatos do continuum histórico, quem coleciona, escava ou recorda torna-se tributário do passado, que assume novos sentidos. Nessa tarefa, a memória não é um instrumento: é, antes, o meio que permite reviver, reconstruir, desprender o sentido implícito.

A crítica radical ao pseudo-devir historicista coincide com a crítica à modernidade como mundo de ilusões e fantasmagorias. O historiador materialista persegue o objetivo de desvelar os momentos cruciais do processo histórico, os segredos escondidos, os detalhes singulares esquecidos, que se perdem na aparência das coisas e que podem revelar a verdadeira estrutura da modernidade.

O trabalho de Fuchs traz as marcas e expressa os paradoxos de seu tempo, isto é, participa da problemática que enfrenta a sua época e que é “inseparável da história da cultura”. A obra do passado não apenas não está concluída como seus desdobramentos também dependem da leitura do historiador materialista, para quem o conceito de cultura sempre aparecerá problemático porque a dialética materialista só se completa com o momento destrutivo e,



este, não é representado na história da cultura. Os teóricos social-democratas não perceberam o lado destrutivo do progresso porque “eram estranhos ao lado destrutivo da dialética” (BENJAMIN 1985b, p. 476-477).

Em Fuchs, Benjamin identifica a retomada de um pensamento que se estendeu de Marx a Bebel e que se caracterizou por uma “força de ruptura” que a prática e o discurso social-democrata conseguiu sufocar. Uma “força explosiva” ... que “coloca em questão o fechamento dos diferentes domínios do saber e de sua formação” (BENJAMIN, 1985b, p. 467). O historiador materialista que Benjamin encontra em Fuchs é aquele que tenta descobrir os rastros do passado no presente. Para tanto, é preciso firmar-se em uma nova concepção de temporalidade que supere o tempo mecânico e cronológico e se delineie como duração concreta e criadora da vida, composta de momentos significativos que se fundam nas imagens esmaecidas preservadas na memória.

Na atividade do colecionador, na pesquisa do arqueólogo, na descoberta dos sinais do passado no presente, na afinidade da produção poética com o trabalho do catador de lixo, encontramos a mesma proposta paradigmática que se delineia na brincadeira infantil e na atração da criança por detritos. E o próprio autor fez dessa orientação a sua meta de trabalho: “Método desse trabalho – montagem literária. Não tenho nada a dizer, apenas a mostrar. [...] Porém, trapos e detritos, estes eu não quero inventariar sem fazer-lhes justiça da única maneira possível: aplicando-os” (BENJAMIN, 1991, p. 574).

Esse é também o elemento a juntar ao método marxista a fim de lhe dar clareza e concretude: “adotar, na história, o princípio da montagem”. Este se constitui em recortar com precisão minúsculos elementos que possibilitem reconstruir a história; “descobrir, na análise do pequeno momento singular, o cristal do acontecimento total”; também “romper com o naturalismo histórico popular”. É na estrutura do momento que se pode apreender a construção da história enquanto tal (BENJAMIN, 1991, p. 515).

Mostrar detritos, reorganizá-los a fim de trazer à tona novas significações: quando os fatos são arrancados da continuidade histórica, perdem a sua significação habitual e aparecem em sua materialidade, resíduos sensíveis que se desvelam prenes de significados. Aprender com o colecionador e com o poeta a retirar “as coisas de seu contexto habitual” ou com o arqueólogo que cautelosamente tateia na terra escura e reconstrói a imagem de um tempo que se perdeu, Benjamin nos aconselha a forma “monadológica” de abordar o mundo. Tomando a definição de mônada de *O Drama Barroco Alemão*, temos que “a ideia é monada – significa brevemente: cada ideia contém a imagem do mundo”



(BENJAMIN, 1985c, p. 228). Benjamin acentua que tal imagem é evanescente e se renova a cada novo presente, ou imagem fulgurante reconhecida no agora, e que, vislumbrada em momento de perigo, pode tanto ser signo de salvação como perder-se para sempre, no conformismo, gerado pelo discurso da continuidade histórica. Cabe ao historiador perseguí-la com insistência e capturá-la.

Nesse contexto, não se pode aplicar um método simplificado, ou instrumentos formais de demonstração da verdade. “Método é caminho indireto, é desvio. (...) Incansável, o pensamento começa sempre de novo e volta sempre, minuciosamente, às próprias coisas” (BENJAMIN, 1985c, p. 50). Trata-se de um novo paradigma que implica um novo pensar, que se mescla com o desejo e o sonho, que se tornam obscuros no contexto da razão controladora.

A imagem da “ordem” expressa-se em uma história que se instituiu para satisfazer os objetivos e interesses das classes dominantes e que responde às necessidades de uma vida voltada para a produção e o consumo. Com efeito, se o domínio da burguesia não se estabelecesse, as adversidades da história não poderiam ocupar o pensador mais que “um caleidoscópio nas mãos de uma criança, nas quais a cada movimento de rotação o conjunto bem ordenado dá lugar a uma nova ordem”. Na verdade, o conceito de classe dominante sempre foi o “espelho graças ao qual se constituiu a imagem de uma ‘ordem’.” (BENJAMIN, 1991, p. 428).

Escavar, colecionar, vislumbrar “mônadas”, figuras, imagens do mundo que, aliadas à proposta de quebrar o caleidoscópio, sugerem que é necessário romper com uma concepção de mundo e uma ideia de verdade que, tomadas como pressupostos inquestionáveis, orientam a noção de devir e de história. Como acentua Susan Buck-Morss, “o poder distorce a visão dos céus, impondo seus pesados telescópios sobre certas áreas”, ampliando sua importância e obstruindo ou obscurecendo outros cenários. “Tal poder não é apenas imposto pelo Estado”, mas se aloja na estrutura do próprio trabalho intelectual, nos hábitos consolidados, na visão cotidiana do mundo. É necessário recusar “as cadeias dos signos astrológicos dominantes”, modificar os céus da história por meio do desvelamento de novas constelações (BUCK-MORSS, 2000, p. 51).

Considerações finais

A proposta benjaminiana consiste em buscar outros caminhos, diferentes linhas de orientação, que expressem uma nova temporalidade: o lúdico e o mágico, próprios do universo infantil de descoberta do mundo, assim como



o dionisíaco, na experiência da embriaguez, ou como o conhecimento por meio de semelhanças, que abrem a multiplicidade de caminhos possíveis de interpretação da história. E a imagem da infância permeia todos eles.

Trata-se de escrever uma história materialista da cultura para evidenciar as lutas dos oprimidos e explicitar como as relações de poder se concretizam no modo como a “elite dominante se apropria”, por vários meios, da “cultura anterior e a integra a seu sistema de dominação social e ideológico”, ou seja, para Benjamin a “história da cultura precisa ser integrada à história da luta de classes” (BENJAMIN, 1997, p. 1240).

As Teses sobre o conceito de História, principalmente a de número 12, salienta que o “sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida”. Deve ter em conta que “em Marx, ela aparece como a última classe escravizada, como a classe vingadora que consuma a tarefa de libertação em nome das gerações derrotadas” (BENJAMIN, 1985a, p. 228). Esta ação só é possível rompendo o horizonte ideológico do continuum da história, a história dos vencedores. Os elos entre história, política e educação se esclarecem quando se entende que a educação perpassa a nossa formação ao longo da vida e que esta, a vida, se constrói no contexto social, sempre com uma dimensão política.

Referências

ADORNO, Theodor. *Caracterização de Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1986. (Grandes Cientistas Sociais).

BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1991. v. 1.

BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften I*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1997. v. 1-2.

BENJAMIN, Walter. *Illuminationen*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1977.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985a.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas II: rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften II*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1985b. v. 1-2.



BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Barroco Alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1985c.

BUCK-MORSS, Suzan. Walter Benjamin: entre moda acadêmica e avant-garde. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 10, p. 48-63, 2000.

MARX, Karl. *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Notas

¹Professora Adjunta da Universidade Tuiuti do Paraná. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5185-2604>.

Anita Helena Schlesener
Por uma história materialista:
notas esparsas sobre Benjamin

HQ-História: as relações da
HQ como agente histórico,
meio de representação da
História e objeto histórico

HQ-History: the relations of
comics as historical agent,
a medium for representing
History, and a historical object

José D'Assunção Barros¹



Resumo: Este artigo almeja refletir em profundidade sobre as relações entre HQ e História – atentando, mais especificamente, para as relações da HQ como objeto histórico, meio de representação para a História, e agente histórico. O uso das HQs como fonte histórica é reconhecido como relação importantíssima a ser considerada pelos historiadores, mas não se coloca como tema deste artigo, senão lateralmente, pois se considera que esta relação, por ser a mais complexa, merece um artigo mais específico. Para trazer exemplos que esclareçam estas relações que envolvem o binômio HQ-História – a representação histórica, a HQ como objeto, e a HQ como agente histórico – são trazidos diversos exemplos de realizações em HQ bem conhecidos.

Palavras-chave: HQ; Representação Histórica; Objeto Histórico; Agente Histórico; Historiografia.

Abstract: This article aims to reflect in depth on the relationship between comics and history – paying attention, more specifically, to the functions of comics as a historical object, means of representation for history, and historical agent. The use of comics as a historical source is recognized as a very important relationship to be considered by historians, but it will be not the subject of this article, except sideway, once this relationship is the most complex, deserving a more specific article. To bring examples that clarify the three types of relationships under study that involve the interaction Comics-History – the ‘historical representation’, the comic book as ‘object’, and the comic book as a ‘historical agent’ – several examples of well-known comics are approached.

Keywords: Comics; Historical Representation; Historical Object; Historical Agent; Historiography.



Palavras Iniciais

Neste artigo, abordaremos três relações importantes entre as HQs (Histórias em Quadrinhos) e a História, seja no seu sentido de Historiografia (campo de saber) ou de História (campo de processos e acontecimentos). Estas três relações em foco são, respectivamente, a da HQ como meio de representação da História, a da HQ como agente capaz de interferir na História, e a da HQ como objeto para o estudo historiográfico. Uma quarta relação importantíssima é a da HQ como Fonte Histórica. No entanto, esta relação merece efetivamente um artigo à parte, dada a sua maior complexidade e ao fato de que há muitos aspectos a serem discutidos com relação às possibilidades de tratamento metodológico das HQs como fontes históricas. Por opção de recorte de viabilidade no tratamento minimamente adequado do tema, neste artigo, traremos esta relação sem o mesmo aprofundamento que daremos às relações da HQ como ‘objeto histórico’, ‘agência histórica’ e ‘representação histórica’.

Aproveito estas palavras iniciais para ressaltar – embora o presente artigo não vá se ocupar de uma revisão e discussão bibliográfica sobre a relação HQ-História – que existem já obras de grande importância sobre as HQs, de modo geral, e sobre as HQs em sua relação com a História, mais especificamente. Desde ensaios onde pode ser encontrada, à partida, uma reflexão importante sobre a conceituação de HQ², até obras de análise que abordam HQs específicas – ou aquelas que refletem sobre circuitos mais amplos como o da Indústria, Arte e Sociedade relacionadas a HQs³ – passando ainda por ensaios e artigos importantes sobre as relações entre HQ, pesquisa histórica, e Ensino de História, registra-se já um atento e dedicado trabalho de historiadores que têm se dedicado ao tema – sem esquecer de mencionar a também crucial contribuição dos estudiosos mais diretamente ligados ao campo da Comunicação. Em nosso país, a dupla relação entre HQ e Ensino e Pesquisa em História conta com importantes obras, como os ensaios publicados na recente coletânea *História e Quadrinhos: contribuições ao Ensino e à Pesquisa* (CALLARI; SANTOS, 2021)⁴. Os caminhos teóricos e metodológicos para a abordagem dos quadrinhos, de igual maneira, tem sido objeto de atenção para autores vários, na História, na Comunicação, e em diversas áreas⁵.

HQ-História

A HQ pode estabelecer com a História várias relações. Como tudo, as HQ



são um produto da história – nesse momento compreendida como campo de acontecimentos – e por isso mesmo as HQs podem constituir excelentes fontes para a História, agora compreendida como o discurso que é produzido pelos historiadores sobre os acontecimentos. As HQs são *fontes históricas* a partir das quais podemos encaminhar reflexões e análises sobre diversos aspectos e âmbitos da vida humana – como a economia, política, relações sociais, relações de gênero, cultura material e inúmeras outras instâncias – mas também podem ser transformadas em *objeto* de estudo pelos historiadores. Quando tratamos as HQs como objeto, estamos interessados em estudá-las em si mesmas; quando utilizamos as HQs como fontes históricas, podemos ter a intenção de estudar outras coisas a partir delas. Em um caso estudamos as HQs; no outro caso, estudamos coisas diversas *através* das HQs.

Como as HQs são formas de expressão visuais-narrativas, elas podem contar histórias – histórias totalmente inventadas, que nunca aconteceram, ou histórias no outro sentido: histórias que guardam referências com algo que aconteceu efetivamente na história. Neste último caso, as HQs tornam-se meios de representação para a História. O quadrinista, ou o historiador, pode utilizar a HQ para desenvolver uma história narrativa ou uma análise historiográfica. Há ainda uma outra relação importante entre HQ e história. Como a HQ é um poderoso recurso de comunicação e de expressão, ela pode se tornar um importante *agente histórico*, capaz de contribuir para mudar os rumos da história. A HQ pode ser instrumentalizada por sujeitos sociais diversos. Ela pode se tornar instrumento do poder ou dos contrapoderes. Por fim, como a HQ constitui uma linguagem própria, rica de recursos narrativos e expressivos, ela pode ser utilizada interdisciplinarmente pela História. Os historiadores podem renovar a sua própria linguagem e visão de mundo a partir da HQ. No Quadro 1, sintetizamos visualmente as cinco relações possíveis entre HQ e História.



Quadro 1 - Seis relações HQ-História



Fonte: O autor.

José D'Assunção Barros
HQ-História: as relações da HQ como agente histórico,
meio de representação da História e objeto histórico

Quando pensamos em alguns exemplos desde a primeira metade do século anterior, torna-se muito fácil perceber que as HQs são agentes históricos – isto é, que os quadrinistas e os personagens que eles produzem criativamente podem se tornar sujeitos capazes de interferir na história, ou, de outra parte, serem instrumentalizados para interferir na história. Poderes, contrapoderes e micropoderes diversos podem se apropriar das HQs como instrumentos bastante eficazes para seduzir, manipular, comover, mover, alienar ou conscientizar as massas de leitores que as lêem. Algumas HQs produzidas nos Estados Unidos da América – para tomar como exemplo inicial o país que mais produz histórias em quadrinhos no mundo – puderam se tornar eficientes difusores do ‘american way of life’, e outras, voluntária ou involuntariamente, podem terminar por fazer apologias à ideia de que aquele país é uma pretensa vanguarda mundial da democracia. Não é por acaso que a bandeira americana está estampada no design de certos super-heróis estadunidenses de quadrinhos, como o *Capitão América*⁶. Enquanto isso, para considerar agora um exemplo europeu, o personagem belga *Tintim* foi idealizado, inicialmente, para se confrontar com a perspectiva do socialismo na Europa⁷. Em um exemplo um tanto mais curioso, a *Mulher Maravilha* parece ter percorrido uma curiosa trajetória simbólica, da radical crítica inicial ao moralismo estadunidense de meados do século XX, e da resistência aos antigos padrões patriarcais de dominação sobre a mulher, para a defesa dos valores e símbolos do país⁸.



De outra parte, grupos sociais vários – com suas próprias reivindicações dentro desta mesma sociedade –, também podem se tornar centrais em outras HQs igualmente influentes, a exemplo do super-herói *Pantera Negra*⁹. Além disso, algumas HQs tornaram-se célebres por interferir nas sociedades e nos modos de agir politicamente, como o famoso quadrinho *V*, do quadrinista inglês Alan Moore. A máscara do personagem da HQ *V – de Vingança* é até hoje utilizada em manifestações políticas populares¹⁰. Em outra direção, os quadrinhos japoneses *Gen: Pés Descalços*, elaborados por Keiji Nakazawa (1999), e lançados no Brasil pela Editora Conrad empenharam-se em denunciar a brutalidade da guerra sobre a população comum, até culminar tragicamente com a explosão de uma bomba atômica em Hiroshima. No caso, trata-se de uma obra que tem também uma faceta autobiográfica, já que o personagem infantil Gen é o alterego do próprio autor da HQ, que viveu os acontecimentos e sobreviveu àquela tragédia bélica e nuclear. De resto, a família do personagem principal sofre perseguições de todos os tipos desde o princípio da série, por discordar do conflito, o que introduz a ideia do heroísmo envolvido na sustentação de uma atitude pacifista em pelo conflito sino-americano¹¹.

Outros exemplos poderiam ser dados – no mesmo universo japonês de mangás – de HQs que conservam a possibilidade de se afirmar como possibilidades de intervenção na história, e também na memória. Foi também a cortante tragédia da bomba de Hiroshima – que dividiu a história do Japão em duas metades – o que motivou a elaboração da HQ *Hiroshima: a cidade da calmaria* (2004), de autoria da quadrinista Fumyio Kouno (1968-). O campo temático desta HQ, entretanto, não é a própria explosão nuclear em seu momento devastador no tempo, mas o mundo que precisa ser enfrentado cotidianamente por aqueles cujas vidas imediatas foram afetadas pela bomba atômica que encerrou brutalmente o conflito nipo-americano¹². É ainda nesta mesma série de críticas contra o belicismo que surge, também no Japão, a HQ *Marcha para a Morte*¹³.

Os exemplos poderiam seguir adiante evocando realizações-HQ em países diversos, mas por ora nossa intenção é só deixar registrada a ideia de que as HQs constituem importantes agentes históricos – ou sujeitos que interferem na história –, e isso se estende à figura dos seus criadores (os quadrinistas, desenhistas ou roteiristas) e àqueles que deles se apropriam para fins diversos, ou mesmo para os próprios personagens que acabam adquirindo uma vida política no imaginário social dos leitores, por vezes de maneira independente do projeto inicial de seus criadores.

Por serem apropriadas por poderes e contrapoderes diversos, as HQs já de



antemão comportam a possibilidade de se tornarem 'fontes' para o estudo da História Política e da História Social. Ou seja, podemos tomar as HQs como fontes históricas para estudar estes vários poderes e contrapoderes que delas se apropriam, os vários grupos sociais que ganham voz (ou que são silenciados) através de seus personagens, e assim por diante. Mas podemos ir muito além disto quando tomamos as HQs como fontes históricas. Através das HQs podemos estudar as relações de gêneros, o imaginário, os modos de pensar e de sentir presentes em uma determinada sociedade, a economia, a cultura material, as formas de sociabilidade, os padrões culturais, e tudo o mais. As HQs são fontes históricas quando as utilizamos para estudar a Política, a Economia, Cultura, Mentalidades, Cultura Material, e quaisquer outras dimensões inerentes à vida humana.

Apenas para dar um pequeno exemplo, um historiador poderia estudar as variações da moda ou as transformações históricas na indumentária utilizada em determinada sociedade, apenas examinando as HQs produzidas por estas sociedades ao longo de sua história. Isto porque os personagens das HQs vestem roupas. Eles também vestem roupas inventadas e idealizadas por seus autores – a exemplo do que ocorre com os super-heróis ou com aquelas que evocam cenas futuristas de sociedades que ainda não existem –, mas os demais personagens provavelmente vestirão roupas sintonizadas com os espaços-tempo que as contextualizam, desde que se compreenda que o autor da HQ esteja empenhado em fazer com que seu leitor veja seu herói em uma interação com a sociedade que ele conhece. Deste modo, um pesquisador poderia selecionar determinada série de realizações em HQ – as aventuras de determinada super-heroína, ou qualquer outra série – e examinar como as variações na moda feminina, ocorridas em uma mesma sociedade no decurso do tempo, foram progressivamente impondo mudanças nas representações das mulheres e das suas vestimentas, tais como elas aparecem nas HQs consideradas. Por outro lado, mesmo as vestes exóticas imaginadas para alguns personagens em certa HQ também falarão eloquentemente sobre algo bem real: os modos de imaginação possíveis a um determinado autor de HQ.

Seria possível, para dar outro exemplo, estudar o vocabulário utilizado nas sociedades reais através de HQs visualizadas em suas trajetórias através da história. Seguir ao longo de diversas realizações quadrinistas um único personagem de HQ – e a sociedade imaginada com a qual ele interagiu – pode revelar o percurso da língua e do vocabulário por ela produzido no decorrer dos processos históricos efetivamente vividos no mundo real. Os exemplos



poderiam se multiplicar a partir de inumeráveis outros tópicos de interesse para o historiador. Os inimigos políticos de uma determinada sociedade, por exemplo, podem aparecer através dos diferentes vilões que cada época traz a uma mesma sociedade para serem enfrentados pelos seus heróis de histórias em quadrinhos. Para as HQs produzidas nos Estados Unidos, quem seriam os vilões privilegiados em cada época da História deste país? Os russos, os árabes, os chineses? A Política, em todos os sentidos, pode ser estudada ao examinarmos as suas marcas em HQs de várias épocas, e em várias sociedades.

Com estes exemplos quero apenas frisar a ideia de que, quando tomamos as HQs como fontes históricas, estamos interessados em examinar historiograficamente quaisquer coisas que não sejam, necessariamente, as próprias HQs propriamente ditas. Estudamos, nas HQs, as sociedades que as produziram. Mais especificamente, podemos estudar as sociedades, e sua história – em todas as suas dimensões e na sua miríade de aspectos – *através* das HQs. Isto é tomá-las como fontes. Situação diversa ocorre, entretanto, quando elegemos a HQ como *objeto* da História. Neste caso, estamos diretamente interessados na própria HQ examinada pela nossa leitura crítica. Não mais estudamos propriamente uma sociedade *através* dos quadrinhos, mas estudamos a própria HQ como objeto central de nosso interesse. É claro que, muito possivelmente, para estudarmos determinada HQ como objeto histórico precisaremos nos valer de suas realizações (os vários exemplares na série das HQs abordadas), também como fontes históricas. Mas é sempre importante de se ter em vista que, para estudarmos a HQ como objeto, também podemos nos valer de muitas outras fontes que não apenas as próprias realizações quadrinísticas. As correspondências e depoimentos de autores e leitores, as críticas publicadas em periódicos, as conferências e artigos eventualmente elaborados pelos diversos idealizadores de HQs, os currículos de artistas e autores, os esboços abandonados e arquivados, os diários e relatórios produzidos pelos diversos envolvidos, a documentação operacional e trabalhista das empresas que publicam HQs, os contratos assinados entre autores e empresas, os processos jurídicos ou criminais envolvendo as HQs ou os seus idealizadores, as estatísticas e informes econômicos de vendas, a documentação de censura pertinente a estas realizações quadrinísticas, as leis ou decretos que proibiram a circulação de HQs específicas ou as normativas que as estimularam – todas estas e muitas outras fontes podem ser trabalhadas pelos historiadores que tomam as HQs como objeto histórico. O ‘objeto HQ’, enfim, pode ser abordado a partir de uma gama muito variada de fontes, o que inclui, é claro, as próprias realizações



culturais publicadas em forma de HQ, que são os produtos finais desta arte e desta indústria.

As HQs também podem contribuir para a História com recursos particularmente úteis para o seu ensino, ou mesmo como inspiração interdisciplinar capaz de ajudar a renovar a própria História enquanto campo de saber. Para dar um exemplo relacionado a este aspecto, o historiador poderia incorporar a própria linguagem dos quadrinhos dentro dos seus textos historiográficos, alternando o texto tradicional com vinhetas que o complementam, como já vem sendo feito em alguns livros didáticos. Além disso, recursos narrativos desenvolvidos nas HQs – como também no Cinema e na Literatura – podem inspirar os historiadores a lidarem de maneira mais criativa com o tempo. O Cinema, a Literatura e as HQs têm explorado o tempo narrativo de uma maneira mais rica que a historiografia tradicional, e seria de se perguntar se os historiadores não poderiam se inspirar nestas formas expressivas para encontrar novas maneiras de lidar com o tempo e com a narratividade.

Podemos dar um exemplo com a premiada HQ *Maus* (1980-1991). Esta lida com uma bem articulada alternância entre dois tempos. Há um presente narrativo, no qual Spiegelman (que por acaso também é o autor da HQ) entrevista seu pai – Vladek, um refugiado judeu que viveu as experiências no holocausto. E há um passado narrativo, no qual estas memórias do pai se desenrolam, desde sua vida em uma pequena cidade polonesa na década de 1930 até o final do Holocausto, em 1945. Dada a habilidade no uso dos tempos narrativos, a eficácia e seriedade na contextualização histórica, e a presença de memórias efetivamente vividas na trama desta HQ – que se vale do criativo recurso de desenhar os judeus como ratos, os alemães como gatos e os poloneses como porcos – a crítica tem compreendido esta HQ como um entrelaçamento de muitos gêneros, como a ficção, a representação histórica, a biografia, a autobiografia e o relato memorialístico. O exemplo é apenas evocado para ilustrar novas maneiras de lidar com o tempo e com os materiais narrativos, que também poderiam ser utilizadas por historiadores que aceitassem este diálogo interdisciplinar¹⁴.

Não obstante as ricas possibilidades de utilizar as HQs como inspiração interdisciplinar ou como recurso didático – assim como também devemos fazer com o Cinema e com a Literatura –, neste momento vamos nos deter mais diretamente em uma relação muito importante quando pensamos no binômio HQ-História. A HQ pode ser compreendida como uma forma de expressão artística de caráter visual-narrativo. Ressaltar o aspecto ‘narratividade’ nas



HQs nos coloca diante de uma potencialidade que precisa ser considerada pelos historiadores: se uma HQ pode narrar uma história totalmente inventada pelo seu autor – uma ficção em todos os sentidos que podem ser atribuídos a esta expressão – ela pode também direcionar esse potencial narrativo para a representação da história, ou mesmo para o discurso historiográfico. Isto pode ocorrer de diversas maneiras.

A HQ e a Representação da História

Os potenciais da HQ para representar a História (campo de saber) ou a história (campo de acontecimentos) podem se desenvolver de algumas maneiras bem diferenciadas. Temos aqui uma situação que também é bastante recorrente nas demais formas de expressão artísticas de natureza narrativa, como o Cinema e a Literatura. Ao lado disso, a HQ e estas outras duas formas artísticas de expressão também são hábeis em veicular narrativas ficcionais, o que é ainda mais comum. Por isso, há pelo menos uma modalidade de HQ-História onde a ficção e a história dialogam muito intimamente, com investimento na invenção e deslocamento da historicidade apenas para o ambiente de fundo.

O ‘Quadro 2’ explicita esquematicamente sete diferentes modalidades de HQ-História, aqui entendidas como aquelas que trazem a dimensão histórica ou historiográfica como constituinte central, ou pelo menos importante, de sua trama narrativa. Posto isto, devemos lembrar mais uma vez que qualquer narrativa – e mesmo a mais ficcional de todas – está também decisivamente mergulhada na história de uma outra maneira, uma vez que ela é um produto da história ‘campo de acontecimentos’ (é o caso da HQ totalmente fictícia que pode se tornar fonte histórica, conforme vimos anteriormente). Mas não é o caso de retornar a este ponto, sobre o qual já discorremos em maior profundidade no item anterior, de modo que vamos nos ater aqui apenas às modalidades HQ-História que voluntariamente procuram criar uma representação histórica de algum tipo, a exemplo do que fazem os historiadores.

Vamos discutir, a partir daqui, as sete situações distintas apresentadas pelo ‘Quadro 2’, as quais correspondem a algumas das diferentes modalidades de HQ-História que podem ser consideradas de um ponto de vista historiográfico. Na parte inferior do quadro temos as representações historiográficas propriamente ditas: aquelas HQs que realizam (ou que poderiam realizar) este trabalho tão singular dos historiadores – considerando que estes tanto podem escrever narrativas historiográficas, como desenvolver análises historiográficas (e que,



frequentemente, fazem as duas coisas de maneira entremeadada). Os historiadores também costumam lidar com uma tarefa importante que é a de publicar fontes históricas (fontes de época, por exemplo), e quando pensamos na possibilidade de utilizar a linguagem-HQ para esta finalidade podemos imaginar dois ramos de situações nos quais haja criterioso rigor historiográfico nesta operação, de um lado, e uma maior liberdade criativa, de outro. Mas logo voltaremos a este aspecto.

Quadro 2 - Diferentes Modalidades de HQ-História



Fonte: O autor.

Na parte mediana e superior do esquema temos aquelas situações que lidam com a ficção sobre fundo histórico ou com as várias possibilidades de dramatização de processos históricos efetivos. Podemos pensar, por exemplo, nas narrativas ficcionais com alto grau de invenção, mas que se apóiam em um ambiente ou fundo histórico qualquer (Antigo Egito, Império Romano, Belle Époque francesa, Alemanha Nazista ou Brasil escravista, para indicar exemplificativamente alguns espaços-tempos possíveis). Ou, de maneira bem distinta, podemos pensar naquelas narrativas dramatizadas de processos históricos, ou relacionadas a biografias históricas, que procuram se ater mais diretamente a uma realidade histórica efetivamente ocorrida. Nas narrativas ficcionais de fundo histórico o quadrinista inventa personagens e situações, e apenas o ambiente apresenta um fundo de realidade histórica efetiva. Já na dramatização de processos históricos (a Revolução Francesa, Abolição da Escravatura do Brasil, e outros tantos), todos os personagens existem nos registros históricos conhecidos. Há ainda alguma liberdade para estetizar os

José D'Assunção Barros
HQ-História: as relações da HQ como agente histórico,
meio de representação da História e objeto histórico



acontecimentos, mas os personagens existiram efetivamente na história real, e também faz parte da história efetiva tudo o que ocorre a eles nos quadrinhos que estão sendo elaborados.

O grau de maior ou menor liberdade em lidar esteticamente com os acontecimentos é o que vai aproximar mais estas várias HQ-Histórias da ficção, de um lado, ou do trabalho mais rigoroso que é habitualmente realizado por historiadores – este que já qualificamos mais abaixo, à esquerda, como ‘narrativas historiográficas em forma de HQ’. Acrescento ainda que, se podemos escrever biografias em linguagem-HQ (biografias historiográficas ou biografias romanceadas), também podemos escrever ‘memórias’ em linguagem-HQ. Vejamos algumas destas várias situações.

Quando o quadrinista Frank Miller (1957-) elaborou a série HQ *300* (também conhecida como *Os 300 de Esparta*), estava realizando graficamente o que podemos classificar como uma dramatização livre de processo histórico. A célebre Batalha das Termópilas, retratada nesta HQ de 1998, ocorreu efetivamente em 480 a.C, colocando frente a frente 300 guerreiros espartanos comandados por Leônidas e o exército persa de Xerxes I, que pretendia invadir o território partilhado pelas cidades-estado da Grécia Antiga. Leônidas não é um personagem inventado, e Xerxes I era realmente o imperador persa em 480 a.C. A batalha ocorreu efetivamente, e, portanto, pode ser compreendida como um processo histórico. Uma curiosidade sobre esta HQ é que Frank Miller (2018) a escreveu em decorrência da vívida impressão que lhe causara um filme de 1962 – *Os 300 de Esparta* – ao qual assistira ainda criança. Em 1998, já como um quadrinista de sucesso, Miller retomou a história para criar uma HQ. Depois, um outro filme – *300*, de 2007 – seria realizado, já a partir dos próprios quadrinhos de Frank Miller. É instigante verificar que esta HQ se originou de um filme, para mais tarde dar origem a outro filme, o que ilustra a íntima relação que se expressa entre a HQ e o Cinema.

Existem inúmeros exemplos de ‘histórias ficcionais com fundo histórico’. Uma das séries mais conhecidas são os quadrinhos de Asterix¹⁵. Esta série foi criada em 1959 por Albert Uderzo (1927-2020) e René Goscinny (1926-1977), e seu fundo histórico é o confronto entre o povo gaulês e o exército do Império Romano, nos tempos do ditador romano Júlio César e de Vercingetorix (80 a.C-46 a.C) – um chefe guerreiro que liderou a grande revolta gaulesa de 52 e 53 a.C. Estas referências são históricas, e também o ambiente de hostilidades que estava estabelecido entre romanos e gauleses¹⁶. Os personagens também são estilizados de acordo com as aparências históricas e costumes que um dia



tiveram os antigos romanos e gauleses: aqueles com seus escudos e prontos a se alinhar de acordo com a formação militar específica típica dos exércitos romanos; estes – os gauleses – com suas vestes coloridas, seus rituais celtas e seus bardos entoando canções no final do dia. Mas as referências – entre várias outras que poderiam ser citadas¹⁷ – encerram-se por aí, e a história se desenvolve a partir de enredos criativos e mirabolantes, com direito a poções mágicas que deixam os gauleses mais fortes, e assim por diante. *Asterix* configura o típico exemplo de HQ inteiramente fictícia com fundo histórico. Não existiu um Asterix, tampouco um Obelix, e nem o druida Panorimiz ou o cantor bardo Chatotorix – para citar alguns dos muitos personagens gauleses que foram criados pelos autores da HQ.

É interessante mencionar que esta HQ – além de produzir uma criativa ficção sobre fundo histórico – também pode ser eficientemente utilizada como fonte histórica para compreender a época em que foi produzida: os anos 1960. Os povos celtas da linha dos bretões e gauleses são referências diretas aos ingleses e franceses do período contemporâneo, assim como os godos militaristas remetem aos alemães. Os bretões apresentam uma polidez cômica que revela o olhar de seu criador francês sobre o formalismo dos ingleses de sua época. Os autores também se divertem com interessantes projeções de sua época sobre o passado histórico inventado para os gauleses: Cleópatra lembra a atriz Elizabeth Taylor, que em 1963 interpretou a imperatriz egípcia no cinema hollywoodiano; e Spartacus tem a aparência de Kirk Douglas, que em um filme de 1960 interpretou o líder da célebre rebelião escrava. Na Bretanha, Asterix e Obelix encontram casualmente quatro bardos que lembram os Beatles. Fora estas projeções voluntárias e humorísticas, uma boa análise historiográfica da série *Asterix* poderia se empenhar em analisar os discursos e informações involuntários, os medos, esperanças e anseios dos franceses das décadas de 1960 e 1970, e das mais recentes. O que nos diz esta bem humorada reconstrução do Império Romano, trazida imaginativamente por estas fontes, acerca dos impérios reais, contemporâneos à sua produção: os dois tentaculares gigantes da Guerra Fria que foram os Estados Unidos e a União Soviética? O que nos falam as viagens de Asterix pelas províncias romanas arrancadas aos povos celtas e germânicos – bretões, hispânicos, lusitanos e godos – sobre os mais recentes anseios de unificação européia? Ou ainda, quem sabe, ao nos debruçarmos sobre um único personagem da obra – como o cantor bardo Chatotorix – o que seria possível vislumbrar, neste cantor desafinado e de voz estridente, acerca das perspectivas musicais que, do nosso tempo, se projetam nestas hilariantes



fontes históricas?

Exemplos importantes no âmbito das 'narrativas historiográficas em forma de HQ' ou das 'análises historiográficas em forma de HQ' têm sido desenvolvidos pela parceria entre a historiadora Lilia Moritz Schwarcz e o quadrinista Spacca. A primeira realização deste encontro autoral foi *D. João Carioca* (2008), e mais recentemente ocorreu a quadrinização da obra *As Barbas do Imperador* (2014) – um livro já bem conhecido da autora. O desafio maior em realizações como esta última, que classificariamos no quadro proposto como 'análise historiográfica em forma HQ', é o de transpor, de maneira simultaneamente adequada e interessante, a linguagem típica do ensaio historiográfico – mais analítica – para a linguagem-HQ. Enquanto isso, já a 'narrativa historiográfica' propriamente dita encaixa-se mais com o que já é habitual nas HQs: o desenvolvimento de um discurso narrativo que desfia uma história que pode ser lida em fluxo direto pelo leitor da HQ¹⁸.

De resto, para um conjunto de reflexões sobre as possibilidades de que uma HQ represente o vivido histórico, é oportuno observar que os exemplos citados também se encaixam com a modalidade das 'biografias' – e, de fato, estas sempre podem ser vistas como casos particulares das narrativas historiográficas. Por fim, mais uma vez, podemos lembrar que o rigor e cuidados historiográficos utilizados pelo autor-historiador, e o seu vínculo restrito à história bem conhecida e documentada, é o que vai fazer com que uma determinada realização de HQ-História penda mais para a 'narrativa historiográfica' ou para a 'dramatização livre de processo histórico' – esta última dando-se ao direito de fazer concessões em favor das questões estéticas ou permitindo uma abertura mais significativa para uma maior presença da imaginação.

Vale ressaltar que a utilização do modelo historiográfico propriamente dito, à maneira dos historiadores, não precisa ser necessariamente prerrogativa dos historiadores profissionais. Um bom quadrinista, uma vez que tenha se aproximado do fazer histórico adequado – atento às fontes e aos parâmetros aceitos pelos historiadores profissionais – pode lograr sucesso de um ponto de vista historiográfico. Também podem ser utilizados os recursos ficcionais como mediadores da narrativa, sem prejuízo da seriedade historiográfica da obra. E em outros casos este recurso pode conduzir à modalidade da obra de ficção com fundo historiográfico, mas com um ambiente histórico tão bem trabalhado que dificilmente acarretaria críticas do ponto de vista da historiografia profissional. Um exemplo interessante é a obra do quadrinista André Toral (1999): *Adeus, Chamigo Brasileiro – uma história da Guerra do Paraguai*. A preocupação do



autor em não se afastar da órbita da historiografia é clara, e ao final do álbum, depois de encerrado o trabalho com a linguagem HQ, ele acrescenta um texto que discute a conexão de fatos que levaram à Guerra, e as conseqüências desta. O mesmo quadrinista André Toral, para dar mais um exemplo de HQ-História, investe em outra oportunidade na já mencionada 'Ficção com Fundo Histórico'. Trata-se da obra *Os Brasileiros* (2009), uma série de sete narrativas fictícias – mas com rigoroso fundo histórico – que problematiza criativamente a relação histórica entre indígenas e europeus, desde o século XVI. É interessante percebermos como o quadrinista captou o espírito da moderna historiografia, que sempre trabalha com problemas históricos bem definidos, e não apenas com a mera exposição de fatos¹⁹.

A convergência mais direta entre a narrativa historiográfica e a narrativa quadrinística não é uma novidade das últimas décadas, certamente. Apenas para dar o exemplo do Brasil, entre 1959 e 1962 a Editora Brasil-América (EBAL) – uma das indústrias de quadrinhos pioneiras neste país – colocou em circulação a série *História do Brasil em Quadrinhos*, ilustrada pelo desenhista e artista plástico Ivan Wash Rodrigues (1927-2007) – um artista que sempre teve a preocupação em unir a linguagem-HQ a outras, como a linguagem literária e a própria linguagem historiográfica (RODRIGUES, 1959-1962). Poderíamos seguir adiante, e mencionar outros países que já se valem da convergência HQ-História para criar obras didáticas abordando a história nacional. É o caso da antiga série que narrava, em bandas de HQ, as aventuras atribuídas a heróis nacionais. Em algumas delas temos o híbrido entre o elemento de ficção utilizado como recurso discursivo, e a narrativa historiográfica propriamente dita. É o que se dá com *O Caminho do Oriente* (1946-1948), que relata os feitos marítimos de Vasco da Gama valendo-se da narrativa de um personagem fictício – um garoto que fazia parte da tripulação do navegador português²⁰. A novidade mais recente, talvez se possa dizer, é que os próprios historiadores, por iniciativa própria, é que estão indo à linguagem-HQ. Assim, se os quadrinistas já vinham elegendo temáticas históricas para a criação de roteiros de HQ, os historiadores apenas mais recentemente parecem ter se dado conta da riqueza que pode existir na convergência entre as duas linguagens.

No 'Quadro 2' também mencionei uma importante tarefa que pode ser cumprida pela HQ-História com relação a um tipo de trabalho que apresenta significativa relevância historiográfica: a 'Exposição-HQ de Fontes Históricas'. Quis me referir, com esta expressão mais sintética, à possibilidade de o quadrinista ou o historiador expor fontes históricas com recursos HQ, ou



ainda de dramatizar fontes históricas, se for o caso. O desenhista Newton Foot (c2023), por exemplo, elaborou uma versão HQ das *Cartas Chilenas* de Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) – um poema satírico que o poeta inconfidente desfecha contra o governador Cunha de Meneses, ao qual se opunha politicamente. Historiadores e quadrinistas poderiam trabalhar, conjuntamente ou separadamente, para realizações em HQ que expusessem diferentes tipos de fontes históricas nesta linguagem, e isto também seria uma contribuição importante para a historiografia.

Gostaria de acrescentar, para finalizar esta seção, que quando a realidade histórica abordada pelo quadrinista – seja para elaborar uma narrativa mais propriamente historiográfica, seja para desenvolver uma ficção sobre fundo histórico, ou ainda quaisquer dos outros tipos de representação historiográfica que acabamos de comentar – tem-se a possibilidade adicional de que a realização-HQ dialogue com o Tempo Presente. A História do Tempo Presente compartilha um espaço de interesse com o Jornalismo, e por isso não tardaria que surgissem também preciosos trabalhos de jornalismo em forma de HQ, como é o caso das obras de quadrinista-jornalista Joe Sacco (n.1960) sobre temáticas contemporâneas importantes como as tensões e conflitos na Palestina ou a tragédia de Sarajevo²¹. O jornalismo em forma de HQ, e a História do Tempo Presente expressa em forma de realização-HQ, são possibilidades particularmente promissoras para a arte seqüencial.

Já mencionamos as possibilidades autobiográficas da HQ e a sua capacidade de dialogar com a realidade histórica e cotidiana vivida no tempo presente, sendo a *graphic novel Maus*, de Art Spiegelman (1948-), uma realização pioneira²². São também realizações-HQ que produzem uma representação autobiográfica da história de vida algumas das obras da quadrinista Marjane Satrapi – artista gráfica nascida no Iran²³. Sua obra magna – *Persépolis* – evoca através do título a antiga capital do Império Persa, que hoje corresponde ao Iran moderno, e é uma realização autobiográfica (em certo sentido, como toda autobiografia, também uma autoficção)²⁴.

O seu valor para a representação historiográfica do tempo presente e dos períodos recentes da história contemporânea vê-se particularmente enriquecido porque a autora relata a sua história de vida – abarcando desde o período da infância até o início da idade adulta – em um período que revela o momento anterior, a transição e o momento seguinte à Revolução Iraniana, ocorrida em 1979. Como se sabe, o Iran do período anterior à Revolução Iraniana era uma república autocrática favorável ao diálogo (ou mesmo sujeição) ao sistema de



países dominantes do chamado Ocidente. Seu governante, o Xá Rezza Pahlevi (1919-1980), foi deposto em 1979 e substituído pelo Aiatolá Khomeini (1902-1989), que encabeçou a instalação de um governo teocrático que pode ser compreendido como um fundamentalismo islâmico. Migrando para Viena após a Revolução Iraniana, e posteriormente – após um retorno ao Iran – optando por um exílio definitivo na França, a realização-HQ de Marjani Satrapi também possibilita não apenas contrastar o Iran pró-ocidental de Pahlev com o Iran da revolução teocrática de Khomeini, mas igualmente mostrar a vida de uma mulher islâmica em um terceiro ambiente, o exílio em um país do chamado “ocidente”²⁵.

Em decorrência da riqueza proporcionada pelo confronto e contraste entre diferentes momentos e ambientes históricos no Tempo Presente, a realização-HQ de Marjane Satrapi tanto se presta à possibilidade de ser trabalhada como objeto histórico, fonte histórica, como à possibilidade de ser abordada como meio de representação do vivido histórico. É uma obra autobiográfica, mas também de autoficção biográfica. Por iluminar um encontro de culturas, inúmeros problemas historiográficos podem ser trabalhados pelo historiador, a partir desta obra. Em sua vivência como criança no Iran phaleviano, podemos estudar o impacto da influência do Ocidente em culturas islamizadas, seja no que concerne às suas assimilações, como às resistências. Na vivência da personagem como migrante islâmica em países como a Áustria ou a França, iluminam-se os problemas atinentes à xenofobia e ao racismo, bem como à resistência do migrante islâmico contra estes preconceitos e práticas sociais. Os problemas de identificação e desidentificação também ali estão, assim como as questões que dizem respeito à mulher e à dimensão de gênero – cumprindo notar ainda o papel importante de Marjani Satrapi como quadrinista-mulher de projeção internacional, em um universo de realizações artísticas que é muito habitado e percorrido pelo quadrinista-homem. Os problemas historiográficos pertinentes à história das religiões – aos fundamentalismos e conservadorismo, à cultura material religiosa, às práticas sociais, ao papel dos gêneros nos sistemas religiosos – também ali estão, acessíveis ao historiador capaz de se aproximar criticamente desta realização-HQ.

Na verdade, sob o prisma da criação historiográfica a cargo do historiador, estes diversos problemas e contextos podem se entrecruzar e se combinar de diversas maneiras. Como a revolução iraniana afetou o universo feminino? Ao mesmo tempo, como a xenofobia e a incompreensão da alteridade afeta as mulheres no contexto de migração e (des)enraizamento nos países ocidentais



que acolhem ou resistem ao acolhimento destes migrantes? O que é ser feminista, ou lutar pela liberdade feminina, nestes mundos que se entrelaçam e nestes tempos que contrastam de forma tão emblemática? De igual maneira, as questões geracionais ali estão, e podemos nos perguntar o que é ser jovem nestes mesmos contextos, e, em mais uma combinação possível, o que é ser uma jovem mulher. Adentram um cenário possível de análise os aspectos relativos à sexualidade, à rebeldia e ao uso das drogas, assim como a possibilidade de alternativas radicais como as tentativas de suicídio para escapar de problemas sociais, geracionais e existenciais – sendo todos estes temas aprofundados por Marjane Satrapi na sua narrativa autobiográfica em forma de HQ.

As dimensões da política, da cultura, da economia e da partição social em gêneros podem se combinar e se entrelaçar, nestas possíveis análises historiográficas e sociológicas, de múltiplas maneiras. As questões mais propriamente historiográficas também interagem neste campo de possíveis problemas e combinações de problemas. O que é construir uma obra autobiográfica, que concomitantemente também termina por ser uma obra de autoficção, tal como ocorre com as autobiografias de maneira mais geral? E como deve o historiador, no seu empenho de análise crítica, lidar com este tipo de realização-HQ autobiográfica?²⁶

A HQ como objeto para a História

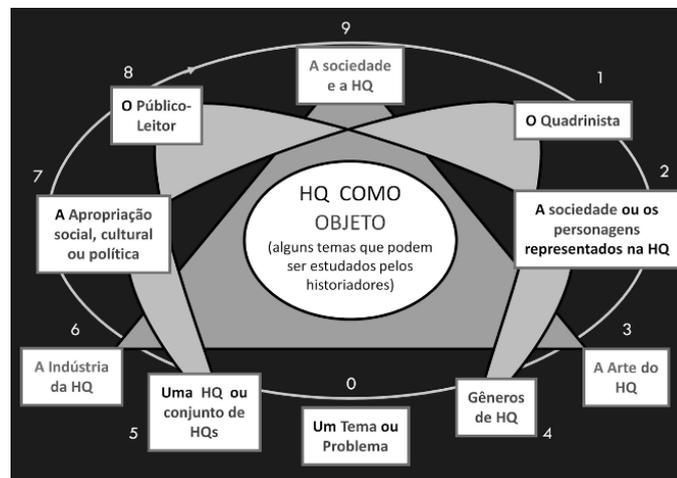
Nos próximos parágrafos, pretendemos discutir que aspectos e temáticas podem ser estudados – pelos historiadores e outros pesquisadores – quando examinamos a HQ como objeto histórico ou como produto cultural e social que nos oferece uma temática específica para estudo. Neste caso, podemos lembrar mais uma vez que – quando falamos na HQ como objeto histórico – estamos nos referindo ao que a HQ nos oferece como possibilidades temáticas para aqueles que estão interessados em estudar diretamente a HQ, como um fim em si mesmo. Já vimos que esta situação difere daquela em que tomamos a HQ como ‘fonte histórica’ – isto é, como um caminho para estudar outras coisas (aspectos econômicos, culturais, sociais ou quaisquer outros que possam ser acessados através da HQ). Se aqui, no uso da HQ como fonte histórica, estudamos algo *através* da HQ, já quando temos em vista a ‘HQ como objeto histórico’ nosso interesse central e último é a própria HQ. A diferença é sutil, mas importante: qual o papel central que a HQ ocupa em seu trabalho: como



fonte, ou como objeto? Neste momento, refletiremos sobre o estudo da HQ como *objeto*.

O ‘Quadro 3’ procura esquematizar alguns aspectos que podemos ter em vista quando nos aproximamos da HQ como ‘objeto histórico’ ou temática de estudo²⁷. O esquema complexo proposto apresenta duas figuras superpostas: um triângulo de fundo, e uma figura de seis pontas superposta a este triângulo. Vamos considerar que o triângulo de fundo apresenta três dimensões centrais que precisam ser bem compreendidas quando estamos diante de uma HQ, de um conjunto de HQs ou da temática-HQ que desejamos tomar para estudo.

Quadro 3 - A HQ como objeto histórico



Fonte: O autor.

A primeira coisa que devemos ter em mente é que a HQ é simultaneamente uma Arte, uma indústria e uma prática cultural/social. Nas três pontas do triângulo de fundo representamos esta importante tríade: a Arte da HQ (3); a Indústria da HQ (6) e a relação ‘Sociedade-HQ’ (9). A HQ, nos tempos atuais, é constituída por cada uma destas coisas, e também pelas combinações possíveis entre elas. A indústria da HQ se combina à arte da HQ para oferecer à sociedade uma forma cultural que a mobilizará, comoverá, entreterá, produzirá emoções artísticas, e assim por diante. Mas, inversamente, a Arte-HQ, analisada historicamente, gerou uma indústria, e a cada dia retroage sobre ela. Enquanto isso, nada disso – as diversas facetas da Indústria da HQ ou a própria Arte-HQ – existiria se isto não fosse demandado pela própria sociedade que a produziu. Estes três aspectos – Sociedade, Arte e Indústria – ou esta tríade acórdica, se quisermos falar nestes termos, estão na base de tudo o que podemos estudar

José D'Assunção Barros
HQ-História: as relações da HQ como agente histórico,
meio de representação da História e objeto histórico



quando abordamos a HQ como objeto histórico, e também as suas combinações possíveis.

Nas outras pontas desta figura temos alguns aspectos importantes que decorrem destas três dimensões que dão à HQ os contornos de uma Arte, uma Sociedade e uma Indústria. Um pesquisador, ao se aproximar da HQ como objeto, pode dirigir sua atenção central para algum destes aspectos e suas combinações. É muito comum, por exemplo, que um historiador ou pesquisador esteja interessado em estudar determinado 'personagem' ou então a 'sociedade' que é representada na HQ (2). Por exemplo, podemos estar mais diretamente interessados em estudar o personagem Batman ou a sociedade que, nesta HQ, é exposta através da sociedade imaginária Gotham City. Podemos associar inúmeros problemas históricos ao interesse em estudar *como* são produzidos e como aparecem na HQ, e *por que*, estas representações humanas – seja de personagens ou de um ambiente social. Situei esta possibilidade entre os dois vértices triangulares da 'Sociedade' e da 'Arte-HQ', por considerar que os personagens criados por um quadrinista, e os ambientes que os envolvem, são produzidos no encontro entre uma arte e uma sociedade.

Os personagens representam algo da sociedade – sejam representações realistas ou criações francamente imaginárias. Podem encarnar os medos e as esperanças que existem na sociedade que os gerou através do quadrinista, podem ser expressões das emoções e formas de pensar típicas desta sociedade, podem ser produtos de muitas relações cuja tarefa do pesquisador é precisamente a de descobri-las. Deste modo, um personagem de HQ é resultado do encontro entre as dimensões artística e social da HQ. É claro que nele também pode ressoar uma indústria que lhe dá os contornos através da viabilização de um produto que será oferecido ao público-leitor através de um produto específico que é o exemplar de HQ ao qual este público terá acesso. Mas é justo situar os personagens de uma HQ, em nosso esquema, na linha de encontro entre a Arte que produz o personagem e a Sociedade que ele representa e à qual ele retorna para despertar as mais diversas emoções e ações.

De maneira igualmente compreensível, na mesma linha de encontro entre os vértices da Sociedade e da Arte temos a figura do Quadrinista (1). O Quadrinista é um artista, mas também um indivíduo inserido dentro de uma sociedade. Muitos pesquisadores, ao se aproximarem da HQ como objeto de estudo, interessam-se em estudar este sujeito real que é o quadrinista. Utilizamos a palavra 'quadrinista' como categoria mais ampla que inclui os desenhistas, autores, criadores de HQs, e toda uma sorte de diferentes artistas e técnicos



que podem atuar de maneiras diversificadas na produção de uma série de HQs, por exemplo. A motivação de um pesquisador pode ser a de estudar este indivíduo que criou uma HQ – ou que participou do processo de sua criação. Em um momento anterior, lembramos, a título de exemplo, a HQ *Maus*. Ao nos aproximarmos historiograficamente desta HQ, podemos estar interessados em estudar os diferentes personagens que foram criados para representar uma sociedade histórica que é trazida ao centro da cena-HQ por Art Spiegelman, seu criador, ou podemos estar interessados em estudar o próprio quadrinista como indivíduo criador inserido em uma sociedade que o envolve. É muito interessante ter em vista que tanto os personagens de uma HQ como o quadrinista que os criou estão relacionados à sociedade que os envolve neste processo de criação da HQ. Um quadrinista não cria uma realização-HQ sozinho, desligado de tudo: ele a cria no interior de uma sociedade, representando esta sociedade voluntária ou involuntariamente, mas também sendo interferido a todo instante por esta mesma sociedade e pela sua história.

Continuando a explorar o nosso esquema de possibilidades, iremos encontrar ao lado do vértice ‘sociedade’ a figura do ‘público-leitor’ (8). Os leitores também podem fazer parte da mesma sociedade que envolve o quadrinista ou os criadores da HQ. Pode ocorrer, ainda, que os leitores – ou alguns setores de leitores da HQ – façam parte de outras sociedades que contém pessoas que se identificaram, por motivos diversos, com a HQ produzida. Leitores brasileiros lêem quadrinhos produzidos nos Estados Unidos e no Japão, e em diversos outros países, e não apenas os quadrinhos que foram produzidos no Brasil. Como e por que isto ocorre, é tarefa dos pesquisadores e historiadores analisarem. Tal como também ocorre com o Cinema, a Literatura, as Artes visuais e outras formas artísticas de expressão, as HQs podem ser reapropriadas por novos e diferentes circuitos-leitores. Isso não se dá por acaso. Pode ocorrer, por um lado, um trabalho de divulgação através do qual a Indústria da HQ obtém sucesso em difundir a HQ em uma sociedade no interior da qual ela não foi originalmente produzida, mas também pode ocorrer que a HQ tenha sido reapropriada porque ela tem muito a dizer às novas sociedades que a acolheram. Mas, sobretudo, de acordo com as mais modernas teorias da recepção e os mais novos enfoques associáveis à História Cultural, devemos considerar sempre que o ato de leitura é um ato criador.

O leitor da HQ não é polo passivo. O ato de ler é um ato criador à sua maneira. Os leitores de HQ se apropriam, de diferentes maneiras, dos personagens e das histórias que lhes chegam às mãos, como também o fazem os espectadores



de Cinema e os leitores de Literatura. Por isso, muitas vezes (ou sempre) a própria Indústria que produz a HQ procura antecipar as tendências de recepção de uma realização-HQ, ou para ampliar seus lucros nas vendas, ou para se relacionar dialeticamente com estas tendências de recepção da HQ impondo-lhe novas direções. Neste sentido, conforme também assinalamos no esquema proposto, os historiadores e pesquisadores também podem estudar as diferentes apropriações sociais, culturais e políticas das HQs (7).

O produto direto da Indústria de HQs é constituído pelas diferentes realizações-HQs. Estas – sob a forma de uma HQ específica ou de um conjunto de HQs – podem configurar o interesse mais direto do pesquisador (5). Podemos estudar com uma análise densa uma única realização-HQ relacionada ao personagem Batman, dentro de um contexto histórico específico, ou examinar em um arco mais amplo as várias transformações que foram se verificando no interior ou entre as distintas séries da HQ Batman, desde a sua criação e até os tempos atuais. Ou podemos escolher o exame de uma única destas séries, e fazer com que incida sobre ela certo problema histórico. Dando a volta em nosso esquema visual, e nos aproximando mais uma vez do vértice ‘Arte’, podemos lembrar que existem diversos gêneros de HQ (4), conforme já dito.

O esquema que foi proposto é simultaneamente onipresente e circular, e não possui pontos mais importantes do que outros, podendo cada um deles atrair o interesse do pesquisador, que também pode estar interessado nas relações entre estes aspectos. Podemos combinar o estudo de um ‘personagem’ de HQ e de sua recepção leitora estudando as diferentes reapropriações e identificações, ou os diferentes sentimentos que relacionam este personagem e seus leitores. Podemos examinar este personagem do ponto de vista das distintas reapropriações políticas que o mobilizaram para outras finalidades, como ocorreu com o exemplo do personagem V e sua reapropriação política. É possível combinar diferentes pontos do esquema, para representar o que pode ser feito em termos de estudos de HQs como objetos históricos ou como objetos de estudo para as ciências humanas.

Também se deve entender que os diversos itens propostos se desdobram por dentro. Quando nos aproximamos da HQ como Arte (vértice 3), devemos ter em vista que esta arte mobiliza uma certa linguagem, uma diversidade de estratégias discursivas, diferentes modos de fazer e produzir o objeto artístico. Quando nos aproximamos da HQ como indústria (6), devemos entender que esta abrange diferentes tecnologias de produção, diversos recursos de divulgação, inúmeras estratégias de vendas. Diferentes sujeitos também encontram seu



lugar nesta indústria: não apenas os quadrinistas e os leitores, já comentados, mas também os produtores, donos de empresas, vendedores, críticos, técnicos de todos os tipos, e mesmo os jornaleiros a cujas bancas as realizações-HQ vão ter antes de chegar aos leitores. Uma diversificada rede humana articula a Indústria de HQ (6) e a Sociedade que a acolhe (9). O objetivo do ‘Quadro 3’ foi apenas o de ilustrar um vasto campo de possibilidades quando temos em vista a utilização da HQ como objeto histórico.

A HQ como fonte histórica

Se a HQ pode ser tratada como objeto historiográfico – ou como temática a ser examinada mais diretamente em outros campos de estudos – ela também pode ser abordada como fonte histórica. Podemos, através das realizações-HQs específicas – os diversos quadrinhos, tirinhas e cartuns, em sua especificidade – estudar coisas diversas, que não necessariamente a própria HQ em si mesma. A política ou a economia de uma sociedade, ou a sua cultura, os modos de pensar de seus habitantes, e assim por diante, podem se tornar visíveis através das HQs. Podemos estudar estes sistemas políticos e econômicos, estas culturas e mentalidades, através das HQs. Podemos estudar estas dimensões – e aspectos mais específicos a elas relacionados – através das HQs, mas também através de um conjunto maior de fontes que inclua as HQs. Ou seja, a HQ não é o ponto de chegada – que é o que temos quando uma determinada realização-HQ torna-se o nosso objeto de estudo – mas sim um caminho. Metaforicamente falando, ser um ponto de chegada ou ser um caminho é a diferença entre ter a HQ como objeto ou tratá-la como fonte histórica. As duas coisas, é claro, também podem ocorrer concomitantes, pois posso ter como ponto de chegada um estudo sobre uma HQ, mas também utilizar a própria HQ – uma realização-HQ específica – como principal caminho-fonte para chegar a este fim.

De um ponto de vista metodológico, há um intrincado conjunto de aspectos a serem considerados para o tratamento das HQs como fontes históricas. Apenas para mencionar alguns, poderíamos começar por destacar que as HQs – assim como outros tipos de fontes históricas – precisam ser avaliadas antes de mais nada com relação ao seu lugar de produção (aqueles que produzem a HQ seja como artistas, editores, empreendedores, mas também a própria sociedade, a economia e o mundo político que os envolve). De outra parte, a metodologia deve estar igualmente atenta à sua recepção (as HQs são lidas, consumidas, visam atingir um público e produzir efeitos sobre uma sociedade, e este próprio

José D'Assunção Barros
HQ-História: as relações da HQ como agente histórico,
meio de representação da História e objeto histórico



lugar de recepção também interage com o lugar de produção). Um terceiro âmbito de análises se refere ao próprio conteúdo das HQs: os seus temas e personagens, os aspectos estilísticos, o vocabulário e estratégias discursivas, as diversas linguagens envolvidas (textual e imagética, e a própria especificidade da linguagem mais singular do gênero HQ). Todos estes aspectos, e muitos outros, compõem um conjunto importante de elementos e coordenadas a serem considerados para discorrermos em maior profundidade sobre a HQ como fonte histórica. Certamente que uma reflexão de profundidade sobre este conjunto de aspectos merece um artigo específico, que fica como uma proposta para um momento posterior.

Considerações Finais

As relações possíveis entre HQ e História, como vimos, são muitas, e todas elas envolvem uma complexidade considerável. Como ‘representação da História’, por exemplo, abrem-se muitos caminhos distintos, cada qual com a sua especificidade e redefinindo a articulação entre a realidade histórica trabalhada e a criatividade artística que dá vida à HQ. Muitos gêneros ou modalidades possíveis de representação histórica decorrem do encontro entre a referencialidade histórica e a criação artística em forma-HQ, abarcando desde as livres criações sobre um fundo histórico até as intenções efetivas de realizar, em forma HQ, uma realização historiográfica propriamente dita.

Tomar a HQ como objeto, por outro lado, abre caminho a diversas possibilidades, que poderiam ser representadas por um arco muito grande de alternativas com os estudos que se voltam para o estudo dos personagens, dos quadrinistas, das formas de representar a sociedade, da indústria que produz efetivamente a HQ e a insere em um mercado, da sua recepção através de distintos setores de leitores, da sua interação com a sociedade e com os acontecimentos históricos, e assim por diante. Não menos complexo, como vimos, é tomar a HQ como fonte histórica – seja para analisar a própria realização-HQ como objeto, seja para abordar uma infinidade de problemas históricos possíveis relacionados à política, economia, cultura, imaginário, cultura material, demografia e relações sociais de todos os tipos. Abordar a fonte-HQ implica considerar integralmente a sua produção, conteúdo e recepção, bem como todos os aspectos que vimos na última parte deste ensaio.



Referências

CALLARI, Victor; SANTOS, Márcio Rodrigues. *História e quadrinhos: contribuições ao ensino e à pesquisa*. Belo Horizonte: Letramento, 2021.

CAGNIN, Antonio Luis. *Os quadrinhos: linguagem e semiótica*. São Paulo: Editora Criativo, 2014.

CAGNIN, Antonio Luis. *Os quadrinhos*. São Paulo: Editora Ática, 1975.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa; ASSUMPCÃO, Luis Filipe Bantim; SOUZA NETO, José Maria Gomes de (org.). *História em quadrinhos em perspectiva para o ensino de história*. São João de Meriti: Desalinho, 2020.

CARRIER, Mélanie. Persepolis et les révolutions de Marjane Satrapi. *Belphégor: Littérature Populaire et Culture Médiatique*, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 41-56, 2004.

CHICO, Márcia Tavares. Uma proposta de metodologia para a análise de histórias em quadrinhos. *Cadernos UniFOA*, Volta Redonda, n. 43, p. 121-131, abr. 2020.

CHUTE, Hillary. The texture of retracing in Marjane Satrapi's 'Pesepolis'. *Women's Studies Quaterly*, [s. l.], v. 36, n. 1/2, p. 92-110, 2008.

CIRNE, Moacy. Porque ler os quadrinhos. In: MOYA, Álvaro de; CIRNE, Moacy (org.). *Literatura em quadrinhos no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

COELHO, Eduardo Teixeira. *O caminho do oriente*. Lisboa: Futura, 1980.

DE ANGELIS, Richard. Of mice and vermin: animals as absent referent in art spiegelman's maus. *International Journal of Comic Art (IJOCA)*, [s. l.], v. 7, n 1, p. 230-249, 2005.

D'SALETE, Marcelo. *Angola janga: uma história dos Palmares*. São Paulo: Veneta, 2017.

EISNER, Will. *Narrativas gráficas*. São Paulo: Devir, 2005.

EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FOLKENFLICK, Robert. "Introduction: the institution of autobiography". In: FOLKENFLIK, Robert . *The culture of autobiography: constructions of self-representation*. Stanford: Stanford University Press, 1993. p. 1-20.



FOOT, Newton. *Cartas chilenas de Tomás Antônio Gonzaga: uma história do tempo da Inconfidência*. [S. l.]: Editora Independente, c2023.

GADELHA, Olinto; HEMETÉRIO. *Chibata! João Cândido e a revolta que abalou o Brasil*. São Paulo: Conrad, 2008.

GIFFORD, James Donald; KIDDER, O. U. Alan Moore and anarchist praxis form. In: DIPAULO, Marc (org.). *Working-class comic book heroes: class conflict and populist politics in comics*. Jackson: University Press of Mississippi, 2018.

GROENSTEEN, Thierry. *O sistema dos quadrinhos*. Rio de Janeiro: Marsupial, 2015.

GROENSTEEN, Thierry. Les petites cases du Moi: l'autobiographie en bande dessinée, *9e Art: Les Cahiers du Musée de la bande dessinée*, [s. l.], v. 1, p. 58-69, janv. 1996.

HAAG, Carlos. A nona arte. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n.110, p. 86-89, abr. 2005.

HERGÉ. *Tintim*. [S. l.]: Globo Livros, 2016.

IANNONE, Leila Rentroia; IANNONE, Roberto Antonio. *O mundo das histórias em quadrinhos*. São Paulo: Moderna, 1994.

KOHLI, Puneet. The memory and legacy of trauma in art spiegelman's maus. *Prandium - The Journal of Historical Studies*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-23, 2012. Disponível em <https://jps.library.utoronto.ca/index.php/prandium/article/view/16285>. Acesso em: 19 abr. 2023.

KOUNO, Fumiyo. *Hiroshima – a cidade da calmaria*. São Paulo: JBC, 2010.

LEE, Stan; KIRBY, Jack. Pantera Negra. *Fantastic Four*, [s. l.], n. 52, jul. 1966.

LUYTEN, Sonia Maria Bibe. *O que é história em quadrinhos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARSTON, William Moulton. *Mulher Maravilha*. New York: All Star Comics, 1941.

McCLOUD, Scott. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: Makron Books, 1995.

McGRUDER, Aaron. *The boobdocks: Because I know you don't read the newspaper*. New York: Andrews McMeel Publishing, 2012.

MERCIER, Jean-Pierre. *Autobiographie et bande dessinée, Récits de vies et médias. Actes du colloque des 20 et 21 décembre 1998*, sous la dir. de Philippe



Lejeune. Paris: Université de Paris X (RITM 20), 1999. p. 157-163.

MILLER, Frank. *Os 300 de Esparta*. São Paulo: Devir, 2018.

MITCHELL, William John Thomas. O que as imagens realmente querem. In: ALLOA, Emmanuel (org.). *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

MIZUKI, Shigeru. *Marcha para a Morte*. São Paulo: Devir, 2020.

MOORE, Alan; LLOYD, David. *V de vingança*. Barueri: Panini, 2018.

MOYA, Alvaro de. *História da história em quadrinhos*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NAKAZAWA, Keiji. *Gen: pés descalços*. São Paulo: Conrad, 1999.

PONTES, Suely Aires. Mauschwitz: deslocamentos imaginários. *Imaginário*, v. 13, n. 14, p. 27-41, 2007.

POSTEMA, Bárbara. *Estrutura narrativa nos quadrinhos: construindo sentido a partir de fragmentos*. Petrópolis: Editora Peirópolis LTDA, 2018.

QUELLA-GUYOT, Didier. *A história em quadrinhos*. São Paulo: Loyola, 1994.

RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro; BARBOSA, Alexandre; RAMOS, Paulo; VILELA, Tulio. *Como usar os quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.

RODRIGUES, Ivan Wash. *História do Brasil em quadrinhos*. Rio de Janeiro: EBAL, 1959-1962. 2 v.

RODRIGUES, Marcio dos Santos. *Representações políticas da Guerra Fria: as histórias em quadrinhos de Alan Moore na década de 1980*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Belo Horizonte, 2011.

SACCO, Joe. *Palestina*. São Paulo: Veneta, 2021.

SACCO, Joe. *Playing the land*. New York: Metropolitan, 2021.

SACCO, Joe. *Uma história de Saraievo*. São Paulo: Conrad, 2005.

SACCO, Joe. *Notas sobre Gaza*. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2010.

SACCO, Joe. *Área de segurança: Gorazd e Guerra na Bósnia Oriental*. São Paulo:



Conrad, 2001.

SARACENI, Mario. *The language of comics*. London: Routledge, 2003.

SATRAPI, Marjane. *Persépolis*. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; SPACCA. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Versão em HQ.

SOUSA, Ada Lima Ferreira de. A construção metafórica e metonímica da anarquia na história em quadrinhos V de Vingança. *Signo*, Florianópolis, v. 44, n. 79, p. 96-107, 2019.

SPIEGEL, Art. *Maus*. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2021.

TORAL, André. *Adeus, amigo brasileiro: uma história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

UDERZO, Albert; GOSCINNY, René. *Asterix*. São Paulo: Record, 1983.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. *Quadrinhos na educação*. São Paulo: Contexto, 2009.

WITEK, Joseph. From Mickey to Maus: recalling the genocide through cartoon. *In: WITEK, Joseph. Art Spiegelman: conversations*. Jackson: University Press of

Notas

¹Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. <https://orcid.org/0000-0002-3974-0263>

²Entre estudiosos que, em seus ensaios, empenharam-se em definir HQ, veja-se (EISNER, 1995; EISNER, 2005, p. 5); McCloud (1995, p. 20); Quella-Guyot (1994, p. 64); Cirne (2002, p. 14). Luyten (1987), apenas para citar alguns. De nossa parte, vamos considerar uma definição simples, que nós mesmos elaboramos: “História em Quadrinhos é uma forma de expressão artística de natureza visual-narrativa, formada por sequências significativas de quadros constituídos por imagens desenhadas – e frequentemente combinadas com textos”. Outrossim, a própria discussão sobre a definição de HQ poderia ser objeto de um artigo à parte, assim como um artigo poderia ser escrito sobre os sucessivos empenhos de estudiosos em definir HQ, contrastando-os e relacionando-os com outros gêneros similares.

³Haag (2005); Iannone e Iannone, (1994).

⁴O Ensino de História estabelece com a HQ, aliás, mais uma das importantes relações a destacar, embora os limites deste artigo não nos permitam examinar em maior profundidade esta importante relação. Entre obras recentes sobre HQs e Ensino de História, destacamos também a coletânea *História em Quadrinhos em Perspectiva para o Ensino de História* (CAMPOS; ASSUMPÇÃO; SOUZA NETO, 2020), assim como as obras que ampliam o uso de HQs para o ensino em áreas diversas (VERGUEIRO; RAMOS, 2009;



RAMA *et al.*, 2004).

⁵As HQs conformam uma linguagem complexa (SARACENI, 2003). Por um lado, por constituírem uma arte narrativa, as HQs requerem uma atenção metodológica a este aspecto (POSTEMA, 2018). Por outro lado, as imagens constituem um fator central na linguagem-HQ, o que leva a outros aspectos importantes (MITCHELL, 2015). Da mesma forma, a interação entre a análise de HQs e a Semiótica traz contribuições importantes, como por exemplo as de CAGNIN (1975, 2014). Cada vez mais consolida-se um empenho em disponibilizar aos estudiosos de várias áreas um conjunto de alternativas para a análise de HQs (CHICO, 2020). De igual importância é a compreensão das HQs como realização inserida em um sistema amplo, que inclui uma indústria, uma arte, um circuito de comunicação (GROENSTEEN, 2015).

⁶As HQs do Capitão América – personagem criado por Joe Simon (1913-2011) e Jack Kirby (1917-1994) – são publicadas pela primeira vez em março de 1941, pela Timely Comics (antecessora da Marvel Comics). Desde o princípio o personagem foi concebido como um patriótico super-herói, pronto a enfrentar as potências do Eixo no período da Segunda Guerra Mundial (SIMON; KIRBY, 1941).

⁷A primeira aventura de Tintim – personagem criado pelo escritor belga Hergé (1907-1983) – surge com o álbum *O País dos Sovietes*, no qual os bolcheviques são descritos como personagens maléficos e tirânicos (HERGÉ, 2016). A HQ foi editada pela primeira vez em tirinhas semanais, entre janeiro de 1929 e maio de 1930.

⁸A primeira HQ da Mulher Maravilha – personagem criada pelo psicólogo William Mouton Marston (1893-1947) – aparece pela primeira vez em dezembro de 1941 (MARSTON, 194).

⁹O Pantera Negra – criado em 1966 por Stan Lee e Jack Kirby – foi o primeiro personagem estadunidense de ascendência africana (LEE; KIRBY, 1966). Depois viriam outros, como Falcão (1969), Luke Cage (1972) e Blade (1973).

¹⁰*V – de Vendeta*, com argumento de Alan Moore e ilustrada por David Lloyd, foi publicada em 1982 na revista britânica *Warrior*. Moore alinha-se à perspectiva política anarquista, o que transparece com clareza na série *V de Vingança* – ambientada em um Reino Unido que havia se transformado em uma distopia fascista em um futuro próximo (MOORE; LLOYD, 2018). Na verdade, Moore trabalha com um passado alternativo – uma realidade imaginária e alternativa na qual um partido totalitário havia ascendido ao poder depois de uma guerra nuclear, passando a controlar a Mídia e a sociedade através de uma polícia secreta e a manter campos de concentração para minorias étnicas e sexuais. Do ponto de vista de seu lugar de produção, a série pode ser compreendida à luz do governo conservador de Margareth Thatcher, contra o qual o autor se insurge criativamente. Sobre *V de Vingança* e sua inserção no contexto da Guerra Fria, ver Rodrigues (2011), Sousa, (2019) e Gifford e Kidder (2018).

¹¹A série se divide em três volumes: (1) *Uma história de Hiroshima*. (2) *O Dia Seguinte*, que narra o momento imediatamente posterior à destruição ocasionada pela bomba atômica, e (3) *A Vida Após a Bomba*. A narrativa – embora seja claramente conduzida para a denúncia relativa ao horror infligido a Hiroshima e Nagasaki pela bomba atômica estadunidense – é reapropriada, por outro lado, pelos leitores americanos, no outro lado do Oceano Pacífico. Afinal, o Estado belicista japonês também é criticado na trama.

¹²A HQ *Hisroshima – a cidade da calma* recebeu o Grande Prêmio para Mangás no



Japan Media Arts Festival (2004) (KOUNO, 2010), e o Osamu Tezuka Cultural Prize (2005). Na verdade, a obra original, publicada pela primeira vez em 2004, interconecta duas diferentes histórias de sobreviventes, e seu título completo, abarcando as duas narrativas, poderia ser traduzido como *Cidade de Tardes Calma – País das Cerejeiras*.

¹³Em Português, *Marcha para a Morte* – ambientada no cenário do final da Segunda Grande Guerra e produzida pelo quadrinista Shigeru Mizuki – foi publicada pela Editora Devir (MIZUKI, 2020). Aqui, mais uma vez entrelaçam-se a memória e a historicidade, uma vez que o mangá baseia-se tanto em fatos reais como na experiência vivida pelo seu autor como soldado do Exército Imperial Japonês.

¹⁴*Maus* foi desenvolvido pelo cartunista sueco Art Spiegelman entre 1980 e 1991. Recebeu o prêmio Pulitzer em 1992. A trama desenvolvida por Spiegelman baseia-se em entrevistas realizadas pelo autor com seu pai, e que foi gravada, constituindo uma camada mais profunda de fontes. Para análises *Maus*, ver Spiegel, (2021), Witek (2007), Pontes (2007), De Angelis (2005) e Kohli (2012).

¹⁵As primeiras histórias da série foram publicadas em 1959, na revista *Pilote* – uma revista francesa de quadrinhos que circulou entre 1959 e 1989. O primeiro álbum – *Asterix, o Gaulês* – foi publicado em 1961 (UDERZO; GOSCINNY, 1983).

¹⁶Com este prólogo se iniciam todas as edições das aventuras de Astérix: “Estamos no ano 50 antes de Cristo. Toda a Gália foi ocupada pelos romanos... Toda? Não! Uma aldeia povoada por irreduzíveis gauleses ainda resiste ao invasor. E a vida não é nada fácil para as guarnições de legionários romanos nos campos fortificados de Babaorum, Aquarium, Laudanum e Petibonum”.

¹⁷Cada personagem na HQ *Asterix* evoca os seus deuses conforme o povo ao qual pertence: os gauleses exaltam-se utilizando a expressão celta “Por Tutatis”; já os romanos reverberam “Por Júpiter”. Além disso, os autores se utilizam de recursos gráficos que trazem referências históricas, de modo que as falas dos godos são escritas em letras góticas, e os egípcios falam através de hieróglifos com notas de rodapé.

¹⁸*As Barbas do Imperador*, de Lilia Schwarcz e SPACCA (2014) combina o ensaio historiográfico interpretativo com a biografia propriamente dita, e é este ir e vir entre uma postura analítica do historiador e a narrativa dos fatos o que dá a tônica a toda obra de ‘análise historiográfica’, em contraste com a ‘narrativa historiográfica’ mais direta.

¹⁹Poderíamos seguir com novos exemplos, como duas HQs que retratam processos históricos bem conhecidos da História do Brasil: *Chibata! João Cândido e a revolta que abalou o Brasil*, de Henetério e Olinto Gadelha (GADELHA; HEMETÉRIO, 2008) e (D’Salete, 2017).

²⁰A obra foi elaborada por Eduardo Teixeira Coelho e Raul Correia e publicada, em tirinhas de HQ, na revista portuguesa *O Mosquito*, entre 28 de agosto de 1946 e 30 de junho de 1948. Também em forma de tirinhas, esta realização HQ foi reeditada pelo *Jornal do Cuto*, entre 25 de novembro de 1972 e 15 de maio de 1974. Mais tarde, a Editora Futura, de Portugal, relançou a obra integral em seis álbuns, já na década de 1980 (COELHO, 1980).

²¹As principais obras de Joe Sacco sob a forma de HQ-jornalístico foram as *Graphic Novels Área de Segurança: Gorazd* (2001), uma História de Sarajevo (2005), e as duas partes de sua premiada HQ sobre a Palestina (1996) – *Palestina: uma nação ocupada e Palestina*



Mississippi, 2007, p. 81-94. As últimas Graphic Novels basearam-se na trajetória real de Sacco em uma cobertura jornalística que o levou de Jerusalém à Faixa de Gaza, e que o permitiu investigar e retratar tanto o lado israelense como o lado palestino deste tenso campo de conflitos (SACCO, 2001, 2005, 2010, 2021).

²²A Graphic Novel é um gênero de HQ onde é desenvolvida uma narrativa de extensão mais longa e de maior complexidade e densidade narrativa. Poderia ser comparada aos romances da Literatura em prosa – e, de fato, a Graphic novel poderia ser adequadamente traduzida como um ‘romance gráfico’.

²³Marjane Satrapi (1969). Além de ilustradora e romancista gráfica, é cineasta e escritora. Foi a primeira iraniana a produzir realizações-HQ, e ao mesmo tempo é uma das mulheres quadrinistas mais famosas no mundo. Sua série-HQ intitulada *Persépolis* depois recebeu dela mesma tratamento de animação e alçou a posição de indicada ao Oscar (SATRAPI, 2007). A autora pertencia a uma alta classe média em seu país, e inclusive uma descendência da dinastia Qatar do Iran. / Sobre a obra de Satrapi, ver Carrier (2004) e Chute (2008).

²⁴Sobre Autobiografia, ver Folkenflick (1993), Groensteen (1996), Mercier (1999).

²⁵A primeira graphic novel – *Persépolis: história de uma infância* – relata a vida de Marjane Satrapi como criança e pré-adolescente que viveu os acontecimentos da Revolução Iraniana, com sua imposição na mudança de costumes. Já *Persépolis 2: a História de um retorno* – que dá prosseguimento à narrativa autobiográfica – relata a vida da autora como colegial em um colégio em Viena (Áustria), relatando depois o retorno ao Iran, no período que precede sua migração para a França.

²⁶As realizações-HQ de Art Spiegelman (*Maus*) e Marjane Satrapi (*Persépolis*), são exemplos de uso da trajetória autobiográfica (e autoficcional) para a abordagem de problemas e combinações importantes de problemas na história contemporânea. Também as narrativas puramente ficcionais podem ser utilizadas pelo quadrinista para fins análogos de representar a realidade vivida. É o caso, por exemplo, da série de tiras de HQ concebida e desenhada a partir de 1996 por Aaron McGruder (2012), com o título *The Boondocks*.

²⁷Os diversos aspectos indicados podem se tornar objetos para o estudo historiográfico. Mas é importante acrescentar que obras de pesquisa mais panorâmicas podem se dedicar ao próprio estudo de uma grande história da HQ a exemplo de (MOYA, 1994).

Inmigración, analfabetismo y escolarización común en el departamento Villaguay, Entre Ríos (1895-1914)¹

Inmigration, illiteracy and common schooling in the department Villaguay, Entre Ríos (1895-1914)

Imigração, analfabetismo e escolarização comum no departamento Villaguay, Entre Rios (1895-1914)

Ana María Ferreyra²
Janet Priscila Cian³



Resumen: Este estudio de caso refiere acerca de la relación entre inmigración, escolarización y alfabetización en un departamento de la provincia argentina de Entre Ríos entre 1895 y 1914. Durante ese período la provincia entrerriana fue teatro de políticas públicas que estimulaban la colonización agraria y el departamento bajo análisis, Villaguay, tuvo la particularidad de atraer a una importante masa de inmigrantes judíos de Ucrania, por entonces bajo el régimen zarista. Este proceso fue organizado por la *Jewish Colonization Association* e impactó fuertemente en el departamento, entre otros aspectos, en el educativo al brindar casi la mitad de la oferta escolar en la jurisdicción durante el período. Mediante las cédulas censales de 1895 realizamos una evaluación sociodemográfica de las migraciones y su relación con la alfabetización de la población sobre la que se aplicarán una serie de políticas públicas educativas. A partir de estadísticas provinciales hemos seguido la evolución de la implantación de las políticas y con los datos publicados del censo de 1914 podemos inferir una evaluación de los resultados y advertir las tensiones entre el estado provincial y el nacional por la lectura de los mismos

Palabras clave: analfabetismo; demografía; inmigración; escolarización común; departamento de Villaguay.

Abstract: This case study concerns the relationship between immigration, schooling and literacy in a department of the Argentine province of Entre Ríos between 1895 and 1914. During that period the province of Entre Ríos was the theater of public policies that stimulated agrarian colonization and the department under analysis, Villaguay, had the particularity of attracting an important mass of Jewish immigrants from Ukraine, at that time under the tsarist regime. This process was organized by the Jewish Colonization Association and strongly impacted the department, among other aspects, in the educational sector by providing almost half of the



educational offer in the department in the period. Through the census records of 1895 we carry out a sociodemographic evaluation of migrations and their relationship with literacy on the population on which a series of educational policies will be applied. From provincial statistics we have followed the evolution of the implementation of policies and with the published data of the 1914 census we can infer an evaluation of the results and notice the tensions between the provincial and national state by reading them.

Keywords: illiteracy; demography; immigration; common schooling; department of Villaguay.

Resumo: Este estudo de caso refere-se sobre a relação entre imigração, escolarização e alfabetização em um departamento da província argentina de Entre Ríos entre 1895 e 1914. Durante esse período a província entrerriana foi teatro de políticas públicas que estimulavam a colonização agrária e o departamento sob análise, Villaguay, teve a particularidade de atrair uma importante massa de imigrantes judeus da Ucrânia, então sob o regime czarista. Este processo foi organizado pela Jewish Colonization Association e teve um grande impacto no departamento, entre outros aspectos, na educação, oferecendo quase metade da oferta educacional no departamento no período. Mediante as cédulas censais de 1895 realizamos uma avaliação sociodemográfica das migrações e sua relação com a alfabetização sobre a população sobre a que se aplicará uma série de políticas públicas educativas. A partir de estatísticas provinciais temos seguido a evolução da implantação das políticas e com os dados publicados do censo de 1914 podemos inferir uma avaliação dos resultados e advertir as tensões entre o estado provincial e o nacional pela leitura dos mesmos.

Palavras-chave: iliteracia; demografía; imigração; escolarização comum; departamento de Villaguay.



Introducción

Una tesis consolidada en la historia de la educación argentina sostiene que la organización del sistema educativo nacional tuvo una función esencialmente política (TEDESCO, 1986). En este sentido, la escolarización común se constituyó en un propósito central para la formación del *ciudadano* y, de este modo, asegurar cierta homogeneidad cultural y estabilidad política en un país que recibió una elevada tasa de inmigración ultramarina, que duplicaba con creces al resto de los países latinoamericanos, y cuyas élites políticas locales pretendían insertar al país en la economía capitalista como proveedor de materias primas de origen agropecuario.

Para llevar adelante tal propósito, la expansión escolar estatal común quedó a cargo de las provincias, según se dispuso en la Constitución Nacional de 1853 sancionada, bueno es recordarlo, en la Confederación Argentina y con el Estado de Buenos Aires escindido. Este principio, como tantos otros, fue mantenido después de Pavón y sostenido por la Ley N° 1420 del año 1884⁴. El Estado Nacional por su parte, legislaría sobre la población de la Capital Federal y los Territorios Nacionales. Mediante esta política pública se pretendía revertir las elevadas tasas de analfabetismo que presentaba la población y, además, reducir la presencia de propuestas educativas de comunidades inmigrantes— que podían ser de carácter religiosa, benefactora o estrictamente privada— y que jaqueaban la ilusión de producir una homogeneidad cultural en un país moderno. No obstante, este diagnóstico compartido por números estudios, se ha enriquecido en las últimas décadas con la producción de trabajos que matizan estos propósitos y exponen las disputas y los conflictos con las comunidades originarias e inmigrantes que tal proceso suscitó en provincias y territorios nacionales (ARTIEDA *et al.*, 2015; ASSANEO, 2019; BILLOROU, 2017; CAMMAROTA, 2020; NICOLETTI; NAVARRO FLORIA, 2004; PIERINI 2016; ZAIDENWERG, 2016). En virtud de esto, se ha podido reconstruir un panorama escolar diverso que nos muestra los avances, las tensiones y dificultades que este proceso tuvo en las distintas escalas.

Para el caso de Entre Ríos, un ejemplo lo constituyen los estudios sobre lo acontecido en las colonias agrícolas de inmigrantes alemanes provenientes de la región del Volga y las colonias israelitas fundadas por la *Jewish Colonization Association*⁵ (CARLI, 1993; LÓPEZ, 1999; OSSANA, 2011). En estos trabajos detectamos la trama de conflictos suscitados entre el Estado y la sociedad civil y, en consecuencia, los mecanismos de intervención estatales diseñados



para garantizar cierta alfabetización mínima y la incorporación de los signos y los rituales necesarios para constituir un sentido de pertenencia común. Si bien estos trabajos nos permiten conocer de forma general, qué sucedió en las unidades subnacionales, queda aún por examinar cómo se expresó tal situación en escalas administrativas subprovinciales, es el caso de los partidos o departamentos de una provincia.

Por consiguiente, en este artículo nos propusimos realizar un análisis clínico de un universo restringido a un *departamento* de Entre Ríos (estructura administrativa utilizada por la provincia). En efecto, hemos ido reconstruyendo las características socio demográficas y de alfabetización del departamento Villaguay, uno de los catorce departamentos en que se encontraba estructurada la provincia durante el período de análisis. Éste comprende el lapso de apenas 19 años transcurridos entre el segundo y tercer censo nacional. Para el segundo censo nacional (1895) hemos podido utilizar las cédulas censales donde consta la declaración de alfabetización del censado junto a otra serie de indicadores. Para el tercer censo nacional (1914) no se han conservado las cédulas censales y hemos tenido que trabajar con los datos publicados. Además, se consultaron estadísticas elaboradas por la provincia de Entre Ríos, el “Censo escolar nacional y provincial”, las Memorias de la Dirección General de Enseñanza de Entre Ríos y los Mensajes de Gobernadores. En tal sentido, junto con la información sociodemográfica hemos explorado cómo se desarrolló la intervención estatal provincial para garantizar la expansión de la escolarización común en dicho territorio.

Para la realización de este artículo combinamos los aportes provenientes de distintas perspectivas teóricas: el estudio de las políticas públicas a escala subnacional, la demografía histórica y la historia regional. En pos de lograr un análisis holístico de la problemática planteada, adoptaremos lo que Kathleen Knafl y Bonnie Breitmayer, J. (1991) denominan como triangulación metodológica. Es decir, proponemos la utilización de una combinación de técnicas cuantitativas y cualitativas, como la forma más adecuada para abordar los procesos sociales a estudiar, desplazándonos de la teoría de “la unidad del método” y con el fin de obtener una aproximación más acabada y explicativa de los procesos del pasado.⁶ La selección del departamento Villaguay, geográficamente ubicado en la parte central de la provincia⁷, se justifica porque fue una de las unidades administrativas donde la *Jewish*⁸ tuvo mayor presencia territorial. Esta entidad filantrópica compró alrededor de 193.000 hectáreas en distintos puntos de la provincia y en esta amplia extensión se organizó una



red de colonias –unas siete– diseminadas entre los departamentos Colón⁹, Uruguay¹⁰, Concordia¹¹ y Villaguay. Justamente en este último departamento se estableció la colonia “Clara”, una de las más extensas, al abarcar alrededor de 80.283 hectáreas y conformada por numerosos poblados¹². En este marco, la Asociación disponía de una relativa autonomía ante los poderes locales, ya que podían tener sus propias escuelas con enseñanza de religión y reportaban a las autoridades sitas en Buenos Aires o directamente en París, situación que fue motivo de diferentes conflictos.

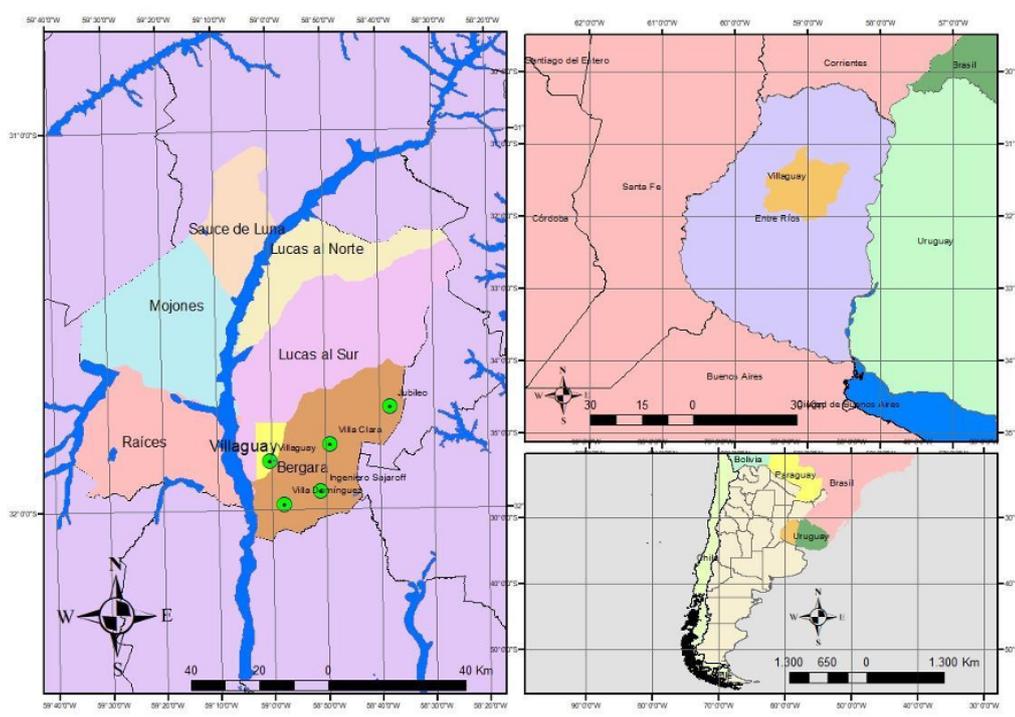
En virtud de lo expuesto, nuestra investigación sobre el departamento Villaguay se orienta en las siguientes preguntas: ¿estaban los “gringos” más alfabetizados que los “criollos”? ¿Los hombres alcanzaban mayor alfabetización que las mujeres? ¿Cómo se utilizó la ‘oferta’ estatal en la escolarización común? ¿Cuál era la presencia de las instituciones de carácter particular?

El artículo se organiza de la siguiente forma; en un primer apartado se realiza una reconstrucción de las características sociodemográficas del departamento Villaguay, explorando las variables de género, alfabetización, medios de vida. En segundo lugar, se analiza cómo se expresó la intervención estatal, fundamentalmente provincial, en materia de educación común. En un tercer momento, se examinan los cambios que registró el tercer censo de población y los límites y tensiones de la expansión escolar en el departamento. Por último, se presentan las conclusiones que hemos producido.



Perfil sociodemográfico y alfabetización en Villaguay en 1895: una aproximación desde el censo de población

Figura 1 - Ubicación del departamento de Villaguay, sus distritos y colonias hacia 1895



Fuente: Rígoli y Guzmán (1886).

Primeramente, haremos una descripción y análisis de las características de la población del departamento de Villaguay, Entre Ríos, a partir de los datos del segundo censo nacional. Luego, analizaremos la relación entre alfabetización y migraciones y alfabetización y medios de vida.

a) Población total, hombres y mujeres

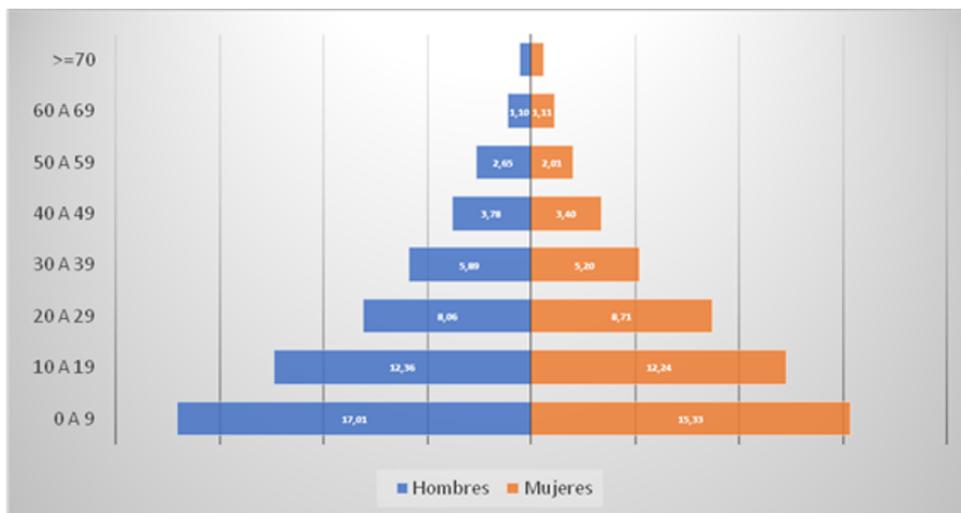
Para calcular la población total del departamento de Villaguay en el año 1895 hemos volcado las cédulas censales del departamento en una base de datos publicadas *on line* por la Iglesia de Jesucristo y de los Santos de los Últimos Días (1895)¹³, la que constituye -solucionados hasta donde nos fue posible los problemas de duplicaciones, errores de cobertura, errores de registro, etc. habituales en los censos (MASSÉ, 2009)-, un total de 21.995 efectivos. De ellos 11.295 eran hombres y 10.700 mujeres, lo que equivale a una “relación de masculinidad” de 105,6 hombres cada 100 mujeres lo que constituye una

Ana María Ferreyra / Janet Priscila Cían
Inmigración, analfabetismo y escolarización
común en el departamento Villaguay, Entre Ríos (1895-1914)



población muy equilibrada en sus sexos.

Figura 2 - Pirámide de edades de la población del departamento de Villaguay en el año 1895



Fuente: www.familysearch.org (c2023).

La distribución espacial de la población (Tabla 1) tuvo al distrito de Bergara, al sur del departamento, como el más poblado seguido del distrito cabecera, donde se encontraba el pueblo y su población calificada como “urbana” en los criterios contemporáneos al censo (OTERO, 2007). El resto de los distritos oscilaba entre el 10 y el 15% del total de habitantes.

Tabla 1 - Distribución espacial de la población de Villaguay en 1895

Distrito	Población	%
Bergara	5.249	23,86%
Lucas al Norte	2.078	9,45%
Lucas al Sud	2.686	12,21%
Mojones	3.673	16,70%
Raíces	2.588	11,77%
Sauce de Luna	1.066	4,85%
Villaguay	4.655	21,16%
Ejido	398	1,81%
Pueblo	2.865	13,03%
Rural	1.392	6,33%
Total	21.995	100,00%

Fuente: www.familysearch.org (c2023).

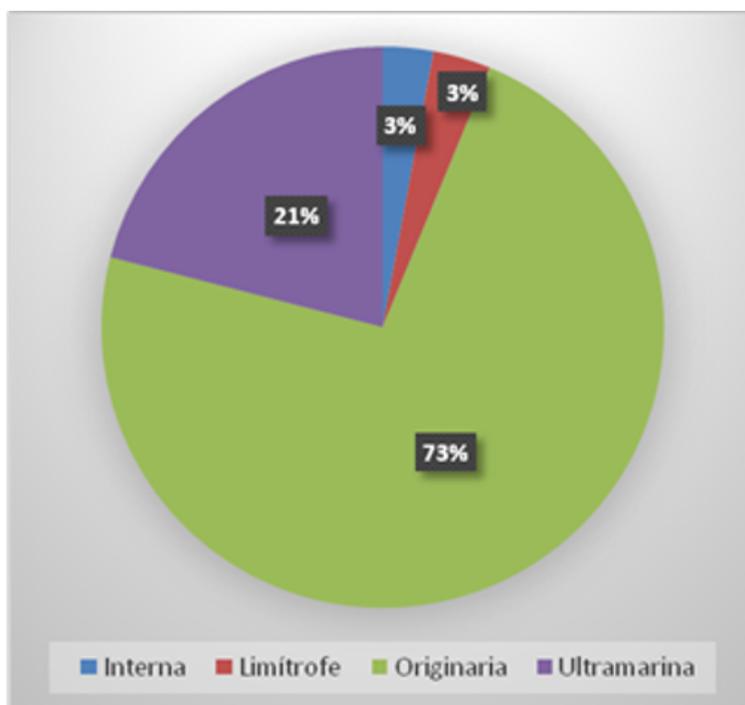
Ana María Ferreyra / Janet Priscila Cían
Inmigración, analfabetismo y escolarización
común en el departamento Villaguay, Entre Ríos (1895-1914)



El equilibrio entre sexos queda expresado en la pirámide de edades (Figura 2) donde solamente en los grupos de 20 a 29 y mayores de 60 años las mujeres superan en número a los hombres. Sin embargo, este equilibrio no se logró por el propio movimiento vegetativo de la población, sino que, como veremos, fue el producto del ingreso muy importante de inmigrantes hombres a la “provincia guerrera” (REPÚBLICA ARGENTINA, 1893, p. 141).

En efecto, el 27% de la población de Villaguay en 1895 había nacido fuera de la provincia. Cómo puede observarse en la Figura 3, la corriente mayoritaria de inmigrantes provino de ultramar (21%).

Figura 3 - Distribución de la población de Villaguay según origen en 1895



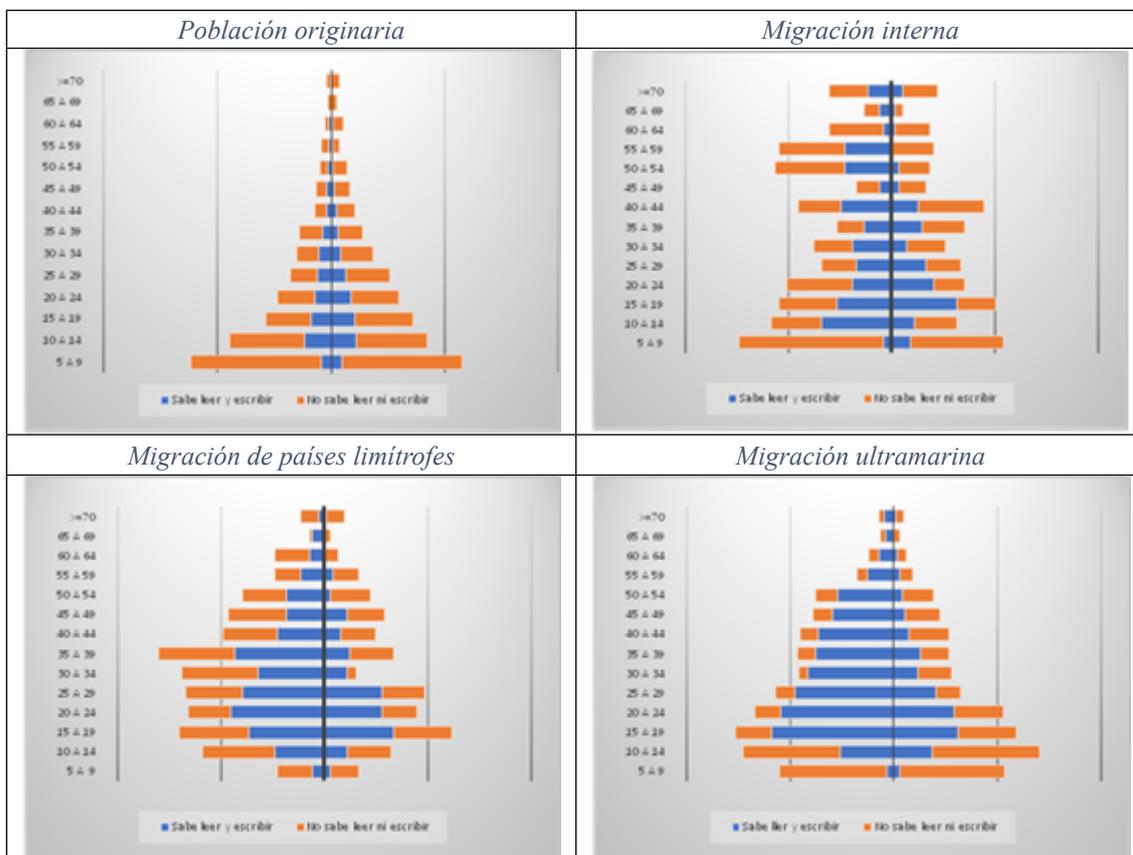
Fuente: www.familysearch.org (c2023).

De esta población de ultramar, más del 15% de ellos fueron registrados como “rusos” por provenir de provincias de Ucrania, que al tiempo de su exilio estaba bajo el dominio del imperio ruso zarista (FLIER, 2011, p. 21)¹⁴. Muy por detrás estaban los italianos (2,3%) y los españoles (0,9%), completando esta corriente migratoria con un collage de orígenes. La inmigración interna (3%) estaba dominada por correntinos y prácticamente la totalidad de los inmigrantes de países limítrofes eran uruguayos (2,9%).



a) Migraciones y alfabetización

Figura 4 - Pirámides de edades y alfabetización según corriente migratoria



Fuente: www.familysearch.org (c2023).

Hemos resumido en una sola figura tanto la estructura de la población como su grado de alfabetización. La distribución es la convencional, los hombres a la izquierda y las mujeres a la derecha en cada una. En color azul observamos a quienes declararon al momento del censo saber leer y escribir y en naranja los que negaron saberlo. Optamos por un agrupamiento en grupos quinquenales de las edades para una mayor apreciación de las variaciones. Cabe aclarar que al igual que con la nupcialidad, la edad y el resto de los datos, los decuriones sólo registraron la declaración del censado y no exigieron, como en todo censo, prueba de lo aseverado.

En la pirámide de población originaria del departamento de Villaguay, observamos una mayoría de mujeres en relación a los hombres en varios grupos de edades, las razones atribuibles a dicho fenómeno serían la de una mayor mortalidad masculina o la emigración diferencial de estos, ambos fenómenos

Ana María Ferreyra / Janet Priscila Cían
Inmigración, analfabetismo y escolarización
común en el departamento Villaguay, Entre Ríos (1895-1914)



asociados a la guerra. En cuanto al grado de alfabetización encontramos que ésta se encuentra equilibrada entre ambos sexos, siendo mayor en la base después de los 10 años. Al escalar los grupos de edades la aseveración de “sabe leer y escribir” de los hombres se incrementa en relación a la de mujeres. En total contamos con 1.494 hombres y 1.368 mujeres alfabetizados, es decir un 24,3% del total del universo masculino un 20,2% del femenino. Que la alfabetización asuma la forma piramidal implica los efectos positivos, aunque limitados de las políticas públicas en educación básica.

En cuanto a la inmigración interna a la región, la pirámide de edades nos muestra dos etapas diferenciables, una en que dicha inmigración pareció ser más masiva dejando a la población con una mayoría masculina por encima de los 50 años y otra, de una movilidad con características de base familiar evidente a partir del ensanchamiento de la base y el mayor equilibrio entre los sexos. La alfabetización aparece aquí, con preponderancia masculina, salvo en el grupo de 15 a 29 años, en que se presenta como más equilibrada. Si bien estamos hablando de un universo de 531 personas por encima de los 5 años, tenemos entre los migrantes internos, mayores porcentajes de alfabetizados: 39,2% de los hombres y 34,2% de las mujeres.

En tanto, la corriente llegada desde los países limítrofes, aparece como más masculina, aunque sin perder su impronta familiar, cuenta con 714 personas mayores de 5 años. También podemos observar una fractura en dicha pirámide, aunque menos nítida, en torno a los 30 a 35 años donde los inmigrantes fueron mayormente hombres. En este caso los niveles de alfabetización son superiores a la población originaria e interna, con un 49,1% de los hombres y un 42,4% de las mujeres. Recordemos que en su casi totalidad esta corriente provenía de la República Oriental del Uruguay.

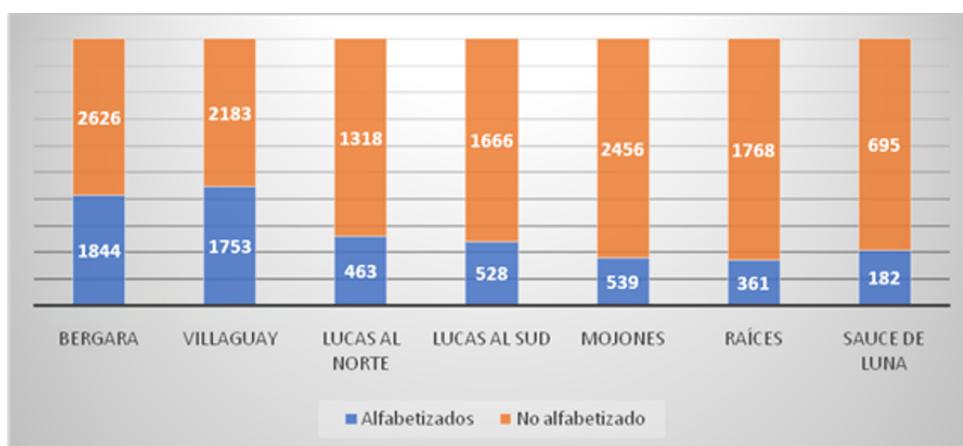
Finalmente, la inmigración ultramarina, es claramente una inmigración familiar, aunque con una clara impronta masculina por encima de los 25 años. Sabemos que es una inmigración reciente¹⁵ (PEYRET, 1889, p. 144) sobre todo la originaria de los territorios rusos zaristas de Ucrania que eran las dominantes en cifras. Además de ser mayoritaria en efectivos masculinos, también lo eran en el grado de alfabetización de los mismos que alcanzaban un 66,5%, mientras que las mujeres de mismo origen alfabetizadas sólo representaban un 36,4%. Esta evidente desigualdad entre sexos, puede deberse a diversas cuestiones culturales y religiosas, ya que la lectura de las Santas Escrituras recaía en los hombres, quienes además provenían mayoritariamente de sectores urbanos del comercio y la artesanía que hacían imprescindibles las habilidades de



lectoescritura.

Observaremos ahora la distribución espacial de los alfabetizados y no alfabetizados. En la Figura 5 se grafican por distrito y característica mostrando a Villaguay como el distrito que presenta el mayor grado de alfabetización de los mayores de 5 años (41,3%) y a Raíces como el que menos lo estuvo (apenas un 17%).

Figura 5 - Porcentajes de alfabetizados y no alfabetizados por distrito en Villaguay en 1895



Fuente: www.familysearch.org (c2023).

Cabe aquí una aclaración referida a las distancias a recorrer para ir a la escuela, veamos la siguiente tabla (Tabla 2).

Tabla 2 - Alumnos escolarizados según declaración en el censo de Villaguay de 1895 por distrito

Distrito	Va a la escuela		Total
	Hombre	Mujer	
Bergara	36	30	66
Villaguay	209	220	429
Lucas al Norte	42	5	47
Lucas al Sud	40	33	73
Mojones	70	24	94
Raíces	50	15	65
Sauce de Luna	21	5	26
Total	468	332	800

Fuente: www.familysearch.org (c2023).

Ana María Ferreyra / Janet Priscila Cían
Inmigración, analfabetismo y escolarización
común en el departamento Villaguay, Entre Ríos (1895-1914)



Como vemos el distrito cabecera tiene a la mayor población escolarizada. Incluso es el único donde la asistencia a la escuela de las mujeres es mayor a la de los hombres. Según el conocido funcionario urquicista Alejo Peyret:

La enseñanza pública presenta una escuela de varones con tres maestros y 75 niños; una de niñas, con dos maestras y 80 niñas, ambas provinciales; dos escuelas mixtas particulares y una de varones también particular; la primera tiene 36 varones y 45 niñas, la segunda 52 varones (PEYRET, 1889, p. 143).

Pero en unos párrafos precedentes había advertido “Los colonos no tienen organización separada; están confundidos con los demás habitantes: lo que les falta, son escuelas; la distancia no permite a los niños ir a las de la ciudad” (PEYRET, 1889, p. 141).

Los efectos de la distancia evidentemente correlacionan con la escolarización y la alfabetización, y así, mientras la población del pueblo de Villaguay tenía a un 51,6% de su población alfabetizada, su ejido (chacras y quintas) reducía este guarismo a 34% y el resto del distrito al 32%. Aunque los valores son relativamente altos en todos los casos, es notable la disminución de la población alfabetizada a medida que nos alejamos del centro considerado urbano. Sumado a este hecho, otro elemento conspiraba sin duda con este observable, la temprana edad de ingreso a las tareas laborales de los hijos acompañando a sus padres. El mismo se establece cercanamente a los 8 años como media (MASSÉ, 2009), lo que les impedía alejarse de la unidad productiva por mucho tiempo. Como bien conocemos, oferta educativa y accesibilidad no siempre suelen ir de la mano.

b) Alfabetización y medios de vida

En este apartado relacionaremos el oficio, profesión o medio de vida con la alfabetización. Los sistemas de clasificación de los medios de vida son todos tanto hartos variados (ACOSTA; JORRAT, 1991; PANETTIERI, 1982; SÁBATO, 1985; SÁBATO; ROMERO, 1992; TORRADO, 1993) como pertinentes. Nosotras hemos decidido seguir al método más cercano en el tiempo elaborado por Daniel Santilli Dilosky (2021) para Adolfo Alsina y Guaminí, quien, además de utilizar una de nuestras fuentes, reduce las categorías de las ocupaciones a la dualidad “dependientes” e “independientes”¹⁶. Hemos hecho algunas pequeñas adaptaciones a esta clasificación. En los trabajadores “dependientes” ubicamos



aquellos que lo son a tiempo completo o, como es el caso de los jornaleros — trabajadores que venden su fuerza de trabajo por un jornal durante períodos de tiempo variables—, lo hacen a diferentes compradores a lo largo de un año. De entre ellos, diferenciamos los que tienen algún tipo de calificación por el cual se le asigna algún rango o responsabilidad o por poseer alguna capacitación que lo distingue en alguna forma de jerarquía. Esta dependencia puede ser del Estado, de privados, de la estructura de un culto, etc. Entre los trabajadores independientes también hay escalas. De hecho, no existe una independencia absoluta sino diferentes valores y niveles de demanda del producto o servicio brindado por estos sujetos sociales. El productor agrario dependía de la demanda del mercado, tanto como el leñador, el herrero, el músico, el sastre y hasta el partero o el cigarrero.

Tabla 3 - Relación entre ocupación o medio de vida y alfabetización en Villaguay en 1895

Sector	No Sabe leer y escribir		si Sabe leer y escribir		Total	
Dependiente	3061	77,06%	911	22,94%	3972	100,00%
Calificado	466	73,39%	169	26,61%	635	100,00%
Empleado del Estado	47	54,65%	39	45,35%	86	100,00%
Jornalero	1316	77,18%	389	22,82%	1705	100,00%
No calificado	958	80,10%	238	19,90%	1196	100,00%
Peón	274	78,74%	74	21,26%	348	100,00%
Religioso		0,00%	2	100,00%	2	100,00%
Independiente	1681	41,64%	2356	58,36%	4037	100,00%
Agricultor	695	35,08%	1286	64,92%	1981	100,00%
Artes y oficios	159	44,29%	200	55,71%	359	100,00%
Comerciante	58	17,79%	268	82,21%	326	100,00%
Empresario		0,00%	3	100,00%	3	100,00%
Estanciero	309	57,65%	227	42,35%	536	100,00%
Hacendado	210	56,91%	159	43,09%	369	100,00%
Profesional	5	11,63%	38	88,37%	43	100,00%
Rentista	104	48,60%	110	51,40%	214	100,00%
Transportista	141	68,45%	65	31,55%	206	100,00%
Total general	4742	59,21%	3267	40,79%	8009	100,00%

Fuente: www.familysearch.org (c2023).

Hemos agrupado a las ocupaciones laborales en 2 categorías (Tabla 3) y 15 subcategorías (seis para los dependientes y nueve para los independientes) según el tipo de declaraciones obrantes en las cédulas censales. Dentro de los dependientes calificados destacan los cocineros y costureros. En los empleados



públicos los de seguridad (policías y militares). Entre los no calificados están las planchadoras y las lavanderas. El resto se explicita por sí mismos. Dentro de los independientes las categorías son bien claras y destacan los agricultores, mayormente colonos.

En total 8.009 personas mayores de 14 años declararon una ocupación laboral¹⁷ de las 11.785 que habitaban el departamento de Villaguay en ese grupo de edades. Entre los trabajadores dependientes eran los empleados públicos los de mayor nivel de alfabetización, así y todo, menos de la mitad de ellos sabían leer y escribir. El resto, entre un 20 y un 25% habían adquirido esa capacidad. Los dos religiosos, obviamente estaban alfabetizados.

Entre los trabajadores independientes los empresarios, profesionales y comerciantes eran los de mayor nivel de alfabetización, todos por encima del 80%.¹⁸ En un segundo grupo se encontraban los agricultores, como hemos dicho mayormente colonos e inmigrantes ultramarinos con casi un 65% de alfabetizados entre ellos. Más atrás en torno a la mitad de ellos encontramos a los artesanos, hacendados, estancieros y rentistas. El menor nivel de alfabetización se registra entre los transportistas (carreros mayormente). Quizás los resultados generales están dentro de lo esperable, sin embargo estamos frente a una sociedad que su población activa es en un 60% ágrafa todavía.

La escolarización común en el departamento Villaguay: los datos de la estadística provincial

Como hemos mencionado en apartados anteriores, la expansión de la educación común en escalas subnacionales constituye una tónica de indagación contemporánea; también comenzó a explorarse la relación Nación-provincias luego de la sanción de la Ley Laínez y su impacto local (PETTITI, 2021). No obstante, para tener una mayor aproximación a la situación de cada provincia resulta necesario indagar cómo se desarrolló este proceso en distintas escalas administrativas de una jurisdicción. Aunque coincidimos con las advertencias en torno a la confiabilidad que ofrecían los datos estadísticos provinciales para la medición del alfabetismo/analfabetismo¹⁹ (OSSANA, 2011), y los avances y límites del proceso de escolarización (PETITTI, 2022) para la reconstrucción de la expansión escolar nos centraremos en la información producida por el área de estadística provincial.

En el apartado anterior, los datos arrojados por el censo de población



de 1895 nos permiten conjeturar un diagnóstico sobre las condiciones de alfabetización y analfabetismo del departamento objeto de nuestro estudio. A partir de esto, nos preguntamos cómo se organizaba la oferta educativa de carácter estatal para tratar de resolver el problema de alfabetizar una población en edad escolar que, como pudimos observar en el apartado previo, provenía de ultramar y se ubicó en el espacio rural y en muchos casos no hablaba castellano. Asimismo, también mencionamos la presencia de la escolaridad privada en el departamento, especialmente por constituir un territorio con importante presencia de las escuelas de la *Jewish*.

En materia educativa, la provincia de Entre Ríos registró tempranos antecedentes de proyectos para instaurar una escolaridad común y obligatoria que se remontaban a las primeras décadas del siglo XIX, pero recién a partir de la segunda mitad del mismo se comenzó a diagramar el subsistema provincial. Así, en el año 1886 se dictó la Ley de Educación Provincial N° 1303 según las disposiciones de la constitución de 1883. En 1897 fue modificada y se sancionó la Ley N° 1642 y se estableció que las escuelas fiscales serían infantiles, elementales y superiores, cuyos planes de estudio debían priorizar el carácter científico, regional y práctico. En este marco, coincidimos con las hipótesis de PETITTI (2022) quien advirtió sobre los mecanismos legales presentes en las normativas que limitaron el cumplimiento de la obligatoriedad escolar, así como también porque la mayoría de las escuelas creadas fueron infantiles – donde solo se cursaba hasta segundo grado– una situación que, según la autora, favoreció la presencia de escuelas particulares que atendían la demanda de educación formal (PETITTI, 2022). Ahora bien, ¿Cómo se expresó la intervención estatal de carácter provincial? ¿Cuáles fueron esas “decisiones o acciones” que se tomaron para resolver el problema de la escolarización de la población? ¿Cuáles fueron los principales límites de la expansión escolar?

El inicio de la década de 1890 estuvo condicionado por los efectos de la crisis económica representada por la caída de la casa británica Baring Brothers, signo emblemático de la debacle financiera capitalista. En la provincia de Entre Ríos, una de las consecuencias de la crisis fue la clausura de 49 escuelas fiscales (REULA, 1971, p 314), aunque también tuvo como contracara el aumento de las subvenciones para las escuelas particulares que pasaron de 65 a 122 al año siguiente.

Así, durante la gobernación de Salvador Macia, gestión que coincide con el inicio de nuestro periodo de estudio, la provincia contaba con 209 escuelas provinciales, 18 municipales, dos nacionales y 170 particulares. De acuerdo al



relevamiento de la estadística provincial, en 1895, había en el departamento Villaguay un total de 15 escuelas, de las cuales solo una era graduada de carácter mixto y estaba emplazada en la ciudad de Santa Rosa de Villaguay, aunque presentaba un funcionamiento intermitente, producto de innumerables dificultades edilicias (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1896); se constataban cuatro instituciones elementales de carácter mixto rurales y el resto se englobaban dentro de la difusa categoría de *rurales*, sin especificar indicios que nos permitan conjeturar que brindaban un mínimo servicio de instrucción; también se registraban tres escuelas municipales y una sostenida por una asociación. Sobre la matrícula identificamos un total de 815 alumnos—563 varones y 252 mujeres—de nacionalidad argentina y 173 estudiantes—105 varones y 68 mujeres— extranjeros. Sin embargo, la diferencia la seguía marcando la concurrencia, ya que efectivamente asistían y recibían algún tipo de escolarización de los alumnos argentinos sólo 655—445 varones y 210 mujeres— y de los extranjeros 141—89 varones 52 mujeres— (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1896). Esta etapa coincide con el periodo de asentamiento de las comunidades inmigrantes, especialmente las sostenidas por la *Jewish* y, como señala Adrián Ascolani, se trataba de un momento donde las acciones contra el analfabetismo estaban en su fase inicial y la deserción en los primeros grados era una práctica naturalizada (ASCOLANI, 2012, p 310).

En el año 1898, el número de escuelas rurales del departamento había aumentado a 14 (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1898, p. 1315). Esta cantidad parecía constituir el reflejo del “asombroso crecimiento” experimentado, en un breve lapso, a nivel provincial (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1899). Dicho proceso tuvo su impacto en el departamento, ya que se registraban unas 10 escuelas en ciudades y sus ejidos y 32 en la campaña, situación que muestra un crecimiento significativo y que colocaba al departamento en segundo lugar, luego de Paraná, en cuanto al número de escuelas. En el ámbito urbano se contabilizaban unos 1.326 niños en edad escolar, de los cuales estaban matriculados 757 y concurrían efectivamente unos 682. Por otro lado, en el espacio rural, se registraban unos 4.362 en edad escolar, 1.585 matriculados y concurrían 1.204 (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1900, p. 354).

En los albores del nuevo siglo, la provincia fue escenario de la última revuelta armada entre miembros del Partido Autonomista Nacional local que se registró en el territorio. En este contexto, se constató la existencia de 216 escuelas provinciales, dos nacionales, 12 municipales y 217 particulares (REULA, 1971), mostrando un crecimiento principal de la oferta privada. Precisamente,



en el año 1900, el departamento Villaguay contaba con 16 escuelas fiscales provinciales, tres municipales y 14 particulares. Del total de esas escuelas, unas 29, se clasificaban como rurales con lo cual se puede conjeturar que la mayoría de las instituciones estaban ubicadas en el espacio rural y atendían los primeros años de escolaridad. No obstante, el número de quienes concurrían con cierta asiduidad no alcanzaba a la mitad de la población ubicada en este ámbito; al mismo tiempo, resultaba más que significativa la presencia de la oferta privada. Así se desprendía de los guarismos estadísticos que constataban que, del conjunto de los niños en edad escolar, solo un 41,17 % estaban inscripto y asistía el 33,15%, índices relativamente parecidos con los restantes departamentos, pero muy por debajo de las aspiraciones gubernamentales (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1901, p 351). Una explicación de tal proceso la ofrecían los organismos oficiales que concluían que la disminución de la asistencia de los niños en el ámbito rural era atribuida a los efectos de los levantamientos armados “...pues la del 15 de marzo, trajo como consecuencia, la disminución de la concurrencia o asistencia de los alumnos matriculados a las escuelas de la campaña” (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1901, p 367), argumento que era ajeno al departamento objeto de este estudio ya que no fue escenario de combates fratricidas.

En 1901 el departamento Villaguay tenía la misma cantidad de escuelas fiscales y particulares. Del número total de las mismas, 29 eran de carácter rural, una graduada, una elemental de 1ra. y otra de 2da. categoría respectivamente (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1901) con un total de 2.636 alumnos y una asistencia de 1.534 matriculados, la gran mayoría en primer y segundo grado.

Recién durante la gobernación de Enrique Carbó, concretada entre los años 1903 y 1907, la provincia logró cierta estabilidad económica y se impulsó un conjunto de reformas que intentaban atenuar los conflictos políticos de años previos. Entre las disposiciones para mejorar las actividades agropecuarias – especialmente la agrícola – estaba la colonización de tierras fiscales, acción que se había estancado desde la década de 1880. En tal sentido, las políticas públicas impulsadas – institucionalizadas en la reforma de la Constitución provincial de 1903 y en la Ley de Educación N° 1905 – pretendían atender “no solo[a] la situación económica del gremio agrícola, sino también [a] las condiciones de la producción, empezando por el perfeccionamiento de la técnica manual de los agricultores” (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1904, p. 200). En el cargo de director general de enseñanza fue nombrado el maestro y profesor normal Manuel Pacífico Antequeda, un normalista con importante trayectoria en la



gestión pública y educativa que se mantuvo ininterrumpidamente en la función hasta el año 1914.

En este contexto, el interés por la capacitación de los agricultores no resultaba novedoso; no obstante, se sumaba a esto la profundización de un discurso crítico de la colonización rusa e israelita, atribuyéndoles principalmente a estos últimos calificativos de “bohemos, incapaces de arraigarse y tendientes a eludir las obligaciones legales, como la ley de registro civil” (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1904, p. 196). Para resolver las deficiencias vinculadas a la falta de capacitación para el trabajo agrícola, se ubicaría una escuela agropecuaria en cada uno de los catorce departamentos de la provincia. Asimismo, se sumaron otras medidas tendientes a expandir la alfabetización elemental en el espacio rural que incluyó la capacitación específica de los maestros rurales mediante cursos temporarios y la creación de una escuela normal rural, la incorporación de contenidos utilitarios en el currículo de la escuela primaria y la organización de escuelas elementales con anexos agropecuarios. El conjunto de disposiciones constituía elementos de la política pública llevada adelante que tenía como propósito la modernización del espacio rural provincial por medio de la educación (CIAN, 2018, 2020). Precisamente, el departamento Villaguay fue una de las jurisdicciones en las que se logró instalar una escuela de este tipo en 1904 y, al mismo tiempo, garantizar su permanencia de manera prácticamente ininterrumpida. Además, también se instaló una escuela elemental con anexo agropecuario, creada por Ley de Presupuesto de 1908, en Lucas al Norte.

A pesar de los esfuerzos por articular mejoras en las actividades agropecuarias y la homogeneización de la población mediante la acción escolar, el problema de la nacionalización de la población inmigrante se encontró en su punto más álgido en los albores del centenario de la república. De este modo, la preocupación por la integración de la población se expresó con mayor fuerza en 1908, cuando se produjo el conflicto entre el director General de Enseñanza de la provincia, Manuel Antequeda, y el inspector nacional de escuelas de provincia del Consejo Nacional de Educación,²⁰ Ernesto Bavio, por las escuelas de las comunidades ruso-alemanes y judías. Esto afectaba directamente al departamento Villaguay, ya que allí se contabilizaban 12 escuelas de la *Jewish*, siendo de este modo la unidad territorial con mayor cantidad de escuelas de este tipo; lo seguía el departamento de Uruguay con ocho (REPÚBLICA ARGENTINA, 1909, p. 14). La proyección de este suceso se exacerbó producto de la acentuación del discurso nacionalista en diferentes ámbitos y una creciente conflictividad social imperante.



En tal sentido, las elevadas tasas de analfabetismo de la población constituían una de las problemáticas centrales para la administración educativa nacional y provincial. En el caso de Entre Ríos, los datos del segundo Censo Escolar Nacional de 1909 arrojaron altas tasas de analfabetismo y semianalfabetismo²¹ que ponían en discusión la eficacia de la política educativa desarrollada hasta el momento. El censo general de educación del año 1909 relevó en la provincia de Entre Ríos un total de 526 escuelas primarias de las cuales 37 eran sostenidas por la Nación, 336 por la provincia, 20 por las municipalidades, 15 por la beneficencia, 11 por corporaciones religiosas y 107 por la acción privada. En esta cartografía, el departamento Villaguay registraba 40 escuelas primarias (REPÚBLICA ARGENTINA, 1909, p. 18). En cuanto a la dependencia de las escuelas en esta jurisdicción, los datos censales arrojaban que había una sostenida por la nación, 26 por la provincia, una por la municipalidad, dos por la beneficencia y una por acción privada (REPÚBLICA ARGENTINA, 1909, p. 39). Asimismo, la asistencia media en el departamento de Villaguay era del 30,4% (REPÚBLICA ARGENTINA, 1909, p. 285).

Frente a los datos que arrojaba el censo nacional y en virtud de las polémicas suscitadas en ese lapso sobre la actuación de la Dirección General de Escuelas en las comunidades inmigrantes el gobierno provincial decretó²², el 25 de agosto de 1910, una nueva operación censal para rectificar los datos “inexactos que la mencionada obra registra en lo que se refiere a Entre Ríos”. En este relevamiento se arrojó un 18,9% de analfabetos, muy distante del 49% ofrecido por el censo nacional. Para obtener estos números, en esta operación censal se reemplazó el saber leer y escribir por recibe o no instrucción el niño “partiendo de la base evidentemente errónea, de que todo niño que concurre o concurrió a la escuela así sea por breve tiempo, debe ser considerado alfabetizado” (REULA, 1971, p. 335).

Por su parte, la información vertida por la estadística provincial mostraba que, durante el año 1911, en el departamento funcionaban: una escuela superior mixta, dos escuelas elementales con anexo agropecuario y seis sin el mismo; 10 infantiles, una nocturna de adultos y otra agropecuaria; tres escuelas nacionales, dos municipales y 18 particulares, de las cuales una no tenía subvención (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1912). Según el informe del inspector de la sección escolar que incluía al departamento Villaguay se registraban un total de 3.617 alumnos inscriptos (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1912). Aún con el eco de las polémicas de 1908, el inspector seccional destacaba el avance de la acción estatal provincial, analizando el caso de la escuela emplazada en



Estación Domínguez donde

[...] la población, en su mayoría, es ruso-israelita y sería suponer que por espíritu de raza y tradición buscaran las escuelas particulares que funcionan en la cercanía de Domínguez, mas no lo hacen y por el contrario concurren con asiduidad a la provincial (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1912, p. 296).

Asimismo, los entredichos por los datos sobre alfabetismo y analfabetismo todavía permanecían y el cuerpo de inspectores departamentales y subinspectores rurales ensayaban una explicación sobre las dificultades encontradas:

[...] habiendo vivido y observado esos fenómenos en los mismos lugares donde se producen, podemos afirmar que los números que arrojan las estadísticas, tienen una representación más aparente que real, produciendo un falso espejismo, por el cual aparecen como *totales*, cantidades que en realidad son *fraccionarias*. Ese error consiste en la gran desproporción que hay entre el mínimo de enseñanza que se da en las escuelas infantiles (todas rurales) y la edad escolar.

El verdadero déficit de niños escolares no inscriptos, se halla solamente en los parajes donde habiendo población muy apartada de centros de enseñanza, no ha sido posible aún crear escuelas (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1912, p 365).

Además, se sostenía y naturalizaba las diferencias entre los espacios urbanos y rurales, donde predominaban las escuelas infantiles y se cursaba solo primer y segundo grado. La intermitencia y discontinuidad en el cumplimiento de la obligación escolar, ya reducida a los primeros años de la ley de educación, se justificaba porque “[...] Para adquirir los conocimientos de estos grados los niños de la campaña tienen 8 años de plazo: de 6 a 14 años” (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1913, p 366).

El Tercer censo de población y los límites de la expansión escolar estatal

Los resultados que arrojó el Tercer Censo Nacional realizado en 1914, resumía los cambios experimentados en el país durante un período relativamente corto. En el plano demográfico, la población total del país estaba constituida por 7.905.502 habitantes, mostrando el impacto del arribo de la inmigración de



ultramar.

La provincia de Entre Ríos, localizada dentro del área de expansión agraria de la pampa húmeda, también formó parte del salto poblacional registrado entre los censos de 1895 y 1914. Si bien a partir del primero ya se había comenzado a evidenciar un proceso de merma de la población ubicada en el medio rural, que se profundizaría durante gran parte del siglo XX (MATEO; CAMARDA; RODRÍGUEZ, 2017), los datos que arrojaba la operación censitaria de 1914 mostraban que la mayor proporción de la población aún seguía radicada en este espacio.

En lo referido a educación, en la publicación del tercer censo nacional de 1914 (MARTÍNEZ, 1916, p. 440), se dedica a la cuestión de la educación el noveno y último tomo. Se brindan también datos conjuntamente con los generales de población en el tomo tercero. En la publicación del censo de 1895 para el caso de Villaguay se detallaba que la población escolar (entre los 6 y los 14 años) había sido de 5.993 individuos. Nuestra cifra, a partir de las cédulas censales es un poco menor, 5.826, y de ellos 1.064 declararon saber leer y escribir (18%). Recordemos que solo 800 niños manifestaron expresamente que “va a la escuela”, es decir apenas el 14% de la población escolar así determinada.

Esta población había crecido en 1914 a 7.148 efectivos, es decir un 17%, apenas por debajo de la media de la provincia. De ellos 2.335 eran alfabetos, 465 semi analfabetos (dominaban la lectura solamente), y 4.348 continuaban siendo analfabetos. Es decir, contando solo a los alfabetizados el porcentaje de la población escolar que sabía leer y escribir en 1914 casi se había duplicado (33%). La situación del conjunto de la población escolar por sexos y origen (muchos de los argentinos ya eran hijos de inmigrantes) se resumen en la Tabla 5.

Tabla 5 - Situación de alfabetización de la población escolar por sexo y origen en 1914

Situación	Argentinos			Extranjeros		
	Varones	Niñas	Total	Varones	Niñas	Total
Alfabetos	989	1.057	2.046	146	143	289
Semi analfabetos	245	200	445	10	10	20
Analfabetos	2247	1.949	4.196	75	77	152
Total	3481	3.206	6.687	231	230	461

Fuente: Martínez (1916).

Podemos observar aquí que entre las niñas la alfabetización completa superaba en las argentinas en un 2% a la de los niños, mientras que entre los



extranjeros estaba un 1% por debajo de la de ellos. No obstante, casi todos los valores se reparten por igual entre varones y niñas.

La provincia de Entre Ríos contaba en 1914 con 597 escuelas primarias (531 de ellas mixtas), con cerca de 60.000 estudiantes en ellas (31.712 varones y 28.034 niñas) y un total de 1.548 docentes. Villaguay por su parte había llevado el número de escuelas a 54 (49 de ellas mixtas, dos de varones y tres de niñas) y el número de estudiantes había crecido de 800 a casi 3.000, con una media de 30 alumnos por docente (incluidos directores). Las cifras son erráticas. Sobre los 117 docentes apenas 18 estaban diplomados, de ellos 81 eran argentinos y los 36 restantes extranjeros y recibían un salario máximo de \$150, mucho más bajo que en otras provincias como Santa Fe y Buenos Aires donde, por ejemplo, la media era de \$500. De las escuelas tres eran nacionales, 29 provinciales o municipales (la fuente no desagrega el tipo), 13 sostenidas por la beneficencia y nueve privadas. No encontramos escuelas sostenidas por colectividades religiosas.

La realización de las primeras elecciones en la provincia según la Ley N° 8871 conocida como “Sáenz Peña” produjo cambios en el Consejo General de Educación y, de este modo, el 14 de septiembre de 1914 presentó su renuncia Manuel Pacífico Antequeda, concluyendo su extensa etapa a cargo de la Dirección General de Escuelas. En su lugar asumió otro profesor egresado de la Escuela Normal Nacional de Paraná, Alfredo Villalba. El recambio de funcionarios también derivó en un exhaustivo examen de las estadísticas educativas oficiales, que ya habían sido objeto de controversias en la etapa anterior. Las altas tasas de analfabetismo que registraban los informes de inspectores contrastaba con el 12% arrojado por el Censo Provincial de 1910, y con el 18,9%, resultante del Censo Nacional de 1914, en un contexto donde:

[...] ha de llamar la atención el hecho de que en 1914 la provincia tenga más de un 30% de analfabetos, cuando pocos años antes, oficialmente se afirmaba una vez, que teníamos tan solo el 12% y otra el 18.87% cifras bastante halagadoras, pero evidentemente equivocadas, porque habiendo aumentado el número de escuelas y disminuido la población escolar, no se concibe un crecimiento del porcentaje de analfabetos y en forma tan considerable (PROVINCIA DE ENTRE RÍOS, 1919, p. 12).

Nuevamente, la polémica por los datos estadísticos volvió a encontrar visos de discordia.



Conclusiones

Acercar la lupa a un caso particular tiene la virtud de poner a prueba los análisis realizados con información macro y generar interrogantes que la mirada desde lo alto no produce. La reconstrucción realizada a partir de las cédulas censales del segundo censo nacional de 1895 nos permitió elaborar un esquema acerca de la estructura de la población en general del partido Villaguay y su relación con la alfabetización fuere por origen, sexo y edad u ocupación.

En general y en proporción a su conjunto la población originaria fue la menos alfabetizada. La migración interna tuvo una alfabetización superior a aquella pero menor que la limítrofe (casi en su totalidad compuesta por uruguayos) y todas ellas menor que la ultramarina.

Entre la población originaria alfabetizada encontramos un cierto equilibrio entre los géneros en la base de la pirámide de edades que se va perdiendo a favor de los hombres en las edades superiores. En la migración interna y limítrofe este equilibrio se mantuvo y el porcentaje de alfabetizados fue superior proporcionalmente al de los originarios y también tensa hacia una mayor alfabetización masculina a medida que se escala en los grupos de edades. La inmigración ultramarina fue la más alfabetizada proporcionalmente, pero a su vez la de mayor desequilibrio entre géneros a favor de los hombres.

En cuanto a las profesiones, si bien pudo trazarse un cierto paralelismo entre hipotéticos niveles de ingreso o de prestigio de la ocupación y grado de alfabetización algunos grupos, como los de hacendados o rentistas, estuvieron por debajo de la media y en general apenas un 40% de la población activa sabía leer y escribir.

Sobre esta población, donde una quinta parte de la misma provenía de ultramar, mientras que dos terceras partes del total habían nacido en la provincia y con altísimos niveles de analfabetismo se aplicaron las políticas públicas nacionales y provinciales.

La estadística producida por la provincia de Entre Ríos para dicho período, nos permitió a su vez analizar con mayor detalle lo acontecido en este departamento como estudio de caso de la implantación de políticas públicas en momentos de una avanzada que intentaba mediante la educación homogeneizar a una población que había inmigrado masivamente. Nuestro análisis nos permitió constatar el predominio de las escuelas infantiles, en su mayoría ubicadas en el medio rural, con lo cual el cumplimiento de la obligación escolar establecida por ley era reducido al mínimo. Otro aspecto a considerar refiere



a la naturalización de la inasistencia, intermitencia y escasa escolaridad en estos ámbitos. La presencia de la única escuela mixta superior en la ciudad cabecera del departamento también nos permitió apreciar las mejoras en las tasas de alfabetismo de este distrito con relación a otros. Las importantes tasas de alfabetismo del distrito Bergara, zona donde se localizó la colonia Clara, también nos permitió conocer la acción escolar particular y las condiciones del grupo migrante que allí se asentó.

En efecto, la composición de orígenes diversos en su estructura con una masa de inmigrantes étnicamente compacta y en cierta medida autónoma devino en tensiones entre la población nativa e inmigrante en diversos aspectos que incluyeron a la educación.

El departamento Villaguay fue teatro de un nutrido proceso inmigratorio motorizado por las políticas de colonización agraria asociadas en grado sumo a la empresa filantrópica del barón Montz von Hirsch. Asimismo, se destacó por la importante presencia de las escuelas particulares, puntualmente sostenidas por la *Jewish Colonization Association*, y que representaron durante gran parte del periodo estudiado casi la mitad de la oferta escolar de esta jurisdicción. Si bien ocurrió fuera del período de nuestro estudio, finalmente las escuelas de la *Jewish* fueron transferidas a la órbita estatal.

Finalmente, las polémicas y tensiones en torno a los datos relevados en materia de escolarización, alfabetismo y analfabetismo daban cuenta también de disputas entre la jurisdicción nacional y provincial, como así también entre agrupamientos políticos diferentes. Los datos del tercer censo nacional de 1914 y su crítica pusieron en evidencia esas tensiones donde la discusión se centró en el instrumento utilizado para medir la escolarización y el analfabetismo y de alguna manera evaluar el nivel de éxito de las políticas públicas en su diseño e implementación.

Referencias

ACOSTA, Luis Roberto; JORRAT, Jose Raul. Escala argentina de prestigio ocupacional. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 30, n. 120, p. 573-586, 1991.

ARTIEDA, Teresa Laura; LIVA, Yamila; ALMIRÓN, Victoria Soledad; NAZAR, Anabel. Educación para la infancia indígena en la reducción Napalpí (Chaco, Argentina. 1911-1936). *Anthropologica*, Lima, ano 33, n. 35, p. 117-139, 2015. Disponible em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_



arttext&pid=S0254-92122015000200006. Acceso em: 19 dez. 2022.

ASCOLANI, Adrián. La escuela primaria rural en Argentina. Expansión, orientaciones y dificultades (1916-1932). *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 309-324, 2012. Disponible em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24245>. Acceso em: 17 nov. 2022.

ASSANEO, Agustín. El analfabetismo en el sistema educativo del territorio de Río Negro. Perspectivas y soluciones desde el ámbito nacional (1934- 1943). *Divulgatio Perfiles Académicos de Posgrado*, Buenos Aires, v. 4, n. 10, p. 70-89, 2019. Disponible em: http://revistadivulgatio.web.unq.edu.ar/wp-content/uploads/sites/65/2016/11/D10_ART5_assaneo_2019.pdf. Acceso em: 17 nov. 2022.

BILLOROU, María José. Maestros e inspectores en los territorios nacionales: una burocracia sin escritorios (1900-1950). In: DI LISCIA, María Silvia; SOPRANO, Germán (ed.). *Burocracias estatales: problemas, enfoques y estudios de caso en la Argentina (entre fines del siglo XIX y XX)*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2017. p. 119-135.

CAMMAROTA, Adrian. Nacionalizar y educar: problemas de la educación común en los territorios nacionales (1890-1940). *Avances Del Cesor*, Rosario, v. 17, n. 22, p. 23-50, 2020. Disponible em: <https://ojs.rosarioconicet.gov.ar/index.php/AvancesCesor/article/view/v17n22a02>. Acceso em: 17 nov. 2022.

CARLI, Sandra. Modernidad, diversidad cultural y democracia en la historia educativa entrerriana (1883-1930). In: PUIGGRÓS, Adriana (org.). *La educación en las provincias y territorios nacionales (1885-1945), historia de la educación en la Argentina IV*. Buenos Aires: Galerna, 1993. p. 185-237.

CIAN, Janet Priscila. *Institucionalización de la enseñanza agrotécnica y normal rural en Entre Ríos, Argentina (1894-1930)*. 2020. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) – Universidad Nacional de Entre Ríos, Entre Ríos, 2020.

CIAN, Janet Priscila. Orígenes de las escuelas agropecuarias en la provincia de Entre Ríos, Argentina 1896-1910. *Mundo Agrario*, La Plata, v. 19, n. 42, p. e093, 2018. Disponible em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAe093>. Acceso em: 19 dez. 2022.

DILOSKY, Daniel Santilli. La inmigración en acción: su aporte en el poblamiento de las regiones incorporadas con la “conquista del desierto”: Adolfo Alsina y Guaminí en 1895. *Revista de Demografía Histórica - Journal of Iberoamerican*



Population Studies, Barcelona, v. 39, n. 2, p. 159-189, 2021. Disponible em: <https://adeh.org/revista/2021%2C%202/RDH-JIPS-2021-n2%20completa.pdf>. Acceso em: 17 nov. 2022.

FAMILY SEARCH. [home page]. [S. l.]: A igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos dias, c2023. Disponible em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acceso em: 17 nov. 2022.

FLIER, Patricia. *Historia y memoria de la colonización judía agraria en Entre Ríos: la experiencia de Colonia Clara, 1890-1950*. 2011. Tesis (Doctorado en Historia) – Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2011. Disponible em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.1842/te.1842.pdf>. Acceso em: 19 dez. 2022.

HAIM, Avni. *Argentina y las migraciones judías: de la inquisición al holocausto y después*. Buenos Aires: Editorial Milá, 2005.

HAIM, Avni. La agricultura judía en la Argentina ¿éxito o fracaso?. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 22, n. 88, p. 535-548, 1983.

IGLESIA DE JESUS CRISTO Y DE LOS SANTOS DE LOS ÚLTIMOS DÍAS. *Entre Ríos, Villaguay*. [S. l.]: Censos Nacionales de Población, 1895. Disponible em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6LHQ-PDR?owc=M68T-BZS%3A23937001%2C25214101%3Fcc%3D1410078&wc=M68T-BZ3%3A23937001%2C25214101%2C25240402&cc=1410078>. Acceso em:

KNAFL, Kathleen; BREITMAYER, Bonnie. Triangulation in qualitative research: issues of conceptual clarity and purpose. In: MORSE, Janice (ed.). *Qualitative nursing research: a contemporary dialogue*. [S. l.]: SAGE Publications, 1991. p. 193-203.

LÓPEZ, María Pilar. La educación de rusos judíos y alemanes del Volga en Entre Ríos: conflictos político- pedagógicos (1880-1910). In: ASCOLANI, Adrian (org.). *La educación en Argentina: estudios de historia*. Rosario: Ediciones del Arca, 1999. p. 71-83.

MARTÍNEZ, Alberto B. *Tercer censo nacional*. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Grosso y Cia, 1916.

MASSÉ, Gladys. Evaluación de cobertura y calidad de la información censal del siglo XIX como contribución a su posterior explotación: el caso del censo de la ciudad de Buenos Aires, 17 de octubre de 1855. In: CELTON, Dora; GHIRARDI,



Marcelo; CARBONETTI, Adrian (ed.). *Poblaciones históricas: fuentes, métodos y líneas de investigación*. Rio de Janeiro: ALAP, 2009. p. 187-203.

MATEO, José; CAMARDA, Maximiliano; RODRÍGUEZ, Leandro. Poblamiento, despoblamiento y repoblamiento de la provincia de Entre Ríos: un ensayo de demografía histórica (1869-2010). *EJES de Economía y Sociedad*, Entre Ríos, v. 1, n. 1, p. 75-94, 2017. Disponible em: <http://www.pcient.uner.edu.ar/ejes/article/view/458>. Acceso em: 17 nov. 2022.

NICOLETTI, María Andrea; NAVARRO FLORIA, Pedro Luis. Conflictos sobre la educación estatal y la educación católica en la Patagonia de fines del siglo XIX: análisis del discurso del inspector escolar Raúl az. In: HISTORIA DE LA EDUCACIÓN, 5., 2004, Buenos Aires. *Anuario* [...]. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Historia de la Educación, 2004. p. 121-137. Disponible em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/84251>. Acceso em: 17 nov. 2022.

OSSANA, Edgardo; HADAD Mariano. La educación en números: los aportes y los conflictos de la estadística educativa: varios intentos de lectura. In: OSSANNA, Edgardo; LÓPEZ, María del Pilar; KUMMER, Virginia; UGALDE, Mónica; HADAD, Mariano; NRICO, Juliana; OLALLA, Valeria; BAFFICO, Fernando. *Quienes leen, qué leen y cómo leen los entrerrianos en las últimas décadas del siglo XIX y primeras del siglo XX*. [Curitiba], UNER, 2011. p. 119-144.

OTERO, Hernan. Censos antiguos, 1869, 1895, 1914, 1947. In: TORRADO, Susana (org.). *Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo centenario: una historia social del siglo XX*. Buenos Aires: Edhasa, 2007. p. 187-213.

PANETTIERI, Jose. *Los trabajadores*. Buenos Aires: CEAL, 1982.

PETITTI, Eva Mara. Alcances y límites de la obligatoriedad escolar en Argentina (provincia de Entre Ríos, 1886-1958). *Prohistoria Ediciones*, Santa Fe, año 25, n. 38, p. 1-30, 2022. Disponible em: <https://ojs.rosario-conicet.gov.ar/index.php/prohistoria/article/view/1719/2508>. Acceso em: 4 jan. 2023.

PETITTI, Eva Mara. La relación nación-provincias y la educación primaria en Argentina (1905-1978). *Ciencia, Docencia y Tecnología*, Entre Ríos, v. 32, n. 63, p. 1-30, 2021. Disponible em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14569031002>. Acceso em: 17 nov. 2022.

PEYRET, Alejo. *Una visita a las colonias de la República Argentina*. Buenos Aires: Imprenta Tribuna Nacional, 1889.



PIERINI, María de los Ángeles. La educación rural desde la perspectiva de una historia regional de la Patagonia Austral. *Historia de la Educación Anuario*, Caba, v. 17, n. 1, p. 23-49, 2016.

PROVINCIA DE ENTRE RÍOS. *Apuntes estadístico*. Buenos Aires: Tipografía y Encuadernación el Paraná, 1896.

PROVINCIA DE ENTRE RÍOS. *Boletín de Educación*. [S. l.]: Publicación del Consejo General de Educación, 1898. v. 8.

PROVINCIA DE ENTRE RÍOS. *Boletín de Educación*. [S. l.]: Publicación del Consejo General de Educación, 1899. v. 8.

PROVINCIA DE ENTRE RÍOS. *Memoria de la dirección general de escuelas ano 1911*. Buenos Aires: A Mentruiy, 1912.

PROVINCIA DE ENTRE RÍOS. *Memoria de la dirección general de escuelas año 1912*. Buenos Aires: A Mentruiy, 1913.

PROVINCIA DE ENTRE RÍOS. *Memoria de la dirección general de escuelas de Entre Ríos correspondientes a los años 1914, 1915, 1916, y 1917*. Buenos Aires: Publicación Oficial, 1919.

PROVINCIA DE ENTRE RÍOS. *Memoria presentada a la Honorable Legislatura de la provincia por el Ministro de Gobierno, Ing. Alberto Méndez Casariego, 1903-1904*. Buenos Aires: Compañía Sud Americana de Billetes de Banco, 1904. t. 1.

PROVINCIA DE ENTRE RÍOS. *Memoria presentada a las Honorables Cámaras Legislativas de la provincia en sus sesiones de 1900 por el Ministro de Gobierno Dr. Don Esteban Comaleras. Año económico 1899*. Buenos Aires: Tipografía y Encuadernación el Paraná, 1900.

PROVINCIA DE ENTRE RÍOS. *Mensaje del gobernador de la provincia de Entre Ríos leído ante la asamblea legislativa el 6 de mayo de 1901*. Buenos Aires: Tipografía y Encuadernación el Paraná, 1901.

REPÚBLICA ARGENTINA. *La provincia de Entre Ríos: obra decriptiva: escrita con motivo de la exposición internacional de Chicago*. Buenos Aires: Tipografía, Litografía y Encuademación "La Velocidad", 1893.

REPÚBLICA ARGENTINA. *Monitor de la Educacion Comun*. Buenos Aires: Publicacion Oficial de la Comision Nacional de Educacion, 1909.



REULA, Filiberto. *Historia de Entre Ríos*. Santa Fe: Castellví, 1971. t. 2.

RÍGOLI, Bernardo; GUZMÁN, Victorino. *Plano topográfico catastral de la Provincia de Entre Ríos construido con los últimos antecedentes*. [S. l.]: Lit. José Ruland, 1886.

SÁBATO, Hilda. La formación del mercado de trabajo en Buenos Aires, 1850-1880. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 24, n. 96, p. 561-592, 1985.

SÁBATO, Hilda; ROMERO, Luis Alberto. *Los trabajadores de Buenos Aires: la experiencia del mercado*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.

SAUTU, Ruth. *Todo es teoría: objetivos y métodos de investigación*. [S. l.]: Ediciones Lumiere, 2003.

TEDESCO, Juan Carlos. *Educación y sociedad en la Argentina (1880-1945)*. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1986.

TORRADO, Susana. El nuevo “Clasificador Nacional de Ocupaciones” del INDEC: una fractura irreparable en el sistema estadístico nacional. *Estudios del Trabajo*, Caba, v. 5, p. 85-120, 1993.

WINSBERG, Morton. Jewish agricultural colonization in Entre Rios, Argentina. *The American Journal of Economics and Sociology*, New York, v. 27, n. 3, p. 285-295, 1968.

ZAIDENWERG, Cielo. *Amar la patria: las escuelas del territorio rionegrino y la obra argentinizadora en el sur*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2016.

Notas

¹Esta investigación fue financiada por el CONICET - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.

²INES – Instituto de Estudios Sociales CCT SANTA FE – Centro Científico Tecnológico CONICET - Santa Fe CONICET – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5241-9693>.

³INES – Instituto de Estudios Sociales CCT SANTA FE – Centro Científico Tecnológico CONICET - Santa Fe CONICET – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5747-4301>.

⁴La Ley N° 4874, de 1905, extendió su acción a las provincias por medio de la creación de escuelas primarias.

⁵Para ampliar sobre la obra filantrópica de y la colonización judía en Argentina y Entre Ríos se sugiere ver, entre otros trabajos Haim (1983, 2005).



⁶“Los autores que no están de acuerdo acerca de la posibilidad de triangular paradigmas asumen que existe, o que no existe, una realidad real; que la investigación es objetiva y libre de valores, o que es subjetiva y valorativa” (SAUTU, 2003, p. 25).

⁷Se trata de una unidad administrativa atravesado por el río Gualeguay, y en ese momento se dividía en seis distritos –Sauce de Luna, Lucas, Mojones, Bergara, Villaguay y Raíces–.

⁸Para ampliar sobre la obra filantrópica de y la colonización judía en Argentina y Entre Ríos se sugiere ver, entre otros trabajos Haim (1983, 2005).

⁹Se funda la colonia “San Antonio” en 1892 y llegó a tener una extensión de 22.387 hectáreas. En 1912 se estableció la colonia “Palmar y Yatay” de unas 11.614 hectáreas.

¹⁰En 1894 se estableció la colonia “Lucienville” que, posteriormente, comprendió alrededor de 40.630 hectáreas.

¹¹En 1908 se fundó la colonia “Walter Moss y Curbelo” con una extensión de 12.826 hectáreas compradas entre 1892 y 1894. En 1901, la colonia “Santa Isabel” ocupó unas 12.971 hectáreas.

¹²En esta colonia se radicaba una de las sedes administrativas de la *Jewish*. En Villaguay también se instaló la Colonia López y Berro, poblamiento que se inició en 1907 en las tierras compradas entre 1892 y 1893.

¹³Recordamos que merced a la pandemia de COVID-19 y al traslado de su sede los originales obrantes en el Archivo Nacional de la Nación no han estado disponibles.

¹⁴The first East European Jews to reach Argentina arrived in 1889. In that year 824 came as a group from the town of Kamenets Podolskiy in the Western Ukraine. [...] n 1894 the association recruited several small groups of Jewish farmers from villages in Belorussia and Ukraine, transported them to Argentina, and settled them in Clara. In that same year Lucienville was founded. (WINSBERG, 1968, p. 286, 292).

¹⁵Acerca de las colonias en ejecución por la *Jewish Colonization Association* (CTA) Alejo Peyret aclaraba “La colonia está ubicada entre el arroyo Villaguay y el ferrocarril proyectado de Villaguay á Concordia; quiere decir que la importante ciudad de Concordia será su mercado principal, y su puerto la salida de sus productos” (PEYRET, 1889, p. 146).

¹⁶“Considero dependiente a toda persona que declara una actividad en relación de dependencia, que trabaja por un salario, monetario y/o en especie. Es decir que los independientes estarían definidos por la negativa. Algunos lo son por definición, como los transportistas, profesionales, comerciantes y artesanos. Pero en las actividades productivas rurales, las definiciones de los protagonistas pueden ser dudosas ya que puede tratarse de arrendatarios, medieros, aparceros, etc., cuya independencia puede estar relativizada en diferentes grados, según condiciones. Además, estos trabajadores pueden completar los ingresos de su actividad más o menos independiente con un salario en momentos de gran demanda de mano de obra” (DILOSKY, 2021, p. 169).

¹⁷No hemos contabilizado a aquellos que se identificaron como vagos, mendigos, agregados, estudiantes o jubilados. También algunos decuriones, aunque en pocos casos, dejaron en blanco esa casilla en algunas cédulas.

¹⁸5 comadronas o parteras son los únicos profesionales que no manifestaron alfabetización.



¹⁹Al mismo tiempo, reconocemos los aportes de la historia sociocultural de las prácticas de lectura y escritura para el estudio de los procesos de alfabetización.

²⁰Este órgano tenía jurisdicción, según la Ley N° 1420, sobre las escuelas de la Capital Federal, Colonias y Territorios Nacionales. A partir de la Ley N° 4874 extendió su acción a las provincias por medio de la creación de escuelas primarias.

²¹Los datos del segundo censo escolar arrojaban 39, 5% analfabetos, 9,3% de semi alfabetos y 51,2% de alfabetos en la provincia de Entre Ríos.

²²Se advertía que la información del censo nacional de educación del 23 de mayo de 1909 bajo la dirección del señor Alberto Martínez, contenía información que no condice con el estado actual de la educación de la provincia de Entre Ríos. Para ello, el censo se realizaría otro censo en septiembre de 1910.

Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos indígenas no filme Rio Escondido (1947), de Emílio Fernández¹

Cultural nationalism and indigenism in Mexican murals and screens: reflections on the representations of indigenous people in the film Rio Escondido (1947), by Emílio Fernández

Andréa Helena Puydinger De Fazio²



Resumo: Propomos, no presente artigo, analisar as representações dos indígenas e os espaços a eles atribuídos no filme mexicano *Rio Escondido* (1947). Dirigido por Emílio Fernández e fotografado por Gabriel Figueroa, *Rio Escondido* narra a trajetória de Rosaura, professora rural que atende ao chamado presidencial para levar a educação ao longínquo povoado indígena. Visando ao desenvolvimento da análise, debruçaremos-nos sobre a obra fílmica, considerando, também, o contexto político-cultural no qual se insere a fonte e o rico diálogo que marca as artes visuais e as representações nacionais mexicanas. Especificamente sobre esse diálogo, a pintura mural de Diego Rivera, *Epopéya del pueblo mexicano*, presente na narrativa fílmica, também será alvo de nossas reflexões. Pautaremos-nos em discussões teórico-metodológicas voltadas para a identidade nacional do caso mexicano e acerca da análise de imagens cinematográficas. Partimos da compreensão de que, apesar da relevância atribuída aos indígenas na formação sociocultural mexicana e nas artes das décadas de 1920 a 1940, as representações visuais lhes atribuem papéis que os inserem às margens, como coadjuvantes e passivos. **Palavras chave:** nacionalismo; indigenismo; México; cinema; Rio Escondido.

Abstract: In this article, we propose to analyze the representations of indigenous people and the spaces attributed to them in the Mexican film *Rio Escondido* (1947). Directed by Emílio Fernández and photographed by Gabriel Figueroa, *Rio Escondido* tells the story of Rosaura, a rural teacher who responds to the presidential call to bring education to a remote indigenous village. Aiming at the development of the analysis, we will focus on the filmic work, also considering the political-cultural context in which the source is inserted and the rich dialogue that marks the visual arts and Mexican national representations. Specifically about this dialogue, Diego Rivera's



Andréa Helena Puydinger De Fazio
Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e
telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos
indígenas no filme Rio Escondido (1947), de Emílio Fernández

mural, Epopeya del pueblo mexicana, present in the film narrative, will also be the target of our reflections. We will base ourselves on theoretical-methodological discussions focused on the national identity of the Mexican case and on the analysis of cinematographic images. We start from the understanding that, despite the relevance attributed to indigenous peoples in the Mexican sociocultural formation and in the arts from the 1920s to the 1940s, visual representations assign them roles that place them on the margins, as supporting and passive ones. **Keywords:** nationalism; indigenism; Mexico; cinema; Rio Escondido.



Introdução

O filme *Rio Escondido* (1947, Dir.: Emilio Fernández), produzido durante a chamada Era de Ouro do cinema mexicano³, narra a trajetória da professora rural Rosaura (Maria Félix). A missão dessa personagem, atribuída pessoalmente pelo Presidente mexicano, seria atuar na educação dos moradores de Rio Escondido, povoado isolado, dominado pela pobreza e “ignorância”. Visava, assim, obter a colaboração, da professora, com o amplo projeto reformista nacional para o desenvolvimento de regiões longínquas, com escasso acesso à educação e à saúde. A fim de restaurar a “moralidade”, o “patriotismo” e recuperar o “bem público”⁴, Rosaura enfrentaria o poder e a corrupção do Presidente Municipal Don Regino Sandoval, que monopolizava os recursos naturais, controlava totalmente a população indígena, o padre da cidade e a antiga professora, que fora impedida de lecionar e obrigada a morar com Regino.

Durante sua estadia em Rio Escondido, Rosaura reativa a escola, anteriormente ocupada pelos cavalos de Don Regino, e ajuda na vacinação da população, junto com o médico Felipe e o padre da cidade. O Presidente Municipal se interessa pela professora, que o despreza e, por toda a narrativa, questiona e denuncia a tirania com que ele trata a população. Sentindo-se afrontado, Don Regino tenta violentar Rosaura, mas acaba morto a tiros pela professora. Esta, que tinha uma doença no coração, também morre.

Rio Escondido foi lançado no início do mandato presidencial de Miguel Alemán (1946-1952), sucessor de Manuel Ávila Camacho (1940-1946) e primeiro Presidente civil após a Revolução Mexicana. Alemán, inclusive, consta no roteiro de *Rio Escondido* como um dos atores, interpretando a si mesmo (ROTEIRO..., 1947, p. 2). Seu governo foi, segundo Soledad Laoeza (2010), um período marcado por iniciativas para acelerar o crescimento econômico mexicano, fortalecer e ampliar a autoridade do Estado e integrar a nação. Em 1948, *Rio Escondido* foi exibido no Congresso Cinematográfico de Madri, recebendo as premiações de melhor filme, melhor diretor e melhor fotografia. Em 1949, foi premiado em 9 das 17 categorias do Prêmio Ariel, concedido pela Academia Mexicana de Artes e Ciências Cinematográficas (BERNARDETE, 2001).

Dos 102 minutos de duração de *Rio Escondido*, foram dedicados, logo no início da narrativa, aproximadamente 02 minutos para o percurso de Rosaura pela História mexicana, na qual, conforme a narrativa fílmica, a força do povo possibilitou que a nação resistisse à violência e às tentativas de dominação estrangeiras. Conduzida por uma voz *off*, a voz da História, Rosaura sobe as



escadarias do Palácio Nacional e se depara com uma imponente pintura mural, a obra de Diego Rivera, *Epopéya del pueblo mexicano*. A voz *off* narra os acontecimentos e personagens conforme a professora caminha e se dirige às diferentes seções do mural. Na maior parte do tempo, a câmera adquire sua perspectiva, mostrando ao espectador aquilo que os olhos de Rosaura veem, percorrendo os detalhes da pintura enquanto são narrados os acontecimentos e personagens. Em outros momentos, em um plano mais aberto, observamos a professora aproximando-se das enormes paredes, e a vemos pequenina, diante da grandiosidade das imagens e da História.

Desenvolvida no Palácio Nacional entre os anos de 1929 e 1935, *Epopéya del pueblo mexicano* fora estruturada conforme a arquitetura do Palácio. Rivera dividiu a pintura em três partes: a seção central, com o mural intitulado *De la conquista a 1930*; a seção norte (sobre a escadaria direita), com *México Antigo*, e a seção sul (sobre a escadaria esquerda), com *México de hoy y mañana*. Nos muros norte e sul, em paredes opostas, Rivera retrata, respectivamente, o universo pré-hispânico e o panorama contemporâneo mexicano, representando, na visão de Rochfort (1998), o prólogo e o epílogo da história do país. Na parede central, a pintura abrange diversos períodos da história: da violência da conquista à Revolução Mexicana, passando pela Independência; as invasões estadunidense e francesa; a Reforma e o governo de Porfírio Díaz.

Ainda que, a princípio, o tempo dedicado, em *Rio Escondido*, à monumental obra de Rivera pareça curto ou pouco significativo, os dois minutos nos fornecem elementos para longas discussões. De modo abrangente, podemos investigar a íntima relação entre muralismo e o cinema mexicano, bem como as ações da pintura e do cinema em prol da construção de uma identidade nacional. Além disso, podemos analisar como a abordagem da História, de personagens históricos e da sociedade mexicana, presentes no mural, são resgatados e abordados no filme. Isso, pois, sabemos que era muito cara, ao fotógrafo de cinema Gabriel Figueroa, a possibilidade de transformar variadas manifestações artísticas em murais em movimento. Ademais, entendemos, como inerente ao cinema mexicano, o intenso diálogo com outras artes visuais e o compartilhamento de imagens voltadas para a construção, representação e difusão da identidade, cultura, sociedade, história e nação mexicanas. Sem dúvida o movimento muralista, a trajetória de Diego Rivera e a obra *Epopéya del pueblo mexicano* também contêm ricas possibilidades de investigação.⁵

Rio Escondido, segundo Jorge Ayala Blanco (apud MORA, 2012, p. 80), é a obra fílmica “[...] que melhor revela os ideais de Emilio Fernández, assemelha-



se a uma escultura, solitária e imóvel”. Além disso, trata-se de uma produção de belíssima fotografia, na qual Gabriel Figueroa incorpora técnicas de Sergei Eisenstein, caracterizadas por “[...] ângulos baixos que enfatizam a paisagem e o céu e as pequenas figuras humanas diante deles; os closes de rostos indígenas e mulheres encobertas [...]” (MORA, 2012, p. 80).

Nesse sentido, no presente artigo, voltaremos nossas análises para a representação dos indígenas, o papel a eles atribuído e o espaço por eles ocupado na narrativa de *Rio Escondido* e, como parte componente desta, na obra mural *Epopéya del pueblo mexicano*. Destacamos que *Rio Escondido* ainda não é uma obra amplamente analisada no que diz respeito a pesquisas sobre cinema mexicano e as produções de Emílio Fernández. Na historiografia brasileira, essa escassez se torna ainda mais perceptível. Por isso, neste artigo, dialogaremos, prioritariamente, com a historiografia mexicana e com outras pesquisas estrangeiras.

Interessa-nos investigar como se deu a representação do indígena/mestiço nas referidas obras⁶, pelo fato de serem, em nosso entendimento, pontos chave de estruturação das obras por parte de seus realizadores, bem como temas geradores de intenso debate nas décadas de 1930 e 1940. Por outro lado, partimos do pressuposto de que, mesmo sendo elementos centrais no filme, tal grupo étnico e social foi retratado como uma população silenciada e passiva, diante do protagonismo de outros agentes políticos e sociais do Estado mexicano.

Nesse sentido, buscaremos relacionar a abordagem presente em nossas fontes com os debates sociais, políticos e culturais presentes dos contextos de produção de ambas as obras em questão. Ademais, realizaremos as discussões a partir dos caminhos trilhados pelo filme, valorizando o diálogo e circulação de imagens, símbolos e representações nas diferentes linguagens artísticas.

Por fim, buscaremos analisar *Rio Escondido* partindo sempre das imagens, diálogos e informações contidas nas fontes. A historiografia, as abordagens teórico-metodológicas e outras produções visuais atuarão como suportes que possibilitarão a compreensão e a discussão acerca das imagens fílmicas. Isso, pois, conforme aponta Carlos Alberto Sampaio Barbosa (2009, p. 73), “as imagens são mudas e traduzir seus testemunhos em palavras é, muitas vezes, difícil e perigoso. Seu uso sozinho é quase impossível, afinal, como qualquer outro tipo de fonte, exige seu cruzamento com outros recursos”.



O indigenismo na construção da narrativa de nação pós-revolucionária (1920-1940)

A fim de possibilitar as análises acima propostas, percorreremos alguns processos constituintes da política, cultura e sociedade do México pós-revolucionário, dos anos de 1920 a 1940, a saber: a busca pela identidade nacional apoiada na ideia de nacionalismo cultural, o indigenismo e o apoio às artes, em consonância com os projetos políticos governamentais. Segundo Ricardo Pérez Montfort, a Revolução impactou fortemente a “retórica nacionalista” mexicana, dando início a um impulso renovador nos âmbitos econômico, político, cultural e artístico, por meio de vários debates públicos e polêmicas, processo esse que se estenderia até meados da década de 1940 (PÉREZ MONTFORT, 2007, p. 516).

Conforme John Mraz (2009), uma revolução social das dimensões da Revolução Mexicana, bem como a posterior busca por reconstruir o país, pela identidade nacional e pelo abandono da cultura afrancesada (que marcou o governo de Porfirio Díaz), fizeram com que o México (re)construísse sua autoimagem e descobrisse sua população indígena.

A década de 1920, no México, segundo afirma Carlos Alberto Sampaio Barbosa (2007), foi marcada pelo processo de Institucionalização da Revolução. O fim dos conflitos armados foi selado com a presidência provisória de Adolfo de la Huerta, governador de Sonora. Após sua posse, em 1920⁷, iniciou-se a década de formação do Estado Mexicano Moderno, caracterizada pelos seguintes fatores: dominação dos presidentes sonorenses Adolfo de la Huerta (1920), Álvaro Obregón (1920-1924) e Plutarco Elías Calles (1924-1928); conflitos com a Igreja Católica, companhias petrolíferas e com os Estados Unidos (BARBOSA, 2007).

Para Carlos Monsiváis (1988), esse impulso nacionalista pós-Revolucionário, os aparatos de controle governamental e a perspectiva unificadora oficial, a qual se baseava na ideia de que o Estado estava acima das classes e da luta de classes, fizeram parte da Revolução Mexicana tanto quanto a luta armada. Para o autor, o Estado partia de uma “perspectiva unificadora”, apoiando-se na busca pelo progresso e gerando uma “verbomania nacionalista”, que englobou as mais diversas tendências artísticas e intelectuais. Em 1921, por exemplo, teve início o projeto de “salvação/regeneração do México por meio da cultura” (MONSIVÁIS, 1988, p. 1417). Nesse sentido, o autor afirma que a “unidade nacional” proporcionaria a “fusão”, o “sincretismo” das classes sociais, dos antagonismos políticos e, assim, haveria o “equilíbrio” político, social e cultural



no país (MONSIVÁIS, 1988, p. 1418).

Além disso, segundo José Vasconcelos, Secretário de Educação Pública entre 1920 e 1924, era necessário abandonar o elitismo porfiriano e “[...] conquistar um grande público, incorporar toda a comunidade, trazê-la para testemunhar e atuar nas representações emocionais do processo social” (VASCONCELOS apud MONSIVÁIS, 1988, p. 1420). Nesse contexto, foi criado o Departamento de Belas Artes, iniciativa que objetivava difundir, por meio das expressões artísticas, símbolos, mitos e referenciais históricos nacionais (MONSIVÁIS, 1988).

Na visão de Karen Cordero Reiman, foi, no referido período, que se desenvolveu uma romantização da absorção, por parte da cultura popular, de valores concebidos como nacionais, a exemplo de “pureza” e “comunidade”, os quais foram reforçados pelos escritores mexicanos de então (REIMAN, 2002, p. 70). Diferentes manifestações artísticas também difundiram e reforçaram um conjunto de imagens sobre a cultura nacional, as quais, por sua vez, foram criadas visando a alcançar os sentimentos, valores e costumes do povo mexicano (PÉREZ MONTFORT, 2007, p. 524).

Dentre as referidas manifestações, podemos citar o cinema, que, na década de 1930 passou por um processo de industrialização com forte influência, financiamentos e tecnologia estadunidense. Esses projetos perpassam as décadas de 1920, 1930 e 1940, período no qual os diferentes governos buscaram promover a cultura nacional e a mexicanidade. Inicialmente encabeçados por José Vasconcelos, nomes como Manuel Puig Casauranc, Moisés Sáenz, Ezequiel Padilla, Narciso Bassols, Gonzalo Vázquez Vela, Jaime Torres Bodet e Manuel Gual Vidal representaram a sua continuidade (PÉREZ MONTFORT, 2005).

Nesse sentido, segundo Roger Bartra (1996), tais empreendimentos políticos caracterizaram o nacionalismo cultural. Assim, a construção da identidade nacional permeou a criação de mitos e símbolos sobre o México, sua história, cultura e tradições comuns. O nacionalismo cultural, por sua vez, institucionalizou e difundiu esses mitos, que passaram a ser dotados de ideias políticas e discursos oficiais (BARTRA, 1996).⁸

No México, essa recuperação das origens se relaciona intimamente com a figura do mestiço, que passou a ocupar uma das faces do nacionalismo cultural. Segundo Jorcy Foerste Jacob, demograficamente falando, houve, no final do século XIX e início do XX, a intensificação do contato entre indígenas e mestiços, por fatores como desenvolvimento econômico capitalista, expropriação de terras comunais, conflitos, políticas estatais e casamentos entre indígenas e brancos (JACOB, 2014).



As discussões acima nos possibilitam inferir que esse ideal nacionalista, elo entre artistas e intelectuais, correspondia a interesses políticos e econômicos, fazendo com que a definição, identificação e difusão do “tipicamente mexicano” se dessem por meio de empreendimentos de uma elite política e cultural. Essa conclusão nos remete a duas reflexões.

Primeiramente, delinear nosso entendimento sobre nacionalismo. Partimos do pressuposto, a partir do diálogo teórico com Eric Hobsbawm (1990)⁹, de que o nacionalismo pode ser compreendido como um sustentáculo do poder político estatal pós-revolucionário mexicano, empreendido e impulsionado por camadas dirigentes, as quais se utilizam das artes para atribuir imagens e sentidos à nação. No entanto, esse empreendimento oficial não anula a visão comunitária da imaginação nacional – conforme o conceito de “comunidade imaginada”, de Benedict Anderson (2008). Isso, pois, justamente com as artes e os meios de comunicação, esses referenciais nacionais passaram a compor uma forma de identidade político-social, levando a uma identificação do México e do mexicano com esse conjunto de elementos visuais nacionais.

Em segundo lugar, coloca-nos diante da ênfase étnica existente nos referidos empreendimentos nacionalistas, que identificam o indígena, o camponês e o mestiço como figuras basilares da nação mexicana. Cabem, aqui, algumas reflexões sobre o indigenismo naquelas décadas de institucionalização da Revolução Mexicana. A Direção de Antropologia, fundada no ano de 1917 sob comando do antropólogo Manuel Gamio, teve um papel central na política de legitimação e centralização do poder do Estado pós-revolucionário, voltando-se para o desenvolvimento de políticas indigenistas. Segundo Emilio Kouri, o indigenismo consistiu em

Um conjunto de idéias (sic) e estudos antropológicos surgidos da Revolução com o propósito explícito de civilizar (com o amparo governamental) a vasta população indígena para integrá-la em uma nova cultura nacional [...]. Uma série de políticas oficiais dos governos pós-revolucionários (por exemplo, o muralismo, a promoção das artes populares) visava reconhecer, retórica e simbolicamente, quais aspectos da cultura e da história dos índios formam ou têm que formar partes da verdadeira identidade da nação, isso seria o indigenismo (KOURI, 2010, p. 419-420 apud JACOB, 2014, p. 58).



Antônio Carlos Amador Gil (2015) identifica Manuel Gamio e Alfonso Caso como figuras-chave na formulação e institucionalização de políticas indigenistas. Alfonso Caso, segundo o autor, chegou a afirmar que “[...] a construção da Nação era mais importante que a preservação de uma coleção de culturas anacrônicas” (GIL, 2015, p. 348). Assim, ainda segundo o mesmo autor, para o fortalecimento nacional, seriam empreendidas, entre outros projetos, a mestiçagem dos grupos étnicos que se apresentavam heterogêneos, sua aproximação com os centros urbanos e a difusão e universalização da língua espanhola (GIL, 2015).

Gil (2014) afirma que há diversas variações do indigenismo, não se tratando, dessa forma, de uma política homogênea. Na década de 1930, por exemplo, o enfoque culturalista, que negava a ideia de “cultura superior” e “inferior”, fez com que o termo “raça” indígena fosse gradualmente abandonado. Ademais, existia uma preocupação, por parte dos intelectuais indigenistas, nos anos trinta, em conectar passado e presente nacionais por meio do elemento indígena, valorizando-os como parte integrante da nação – diferentemente do que ocorrera no século XIX, período no qual a valorização do passado indígena se sobrepunha aos indígenas contemporâneos (GIL, 2014).

Ainda segundo Gil (2014), com a realização do I Congresso Indigenista Interamericano, em 1940, foram aprovadas medidas que visavam: sanar os problemas resultantes da concentração de terra; possibilitar o acesso dos indígenas à terra e à água; criar centros de medicina preventiva, entre outros objetivos. Ainda nos anos 1940, durante o governo de Alemán, foi criado o Instituto Nacional Indigenista (INI), do qual Alfonso Caso foi o Diretor e por meio do qual visou realizar uma “aculturação” de cunho oficial, de modo a integrar os indígenas e colocá-los no “caminho do progresso” (GIL, 2014, p. 214-215). Esse processo explicitou que “[...] os indígenas deviam participar e ser incorporados à comunidade nacional mexicana desde que abandonassem a sua cultura e sua identidade” (GIL, 2015, p. 351).

Assim, alinhados às políticas nacionalistas e indigenistas, os muros de diversos edifícios dos séculos XVI e XVIII foram pintados, de modo a divulgar, para o povo, a sua própria história. O muralismo, “[...] uma descoberta do presente e passado do México, algo que a agitação revolucionária levou à tona [...] foi também uma invenção, uma projeção publicitária, uma função política do Estado” (PAZ apud MONSIVÁIS, 1988, p. 1422). Alguns nomes se destacaram como pintores de murais neste período, tais como o já mencionado Rivera, José Clemente Orozco e David Siqueiros, conforme aponta Jacob (2012, p. 1).



Segundo Desmond Rochfort (1998), os primeiros murais, comissionados por José Vasconcelos e a Secretaria de Educação Pública, foram desenvolvidos em prédios como a Capela de São Pedro e São Paulo, a Escola Preparatória Nacional, o Anfiteatro Bolívar e o Colégio Chico por diversos artistas. Nos anos 1930, a principal característica da pintura muralista, ainda segundo Rochfort (1998, p. 84), fora a “reapropriação e reorganização do passado da nação”, de modo a transformá-la em uma história útil. Nesse sentido, para o autor, alguns dos principais murais que resgataram e reconstruíram a história mexicana foram pintados por Diego Rivera no Palácio Nacional e no Palácio Cortez, em Cuernavaca, ambos encomendados pelo governo mexicano. E tudo isso visando alcançar um público mais abrangente e de modo mais acessível, e não somente a burguesia mexicana, objetivando conectar o povo com um passado “esquecido” e de maneira participativa e atuante na história do país (ROCHFORT, 1998, p. 84).

Nos murais do Palácio Nacional, Rivera constrói uma história que, em nosso entendimento, debruça-se de forma significativa sobre as pinturas de história do século XIX, os quais narram a trajetória do México e de seu povo como um processo épico, permeado por grandes personagens, fatos e feitos, pela resistência e mistura de elementos étnico-raciais e culturais. A ideia de continuidade e constante evolução são marcantes nessa obra. Segundo Rubén Espinosa Cabrera (2017, p. 12), devido à constante presença de indígenas em suas pinturas, alguns setores da sociedade mexicana os chamavam, pejorativamente, de “os primatas de Diego” ou “a indiada de Rivera”.

Por outro lado, essa constante presença não elimina o exotismo ao qual os indígenas são associados em Rivera. Para Espinosa Cabrera (2017), o pitoresco é, antes de tudo, um problema político, uma estratégia por meio da qual características físicas diminuem o grau de humanidade de pessoas e grupos. Além disso, segundo Mraz (2009), ao favorecer mais a natureza do que a história, os grupos sociais autóctones passam a ser vistos como produtos da natureza e não atores sociais, passivos, incapazes de ação ou utilizados como parte da paisagem, sem relevância e atuação. Assim, valorizar esse passado que nunca existiu acaba sobrepondo-se aos esforços para construir o futuro (MRAZ, 2009).

Independentemente das abordagens críticas em relação ao muralismo, podemos afirmar que esse estilo de pintura, mais ou menos em consonância com o nacionalismo estatal e o indigenismo, utilizou-se de símbolos, representações e elementos de identificação para dar sentido à nação. Esses sentidos, conforme defende Stuart Hall (2015, p. 31), “estão contidos nas histórias que são contadas



sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”.

Também podemos afirmar que, da mesma forma que o Estado mexicano apoiou e promoveu o muralismo, também o fez com o cinema. Ainda que haja um amplo debate historiográfico no que diz respeito à periodização, características e até ao uso do termo Era de Ouro¹⁰, é marcante, nas análises de distintos autores, que, diante das políticas utilizadas para homogeneizar os povos indígenas no México, o cinema representou um braço do Estado em prol do nacionalismo cultural.

Nesse sentido, podemos apontar as ações protecionistas e monopolistas do Estado para com a indústria cinematográfica, elencadas por Ramirez Berg (1992): a criação do Banco Nacional Cinematográfico, que unia recursos estatais e privados para a produção fílmica; a criação de companhias de distribuição que atuavam em âmbito nacional e internacional; a isenção de impostos para essa indústria a partir de 1946. Assim, “Com esse tipo de participação e proteção estatal, não é de admirar que a indústria cinematográfica mexicana tenha respondido produzindo um número recorde de filmes, nem que muitos deles tivessem uma tendência nacionalista”. (RAMÍREZ BERG, 1992, p. 28).

La indiada de Rivera em Rio Escondido

Diego Rivera pinta em meio a multidão as suas fotografias populares de índios. Dentro, entre, abaixo, ao lado, ante e frente aos cenários, o povo nunca está sobre. [...]. Portanto podemos concordar que no afresco aparece projetada, de maneira multitudinária e anônimamente, a figura coletiva do povo, um povo envolvido e mobilizado na história e predominantemente indígena, entre as figuras notórias dos criollos e/ ou mestiços de perfis próprios, de heróis, governantes, amos, patronos exploradores, líderes revolucionários reais ou icônicos, etc. (ESPINOSA CABRERA, 2017, p. 528-529).

Em *Rio Escondido*, durante os já mencionados 02 minutos nos quais Rosaura é conduzida pela voz *off*, a voz da História, são exibidos recortes da pintura mural de Diego Rivera, *Epopeya del pueblo mexicano*, identificado no Roteiro original de *Rio Escondido* como “[...] um incêndio de cores e figuras acima de si, um motim de desmensuradas proporções” (ROTEIRO..., 1947, p. 8). O “esturpor”



e a “emoção” da personagem ao observar o mural também são previstos no Roteiro, assim como o sentido a ser atribuído à obra de Rivera: “SHOTS dos frescos com Rosaura em primeiro plano. [...] A voz do Palácio assume um tom em que dirá por ele mesmo, a mensagem do grande pintor mexicano e o sentido popular da História do México” (ROTEIRO..., 1947, p. 8).

Após enquadrar o rosto de Rosaura (Figura 1), a câmera se inverte, possibilitando ao espectador tanto adquirir o ponto de vista de Rosaura, quanto observar a cena em um plano mais aberto. A presença da personagem, de costas, na parte inferior do quadro, nos remete ao seu papel de observadora, mas, também, insere-a, em nosso entendimento, nesse emaranhado de personagens e acontecimentos. Conforme Rosaura sobe a escadaria central, a voz *off* explica o significado das imagens que a professora observa, emocionada: “Esta é a história de seu povo. A história do povo do México” (RIO ESCONDIDO, 04min37s – 04min43s):

Figura 1 - Fotogramas de Rio Escondido (04min36s - 04min39s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)¹¹



Em seguida, inicia-se a narrativa da história mexicana conduzida pela voz. Inicialmente, referindo-se ao mural da seção norte (sobre a escadaria direita), *México Antigo*, o qual é enquadrado pela câmera (Figura 2), a história dos povos nativos é apresentada, com ênfase em suas crenças, rituais e arquitetura: “Vulcões extintos que se assemelham a altares e uma velha raça parda que encontrou o segredo da vida nos ritmos da terra, da dança e das estrelas. A raça que fez da flor um culto e levantou pirâmides para Huichilobos e para Quetzalcoatl” (RIO ESCONDIDO, 04min44s – 04min59s).

Figura 2 - Fotograma de Rio Escondido (04min50s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)

Pode-se observar que o mural tem como temática a vida cotidiana, hábitos e relações sociais, políticas, econômicas e culturais das populações nativas. Na parte superior da pintura, vemos o sol de cabeça para baixo, o deus Quetzalcóatl saindo de um vulcão, as pirâmides do sol e da lua, e o cultivo do milho e do *maguey*. No centro, um homem de barba se destaca pela posição que ocupa e pela pele branca, barba e bigode, destoando dos demais. Ao seu lado, pessoas sentadas o observam atentamente.

Ainda na parte central da pintura, à direita, observamos pessoas com instrumentos musicais e, à esquerda, trabalhadores carregando grandes pacotes nas costas, sob o olhar atento de um soldado. Na parte inferior do mural, guerreiros astecas lutam com outros povos nativos utilizando lanças e toras de madeira e escudos. Vemos, também, trabalhadores de diversas naturezas,

como ceramistas, escultores, agricultores. Esse mural nos remete à hierarquia e organização, uma sociedade na qual cada um dos elementos tem sua função e a desenvolve sob a proteção de Quetzalcóatl e fiscalização do governo centralizado.

Relativamente ao homem branco situado no centro do quadro, Jacob (2014) afirma que:

Quetzalcoatl, figurado como símbolo colonial da civilização, patrono da paz e das artes, ao ser gravado no centro do México pré-hispânico indica que aquele era um reino grandioso e imponente. Pintado como homem branco, prenuncia a vinda da colonização. A divindade indígena também é figurada no céu, voando para o oriente. Portanto, Rivera enfatizou características da cultura asteca, como arte e conhecimento, classificadas na narrativa histórica eurocêntrica como marcas das grandes civilizações culturais antigas (JACOB, 2014, p. 141).

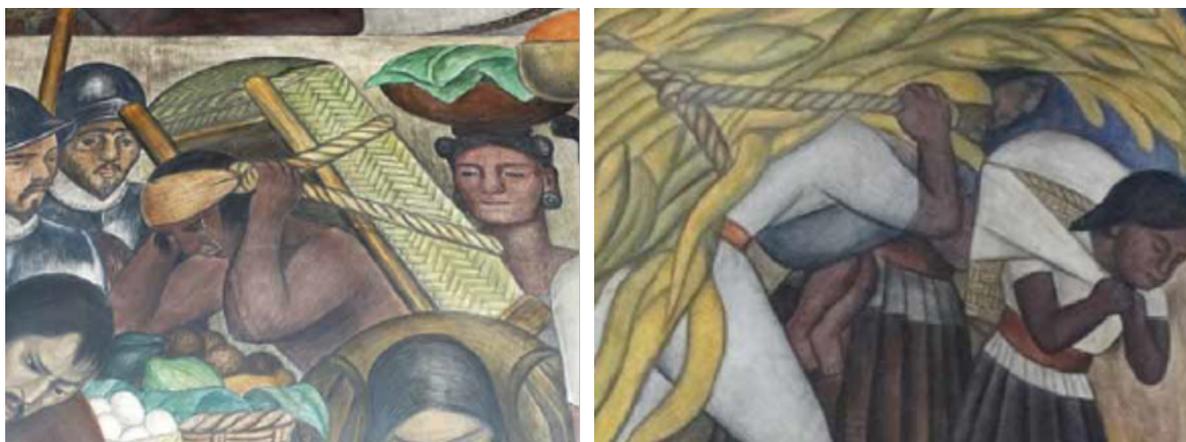
No que diz respeito à hierarquização dessa sociedade presente na pintura, em especial aos carregadores que sobem a escadaria da pirâmide, Espinosa Cabrera afirma: “Diego pinta os indígenas do povoado em sua condição de *tamemes* ou carregadores. A imagem do carregador é muito forte no México e é sinônimo não somente de trabalhador, mas também de trabalhador reduzido à mais baixa condição [...]” (ESPINOSA CABRERA, 2017, p. 529).

Representando multidões anônimas, conforme apontou Espinosa Cabrera (2017) na epígrafe deste tópico, os indígenas se tornam sinônimos de trabalho forçado em todo o mural de Rivera. Do período pré-hispânico, passando pelo processo de conquista, estruturação colonial, Independência, formação da nação, Revolução, e até no período contemporâneo a Rivera, o indígena é representado abaixo dos outros personagens sociais e históricos, carregando nas costas o peso da construção do México. O autor chama a atenção para alguns detalhes das três seções do mural *Epopeya del pueblo mexicano*, os quais mostramos abaixo (Figura 3).

Interessante notar que o gravurista Leopoldo Méndez, que elaborou gravuras sobre *Rio Escondido*, as quais são exibidas na abertura do filme, também se utilizou desse simbolismo para representar os indígenas, associando-os ao trabalho e à submissão. No detalhe da gravura *El dueño de Todo* (Figura 4), os indígenas carregam pesados sacos e andam em fila, sob o olhar e ordens de Don Regino Sandoval, o cacique da cidade:

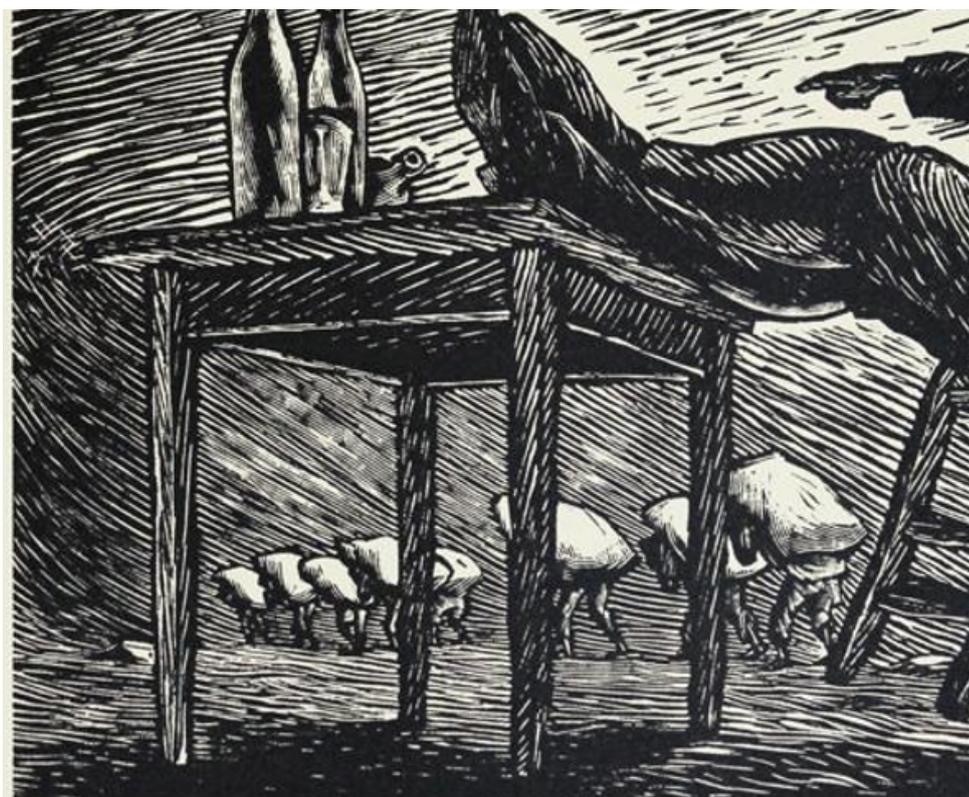


Figura 3 - Detalhes do mural Epopeya del pueblo mexicano, Diego Rivera, 1929-1935



Fonte: (ESPINOSA CABRERA, 2017, p. 550-551).

Figura 4 - Detalhe da gravura El dueño de Todo, Leopoldo Méndez, 1948



Fonte: Mendez (1948).

Após observar *México Antiguo*, dando prosseguimento à narrativa fílmica, Rosaura direciona seu olhar para a seção central do mural, *De la conquista a*

Andréa Helena Puydinger De Fazio
Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e
telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos
indígenas no filme Rio Escondido (1947), de Emílio Fernández



1930 (figura 5). O tema agora abordado, pelo narrador, é a conquista da América pelos espanhóis: “Aqui estão nossas origens. Sangue e fogo. Gênio da Espanha e gênio de Cuauhtemotzín. Uma união que, cruelmente, parece expressar a fatalidade que toda vida nova requer para fincar a raízes da pátria!” (RIO ESCONDIDO, 1947, 05min00s – 05min15s).

Figura 5 - Fotogramas de Rio Escondido (05min01s - 05min03s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)

Na figura 5, observamos Rosaura de costas, pequenina, diante do grandioso mural. O foco do narrador *off* está na parte inferior da pintura, na qual é retratada a conquista de Tenochtitlán pelos espanhóis e a evangelização dos nativos. Os cavalos, armaduras e armas mostram a superioridade militar dos espanhóis. À direita, a continuidade do processo de conquista, com foco no trabalho compulsório e na violência dos espanhóis para com os nativos.

Relativamente à conquista, também são abordados, no mural, temas como a Inquisição, o batismo dos povos nativos e, particularmente relevante para este artigo, a formação do povo mexicano por meio da mestiçagem. Ainda na figura 5, no canto superior direito, acima de uma grande fogueira está Hernán Cortés, com o corpo e rosto direcionados aos indígenas, que trabalham sob o domínio espanhol. Ao seu lado, não enquadrada pela câmera de Gabriel Figueroa, está a indígena Malinche e seu filho Martín, resultado da união da indígena com o conquistador.

Andréa Helena Puydinger De Fazio
Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos indígenas no filme Rio Escondido (1947), de Emílio Fernández



O lugar do indígena em *Rio Escondido*: reflexões sobre a linguagem fílmica

Pautando-nos nas reflexões acima, é de nosso entendimento que o filme *Rio Escondido* corresponde aos anseios do nacionalismo cultural mexicano, tão presente entre as décadas de 1920 e 1940. As histórias contadas sobre a nação mexicana, no filme, remetem o espectador à luta épica de um povo que fez da violência da conquista a sua semente, a qual fora germinada nas mãos dos heróis nacionais e dos professores - ambas categorias inteiramente comprometidas, na narrativa, com o progresso e evolução da nação.

Os momentos-chave da história nacional, no filme, são a conquista, a Independência, a Reforma e a Revolução Mexicana. As palavras de Camilo de Mello Vasconcellos (2010), relativas à estrutura da história nacional presente no mural *Epopéya del pueblo mexicano*, vai inteiramente ao encontro de nosso entendimento sobre *Rio Escondido*:

Há um fio condutor entre esses fatos, interligados pelos personagens e pelo que eles representam. Desta maneira, Cuauhtémoc, que segura o coração de um soldado sacrificado, na parte inferior do mural, representa a resistência indígena à colonização; Hidalgo, com o estandarte da Virgem de Guadalupe, representa o início da independência política, e Zapata, sustentando a faixa ao alto, sustenta a luta pela terra. Junto a Cuauhtémoc, Hidalgo e Zapata, estão Cortés, Morelos, Allende, Iturbide, Guerrero, Obregón, Calles, operários, camponeses, incluindo a imagem da Virgem de Guadalupe, como se todos representassem uma mesma essência nacional, uma sequência de fatos históricos que começam no mito da fundação da nação e vai sequencialmente abarcando toda a história mexicana e que culmina no presente: no Palácio Nacional e na Cidade do México, sede do Estado Nacional Mexicano. Finalmente, essa composição evidencia o momento histórico em que essa cena é produzida: o momento da consolidação da nação mexicana, ou melhor, da necessidade de sua apreensão, de sua representação e de sua sustentação como símbolo da comunidade dos mexicanos (VASCONCELLOS, 2010, p. 199).

Compreendemos que explorar a linguagem cinematográfica é essencial para

Andréa Helena Puydinger De Fazio
Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e
telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos
indígenas no filme *Rio Escondido* (1947), de Emílio Fernández



que possamos realizar a análise que nos propusemos neste texto, acerca do lugar ocupado pelos indígenas em *Rio Escondido*. No início do filme, o plano aberto do Zócalo nos remete à grandeza da arquitetura dos prédios oficiais. A bandeira, símbolo da nação, está presente na maioria dos quadros desta sequência inicial: no centro da praça, em primeiro plano, em frente ao Palácio Nacional; ao fundo, quando a câmera mostra o rosto de Rosaura; no topo dos prédios que a professora observa de baixo. Ao aproximar-se dos detalhes desta arquitetura, a câmera enfatiza símbolos fundadores da nação – o sino, os heróis nacionais – e os sons, dentre eles as vozes, marcam a presença da história como uma entidade viva, as quais falam com Rosaura e explicam a ela o significado de cada um dos símbolos.

Os efeitos sonoros, os enquadramentos, posicionamentos de câmera, iluminação, bem como todos os recursos propriamente cinematográficos, são empregados a favor da narrativa de nação que se busca construir. O modo como cada detalhe é enquadrado e o tempo que a câmera permanece enfocando os personagens históricos, por exemplo, é essencial para que o espectador contemple e assimile sua importância para a história – do México e de Rosaura.

Nesse sentido, se analisarmos, de modo articulado, as falas da voz *off* e os detalhes do mural de Rivera, por exemplo, perceberemos que ambos levam o espectador a valorizar determinados períodos e personagens da história mexicana. Outros personagens e períodos, não mencionados pela voz, nem mostrados pela câmera, são excluídos da narrativa histórica. Nesse sentido, interpretamos essas ausências como os esquecimentos necessários para que uma nação coesa e homogênea seja constituída. Sustentamos isso a partir de um diálogo teórico que estabelecemos com Maria Lígia Prado (2009, p. 68), a respeito da formação das identidades, mais especificamente “[...] sobre o intrincado e contraditório movimento de inclusão e exclusão, de lembrança e esquecimento, de semelhança e diferença, de harmonia e tensão, atravessado por relações de poder”. No caso de nossa análise, e ainda em diálogo com Prado (2009), compreendemos que a construção da identidade mexicana, em *Rio Escondido*, dá-se por meio da desconsideração da heterogeneidade de uma população que se pretendia unificar e dos períodos históricos que se buscava esquecer para que outros fossem lembrados.

No que diz respeito aos elementos propriamente cinematográficos mencionados acima, referimo-nos à construção da linguagem fílmica abordada por autores como André Bazin (1991), Ismail Xavier (2006), Jean-Claude Carrière (2015), Marcos Napolitano (2005, 2006), Mônica Kornis (1992), entre outros



pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre o uso do cinema como fonte histórica. André Bazin (1991) nos mostra que a linguagem cinematográfica se constrói por meio da união entre elementos relativos à plástica da imagem – cenário, maquiagem, trilha sonora, iluminação, enquadramento e movimentação de câmera – e os recursos de montagem. Além disso, segundo Kornis (1992), as representações histórica, social, política ou cultural, presentes no cinema, resultam da união entre elementos próprios de suas linguagens com o contexto no qual se insere. Assim, pautando-nos em Napolitano (2006), entendemos que a construção e representação do passado, nos filmes, devem ser abordadas sempre à luz dos elementos propriamente fílmicos.

Segundo Xavier (2006), em uma obra fílmica, os elementos próprios da linguagem cinematográfica são organizados em forma de narrativa, de acordo com o ponto de vista, objetivos, interesses dramáticos do diretor e da equipe de produção. Esta organização da narrativa, que leva em consideração diversos pressupostos, caracteriza a montagem. Assim, “a sucessão de imagens criada pela montagem produz relações novas a todo instante e somos sempre levados a estabelecer ligações propriamente não existentes na tela. A montagem sugere, nós deduzimos” (XAVIER, 2006, p. 368). Para Carrière (2015), é justamente a edição, a relação invisível entre as cenas, que proporciona ao cinema um vocabulário e gramática próprios, cujas intenções se revelam a partir da escolha não apenas do conteúdo, mas da forma como ele será exposto.

Entender brevemente a construção da linguagem cinematográfica, composta pela plástica da imagem e pela montagem, unidos ao contexto de produção, possibilita-nos compreender por quais motivos os filmes transmitem forte impressão de veracidade, e as razões que levaram o Estado mexicano a incentivar e valorizar fortemente sua indústria de cinema. Nesse sentido, em *Rio Escondido*, o viés nacionalista e a ênfase na narrativa oficial de nação se manifestam por meio dos recursos cinematográficos expostos acima, bem como do estilo melodramático. Ainda no que diz respeito à composição da linguagem fílmica, é essencial ter em mente que não apenas as vozes transmitem discursos, mas também as cores, o jogo de luz e sombra, trilha sonora, cenário, figurino e, de grande relevância para nossa análise, a distribuição das imagens e personagens nos quadros. Ella Shohat e Robert Stam (2006) refletem sobre essa última temática:

Para falar da ‘imagem’ de um grupo social, precisamos formular perguntas específicas sobre as imagens. Quanto espaço elas



ocupam dentro do quadro? Eles são vistos em close-up ou apenas em tomadas de longe? Com que frequência eles aparecem em comparação com os personagens euro-americanos e por quanto tempo? Eles são personagens ativos ou meramente decorativos? O espectador é encorajado a se identificar com o olhar de um ou outro tipo de personagem? Quais olhares são correspondidos, quais são ignorados? Como os posicionamentos dos personagens comunicam distância social ou diferença de status? Quem está na frente e no centro? Como a linguagem corporal, a postura e a expressão facial comunicam hierarquias sociais, arrogância, servidão, ressentimento, orgulho? Qual comunidade é sentimentalizada? (SHOHAT; STAM, 2006, p. 302).

Ainda que os autores do trecho acima se refiram à representação especificamente relacionada a grupos sociais, podemos utilizar os questionamentos levantados para reforçar a representação de símbolos históricos no filme *Rio Escondido*, tais como: o espaço ocupado pelas imagens no quadro e o tempo dedicado a cada uma delas; o posicionamento da câmera – *close-up* ou planos abertos –; a trilha sonora; as expressões faciais, a atribuição de sentimento ou idealização em relação a algo. Todos esses elementos devem ser considerados quando buscamos ficar atentos ao que a produção fílmica tem a nos dizer.

Tomando o trecho de Shohat e Stam (2006) de forma mais literal, ou seja, questionando-nos como se dá a representação social em uma obra fílmica, partiremos dos pontos levantados pelos autores para analisar a presença dos indígenas em *Rio Escondido*. Da mesma forma que John Mraz (2009) atribui características como “exotismo” e “pitoresco” aos indígenas retratados por Diego Rivera, para Ana Daniela Nahmad Rodriguez (2007), em *Rio Escondido*, o indígena

[...] não tinha mais atributos do que os calções e uma camisa de manta, completamente reduzidos ao que os mestiços podiam fazer. [...] não havia representação utópica, em todo caso a única utopia era que eles deixassem de ser índios, que eles desaparecessem ou se tornassem mestiços para integrá-los à nação mexicana (RODRÍGUEZ, 2007, p. 113-114).

Na visão de Rodríguez (2007), como resposta direta às demandas estatais e às ideias indigenistas, *Rio Escondido* não representa os indígenas de maneira



utópica – como faz a narrativa nacional em relação aos pré-hispânicos –, mas, sim, utiliza-se da mestiçagem para que esse grupo seja integrado ao México. Matthew Hill (2009) também atribui as representações de *Rio Escondido* às demandas do indigenismo dos anos 40. Segundo esse autor, o indigenismo desse período, por um lado, visava conceber os indígenas como elementos constituintes do mito nacional. Mas, ainda segundo Hill, paradoxalmente, centrava-se nos “elementos não indígenas” como os capazes de realizar as mudanças, mediante as ações do Estado mexicano para incorporar, de modo passivo e homogêneo, a população autóctone (HILL, 2009, p. 30).

Partindo dos questionamentos de Shohat e Stam (2006), percebemos que há uma diferenciação nítida, em *Rio Escondido*, dos indígenas e dos mestiços. Os indígenas, habitantes de uma cidade esquecida, onde lhes falta tudo, são representados como um grupo homogêneo. Não se sabe quais são as etnias que habitam em Rio Escondido, visto que são todos mostrados da forma como se convencionou retratar os indígenas no conjunto de imagens nacionais, com as mesmas vestimentas: os homens, calça e camisa branca, sujas e rasgadas, explicitando a miséria; as mulheres usam vestidos brancos longos sob o véu preto. Geralmente apresentados em grupos, a compreensão do espectador é que esses indígenas não apenas se vestem de modo igual, mas também compartilham comportamentos, cultura e crenças, os quais os tornam similares entre si, mas os diferenciam dos personagens não indígenas.

Em várias cenas, notamos que os indígenas sequer se movimentam, permanecendo em pé ou sentados, observando as ações dos protagonistas ou seguindo as orientações deles. Nos fotogramas abaixo (Figura 8), vemos a sequência em que Don Regino se exhibe em seu cavalo, momento em que Rosaura acabara de chegar a Rio Escondido. No fotograma da esquerda, no centro do quadro, alguns homens, lado a lado, observam a habilidade do cacique. As mulheres também estão enfileiradas e imóveis, atrás dos homens, na parte inferior do quadro. Nos demais fotogramas, as mulheres, com véus pretos, mantêm-se paradas, encostadas na parede, observando a ação. Também não vemos seus rostos, tampouco expressões faciais. Nestas imagens, as quais se repetem ao longo da narrativa fílmica, a representação dos indígenas nos remete a figuras decorativas, como se compusessem a paisagem e fossem meros observadores:



Andréa Helena Puydinger De Fazio
Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e
telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos
indígenas no filme Rio Escondido (1947), de Emílio Fernández

Figura 8 - Fotogramas de Rio Escondido (22min02s - 21min55s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)



Andréa Helena Puydinger De Fazio
Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e
telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos
indígenas no filme Rio Escondido (1947), de Emílio Fernández

Nos fotogramas abaixo (Figura 9), também vemos os indígenas em grupo, voltados para as ações dos protagonistas. Esses, por sua vez, tomam as atitudes necessárias para garantir aos indígenas os seus direitos fundamentais. Nas primeiras imagens, vemos os indígenas enfileirados, aguardando que Rosaura e o médico Felipe apliquem a vacina. Em seguida, a população caminha em grupo para a praça, chamada pelo sino da Igreja. A população, homogênea, quando tem seu rosto mostrado, não esboça expressões faciais:

Figura 9 - Fotogramas de Rio Escondido (49min22s - 46min21s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)

Praticamente não há diálogos entre os indígenas, tampouco com Rosaura, Felipe ou o padre – esses, geralmente, quando falam com os indígenas, ocupam o papel de liderança e são ouvidos, mas em silêncio. Em relação ao Presidente Municipal, Regino Sandoval, a professora mantém a postura de confronto e embate, questionando e denunciando suas atitudes arbitrárias. Afinal, representando o Estado, um de seus propósitos deveria ser enfrentar e destruir o caciquismo. Nesse sentido, além das ações de Rosaura em prol do povoado, podemos perceber a hostilidade de Regino e o protagonismo e patriotismo da professora, também por meio dos diálogos e da posição que os personagens



ocupam nos quadros.

Por sua vez, os diálogos e ações de Rosaura, para com as crianças indígenas, remetem sempre à proteção e ao esclarecimento por meio do conhecimento. Nos fotogramas abaixo (Figura 10), Rosaura protege as crianças, cuja mãe morreu por falta de atendimento médico na cidade:

Figura 10 - Fotogramas de Rio Escondido (35min19s - 37min03s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)

Na figura 11, vemos uma imagem bastante recorrente no filme: Rosaura em pé, posicionada frente às crianças sobre um tablado, com o bebê órfão que, pendurado em uma cesta, parece flutuar sobre as crianças. O retrato de Benito Juárez, na parte superior do quadro, sobre a cabeça de Rosaura, remete-nos à presença e proteção da História, além da presença indígena nessa História. Rosaura, no meio do quadro, representa o Estado e leva o conhecimento para as crianças, situadas em grupo na parte inferior do quadro. Assim, o conjunto da imagem nos dá a impressão de que, sob a tutela da História, Rosaura leva as “luzes” aos pequenos indígenas:

Andréa Helena Puydinger De Fazio
Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos indígenas no filme Rio Escondido (1947), de Emílio Fernández



Figura 11 - Fotograma de Rio Escondido (52min06s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)

Além das roupas, hábitos e comportamento, conforme abordamos acima, a religião é um elemento de diferenciação étnica. A devoção dos indígenas e a importância da Igreja em suas ações pode ser vista, com muita clareza, em dois momentos. Primeiro, quando o padre soa o sino da igreja para chamar a população ao posto de vacina improvisado, que faz com que todos se mobilizem rapidamente em sua direção. Além dos fotogramas que compõem a figura 09, vemos, na figura 12, três mulheres que, ouvindo o soar do sino, param, voltam-se para a torre da Igreja, arrumam os véus sobre a cabeça e seguem, sem questionamentos ou hesitação, rumo à igreja, para as orientações do padre:

Figura 12 - Fotogramas de Rio Escondido (45min58s - 46min13s)





Andréa Helena Puydinger De Fazio
Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e
telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos
indígenas no filme Rio Escondido (1947), de Emílio Fernández

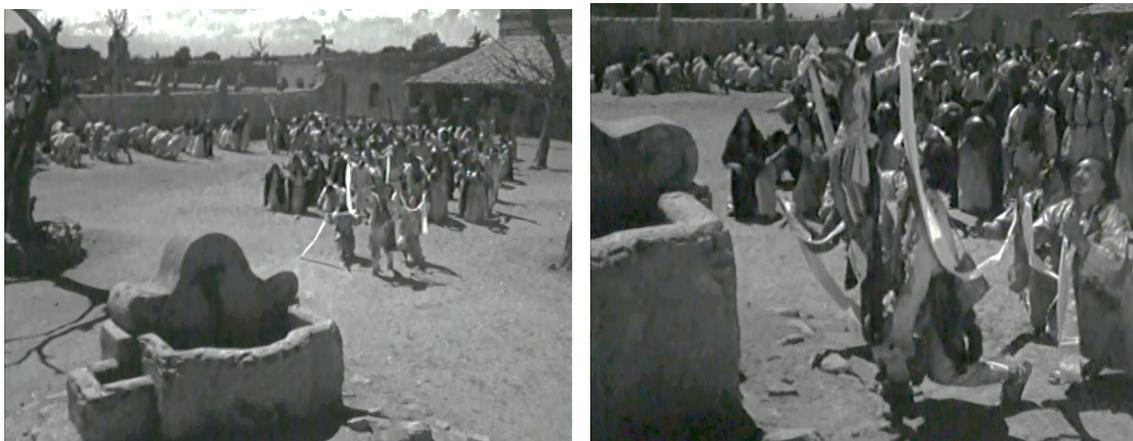


Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)

A religiosidade dos indígenas também se mostra com a procissão. Diante da seca, a população em procissão canta e reza, guiada por uma grande cruz e carregando os jarros nos quais armazenam água. Rosaura, sem entender o que está acontecendo, pergunta ao padre “o que eles querem?”, mostrando o distanciamento entre *eles*, indígenas, e ela, a professora. A sequência abaixo (Figura 13) também mostra os indígenas como um grupo: suas passadas, os atos de se ajoelhar, agachar e levantar, dirigir as mãos e olhar para o céu, são sincronizados e praticados por todos:



Figura 13 - Fotogramas de Rio Escondido (81min02s - 82min08s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)

Andréa Helena Puydinger De Fazio
Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e
telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos
indígenas no filme Rio Escondido (1947), de Emílio Fernández

Também é importante apontar que, apesar do patriotismo, é perceptível que há um tom de denúncia e crítica sobre a desigualdade da sociedade mexicana, a miséria vivenciada pela população indígena, o abuso do poder dos Presidentes Municipais e a ausência de direitos básicos. Principalmente nos recônditos do país, povoados como Rio Escondido sofrem com o caciquismo, sem acesso à educação, saúde e os itens mais básicos para a sobrevivência. Até a água tinha passado a ser propriedade do cacique, que possuía um poço privado enquanto a população, sedenta, arriscava a vida por um jarro de água. As pessoas não recebiam atendimento médico ou vacinação, tampouco instruções sobre as doenças transmitidas pela água. À terra e à moradia também não tinham direito, as casas eram propriedades de Don Regino e os camponeses trabalhavam para o cacique.

Além disso, nas gravuras de Leopoldo Méndez que compõem a abertura da película, são expostas a exploração do trabalho e a violência contra os indígenas. Das dez gravuras, sete denunciam a miséria extrema, ausência de direitos e dificuldades vividas pela população. Méndez era um artista que, segundo Jose Carlos Rosillo Gonzalez (2012), utilizava as gravuras para expressar seu inconformismo com o sofrimento de populações exploradas e subjugadas, e que agia por meio da arte em prol da paz e justiça social. Suas gravuras também remetem a todas as críticas apontadas no parágrafo acima, levando o espectador a questionar quais vinham sendo as ações do Estado para sanar tal situação.

Independentemente das críticas sociais presentes no filme, tanto em sua narrativa, quanto por meio das gravuras, em nosso entendimento, é nítida a mensagem de que o Estado – em especial, o governo recém-empossado de



Miguel Alemán – estaria empenhado em levar as “luzes” para os povoados que viviam na “escuridão”. Esse empenho do Estado é personificado por Rosaura, que acabou se tornando a protagonista de todas as ações e melhorias realizadas no povoado. Além disso, sua luta contra a autoridade de Don Regino, e o sacrifício que realizou em prol da população, atribuem a ela a figura de “mártir”.

Os fotogramas da figura 14, que retratam a morte de Don Regino, são emblemáticos. O cacique foi até a escola para punir a professora, que o havia enfrentado anteriormente, e acabou sendo baleado por ela. Enquanto desce as escadas, cambaleando, vemos, na parede da escola, do lado direito da tela, um cartaz. Nele, há um indígena sentado e vestindo sarape, com os joelhos dobrados e o rosto escondido sob o chapéu. Os riscos sobre o indígena e os dizeres “*Esto se acabo!*” sugerem o fim da submissão desse grupo étnico e social. Por sua vez, a morte de Don Regino representa a morte dos “poderes obscuros” e do caciquismo. Quem protagonizou essa morte foi Rosaura. Foi ela que o enfrentou em toda a narrativa, sobrepôs-se à autoridade dele e, por fim, matou-o, o que, em nosso entendimento, consistiria em uma referência ao Estado Nacional centralizado vencendo os poderes locais:

Figura 14 - Fotogramas de Rio Escondido (91min58s - 92min02s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)

Por fim, em consonância com o protagonismo de Rosaura e seu papel de protetora dos indígenas, e com a homogeneidade atribuída aos indígenas por meio da sua postura, silêncio, ausência de expressões faciais e papel de observadores, destacamos a representação horizontal com a qual são mostrados os indígenas. Nos fotogramas das figuras 15 e 16, vemos homens, mulheres e crianças em diferentes momentos da narrativa, lado a lado, vestindo-se e portando-se de forma muito similar. Em nossa concepção, mais do que um recurso meramente estético, essas representações nos remetem às ideias de

Andréa Helena Puydinger De Fazio
Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos indígenas no filme Rio Escondido (1947), de Emílio Fernández



homogeneidade social e de que todos eles pertenceriam a um mesmo grupo:

Figura 15 - Fotogramas de Rio Escondido (91min58s - 92min02s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)

Figura 16 - Fotogramas de Rio Escondido (85min58s - 85min39s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)

Por sua vez, nas figuras 17 a 19, é possível notar, sobre a linha horizontal, um personagem em destaque. Na figura 19, Rosaura também veste o véu preto, assim como as mulheres indígenas, mas está posicionada fora da linha horizontal. Na figura 18, um dos poucos momentos nos quais os indígenas conversam com os protagonistas, vemos Felipe posicionado na parte superior do quadro, e as mulheres indígenas na parte central desse, lado a lado. Na figura 17, o padre também se posiciona na parte superior do quadro, acima das crianças indígenas que estão no meio e na parte inferior da imagem:

Andréa Helena Puydinger De Fazio
Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e
telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos
indígenas no filme Rio Escondido (1947), de Emílio Fernández



Andréa Helena Puydinger De Fazio
Nacionalismo cultural e indigenismo em murais e
telas mexicanos: reflexões sobre as representações dos
indígenas no filme Rio Escondido (1947), de Emílio Fernández

Figura 17 - Fotograma de Rio Escondido (85min49s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)

Figura 18 - Fotogramas de Rio Escondido (58min23s - 59min31s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)

Figura 19 - Fotogramas de Rio Escondido (58min23s - 59min31s)



Fonte: Rio Escondido (1947). Captura de tela realizada pelo(a) autor(a)



Considerações finais

Neste artigo, propusemo-nos a analisar as representações dos indígenas e os papéis e espaços por eles ocupados na narrativa do filme *Rio Escondido*, produzido e lançado em 1947, dirigido por Emílio Fernández e fotografado por Gabriel Figueroa. Para tal análise, debruçamo-nos, predominantemente, sobre a obra fílmica, considerando, também, o contexto político-cultural no qual se insere a fonte e o rico diálogo que marca as artes visuais e as representações nacionais mexicanas. Especificamente sobre esse diálogo, a pintura mural de Diego Rivera, *Epopéya del pueblo mexicano*, também foi alvo de nossas reflexões.

Compreendemos que os indígenas ocupam um espaço central nas discussões acerca da identidade nacional no México. Nas décadas de 1920 a 1940, contexto de intenso debate acerca da nação e do indigenismo, os indígenas se tornaram o foco de variadas formas de expressão artística, dentre elas a pintura e o cinema. No entanto, apesar do protagonismo atribuído aos indígenas nos debates políticos e artísticos, as representações realizadas sobre eles não correspondem a tal lugar de destaque, retratando-os como um grupo coadjuvante e passivo.

Remetendo-nos aos questionamentos de Shohat e Stam (2006), compreendemos que *Rio Escondido*, ainda que retrate visualmente os indígenas de forma constante – talvez por serem poucos os personagens não indígenas –, eles são, predominantemente, vistos em tomadas distantes, em plano aberto ou americano. Neste último caso, ainda que haja proximidade da câmera, geralmente são apresentados de forma inexpressiva, sem diálogos e em fila, enfatizando a coletividade e homogeneidade. Em alguns quadros, os indígenas, especialmente as mulheres, são elementos decorativos, às margens da ação. Ainda que haja momentos de tensão e emoção envolvendo personagens indígenas, a identificação do espectador se mantém focada em Rosaura, quem está sempre acima, à frente, agindo e buscando soluções para os desafios a serem enfrentados no povoado de Rio Escondido.

Por fim, resgatando a citação de Espinosa Cabrera (2017), na qual esse autor analisa o mural de Diego Rivera, notamos que, também em *Rio Escondido*, os indígenas são retratados “[...] dentro, entre, embaixo, ao lado, ante e frente aos cenários, o povo nunca está sobre” (ESPINOSA CABRERA, 2017, p. 529). No caso do mural, o povo está sempre abaixo dos governantes, dos sacerdotes, dos invasores. Em *Rio Escondido*, os indígenas, homogêneos entre si, não são protagonistas. Estão abaixo do Estado, representados por personagens mestiços e aguardam que aqueles ajam para que seus direitos sejam garantidos.



Referências

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. História Visual: um balanço introdutório. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia da Costa (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa Cultura e Política nas Américas – Volume I*. Assis: FCL-Assis-Unesp Publicações, 2009, p. 72-85.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *20 de novembro de 1910: a revolução mexicana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli Editora, 2007.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. LOPES, Maria Aparecida de Souza. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: Tendências gerais e novas perspectivas. São Paulo: *Revista História*, n.20, 2001, p. 163-198.

BARTRA, Roger. The Mexican office: the splendors and miseries of culture. In: FERMAN, Claudia (ed.). *The postmodern in Latin and Latino American Cultural Narratives: collected essays and interviews*. New York: Garland Publishing, 1996. p. 29-40.

BAZIN, André. *O cinema: ensaios*. Tradução de Eloísa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BERNARDETE, Lavariega Sarachaga Karla. *El equipo Emilio “Indio” Fernandez, Gabriel Figueroa, Mauricio Magdaleno, Pedro Armendariz y Dolores Del Rio, consolidador de “star system” mexicano con Flor Silvestre, Maria Candelaria, Las Abandonadas y Bugambilia (1943-1944)*. 2001. Tesis (Doctorado) - Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2001.

BRAGANÇA, Maurício de. Metáforas à mesa: Bustillo Oro, Buñuel, Ripstein e o melodrama familiar mexicano. In: AMANCIO, Tunico; TEDESCO, Marina Cavalcanti (org.). *Brasil - México: aproximações cinematográficas*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011. p. 169-189.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Modernismo latino-americano e construção de identidades através da pintura. *Revista de História*, São Paulo, n. 153, p. 251-282,



2005.

CARRIÈRE, Jean-Claude. *A linguagem secreta do cinema*. Tradução de Fernando Albagli e Benjamin Albagli. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.

ESPINOSA CABRERA, Rubén. *Presencia de Arquetipos "Mexicanos" en la Pintura Mural de Diego Rivera: el mural del Palacio Nacional (1922-1935)*. 2017. Tesis (Doctoral) - Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2017.

GIL, Antônio Carlos Amador. Política indigenista e identidade nacional no México: as políticas de mudança cultural e a preocupação com a integração nacional em meados do século XX. *Dimensões*, Vitória, v. 35, p. 347-365, jul./dez. 2015.

GIL, Antônio Carlos Amador. Raça, etnicidade, mestiçagem e indigenismo: o mestiço como símbolo nacional no México. In: NADER, Maria Beatriz (org.). *Gênero e racismo: múltiplos olhares*. Vitória: EDUFES, 2014. p. 200-218.

GONZALEZ, Jose Carlos Rosillo. *Iconografía e iconología del grabado Amenaza sobre México, del artista mexicano Leopoldo Méndez durante lá década de 1940-1950*. 2012. Disertación (Maestria en Historia del Arte) - Universidad Autónoma de San Luis Potosi, San Luis Potosi, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HILL, Matthew J. K. *The indigenismo of Emilio "El Indio" Fernández: Myth, Mestizaje, and the modern México: masters of arts*. Provo: Brigham Young University, 2009. Departament of Spanish and Portuguese.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JACOB, Jorcy Foerste. Murais de identidades: as representações sobre os indígenas na ótica do muralismo mexicano (1920-1940). In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 10., 2012, São Paulo. *Anais Eletrônicos [...]*. São Paulo: ANPHLAC, 2012. p. 1-12.

JACOB, Jorcy Foerste. *Os filhos de Malinche: as representações sobre os indígenas na ótica de Diego Rivera (1920-1940)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

KORNIS, Mônica Almeida. História e cinema: um debate metodológico. *Estudos*



Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 237-250, 1992.

LOAEZA, Soledad, Modernización autoritaria a la sombra de la superpotencia, 1944-1968. In: GARCÍA, Erik Velásquez *et al.* *Nueva Historia General de México*. México: El Colegio de México, 2010. p. 932-999.

MENDEZ, Leopoldo. *El Dueno de Todo (Master of Everything) plate 2 from "Rio Escondido," a portfolio of ten linoleum engravings*. 1948. 1 gravura em linóleo. Disponível em: <https://www.annexgalleries.com/inventory/detail/PAKA101b/Leopoldo-Mendez>. Acesso em: 14 ago. 2018.

MONSIVÁIS, Carlos. Notas sobre la cultura mexicana en el siglo XX. In: CENTRO DE ESTUDIOS HISTÓRICOS. *Historia General de Mexico*, Mexico: El Colegio de Mexico: Editorial Harla, 1988. t. 2.

MORA, Carl J. *Mexican cinema: reflections of a society (1896-2004)*. Jefferson: McFarland & Company, Inc., Publishers, 2012.

MRAZ, John. *Looking for Mexico: modern visual culture and national identity*. London: Duke University Press, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, 2005. p. 235-289.

PÉREZ MONTFORT, Ricardo. El pueblo y la cultura: del porfiriato a la Revolución. In: BÉJAR, Raúl; ROSALES, Héctor (coord.). *La identidad nacional mexicana como problema político y cultural: nuevas miradas*. Cuernavaca: UNAM: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2005. p. 57-80.

PÉREZ MONTFORT, Ricardo. Indigenismo, hispanismo y panamericanismo en la cultura popular mexicana de 1920 a 1940. In: BLANCARTE, Roberto (coord.). *Cultura e identidad nacional*. México: FCE, CONACULTA, 2007. p. 516-577.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Uma introdução ao conceito de identidade In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia da Costa (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa Cultura e Política nas Américas – Volume I*. Assis: FCL-Assis-Unesp Publicações, 2009, p. 66-71.



RAMÍREZ BERG, Charles. Figueroa's Skies and oblique perspective: notes on the development of the classical mexicano style. *Spectator*, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 24-41, 1992.

REIMAN, Karen Cordero. La invención del arte popular y la construcción de la cultura visual moderna en México. In: ACEVEDO, Esther (coord.). *Hacia otra historia del arte en México: la fabricación del arte nacional a debate (1920-1950)*. México: CONACULTA, 2002.

RIO ESCONDIDO. Direção: Emilio Fernández. Produção: Raúl de Anda. Fotografia de Gabriel Figueroa. Roteiro original: Mauricio Magdaleno. México: Producciones Raúl de Anda, 1947. 1 filme (110 min.), preto e branco.

ROCHFORD, Desmond. *Mexican Muralists: Orozco, Rivera, Siqueiros*. San Francisco: Chronicle Books, 1998.

RODRÍGUEZ, Ana Daniela Nahmad. Las representaciones indígenas y la pugna por las imágenes: México y Bolivia através del cine y el vídeo. *Latinoamérica*, Ciudad de México, n. 45, p. 105-130, 2007.

ROTEIRO original: Emilio Fernández; Mauricio Magdaleno (adaptación cinematográfica), Producciones Raul de Anda (propriedade). *Rio Escondido*, México, D.F., 28 de julio de 1947.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. Tradução de Marcos Soares. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. As representações das lutas de independência no México na ótica do muralismo: Diego Rivera e Juan O'Gorman. *L'Ordinaire Latino-Américain*, Toulouse, v. 212, p. 183-203, 2010.

XAVIER, Ismail. Cinema: Revelação e engano. In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006. p. 367-383.

Notas

¹As reflexões e análises apresentadas no presente artigo fazem parte da pesquisa de doutoramento intitulada O México entre telas e gravuras: identidade nacional e arquivo visual no filme Rio Escondido (1947), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, concluída no ano de 2019, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Sampaio Barbosa. A pesquisa foi desenvolvida com financiamento da FAPEMIG, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, como parte do Programa de Capacitação de Recursos Humanos da FAPEMIG – PCRH/FAPEMIG, durante os anos de 2017 e 2018.



²Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5480-3788>.

³Era de Ouro remete ao período de intenso desenvolvimento da indústria cinematográfica mexicana, entre os anos de 1930 e 1950, no qual houve relevante produção, distribuição e circulação do cinema nacional, além de forte apelo temático nacionalista. Sobre a Era de Ouro, ver: (BRAGANÇA, 2011; PÉREZ MONTFORT, 2007).

⁴Termos citados na obra *Rio Escondido*, durante diálogo entre o Presidente Miguel Alemán e Rosaura.

⁵Ao longo deste artigo, estabeleceremos um diálogo teórico-metodológico com vários autores, tanto em relação ao tema da questão nacional, a exemplo de Stuart Hall (2015), Benedict Anderson (2008), Eric Hobsbawm (1990), quanto sobre os usos das imagens e do cinema enquanto fontes históricas, como Carlos Alberto Sampaio Barbosa (2009), André Bazin (1991), Ismail Xavier (2006), Jean-Claude Carrière (2015), Marcos Napolitano (2005, 2006), Mônica Kornis (1992). Faremos isso de modo a articular tais pontos e explicitar como o cinema mexicano contribuiu para esse compartilhamento, representação e circulação de diversas imagens a respeito da história nacional e da construção das identidades culturais desse país. Realizaremos esse esforço de modo mais diluído ao longo deste manuscrito e conforme se der a apreensão de tais elementos a partir de nossa análise das fontes.

⁶Pautaremos em autores como Ricardo Pérez Montfort (2007), John Mraz (2009), Carlos Monsiváis (1988), Jorcy Foerste Jacob (2014), entre outros, para as discussões atinentes às representações dos indígenas no contexto em questão.

⁷A produção historiográfica sobre a Revolução Mexicana é ampla, heterogênea e complexa, bem como os debates em torno das motivações, da presença e articulação entre os diferentes grupos sociais dentro do mesmo processo revolucionário, do significado da Revolução e dos fatos que levaram ao seu término. Para mais informações sobre esse debate, ver: (BARBOSA; LOPES, 2001).

⁸Também é importante ressaltar que esse nacionalismo cultural, para além de uma demanda político-institucional especificamente existente no México pós-revolucionário, compôs um processo mais amplo, que atingiu vários países da América Latina mediante diferentes manifestações artísticas entre o final do século XIX e início do XX, em meio, inclusive, aos centenários de Independência. Sobre esse tema, ver: (CAPELATO, 2005).

⁹Embora estejamos cientes de que o foco de Hobsbawm (1990) seja a formação do nacionalismo nos países europeus a partir do final do século XVIII, acreditamos que suas proposições teóricas nos auxiliam na análise desse fenômeno no México pós-revolucionário.

¹⁰Conforme explicação sobre esse período e contexto que realizamos na nota número 3.

¹¹Todas as capturas de tela foram realizadas a partir do filme em formato DVD, distribuído pelo Studio Latino e Ventura Distribution Company, parte da coleção *Joyas del cine Mexicano*.

A relação das obras médicas
e cirúrgicas do doutor Canto
e Mello (Brasil, século XIX)

The list of medical and
surgical works by doctor
Canto e Mello (Brazil, 19th
century)

Amanda Peruchi¹



Resumo: Em 21 de junho de 1852, na sua tese para obtenção do título de doutor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Francisco José do Canto e Mello Castro Mascarenhas registrou a primeira sistematização de obras médicas e cirúrgicas, publicadas ou conhecidas no Brasil, antes da instalação das escolas médicas em 1832. Apesar do ineditismo, esse trabalho ainda é pouco conhecido pela historiografia brasileira e a relação dos livros selecionados também não é muito explorada por aqueles que investigam o ensino das profissões médicas do Brasil do século XIX. Desse modo, o objetivo deste artigo é apresentar, acompanhada de um breve comentário sobre o autor e a obra, uma inédita transcrição integral desse pioneiro ensaio bibliográfico de Canto e Mello.

Palavras chave: Francisco José do Canto e Mello Castro Mascarenhas; ensino médico; história do Brasil; século XIX.

Abstract: On June 21, 1852, in his thesis to obtain the doctoral degree at the Faculty of Medicine of Rio de Janeiro, Francisco José do Canto e Mello Castro Mascarenhas recorded the first systematization of medical and surgical works, published or known in Brazil prior to the establishment of medical schools in 1832. Despite its originality, this work is still little known in Brazilian historiography, and the list of selected books is also not extensively explored by those investigating the teaching of medical professions in 19th-century Brazil. Therefore, the objective of this article is to present, accompanied by a brief commentary on the author and the work, a complete and unpublished transcription of this pioneering bibliographic essay by Canto e Mello.

Keywords: Francisco José do Canto e Mello Castro Mascarenhas; medical and pharmaceutical education; history of Brazil; XIX century.



Introdução

Em 21 de junho de 1852, Francisco José do Canto e Mello Castro Mascarenhas, bibliotecário da biblioteca particular de S. M. o Imperador, cavaleiro da Ordem de Cristo, conservador e encarregado das preparações químicas do Laboratório Químico da Escola de Medicina da Corte e, na ocasião, aluno do último ano do curso médico desta instituição, apresentou a sua tese para obtenção do título de doutor (FRANCISCO JOSÉ DO CANTO E MELLO CASTRO MASCARENHAS, 1970, p. 7; MAGALHÃES, 1932, p. 202). Nela, o futuro doutor, examinado por Joaquim Vicente Torres Homem (1803-1858), presidente da banca e lente de química médica e princípios elementares de mineralogia; Lourenço de Assis Pereira da Cunha (1793-1867), lente de fisiologia; e João José de Carvalho (1806-1867), lente de farmácia, matéria médica, especialmente a brasileira, terapêutica e arte de formular, abordou a respeito de três pontos previamente dados a sorte pela Faculdade: 1) Quais são as causas da morte súbita, qual é, e qual deve ser, a nossa legislação relativa aos mortos? 2) Há perfeita independência nas divisões do sistema vascular? 3) Ensaio da bibliografia médica do Rio de Janeiro anterior à fundação da Escola de Medicina. Resenha das obras médicas e cirúrgicas impressas nesta cidade, ou publicadas fora dela, por médicos ou cirurgiões seus antes da época mencionada.

É difícil afirmar as razões pela escolha do assunto desse terceiro ponto, já que não se tratava de um tema específico de clínica médica ou de cirurgia – ainda que o conhecimento da referida bibliografia fosse importante a todos os profissionais das áreas médicas no Brasil do século XIX. É possível, no entanto, que a indicação tenha se dado pelo fato de Canto e Mello ser também bibliotecário da biblioteca particular de D. Pedro II. Tal informação, aliás, aparece destacada em diversas partes de seu trabalho, como, por exemplo, na capa ou na dedicatória especialmente dirigida ao Imperador. Independentemente das razões, o terceiro ponto desta tese do bibliotecário, feito a mando dos professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, consiste na primeira sistematização de obras médicas e cirúrgicas, publicadas ou conhecidas no Brasil, antes da instalação das escolas médicas em 1832 (BRASIL, 1874, p. 89).

Por si só o ineditismo deste trabalho deveria render-lhe notas da historiografia brasileira, especialmente daquela dedicada a história da medicina. Contudo, ao que se pode observar, são poucos os estudos que o mencionam e dão-lhe ao referido autor o mérito de sua realização.² No geral, quando é referenciado, não tratam do conteúdo do catálogo, provavelmente porque não o conhecem, e



tampouco comentam como esse trabalho de Canto e Mello pode contribuir para uma melhor compreensão dos estudos médicos no Brasil em meados do século XIX. Busca-se aqui, portanto, apresentar uma inédita transcrição integral desse pioneiro, mas ainda muito pouco conhecido, *Ensaio da bibliografia médica do Rio de Janeiro anterior à fundação da Escola de Medicina. Resenha das obras médicas e cirúrgicas impressas nesta cidade, ou publicadas fora dela, por médicos ou cirurgiões seus antes da época mencionada*, acompanhada de um breve comentário sobre o autor e sua obra.

O bibliotecário de D. Pedro II

Filho de João José do Canto e Castro Mascarenhas, fiscal da freguesia de Engenho Velho, e Joana Maria Inácia, Francisco José do Canto e Mello Castro Mascarenhas nasceu em 31 de agosto de 1819 na cidade do Rio de Janeiro. Em 1848, matriculou-se no curso médico da já reformada escola da corte, doutorando-se em 1852. Após dois anos dedicados a clínica médica,³ ele se tornou lente substituto da cadeira de ciências acessórias na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; e, em 1863, assumiu a cadeira de física médica, em substituição ao falecido Francisco de Paula Cândido – que a ocupava desde 1833 –, por ser considerado o mais adequado para o cargo, visto que era o “[...] substituto mais antigo da seção de ciências acessórias” (DIÁRIO..., 1863, p. 1). Como lente da instituição, foi escolhido para redator da *Memoria historica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no anno de 1865* – a qual foi publicada no ano seguinte.⁴

Em 1878, tendo completado vinte e cinco anos de efetivo exercício do magistério, Canto e Mello requereu ao governo imperial licença para continuar na referida função, com todas as vantagens conferidas pelos artigos 54 e 187 dos Estatutos,⁵ isto é, o acréscimo de gratificação de 400\$000 anuais e o título de Conselho de S. M. o Imperador, ao qual foi atendido por meio do decreto de 9 de outubro. Quatro anos mais tarde, foi jubilado no lugar de lente da cadeira de física médica.

Além do magistério, o doutor Canto e Mello foi conservador no Laboratório de Química da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, auxiliando os alunos dos cursos de medicina e farmácia – e isso pelo menos entre 1848 e 1863 –, e encarregado da biblioteca particular do Imperador. Nessa última função, o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* informa-nos que ele a ocupou de 1849 até o seu falecimento, em 22 de novembro de 1884,



trabalhando para o seu grande franqueador até os seus últimos dias. A respeito dessa proximidade com o Imperador, o então aluno Canto e Mello anotou, na dedicatória de sua tese de 1852, as seguintes palavras:

Senhor! Permita Vossa Majestade Imperial, que um dos muitos de Seus Súditos a quem o Magnânimo Coração de Vossa Majestade Imperial, por Sua Alta e Poderosa Beneficência, franqueou a carreira das letras e a quem deu uma posição honrosa na Sociedade, ouse vir hoje à Augusta Presença de Vossa Majestade Imperial de pôr a Seus Pés sua última prova escolástica para obter o grau de Doutor em Medicina.

Senhor! Só Deus assiste ao interior das Almas! O enleio sagrado, as emoções que fazem palpitar tão forte o meu grato coração, quando me recordo dos Vossos contínuos Benefícios, não se exprimem com linguagem da terra!... E, por isso, Senhor, deixai correr ante Vós as lágrimas de ardente afeto que inundam meu coração... As lágrimas são o poema de Deus e a arte tentaria em vão excedê-lo.

Com o maior acatamento beija a Augusta Mão de Vossa Majestade Imperial, o mais humilde súdito e fiel criado, Francisco José do Canto e Mello Castro Mascarenhas (MASCARENHAS, 1852).

Por essa anotação, vemos que a gratidão para com o papel exercido por D. Pedro II em sua vida, acadêmica ou particular, ia além do exercício de bibliotecário. Fica claro que, embora Canto e Mello já tivesse um certo prestígio na sociedade em razão de seu pai ser fiscal da freguesia de Engenho Velho, a “posição honrosa” foi dada pelo Imperador, e não haveria palavras suficientes no mundo que pudessem lhe agradecer.

Como bibliotecário, o doutor Canto e Mello se encarregou da manutenção e organização de todo o acervo – livros, gravuras, fotografias, desenhos, manuscritos, mapas, medalhas, moedas etc. – acumulado por D. Pedro II durante a sua vida. Tal acervo foi deixado no Brasil, quando a família imperial teve de abandonar o país às pressas em 1889. Posteriormente, o próprio Imperador doou o acervo ao povo brasileiro, pedindo apenas que ele se denominasse “Coleção Teresa Cristina Maria”, em homenagem a sua esposa. No momento de sua doação, a propósito, tentou-se quantificar o volume do acervo, e estimou-se que haveria ao menos 100 mil itens, os quais foram divididos entre a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Museu Imperial – e lá



estão até hoje (RODRIGUES, 2011, p. 219-220).

Se Canto e Mello foi fundamental para a preservação dos itens da biblioteca particular de D. Pedro II, também podemos dizer que o foi para a divulgação das obras médicas e cirúrgicas, conforme foram registradas na tese para obtenção do grau de doutor em medicina. Trata-se, em linhas gerais, da primeira tentativa de sistematização dos livros médicos e cirúrgicos, publicados ou conhecidos no Brasil, antes da instalação das escolas médicas, em 1832. Catálogos e listas sobre a literatura médica produzida ou consumida pelos profissionais das áreas médicas no Brasil, especialmente pelos alunos e professores das Faculdades de Medicina, demoraram a ser publicadas no país. De fato, a primeira relação com as obras de medicina, farmácia e cirurgia existentes na escola médica da corte foi publicada apenas em 1877, aproximadamente vinte e cinco anos após o trabalho do doutor Canto e Mello, de autoria do bibliotecário doutor José Pinto de Sá. Além disso, outro catálogo dessa biblioteca só foi publicado em 1916, acrescentando as publicações adquiridas ou recebidas entre 1900 e 1915 (FONSECA, 1995, p. 126-127).

É preciso registrar, contudo, que uma outra tese de doutorado, a do aluno Francisco Xavier da Veiga, apresentada em 4 de dezembro de 1851 e no mesmo modelo das três perguntas dadas a Canto e Mello, anotou a primeira relação de obras médicas e cirúrgicas conhecidas ou publicadas no Brasil naquela época.⁶ Tal lista, ao contrário da relação de Canto e Mello, restringiu-se a relatar os livros publicados depois da instalação das escolas médicas no país, isto é, dedicou-se às obras produzidas de 1832 a 1851 (VEIGA, 1851). Ambos os catálogos, portanto, mostram-se complementares, pois cada um deles trata de um recorte específico e inaugura as primeiras listas desse tipo existentes no Brasil.

O pioneiro inventário

No total, são noventa e três obras médicas e cirúrgicas que compõem o *Ensaio da bibliografia médica do Rio de Janeiro anterior à fundação da Escola de Medicina. Resenha das obras médicas e cirúrgicas impressas nesta cidade, ou publicadas fora dela, por médicos ou cirurgiões seus antes da época mencionada*, de Canto e Mello. Tal relação, como o leitor encontrará a seguir, vem precedida de uma análise sobre o desenvolvimento das ciências no Brasil em comparação a alguns países europeus (França e Inglaterra, por exemplo) e aos Estados Unidos da América. Segundo o autor, por aqui, não teria havido uma grande



preocupação em compilar ou colocar em língua portuguesa os livros médicos de outras nacionalidades, porque a língua francesa era muito familiar aos brasileiros de outrora. Todavia, o próprio catálogo, na verdade, indica o quanto as obras escritas em francês ou inglês foram colocadas em língua portuguesa, a fim de facilitar o acesso ao que de mais inovador se discutia nas instituições acadêmicas europeias. Boa parte dessa produção em língua portuguesa teve a contribuição de médicos brasileiros como a do mineiro Francisco de Mello Franco (1757-1822), autor de diversos trabalhos na área médica e lente da Universidade de Coimbra.

Junto de Mello Franco, José Francisco Leal (1744-1746), José Maria Bomtempo (1774-1843), Luís de Santana Gomes (17??-1841), Bernardino Antônio Gomes (1768-1823) e alguns membros da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, como Joaquim Cândido Soares de Meirelles (1797-1868) e o francês José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856), são outros autores mais recorrentes na relação de Canto e Mello. Contudo, embora em grande número, a produção de cada um deles nem chega perto daquilo que foi escrito ou traduzido por Manoel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829). Para termos uma ideia, dos noventa e três títulos elencados nessa relação, dezesseis são dele, demonstrando o quanto ele foi importante para a divulgação científica daquele tempo.

No *Ensaio da bibliografia médica*, a maior parte dos livros está em língua portuguesa, mas também existem alguns títulos em francês; tais livros são as teses de doutoramento defendidas pelos brasileiros nas faculdades de medicina de Montpellier ou de Paris. No que toca ao recorte temporal, Canto e Mello começou a sua relação com o *Tratado único das bexigas, e sarampo*, composto por Simão Pinheiro Mourão (1620-1686) em 1683, e terminou com a tese para obtenção do grau de doutor na Faculdade de Medicina de Paris, de Francisco de Paula Cândido (1805-1864), intitulada *Sur l'électricité animale* (1832). Portanto, são percorridos nesse trabalho aproximadamente cento e cinquenta anos de literatura médica e cirúrgica.

Antes de passarmos ao ensaio de Canto e Mello e vermos uma a uma as obras registradas, é importante mencionar que, a fim de contribuir com futuras investigações que possam vir a utilizar o levantamento aqui transcrito, procuramos identificar e referenciar todas elas, por isso, aquelas que não possuem todas as informações são porque não foram reconhecidas ou encontradas em algum acervo. Além disso, com o intuito de facilitar a leitura, a introdução que antecede o catálogo passou por uma atualização gramatical. A transcrição abaixo, portanto, busca dar à luz um pioneiro ensaio da bibliografia médica



e cirúrgica, publicada ou conhecida no Brasil, que se encontra praticamente escondida no terceiro ponto da tese de Canto e Mello, apresentada para obtenção do título de doutor em medicina, publicada em 1852.

Ensaio da bibliografia médica do Rio de Janeiro anterior à fundação da Escola de Medicina.

Resenha das obras médicas e cirúrgicas impressas nesta cidade, ou publicadas fora dela, por médico ou cirurgiões seus antes da época mencionada.

É sabido que foi no século XVI que começaram a desfazer-se as trevas em que a Europa jazera por tantos séculos. Porém, se às letras, às matemáticas e à filosofia, foi-lhes possível, em pouco tempo, atingirem ao grau de perfeição, que ainda hoje admiramos nos Dantes, nos Tassos, nos Camões, nos Bacons, nos Descartes e nos Corneilles, não aconteceu assim às ciências físicas, ou ciências experimentais, e particularmente à medicina. Filhas da observação e do estudo dos fatos, as ciências físicas, ou experimentais, além de serem por sua natureza morosas em seu desenvolvimento, encontraram o pior dos sistemas filosóficos para elas, que por muito tempo relutou, e dificilmente cedeu, aos gênios de Galileu, Descartes e Bacon... Em vez da observação dos fenômenos da natureza, a Escolástica⁷ entregava-se a explicações e interpretações gratuitas daqueles fenômenos, partindo de hipóteses que a fantasia, por assim dizer, lhes sugeria. Afinal, o sistema indutivo, o método da observação, pôs termo às controvérsias dos alquimistas;⁸ e as ciências físicas e naturais começaram a registrar fatos e observações, embora modestos e a custo de longas lucubrações.

A medicina, que tem por objeto a organização e funções da vida humana, precisava de conhecimentos anatômicos, físicos e químicos que orientassem o observador da mais complicada e sublime das criações de Deus.

A circulação do sangue, uma das principais funções do organismo pela sua influência sobre as demais e pelas luzes que dá na cabeceira do doente, ainda no século XVI, não era conhecida quando Harvey⁹ a descobriu.

Pode-se dizer que há 50 para 60 anos é que se criou a química,¹⁰ e que a física, a anatomia, a mineralogia, a cristalografia, a botânica e a zoologia começaram a fazer maiores progressos, até chegarem ao aperfeiçoamento em que hoje as conhecemos.

Bichat, Cullen, Pinel nasceram em fins do século passado, Guy-Lussac, Davy, Berzélius, Cuvier, Broussais, Humboldt, uns foram, e outros ainda são, nossos contemporâneos.



Ora, se na próspera Europa de há tão poucos anos é que datam os grandes progressos das ciências físicas, das ciências naturais e da medicina, não se deve por certo esperar que os países da América, quer do Norte, quer do Sul, apresentem criações nas ciências, quando lhes faltam os grandes mestres, o teatro, os instrumentos e mais circunstâncias indispensáveis para as instruções científicas.

Os Estados Unidos, que não têm igual talvez na história, depois das maravilhas de Alexandre Magno, na rapidez de crescimento e civilização, não possuem, entretanto, nas ciências propriamente ditas, trabalhos originais que estejam a par da sua riqueza, do adiantamento e perfeição de sua indústria, multiplicadas fábricas, ou, mesmo ainda, a par da originalidade e súbito mérito de escritores seus e literatos distintos, como Cooper, Washington Irving, e de alguns pensadores profundos que tiveram a sua literatura.

Pondo de parte a imortal descoberta de Franklin (dos condutores de raios), a sua glória nas ciências consiste na modéstia e bom senso com que ter vertido em língua nacional, traduzindo simplesmente, ou compilando, todos os escritos e trabalhos de mérito que vão aparecendo na Europa. De sorte que rara é, talvez, a obra moderna de importância que não esteja ali traduzida.

A literatura médica nos Estados Unidos, e o mesmo a respeito das outras ciências, consiste, pois, em traduções e apropriadas compilações. Parece que outros não poderiam ser os seus primeiros passos na carreira das ciências. E nem outra melhor perspectiva pode oferecer o Brasil, ou qualquer outro Estado da América.

A respeito do Brasil dá-se o fato que poucas possuímos traduções ou compilações nossas dos melhores escritos modernos europeus, quer médicas, quer nas outras ciências; duas razões têm concorrido para isso. A primeira é a facilidade com que nos familiarizamos com a língua francesa, rica não só pelos seus trabalhos originais, como pelo que nos transmite da Alemanha, da Inglaterra e da Itália. A segunda razão vem a ser os poucos dias que contamos de existência política, e, como acontece às nações nos primeiros anos de sua emancipação, são distraídos para a política muitos talentos que se dedicariam às ciências.¹¹

Em compensação temos um trabalho de mérito europeu, qual é a Flora de Fr. Velloso,¹² os escritos originais e observações de um Mello Franco,¹³ de um Bomtempo,¹⁴ que honram a literatura médica do Rio de Janeiro anterior à fundação da Escola de Medicina.¹⁵ E cumpre confessar que essa página brilhante da nossa nascente literatura médica, devemos à passagem para a nossa capital



de uma corte antiga europeia que nos trouxe em 1808 homens distintos, quer nas letras, quer nas ciências, alguns deles patrícios nossos que tinham ido instruir-se nas academias da Europa e não voltariam ao seu país natal se o Senhor D. João VI, de eterna recordação para os brasileiros, não viesse residir no Brasil.¹⁶

Assim, pois, segundo permitem nossas fraquíssimas forças, faremos cronologicamente a *Resenha, ou enumeração das obras médicas e cirúrgicas impressas nesta cidade, ou publicadas fora dela, por médicos ou cirurgiões seus antes da fundação da Escola de Medicina do Rio de Janeiro; como ensaio da Bibliografia médica do Rio de Janeiro anterior à referida época.*

1683

Tratado único das bexigas, e sarampo: oferecido a D. João de Sousa. Composto por Simão Pinheiro Mourão. Lisboa: na Officina de João Galrão, 1683.

Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitâneas se observam tanto em dano das vidas de seus habitantes (1677). Composto por Simão Pinheiro Mourão. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965 [1677].¹⁷

1694

Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco: oferecido a El Rey N. S. por ser servido ordenar por seu Governador aos médicos da América, que assistem aonde há este contágio, que o compusessem para se conferirem pelos corifeus da medicina aos ditames com que é tratada esta pestilencial febre. Composto por João Ferreira da Rosa. Lisboa: na Officina de Miguel Manescal, Impressor do Principe Nosso Senhor, 1694.

1700

Medicina brasilica, pelo Dr. Matheus Saraiva (manuscrito).

1705

Relação das minas brasileiras, pelo Dr. José Rodrigues de Abreu. Lisboa.



1711

Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas, e Minas: com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar; plantar e beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas; & descobrir as da prata; e dos grandes emolumentos que esta conquista da América Meridional dá ao Reino de Portugal com estes, & outros gêneros, & contratos reais. Obra de André José Antonil. Lisboa: na Officina Real Deslenderina, 1711.

1729

Descrição topográfica do Rio de Janeiro, pelo Dr. Simão Pereira de Sá.

1735

Erário mineral: dividido em doze tratados, dedicado, e oferecido à puríssima, e sereníssima Virgem Nossa Senhora da Conceição. Autor Luís Gomes Ferreyra, cirurgião aprovado, natural da Vila de S. Pedro de Rates, e assistente nas minas do ouro por discurso de vinte anos. Lisboa Ocidental: na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do senhor Patriarca, 1735.

1749

Prodigiosa lagoa: descoberta nas Congonhas das Minas do Sabará, que tem curado a várias pessoas dos achaques, que nesta relação se expõem. Por João Cardoso de Miranda. Lisboa: na Officina de Miguel Manescal da Costa, impressor do Santo Ofício, 1749.

1772

Instituições ou Elementos de Farmácia, extraídos dos de Baumé, e reduzidas a novo método pelo doutor José Francisco Leal, lente de Matéria Médica, e Instituições Médico-cirúrgicas na Universidade de Coimbra, para uso das suas preleções acadêmicas, e em benefício dos alunos de medicina e farmácia da mesma universidade, ilustradas e acrescentadas com a vida do sobredito professor, e publicadas por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, médico em Lisboa. Lisboa: na Officina de Antônio Gomes, 1792.¹⁸



1777

Tese sobre a laringe e traqueia-artéria, pelo Dr. Jacintho José da Silva Quintão. Montpellier.

1783

Elementos de química, e farmácia. Por Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa: na Impressão da Academia das Sciencias, 1783.

1786

Instituições de cirurgia teórica e prática, que compreendem a fisiologia, e a patologia geral, e particular: extraídas do Compêndio das instituições cirúrgicas, e dos elementos de cirurgia, e de outras obras do Doutor José Jacob Plenck, e notavelmente acrescentadas por Manoel Joaquim Henriques Paiva. Lisboa: na Officina de Filippe da Silva e Azevedo, 1786. 2 t.

Aviso ao povo sobre as asfixias ou mortes aparentes e sobre os socorros que convém aos afogados, às crianças recém-nascidas com aparência de mortas e aos sufocados por uma paixão veemente d'alma, pelo frio ou pelo calor excessivo, pelo fumo do carvão e pelos vapores corruptos dos cemitérios, poços, cloacas, canos, prisões. Lisboa: na Officina de Filippe da Silva e Azevedo [s. n.], 1786.

Aviso ao povo acerca da sua saúde, por Monsieur Tissot, doutor em medicina e sócio de muitas academias. Traduzido em português e acrescentado com notas e ilustrações, e um tratado de enfermidades mais frequentes, tanto internas, como externas, de que não tratou Mr. Tissot, na referida obra. Por Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa: Na Officina de Filippe da Silva e Azevedo, 1786. 3 v.

1787

Memória sobre o loureiro cinamomo vulgo caneleira de Ceilão, por ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Nosso Senhor. Composta por Manoel Jacinto Nogueira da Gama, para acompanhar a remessa das plantas, que pelas reais ordens vão ser transportadas ao Brasil. Lisboa: Na Officina Patriarcal, 1797.¹⁹



Medicina doméstica, ou tratado de prevenir e curar as enfermidades, com o regimento e medicamentos simples, escrito em inglês pelo Dr. Guilherme Buchan, traduzido em português pelo Dr. Manoel Joaquim Henriques de Paiva com várias notas e observações concernentes ao clima de Portugal e do Brasil, com o receituário correspondente, e um apêndice sobre os hospitais navais. Lisboa: Officina Morazziana, 1788. 4 v.²⁰

Aviso ao povo ou sumário dos sinais e sintomas das pessoas envenenadas com venenos corrosivos, como séneca, solimão, verdete, cobre, chumbo &c.; e dos meios de as socorrer. Feito por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, médico em Lisboa. Lisboa: na Officina Morazziana, 1787.

Aviso ao povo ou sumário dos preceitos mais importantes, concernentes à criação das crianças, às diferentes profissões e ofícios, aos alimentos e bebidas, ao ar, ao exercício, ao sono, aos vestidos, à intemperança, à limpeza, ao contágio, às paixões, às evacuações regulares, &c., que se devem observar para prevenir as enfermidades, conservar a saúde, e prolongar a vida. Feito por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, médico em Lisboa. Lisboa: na Officina Morazziana, 1787.

1788

Dissertatio medica inauguralis de Podraga. Quam annuente summo numine, ex auctoritate rectoris magnifici, Friderici Guilielmi Pestel [...]. Nec non amplissimi senatus Academici consensu e nobilissimae Facultatis Medicae Decreto, pro gradu Doctoratus, summisque in medicina honoribus & privilegiis rite ac legitime consequendis, eruditorum examini submittit. Josephus Pinto Abazeredo. Lugduni Batavorum: Fratres Murray, 1788.

1789

Observações práticas sobre a tísica pulmonar, escritas em inglês por Samuel Foart Simmons, traduzidas em latim pelo dr. Van-Zandiche, em português por Francisco Jozé de Paula; acrescentadas com algumas notas e observações por Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa: Officina dos Herdeiros de Domingos Gonçalves, 1789.



1790

Tratado da educação física dos meninos para uso da nação portuguesa. Publicado por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por Francisco de Mello Franco, médico de Lisboa. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790.

1791

Tratado da educação física dos meninos para uso da nação portuguesa. Publicado por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por Francisco de Mello Franco, médico de Lisboa. Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790.²¹

1792

Instituições ou Elementos de Farmácia, extraídos dos de Baumé, e reduzidas a novo método pelo doutor José Francisco Leal, lente de Matéria Médica, e Instituições Médico-cirúrgicas na Universidade de Coimbra, para uso das suas preleções acadêmicas, e em benefício dos alunos de medicina e farmácia da mesma universidade, ilustradas e acrescentadas com a vida do sobredito professor, e publicadas por Manuel Joaquim Henriques de Paiva, médico em Lisboa. Lisboa: na Oficina de Antônio Gomes, 1792.

1797

Ensaio sobre as fraturas pelo Dr. Manoel Alves Costa Barreto. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1797.

1798

No ano de 1798 se propôs por Acordo da Câmara desta cidade a vários médicos, um programa que tinha por objeto os quesitos seguintes. Resposta que deu o Doutor Manoel Joaquim Marreiros aos quesitos precedentes. *O Patriota*: jornal litterario, político, mercantil &c. do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Impressão Régia, n. 1, p. 58-67, 1813.²²



1799

Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola. Dedicados ao Sereníssimo Senhor D. João, Príncipe do Brasil. Por José Pinto de Azeredo. Lisboa: na Regia Officina Typographica, 1799.

1800

Memoria em que se prova que as feridas de pelouro ou de armas de fogo são por si innocentes e simples a sua cura de Paulo Antonio Ibarrola. Tirada de castelhano em linguagem e aumentada com algumas notas por Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa: João Procópio Correa da Silva, 1800.

1801

Medicina doméstica, ou tratado de prevenir e curar as enfermidades com o regimento e medicamentos símplices. Escrito em inglês pelo Dr. Guilherme Buchan. Traduzido em português, com várias notas e observações [...], por Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa: na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1801-1802. 2. ed. 4 v.

Curso completo de cirurgia teórica e prática por Benjamin Bell. Traduzido em vulgar por Francisco José Paula e Manoel Alves da Costa Barreto, cirurgiões em Lisboa. Lisboa: na Régia Typographia Silviana, 1801. t. 1, parte 1.

Filosofia química, ou verdades fundamentais da química moderna, dispostas em nova ordem, A. F. Fourcroy. Tiradas do francês em linguagem de nova impressão e acrescentadas de notas e de axiomas apanhados dos últimos descobrimentos, pelo Dr. Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa: [s. n.], 1801. 1 v.

1802

Ensaio sobre as febres de Angola, pelo Dr. José Pinto de Azevedo. Lisboa. 1 vol. em 8º.²³



1805

Doutrina das enfermidades venéreas do doutor José Jacob Plenck. Traduzidas de francês e de inglês por Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa: na Typographia Lacerdina, 1805. 2. ed.

1806

Método de curar o tifo, ou febres malignas contagiosas, pela efusão da água fria; ao qual se ajunta a teoria do tifo, segundo os princípios da Zoonomia de Darwin, a explicação do modo de obrar da efusão fria; e uma carta ao Dr. James Currie, com reflexões e observações sobre aquele método. Pelo Dr. Bernardino Antonio Gomes. Lisboa: na Typ. da Acad. Real das Sciencias, 1806.

1807

Ensaio sobre a nova doutrina médica de Brown em forma de carta por Manoel Rizo, de Constantinopla, Doutor em Medicina, da Universidade de Pádua. Vertido em linguagem por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, médico da Câmara do Príncipe Regente. Lisboa: na Nova Offic. de João Rodrigues Neves, 1807.

1808

Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima na cidade do Rio de Janeiro. Pelo Dr. Manoel Vieira da Silva. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1808.

Chave da prática médico-browniana, ou conhecimento do estado estênico e astênico predominante nas enfermidades, pelo Doutor Weikard. Traduzido em italiano pelo Doutor Luis Frank, em espanhol, com um compêndio de teoria browniana, pelo D. Vicente Mitjavilla e Fisonel, e em linguagem, com algumas notas, por Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.²⁴

1809

Regimento dos preços dos medicamentos simples, preparados e compostos, assim



como se descrevem na *Farmacopeia Geral do Reino*, feito e publicado por ordem de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, nosso senhor, para governo dos boticários nos estados do Brasil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809.²⁵

1810

Tratado de inflamação, feridas e úlceras, extraído da nosografia cirúrgica de Anthelme Richerand. Oferecido ao Príncipe Regente, nosso senhor, por Joaquim da Rocha Mazarém. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.

Do papo ou bócio do Brasil. Rio de Janeiro.

Dissertação sobre as plantas do Brasil, que podem dar linhos próprios para muitos usos da sociedade, e suprir a falta do cânhamo. Indagadas de ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor, por Manoel Arruda da Câmara. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.

Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil. Oferecido ao Príncipe Regente Nosso Senhor, Por Manoel Arruda da Câmara. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.

Dissertação sobre as plantas do Brasil das quais se pode obter substâncias fibrosas próprias para diversos usos da sociedade, e que podem substituir o linho, pelo Dr. Manoel Arruda da Câmara. Rio de Janeiro: [s. n.], 1810.

1811

Método novo de curar segura e prontamente o antraz ou carbúnculo e a pústula maligna. Oferecido aos seus compatriotas por Luiz de Santa Anna Gomes. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811.

Novo ensaio sobre a arte de formular por J. L. Aliber. Traduzido pelo Dr. Joaquim da Rocha Mazarém. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1811.

Curso completo de cirurgia teórica e prática por Benjamin Bell. Traduzido em vulgar por Francisco José Paula e Manoel Alves da Costa Barreto, cirurgiões em Lisboa. Lisboa: na Régia Typographia Silviana, 1811. t. 1, parte 2.



Regimento dos preços dos medicamentos simples, preparados e compostos, assim como se descrevem na Farmacopeia Geral do Reino, feito e publicado por ordem de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, nosso senhor, para governo dos boticários nos estados do Brasil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811-1817. 7 v.

1812

Indagações fisiológicas sobre a vida e a morte por Xavier Bichat. Traduzidas por Joaquim da Rocha Mazarém. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812.

Do grau de certeza da medicina, de P. J. G. Cabanis. Traduzido pelo cirurgião Francisco Júlio Xavier. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812.

Plano de organização de uma escola médico-cirúrgica, que, por ordem de S. A. Real, traçou e escreveu o Dr. Vicente Navarro de Andrade. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812.

1813

O Patriota: jornal litterario, político, mercantil &c. do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813-1814.

1814

Compêndios de matéria médica: feitos por ordem de Sua Alteza Real e organizados por José Maria Bomtempo. Rio de Janeiro: na Régia Officina Typografica, 1814.

Elementos de higiene: ou ditames teóricos e práticos para conservar a saúde e prolongar a vida. Publicados por ordem da Academia Real das Sciencias pelo seu sócio Francisco de Mello Franco. Lisboa: na Typographia da Academia, 1814.

Impugnação analítica ao exame feito por Antônio Pedro de Souza e Manoel Quintão da Silva, em uma rapariga que julgaram santa, na capela da Senhora da Piedade da Serra, próxima a Vila Nova da Rainha do Caeté, Comarca do Sabará. Oferecida ao Illustrissimo Senhor Doutor Manoel Vieira da Silva [...]. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1814.



1815

Compêndios de medicina prática: feitos por ordem de Sua Alteza Real e organizados por José Maria Bomtempo, médico de sua real Câmara. Rio de Janeiro: na Régia Officina Typografica, 1815.

Memória sobre a excelência, virtudes e uso medicinal da verdadeira água de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmiento... atualmente preparada por José Joaquim de Castro, na sua real fabrica, por decretos de Sua Alteza Real e Principe Regente N. S. ordenada pelo Dr. Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Bahia: Typ. de Manuel Antonio da Silva Serva, 1815.

Memória sobre a encefalocele. Bahia: [s. n.], 1815.

1816

Filosofia química, ou verdades fundamentais da química moderna disposta em nova ordem por A. F. Fourcroy. Tiradas do francês em linguagem da nova impressão, e acrescentadas de notas e de axiomas apanhadas dos últimos descobrimentos, pelo Dr. Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816.

1818

Regimento dos preços dos medicamentos simples, preparados e compostos, assim como se descrevem na Farmacopeia Geral do Reino, feito e publicado por ordem de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, nosso senhor, para governo dos boticários nos estados do Brasil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818-1819. 2 v.

1819

Diccionario de botanica, pelo Dr. Manoel Joaquim Henriques de Paiva.

1820

Ensaio sobre a utilidade de estabelecer jardins nas principais províncias do Brasil, para cultura das plantas novamente descobertas, pelo Dr. Manoel Arruda da



Câmara. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820.

Memória sobre o carvão, pelo cirurgião Luiz de Santa Anna Gomes. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820.

1821

Memória sobre os cancros, pelo mesmo.

Memória sobre a erisipela, pelo mesmo.

Memória sobre o tratamento dos tétanos pelo mercúrio, pelo mesmo.

1822

Das febres do Rio de Janeiro, pelo Dr. Francisco de Mello Franco.

1823

Ensaio dermosográfico ou sucinta e sistemática descrição das doenças cutâneas, conforme os princípios e observações dos doutores Willam, e Bateman, com indicação dos respectivos remédios aconselhados por estes célebres autores, e alguns outros. Por Bernardino Antônio Gomes. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1823. 2. ed.

Socorros às pessoas envenenadas e asfixiadas por M. J. B. Orfila. Trad. do idioma francês e ampliadas com algumas notas por João Fernandes Tavares. Paris: Impressão P. N. Rougeron, 1823. 2. ed.

1824

Dissertation sur l'épilepsie. Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris, le 15 juillet 1824, pour obtenir le grade de Docteur en médecine. Par Fidelis Martins Bastos. Paris: de l'Imprimerie de Didot le Jeune, 1824.



1825

Medicina curativa: ou o método purgante dirigido contra a causa das enfermidades e analisada nesta obra por Le Roy, cirurgião consultante. Traduzida do francês. Rio de Janeiro: na Typographia Nacional, 1825.

Trabalhos médicos: oferecidos à majestade do Senhor D. Pedro I, Imperador do Brasil, Invicto, Augusto, Exímio Protetor das Artes, Ciências e Comércio; solícito e incansável na harmonia e progresso deste vasto Império. Por José Maria Bomtempo, o mais antigo médico da sua câmara. Rio de Janeiro: na Typographia Nacional, 1825.

Nova nomenclatura química portuguesa, latina e francesa, e a composição da química dos corpos, pelo Dr. João da Silveira Caldeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1825.

Dissertation sur l'apoplexie. Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris, le 26 juillet 1825, pour obtenir le grade de Docteur en médecine. Par J. B. Pereira da Motta, da Bahia. Paris: de l'Imprimerie de Didot le Jeune, 1825.²⁶

1827

Dissertation sur l'histoire de l'éléphantiasis. Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris, le 10 janvier 1827, pour obtenir le grade de Docteur en médecine. Par Joaquim Cândido Soares de Meirelles. Paris: de l'Imprimerie de Didot le Jeune, 1827.

Dissertation sur les plaies d'armes à feu. Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris, le 25 avril 1827, pour obtenir le grade de Docteur en chirurgie. Par Joaquim Cândido Soares de Meirelles. Paris: de l'Imprimerie de Didot le Jeune, 1827.

Formulário dos hospitais militares do Império do Brasil, ou coleção das principais fórmulas magistrais, tiradas de diferentes obras, e da prática dos médicos, cirurgiões e boticários pelo Doutor Fidelis Martins Bastos. Rio de Janeiro: [s. n.], 1827.

Exame crítico do extrato de um relatório apresentado a S. Excelência o Ministro



e Secretário d'Estado do Interior, pela Academia Real de Medicina de Paris, para por obstáculos à venda dos evacuates de Mr. le Roy, por C. P. Martin. Traduzido por um amigo do bem dos povos, com outras pelas de grandes médicos que comprovam a excelência do método do Mr. le Ro [...]. Rio de Janeiro: [s. n.], 1827. 2 v.

Propagador das Sciencias Medicas: ou Annaes de medicina, cirurgia e pharmacia; para o Imperio do Brasil, e nações estrangeiras, seguidos de hum boletim especialmente consagrado às Sciencias naturaes, Zoologia, Botanica, etc. Por J. F. Sigaud. Rio de Janeiro: na Typographia de P. Plancher-Seignot, 1827-1828.

1828

Dissertation sur la vaccine. Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris, 18 août 1828, pour obtenir le grade de Docteur en médecine. Par José Martins da Cruz Jobim. Paris: de l'Imprimerie de Didot le Jeune, 1828.

De l'influence du sang sur la production des maladies. Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris, 27 juin 1828, pour obtenir le grade de Docteur en médecine. Par João José de Carvalho. Paris: de l'Imprimerie de Didot le Jeune, 1828.

Tratado de educação físico-moral dos meninos, extraído das obras de Mr. Gardier, doutor em medicina. Tirado em linguagem, e ampliado com ilustrações extraídas dos melhores autores por Joaquim Jeronymo Serpa. Pernambuco: Typ. do Diario, 1828.

Catálogo dos vegetais que servem para o uso caseiro dos habitantes desta província de Pernambuco. Pelo Sr. Joaquim Jeronymo Serpa. [manuscrito].

1829

De l'utilité de l'auscultation et de la percussion dans le diagnostic de quelques maladies de la poitrine. Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris ... pour obtenir le grade de Docteur en médecine. Par Joaquim Vicente Torres Homem. Paris: [s. n.], 1829.



Compêndio de anatomia humana ou elementos da anatomia em geral e descritiva do corpo humano, pelo Dr. Joaquim José Marques. Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 1829. 3 v.

Ensaio sobre as febres com observações analíticas acerca da topografia, clima e demais particularidades que influem no caráter das febres do Rio de Janeiro. Por Francisco de Mello Franco. Lisboa: na Typographia da Mesma Academia, 1829.

Tratado elementar de matéria médica, segundo a doutrina de Cullen. Oferecido a sua Majestade o Senhor D. Pedro I, Imperador do Brasil, e seu Defensor Perpétuo. Por Mariano José do Amaral. Rio de Janeiro: na Imperial Typographia de P. Plancher, 1827.

1830

Dissertation inaugurale sur les médicaments brésiliens que l'on peut substituer aux médicaments exotiques dans la pratique de la médecine eu Brésil, et sur les sympathies considérées sous les rapports physiologique et médical. Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris, 16 avril 1830; par Domingos Ribeiro Dos Guimarães Peixoto. Paris: de l'Imprimerie de Didot le Jeune, 1830.

1831

Dissertação sobre as inhumações em geral, seus desastrosos resultados, quando as praticam nas Igrejas, e no recinto das cidades, e sobre os meios de a isso, remediar-se mediante cemitérios extramuros... Por Manuel Maurício Rebouças. Bahia: Na Typographia do Órgão, 1832.

Compêndio de anatomia. Pelo Dr. José Soares de Castro. Bahia: [s. n.], 1831.

Dissertation sur l'hépatite. Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris, 25 août 1831, pour obtenir le grade de Docteur en médecine. Par Francisco Julio Xavier. Paris: de l'Imprimerie de Didot le Jeune, 1831.

Dissertation sur les usages du fruit d'Anacardium Occidentale, et spécialement sur les propriétés médicinales de sa résine. Thèse présentée et soutenue à la



Faculté de Médecine de Paris, 24 août 1831, pour obtenir le grade de Docteur en médecine. Par José Agostinho Vieira de Mattos. Paris: de l'Imprimerie de Didot le Jeune, 1831.

1832

Semanario de saúde pública: pela sociedade de medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imperial de E. Seignot-Plancher, 1831-1833.²⁷

Sur l'électricité animale. Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris, 312 août 1831, pour obtenir le grade de Docteur en médecine. Par Francisco de Paula Cândido. Paris: de l'Imprimerie de Didot le Jeune, 1832.

Não largarei a pena sem cumprir com o doce dever de prestar um público testemunho de gratidão ao Ilm.º e Exm.º Sr. Conselheiro Dr. Joaquim Vicente Torres Homem pela complacência e prontidão com que se dignou aceitar a presidência desta insignificante tese, e pelas muitas provas de estima e proteção que tenho recebido do mesmo Exm.º Sr., provas que estão gravadas em meu grato coração e que jamais a mão do tempo poderá apagar.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998

BENSAUDE-VINCENT, Bernadette; STRENGERS, Isabelle. *História da Química*. Tradução Raquel Gouveia. São Paulo: Instituto Piaget, 1992.

BOMTEMPO, José Maria. *Compêndios de matéria médica*. Rio de Janeiro: Officina Typografica, 1814.

BOMTEMPO, José Maria. *Compêndios de medicina prática*. Rio de Janeiro: Officina Typografica, 1815.

BOMTEMPO, José Maria. *Memória sobre algumas enfermidades do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1825.

BRASIL. Decreto nº 1.387, de 28 de abril de 1854. Dá novos Estatutos às Escolas de Medicina. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854. (Collecção das leis do



Império do Brasil de 1854).

DIARIO do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, ano 43, n. 165, p. 1-2, 17 jun. 1863.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Guia de fontes para a história do ensino médico no Rio de Janeiro (1808-1907). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 126-130, 1995.

FRANCISCO JOSÉ DO CANTO E MELLO CASTRO MASCARENHAS. In: BLAKE, Augusto Victoriano Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 3. p. 7.

MAGALHÃES, Fernando. *O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832-1932)*. Rio de Janeiro: Typ. A. P. Barthel, 1932.

MASCARENHAS, Francisco José do Canto e Mello Castro. *These tendo por objecto o desenvolvimento dos três pontos dados por sorte pela Faculdade de Medicina. I. Quais são as causas da morte súbita, qual é, e qual deve ser, a nossa legislação relativa aos mortos? [...]*. 1852. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1852.

MEMORIA historica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no anno de 1865. In: RELATORIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Imperio, Marquez de Olinda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

PERUCHI, Amanda. O regimento dos preços dos medicamentos... na farmácia brasileira oitocentista. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 933-965, 2020.

PITA, João Rui. *História da farmácia*. Coimbra: Minerva, 2000.

RODRIGUES, Ana Cristina Campos. Os mapas do Imperador: a catalogação e identificação da Cartografia da Coleção Teresa Cristina Maria. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 219-224, 2011.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1977.

VEIGA, Francisco Xavier da. *Dissertação acerca dos seguintes pontos. I. Será possível nas plantas phanerogamas em relação á sua nutrição a ausência total de um dos*



dous aparelhos ou folhar ou radical? [...]. 1851. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1851.

Notas

¹Pós-doutoranda na Universidade de São Paulo – USP. Este artigo é fruto da pesquisa desenvolvida pela autora em investigação de pós-doutoramento realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo FAPESP 22/06767-0).

²Conferir o célebre estudo de Lycurgo Santos Filho (1997), *História geral da medicina*, e, mais recentemente, o artigo, de Maria Rachel Fróes da Fonseca (1995), intitulado *Guia de fontes para a história do ensino médico no Rio de Janeiro (1808-1907)*.

³Em 1854, o doutor Canto e Mello abriu um consultório particular na rua Nova de S. Pedro, n. 27.

⁴As memórias históricas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foram estabelecidas pelos estatutos de 1854 (decreto nº 1.387) (BRASIL, 1854). Daí, determinou-se que a Congregação da Faculdade escolheria, na sua última sessão anual, um relator entre os seus membros que informaria sobre os acontecimentos mais importantes ocorridos na instituição e faria uma exposição das doutrinas divulgadas nos cursos. Ver: *Memoria historica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no anno de 1865* (MEMORIA..., 1866). Apresentada à Congregação pelo Dr. Francisco José do Canto e Mello Castro Mascarenhas, lente de physica.

⁵“Art. 54. O Lente que obtiver permissão do Governo para continuar a leccionar depois de haver completado 25 annos de effectivo exercicio, terá hum accrescimento de gratificação de 400\$ enquanto for pelo mesmo Governo conservado no magisterio” e “Art. 187. Os Lentes Cathedrauticos que tiverem servido por 25 annos, e continuarem no exercicio de suas funções, a aprazimento do Governo, terão além das vantagens da Tabella acima citada, o Titulo de Conselho”. (BRASIL, 1854, p. 208, 226).

⁶Uma edição inédita deste catálogo, com um texto introdutório sobre o autor e a obra, também foi realizada por mim e pode ser consultada na Revista Brasileira de História da Ciência (RBHC), sob o título *A primeira bibliografia médica do Rio de Janeiro (século XIX)*. PERUCHI, Amanda. *A primeira bibliografia médica do Rio de Janeiro (século XIX)*. Revista Brasileira de História da Ciência. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 336-357, jan./jun. 2023. Disponível: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/876>.

⁷A palavra escolástica significa, literalmente, “filosofia da escola”, pois, durante a Idade Média, “o professor de artes liberais e, depois, o docente de filosofia ou teologia que lecionava primeiramente na escola do convento ou da catedral, depois na Universidade,” era chamado de scholasticus. Essa, portanto, é a origem do termo, porém, como “filosofia cristã da Idade Média”, por excelência, a escolástica tinha como forma literária predominante as coletâneas de questões ou “Comentários”, forma essa que unia a lectio – comentário de um texto - e a disputatio – exame do problema através da discussão de argumentos. Daí, também, a importância da auctoritas para a escolástica, pois nenhum pensador deste tempo se considerava autônomo, mas sim dependente das chamadas autoridades do saber. A importância das autoridades do saber se dava, igualmente, porque a questão fundamental da escolástica era “levar o homem a compreender a



verdade revelada”. A escolástica, portanto, é um “exercício de atividade racional” que objetiva a “verdade religiosa” (ABBAGNANO, 1998, p. 344).

⁸Segundo vários autores, a alquimia é a antecessora da química. Os alquimistas acreditavam que existia uma substância que poderia fazer a desejada transformação em ouro instantânea e magicamente. A princípio, os grandes responsáveis pela disseminação da alquimia foram os árabes. De fato, a articulação da medicina árabe, a partir do século VI, com a alquimia “permitiu-lhe abordar técnicas de valor incontestável para uma aproximação química da medicina a procura da pedra filosofal e a tentativa de obtenção de substâncias dotadas de propriedades terapêuticas”. Porém, com o advento da química moderna, a alquimia foi perdendo a sua força até ser completamente deixada de lado por volta de meados do século XVIII. (PITA, 2000, p. 74).

⁹O médico britânico William Harvey (1578-1657) foi o primeiro a descrever corretamente dos detalhes do sistema circulatório do sangue na obra *Exercitatio anatomica de motu cordis et sanguinis in animalibus*, publicada em Frankfurt, em 1628.

¹⁰Aqui, provavelmente, o autor refere-se ao momento em que o químico francês Antoine-Laurent Lavoisier (1743-1794), considerado o “pai da química moderna”, identificou e nomeou o oxigênio (1778) e o hidrogênio (1783), refutando a teoria do flogisto de Georg Ernst Stahl (1659-1734) e dando origem a uma verdadeira revolução nos estudos da química nesse tempo (BENSAUDE-VINCENT; STRENGERS, 1992).

¹¹Essa era uma explicação recorrente entre os envolvidos com as áreas das ciências, especialmente a medicina, no Brasil após a separação de Portugal em 1822.

¹²Entre os anos de 1783 e 1790, o mineiro frei José Mariano da Conceição Velloso (1741-1811) liderou um trabalho de investigação da flora do Rio de Janeiro, resultando na produção de um levantamento pioneiro das plantas desta capitania. Tal levantamento possui 1.639 descrições de plantas em latim e as correspondentes ilustrações botânicas, e foi dividido em 11 volumes, todos publicados no ano de 1827 em Paris pela Off. Lithog. Senefelder. Os manuscritos originais, porém, datam de 1790 e se encontram sob a guarda da Biblioteca Nacional.

¹³Francisco de Mello Franco nasceu em Paracatu, na província de Minas Gerais, em 17 de setembro de 1757, sendo filho de João de Mello Franco e D. Anna Caldeira, e o mais velho de onze irmãos. Com apenas doze anos de idade, ele deixou a sua terra natal e se encaminhou para o seminário de São Joaquim, na corte, para fazer os seus estudos preparatórios. Dali, partiu para Lisboa a fim de aperfeiçoar os estudos preliminares, acompanhado de Paulo Fernandes Viana, um jovem brasileiro que também ia estudar na Europa, e com quem manteve uma grande amizade. Em seguida, matriculou-se no curso de medicina da Universidade de Coimbra e tornou-se médico de muito prestígio em Portugal; foi autor de várias obras como, por exemplo: *Tratado da educação physica dos meninos para uso da nação portuguesa* (1790) e *Elementos de Hygiene, ou dictames theoreticos, e practicos para conservar a saude e prolongar a vida* (1814). Voltou ao Brasil em 1817, acompanhando a futura princesa Leopoldina, da qual foi médico até falecer em 1822.

¹⁴O português José Maria Bomtempo veio para o Brasil em 1809, como delegado do Físicomor. Na Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, criada em 1808, foi lente de cadeira de medicina clínica, teórica e prática e encarregado da direção do Laboratório Químico-Prático, criado em 1812. Escreveu diversas obras de medicina: *Compêndios*



de matéria médica (BOMTEMPO, 1814), *Compêndios de medicina prática* (BOMTEMPO, 1815) e *Memória sobre algumas enfermidades do Rio de Janeiro* (BOMTEMPO, 1825).

¹⁵No Brasil, as primeiras Faculdades de Medicina foram criadas após as Academias Médico-Cirúrgicas serem transformadas, por meio da lei de 3 de outubro de 1832.

¹⁶Logo no primeiro ano da corte destacam-se: a criação das Escolas de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro, cujo principal objetivo era formar rapidamente pessoas especializadas nas artes de curar a fim de atender a alta demanda existente; a instalação da Impressão Régia, que, além dos documentos oficiais, publicou uma série de folhetos, livros e periódicos de higiene e saúde pública; e o restabelecimento da Fisicatura-mor, entidade centralizada nas figuras do Físico-mor e do Cirurgião-mor, responsável pela concessão das cartas de licenças aos que desejavam exercer qualquer atividade terapêutica no Brasil e fiscalização de todos os que atuavam com ou sem permissões.

¹⁷Esta obra foi escrita por volta de 1677, mas permaneceu em forma manuscrita até 1968, quando foi impressa pela primeira vez em Lisboa, em 1965, pela Junta de Investigação do Ultramar.

¹⁸Canto e Mello coloca que o ano da publicação é 1772. Mas, na verdade, é 1792.

¹⁹Canto e Mello coloca que o ano da publicação é 1787. Mas, na verdade, é 1797.

²⁰Canto e Mello coloca que o ano da publicação é 1787. Mas, na verdade, é 1788.

²¹É o mesmo livro anterior. Não há essa edição de 1791.

²²No *Ensaio* de Canto e Mello, lê-se: Programa que em 1798 propôs a Câmara do Rio de Janeiro a vários médicos, relativo à salubridade da cidade. Resposta que ao mesmo programa deu o Dr. Manoel Joaquim Marreiros.

²³Livro não encontrado.

²⁴Obra publicada em 1800 e não em 1808, segundo anotou Canto e Mello.

²⁵Conferir a edição inédita e modernizada desse documento em: Peruchi (2020).

²⁶Canto e Mello anotou: “Thèse sur l’apoplexie, par Amaro Baptista Pereira. Paris”. Este médico, porém, defendeu sua tese, *Essai sur Vérysipèle chronique qui a régné d’ une manière endémique à Rio de Janeiro*, em 1809 na Faculté de Médecine de Montpellier.

²⁷O *Semanario de Saude Publica* começou a ser publicado em 1831.

La expansión del campo
artístico argentino en
la década de 1930.
Operaciones y prácticas al
“interior” del país

The expansion of the
Argentine artistic field in
the 1930s: Operations and
practices within the country's
"interior"

Patricia Basualdo¹



Resumen: En los años treinta del siglo XX se dieron dos condiciones que dinamizaron el campo artístico de la provincia de Buenos Aires. Por un lado, comenzaron a aparecer los primeros museos y salones de arte oficiales en ciudades bonaerenses. Por el otro, la Dirección Nacional de Bellas Artes y el Museo Nacional de Bellas Artes pusieron en marcha programas de difusión artística que llegaron a estas y otras localidades. Sin embargo, tanto el desarrollo artístico de las ciudades, como el apoyo de los organismos nacionales no hicieron más que exponer las valoraciones que existían hacia los incipientes campos artísticos bonaerenses. Algunos artistas y agentes capitalinos, en lugar de tener en cuenta su novel formación y las limitaciones de los organismos municipales, resaltaron las cualidades negativas propias de este proceso. En este artículo me propongo, en primer lugar, exponer los programas impulsados desde los organismos nacionales y analizar las discusiones que se desataron en torno a ellos. En segundo lugar, presento algunas de las limitaciones que encontraron los artistas provinciales para insertarse en los círculos de legitimación artísticas y en sus propias ciudades para complejizar el lugar que ocuparon los artistas bonaerenses en el contexto de formación de las instituciones locales.

Abstract: In the 1930s of the 20th century, two conditions emerged that energized the artistic scene in the province of Buenos Aires. On one hand, the first official museums and art salons began to appear in cities in Buenos Aires. On the other hand, the National Directorate of Fine Arts and the National Museum of Fine Arts initiated artistic outreach programs that reached these and other localities. However, both the artistic development of the cities and the support from national organizations only served to expose the existing evaluations towards the emerging artistic fields in Buenos Aires. Instead of considering their novel formation and the limitations of municipal organizations, some artists and individuals from the capital highlighted the negative qualities inherent in this process. In this article, I aim, firstly, to present the programs



promoted by national organizations and analyze the discussions that unfolded around them. Secondly, I outline some of the limitations encountered by provincial artists in integrating themselves into circles of artistic legitimacy and within their own cities, in order to complicate the position occupied by Buenos Aires artists in the context of the formation of local institutions.

Patricia Basualdo
La expansión del campo artístico argentino en la década de 1930.
Operaciones y prácticas al “interior” del país



Introducción

Desde los años veinte del siglo XX, Argentina venía atravesando profundas transformaciones sociales, culturales y económicas que afianzaron el perfil moderno y cosmopolita de la ciudad de Buenos Aires. El inicio del proceso de industrialización en la economía nacional y el arribo de una nueva oleada inmigratoria pos Primera Guerra Mundial fueron algunos de los factores que transformaron de manera acelerada las características que presentaba la ciudad capital a principios de siglo. Para inicios de los años treinta, Buenos Aires comenzaba a cambiar su fisonomía completamente: el trazado de avenidas, plazas, altos edificios, alumbrado eléctrico, carteles luminosos, automóviles, tranvías y el subte, otorgaban nuevos paisajes acompañado de un ritmo de vida vinculado a la fugacidad lo urbano, valorados como símbolos de progreso y de modernidad.

En contraposición, las instituciones artísticas oficiales, como la Comisión Nacional de Bellas Artes, el Salón Nacional, la Academia y el Museo Nacional de Bellas Artes, seguían apostando de modo casi excluyente a la tradición y a los cánones académicos (HERRERA, 2014, p. 69). Desde comienzos de la década del veinte, distintos grupos de artistas, escritores e intelectuales, iniciaron el camino de la renovación plástica, filtrando las propuestas de las vanguardias europeas en las normas establecidas desde esas instituciones.

En los círculos intelectuales se instalaron desde entonces diferentes discursos que tensionaban la identidad nacional en la apuesta por la renovación artística, en palabras de Beatriz Sarlo: “aceleración y angustia, tradicionalismo y espíritu renovador; criollismo y vanguardia. Buenos Aires: el gran escenario latinoamericano de una cultura de mezcla” (1988, 15). Por estos años, existió un auge de la ideología nacionalista a la que adscribieron los grupos conservadores que detentaron el poder político y económico hasta la llegada del peronismo. Entre los intelectuales, comenzó a propagarse un pensamiento ligado a recuperación de la identidad nacional, echando mano al pasado histórico donde la Argentina se perfilaba como una potencia mundial. Con esta reivindicación, además, se buscaba desarticular la presencia extranjera. A este grupo social se le atribuía parte de los males que aquejaban al país, ya que desde esta perspectiva, la inmigración, el crecimiento de las ciudades y la nueva vida social urbana, habían contribuido a deteriorar la esencia nacional.

Como forma de mitigar esas cuestiones, por un lado, se apuntó a reforzar el sistema educativo y así diluir la presencia de lo extranjero en el entramado



social y cultural, y por el otro, a revalorizar la vida del campo y del "interior" como contracara de la vida "contaminada" de la ciudad. Instituciones educativas y culturales como la Comisión Argentina de Cooperación Intelectual, la Academia Argentina de Letras, la Comisión Nacional de Cultura, la Biblioteca Nacional, el Instituto Cinematográfico Argentino y el Consejo Nacional de Educación estuvieron abocados a enfatizar todo aquello que relacionaban con la nacionalidad argentina (TATO, 2009; WARLEY, 1985).

Por fuera de la ciudad capital, las instituciones estatales como la Dirección Nacional de Bellas Artes (DNBA) y el Museo Nacional de Bellas Artes (MNBA) impulsaron acciones que tenían por objetivo desarrollar e incentivar las actividades artísticas en regiones alejadas del centro neurálgico del país. La DNBA se propuso llevar de gira las obras premiadas en el Salón Nacional de Bellas Artes (SNBA) y coordinar las actividades artísticas de todo el país bajo la creación de la Federación de Comisiones Oficiales de Bellas Artes entre 1934 y 1937, mientras que el Museo Nacional de Bellas Artes (MNBA) se abocó a fundar o a fortalecer las instituciones artísticas de ciudades provinciales a través de los préstamos con obras de su patrimonio.

En este artículo nos ocupamos de exponer la puesta en marcha de las exposiciones viajeras con los premios del Salón Nacional y de los préstamos del MNBA ya que su implementación despertó discusiones vinculadas a la dispersión del patrimonio nacional y develó las valoraciones existentes hacia los espacios artísticos del "interior". En este sentido, recuperamos algunas de las voces más resonantes del ámbito capitalino, como Eduardo Schiaffino y Mario A. Canale, quienes se opusieron a los programas de difusión artística.² Asimismo, desde las provincias se asumía la condición de superioridad de la ciudad de Buenos Aires, sobre todo vinculada a la habilidad de los artistas, a la vez que se batallaba por conseguir un lugar para los artistas provinciales en las instituciones nacionales. Este aspecto es analizado a la luz de los problemas atravesados por los museos y salones de las ciudades de Bahía Blanca y Pergamino para armarse de un patrimonio institucional y conseguir la participación de los artistas en los concursos locales. La principal hipótesis de este trabajo sostiene que las operaciones y discursos impartidos desde las instituciones hegemónicas sirvieron para expandir las ideas y las representaciones que el campo cultural porteño le adjudicaba al arte nacional, pero terminaron por desfavorecer el desarrollo artístico en otras regiones de Argentina.

Las principales fuentes de las que se nutrió este artículo son los documentos oficiales hallados en los archivos de los museos municipales de bellas artes



de Bahía Blanca y de Pergamino y junto a las notas de prensa aparecidas en diarios de esas ciudades, los cuales permitieron pensar este problema por fuera de las voces hegemónicas capitalinas. El hallazgo de estos documentos fue fundamental para pensar los problemas y los condicionamientos que atravesaron los museos bonaerenses al iniciar sus actividades y sostenerse a lo largo del tiempo. A su vez, es necesario señalar que este tipo de documentos no abundan en los archivos institucionales consultados.³ De ahí que, las fuentes vinculadas a esas ciudades sean doblemente valiosas junto a la información que nos proporcionaron los diarios locales y de tirada nacional. El cruce de los documentos ofrecidos por los organismos nacionales con los suministrados por las entidades municipales permitió complejizar y enriquecer la mirada acerca del vínculo entre la ciudad capital y las ciudades provinciales, en este caso bonaerenses.

Respecto al marco teórico elegido, el enfoque propuesto por la historia social del arte (CLARK, 1981) permitió observar los movimientos de los actores implicados y considerar la experiencia social con sus condicionamientos específicos, problematizar, por ejemplo, la relación entre los artistas y las instituciones. Particularmente los espacios institucionales como el SNBA, el MNBA y la DNBA, son observados como elementos fundamentales donde se manifiesta lo hegemónico, resultando lugares en donde se condensan de forma más clara las contradicciones y los conflictos no resueltos inherentes a la hegemonía (WILLIAMS, 1977).

Por otro lado, como se adelanta en el título de este artículo, la teoría de los campos de Pierre Bourdieu (1990) proporciona una estructura de análisis para estudiar la dinámica entre la ciudad de Buenos Aires y el resto de las ciudades provinciales. Este autor define el campo como un espacio con leyes de funcionamiento propias, constituido a partir de posiciones de poder. En ese campo, los agentes o las instituciones se vinculan por algún tipo de interés en común que se esfuerzan por mantener, sobre todo, frente a intereses antagónicos. En la Argentina de los años 20 y 30, la amenaza al *status quo* del campo artístico que se arrogaba la definición de lo nacional, provenía de las agrupaciones de artistas existentes en la misma ciudad porteña que buscaban romper con los rasgos de tradicionalidad y academicismo imperante. En cambio, en ciudades bonaerenses como Bahía Blanca y Pergamino, se evidencia un interés por pertenecer al campo artístico capitalino antes que la expresión de intereses opuestos a las propuestas de las entidades nacionales, aunque no de manera acrítica y sin conflictos.



El Salón Nacional de Bellas Artes en el “interior” del país: las exposiciones viajeras

Entre 1934 y 1937 la DNBA llevó adelante una serie de exposiciones que tuvieron como finalidad difundir las obras premiadas en el Salón Nacional de Bellas Artes (SNBA) a lo largo y ancho del país. En ese lapso de tiempo, las *exposiciones viajeras* se realizaron de manera anual en cuatro ocasiones.⁴ La primera visitó seis ciudades, la segunda ocho y las dos últimas, once.

Para ese entonces, el SNBA ya contaba con más de veinte años de trayectoria y se había convertido en una importante institución para la configuración y consolidación del arte argentino y un catalizador para su comercio (BALDASARRE, 2011, p. 251). Además, para los artistas era un estímulo y una instancia de reconocimiento que les permitía acceder a otros circuitos artísticos, públicos y privados. Como explicó Diana Wechsler (1999, 53) una obra allí premiada podía alcanzar la adquisición oficial, ser exhibida en las salas del Museo o incorporarse a las colecciones privadas de Buenos Aires. Desde su inicio en 1911, el Salón se caracterizó por mostrar obras que se ajustaban a “una norma establecida: una pintura serena, convencional, no conflictiva” (WECHSLER, 1999, p. 52). Primaban los retratos y desnudos y una extensa variedad de paisajes regionales, vinculados con la preocupación por definir un arte nacional. Hacia fines de la década del veinte, el paisaje urbano y sus personajes los ejercicios plásticos vinculados a la naturaleza muerta y el desnudo fueron apareciendo con mayor frecuencia, pero en menor número que los clásicos paisajes rurales y serranos y las composiciones con una “intención nativista” (FARA, 2014; PENHOS, 1999, p. 122; WECHSLER, 2010, p. 287). Hacia los años treinta, convivían las estéticas tradicionales y los lenguajes más renovadores, tendencia que se replicó en las exposiciones viajeras. Sin embargo, al mostrar solo las obras premiadas, lejos estaban de exhibir el panorama de las obras aceptadas, sino que eran la versión ya filtrada y exitosa de las producciones plásticas.⁵

De todas maneras, el rol de la DNBA se limitaba a ofrecer la muestra y a armar el cronograma de las exposiciones viajeras con las obras premiadas. Eran las comisiones locales de bellas artes las que solicitaban la muestra y se hacían cargo de los gastos y de acondicionar un espacio para su exhibición⁶ (BOLETÍN DEL MNBA, septiembre y octubre de 1934, p. 20).

Para los organismos municipales, que manejaban un presupuesto de bajo a nulo, esta dinámica era una limitación importante. En la reunión de la Federación de Comisiones Oficiales de Bellas Artes del año 1935, como forma de mitigar



este obstáculo se resolvió que las comisiones que habían recibido la exposición el año anterior, también costearan la gira artística de ese año y que, de esta forma, el programa tuviese continuidad (LA NACIÓN, 10 de octubre de 1935). Desconocemos si esta idea finalmente prosperó pero dudamos que este espíritu solidario se haya sostenido en el tiempo, a la luz de lo sucedido en Pergamino. El presidente de la Comisión Municipal de Bellas Artes de esa ciudad, Enrique Martínez Granados, rechazó la exposición en 1936 porque no podían sufragar el gasto de \$ 500. Aun reconociendo los “grandes beneficios” que significaba para las ciudades de tierra adentro esa muestra del arte nacional (ACTAS CMBA, Pergamino, 26 de agosto de 1936). Tiempo después, en diciembre de 1938, lograron conseguir los fondos requeridos. En esa oportunidad, Martínez Granados resaltó que Pergamino obtenía una herramienta mediante la cual conseguía en el ambiente artístico “su consagración definitiva en el exterior” (ACTAS CMBA, Pergamino, 29 de abril de 1938). A pesar de lo dicho, y hasta donde tenemos conocimiento, esta exposición no llegó a concretarse.

De todos modos, es necesario señalar que la anhelada consagración era para la Comisión Municipal de Bellas Artes que organizaba la muestra, no para los artistas locales. La visita del arte de la capital no contemplaba la exhibición de sus obras y, como veremos a continuación, eran pocos los artistas residentes en las provincias los que tenían llegada al Salón Nacional. Por lo tanto, tampoco se encontraban en las exposiciones viajeras. Para los artistas del “interior”, el Salón aún era un espacio al que llegar.

Los artistas del “interior” en el Salón Nacional de Bellas Artes

Los artistas alejados de la metrópoli tenían escasas posibilidades de ser considerados en los veredictos del jurado del Salón Nacional, problema que fue expuesto por Martínez Granados, presidente de la Comisión de Pergamino. En la reunión de la Federación de Comisiones Oficiales de 1936, en representación de la provincia de Buenos Aires, manifestó que sus miembros, además de no interpretar “el actual pensamiento estético argentino” excluían de la premiación a los artistas que no habían desarrollado una carrera fuera de sus ciudades de origen. En esa oportunidad, con la oposición de los representantes de la Capital Federal,⁷ se aprobó el proyecto para que la DNBA “arbitrara todas las medidas tendientes a facilitar la mayor representación de los artistas del interior en el Salón Nacional, como también la integración del jurado por personas del



interior" (ACTAS CMBA, Pergamino, 25 de septiembre de 1936).

Teniendo en cuenta las reiteradas críticas que existían hacia este concurso, es llamativo el afán de los agentes provinciales por sostener el circuito de legitimación propuesto por las instituciones nacionales. Una de ellas estaba relacionada con los escasos recambios en los miembros del jurado y de la Comisión Nacional de Bellas Artes. Sus detractores sostenían que esta situación impedía el acceso o la premiación a nuevas corrientes estéticas y obligaba a los artistas a continuar con las formas ya establecidas. De esta manera, las producciones plásticas más renovadoras no tenían lugar en este concurso y tampoco eran promovidas por las autoridades, con lo cual, era difícil encontrarlas en otras instituciones públicas y, con suerte, se veían confinadas a los espacios de exhibición privados (WECHSLER, 1999, 54-59).

Por fuera de la ciudad de Buenos Aires, también se hacían sentir las críticas hacia el Salón y sus veredictos. Uno de los que denunció el envenenamiento que existía entre los miembros de la DNBA y los artistas que participaban en el Salón fue el artista Mario A. Canale. Por ese entonces era secretario de la Comisión Provincial de Bellas Artes de la provincia de Buenos Aires y dirigía la revista *Momento Plástico* (abril 1933, 1). Al respecto, en sus páginas expresó:

Hay miembros de Comisión que modelan, su obra es de aficionados, y expanden su producción fructífera en el país. No hay derecho de ejercer puestos espectables (sic.) en el orden artístico y producir obra que por razón de su cargo hasta tienen libre acceso en el Salón Nacional de Bellas Artes cuya exhibición haría sonrojar e irritar a más de un rechazado.

Por su parte, el diario *El Argentino* de La Plata (18 de diciembre de 1934, 9) al momento de reseñar la exposición viajera que se recibió en esa ciudad sentenció que los premios del XXIV Salón Nacional fueron producto de la indecisión del jurado ya que otorgaron premios a:

trabajos que guardan entre sí una notable disparidad de valores y de intenciones, sin que por ello dentro de la respectiva tendencia signifiquen expresiones acendradas. Una cosa es eclecticismo, otra condescendencia. Esta última es la que parece haber inducido a otorgar ciertos premios, que por ser nacionales exigen extraordinaria responsabilidad a los jurados.



Atilio Chiáppori,⁸ protector histórico del Salón Nacional, se ocupó de defender el programa de las exposiciones viajeras y de responder a estas críticas. Sostenía que este concurso había contraído múltiples beneficios: no solo había contribuido a que se pueda hablar con orgullo de un "arte argentino", sino que también había favorecido a la construcción de un arte con identidad nacional. Agregaba que el Salón era un importante instrumento para su difusión y la base del programa de fundación de museos provinciales (1942, 171-180), puesto que en el país existían "ciudades lejanas, ricas de espíritu pero escasas de medios para organizar y costear galerías artísticas" (1942, 176). De todos modos, aceptó que "dada la heterogeneidad de los jurados y el proselitismo que los afecta" no podía afirmar que las obras premiadas fuesen "los arquetipos del arte argentino" pero aun así, consideraba que se había dado el primer paso "en esta novísima y eficaz forma de expansión artística en el interior" (1942, 177).

Como mencioné anteriormente, la imposibilidad de algunas comisiones de afrontar el costo que implicaban las actividades artísticas quedó demostrada con la puesta en marcha de las exposiciones viajeras. Además, existen otros datos que acreditan los escasos medios que manejaban los organismos del "interior". La Comisión de Bellas Artes de Pergamino, por ejemplo, había evaluado realizar una rifa con una obra adquirida en el Salón local frente al problema de no poder ampliar los fondos destinados al futuro museo (ACTA CMBA, Pergamino, 30 de septiembre de 1937). La Comisión de Bahía Blanca, por su parte, había conseguido acondicionar el edificio destinado al Museo (una ex comisaría) gracias al aporte económico de su director, Enrique Cabré Moré, mientras que la compra de algunas de las primeras obras patrimoniales vino de la mano de entidades privadas⁹ (MEMORIA DE LA..., 27 de febrero de 1932; EL ATLÁNTICO, 2 de agosto de 1931).

Otra de las cuestiones que salió a la luz con este programa de difusión artística fue el descontento de los artistas consagrados hacia estos eventos.¹⁰ Chiáppori en su libro *Luz en templo*, expuso la disconformidad de algunos de estos actores frente a la acción de "enriquecer las colecciones nacientes del interior con las primicias de nuestros más representativos pintores y escultores en plena producción y en progresivo auge" (1942, 179). El director del MNBA, señaló que este propósito fue protestado, al principio y veinte años después:

por algunos artistas argentinos, sin mayor notoriedad que la lugareña, se creen todavía disminuidos, y así lo establecen oficialmente, por poner una tela, un busto, o una estatua



en Córdoba, en Rosario, en Santa Fe, en Paraná o en La Plata, derivados del Museo Nacional (...) ¿qué tendrán que decir, por ejemplo, los artistas franceses e italianos, de firmas respetadas y cotizadas en el mundo entero, cuando las adquisiciones oficiales les destinan obras a los museos de Marsella, Lyon, Montpellier, Génova, Milán o Turín...? No protestan; al contrario, se sienten muy honrados porque además de artistas son ciudadanos que tienen plena conciencia de la nacionalidad cuya esencia no trasunta tan solo en la urbe capital (1942, 179-180).

Es probable que los artistas que habían conquistado un lugar en las instituciones capitalinas, no estuviesen preocupados por crear la “conciencia artística” de la que hablaba Chiáppori en las ciudades que estaban formando sus propias instituciones artísticas para que, en un futuro, los grandes museos centrales y las exposiciones, dejen de ser “meras ostentaciones de ‘nuevos ricos’” (1942, 176).

Las expresiones de Mario A. Canale ofrecen más evidencias acerca de la posición de los artistas consagrados. El secretario de la Comisión Provincial sostenía que “cuando un artista tiene una o dos obras y se la manda a un Museo lejano” se le quitaba “toda figuración” y se lo hacía “desaparecer, por este hecho, de entre los artistas representativos” (CANALE, 23 de enero de 1935). Estas palabras dejan ver el principal motivo de disconformidad de los artistas con los programas de difusión: el progresivo alejamiento de los lugares de consagración artística.

Es necesario recordar que las exposiciones viajeras se sumaban a otro programa que también implicaba la circulación de obras patrimoniales: los préstamos fundacionales del Museo Nacional de Bellas Artes (MNBA). Los artistas que habían conseguido ingresar al panteón del Bellas Artes percibieron que, una vez más, se obturaba la posibilidad de permanecer en sus salas. Muchos de estos artistas habían ingresado al acervo del MNBA luego de ser premiados en el SNBA y los planes de los organismos nacionales diluían el reconocimiento que habían obtenido a través de las instituciones neurálgicas. Esta insatisfacción develó algunas de las apreciaciones que escondían los artistas consagrados acerca de las instituciones del “interior”.



Las críticas a los programas de difusión artística

El programa de los envíos fundacionales con obras del MNBA fue el primer evento que despertó tensiones por la dispersión del patrimonio nacional. Su finalidad era crear nuevos museos o aumentar la colección de los de reciente formación. Comenzó a practicarse a principios del siglo XX y continuó, con varias interrupciones, hasta los años cincuenta.

En la provincia de Buenos Aires este programa alcanzó al Museo Provincial de Bellas Artes de La Plata en 1928, al Museo Municipal de Bellas Artes de Bahía Blanca, y al Museo Municipal de Bellas Artes de Tandil. También en 1933, el MNBA entregó un grupo de obras para un futuro museo municipal en la ciudad de San Nicolás, pero esta institución nunca alcanzó a crearse.

La composición de estos envíos fue similar en todos los casos. Se caracterizaron por mostrar tres aspectos del patrimonio del MNBA: la colección fundacional, los ingresos de sus primeros años y, sobre todo, los nuevos ingresos ligados al arte argentino, gran parte provenientes del Salón Nacional de Bellas Artes (SNBA). Tanto la dispersión de las primeras obras patrimoniales como las de reciente incorporación, fueron decisiones fuertemente criticadas por artistas y agentes de la cultura porteña.

Uno de los que manifestó sus diferencias hacia este programa fue el arquitecto Alberto Prebisch.¹¹ En una conferencia que brindó en el MNBA reconoció el valor de estas iniciativas pero pretendía “que esta acción se extendiese a todas las exhibiciones representativas que se produzcan en Buenos Aires” y criticaba la calidad de las obras que se repartían. Según su consideración:

...nuestras manifestaciones artísticas se remansan en Buenos Aires, y pocas veces llegan a las provincias otra cosa que el lejano eco periodístico de aquéllas. Salvo contadas excepciones, los museos de provincia están formados por desechos de la capital. Su acción cultural es así, peor que nula: es perniciosa (BOLETÍN DEL MNBA, septiembre y octubre de 1934, 6).

Mientras que su postura ponía en cuestión la relevancia artística de las obras, otros actores entablaron una cruzada para recuperarlas. Uno de los que encabezó esta campaña “en defensa del patrimonio” fue Eduardo Schiaffino. El ex director del MNBA por esos años escribía en el diario nacionalista *La Fronda* sus opiniones sobre el rumbo que había tomado la institución nacional.



Allí manifestó su disgusto por la organización de las salas, las adquisiciones que se habían realizado y el desmembramiento de la colección patrimonial. En relación a esto último, su principal preocupación giraba en torno a todas aquellas obras que habían sido donadas y ahora estaban en instituciones a las que no habían sido destinadas. Al respecto se preguntaba:

Con qué criterio se hacen las selecciones para remitir las unas al Museo Histórico, las otras al Etnográfico, y las demás a incipientes Museos de provincia o de campaña, o se las sepulta en el limbo del depósito? Acaso la arbitrariedad cuando es absoluta se transforma en clarividencia? (SCHIAFFINO, 24 de mayo de 1934)

Además, cuestionaba el merecimiento de las nóveles instituciones para recibir esta asistencia. Consideraba que sus "vecindarios no han hecho el menor esfuerzo en forma de legados, suscripciones públicas, donación de edificios, etc., para merecer una ayuda que, cumplido ese requisito, sería justificada" (SCHIAFFINO, 24 de mayo de 1934).

Mario A. Canale fue otro de los que se unió a su reclamo.¹² Como presidente de la Corporación de Artistas Plásticas, se encargó de remarcar el peligro que corría el patrimonio del MNBA dada la cantidad de obras que repartía, que para mediados de los años treinta eran alrededor de 800. También advertía que la DNBA hacía cumplir al "Museo Nacional un plan de difusión cultural que no le corresponde" y tampoco la finalidad que tienen instituciones de este tipo:

Todo Museo, por su naturaleza, es eminentemente conservador en el sentido de guardar su patrimonio y enriquecerlo, solo el Museo Nacional de Bellas Artes adapta la política original de deshacerse de sus obras prestándolas – con autorización de la Dirección Nacional – lo que está en pugna con el decreto de su creación. La Dirección Nacional de Bellas Artes, si desea desarrollar su plan de difusión cultural ayudando a los museos del interior, que lo haga en buena hora, pero, sin tocar para nada el acervo del Museo Nacional (CANALE, s.f., 2)

Asimismo sostenía que esta dispersión del patrimonio le faltaba el respeto a aquellas personas que, con una actitud patriótica, habían legado sus colecciones al acervo del MNBA. Desde su perspectiva, este programa torcía el espíritu de los donantes y alteraba el destino que habían elegido para sus obras, ya que:



no puede compararse el valor de exhibición en el Museo Nacional con un museo de provincia, donde se cuentan días sin tener un solo visitante. Si la voluntad del donante fuera contribuir a esos museos del interior, no necesitarían intermediarios, pues lo harían directamente (CANALE, 23 de enero de 1935, 4)

Sus palabras demuestran los juicios que sobrevolaban hacia las instituciones provinciales, ligados a la (supuesta) casi nula concurrencia de público en las mismas y eso alcanzaba para desmerecerlos como espacios de exhibición. Sugería que las comisiones de bellas artes siguieran el ejemplo del MNBA, que con “ayuda del gobierno y la generosidad privada” consiguió formar su colección, y que además se vuelquen a gestionar dinero de sus municipios, de las grandes empresas y de los vecinos acaudalados para “adquirir obras a los artistas que tanto necesitan” (CANALE, 23 de enero de 1935, 7).

Si existían artistas que necesitaban que sus obras fuesen adquiridas, esos eran los artistas del “interior”. En las ciudades de la provincia de Buenos Aires, los espacios de exhibición, públicos o privados, no abundaban. Por estos años, solo en algunas localidades bonaerenses el mercado de arte recién se estaba iniciando, particularmente en las ciudades más pobladas, como La Plata y Mar del Plata, y la inserción de los artistas provinciales en otros circuitos de trayectoria era compleja sin el aval de las instituciones nacionales.

Asimismo, los organismos artísticos de competencia municipal tampoco se mostraron dispuestos a adquirir obras de sus propios artistas. La aprobación de los artistas que desarrollaban sus actividades en localidades alejadas de los grandes centros urbanos no se dio de manera automática. Aún para aquellos que todavía no habían alcanzado el camino de la consagración en la capital nacional. Ese lugar que los artistas del “interior” reclamaban en las instituciones nacionales, tampoco lo encontraron fácilmente en las incipientes instituciones municipales. Los debates que surgieron en las ciudades de Bahía Blanca y de Pergamino, en torno a la pertinencia o no de adquirir obras de sus artistas y la constante comparación con los artistas capitalinos resultan oportunos para exponer las dificultades que padecieron para insertarse en uno y otro ámbito.

Los artistas bahienses en las instituciones locales

En las localidades bonaerenses, la participación de artistas con el halo de la



consagración estuvo presente desde el inicio de sus propias instituciones. En Bahía Blanca se los convocaba constantemente para que formaran parte del jurado de selección y de premiación en el Salón Municipal. Además, los artistas locales que había conseguido entrar al Salón Nacional, como Juan Carlos Miraglia, eran citados constantemente para realizar muestras individuales o escribir sobre arte en el diario local.¹³ De todos modos, la Comisión Municipal de Bellas Artes encontró la forma de atender a los artistas que aún no tenían esta posibilidad. El reglamento del Salón local, iniciado en abril de 1931, estableció que solo las obras premiadas podían ingresar al patrimonio del Museo Municipal y los premios estaban habilitados únicamente para los artistas locales (CMBA, Bahía Blanca, 1931). Esta decisión podría leerse como una forma de estimular y fortalecer los trabajos y las carreras de los bahienses. Sin embargo, la Comisión Municipal no se dedicó exclusivamente a adquirir obras de artistas de la ciudad sino que, además de hacerse de las obras premiadas, compró obras que estaban fuera de competencia pertenecientes a artistas capitalinos.¹⁴ Quizás, esta decisión estuvo fundada en que no encontraron el valor artístico que esperaban en los locales. El diario bahiense *El Atlántico* destacó que el jurado de selección había realizado una gran labor, rechazado muchas de las obras recibidas por considerarlas “carentes de todo mérito y ajenas (sic) al menor propósito artístico” y de esta forma, el Salón había ganado “en homogeneidad” y “desde luego, en importancia, como manifestación de arte local”. Aun así, consideraba que el Salón no reunía obras de destacada factura. Los pintores y escultores no habían conseguido el esperado progreso, por este motivo señalaba que:

Si es dable hablar de progresos, éstos han de referirse más al Salón como tal, exclusivamente, que a las obras, mediante las cuales nuestros artistas denuncian concretamente el esfuerzo, hecho las vías seguidas y el éxito logrado (EL ATLÁNTICO, 17 de abril de 1931).

Como este concurso era de carácter local, el nivel de los artistas quedaba al descubierto. Para este medio, el progreso estaba en la celebración del Salón, no en los creadores. Pese a ello reconocía que, a falta de una Academia, era mucho lo que los artistas realizaban. Librados, casi siempre, a sus propias orientaciones, sugería vigilarlos “celosamente si se desea progresar en el camino lleno de obstáculos que hay que recorrer para llegar a las cumbres luminosas del Arte”. Otro de los medios locales, *La Nueva Provincia*, advertía que necesitaban afianzar



sus formas de expresión y les recomendaba que aprendan bien el oficio, que trabajen para dominar la técnica y no confíen solo en la inspiración, porque “el arte, en sus manifestaciones exteriores, impone una disciplina tan rigurosa como cualquier otra actividad humana y quizás mayor aun. No solo es emoción e inspiración sino oficio, ‘metier’ (...) y el oficio hay que aprenderlo” (LA NUEVA PROVINCIA, 1931).

En cambio, el diario capitalino *La Nación*, fue más benévolo con el evento bahiense. En su reseña destacó que el conjunto de las obras exhibidas era variado y de no escaso interés y que:

tanto o más que los aciertos parciales de alguna obra aislada importan el ejemplo educador, destinado a modificar un ambiente y a determinar una nueva forma de cultura. Acaso ellos mismos no justiprecien hoy el alcance de su propia acción en lo que tiene de benéfica y abnegada (LA NUEVA PROVINCIA, 14 de abril de 1931).

En relación al “núcleo porteño” señalaba que ofrecía escaso interés para reseñar ya que gran parte eran obras ya habían sido exhibidas en otra oportunidad. Las excepciones las ofrecía Lino Spilimbergo, con un paisaje y una naturaleza muerta, y las pintoras como Carlota Stein, Hildara Pérez de Llanso y Lola D. Luzarreta, que habían acudido en buen número y con obras de reciente producción (LA NUEVA PROVINCIA, 14 de abril de 1931).

Finalmente, cuando el 2 de agosto de 1931 el Museo abrió sus puertas contaba con nueve obras patrimoniales, de las cuales, cinco eran de artistas bahienses. A lo largo de esta década, la colección alcanzó seis obras más. Todas fueron donaciones: cuatro de instituciones culturales de la ciudad y dos de artistas de la zona.¹⁵ Esta situación puso de manifiesto que las disposiciones reglamentarias no hacían más que atentar con la continuidad del Salón y con el crecimiento de la colección institucional. Frente al estancamiento que mostraba la colección del Museo, la limitación de acceso a los premios fue modificada. La nueva ordenanza expresaba que el dictamen original conspiraba contra su progreso y además era inadecuada para el fomento de las bellas artes (PROYECTO DE...). El artista Filoteo Di Renzo (BUFFONE, 2006) resaltó que detrás de esta decisión también existía la esperanza de atraer obras de calidad. Según su opinión, en los primeros Salones la convocatoria fue mermando y el nivel de obras fue en descenso. Por este motivo, las autoridades municipales se



vieron en la necesidad de solicitar la participación de artistas de regiones cada vez más alejadas para poder reunir un discreto número de obras de calidad en el certamen local.

El nuevo proyecto indicaba la conveniencia de atraer al Salón a los mejores exponentes del arte nacional, "sin empecinarse en limitar las ventajas tan solo al arte local" (PROYECTO DE...) el cual solo podía superarse si tomaba contacto con las expresiones artísticas del país entero. En este sentido, para garantizar la participación de artistas de todo el país, proponía ofrecer las mismas ventajas que en otros salones, como ser "el aliciente de la recompensa o sea la adquisición de las obras" (PROYECTO DE...). La modificación del reglamento se hizo efectiva en abril de 1937, a partir de la celebración del VII Salón de Arte (PROYECTO DE...). A partir de ese momento, con la participación de artistas argentinos y extranjeros, la CMBA podía realizar las adquisiciones que considerara conveniente.

De todas formas, el Salón siguió sin dar los resultados esperados. El ex intendente de la ciudad, Florentino Ayestarán (1941), a diez años de la creación del Museo, declaró que no se había obtenido el realce necesario por "la reducción de los recursos que desde un principio se habían fijado en la ordenanza" y por "no haberse resuelto oportunamente los proyectos de modificación a la misma". Para ese entonces, el patrimonio institucional era de 71 obras, es decir, un promedio de obras de siete por año. Probablemente, el presupuesto que se había asignado para compras estuvo abocado a los premios del Salón y no fue suficiente para adquirir obras por fuera del concurso. Asimismo, la falta de un edificio estable y apropiado para alojar el Museo también dificultó la actualización constante de la colección.

Los salones de arte continuaron celebrándose hasta 1950. En 1945, con la transformación de la Comisión Provincial de Bellas Artes en Dirección General, el Salón de Bahía Blanca, junto con el de Tandil y La Plata, había cobrado un mayor protagonismo dentro del calendario artístico. Durante esos años el Salón pasó a ser de carácter nacional, lo cual "determinó una estrecha vinculación con artistas de la capital federal y otros valores destacados del interior" (EL ATLÁNTICO, 1 de agosto de 1956).

A los cinco años de su desaparición, el diario *El Atlántico* (16 de febrero de 1955) ambicionaba su retorno argumentando que su "suspensión ha señalado un retroceso dentro de la actividad plástica local". No obstante, observaba que de haber continuado, el espacio que ocupaba el Museo hubiese merecido reformas para albergar las 50 obras que podrían haber ingresado durante ese



período. En ese momento el patrimonio era de 130 obras y las dimensiones de las salas no permitían exhibirlo en su totalidad pero tampoco contaba con un espacio que funcionara como depósito. El crecimiento del patrimonio parecía ser un tema saldado. Pero el apoyo a los artistas locales era un tema que había quedado en el olvido.

Los artistas y las instituciones de Pergamino

El Salón de Arte de Pergamino también fue de carácter regional. El primero tuvo lugar en 1934 y fue organizado por una Comisión formada especialmente para la ocasión (EL TIEMPO, Pergamino, 1 de septiembre de 1934) la cual luego se transformó en Comisión Municipal de Bellas Artes.¹⁶ En este concurso, solo podían acceder a los premios los artistas locales y de las ciudades vecinas.¹⁷ Esta restricción que buscaba incentivar la participación de los artistas de la región, sin embargo no hizo más que exponer el incipiente desarrollo que tenían los artistas pergaminenses, al igual que el caso de Bahía Blanca.

Para la prensa local, la primera edición contó con escasas luces en cuanto a la calidad de las obras. Advertía que algunas no eran los mejores exponentes del arte local y que el público podía “encontrarse en el salón alguna obra de menor mérito que otra rechazada” pero que esta elección tenía “el propósito de estimular a los incipientes artistas no decepcionándolos en la primera oportunidad que se les presenta de mostrar su capacidad para el arte.” (EL TIEMPO, 26 de septiembre de 1934; LA OPINIÓN, 26 de septiembre de 1934, 3).

En cambio, la convocatoria de artistas fue bastante numerosa y se sostuvo a lo largo del tiempo. En algunos episodios hasta aumentó considerablemente. El I Salón contó con 72 obras de 28 artistas, mientras que en el IV Salón (1937) se recibieron más de 600 obras, y en el siguiente se seleccionaron 90 obras de las 450 recibidas (MARTÍNEZ GRANADOS, 8 de noviembre de 1938). Pero, a pesar de la constante participación de los artistas, sobrevolaba la preocupación por no alcanzar un número significativo de obras para exhibir. A tal punto que en la Comisión Municipal se discutía si era pertinente recibir copias de obras (EL TIEMPO, 26 de septiembre de 1934).¹⁸ Fue por esta razón que, para el II Salón se realizaron algunas modificaciones que permitieron aumentar la cantidad de obras en exposición, sin necesidad de recurrir a las copias. Se recibieron mayor cantidad de obras fuera de concurso, se amplió el podio de los premios para artistas que no pertenecían a la región y para los locales se creó un premio específico: el premio a la mejor obra de expositor regional (LA OPINIÓN, 28 de



septiembre de 1935).

Si bien el tema de la concurrencia de artistas parecía ser un tema cancelado, para los locales las modificaciones no se tradujeron en un beneficio significativo. Al contrario, iluminó otras problemáticas relacionadas con la poca visibilidad que tenían en este concurso. En este sentido, el diario local *La Opinión* señaló que, con la extraordinaria participación, “nuestros modestos autores locales quedaron un poco diluidos entre la cantidad y la calidad de las obras expuestas” (LA OPINIÓN, 28 de septiembre de 1935).

Para enmendar esta situación, al año siguiente la Comisión Municipal resolvió una serie de medidas en pos de alentar su asistencia y lucimiento. Una de ellas fue invitarlos a participar “sin distinción” en la organización del III Salón de Arte (1936) y agregar un representante de su parte en el jurado. También creó un salón exclusivamente para artistas de la región, duplicándoles las posibilidades de exhibición, y se agregaron el premio especial al mejor pintor local y a “la mejor obra que interprete un motivo sobre las faenas agrícolas típica de la Región” ambos en la disciplina de pintura (ACTA CMBA, 14 de agosto de 1936).

Por otro lado, a falta de artistas locales con presencia en el Salón Nacional, la Comisión Municipal, creó la figura de invitado de honor. De esta forma, un artista consagrado era convocado a exhibir sus obras en cada una de las celebraciones. Mediante esta estrategia se traían a la ciudad artistas de renombre y se prestigiaba el Salón local. Además, posicionaba el concurso a nivel nacional, se entablaba la vía de su consolidación y se confiaba en que serviría para alentar a los artistas locales a mejorar sus producciones. Sin embargo, para la prensa y para algunos miembros de la Comisión Municipal, esta iniciativa había producido el efecto contrario. Sostenían que la participación de los artistas locales había descendido porque no se sentían a la altura de la exposición. Otros miembros de la Comisión, en cambio, preferían poner el acento en el “innegable aporte didáctico” (ACTA CMBA, 13 de abril de 1938) que significaban estas visitas ya que obligaba a los artistas a mejorar sus prácticas:

se ha notado un evidente progreso en la factura de las telas, progreso que se acentúa en lo que se refiere a los artistas locales, que han trabajado con más entusiasmo, buscando en la perfección de las composiciones pictóricas el medio de establecer una emulación más efectiva con los ya consagrados pintores metropolitanos (EL TIEMPO, 14 de octubre de 1936)



En lo que sí estaban de acuerdo era en que el nivel de los artistas pergaminenses debía mejorar. De ahí se desprendió otra de las discusiones: determinar en qué grado debían estar representados los artistas de la ciudad dentro de la colección que se estaba formando. En este sentido, no todos los miembros de la Comisión coincidían en que debían comprar obra a artistas locales. Enrique Martínez Granados, por ejemplo, consideraba que dicho propósito iba en contra de la idea que tenía para el Museo de la ciudad:

además de someterse la Comisión en la elección de los cuadros al criterio de un cuerpo que no está capacitado para juzgar artísticamente, se plantearía al futuro Museo el problema de constar entre su acervo artístico con un conjunto de obras de calidad inferior y que el espíritu de ayuda a los artistas locales no justificaba tal medida, porque un Museo debe estar formado por Obras de indiscutibles méritos en las que esos mismos artistas hallen la enseñanza a la palabra magistral que a veces precisan (ACTA CMBA, Pergamino, 8 de noviembre de 1937)

Con esta declaración, Martínez Granados expuso sus apreciaciones más polémicas: por un lado, que ni los miembros de la Comisión ni los artistas pergaminenses estaban a la altura de realizar juicios artísticos y, por el otro, que el museo debía ser, ante todo, una herramienta pedagógica. De ahí, la necesidad de guardar obras de calidad indiscutida, es decir de artistas reconocidos y así el museo contribuiría a mejorar las prácticas de los artistas. Por este motivo, los excluía de la institución. Si allí se guardaban los tesoros artísticos de la ciudad, los artistas locales (aún) no eran parte de ello.

En otro orden de cosas, las actividades artísticas se pensaban como una forma de terminar con los prejuicios que se tenían sobre la ciudad por vivir al "latido fecundo de su riqueza agropecuaria" y por lo cual se creía que la ciudad:

era despreocupada de lo que el común de las gentes califica de pasatiempos de desocupados, entregada al alza y baja de los mercados bursátiles, o pendiente del boletín de meteorología, que traía la promesa de una óptima cosecha. Sin embargo, los distintos hechos que han acaecido durante más de tres años a esta parte desmienten rotundamente esta afirmación. Las cosas superiores han contado un franco auspicio en nuestros círculos (EL TIEMPO, 23 de octubre de 1936)



A través de estas muestras, además de conseguir que Pergamino salpicara “el pentagrama de su rutina agrícola con notas de cultura”, se cooperaba con la ciudad de Buenos Aires en aliviarle la tarea de ser la encargada de fomentar las actividades artísticas. De todas maneras, existía un cierto recelo sobre las obras que venían de la ciudad capital. La Comisión tenía especial cuidado con las obras provenientes de la metrópoli para descartar las obras más vanguardistas y así no “generar desconcierto” en el ambiente local. De ahí que el diario local destacara el criterio severo en la selección de las obras provenientes de allí:

Sabemos de fuentes extraordinarias que a tal punto fue severo el criterio de la comisión, que en la capital federal fueron rechazados trabajos prestigiados por firmas de renombre, por pertenecer a escuelas de avanzada, de técnicas no bien comprensibles en el ambiente, que hubiera producido general desconcierto, confusión ésta, que podía redundar en perjuicio de la muestra (EL TIEMPO, Pergamino, 16 de octubre de 1936, 4)

Dos años después, la reseña del diario *La Opinión* sobre el V Salón volvía sobre el tema de la selección y aclaraba que, si bien se mostraban algunas obras innovadoras, se había tenido “especial cuidado de elegir las más moderadas a los efectos solamente de insinuar en esta muestra la tendencia Artística de algunos artistas” (1 de noviembre de 1938).

En relación a las obras que fueron guardadas para que formaran la colección originaria del Museo Municipal, podemos afirmar que gran parte de ellas ingresaron luego de ser exhibidas en el Salón local pero muy pocas pertenecían a artistas de esta ciudad. A diferencia del Salón de Bahía Blanca, el de Pergamino, no tuvo inicialmente por objetivo recolectar obras para el futuro museo, sino que fue un propósito que se fue gestando con el correr de cada celebración.¹⁹ Por este motivo, las obras premiadas en sus primeras ediciones no forman parte de la colección fundacional. Fue en el reglamento del Salón de 1936 cuando se estableció que la Comisión “se reservaba el derecho de optar por la adquisición de una o más obras premiadas, para la formación del Museo Municipal de Bellas Artes” (LA OPINIÓN, 30 de agosto de 1936). Al año siguiente se insistió sobre esta necesidad, apuntando a la adquisición del primer premio si los recursos disponibles lo permitían. En caso contrario, deberían buscar “la forma de adquirir algún otro cuadro de los que fueron premiados por el jurado local o



por la Dirección Nacional de Bellas Artes" (LA OPINIÓN, 9 de noviembre de 1937, 5). En abril de 1939 se realizó una exposición para mostrar, por primera vez, las obras que se habían conseguido hasta el momento: eran alrededor de quince obras. La prensa local destacaba el carácter didáctico de esas obras, las cuales "servirán de guía y ejemplo para los que emprendieron el camino de la plástica," (LA OPINIÓN, 13 de abril de 1939) y también difundían el "nacionalismo sano (...) elevando el nivel espiritual del pueblo y capacitándolo para el mejor desempeño de sus actividades retributivas." (EL TIEMPO, 13 de abril de 1939).

Finalmente, en 25 de mayo de 1949 se inauguró el Museo Municipal de Artes Plásticas de Pergamino. En la ceremonia de apertura, el interventor en la Comisión Municipal de Bellas Artes, Miguel A. Giuliano, señaló que "si bien no podía llamarse un museo, bien merecía la calificación 'un rinconcito de arte que se ponía al alcance de la cultísima ciudad de Pergamino'" (CASTELLANO DE GIUNIPPERO, 1993, 12). Suponemos que hacía referencia al poco número de obras que se habían conseguido²⁰. Quizás no era un número que dejara conforme al funcionario. Pero luego de quince años de trabajo, la Comisión había conseguido sostener la periodicidad y la convocatoria de los salones e hizo posible el armado de un cuerpo de obras con los más relevantes artistas argentinos de esa época.

A modo de cierre

Los años treinta marcaron un período en donde las instituciones rectoras a nivel nacional prestaron atención a los espacios artísticos de las ciudades provinciales. El "interior" que comenzaba a ser revalorizado por los círculos de intelectuales tradicionales como un lugar donde pervivía la esencia nacional, sobre todo aquellas regiones menos pobladas y alejadas de las grandes urbes, comenzaba a crear sus propias instituciones artísticas. Sin embargo, los programas impulsados por los organismos nacionales, más que incentivar o apoyar las actividades artísticas en esos espacios, buscaban expandir las tendencias artísticas instaladas en la capital del país, ya que el apoyo era más discursivo que material. Una de las limitaciones que presentaron estos programas fue la ausencia de ayuda económica o la contemplación de los gastos que contraían su puesta en marcha. En este sentido, estimamos que el presupuesto de los organismos nacionales también era acotado y que se restringía a sostener las instituciones capitalinas.



Frente a las nuevas corrientes estéticas, a la pérdida de identidad nacional por el avance de la inmigración y la atracción de vida moderna que traía el crecimiento de la ciudad, las instituciones del "interior" resultaron un territorio fértil que utilizaron las instituciones hegemónicas para expandir y sostener los lineamientos que consideraban adecuados y eran representativos del arte argentino. De este modo, aquellas instituciones que imponían las reglas del juego, como instrumentos hegemónicos, aprovecharon esas estrategias para afirmar su posición y marcar el paso en los nuevos espacios artísticos del país frente al avance de los discursos plásticos modernos y de vanguardia. Como señaló Diana Wechsler "se trataba de ocupar efectivamente la mayor cantidad de lugares posibles, tanto los instituidos como aquellos de reciente creación" (1999, 73).

De todas maneras, el envío del arte considerado "nacional" por su legitimación en instituciones capitalinas, fue una herramienta didáctica necesaria en espacios con ausencia de instituciones de enseñanza oficial. Para los y las artistas provinciales que no tenían llegada a los círculos capitalinos, estos programas fueron eficaces en cuanto les acercaba los modelos y estilos artísticos que se fomentaban en los espacios oficiales. Con este conocimiento, aumentaban sus posibilidades de acceder a la competencia más importante a nivel nacional. Luego, con el aval de las instituciones oficiales, volverían a esos rincones provincianos para continuar con la tarea de instalar los modelos aceptados y sostener los parámetros dictados para el arte "nacional".

Bibliografía

BALDASARRE, María Isabel. El surgimiento del mercado de arte y la profesionalización de los artistas en la Argentina. En BALDASARRE, M. I. y DOLINKO, Silvia. (ed.). *Travesías de la imagen. Historia de las artes visuales en la Argentina*. Buenos Aires: Eduntref, 2011, vol. I, p. 235-263.

BOURDIEU, Pierre. *Sociología y cultura*. México: Grijalbo, 1990.

BUFFONE, Xil. Filoteo di Renzo: Bahía Blanca nunca aprenderá. *Ramona*, Buenos Aires, octubre 2006, n° 65, p. 54-64.

CASTELLANO DE GUINIPERO, Elsa. *Breve reseña histórica del Museo Municipal de Bellas Artes*. Pergamino, 1993.



CHIAPPORI, A. *Luz en el templo*. Buenos Aires: Ministerio de Justicia e Instrucción Pública, 1942.

CLARK, Timothy. *Imagen del pueblo. Gustave Coubert y la Revolución de 1848*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981, p. 9-21.

FARA, Catalina. Buenos Aires expuesta. Pinturas sobre el paisaje urbano en el Salón Nacional de Bellas Artes 1911-1939. *Anales del IAA*, n° 44, 2014, p. 59-76.

HERRERA, María José. *Cien años de arte argentino*. Buenos Aires: Biblos, 2014, p. 39-104.

PENHOS, Marta. Aniversario. El Salón de 1935: homenaje, retrospectiva y consolidación. En PENHOS, Marta y WECHSLER, Diana (coord.). *Tras los pasos de la norma. Salones Nacionales de Bellas Artes (1911-1989)*. Buenos Aires: Ediciones del Jilguero, Archivos del CAIA 2, 1999.

SARLO, Beatriz. *Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1988.

TATO, María Inés. Nacionalistas y conservadores, entre Yrigoyen y la "década infame". En BERTONI, L. y DE PRIVITELLO, L. (comp.). *Conflictos en democracia. La vida política argentina entre dos siglos 1852-1943*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, cap. 6.

WARLEY, J. A. *Vida cultural e intelectuales en la década de 1930*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

WECHSLER, Diana. Impacto y avances de una modernidad en los márgenes. En BURUCÚA, José Emilio (dir.) *Nueva Historia Argentina. Arte, sociedad y política*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010, tomo 1.

WECHSLER, Diana. Salones y contra-salones. En PENHOS, Marta y WECHSLER, Diana (coord.). *Tras los pasos de la norma. Salones Nacionales de Bellas Artes (1911-1989)*. Buenos Aires: Ediciones del Jilguero, Archivos del CAIA 2, 1999.

Fuentes

ACTAS DE LA COMISIÓN MUNICIPAL DE BELLAS ARTES, 1936-1940. Escuela Municipal de Bellas Artes, Pergamino.

AYESTARÁN, Florentino. La Comisión Municipal de Bellas Artes y su obra. En *La*



Nueva Provincia, 20 de agosto de 1941. Archivo Cabré Moré.

BOLETÍN DEL MNBA, Buenos Aires, septiembre y octubre de 1934.

CANALE, Mario A. *Carta al Director Nacional de Bellas Artes, Ing. Nicolás Besio Moreno*. Buenos Aires, 23 de enero de 1935, Archivo Eduardo Schiaffino, AGN.

CANALE, Mario A. *Sobre las salidas de obras del Museo Nacional de Bellas Artes. Contestando un reportaje*, s.f., Archivo Eduardo Schiaffino, AGN.

COMISIÓN MUNICIPAL DE BELLAS ARTES. *Reglamento del Salón Municipal Anual de Arte*, 1931. Archivo Museo Municipal de Bellas Artes de Bahía Blanca.

COMISIÓN MUNICIPAL DE BELLAS ARTES. Memoria de la Comisión Municipal de Bellas. En cat. exp. *II Salón Municipal de Arte*, abril de 1932, p. 54. Archivo Fundación Espigas.

EL ARGENTINO, La Plata, 18 de diciembre de 1934, p. 9.

EL ATLÁNTICO, Bahía Blanca, 17 de abril de 1931. Archivo Walter Caporicci Miraglia.

EL ATLÁNTICO, Bahía Blanca, 2 de agosto de 1931.

EL ATLÁNTICO, Bahía Blanca, 16 de febrero de 1955. Archivo Cabré Moré.

EL ATLÁNTICO, Bahía Blanca, 1 de agosto de 1956. Archivo Cabré Moré.

EL TIEMPO, Pergamino, 26 de septiembre de 1934. Hemeroteca Municipal de Pergamino.

EL TIEMPO, Pergamino, 14 de octubre de 1936. Hemeroteca Municipal de Pergamino.

EL TIEMPO, Pergamino, 16 de octubre de 1936. Hemeroteca Municipal de Pergamino.

EL TIEMPO, Pergamino, 23 de octubre de 1936. Hemeroteca Municipal de Pergamino.

EL TIEMPO, Pergamino, 13 de abril de 1939. Hemeroteca Municipal de Pergamino.

LA NACIÓN, Buenos Aires, 10 de octubre de 1935.

LA NUEVA PROVINCIA, 1931. Archivo Walter Caporicci Miraglia.



LA NUEVA PROVINCIA, Bahía Blanca, 14 de abril de 1931. Archivo Walter Caporicci Miraglia.

LA OPINIÓN, Pergamino, 26 de septiembre de 1934, p. 3. Hemeroteca Municipal de Pergamino.

LA OPINIÓN, Pergamino, 28 de septiembre de 1935. Hemeroteca Municipal de Pergamino.

LA OPINIÓN, Pergamino, 30 de agosto de 1936. Hemeroteca Municipal de Pergamino.

LA OPINIÓN, Pergamino, 9 de noviembre de 1937, p.5. Hemeroteca Municipal de Pergamino.

LA OPINIÓN, Pergamino, 1 de noviembre de 1938. Hemeroteca Municipal de Pergamino.

LA OPINIÓN, Pergamino, 13 de abril de 1939. Hemeroteca Municipal de Pergamino.

MARTÍNEZ GRANADOS, Enrique. Consideraciones con respecto al V Salón Municipal de Bellas Artes. En *La Opinión*, Pergamino, 8 de noviembre de 1938, p. 5. Hemeroteca Municipal de Pergamino.

MOMENTO PLÁSTICO, La Plata, abril de 1933, n° 1, año 1. Archivo Fundación Espigas.

PROYECTO DE ORDENANZA PARA EL SALÓN MUNICIPAL DE ARTE DE BAHÍA BLANCA [1936]. Archivo Museo Municipal de Bellas Artes.

SCHIAFFINO, Eduardo. El derrumbe de una noble institución. *La Fronda*, Buenos Aires, 24 de mayo de 1934, Archivo Eduardo Schiaffino, AGN.

Notas

¹IDAES - Universidad Nacional de San Martín ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1857-7436>.

²Eduardo Schiaffino (1858-1935) fue pintor y crítico de arte argentino, miembro de la Sociedad Estímulo de Bellas Artes. Entre 1896 y 1911 fue director del MNBA. En 1933 publicó *La pintura y la escultura en Argentina. 1783-1894*. Mario Augusto Canale (1890-1951), por su parte, fue pintor, grabador, escritor y docente de origen italiano. Se radicó en Buenos Aires en 1893. Dirigió las revistas *Athinae* (1908-1911), *El grabado* (1916) y *Momento Plástico* (1933). Fue secretario de la CPBA entre 1932 y 1943, y en 1944 estuvo



a cargo por unos meses de la Dirección de Bellas Artes de la Provincia de Buenos Aires, siendo este último su único cargo rentado en la administración nacional.

³Los archivos consultados durante la investigación para la tesis doctoral fueron los del Museo Municipal de Bellas Artes de Bahía Blanca, de Tandil, de Junín, de Mar del Plata y de Pergamino.

⁴Estas exposiciones no tuvieron una única denominación. Se referían a ellas como "Exposición de premiados del Salón Nacional en el Interior", "Exposición de Premiados en las provincias" y otros títulos más extensos. En nuestro caso, adoptamos el nombre de "exposiciones viajeras" utilizada por Atilio Chiáppori (1942, p. 177).

⁵En cada una de las exposiciones se mostraban los primeros, segundos y terceros premios y también se incluían las menciones, los premios de la Municipalidad de la ciudad de Buenos Aires y otros premios especiales, como los otorgados por los gobernadores de las provincias de Córdoba, Entre Ríos, Mendoza y Los Andes.

⁶En general, si la ciudad ya contaba con un museo de arte, se utilizaba ese espacio para montar la exposición.

⁷Estas personas fueron: Germán de Elizalde, Enrique Farías Velloso y Gonzalo Leguizamón Pondal.

⁸Atilio Chiáppori (1880-1947) fue secretario del MNBA entre 1911 y 1931 y su director entre 1931 y 1939. Escribió para la revista *Ideas* (1903-1905), en la revista *Nosotros* (1907-1934 y 1936-1943) y *Pallas* (1912-1913) y en los diarios de tirada nacional *La Nación* y *La Prensa*. Sobre Chiáppori y el Salón Nacional ver: Wechsler, D., *Papeles en conflicto. Arte y conflicto entre la vanguardia y la tradición. Buenos Aires (1920-1930)*, Instituto de Teoría e Historia del Arte "Julio E. Payró", Buenos Aires, 2003.

⁹Recibieron donaciones de la Comisión Hijos de Bahía Blanca, del Club Argentino, del Club Español y del Centro Arquitectos, Constructores y Anexos.

¹⁰Siguiendo a Pierre Bourdieu (1984, 225-238), un artista consagrado es aquel que consiguió instalarse dentro del campo artístico, gracias a su adecuación a las reglas del campo.

¹¹Alberto Prebisch (1899-1970) fue considerado el precursor de la arquitectura moderna en la Argentina. En la década del '30 desarrolló algunas de sus obras más emblemáticas como el Obelisco de Buenos Aires (1936) y el Cine-Teatro Gran Rex en la misma ciudad (1937).

¹²Schiaffino guardaba la copia de la nota que Canale había enviado a Nicolás Besio Moreno, director de la DNBA, y el borrador de la nota que publicó en el diario *La Prensa*, el 2 de febrero de 1935, contestando las declaraciones de Atilio Chiáppori en *La Nación*, [23 de enero de 1935], en relación a su gestión en el MNBA. Archivo Eduardo Schiaffino – AGN, Buenos Aires.

¹³Miraglia, además, fue el primer artista de la ciudad que viajó a Italia becado por el municipio para perfeccionar su formación.

¹⁴En el Primer Salón Municipal de Bellas Artes, por ejemplo, adquirió un óleo de Italo Botti y otro de Lorenzo Gigli.



¹⁵Alrededor del año 1933 la agrupación *La Peña*, donó un óleo de Juan Sol, *Garuando*, la Asociación Artistas Independientes, una monocopia de Raúl Soldi, *Mendicanti*, la Asociación Cultural, un óleo de Luis Maristany de Trias, *Puerto de Ingeniero White* y otro de Atilio Malinverno, *Alrededores de Rosario*. Los artistas Tito Menna, oriundo de Tres Arroyos (provincia de Buenos Aires) y el bahiense César Navarro Díaz, donaron una obra cada uno de su autoría, en 1933 y 1936 respectivamente.

¹⁶La Comisión fue designada por el Intendente Tomás T. Ramella; estuvo formada por: Ada Barbazán, Ing. Raúl Ramella, Martínez Granados, Silverio F. Vázquez, Arturo Silvestrini y Luciano Becerra, en “Exposición regional de arte” en *El Tiempo*, Pergamino, 1 de septiembre de 1934. La Comisión Municipal de Bellas Artes se formó en el año 1936, en ACTA CMBA, Pergamino, junio de 1936.

¹⁷El sentido de “ciudades vecinas” es más amplio que en Bahía Blanca, ya que tenían en cuenta las ciudades de Rosario, Buenos Aires y Bartolomé Mitre.

¹⁸El rechazo a admitir copias derivó en la renuncia de Arturo Silvestrini como miembro de la Comisión.

¹⁹Elsa Castellano de Giunipero (1993) menciona que “la idea de formar un Museo Pictórico” nació “por el año 1934 y comienza hacerse realidad en 1936, al constituirse oficialmente la Comisión Municipal de Bellas Artes” sin embargo no tenemos indicios para ligar esta iniciativa con el Salón Municipal de 1934.

²⁰Según nuestros cálculos llegaba a 47 obras.

Há uma Crise da Verdade?

Is There a Crisis of Truth?

Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva¹

Gabriel Kenzo Rodrigues²

Francisco Rômulo Monte Ferreira³



Resumo: O presente trabalho contém uma tradução do artigo de Steven Shapin intitulado *Is There a Crisis of Truth?*, publicado na revista *Los Angeles Review of Books*, em dezembro de 2019. A tradução foi realizada em contato com o autor e com a editora da revista supramencionada, Michele Pridmore-Brown. Assim, Shapin gentilmente concedeu-nos um apêndice acerca do artigo, apresentando uma breve atualização sobre a temática, passados quase dois anos da publicação. Buscando a melhor forma de apresentar um artigo que trata de questões demasiadamente atuais, trazemos uma breve biografia do autor, assim como um esforço reflexivo sobre como a “Crise da Verdade” e os negacionismos vêm sendo veiculados e debatidos. **Palavras-chave:** ciências humanas; história das ciências; negacionismo científico.

Abstract: The present paper contains a translation of Steven Shapin's article entitled *Is There a Crisis of Truth?* published in the *Los Angeles Review of Books* in December 2019.

The translation was made in contact with the author and with the editor of the aforementioned journal, Michele Pridmore-Brown. Shapin kindly provided us with an appendix about the article, presenting a brief update on the theme, almost two years after its publication. Seeking the best way to present an article that deals with current issues, we bring a brief biography of the author, as well as a reflective effort on how the "Truth Crisis" and denialism have been conveyed and debated.

Keywords: human sciences; history of science; scientific denialism



Apresentação da tradução

O consagrado autor do livro *Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle, and the Experimental Life* e professor de História das Ciências na Universidade de Harvard, Steven Shapin, publicou em 2019 um artigo intitulado *Is There a Crisis of Truth?*, contendo reflexões que serão pertinentes para as próximas décadas.

A presente tradução busca lançar luz em uma das últimas reflexões de Shapin associada ao presente contexto de ascensão do negacionismo. A chamada pós-verdade tem impactado cada vez mais a nossa sociedade – seja na política, na cultura, no gerenciamento da saúde, no custeio das agências de fomento etc. –, e não são poucas as personalidades públicas que têm se debruçado no debate, proporcionando uma série de perspectivas diferentes. Para Mario Sérgio Cortella, por exemplo, as *fake news* são um sintoma das suspeitas da população em relação ao conhecimento científico e o fortalecimento de formas de justificação ligadas às crenças e explicações pessoais, os “achismos” (CIÊNCIA..., 2020).

Para além dos pensadores popularmente conhecidos, a temática também vem sendo incorporada à agenda de debates acadêmicos. Em parte das reflexões contemporâneas, o negacionismo é entendido como uma espécie de sentimento de aversão à ciência, “[...] o anticientificismo toma hoje proporções nunca antes alcançadas” (GALON, 2020, p. 53), e essas ponderações são muitas vezes acompanhadas por soluções relacionadas à educação científica: “O antídoto para este mal seria aproximar a ciência das pessoas.” (COMO..., 2021).

O tópico também foi incorporado ao conjunto de reflexões históricas, como pode ser observado no último dossiê da *Revista Brasileira de História* intitulado “Negacionismos e usos da história” (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021). O assunto surge, inclusive, como uma demanda acadêmica da agenda nacional de debates. Marcos Napolitano, por exemplo, avalia a importância do pensamento histórico no combate ao negacionismo relacionado ao conceito de “Golpe”. Ao analisar estratégias discursivas que buscam relativizar a ideia de golpe de estado – a exemplo das tentativas de revisão da característica atentatória do Golpe Militar de 1964 –, Napolitano entende como possíveis formas de combate às “estratégias de tensão” – as ressignificações conceituais ideológicas operadas por negacionistas –, o fortalecimento de nossas instituições e o reforço da “cultura política democrática em uma sociedade, pela educação e pela formação geral do cidadão” (NAPOLITANO, 2019, p. 15).

Na História da Ciência também é possível identificar reflexões sobre o



assunto. Naomi Oreskes, por exemplo, entende que a desconfiança em relação à ciência poderia ser combatida com o aumento da diversidade e da pluralidade na construção do saber (ORESQUES, 2019a). Já Ivan da Costa Marques propõe uma possível forma de combate ao negacionismo: reavaliar a autoridade científica, isto é, “reconceitualizar e reposicionar, situar as fronteiras entre o tecnocientífico e o político” (MARQUES, 2021, p. 33), buscando situar os contextos e formas em que a produção de conhecimento se dá e reconhecer a propositividade epistêmica da ciência mesmo admitindo a sua não-neutralidade.

Muitos desses pensadores contemporâneos identificam na falta de educação científica uma possível causa para a ascensão do negacionismo. Steven Shapin (2019a), entretanto, vai na contramão dessa interpretação. Para este historiador, a “Crise da Verdade” seria melhor descrita como uma “Crise Institucional da Ciência”. Em sua perspectiva, não é a falta de formação científica que estaria por trás do crescimento do negacionismo mas o enfraquecimento das instituições que costumavam reivindicar a autoridade científica.

E é nesse contexto que realizamos a tradução de *Is There a Crisis of Truth?*. Ao identificar novos elementos como causas da ascensão do negacionismo, Shapin lança luz em facetas da problemática ainda inexploradas. O ineditismo de sua argumentação pode nos oferecer subsídios para repensarmos o negacionismo científico a partir de uma ótica mais democrática, reconhecendo que, muito além de entender “negacionismo” como “pura ignorância”, as respostas para os desafios ora enfrentados apenas emergirão quando deixarmos de idealizar a ciência e reconhecermos seu caráter social, cultural e genuinamente humano. Ao mesmo tempo, a força institucional da ciência deve ser recobrada, uma vez que os locais de produção científica devem ser faróis que norteiam as escolhas das sociedades em tempos de dúvida.

Desejamos a todos e todas uma ótima leitura.



Apêndice:

Este ensaio foi escrito antes da COVID, ou, a rigor, antes da pandemia e mesmo antes de ter ouvido falar em tal vírus. É por isso que não estão mencionadas a hesitação em relação à vacina de COVID, a recusa de vacinas ou as teorias de conspiração sobre Bill Gates inserindo chips de rastreamento em vacinas que seriam ativadas pela tecnologia 5G. O ensaio fala de Trump como um negacionista da Verdade, embora ele ainda não tivesse partilhado os seus absurdos sobre "o Vírus da China", as virtudes de beber alvejante e a hidroxicloroquina como uma droga milagrosa⁴. Também não menciona Jair Bolsonaro e a sua desastrosa má gestão da pandemia no Brasil. Se este ensaio tivesse sido escrito alguns meses mais tarde, essas considerações teriam, muito provavelmente, sido incorporadas no texto: afinal de contas, eu pretendia que a peça tivesse uma dimensão tópica. (A emergência climática estava, claro, muito presente em minhas meditações, e não há dúvidas de que o mau pensamento sobre as alterações climáticas e as suas respectivas causas representa uma ameaça infinitamente maior para a nossa espécie do que a COVID). Não me dá prazer dizê-lo, mas nada do que aconteceu desde que a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia me faria mudar algo substancial sobre os meus principais argumentos: os nossos problemas não são bem descritos como uma Crise da Verdade ou mesmo como uma Crise da Autoridade Científica; é melhor considerarmos o papel das múltiplas Crises Institucionais, e estas são evidências de perturbações daquilo que chamo de *conhecimento social*; é pouco provável que a disseminação de mais ciência na cultura geral resolva os nossos problemas; as questões sobre a autoridade científica, como as que estão agora em evidência, devem ser vistas como efeitos colaterais desagradáveis do enorme sucesso da ciência moderna.

Steven Shapin, Setembro, 2021



Há uma Crise da Verdade?⁵

Claro, há uma Crise da Verdade e, claro, vivemos em uma sociedade da "Pós-Verdade". As evidências dessa Crise estão por toda a parte, amplamente noticiadas pela mídia que não dissemina fake news⁶; lidas por pessoas tidas como esclarecidas⁷. A Casa Branca propõe a ideia dos "fatos alternativos" e o advogado pessoal do Presidente explica que "a verdade não é a verdade". Trump nega a mudança climática causada pelo homem. Pessoas antivacina se proliferam como vírus. Estes são Grandes e Importantes exemplos da Negação da Verdade - muito ligados à negação da Verdade das afirmações de especialistas sobre as alterações climáticas e a segurança das vacinas. Embora um pouco menos perigosa, a Negação da Verdade também é epidêmica. A astrologia e a homeopatia florescem nas sociedades ocidentais modernas, quase a maioria do público adulto americano não acredita na evolução e um terço dos jovens americanos pensa que a Terra pode ser plana. Enquanto isso, os Defensores da Verdade apontam o dedo acusador aos criminosos, com Trump, Heidegger, Latour, Derrida, e Quentin Tarantino partilhando, de maneira improvável, um pecaminoso leito relativista (KAKUTANI, 2018, p. 48).

Mencionei alguns exemplos que tomam a crise da credibilidade científica como um índice de Crise da Verdade. Embora me atenha à ciência durante a maior parte deste artigo, vale destacar que a credibilidade de muitos tipos de conhecimentos especializados também está em jogo – tais como da imprensa, medicina, economia e finanças, diversos níveis da administração pública, e assim por diante. Foi, de fato, Michael Gove, um parlamentar conservador britânico, outrora ministro responsável pelas universidades, que anunciou, pouco antes do referendo pró-Brexit de 2016, que "o povo deste país está farto de especialistas", e, enquanto posteriormente tentava voltar atrás da afirmação, a resposta à sua frase explosiva a respeito do Brexit Britânico demonstra que ele atingiu um nervo.

Parece irresponsável ou mesmo perverso rejeitar a ideia de que existe uma Crise da Verdade. Não há tempo neste momento para uma reflexão judiciosa; o que é necessário é um ataque frontal e completo aos Negacionistas da Verdade. Mas é bom ter certeza sobre a identidade do problema antes de partir para a sua resolução. Conceber o problema como uma Crise da Verdade, ou mesmo como uma Crise da Autoridade Científica, não é, penso eu, o melhor ponto de partida. Não há razão para complacência, mas há motivo para reavaliar quais os setores da nossa cultura que se encontram em um estado crítico e, uma vez



identificados com segurança, quais as terapias possíveis.

Comece com a ideia de Verdade. O que poderia ser mais importante, especialmente se a palavra for usada – como muitas vezes acontece na escrita acadêmica – como um lugar reservado para a Realidade? Mas há uma espécie de brilho luminoso em torno da noção de Verdade que prejudica e condiciona as atitudes apropriadas para lidar com ela. A Verdade continua a marchar. Deus é a Verdade. A Verdade vos libertará. Quem, exceto o louco e o malévolo, poderia ser contra a Verdade? Afinal, foi Pôncio Pilatos que perguntou: “O que é a Verdade?” - e depois partiu para lavar as suas mãos.

Portanto, aqui está uma única dica aparentemente pedante sobre como interpretar a Verdade e também sobre como o nosso problema atual poderia não ser descrito como uma Crise da Verdade. No uso comum moderno, Verdade é um termo notavelmente incomum. A casa natural da Verdade não está no vernáculo dos dias corriqueiros, mas sim no linguajar dos fins de semana, e mesmo das férias. A noção de Verdade tende a surgir quando declarações tais como “Qual é o caso?”⁸ são colocadas sob pressão, questionadas, ou escolhidas para celebração. Declarações sobre “o caso” podem então tornar-se instâncias da Verdade, rodeadas por uma auréola epistêmica. A Verdade é invocada quando juramos dizê-la - “toda a Verdade e nada mais” - em contextos legais ou no preenchimento de formulários oficiais quando somos advertidos a não nos afastarmos dela; ou naqueles tipos de exames escolares e burocráticos em que somos obrigados a escolher entre Verdadeiro e Falso. A verdade é posta em jogo quando se suspeita que algo de importante foi intencionalmente obscurecido - como quando Al Gore deu sua famosa resposta em relação à descrença sobre as alterações climáticas, insistindo numa “verdade inconveniente”, ou quando exigimos ser informados verdadeiramente sobre a segurança dos Organismos Geneticamente Modificados⁹.

O tema da verdade aparece em fóruns específicos, tais como em discursos de despedida nos quais os cientistas dizem que a sua vocação é uma Procura da Verdade. E vale a pena levar em consideração a diferença entre dizer isso e dizer que estão trabalhando para sequenciar um gene do câncer de mama ou para prever quando é mais provável que um vulcão indonésio específico entre em erupção. A Verdade está para os “Temas-em-evidência”¹⁰, mais ou menos como os encantamentos, os provérbios e os aforismos estão para a fala comum. A verdade prende-se mais a algumas práticas intelectuais formais do que a outras - à filosofia, religião, arte e, claro, à ciência, embora na ciência haja uma aparente especificidade. Compare as ciências que parecem mais próximas



à [noção da] Procura pela Verdade com aquelas que parecem mais distantes: física teórica *versus* sismologia, ciência cerebral acadêmica *versus* investigação sobre o melhor sabor para um refrigerante. E, claro, a Verdade ecoa em volta de salas de aulas e revistas de filosofia, aonde teorias sobre o que é Verdade são avançadas, são defendidas, e infinitamente disputadas. Os filósofos sabem coletivamente que a Verdade é muito importante, mas não sabem coletivamente o que ela é.

Eu disse que a Verdade está presente nas preocupações sobre problemas do conhecimento que nos afligem; alegar que temos uma Crise da Verdade não só intensifica o problema como lhe confere uma carga moral. Em Maio de 2019, Angela Merkel proferiu o discurso inaugural em Harvard. Notando com alegria o significado do lema de Harvard, *Veritas*, a Chanceler alemã descreveu as circunstâncias que envolvem a investigação acadêmica, o que, disse ela, exige que "não descrevamos a mentira como verdade e a verdade como mentira", nem que "aceitemos os abusos [Missstände] como normais". O público de Harvard aplaudiu de maneira entusiasmada: compreenderam a referência política codificada a Trump e evidentemente concordaram que o oposto à Verdade era uma mentira - não apenas uma declaração que não correspondia à realidade, mas uma mentira intencional. Pode-se, contudo, pensar no oposto à Verdade como um disparate, um erro, ou uma besteira, mas chamar-lhe "mentira" era posicionar a Verdade num campo moral. Merkel não estava dando à Harvard uma lição de filosofia, mas sim uma lição de virtude cívica global.

O que estamos vivenciando não é, sugiro, uma Crise da Verdade ou mesmo uma Crise da Autoridade Científica. Os problemas que estamos enfrentando são reais, mas bastante específicos. Reflitamos sobre os problemas introduzidos no início do artigo. Nos últimos meses, perguntei a muitas pessoas sobre a Crise da Verdade. Pareciam saber o que eu queria dizer e concordaram que *existia* essa tal Crise. Mas, quando lhes foi pedido para darem exemplos, praticamente todos mencionaram os mesmos três casos - negação da mudança climática, sentimento antivacina, e várias formas de pensamento avessos à teoria da evolução. Não há como negar a sua importância: consequências materiais decorrem da crença ou descrença nas alterações climáticas antropogênicas ou na segurança das vacinas, mas, embora seja deprimente que os posicionamentos antievolucionistas estejam tão amplamente distribuídos, não é tão evidente que muito de seu significado prático – para além do que é ensinado nas escolas – venha do ceticismo em relação à teoria darwinista.

Não é uma lista muito longa a partir da qual se possa estabelecer uma Crise



da Verdade, pelo menos em domínios pertencentes à autoridade científica – certamente não suficientemente longa para justificar a conclusão de que o sentimento anticientífico é generalizado e profundo. Considere, também, o status dos itens da lista. Há uma rejeição generalizada e deplorável à segurança das vacinas, às alterações climáticas e à mudança das espécies. Mas note-se a lista muito mais longa de fatos e teorias científicas sobre as quais não há contestação e que gozam de um grau de aceitação que é invejado por outras práticas culturais. Aqui é uma boa ideia fazer uma distinção entre as afirmações da ciência especializada, que são assuntos de alguma preocupação pública, e as que são assuntos de indiferença pública.

Grandes setores do público se depararam e, sem atrito ou emoção, aceitaram uma massa de afirmações científicas – fatos e inferências a partir de fatos¹¹. Estes incluem praticamente tudo o que está presente no currículo científico escolar e, em menor escala, alguns conteúdos apresentados pelos mais fragmentados meios de comunicação de massas – por exemplo, as leis do movimento e da termodinâmica; a velocidade da luz e a natureza do impulso nervoso; a natureza cindível de um isótopo de urânio. Claro que o conhecimento público de assuntos como estes é superficial, inseguro, ou (se quiser) deficiente, mas a circunstância relevante aqui é a exposição pública desses fatos científicos e a ausência de argumentos contrários consideráveis. Assim, em comparação com a curta lista de itens disputados que constituem a parte científica de uma Crise da Verdade, temos uma lista muito grande de coisas que *não* estão em disputa, muitas delas circulando sem problemas na cultura pública.

Vários pontos são dignos de nota sobre este estado de coisas. O primeiro é a questão da “ignorância científica” ou, como é comum dizer nos estudos acadêmicos de Ciência e Tecnologia, “o (des)entendimento público da ciência”. Há uma maciça ignorância pública em relação aos fatos e teorias científicas; o conhecimento público sobre os saberes científicos tidos como consensuais varia entre escasso e aterrador. E é costumeiro entre as pessoas que têm a “cabeça no lugar”¹², lamentar tristemente, suspirar, e condenar essa situação. No contexto atual, a ignorância científica é frequentemente apontada ou como causa da Crise da Verdade ou como evidência principal de que tal Crise existe. Do qual se segue o remédio: a ignorância pública deve ser reparada. O público deve ser exposto a muito mais ciência – aos fatos e às teorias científicas de várias disciplinas, ou, se não houver espaço suficiente no currículo escolar, então a qualquer versão que possa ser selecionada entre as muitas, e muitas vezes incompatíveis, narrativas do Método Científico. Uma vez que isso aconteça, o



público pensará corretamente sobre as alterações climáticas e a segurança das vacinas.

Na famosa formulação de Carl Sagan, “Nós vivemos numa sociedade extraordinariamente dependente da ciência e da tecnologia, na qual quase ninguém sabe nada sobre ciência e tecnologia”. Mas a ignorância pública sobre a ciência é compreensível. Não é uma coisa má; é até mesmo, em muitos aspectos, uma situação altamente desejável. É claro que se quer que os futuros cientistas – e eu uso esta palavra de forma ampla – conheçam os fatos, teorias e procedimentos relevantes para as suas especialidades. E, na medida em que o conhecimento científico é contabilizado como parte do que poderia significar ser uma “pessoa educada” – apesar do desacordo entre os educadores contemporâneos sobre o que é isso ou se “pessoas educadas” ainda são supostamente o produto das universidades –, [isso] também poderia justificar a dimensão científica da escola e do ensino superior.

No entanto, a educação científica da maior parte do público não envolvido em atividades técnicas é, pode-se dizer, naturalmente limitada. Você quer que os fatos, teorias e métodos de produzir o conhecimento científico sejam obscuros da mesma forma e pelas mesmas razões que quer que os mecanismos internos de seu carro ou celular sejam obscuros. Você não deseja abrir essas caixas-pretas; quer tomar o seu funcionamento como garantido; e, a menos que tenha um prazer particular em saber estas coisas, talvez não deseje ser sobrecarregado com os princípios que regem o seu carro ou o seu telefone. Se quiser contestar o meu relato sobre a ignorância-científica-como-virtude-prática¹³, considere toda a gama de conhecimentos científicos em caixas-pretas que talvez você queira abrir, explorar e exigir que todo o tipo de pessoa domine. Isto inclui a ciência incorporada em artefatos, como carros e telefones, mas inclui também ideias em caixas-pretas e conhecimentos já consolidados - as leis do movimento, a termodinâmica, a aerostática, e assim por diante. Se quiser argumentar que o público precisa de conhecimentos fundacionais que lhe habilite a lidar com questões científicas atuais, então talvez possa explicar - aos educadores e estudantes - exatamente como saber, digamos, em que medida as leis do movimento ou da termodinâmica incentivam as pessoas a tomarem melhores decisões sobre as alterações climáticas. Não é assim tão fácil.

Aqueles que oferecem Mais Ciência no currículo e na mídia como soluções para a Crise da Verdade tendem a igualar ciência com ciência concretizada, ciência de livro-texto, fatos científicos seguros e teorias bem estabelecidas. Um público melhor educado nessas coisas será, assim se presume, mais capaz



de separar ciência confiável de porcarias, pseudociência, erros e mentiras. Entretanto relembrem a pequena lista de conhecimentos erroneamente contestados que, pensando melhor, constituem de fato a alegada Crise da Verdade. A evolução por seleção natural é disputada, em parte, porque se opõe a estimados artigos de fé, em vertentes religiosas fundamentalistas; a segurança vacinal é disputada, em parte, por conta de pais que estão desesperadamente preocupados em evitar riscos à saúde de seus filhos; as alterações climáticas causadas pelo homem são disputadas, em parte, se esse é o caso, pelas pessoas terem que andar de bicicleta, comer menos carne e levar sacolas reutilizáveis para fazer as compras. Colocando nos termos mais brandos possíveis; a ciência disputada é a ciência que parece valer a pena ser disputada. No século 17, Thomas Hobbes notou e narrou uma diferença crucial entre geometria e ética – os resultados da última são endemicamente objetos de disputa, as da primeira quase nunca:

A doutrina do Certo e do Errado é perpetuamente disputada, tanto pela caneta quanto pela espada: Embora a doutrina das Linhas e Figuras não o sejam; porque os homens não se preocupam, nesse respeito, sobre o que seja verdade, como algo que não cruza a ambição, o lucro e a luxúria de nenhum homem. Pelo o que eu não duvido, mas se fosse algo contrário ao direito de domínio de qualquer homem, ou ao interesse de homens que tivessem domínio, *Que os três Ângulos de um Triângulo, devessem ser iguais aos dois ângulos de um quadrado*; essa doutrina deveria ser, se não disputada, ainda que pelo queimar de todos os livros de Geometria, suprimida, e na medida do possível a quem lhe dizia respeito. (HOBBS, 1968, p. 166, grifo do autor)

Assuntos de preocupação, assim, são suscetíveis de serem objetos de controvérsia. A ciência de livro-texto é ciência fechada, não é considerada assunto de preocupação, e um índice notável dessa conclusão é que – momentaneamente se não permanentemente – tal conhecimento escapou do cruzamento humano entre “ambição, lucro e luxúria”¹⁴.

O problema que nós nos confrontamos é melhor descrito não como pouca ciência na cultura geral, mas como muita. Dados os absurdos e os erros espalhados pelo país, pode parecer loucura dizer isso, mas esse ponto pode ser enfatizado. Considere, novamente, os negacionistas climáticos, os antivacinas e os criacionistas. Eles com certeza estão completamente errados mas, como



os negacionistas da aterrissagem na lua e os terraplanistas, a sua rejeição ao Certo Pensar¹⁵ não é apresentada como anticência. Pelo contrário, ela vem guarnecida com supostos fatos, teorias, métodos aprovados e posturas de objetividade e imparcialidade associadas com a ciência genuína. Cabeças duras¹⁶ frequentemente anunciam que abraçam os valores científicos oficiais – ceticismo, imparcialidade, universalismo e a distinção entre fatos seguros e teorias provisórias – e frequentemente fazem isso mais vigorosamente do que a ciência rejeitada. A noção dos negacionistas às vezes parece, por assim dizer, hipercientífica, com mais realza do que o rei. E, se você quer exemplos de tendências hipercientíficas nas assim chamadas pseudociências, existem agora estudos sensíveis de astronomia bíblica instigados pela moda dos anos 1950 do psiquiatra Immanuel Velikovsky, ou você pode considerar a atenção da metodologia meticulosa da parapsicologia, ou você pode refletir sobre o porquê de estudantes de ciências humanas estarem imersos em lições sobre O Método Científico enquanto químicos e geólogos estão tipicamente satisfeitos em dominar apenas os vários métodos de suas especialidades. Os negacionistas encontram fatos científicos e teorias vergonhosamente ignoradas pelas elites; eles adotam concepções de um método científico coerente, estável e efetivo que as elites dizem ser violado; eles insistem na necessidade de ceticismo científico radical, replicação universal e abertura para visões alternativas que as elites contrariam. Nesses critérios, quem é realmente anticientífico? Quem são os verdadeiros negacionistas da Verdade?¹⁷

Se você seguir as alegações dos Negacionistas da Verdade, não há como não reconhecer esse excesso de ciência – tantos fatos e teorias desconhecidos das elites universitárias, uma tal abundância de artigos científicos e instituições, uma tal cacofonia de um coro de vozes científicas. Esse é um mundo em que a “essência” democrática da ciência é levada muito a sério, e a aristocracia científica e o elitismo condenados. Por que deveriam tais instituições como Oxford, Harvard e seus pares monopolizarem a Verdade científica? É difícil culpar o princípio de democracia científica, mas, como uma prática normal, é culpado o tempo todo. É ao mesmo tempo difícil, e agora imprudente dizer, mas a ciência estabelecida, como todas as outras práticas profissionais e expertises, sempre controlou a entrada, conduta apropriada e os direitos de falar e julgar. Nesse sentido, não é democrática. São aqueles com o direito de falar e julgar na ciência que estão sendo fortemente contestados. Ou, para colocar de forma mais crua, existe muita ciência sobre – e, propriamente descrita, e esse é parte de nosso problema.



Gire o parafuso epistêmico mais uma vez e os modernos Defensores da Verdade forçam os Negacionistas a confrontar o fato – tantas vezes mal representado – do consenso científico. Os Negacionistas falsamente reivindicam discernir os desacordos na ciência relevante, e então argumentam que não há base sólida para tomar os passos práticos que os especialistas solicitam – por exemplo, no caso da ciência da mudança climática, descarbonizar nossas fábricas, lares, fazendas, carros e dietas. Insistir no fato do consenso pode ser persuasivo em certos arranjos específicos, mas em muitos outros é deixar o problema para depois¹⁸: um público que era esperado que distinguisse ciência real da ciência ruim (ou da não-ciência) é agora demandado a discriminar entre aqueles aparentes especialistas que dizem que há consenso científico e aqueles que dizem que não há, ou que dizem que o consenso apontado é evidência de uma conspiração do Estado Profundo¹⁹.

Existe um atrativo visceral e um poderoso argumento atual contra a minha afirmação de que a noção de ignorância científica não descreve adequadamente nossos problemas presentes. Esse argumento é Donald Trump – sua confiança na fraude chinesa da teoria da mudança climática; seu desrespeito cavalheiresco da expertise científica em favor de loucos, lunáticos e criminosos. Trump não conhece ciência alguma, e o planeta paga o preço. Trump é um imbecil e é um mentiroso em uma escala industrial. Compare Trump com Obama e sua administração de políticas ambientais: boa ciência; ou melhor, se não boas o bastante, ao menos políticas. Mas aqui uma outra, também provavelmente irritante, afirmação: não é óbvio que Trump saiba significativamente menos ciência do que Obama – um homem altamente inteligente, mas no final das contas, apenas um advogado de Harvard. E não há uma boa razão para pensar que o conhecimento pessoal do político sobre ciência faça muita diferença nos resultados políticos concretos.

Para melhor dizer, uma diferença entre os dois – e uma consideração pertinente para as ligações entre a Verdade do especialista e consequências políticas – não é saber ciência mas saber onde a ciência habita: quem reconhecer como instruído e confiável; em quem confiar; quais instituições considerar como os lares do saber genuíno. Saber esse tipo de coisa – chame de uma espécie de conhecimento social – é uma questão diferente do que conhecer as leis do movimento, a composição do nucleotídeo do DNA, ou os meios estatísticos para determinar a temperatura global e estabelecer sua taxa de mudança. Esse tipo de conhecimento envolve conhecer corretamente a reputação científica das instituições; conhecer corretamente a integridade daqueles que



atestam essas reputações; conhecer corretamente as virtudes atribuídas e os vícios das instituições e seus procedimentos; e até conhecer corretamente as características do pessoal e dos interesses materiais dos porta-vozes dessas instituições e aqueles que atestam suas qualidades. Envolve saber qual opinião aceitar, e levar a sério, sobre conteúdos nos quais aconteça de você ser ignorante. Esse tipo de conhecimento não é técnico, e as pessoas podem dizer que não é científico, ou até mesmo que não seja conhecimento verdadeiro – mas quase todo o conhecimento técnico que nós temos é mantido nessa base. No passado distante, eu fiz trabalhos de ciência avançada (em genética, no caso), mas – eu falo aqui apenas por mim mesmo – tudo que eu sei sobre mudança climática, incluso meu conhecimento de que Trump está errado, é considerado cortesia desse conhecimento social. Ser uma pessoa instruída pode significar conhecer muitas coisas, mas certamente significa conhecer quem conhece e quem não conhece²⁰.

Dada a demografia do mundo erudito, é possível que praticamente todo mundo que está lendo esse artigo possua conhecimentos e compartilhe julgamentos em decorrência deles. Então, pode ser pensado que esse conhecimento social é fácil de obter, sem nenhuma exigência de expertise especial. Evidentemente, não existe um curso de estudos dedicados para adquirir tal conhecimento, mas não é fácil obtê-lo e quase impossível de comunicá-lo efetivamente para aqueles que ainda não o possuem. Pessoas que têm esse conhecimento parecem pessoas como nós, possuidoras de senso comum e de bom senso adequado, compartilhando os nossos estoques de auto-evidências, suas mentes competentemente fornecidas com mobília cultural adequada à finalidade. Para *conhecer* as prováveis fontes da verdade é necessário *ser* um certo tipo de pessoa. E é por isso que é tão difícil entender como é ser alguém que saiba o contrário – por exemplo, alguém que ache a vacina tríplice viral inaceitavelmente arriscada. Mas como se escreve e efetivamente se comunica o conhecimento organizado dessa forma? Como você o justifica na cultura pública? Acredite nos climatólogos de Harvard e não acredite em seus pares da Universidade Batista do Kentucky Oriental ou na Exxon Mobil. Prefira o New York Times ao Breitbart News. Essas recomendações não parecem muito admiráveis. Elas também são francamente antidemocráticas e elas enaltecem preconceitos. É improvável que você iria querer esses conselhos distribuídos como normas globais – mas isso é um problema com o aparente e com o requisito racionalmente e moralmente justificado de norma global.

Talvez agora possa ser visto o quão difícil é para os leigos saberem a Verdade



quando ela está na frente deles. E porque expor o público a mais ciência não é provável que cure a Crise. A fim de conhecer a Verdade, a fim de ter a convicção correta, as pessoas precisam, essencialmente, serem semelhantes a nós – não saber fatos ou teorias como suas possessões pessoais (já que muitos de nós também não as temos), mas acreditar nas pessoas e instituições que nós acreditamos. A Crise da Verdade é melhor descrita como a Crise do Conhecimento Social e, especificamente, como uma Crise de Instituições – de autoridade e legitimidade institucional.

Eu foquei aqui na Crise da Verdade reconhecida em sua relação com a ciência, mas há muitas instituições contemporâneas dizendo experimentar uma crise na entrega de tipos especiais de conhecimento. Não seria correto igualar um declínio com um colapso da autoridade de instituições especializadas: existem evidências de que essa autoridade permanece consideravelmente. Pesquisas sobre atitudes públicas em relação à ciência e às instituições científicas geram resultados ambíguos dependendo de como as questões são formuladas, o que conta como evidência, e onde e quando as perguntas são conduzidas. Algumas pesquisas de opinião indicam que a confiança na ciência declinou acentuadamente entre grupos conservadores nos Estados Unidos, enquanto se manteve notavelmente estável em outros grupos sociais, mas existem estudos que não oferecem evidência de que houve qualquer mudança geral na confiança do público em relação à ciência (GAUCHAT, 2012, p. 86-88) Ainda, outras pesquisas dão pouco suporte para o declínio, encontrando (para o Reino Unido e a União Europeia) “ampla e positiva atitude pública em relação aos especialistas – contradizendo o comentário desolador associado com a assim chamada ‘era da pós-verdade’” (DOMMETT; PEARCE, 2019, p. 669-678). O sociólogo Gil Eyal começa o seu ótimo e recente livro sobre os impasses modernos da autoridade do especialista ao aparentemente concordar que “nós estamos no meio de um assalto total da expertise” enquanto posteriormente qualifica o argumento: “Nem toda a ‘ciência’ está sob assalto”;

O que precisa ser explicado não é uma unilateral ‘morte da expertise’, ‘desconfiança dos especialistas’ ou ‘assalto da ciência’, mas o bicéfalo *pushme-pullyou*²¹ de confiança sem precedentes na ciência e nos especialistas conjugado com desconfiança, ceticismo e rejeição de descobertas científicas, opinião de especialistas, ou mesmo de ramos inteiros de investigação. (EYAL, 2019, p. 3-4, grifo nosso)



No entanto, problemas de legitimidade e credibilidade que se colocam a uma série de instituições culturais não são novos. Nós nunca precisamos antes de uma análise crítica para amparar a convicção de que o governo mente. Maquiavel recomendou a mentira como política correta e, em uma formulação famosa do século 17, o diplomata inglês Henry Wotton definiu um embaixador como “um cavalheiro honesto enviado para mentir no exterior para o bem de seu país”. Aos juízes do Supremo Tribunal inglês, foi pedido que considerassem uma intimação contra Boris Johnson por falsidades demonstráveis no referendo sobre a adesão à UE, decidiu-se contra os petionários, alegando que todos sabiam que a mentira era parte da política. Trump mente de hora em hora, e o trumpismo é frequentemente considerado uma versão extrema do normal que emerge globalmente. Nós sabemos que políticos mentem: o que nós estamos debatendo agora é se eles mentem mais, ou mais descaradamente, do que eles costumavam fazer. E não precisam nos dizer que empresas mentem para proteger lucros corporativos e bônus de executivos. Então uma coisa que precisa ser dita sobre a ciência é que as suas diversas dificuldades como uma reconhecida fonte da Verdade começaram a parecer com os problemas mais abrangentes da autoridade intelectual rotineiramente atrelada aos pronunciamentos do governo e das empresas.

Se a Crise é uma crise das instituições e da credibilidade dos seus conhecimentos, como é que a instituição da ciência chegou nessa condição? As atuais dificuldades de legitimidade institucional surgem do sucesso institucional no caso da ciência, do sucesso histórico em envolver a investigação científica e as descobertas científicas na vida cívica moderna, especialmente as práticas do governo e do comércio. Pode-se chamar a isso uma realização do sonho baconiano - inserir o conhecimento científico na constituição e no exercício do poder e assegurar uma ampla apreciação de que a ciência desempenha efetivamente esse papel. É claro que devemos compreender até que ponto a ciência natural e a matemática prática foram dobradas na governabilidade e no comércio desde a Antiguidade Arquimedean e Vitruviana. Na Alemanha bismarckiana e wilhelmiana, as indústrias inovadoras químicas, farmacêuticas e elétricas absorveram um grande número de investigadores com formação acadêmica, tal como os grandes laboratórios de investigação industrial surgidos por volta de 1900 nos Estados Unidos. No início do século 20, a aliança assimétrica entre a ciência, o Estado e a indústria estava a ser celebrada com entusiasmo, e mais cientistas formados estavam a ser empregados pela indústria e laboratórios governamentais do que por instituições de ensino



superior. Em 1917, Max Weber descrevia o *Beruf* científico apenas em termos acadêmicos desinteressados, mas a realidade era que o papel científico estava a ser entregue mais, e de forma mais perceptível, às instituições de poder e produção (SHAPIN, 2019b, p. 290-307).

Foi, no entanto, o sucesso do Projeto Manhattan que deu origem a uma duradoura confederação científica na Guerra Fria, entre os militares e a expertise civil e estatal. As universidades, tomadas como "casas naturais" da ciência, foram fundamentalmente alteradas por esta aliança entre poder e conhecimento. Em 1961, o Presidente Eisenhower alertou para o complexo militar-industrial, e, em 1968, um senador modificou-o, com razão, para o complexo militar-industrial-acadêmico. Este era um estado de coisas que os líderes da comunidade científica tinham, durante muitos anos, defendido e com o qual a grande maioria dos cientistas estava satisfeita, mesmo que, em meados do século 20, alguns - especialmente entre os fabricantes de bombas - começassem a hesitar e sentir nostalgia. A vida científica tornou-se normalizada em instituições há muito consideradas externas à ciência, mas também se normalizou internamente, e foi amplamente reconhecida como tal em setores da cultura pública. Por um lado, a normalização profissional do trabalho científico significava um certo grau de autonomia (como escreveram os sociólogos de meados do século 20), mas também significava um grau de conformidade e conservadorismo (como afirmou Thomas Kuhn nos anos 60).

Como estas sensibilidades sobre a natureza da vida científica se inseriram na cultura pública, proporcionaram uma forma de contestar as alegações científicas - não porque tais alegações fossem uma linguagem técnica para promover objetivos supostamente políticos ou comerciais externos, mas porque poderiam ser formas de gerar proveito próprio na busca por objetivos profissionais. Isto ficou evidente, por exemplo, na controvérsia de 2009-2010, Climategate: uma "conspiração" de cientistas climáticos foi acusada por manipulação de dados para proteger os investimentos profissionais sobre a realidade do aquecimento global. A vantagem material protegida pela alegada má-fé da ciência climática não era a de, digamos, empresas dinamarquesas de turbinas eólicas, mas sim dos interesses da carreira dos cientistas. Quanto mais segura era a crença nas alterações climáticas provocadas pelo homem, mais seguras estavam as carreiras dos cientistas climáticos. E se os defensores da verdade insistem que ainda existe consenso científico sobre as alterações climáticas, então, os negadores dizem: "Agora sabemos o que este 'consenso' realmente significa. O que significa é: a solução é interna" (TRACINSKI, 2009)²².



Para consenso, leia-se conspiração.

Assim, na metade do século 20, a comunidade científica - nos Estados Unidos e em muitos outros países ocidentais - tinha atingido um objetivo há muito desejado por muitos dos seus membros mais participativos: tinha sido organizada no tecido da vida social, econômica e política ordinária. Para muitos estudantes acadêmicos de ciência - historiadores, sociólogos e, sobretudo, filósofos - a parte da ciência que não era um assunto acadêmico permaneceu pouco visível, mas a realidade era que a maior parte da ciência era agora conduzida dentro do governo e dos negócios, e grande parte da aprovação pública da ciência baseava-se no sentido das suas utilidades externas - se é que de fato o poder e o lucro deveriam ser vistos como objetivos externos ao trabalho científico (SHAPIN, 2016, p. 34-46). Além disso, na medida em que a academia ainda pode ser vista como o lugar natural da ciência, as Universidades também começaram a rebatizar a si próprias como instituições cívicas normais. Durante pelo menos meio século, as Universidades deixaram claro que não deviam ser consideradas como torres de marfim; não estavam desligadas das preocupações cívicas, mas empenhadas ativamente na promoção dessas preocupações (SHAPIN, 2012a, p. 1-27). Vieram a falar cada vez menos sobre a Verdade e cada vez mais sobre o Crescer da Economia e aumentar o poder de ganho dos seus licenciados. A cultura de auditoria impôs normas de mercado neoliberais sobre a avaliação do inquérito acadêmico, oferecendo um sinal adicional de que a ciência pertencia devidamente ao mercado, impulsionada pelas preocupações do mercado e avaliada por critérios de mercado. O emaranhamento da ciência com os negócios e o Estado acompanhou historicamente o desarranjo da ciência das instituições religiosas. Isso também foi celebrado pelos porta-vozes científicos como uma grande vitória, mas a diferença aqui foi que a ciência e a religião nos séculos passados estiveram ambas no negócio da Verdade²³.

Quando a ciência se torna tão amplamente ligada ao poder e ao lucro, as suas condições de credibilidade assemelham-se cada vez mais às das instituições nas quais se envolveu. Os problemas de uma passam a ser os problemas da outra. Os negócios não estão na gestão da Verdade; negócios são negócios. Então, por que razão devemos esperar que a ciência inserida nos negócios tenha um direito direto à noção de Verdade?²⁴ A mesma questão aplica-se à ciência embutida no exercício do poder do Estado. O conhecimento fala através das instituições; está incorporado nas práticas quotidianas da vida social; e se as instituições e as práticas quotidianas estão em dificuldades, o mesmo acontece com o seu conhecimento. Dada a relação entre a ordem do conhecimento e



a ordem da sociedade, não é de surpreender que a outra grande coisa agora amplamente dita em Crise seja a democracia liberal²⁵. A questão do *Cui bono* hobbesiano? (Quem se beneficia?) é geralmente considerada pertinente para práticas políticas e o comércio, por isso, por que não haveria de surgir uma disputa sobre as entregas científicas emergindo, e pensando em emergir do governo, das empresas e das instituições que anunciam a sua relação com elas?

Se uma crise de autoridade científica é testemunha supostamente de um fracasso cultural, então é um fracasso que decorre significativamente do sucesso institucional: a normalização da ciência. Já não sendo serva do sagrado, a ciência pode ter ganho uma batalha pela supremacia cultural, mas a um preço: o abandono da reivindicação tradicional do sagrado à Verdade. A filosofia preferida da ciência entre os cientistas, e aqueles que apoiam e elogiam o seu trabalho, é agora alguma versão de pragmatismo. A verdade transcendental foi eclipsada. Entre os teoricamente na moda, a Verdade é identificada com o Poder - substantivamente e não apenas como um teste de validade baconiano - tornando assim o desinteresse um disparate. É aqui que os teóricos da cultura da moda nomeiam Michel Foucault. Foucault descreveu como, no final da segunda guerra mundial, o "universal" tinha sido substituído pelo "intelectual específico" - tomando Oppenheimer como seu paradigma - cuja emergência estava associada ao fornecimento de conhecimentos técnicos especializados ao "Estado ou Capital". Foi neste contexto que Foucault anunciou a coabitação da Verdade e do Poder:

O importante aqui, creio eu, é que a verdade não está fora do poder, ou carente de poder: ao contrário de um mito cuja história e funções demandam mais estudos, a verdade não é a recompensa dos espíritos livres, o filho da solidão prolongada, nem o privilégio daqueles que conseguiram se libertar. A verdade é uma coisa deste mundo: ela é produzida somente em virtude de múltiplas formas de constrangimento e induz os efeitos regulares do poder. (FOUCAULT, 1980, p. 131)

Se houver um declínio na confiança nas afirmações científicas - e a realidade e extensão desse declínio deve permanecer problemática - então a desconfiança acompanha um declínio no desinteresse atribuído. E esse declínio no desinteresse pode ser o preço pago pelo sucesso secular. Muito sobre os atuais danos à autoridade científica - tal como ela é - decorre de considerações



fora do controle dos cientistas, mas muito tem sido uma ferida autoinfligida pela comunidade.

Seria romanticamente nostálgico e praticamente impossível separar a ciência do comércio e do governo e devolvê-la a uma utopia de marfim. Um retorno nostálgico à Verdade e ao desinteresse significaria uma ciência muito menor e mais pobre, e significaria renunciar a muitos dos benefícios que desfrutamos através do envolvimento da ciência no tecido da vida cívica diária. Então, como resolver uma Crise como a que estamos realmente vivenciando? Francamente, não creio que uma solução esteja realmente sendo oferecida, e já dei razões para que algumas soluções propostas e que são agora populares (fiz um ajuste aqui para manter a coerência) sejam provavelmente ineficazes. Mas muitos problemas que não têm soluções podem e devem ser gerenciados, e gerenciá-los da melhor forma possível, podemos dar tempo e espaço para que as soluções possam eventualmente surgir. Se meu relato estiver substancialmente correto, então os cientistas e aqueles que se preocupam com eles devem ter uma melhor apreciação do preço pago pelo sucesso cívico e estar mais abertos a sugestões sobre como esse envolvimento pode ser administrado. Um provérbio inglês diz que aquele que janta com o diabo precisa de uma longa colher: as instituições cívicas não são o diabo, mas suas necessidades, afinal, não correspondem à dedicação à Verdade. E essa apreciação pode também encorajar alguns cientistas a falar menos em público de como a ciência aumenta o lucro e aumenta o poder e mais na linguagem da dedicação e do chamado, se a memória de fazer isso ainda sobreviver.

Steven Shapin é Professor de História das Ciências na Universidade de Harvard. Este ensaio é traduzido de uma palestra dada em Setembro de 2019 na abertura do Centro Robert Merton de Estudos Científicos da Universidade Humboldt de Berlim.

Registramos nosso agradecimento ao professor Steven Shapin e à Michele Pridmore-Brown, editora do periódico *The Los Angeles Review of Books*, que autorizaram a presente tradução.

Referências

ARONOWITZ, Stanley; AUSCH, Robert. A critique of methodological reason. *The Sociological Quarterly*, Carbondale, n. 41, p. 699-719, 2000.

BELL, Daniel A. An equal say: where does truth fit into democracy?. *The Nation*,



New York, v. 308, n. 4, p. 27–31, 2019.

BIAGIOLI, Mario. The social status of italian Mathematicians, 1450-1600. *History of Science*, Cambridge, n. 27, p. 41-95, 1989.

CIÊNCIA, achismos e fake news | Schwarza. [São Paulo]: UOL, 2020. 1 vídeo (2min15). Publicado pelo canal UOL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jIb3BzOTFKU>. Acesso em: 19 out. 2021.

COLLINS, Harry; PINCH, Trevor. The construction of the paranormal: nothing unscientific is happening. *The Sociological Review Monograph*, Malden, n. 27, p. 237-269, 1979.

COLLINS, Harry; PINCH, Trevor. *The golem: what you should know about science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

COMO combater o negacionismo científico?: revista “Balbúrdia” propõe caminhos pela educação. *Jornal da USP*, São Paulo, 1 out. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/como-combater-o-negacionismo-cientifico-revista-balburdia-propoe-caminhos-pela-educacao/>. Acesso em: 17 out. 2021.

DOMMETT, Katharine; PEARCE, Warren. What do we know about public attitudes towards experts? reviewing survey data in the United Kingdom and European Union. *Public Understanding of Science*, London, n. 28, p. 669–678, 2019.

EYAL, Gil. *The crisis of expertise*. Cambridge: Polity, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Truth and Power in: Power/Knowledge: Selected Interviews & Other Writings 1972-1977*. New York: Pantheon, 1980.

GALON, Lucas E. S. Ensaio sobre o fenômeno das *fake news*. In: SILVA, Adriana; ROSA, Lilian; MOLINA, Sandra (org.). *20 palavras: leituras sobre o agora*. São Paulo: Sesc São Paulo, 2020. p. 237-276. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/60e6deef/4b9a/41a0/a0a1/4ae2fa9e452c.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

GAUCHAT, Gordon. Politicization of science in the public sphere: a study of public trust in the United States, 1974 to 2010. *American Sociological Review*, Thousand Oaks, n. 77, p. 167–187, 2012.

GORDIN, Michael. *The Pseudoscience wars: Immanuel Velikovsky and the Birth of the Modern Fringe*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.



HOBBS, Thomas. *Leviathan*. London: Penguin, 1968.

JOHNSON, Courtney. Most Americans are wary of industry-funded research. *Pew Research Center*, Washington, 4 oct. 2019. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2019/10/04/most-americans-are-wary-of-industry-funded-research/>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

KAKUTANI, Michiko. *The death of truth: notes on falsehood in the age of Trump*. New York: Tim Duggan Books, 2018.

LATOUR, Bruno. *Why has critique run out of steam? from matters of fact to matters of concern*. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 30, p. 225–248, 2014.

MARQUES, Ivan da Costa. Ciência e negacionismos: pelo menos um X das questões. *Simbiótica*, Goiabeiras, v. 8, n. 3, p. 19-38, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de estado: entre o nome e a coisa. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, p. 397-420, 2019.

ORESQUES, N. *Why we trust Science?* Princeton: Princeton University Press, 2019a.

ORESQUES, Naomi. *Tanner lectures: why trust science?* Princeton: Princeton University Press, 2019b.

ORESQUES, Naomi. The scientific consensus on climate change, *Science*, [Washington], v. 306, n. 5702, p. 1686, 3 dez. 2004.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. *Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. Nova Iorque: Bloomsbury, 2010.

ROSENFELD, Sophia. *Democracy and truth: a short history*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019a.

ROSENFELD, Sophia. Truth and consequences. *The Hedgehog Review*, Charlottesville, v. 21, n. 2, p. 18–24, 2019b.

SHAPIN, Steven. Is There a Crisis of Truth? *LARB: Los Angeles Review of Books*. December 2, 2019a. Disponível em: <https://lareviewofbooks.org/article/is-there-a-crisis-of-truth/> Acesso em: 05 de julho de 2023.

SHAPIN, Steven. Weber's science as a vocation: a moment in the history of 'is' and 'ought'. *Journal of Classical Sociology*, [s. l.], n. 19, p. 290–307, 2019b.



SHAPIN, Steven. Invisible science. *The Hedgehog Review*, Charlottesville, v. 18, n. 3, p. 34–46, 2016.

SHAPIN, Steven. The ivory tower: the history of a figure of speech and its cultural uses. *British Journal for the History of Science*, Cambridge, n. 45, p. 1–27, 2012a.

SHAPIN, Steven. Catastrophism. *London Review of Books*, London, v. 34, n. 21, p. 35-38, 8 nov. 2012b.

SHAPIN, Steven. *Science and the modern world in: never pure: historical studies of science as if it was made by people with bodies, situated in space, time, and society, and struggling for credibility and authority*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.

SHAPIN, Steven. *Science and the modern world: the handbook of science and technology studies*. Cambridge: MIT Press, 2007.

TRACINSKI, Robert. Climategate: the fix is *Real Clear*, [s. l.], 24 nov. 2009. Disponível em: https://www.realclearpolitics.com/articles/2009/11/24/the_fix_is_in_99280.html. Acesso em: 05 de julho de 2023.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 14-36, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/i/2021.v41n87/?section=DOSSI%C3%8A%20%E2%80%93%20NEGACIONISMOS%20E%20USOS%20DA%20HIST%C3%93RIA> . Acesso em: 15 out. 2021.

WESTMAN, Robert S. The Astronomer's role in the sixteenth century: a preliminary study. *History of Science*, Cambridge, n. 18, p. 105-147, 1980.

Notas

¹Doutor, UNESP, Assis/SP - E-mail: luiz.cambraia.silva@usp.br <https://orcid.org/0000-0001-8697-2799>.

²Doutor, USP, São Paulo/SP E-mail: gabrielkenzo@usp.br <https://orcid.org/0000-0003-2837-4963>.

³Professor adjunto, UFRJ, Rio de Janeiro/RJ E-mail: fromulo@usp.br <https://orcid.org/0000-0002-1303-7318>.

⁴[Nota dos tradutores] O autor utiliza o termo “wonder drug”.

⁵Texto originalmente publicado em 2 de dezembro de 2019 pela *The Los Angeles Review*



of Books sob o título *Is There a Crisis of Truth?* Agradecimentos especiais ao autor Steven Shapin e à Michele Pridmore-Brown, editora do periódico, que autorizaram a presente tradução.

⁶[Nota dos tradutores] O autor usa originalmente os termos “non-Fake-News media”.

⁷[Nota dos tradutores] O autor usa originalmente os termos “Right-Thinking people”.

⁸[Nota dos tradutores] Originalmente o autor utilizou a expressão “what's the case”.

⁹Uma exceção evidente são afirmações como “isso é verdade”, “muito verdade”, “bastante verdade” em conversas comuns, embora aqui “verdade” atue como um gesto civil, um preenchimento, não como um julgamento considerado de validade ou correspondência. Verdade, escrevi um livro chamado *A Social History of Truth* (Chicago: University of Chicago Press, 1994). O título era parcialmente destinado a provocar, e o conteúdo do livro tratava de itens epistêmicos mais modestos - fatos experimentais e observacionais e inferências a partir desses fatos para questões teóricas.

¹⁰[Nota dos tradutores] O autor utilizou, originalmente, a expressão “Matters-That-Are-the-Case”.

¹¹Esse ponto foi brevemente referido em Shapin (2010, p. 377–391, 383–385), e foi intensamente elaborado em Eyal (2019, p. 7).

¹²[Nota dos tradutores] O autor utilizou a expressão “Right-Thinking People”.

¹³[Nota dos tradutores] O autor usa o termo “scientific-ignorance-as-practical-virtue”.

¹⁴Cf. Latour (2014, p. 225-248). Meu uso é mais rústico, e mais diretamente hobbesiano, do que o de Latour. Invoco assuntos de preocupação para escolher reivindicações que se pensa terem conseqüências para a “ambição, lucro ou luxúria” das pessoas. Tal sentido parece, entretanto, compartilhar sensibilidades com Latour (2014, p. 237) quando ele se refere à “fusão de assuntos de fato em assuntos altamente complexos, historicamente situados, ricamente diversos e preocupantes”. Pode-se fazer um tipo de coisa com canecas, jarras, pedras, cisnes, gatos, tapetes, mas não com a coordenação elétrica de relógios do Escritório de Patentes de Einstein em Berna. Coisas que se reúnem não podem ser jogadas em você como objetos”. Os sociólogos Harry Collins e Trevor Pinch têm repetidamente insistido na importância de um espaço curricular para a ciência em construção [*science-in-the-making*], por exemplo, em Collins e Pinch (1998).

¹⁵[Nota dos tradutores] O autor usa “Right Thinking”.

¹⁶[Nota dos tradutores] O autor usa “Wrong-headedness”.

¹⁷Para a ideia de hipersciência, ver Gordin (2012) e o meu apreço, Shapin (2012b). Para a parapsicologia, ver, por exemplo, Collins e Pinch (1979). Para reflexão sobre a fetichização da metodologia nas ciências sociais: Aronowitz e Ausch (2000).

¹⁸[No original] “it kicks the can down the road”.

¹⁹Ver Oreskes (2004, p. 1686) e Oreskes e Conway (2010, cap. 6). O quadro de Oreskes sobre o “consenso crítico” de uma comunidade científica de ação livre e socialmente diversa como um mandado para “confiança informada” é concretizado nas suas recentes *Tanner Lectures: Why Trust in Science*, 2019. O reconhecimento da diversidade, a crítica aberta, o desinteresse pertinente, o domínio de métodos apropriados e a superior



capacidade de conhecimento podem muito bem ser argumentos poderosos de confiança a nível local, mas o problema continua a ser o de descrever as circunstâncias em que o público reconhece que comunidades específicas de peritos possuem essas características. Oreskes parece reconhecer tal problema, resolvendo-o dizendo que "os marcadores sociais da perícia são evidentes para os não-peritos" (2019, p. 221-222). Há, contudo, muito a sugerir que nem a existência de tais "marcadores" nem o seu valor diagnóstico são evidentes para o público.

²⁰Este argumento foi esboçado em Shapin (2010, p. 386-389). É claro que é possível que negacionistas das alterações climáticas como Trump ou os executivos das companhias petrolíferas possuam o mesmo tipo de conhecimento social que os seus opositores, que acreditem nos resultados do consenso de especialistas, mas prefiram vender publicamente deturpações. A diferença aqui seria que outras agendas informam as suas reivindicações, por exemplo, assegurar lucros a curto prazo ou apelar à sua base política - ou pode ser que simplesmente não se preocupem com o destino do planeta.

²¹[Nota dos tradutores] Personagem ficcional presente na obra de Hugh Lofting, *The Story of Doctor Dolittle*. Consiste em um animal, mistura de gazela com unicórnio, que possui duas cabeças em lados opostos do corpo.

²²Para reportagem, ver <https://www.theguardian.com/environment/series/climate-wars-hacked-mails>.

²³Uma qualificação histórica: por volta da época de Galileu e Newton, foi feita uma distinção crucial entre filosofia natural - tomada como um inquérito sobre a natureza última das coisas e processos causais - que poderia ser entendida como uma busca da Verdade, e matemática prática (por exemplo, balística, estática, fortificação, astronomia observacional) - que era apenas a busca de regularidades, poder preditivo e os fundamentos da ação prática: ver Westman (1980) e Mario Biagioli (1989).

²⁴Johnson (2019).

²⁵As duas crises são tratadas de forma parecida em Rosenfeld (2019a, 2019b). Ver também Bell (2019).

“A democracia vem aí.
Sorria!”: memórias sobre
o AI-5 e perspectivas
democráticas no estado do
Paraná

“Democracy is coming.
Smile!”: memories about
the AI-5 and democratic
perspectives in the state of
Paraná

Lucas Alves da Silva¹



Resumo: Promulgado em dezembro de 1968, o Ato Institucional número 5 (AI-5) vigorou até dezembro de 1978, tendo endurecido a repressão e legitimado ações truculentas, perseguições políticas, censura, entre outras práticas arbitrárias por parte dos agentes da ditadura militar brasileira. Com a queda do AI-5, em janeiro de 1979, novas perspectivas e possibilidades sobre o futuro do Brasil passaram a ser avistadas no horizonte político do país. Já no ano de 1988, no estado do Paraná, diferentes jornais publicaram reportagens que diziam respeito ao vigésimo aniversário de implantação do AI-5 no Brasil. Tendo como base tais colocações, objetivamos refletir sobre as narrativas elaboradas pela imprensa escrita paranaense em referência ao AI-5 em dois momentos distintos: 1979 e 1988. Analisamos algumas reportagens publicadas pelos jornais Correio de Notícias e Diário do Paraná no início de 1979, bem como um dossiê produzido por agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI), que aponta para publicações dos jornais Folha de Londrina e O Estado do Paraná a respeito dos vinte anos do AI-5. Terminada a vigência do AI-5, nota-se um misto de entusiasmo pela democracia que se aguardava e receio de um possível retrocesso militar.

Palavras-chave: ato institucional nº 5; memória; imprensa; ditadura; militares.

Abstract: Enacted in December 1968, Institutional Act number 5 (AI-5) was in force until December 1978, having stiffened repression and legitimized truculent actions, political persecution, censorship, among other arbitrary practices by agents of the Brazilian military dictatorship. With the fall of the AI-5, in January 1979, new perspectives and possibilities for the future of Brazil began to be seen on the political horizon of the country. In 1988, in the state of Paraná, different newspapers published reports concerning the twentieth anniversary of the implementation of the AI-5 in Brazil. Based on these statements, we aim to reflect on the narratives elaborated by the Paraná written media in reference to the AI-5 in two different moments: 1979 and 1988. We analyzed some reports



published by the newspapers *Correio de Notícias* and *Diário do Paraná* in early 1979, after the end of the AI-5, as well as a dossier produced by agents of the National Information Service (SNI), which points to publications by the newspapers *Folha de Londrina* and *O Estado do Paraná* about the twenty years of AI-5. With the end of AI-5, there was a mix of enthusiasm for the expected democracy and fear about a possible military setback

Keywords: institutional act nº 5; memory; media; dictatorship; military.

Lucas Alves da Silva
“A democracia vem aí. Sorria!”: memórias sobre o
AI-5 e perspectivas democráticas no estado do Paraná



Introdução

Em nome de uma transição “lenta, gradual e segura”, segura especialmente para os militares que se encontravam no poder, um processo de esquecimento foi elaborado e aplicado à sociedade brasileira durante o período de transição política, entre meados da década de 1970 e o decorrer da década de 1980, e acabou por se estender por períodos posteriores. Como resultado, temos hoje uma parcela considerável da sociedade que desconhece o que foi e como funcionou o governo ditatorial instalado no Brasil por meio do golpe de 1964, que durou até 1985. Em partes, isso ocorre em razão do apagamento da memória coletiva a respeito dos mecanismos de repressão e controle utilizados pelo aparato militar, da ocultação da violência aplicada no período e da falta de reconhecimento de que parte da sociedade e do empresariado participaram do golpe e contribuíram com a sustentação das estruturas do regime (STARLING, 2015).

Tendo em vista tais tensionamentos, buscaremos aqui analisar as contribuições de alguns periódicos impressos paranaenses para a construção das memórias a respeito do que foi o AI-5, bem como as expectativas e discussões que entrelaçaram o fim do ato com a construção de um futuro democrático. As análises realizadas abordam dois momentos distintos: o primeiro em janeiro de 1979, logo após a queda do AI-5, que deixou de vigorar em 31 de dezembro de 1978, e o segundo em dezembro de 1988, quando alguns jornais paranaenses publicaram reportagens alusivas aos 20 anos do Ato, numa tentativa de resgatar determinadas memórias sobre o que sua promulgação representou e causou. Para o primeiro recorte, analisaremos algumas reportagens publicadas pelos jornais *Diário do Paraná* e *Correio de Notícias* em janeiro de 1979. Ambos os jornais foram fundados e editados na cidade de Curitiba, e circularam principalmente na capital e região metropolitana.

Fundado em março de 1955 e com circulação até janeiro de 1983, o jornal *Diário do Paraná* compunha a rede dos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, vinculados ao ex-governador Bento Munhoz da Rocha, e apresentava o seguinte lema: “Jornal da Família Paranaense”. Segundo classificação realizada pelo SNI, tratava-se de um jornal de caráter opinativo e tendência moderada em relação a seu posicionamento político (ARQUIVO NACIONAL, 1981, p. 30). Já o *Correio de Notícias* foi fundado em maio de 1977, e teve três fases distintas, circulando até 1992. Na primeira delas, circulou de sua fundação até dezembro de 1979. Na segunda, funcionou entre os meses



de março e o fim de maio de 1980. Em sua última fase, o jornal circulou de maio de 1984 até dezembro de 1992. O jornal esteve ligado a grupos políticos de oposição à ditadura militar, em especial ao MDB e PMDB, apoiando as eleições de José Richa e Álvaro Dias ao governo do estado, já na década de 1980 (PAES, 2021). Em 1980, um dossiê do SNI (ARQUIVO NACIONAL, 1980, p. 7) que abordava os aspectos psicossociais do Paraná e Santa Catarina apontou, no espaço destinados a analisar os meios de comunicação, que o *Correio de Notícias* estaria dando ampla cobertura aos movimentos sociais e às entidades de caráter contestatório que se desenvolveram próximos da capital.

No início de 1979, os jornais paranaenses, a exemplo de outros espalhados pelo país, expressavam expectativas e temores sobre o futuro da política brasileira após a queda dos mecanismos de controle e vigilância impostas pelo AI-5 – mesmo que mantidas algumas salvaguardas –, momento que aqui consideramos como marco inicial da abertura democrática, ainda que o projeto de distensão estivesse em curso desde 1974.

Para o segundo momento, partiremos de um dossiê produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre notícias que rememoraram o AI-5 em 1988. Diante da preocupação sobre a memória que estaria se constituindo a partir da imprensa, o SNI produziu um dossiê que apresenta publicações dos jornais *O Estado do Paraná*, *Folha de Londrina* e *Diário Catarinense* sobre o que foi e as consequências do AI-5. Tendo em vista o objetivo de pensar sobre os reflexos da ditadura no estado do Paraná, analisaremos aqui as publicações dos dois primeiros periódicos, sendo que a publicação em destaque do jornal *O Estado do Paraná* foi divulgada na edição do dia 11 de dezembro de 1988, já a reportagem da *Folha de Londrina* foi publicada em 13 de dezembro do mesmo ano. O jornal *O Estado do Paraná*, fundado em 1951, tinha sua sede na capital Curitiba e ampla penetração em municípios como Londrina, Paranaguá e Ponta Grossa. Era de propriedade de Paulo Pimentel, ex-governador paranaense (1966-1971) vinculado ao partido Arena, e considerado pelo SNI como um veículo com linha de atuação moderada em relação ao governo militar (ARQUIVO NACIONAL, 1981, p. 75).

O jornal *Folha de Londrina*, fundado em 1948 e em circulação ainda nos dias atuais, é o maior periódico do interior do estado e segundo maior do Paraná, atrás apenas da *Gazeta do Povo*, e tem como sede a cidade de Londrina, segundo maior município paranaense. No início da década de 1980, após uma mudança no quadro societário e diretivo do *Folha de Londrina*, embora considerado um veículo moderado, o jornal foi classificado pelo próprio SNI como um periódico



de linha editorial “acentuadamente esquerdista” (ARQUIVO NACIONAL, 1981, p. 61), isso em razão do caráter contestatório e crítico ao governo federal e estadual assumido pela nova chefia, vinculada ao diretório do PMDB na cidade de Londrina e a movimentos sociais. Por outro lado, Humberto Nogueira (1999, p. 8) ressalta que trata-se de um jornal de caráter moralista e conservador, “porta-voz dos interesses da classe dominante local”.

Todos os jornais hora brevemente apresentados estavam, direta ou indiretamente, vinculados a grupos políticos atuantes na esfera pública paranaense, e podemos considerar que seus posicionamentos podem expressar também formas de pensar e agir destes agentes atuantes no período de transição política e construção democrática. Ou seja, no longo prazo, podem ter contribuído para a perpetuação de valores que se mantêm vivos, embora, é claro, diversos outros fatores atuam juntamente com a imprensa, mesmo que em caminhos contrários, para a formação de opiniões e consensos sobre determinado assunto.

Mesmo após o fim do ciclo de 21 anos de governos militares, iniciado em 1964, com o Marechal Humberto Castelo Branco, e encerrado em 1985, com o mandato do General João Batista Figueiredo e a posse do primeiro presidente eleito, ainda que indiretamente, desde o início da ditadura, podemos notar que não findou-se o acompanhamento, por parte dos agentes do SNI, de ações consideradas ameaças aos militares, ou que pudessem colocar em risco sua imagem, seus privilégios e sua influência. O documento do SNI aqui analisado, por exemplo, foi elaborado em dezembro de 1988, já sob um governo civil, do presidente José Sarney², e pouco tempo após a promulgação da Constituição Federal, realizada em 5 de outubro de 1988 (BRASIL, 1988).

A promulgação da Carta Magna brasileira é considerada por alguns historiadores, como Daniel Aarão Reis (2014, 2018), o marco final da transição democrática brasileira. Reis defende ainda a ideia de que o Estado de Exceção teria terminado já em 1979, com o fim dos Atos Institucionais e com a anistia, que deu início a um lento processo de transição. Contudo, tivemos ainda por alguns anos a permanência de práticas de cerceamento e investigação de ações que pudessem se configurar como subversivas para os militares, mesmo estando estes, ao menos teoricamente, alijados do poder. O próprio SNI, criado em 1964 pelos militares para dar maior coordenação às atividades ligadas à informação e subsidiar ações contra opositores, só foi extinto oficialmente no ano de 1990, já sob o governo de Fernando Collor de Melo, ou seja, após o fim da fase de transição política.



Durante a abertura política, é possível observar o temor dos militares por um possível “revanchismo” por parte das esquerdas, em especial das pessoas e grupos que sofreram com a perseguição política e repressão ocorridas durante a ditadura. Conforme aponta Marcos Napolitano (2014), o receio dos militares era de que fossem elaboradas políticas públicas que tivessem como objetivo apurar os crimes contra os Direitos Humanos cometidos pelos agentes da repressão e os mesmos fossem posteriormente punidos por suas ações, fato que não veio a ocorrer até o momento. Para efetivação da transição dentro da ordem militar, a ação das camadas populares precisava ser limitada, o que impediu a construção de uma democracia sob bases mais inclusivas, mas garantiu a permanência de aspectos autoritários, ancorados em valores liberais.

Outro ponto importante para pensar a redemocratização e manutenção dos privilégios militares foi a Lei de Anistia de 1979 (Lei nº 6.683) (BRASIL, 1979). O perdão induzido por meio da referida lei foi concedido tanto aos que lutaram contra o regime quanto aos militares que haviam cometido abusos em nome do Estado. Ao menos inicialmente, não foram anistiados aqueles indivíduos que atuaram na resistência e haviam sido condenados pela prática de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal (TELES, 2010), mas foram perdoados os militares acusados pela prática de tortura, desaparecimentos e execução de adversários políticos. As consequências desta “graça anistiante” aos agentes que atuaram em nome do Estado vão além da impunibilidade e da injustiça, e geraram ainda a falta de memória – ou, nas palavras de Matheus Pereira (2015), de uma “justa memória” – das gerações futuras em relação à truculência com que operaram os militares. Porém, por mais que a “graça anistiante” possa engendrar um silenciamento coletivo a respeito de determinados acontecimentos, ela não é eficaz na cura das feridas e dos traumas sofridos pelas vítimas de determinados crimes, sendo trazidas à tona de forma recorrente. Para que haja perdão, é preciso que haja acusação, julgamento, condenação e punição (RICOEUR, 2007), logo, no caso das anistias, este processo se vê impelido em razão da impunidade dos militares.

Para Jeanne Gagnebin (2010, p. 179), a anistia implica na imposição do esquecimento, assim, “impor um esquecimento significa, paradoxalmente, impor uma única maneira de lembrar – portanto um não lembrar”. No entender de Daniel Aarão Reis (2010, p. 173), este não lembrar que orbita em torno da Lei de Anistia no Brasil apresenta três formas distintas: “o silêncio sobre a tortura e os torturadores; o silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura; e o silêncio sobre as propostas revolucionárias de esquerda, derrotadas entre



1966 e 1973". Os pontos levantados pelo autor indicam como a anistia suscitou um acordo de paz com o passado com o intuito de evitar desgastes futuros. Tal fato implicou em não criminalizar os torturadores e assassinos e em não denunciar a parcela da sociedade civil que participou e financiou o golpe, que, por conta da forte pressão popular contra os militares durante as mobilizações pela redemocratização, não desejava ter sua figura atrelada a eles, de modo especial o empresariado. Por último, a anistia resultou também em não trazer a público os objetivos dos grupos de esquerda, que apresentavam propostas de sociedade que colocavam em risco a hegemonia capitalista e que poderiam, e talvez ainda possam, representar um temor de que articulações fossem retomadas e ganhassem força, suscitando uma maior penetração de camadas populares na elaboração de políticas de Estado, algo combatido pelos militares e seus confrades.

Por conta destas e outras ações ocorridas durante a redemocratização, podemos afirmar que tivemos uma transição tutelada e controlada pelos militares, com foco no processo de reconciliação, operada via agenciamento da memória e indução ao esquecimento quanto às atrocidades cometidas pelos agentes da ditadura. Este trabalho de memória acabou por fomentar entendimentos controversos sobre o papel político das Forças Armadas na sociedade, como a ideia de que aos militares caberia a função de "guardiões" da democracia no país, o que acaba por distorcer aspectos da própria democracia, que estaria sob a vigia constante das casernas. Para Caroline Bauer (2014, p. 124), o processo de redemocratização, baseado no ideal de reconciliação, "[...] teve como consequência o estabelecimento da desinformação e do silêncio", fatores utilizados como mecanismo para garantir que os militares e as elites alinhadas ao poder permanecessem na dianteira do processo de transição. Colaborando com esta dinâmica que resultou em certa interdição do passado repressivo, Tancredo Neves, membro do grupo político mais numeroso que fazia oposição ao regime, primeiro presidente civil eleito após 21 anos de ditadura e um dos principais articuladores da abertura política, declarou que o processo de "argentinização"³ não atingiria o Brasil (BAUER, 2014, p. 125). Em outras palavras, que os militares culpados por diversos crimes de violação dos Direitos Humanos não seriam punidos.

Apesar de toda luta por parte das vítimas da ditadura e das ações dos defensores dos Direitos Humanos para impedir o silenciamento dos abusos cometidos durante este período da nossa história recente, a ausência de uma memória coletiva a respeito destes anos é um dos elementos que tem barrado a



efetivação da justiça de transição. A ausência de punição tem sido utilizada, no presente, por negacionistas e revisionistas, como justificativa para uma série de condutas, discursos e uma ideologia repressiva que permanece atuante e que dá voz a uma determinada “comunidade de memória” (PEREIRA, 2015, p. 884), que sustenta posicionamentos autoritários e lembra com saudosismo o período em que os militares estiveram no poder. Temos assim um uso político do passado que, por meio do agenciamento da memória “promoveu a valorização de uma certa época e de certos personagens” (CAPELATO, 2006, p. 68), com um discurso que destacou, de forma um tanto parcial e unilateral, elementos como a “ameaça comunista”, a moralização das instituições públicas e o “milagre econômico”, numa tentativa de justificar o passado de exceção. Podemos inferir que a sobrevivência destas narrativas são uma evidência de como a proposta de reconciliação e esquecimento induzido, liderada pelos militares, se mostrou eficiente, assim como da importância de abordar publicamente este tema.

Por meio dos jornais e do documento do SNI e tendo como amparo analítico as discussões sobre cultura política, esperamos fazer uma leitura do período selecionado que nos permita identificar práticas e pensamentos que ainda revigoram na memória social. Ao trabalhar com a imprensa, Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins (2006, p. 11) assinalam que é preciso partir do pressuposto de que se tratam de empresas que negociam um produto “capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas”. Ao escolher um jornal como fonte histórica é preciso “pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos” (SILVA; FRANCO, 2010, p. 5). Nesta seara jornalística, é tarefa necessária problematizar a pretensão dos veículos de comunicação em se colocarem como canais de transmissão neutros e objetivos, visto que a imprensa busca se legitimar como autoridade justamente ao evocar-se como portadora da verdade e mediadora imparcial de informações. Neste jogo mercadológico no qual a imprensa atua, “é ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente” (GREGOLIN, 2007, p. 16).

Outro aspecto histórico e temporal inerente aos meios de comunicação, diz respeito à maneira na qual eles “organizam a temporalidade vivida por meio da oferta de uma narrativa que é diariamente compartilhada, simultaneamente, por diferentes estratos da sociedade, individual ou coletivamente” (LOHN,



2016, p. 61). Enquanto produtora de discursos carregados de valores políticos e ideológicos, a imprensa é também parte de um presente carregado de experiências, leituras do passado e de expectativas em relação ao futuro (LUCA, 2016), as quais são repassadas aos leitores em cada publicação e vão, junto a outros elementos, contribuir com a formação de novas representações que os situam no tempo. O que temos é um processo simbólico de doutrinação, que se dá por meio da imposição de fatos, apresentados muitas vezes como ordinários e inevitáveis, que acabam por construir e difundir uma narrativa como sendo algo natural, e por isso não passível de questionamentos. Sob tal perspectiva, o jornal acaba por exercer o papel de produção de sentidos passíveis de inscrição na memória social (FERREIRA, 2007), em um movimento operado por meio de estratégias de visibilidade e silenciamento. Entendemos que o conteúdo veiculado pelos jornais tem potencial propagador de sociabilidades, de reverberar ideias e contribuir para a construção e perpetuação de opiniões e da cultura política por onde circula.

Vale salientar que a categoria cultura política, estando ligada diretamente ao culturalismo, compreende um conjunto de “normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERSTEIN, 1998, p. 353). Rodrigo Patto Sá Motta (2018, p. 115) acrescenta que diversos elementos podem fazer parte deste referencial que constitui uma cultura política, podendo os mesmos serem transformados com o passar do tempo, em um “[...] processo em que atuam tanto a memória como a historiografia, além da literatura, da cultura visual e das diferentes mídias”. Em uma mesma sociedade coexistem diversas visões e posicionamentos quanto às representações elaboradas, a depender das experiências, grau de formação, interesses e outros fatores, específico de cada grupo e realidade social, podendo o conceito ser trabalhado no plural, com a ideia de que há culturas. Neste sentido, acreditamos que o uso da categoria cultura política pode contribuir para uma melhor compreensão de como o Estado e a imprensa operaram para garantir que o esquecimento, aqui utilizado como prática política, suscitasse na população uma leitura comum desse passado traumático, em que prevaleceu a defesa da reconciliação como princípio, e não de justiça propriamente dita. Assim, buscaremos na presente investigação identificar elementos ligados à memória que podem ter interferido na formação de uma cultura política de cunho conservador, autoritário, de desprezo às minorias e à pluralidade e, conseqüentemente, antidemocrática.

Diante das discussões apresentadas e buscando refletir sobre elementos que



atuaram na elaboração das memórias sobre o AI-5, um dos dispositivos mais representativos das arbitrariedades e autoritarismo do regime militar, dividimos o texto em duas partes. Na primeira, buscamos entender o que foi o AI-5 e analisamos o que teria motivado a promulgação do ato, segundo entrevistas de pessoas que foram por ele impactadas, publicadas nos jornais *Folha de Londrina* e *O Estado do Paraná* em 1988. No segundo momento, buscamos perceber quais relações foram estabelecidas entre o fim do AI-5 e o estabelecimento de um ambiente democrático, bem como as expectativas em relação ao futuro que se desenhava nos dois momentos analisados e que se apresentaram ao rememorar as arbitrariedades da ditadura. Para esta análise, recorreremos ao dossiê do SNI e as reportagens por ele elencadas, além de publicações dos jornais *Correio de Notícias* e *Diário do Paraná*.

AI-5: a violência chancelada pelo Estado

Ao apontar para as publicações sobre os 20 anos do AI-5 no Brasil, o dossiê elaborado por agentes do SNI em 1988 indica que os jornais “referem-se ao AI-5 como uma incisão profunda, extensa e traumática na vida nacional, procurando colocar para os leitores, os perigos de um novo ‘golpe militar’. A esquerda, por sua vez, é lembrada como a maior combatente do ‘fascismo’ que se instalou a época” (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 2). De fato, trata-se de um dos eventos mais traumáticos na história recente do país, uma ferida aberta e não curada, tanto pelo reconhecimento tardio dos crimes cometidos pelo Estado, como pela ausência de punição dos envolvidos. Tal cenário deixou marcas profundas na formação da estrutura política e social do país, que ainda acena diretamente e com saudosismo para o militarismo e suas práticas autoritárias. Contudo, os perigos de um novo golpe militar parecem não ter sido compreendidos por uma parcela considerável da sociedade, bem como as esquerdas nem sempre são lembradas como a resistência que lutou contra o arbítrio, a violência e as violações de direitos.

A questão é que desde os momentos iniciais após o golpe de 1964, o Brasil passou a assistir cenas de violência e repressão executadas sob ordens ou aprovação do governo federal. Até 1968, tais arbitrariedades eram realizadas sem o respaldo direto das leis vigentes, mas com a conivência do poder executivo, já a partir de dezembro do mesmo ano, tivemos a institucionalização da violência com a promulgação do AI-5. O ano de 1968 foi marcante em diversos aspectos, não só no Brasil, mas no mundo, em especial em razão das movimentações do



chamado “Maio de 68”, que agitou a juventude de vários locais do globo. No Brasil, destacamos duas grandes movimentações por parte dos trabalhadores: as greves de metalúrgicos de Contagem, região de Minas Gerais, e Osasco, região de São Paulo, organizadas por grupos de esquerda ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Tivemos também em 1968, em um processo de resistência ao governo autoritário instalado em 1964, várias manifestações estudantis, as quais foram duramente reprimidas pela ação militar e resultaram na morte de estudantes, gerando grande comoção nacional e ampliando as adesões à resistência (ANTUNES; RIDENTI, 2007).

Conforme as manifestações e a resistência aumentavam, crescia também a insatisfação de grupos militares em relação ao contexto político do período, em especial dos adeptos da chamada “linha dura” (VASCONCELOS, 2013). Esta ala militar já havia se colocado contra a forma com que Humberto Castelo Branco e seus apoiadores – os castelistas – conduziam o governo, e defendiam uma maior centralização de poder no executivo e o recrudescimento do autoritarismo no combate aos opositores do regime. Em meio a este contexto de tensão, vale destacar o episódio envolvendo o deputado oposicionista Márcio Moreira Alves, do MDB⁴ da Guanabara, que teria sido o estopim para o governo do então presidente General Artur da Costa e Silva decretar o AI-5. Este evento, contudo, não deve ser interpretado como a causa da promulgação do AI-5, mas uma gota d’água que fez transbordar um copo já cheio, marcado por elementos como a crise econômica herdada do governo anterior, agitações sociais que já vinham se arrastando e a própria pressão dos quartéis pelo endurecimento do regime. Em linhas gerais, o discurso do deputado, realizado no início de setembro de 1968, pedia o boicote às manifestações do dia 7 de setembro daquele ano e solicitava que as mulheres não namorassem militares que apoiassem o governo ou que se mantivessem neutros. Após a fala do deputado, a “linha dura”, que se dizia extremamente ofendida e já almejava o aumento das ações repressivas por parte do Estado, passou a pressionar ainda mais o governo a tomar atitudes incisivas no combate a tais posicionamentos.

Pressionado pelo setor mais radical entre os militares, Costa e Silva acabou por requerer a abertura de processo para a posterior cassação dos direitos políticos do deputado Márcio Moreira Alves e também do deputado Hermano Alves, do MDB da Guanabara – este último processado por ter criticado o governo em artigos publicados no jornal *Correio da Manhã*. Após intensas discussões e polêmicas por conta do requerimento, o processo foi encaminhado à Câmara dos Deputados no dia 12 de dezembro de 1968 para votação, sendo negado por



216 votos contra, 141 a favor e 15 abstenções. Com o fracasso na tentativa de cassar os deputados considerados subversivos e intimidar os demais, o executivo federal editou, já no dia 13 dezembro de 1968, o AI-5 e o Ato Suplementar número 38, dando ares de legalidade e respaldo jurídico para ações autoritárias, com características próximas à da “normalidade republicana” (LEMOS, 2004). Com tais medidas, o governo, que “passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos etc.” (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 87), colocou o congresso e as assembleias legislativas estaduais em recesso por prazo indeterminado.

No jornal *Folha de Londrina*, em reportagem intitulada “A longa noite dos generais - Os tempos do AI-5 estão presentes na memória de quem os vivenciou, na direita ou na esquerda” (A LONGA..., 1988, p. 4), temos algumas colocações sobre qual teria sido a responsabilidade do presidente Costa e Silva sob o ato e o que teria motivado o governo a realizar tal ação. A reportagem apresenta diferentes interpretações sobre o período que antecedeu a promulgação do AI-5, com opiniões de políticos que fizeram parte do governo do período e de militantes que atuaram contra a ditadura. Ao tentar descrever o contexto e a tensão dos quartéis no período, em especial do ano de 1968, o jornal busca destacar uma suposta insatisfação por parte dos militares nas casernas, tanto em relação ao valor dos soldos como no que tange a possíveis desvios morais, além do posicionamento de cunho nacionalista que estaria sendo defendido.

Um dos motes levantados no período seria o combate ao comunismo, que gerou verdadeira caçada a indivíduos que tivessem qualquer ligação com grupos, partidos ou pessoas consideradas comunistas. Sobre este contexto, Carlos Fico salienta que o AI-5 foi elaborado e amplamente apoiado pela chamada “linha dura”, que defendia o uso da violência sob a justificativa de que o Brasil só conseguiria o desenvolvimento almejado se “eliminasse a subversão e a corrupção que eles entendiam marcar, sobretudo, os políticos civis” (FICO, 2015, p. 67). Tais elementos buscaram elaborar um entendimento específico sobre o papel social dos militares, que seriam os bastiões da moralidade e da honestidade, como se os mesmos, por sua disciplina e rigidez, próprias da formação nos quartéis, possuísem as condições necessárias para conduzir o país de maneira adequada.

Segundo o *Folha de Londrina*, em meio ao caso envolvendo o deputado Márcio Moreira Alves, no dia 23 de outubro de 1968, e sob pressão dos quartéis,



“Costa e Silva – que aparentemente almejou e foi frustrado no seu intento de redemocratizar o país e emergir desse processo como uma grande liderança nacional – chegou a desabafar: ‘Estou vivendo os dias mais amargurados da minha vida’” (FOLHA..., 1988, p. 4). O trecho publicado apresenta Costa e Silva como uma figura que teria agido sob pressão, colocando-o ainda como alguém que teria batalhado pelo retorno da democracia do país, isentando-o de responsabilidades sobre as arbitrariedades cometidas. A moderação em relação às ações militares constante no jornal, em especial da sua cúpula, é um fator importante ao refletirmos sobre a formação das memórias sobre a ditadura e seus agentes, que reconhece os abusos cometidos, mas acaba por mitigar o papel das lideranças neste processo.

Uma das interpretações em torno do AI-5 é que se trata de um “golpe dentro do golpe” (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 87), arquitetado pela “linha dura” do exército. Nesta mesma direção, conforme consta em reportagem do jornal *Folha de Londrina* (FOLHA..., 1988, p. 4), o ex-secretário de imprensa de Costa e Silva, Carlos Chagas, estaria “convencido de que o discurso de Márcio Moreira Alves, ‘que nenhum jornal publicou’, foi apenas um pretexto. ‘Os militares pretendiam endurecer e dar um golpe dentro do golpe’”. Em entrevista publicada pelo jornal *O Estado do Paraná* (O ESTADO..., 1988, p. 7), o jornalista, escritor, militante da Ação Popular e do PCdoB, Luiz Alberto Manfredini, afirmou que “o discurso do parlamentar carioca foi, na verdade, mero pretexto para a radicalização do regime militar há tempos reclamada por seus setores mais duros”. Notamos aqui que integrantes de posições distintas durante o período militar apresentam uma mesma percepção sobre o que teria motivado o AI-5, ou seja, de que o endurecimento do regime já era algo que estaria no horizonte dos militares identificados com a “linha dura”, mesmo antes do deputado emedebista se pronunciar em setembro de 1968.

Contudo, outras versões sobre o mesmo fato são apresentadas pelos dois periódicos. No jornal *Folha de Londrina* (FOLHA..., 1988, p. 4), por exemplo, Romeu Tuma, ex-delegado ligado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista, afirmou que as passeatas em São Paulo “havam se transformado de manifestações pacíficas em ações de guerrilha urbana, objetivando a tomada de poder pela violência. [...] Isso tudo foi avaliado e, numa análise global, o Governo decidiu pelo AI-5, depois de sete ou oito meses de efervescência”. O próprio Márcio Moreira Alves, então subsecretário de relações internacionais do governador Moreira Franco (RJ) em 1988, relatou ao *Folha de Londrina* (FOLHA..., 1988, p. 4) que “o golpe perpetrado pelo ato



institucional foi uma reação à intensificação da VPR e ALN”, grupos de esquerda armados e organizados na luta contra a ditadura no Brasil. Diferente da posição do deputado, o próprio *Folha de Londrina* (FOLHA..., 1988, p. 4) acena em outro sentido ao destacar que “a anulação de qualquer possibilidade imediata de redemocratizar o Brasil por via pacífica, levou centenas de jovens estudantes para as fileiras da luta armada, provocando o banho de sangue do período de 1969 a 1971 (principalmente)”.

Sobre a intensificação dos movimentos revolucionários, a historiadora Maria Paula Araújo (2008, p. 269) destaca que “a luta armada no Brasil pode ser vista como o resultado da repressão de imensas energias juvenis brotadas ao longo das manifestações de 1968 e subitamente cortadas em 1969, com o AI-5”. Ao contrário da versão apresentada por Moreira Alves e Romeu Tuma, Araújo aponta para o fato de que a opção pelo ingresso nas frentes armadas, mesmo sendo algo que já vinha sendo discutido pelas forças de esquerda desde o início da década de 1960, tanto no Brasil como na América Latina, acabou sendo agudizada após o AI-5 entre os jovens universitários, ao passo que, “coagida e limitada, a radicalidade experimentada por essa juventude canalizou-se para a ação armada” (ARAÚJO, 2008, p. 270).

Já o deputado federal na época da publicação das reportagens, Delfim Netto (SP), ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento durante a ditadura, foi enfático ao atribuir a culpa pelo AI-5 à esquerda, como consta na reportagem do jornal *Folha de Londrina* (FOLHA..., 1988, p. 4):

O 13 de dezembro foi produto da insensatez da esquerda, que não soube avaliar o momento histórico. A esquerda via condições para a tomada do poder, quando não havia possibilidade nenhuma. Diante daquela balbúrdia que estava obviamente destruindo a sociedade brasileira, nós tínhamos de fazer algo para defender o Governo e o Estado.

As interpretações sobre os fatores que teriam originado o AI-5 acima apresentadas tiram a centralidade do ato dos militares e a direcionam para os grupos de oposição. A ampliação da participação popular nas manifestações e na luta armada, que teria sido uma consequência do avanço da repressão militar ao longo de 1968, é colocada, segundo tais percepções, como a motivação que justificaria as ações mais violentas dos militares. Sendo assim, como justificativa para a desenfreada utilização do aparato repressivo do Estado, os



militares ressaltavam o seguinte a respeito dos objetivos do regime: “praticar o autoritarismo no presente prometendo a democracia no futuro” (LEMOS, 2004, p. 415). Ou seja, toda e qualquer ação do Estado era realizada por um bem maior, que seria o resgate da moralidade perdida e o combate aos fantasmas do comunismo.

Nas percepções de Delfim Neto e Romeu Tuma, notamos ainda uma tentativa de desqualificar as ações dos grupos de resistência e de colocar a ação militar como algo pensado e organizado para conter o risco e a barbárie que a esquerda representaria. De certo modo, estas noções em torno do AI-5 e da responsabilidade dos militares sob o ato acabaram por ganhar força na sociedade nas décadas seguintes, com recorrentes afirmações de civis que insistem em afirmar que “só bandidos foram presos”, por exemplo. Estes elementos compõem o arcabouço de memórias sobre a ditadura no Brasil, e são indicativos de como os militares atuaram não apenas por meio da repressão, mas também da construção simbólica de determinadas memórias sobre a ditadura militar, inibindo informações e construindo mitos. Tal processo de agenciamento da memória, operado de modo especial no período de redemocratização, resultou em determinado entendimento positivo sobre o papel dos militares na sociedade, mesmo com diversas atrocidades por eles cometidas. Tendo em conta esta questão ligada às memórias, vale a ponderação de Enzo Traverso (2012, p. 26), de que a “memória singulariza a história”, ou seja, ela não respeita a cronologia e não considera as racionalizações de cunho mais amplo, global, colocando-se indiferente às narrativas que analisam o conjunto.

Os atos de violação de direitos e abusos são apontados pelos próprios militares como exceções à regra, como casos isolados, cometidos por agentes que quebraram protocolos. Com este discurso, afastam de si próprios as responsabilidades sobre crimes contra os Direitos Humanos que, como se sabe, tornaram-se rotina após o AI-5. A partir de 1968 foi criado um “sistema nacional de espionagem, uma polícia política, um departamento de propaganda e outro de censura política, além de um tribunal de exceção para o julgamento de pessoas supostamente implicadas em corrupção” (FICO, 2015, p. 62). Percebemos que com o AI-5, houve também uma maior organização e maiores investimentos no aparelho repressor do Estado, com a criação de órgãos específicos para atuar na fiscalização e repressão de pessoas, grupos ou instituições consideradas subversivas e que pudessem ameaçar a ordem almejada pelo regime. Concordamos com o historiador Carlos Fico (2015, p. 67) quando o mesmo afirma que “o AI-5 tornou o regime uma indiscutível ditadura”,



ou seja, ações autoritárias já realizadas anteriormente de modo ilegal, agora eram postas em práticas sob a tutela da lei.

Sobre este período de endurecimento do regime, o jornal *Folha de Londrina* inseriu no centro e em destaque da reportagem que aborda os 20 anos do AI-5 o seguinte texto: “Há 20 anos, os militares baixaram o ato institucional que implantou uma república de medo no País, através da censura, perseguição, cassação de mandatos, prisões, tortura e morte dos oponentes ao regime” (FOLHA..., 1988, p. 4). Buscando apontar para o autoritarismo que se desencadeou após 1968, o jornal *O Estado do Paraná* (O ESTADO..., 1988, p. 7) publicou, em trecho de entrevista com Luiz Alberto Manfredini, que “o ato foi incisão profunda, extensa e traumática na vida nacional. Foi o golpe dentro do golpe, requintada expressão da ideologia da segurança nacional, exacerbação do militarismo. Escancarou-se o veio do fascismo vertendo ódio irreprimível, vasto e cruel”. A acusação elaborada pelo ex-militante tem como base, além de suas experiências e memórias particulares, o fato de que:

inúmeros estudantes, operários, intelectuais, políticos e outros opositoristas dos mais diversos matizes foram presos, cassados, torturados, mortos ou forçados ao exílio, após a edição do AI-5. Rígida censura foi imposta aos meios de comunicação e às manifestações artísticas. O regime militar dava fim à luta política e cultural do período, reprimindo duramente qualquer forma de oposição. “Anos de chumbo” viriam a suceder o “ano rebelde” de 1968 (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 87).

Com o AI-5, o que temos é a elevação no grau de autonomia e prática da violência – em especial da tortura – como ação operacional, em especial dos órgãos de informações que tinham como objetivo desarticular os possíveis focos de oposição política. Nesta direção aponta Priscila Antunes (2008, p. 239), ao afirmar que tais órgãos tinham como limites “apenas o interesse do governo militar em preservar os seus aspectos de legitimidade, freios que ficariam completamente suspensos no período imediatamente subsequente à edição do AI-5”. Podemos notar a quebra destes limites, por exemplo, nas lembranças expressas em entrevistas publicadas no jornal *Folha de Londrina*, como na de Felipe Amadeu, ex-capitão do exército, preso por resistir ao golpe e lutar contra o regime, ao afirmar que “naquele dia 13 de dezembro, os soldados encarregados de vigiar os presos políticos na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, comemoraram a assinatura do AI-5, obrigando todos a ficarem nus em



suas celas imundas” (FOLHA..., 1988, p. 4). Ênio Silveira, ex-militante do PCB, também relatou ao jornal: “eu fiquei 30 dias incomunicável. Não me torturaram fisicamente, mas fui submetido a diversas sessões de fuzilamento simulado” (FOLHA..., 1988, p. 4). Além deste relato, vale ressaltar que o AI-5 permitiu ainda que se efetuassem prisões sem acusação formal e sem mandato, e que, devido às restrições ao Judiciário, advogados que defendiam presos políticos se viam impedidos de aplicar garantias legais (LEMOS, 2004). Como podemos notar, os abusos de poder e a perda de direitos, como a simples comunicação e direito à defesa, a exposições a situações de violência psicológica e cenas vexatórias e de humilhação, tornaram-se frequentes, além, é claro das inúmeras mortes, desaparecimentos e violência física, tudo isso tendo ao fundo a certeza da impunidade.

Antes do AI-5, lembrou Felipe Amadeu ao *Folha de Londrina*,

a violência era seletiva e recaía basicamente sobre as forças de esquerda. Depois, passou a ser praticada contra a sociedade como um todo, de forma massiva. Atingia todo mundo, mesmo quem era contra o golpe só em pensamento. O AI-5 foi o grande túnel em que jogaram o país. Sustentados pelas classes dominantes, os militares criaram uma força e uma dinâmica próprias para tentarem se perpetuar no poder. Foi terrível. Em 64, perdi alguns amigos nas mãos deles. A partir de 68, começaram a matar estudantes (FOLHA..., 1988, p. 4).

Algo não muito abordado, mas que aparece no relato de Felipe, é como o AI-5 teria atingido parcela considerável da sociedade, mesmo aqueles de posições moderadas, ou que se manifestavam “só em pensamento”, ressaltando o nível de restrição e repressão a tudo e todos que se colocassem como adversários – entendidos pelos militares como inimigos de guerra.

Ressaltando os abusos cometidos pelos militares, Manfredini relatou também que “estávamos sendo caçados feito feras pelo apetite sanguinário de hordas policiais e militares atiçados pelo AI-5. Muitos de nós mergulhamos na clandestinidade por esta época, dispostos a lutar contra o fascismo a qualquer preço” (O ESTADO..., 1988, p. 7). Após dezembro de 1968, mesmo com a institucionalização da repressão e perseguição, estas ações passaram a ser realizadas não mais somente pela polícia, como acontecia até então, mas também por órgãos clandestinos, que agiam de forma secreta, e foram responsáveis por grandes brutalidades e atentados contra a vida cometidos



durante o regime (FICO, 2015).

O tempo do AI-5, ainda segundo entrevista de Manfredini concedida ao periódico *O Estado do Paraná*, “foi o tempo do silêncio, das perseguições e crueldades que tantos brasileiros enfrentaram com heroísmo. Perdemos, nessa época de trevas, muitos dos nossos melhores compatriotas. É sempre oportuno recordar a longa noite” (OESTADO..., 1988, p.7). Embora os dois jornais analisados tenham feito uma tentativa de reavivar principalmente memórias negativas do AI-5, o ato de lembrar destes episódios da história brasileira, infelizmente, não tem se mostrado uma constante. Os silenciamentos propostos durante o período de transição política, mas não somente, acabaram por interditar este passado recente, promovendo a não inscrição destes acontecimentos na memória social. A título de exemplo, em janeiro de 1980 o *Folha de Londrina* (FOLHA..., 1980, p. 2) publicou uma reportagem onde criticava a radicalização de grupos de oposição ao regime e defendia uma política de reconciliação, por medo de retrocessos no processo de abertura, onde não deveria haver espaço para revanchismos, ou seja, para relembrar a truculência dos atos militares e do AI-5, muito menos reivindicar a punição aos promotores da violência.

A democracia é logo ali, mas cuidado

A charge abaixo, publicada no início de 1979, de autoria de Douglas Mayer, veio acompanhada de uma reportagem sobre a formação do “primeiro escalão” da equipe que comporia o governo do último presidente da ditadura militar brasileira, o general João Batista Figueiredo. No dia seguinte, a manchete

Imagem 1 - Charge sobre o futuro da democracia do Brasil



Fonte: Diário do Paraná (1979d, p. 2).

do jornal *Diário do Paraná* seria: “Figueiredo jura que o Brasil terá democracia” (DIÁRIO..., 1979c, p. 1), publicada cerca de dois meses antes da posse do futuro presidente. Narrativas deste teor, na direção da abertura democrática, eram publicadas com certa apreensão e, ao mesmo tempo, entusiasmo pela imprensa.

A ironia da charge está justamente na desconfiança quanto aos atos do governo rumo à democracia, em razão



das limitações que ainda existiam no período e da postura ainda duvidosa dos militares. Um sorriso forçado, como que por obrigação, demonstra a tentativa ainda tímida em acreditar que a democracia haveria de chegar, num sentido quase religioso.

Na mesma página em que foi publicada a charge, constava ainda que o futuro presidente teria reafirmado seu compromisso em fazer do Brasil uma democracia, dando continuidade ao projeto de abertura iniciado com Ernesto Geisel. Perseguindo este objetivo, o general Figueiredo teria ainda jurado que sustentaria as garantias e liberdades civis, e ressaltou: “para que possamos institucionalizar, em termos duradouros, o regime republicano e representativo, com o qual a revolução está indissolúvelmente comprometida” (DIÁRIO..., 1979d, p. 1). Para despertar a esperança no povo, o então futuro presidente buscou ressaltar o compromisso da “revolução”, como era e é chamado pelos apoiadores da ditadura o golpe de 1964, que teria como finalidade última, segundo ele, a democracia. Sobre isso também falou o general Antonio Bandeira, ex-chefe do Departamento Geral de Serviços do Exército, e então comandante do III Exército, sediado em Porto Alegre, ao ser questionado sobre a possibilidade de reversão do processo de abertura:

Eu acredito na maturidade do povo brasileiro, que pode conviver num regime inteiramente democrático, objetivo da revolução. A abertura que o governo está fazendo, é o prosseguimento do roteiro da revolução, que foi democrática. Nós estamos atingindo um dos estágios da revolução (DIÁRIO..., 1979b, p. 2).

Além de ressaltar que a abertura teria prosseguimento, a ideia de que seria ela uma etapa da “revolução” se mostra recorrente, apontando ainda que a mesma teria sido democrática. Vale sublinhar que o projeto de distensão iniciado por Geisel tinha como propósito “antes institucionalizar a ditadura e garantir sua estabilidade do que democratizar o país” (MOTTA, 2021, p. 253). Há uma tentativa de valorizar as ações militares e justificar os anos de exceção, demonstrando como suas ações, sem mencionar todo o arbítrio, teriam sido frutos de um projeto que sempre teve a democracia como objetivo. Uma estratégia discursiva que acaba por subverter os valores democráticos e tenta apagar do passado militar os rastros deixados justamente pela ausência de democracia, a qual se ancorou na justificativa de luta contra o comunismo, contra a subversão e a favor da moralidade. Ao devolver a democracia ao país,



as Forças Armadas se colocam como sua guardiã, e não parte deste sistema, mas sua tutora.

Para o jornal *Folha de Londrina*, “quando, afinal, cessou a vigência do AI-5, em 31 de dezembro de 1978, o país recomeçou a escrever sua história, após dez anos de hibernação totalitária” (FOLHA...,1988, p. 4). Contudo, esta tentativa de reescrever a história encontrou pela frente militares que desejavam manter seu status de centralidade e de mantenedores da tutela da política no país. Para alcançar os propósitos almejados, era preciso deslocar o foco do passado e mirar no futuro que se desenhava, aproveitando da empolgação do período de abertura política, tão esperada pela sociedade civil.

Perante as novas possibilidades políticas, uma certa efusão de expectativas pairava sobre qual seria a postura do novo presidente e, embora com algum receio, o fim do AI-5, ocorrido a partir do primeiro dia do ano de 1979, foi um ponto comemorado pelos que ansiavam pelo retorno da normalidade democrática, ainda que relativa. No último dia do ano de 1978, o *Diário do Paraná* (DIÁRIO..., 1978, p. 4) publicou o seguinte a respeito da queda do AI-5: “o Brasil ingressa no chamado Estado de Direito, que não será igual aquele assegurado até 1964, pela Constituição de 1946, pois que o regime disporá de medidas de emergência capazes de estabelecer eventualmente a exceção, quando julgar necessário”. Assim, o ato mais cruel da ditadura chegaria ao fim, mas mecanismos de interdição eram mantidos, e poderiam ser acionados caso os rumos políticos e sociais não seguissem a bússola militar.

As referidas medidas foram asseguradas por meio da Emenda Constitucional nº 11, de outubro de 1978 (BRASIL, 1978), que extinguiu o AI-5, impôs o fim da censura prévia para rádio e TV, garantiu o reestabelecimento do habeas corpus, a revogação das penas de morte, prisões perpétuas, restauração da independência do poder judiciário, entre outras coisas. Contudo, foram mantidas e incorporadas algumas “salvaguardas para a defesa do Estado” (CODATO, 2005, p. 99), as quais institucionalizavam o regime, destinadas à manutenção de poderes discricionários por parte do executivo, sem necessidade do uso dos atos de exceção. Foi criado, por exemplo, o “estado de emergência”, que poderia ser decretado pelo presidente sem necessidade de consulta prévia ao Congresso. As atividades sindicais e dos movimentos estudantis continuavam limitadas, assim como a anistia e o retorno do pluripartidarismo só viriam a ser promulgados no decorrer de 1979, já sob o governo Figueiredo. A imunidade parlamentar também não foi totalmente reestabelecida, e os parlamentares ainda poderiam ser processados em casos de crimes contra a “segurança



nacional”, embora o presidente já não pudesse mais cassar mandatos nem suspender direitos políticos (CODATO, 2005). Sobre este cenário de direitos ainda parciais, o jornal *Diário do Paraná* publicou a manchete “Fim do AI-5 reinicia democracia”, acompanhada do seguinte texto:

O Brasil entra no ano de 1979 recomeçando a viver o clima de democracia com o fim do Ato Institucional nº 5 e toda a legislação excepcional. O presidente da República não mais tem poderes para fechar o Congresso, cassar, mandatos de deputados, demitir ou aposentar funcionários. No entanto, questões vitais, como a censura, a alternância no poder, a formação de novos partidos políticos, o instrumental de segurança e a participação dos estudantes na política, além da liberdade sindical, continuam inalteráveis. Parlamentares dos dois partidos saudaram, ontem, o fim do AI-5, observando, no entanto, que é apenas o começo do processo de redemocratização no país (DIÁRIO..., 1978, p. 1).

Com uma mistura de entusiasmo e receio, empolgação e incertezas, o jornal paranaense aponta o tom dos sentimentos políticos que permeavam a sociedade entre o final de 1978 e início de 1979. Naquele momento, novos horizontes se desenhavam, em especial por parte daqueles que ansiavam pela abertura política, e expectativas diversas pairavam sobre o ano que se iniciaria, motivadas, entre outras coisas, pelo fim do AI-5, que ampliava o espaço de ação política, pela posse dos novos senadores, do novo governador e do novo presidente. Para o líder da bancada emedebista na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) no final da década de 1970, deputado Nilso Romeo Sguarezi, “a queda do AI-5 está para o parlamentar na razão direta em que esteve a censura para a imprensa” (DIÁRIO..., 1979a, p. 3). Além destes pontos que já eram sabidos e aguardados, muito se falava também sobre a promulgação da Lei de Anistia, que viria a ocorrer em agosto de 1979, e o consequente retorno dos exilados e libertação dos presos políticos, além da possibilidade do fim do bipartidarismo. Sobre esse ponto, o deputado Guarezi convidou publicamente, mesmo antes da promulgação da anistia, todos os dissidentes políticos e cassados pelo AI-5 para integrar os quadros do MDB.

Sobre este mesmo contexto, em janeiro de 1979, o então deputado estadual paranaense Gustavo Fruet, do MDB, relatou que a situação do país não era de tranquilidade, pois, embora extinto o AI-5,



continuam existindo 26 milhões de menores abandonados; injusta distribuição de renda. Caiu o AI-5, sem ter preservado o valor da moeda nacional, sem que se haja efetuado a reforma agrária, – sem ter valorizado o trabalho como fonte geradora de riqueza nacional, sem ter reformulado a efetiva execução da previdência nacional e sem a solução do sistema educacional brasileiro (CORREIO..., 1979, p. 4).

Da mesma forma, o ex-líder emedebista Nilso Sguarezzi, embora apresentasse certo fervor com o início da abertura, relatou: “buscamos a reforma do poder, sem eleições indiretas, salvaguardas, lei Falcão. A queda do AI-5 não diminui o impacto pela volta ao Estado de Direito: pelo contrário, põe mais força nessa heroica jornada” (CORREIO..., 1979, p. 4).

O que se nota é que, embora comemorada, a queda do AI-5 foi apenas um passo no caminho da descompressão, e acabou por fomentar ainda mais o processo de abertura. Além disso, pautas que eram destaque entre os movimentos populares no período anterior ao golpe começavam a retornar à cena pública de modo mais contundente, como a reforma agrária e a valorização do trabalhador, visto que tais bandeiras estiveram sufocadas durante os anos de maior arbítrio e tratava-se de problemas que se agravaram no decorrer da década de 1970. Como apontam as publicações apresentadas, o fim do AI-5 foi compreendido como início, mas não como a efetivação do processo democrático, visto que o sistema ainda apresentava restrições e a sociedade, em especial as camadas populares, ansiava por mudanças. Além disso, mesmo que a total retirada das restrições políticas tivesse ocorrido, sabemos que ela não é garantidora da democracia, visto que tal sistema implica, além do fim do veto à ação política, em uma maior e mais efetiva participação popular na política e na incorporação de valores democráticos pelos agentes políticos.

Com os olhos voltados para o futuro, parte das reportagens publicadas no jornal *O Estado do Paraná* tinha como objetivo compreender o que políticos e militantes que viveram e participaram da ditadura, fosse a apoiando ou na resistência, pensavam a respeito do futuro, em especial sobre as eleições para a presidência que se realizariam no próximo ano, e sobre ações militares que pudessem colocar em risco a redemocratização. A reportagem destacada pelo dossiê do SNI tinha como título “Há cheiro de pólvora no ar?”, em menção ao temor que ainda pairava a respeito de um possível retorno dos militares. Neste sentido, um dos sujeitos ouvidos foi o então governador Álvaro Dias (PMDB),



que alegou: “não há cheiro de pólvora no ar. Não há risco de retrocesso. Principalmente porque as lideranças políticas estão amadurecidas para impedir a inviabilização do calendário eleitoral” (O ESTADO..., 1988, p. 8).

Segundo Domingos Pellegrini, teórico da luta armada no passado, ex-marxista e que, no período da entrevista, se dizia cristão convicto, conforme salientou o jornal, “passamos vinte anos para nos livrar das pragas do golpe e sempre que os resultados das eleições contrariam uns e outros volta-se a falar em golpe. O Brasil precisa perder o medo de quartel, de polícia” (O ESTADO..., 1988, p. 8) – a denúncia feita em 1988 parece válida para os tempos atuais, e o medo dos militares parece ainda persistir. Nota-se, nas duas passagens, rápidas menções às eleições realizadas em 1988 e às próximas, que, em razão do relativo sucesso do Partido dos Trabalhadores (PT) naquele ano, partido que fez oposição aos militares e era um dos grandes representantes das esquerdas naquele momento, poderia incitar os quartéis a reaverem o poder e barrar a realização das eleições para presidente previstas para o ano de 1989 – a primeira eleição direta para presidente realizada desde 1960, em razão das imposições da ditadura militar. Se aventava que a possibilidade de vitória de um partido que havia sido oposição à ditadura e que não estivesse alinhado com o projeto de país dos militares poderia não ser aceito pelos mesmos, que apesar de já não se encontrarem no poder, ainda continuavam à espreita das atividades e rumos da política nacional, e que, ao que consta nas falas em questão, poderiam intervir para “realinhar” o processo aos seus moldes.

Ao ver de Paulo Pimentel, ex-governador paranaense (1966-1971) e membro do grupo que apoiou o golpe no Paraná, “as Forças Armadas não tem interesse em assumir o poder e elas, historicamente, só assumiram o poder quando convocadas pelo povo, como ocorreu em 1964, quando as mulheres marchavam pelas ruas pedindo a intervenção militar” (O ESTADO..., 1988, p. 8-9). De modo parecido, Antonio Acyr Breda, ex-advogado de presos políticos e chefe da Casa Civil do Paraná entre 1988-1990, alega que “não há condições de retrocesso. Em 64, a classe média fazia marchas pelas ruas pedindo o regime militar e hoje ela vota no PT. A Igreja Católica de 64 teve participação no golpe, hoje ela avançou muito” (O ESTADO..., 1988, p. 9). Aqui, temos duas menções à participação da sociedade civil no golpe de 1964, ocasião em que consideráveis manifestações ocorreram nas grandes cidades do Brasil, sob a seguinte bandeira: “A marcha da família com Deus pela liberdade”⁵, além, é claro, de seu posicionamento anticomunista. Naquele período, os grupos economicamente mais abastados e a Igreja Católica tiveram papel decisivo na pressão pela saída de João Goulart



do poder, bem como entidades civis, financiadas por estes grupos econômicos, como os complexos IPES/IBAD, deram suporte político-econômico para o golpe⁶. Na década de 1980, e mesmo antes, diversos destes grupos que apoiaram o golpe acabaram por ocupar papel de oposição posteriormente, em razão, entre outras coisas, do aumento da violência pelo Estado – como foi o caso da Igreja Católica –, e passaram a lutar pela redemocratização, por isso das falas apontarem para uma suposta falta de apoio aos militares naquele momento.

Por fim, para o cineasta Silvio Back, que lutou na resistência contra a ditadura, “o papel a que os militares se propuseram em 64, como o de modernizar o país mesmo a custo de torturas, foi bem sucedido. Hoje eles não têm mais propostas de poder: 64 não foi uma aventura, foi um projeto de poder” (O ESTADO..., 1988, p. 9). Apesar de apontar para as torturas cometidas no período, Silvio apresenta moderação ao dizer que o projeto dos militares foi “bem sucedido”, e que teria sido algo pensado, estruturado, e não uma ação inconsequente. Mesmo que subjetivamente, acaba por selar como positiva a ação das Forças Armadas, como um processo que teria conduzido o país a uma suposta modernização, mesmo o país tendo encerrado o período ditatorial enterrado sob dividas e com índices sociais e econômicos péssimos. Para outro militante da resistência, Vitório Sorotiuk, liderança estudantil em 1968 que foi exilado, ao relatar sobre o contexto da década de 1980, destacou que “desfruta-se hoje de relativa liberdade – mas temos que estar atento aos ovos da serpente. [...] Precisamos continuar com as forças populares para resistir ao avanço conservador. Pois os democratas de então são os conservadores de hoje” (O ESTADO..., 1988, p. 10). O tom deste último relato coloca em alerta os leitores e não descarta uma mudança de posicionamento dos militares e da sociedade, e aponta para transformações que já teriam ocorrido, ao afirmar que, mesmo entre os que lutaram pela democracia, há uma ideologia conservadora que poderia colocar em risco a liberdade conquistada, ou seja, que havia naquele momento uma democracia relativa.

Considerações finais

Rememorando os 20 anos da implantação do AI-5 no Brasil, fato que marca o início do terror institucionalizado, pudemos ver distintas maneiras em que o ato se fez presente na memória de algumas pessoas que vivenciaram o período. Além disso, notamos que, em linhas gerais, as reportagens dos jornais *Folha de Londrina* e *O Estado do Paraná*, tentaram colocar o AI-5 como um



processo que resultou em saldo negativo na história do nosso país, apesar do tom moderado em relação ao papel dos líderes militares e de dar espaço para interpretações divergentes sobre o que teria motivado a promulgação do ato. Logo após a queda do Ato, temos uma tentativa, por parte dos militares e seus apoiadores, de reafirmar a ideia de que tratou-se de uma fase da “revolução”, algo planejado, assim como a violência perpetrada, que teria como objetivo garantir uma suposta normalidade democrática, mesmo que sob o custo de 21 anos de arbítrio. Ao tratar da memória, consideramos que, mesmo os jornais tendo buscado condenar as práticas violentas que se deram após o AI-5, ao menos parcialmente, o efeito e alcance das reportagens competem com memórias pessoais e outras narrativas difundidas na sociedade por diferentes canais.

No material analisado percebemos um foco maior no contexto social e político que teria originado o AI-5, e poucas menções às arbitrariedades provocadas pelo ato, com exceção de algumas memórias de indivíduos que passaram por situações traumáticas ou perderam pessoas próximas. Ao abordar com maior ênfase o período que antecedeu o ato, há um discurso que, parcialmente, atrela a violência militar a uma reação às ações da esquerda, fato que contribui com a formação de um entendimento distorcido sobre o papel da resistência até os dias atuais, e que acaba por criminalizá-la. Concordando com o apontamento de Maria Helena Capelato (2006, p. 69), de que “a memória é uma construção sempre retroativa”, as falas recorrentes no sentido de que os militares “atenderam ao pedido” da população em 1964 parecem ter sido bem difundidas, visto que se cristalizaram na memória de parte da sociedade, que acredita ser o comunismo o grande inimigo da nação.

Já nos relatos sobre as expectativas de futuro do país, temos um aparente tom conciliatório mesclado com esperança e medo. Isso em razão do temor pelo retorno dos militares ao poder, e de que os mesmos pudessem retroceder no processo de abertura caso se sentissem ameaçados. O espaço utilizado para expor as percepções sobre o futuro, mesmo que se mostrem relevantes para o momento, acaba por ocultar e silenciar o passado, com todas as formas de atuação dos mecanismos de repressão utilizados pelos militares, assim como as diversas violações de direitos, mortes e toda violência perpetrada no período. Os problemas mal resolvidos no passado, bem como a interdição da memória, tiveram como resultado uma limitação e distorção dos ideais democráticos no presente, e uma democracia construída sob bases frágeis, que vive sobre ameaças e retrocessos.



Tanto no início de 1979 quanto no fim de 1988, temos a forte marca da violência presente nos discursos, e a intensa presença dos militares, mesmo que em 1988 os mesmos já estivessem afastados oficialmente do poder – ou apenas tenham passado para o fundo do palco (CODATO, 2005). A punição que em 1979 parte da oposição esperava que os militares tivessem, mas não receberam, pode ter se tornado, em 1988, motivo de maior receio, já que confirmou-se a impunidade, e isso poderia fomentar novas ações de cunho violento e novos excessos. O horizonte estava turvado com o sangue derramado no passado, e por mais esforço que se fizesse, tais cicatrizes ainda permaneceram como lembranças do arbítrio que poderia voltar à cena.

Referências

A LONGA noite dos generais: os tempos do AI-5 estão presentes na memória de quem os vivenciou, na direita ou na esquerda. *Folha de Londrina*, Londrina, 13 dez. 1988.

ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. *In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula Nascimento; FERREIRA, Marieta De Moraes; QUADRAT, Samantha Viz (org.). Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas.* Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 201-244.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319/2719>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. *In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula Nascimento; FERREIRA, Marieta De Moraes; QUADRAT, Samantha Viz (org.). Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas.* Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-273.

ARQUIVO NACIONAL. *Serviço Nacional de Informações*. ACT-ACE 482. Brasília: Arquivo Nacional, 22 maio 1980.

ARQUIVO NACIONAL. *Serviço Nacional de Informações*. ACT-ACE 1336. Brasília: Arquivo Nacional, 24 ago. 1981.



ARQUIVO NACIONAL. *Serviço Nacional de Informações*. ACT-ACE 7947. Brasília: Arquivo Nacional, 19 dez. 1988.

BAUER, Caroline Silveira. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 121-145, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/35948/18569>. Acesso em: 2 out. 2021.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 191-A, p. 1-32, 05 out. 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Emenda Constitucional n. 11, de 13 de outubro de 1978. Altera dispositivos da Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 16713, 17 out. 1978.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 11017, 27 out. 1965.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 12265, 28 ago. 1979.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da ditadura militar Argentina: um desafio para a História. *Clio*, Recife, v. 24, n. 1, p. 61-81, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24758/20032>. Acesso em: 30 dez. 2022.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 83-106, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7074>. Acesso em: 21 set. 2022.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o



livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/SXsL7dJ66LNpS5r3GCd638p/>. Acesso em: 21 set. 2022.

CORREIO de Notícias, Curitiba, 3 jan. 1979.

DIÁRIO do Paraná, Curitiba, 31 dez. 1978.

DIÁRIO do Paraná, Curitiba, 3 jan. 1979a.

DIÁRIO do Paraná, Curitiba, 19 jan. 1979b.\

DIÁRIO do Paraná, Curitiba, 20 jan. 1979c.

DIÁRIO do Paraná, Curitiba, 21 jan. 1979d.

DREIFUSS, René Armand. *1964 a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERREIRA, Lucia Maria Alves. Uma memória da normatização da conduta feminina na imprensa. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 57-71.

FICO, Carlos. Violência repressão e sociedade. In: FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 61-87.

FOLHA de Londrina, Londrina, 4 jan. 1980.

FOLHA de Londrina, Londrina, 13 dez. 1988.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 177-186.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/105>. Acesso em: 18 jul. 2022.

LE MOS, Renato. Poder judiciário e poder militar (1964-69). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de



Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 409-436.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. História, política e mídia no Brasil em redemocratização. In: GONÇALVES, Janice (org.). *História do tempo presente: oralidade, memória, mídia*. Itajaí: Casa Aberta, 2016. p. 59-76.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. In: LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *História nas bancas de revistas: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016. p. 25-47.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018109>. Acesso em: 30 set. 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NOGUEIRA, Humberto Fernandes. Imprensa e ideologia: o jornal Folha de Londrina e os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais em Londrina e região na década de 50. *Mediações*, Londrina, v. 4, n. 2, p. 7-18, 1999. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9267>. Acesso em: 21 mar. 2022.

O ESTADO do Paraná, Curitiba, 11 dez. 1988.

PAES, Gustavo Josué Simoni. Religião, constituição e impresso: a representação do ensino religioso no jornal Correio de Notícias durante os anos de 1985-8. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 10., 2021, Aracaju. *Anais [...]*. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2021. p. 1-15.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/NcJrcx93VSTVnnQnHVGXLYf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.



REIS, Daniel Aarão. A Constituição cidadã e os legados da ditadura. *Locus*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 277-297, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20879/22392>. Acesso em: 5 out. 2022.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/gCspSTyRTXfzXNb6mzXND3D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2022.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/941>. Acesso em: 22 mar. 2022.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Silêncios da ditadura. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 37-46, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/17393/13255>. Acesso em: 20 set. 2022.

TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979. *Idéias*, Campinas, n. 1, p. 71-93, 2010.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Rio de Janeiro: UNIPOP, 2012.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 333-358, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/PzdRcXh8sFjzDkzL9kBsdqr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

Notas

¹Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC). Professor colaborador do Departamento de História da UNESPAR, campus de Campo Mourão. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3878-4029>.

²Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi eleito em janeiro de 1985, mas veio a falecer em abril de 1985, tendo sido internado antes



mesmo de sua posse. Em seu lugar, assumiu José Sarney, eleito pelo mesmo partido para o cargo de vice-presidente e que governou o país até o início de 1990. Sarney, apesar de civil, havia apoiado desde 1964 o regime militar, foi um dos líderes da Arena e um dos fundadores do Partido Democrático Social (PDS) após o fim do bipartidarismo. Apenas em 1985 migrou para o PMDB.

³O termo “argentinização”, também chamado de “síndrome de Alfonsín”, em referência ao então presidente da Argentina que estava liderando a transição política daquele país, trata de possíveis movimentações por parte do Estado, de membros da esquerda e das vítimas da violência repressora da ditadura que pudessem resultar em punição aos militares brasileiros (BAUER, 2014). Isto pois, na Argentina, durante o período de redemocratização, vários militares foram julgados, condenados e presos por seus crimes cometidos durante os anos de ditadura.

⁴A promulgação do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965 (BRASIL, 1965), extinguiu os partidos políticos e colocou fim ao pluripartidarismo, em vigência desde 1945. Com isso, foram criados dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo o primeiro a base política de apoio ao governo e o segundo o partido opositorista – uma oposição controlada, vale salientar.

⁵Na cidade de Curitiba, a movimentação foi rebatizada de “Marcha a favor do ensino livre”, com um aceno às liberdades individuais e aos valores liberais, diferente das demais capitais, em que o apelo religioso, de cunho conservador, esteve presente de modo mais incisivo nas passeatas (CODATO; OLIVEIRA, 2004).

⁶Para maior compreensão sobre a atuação destes organismos, ver: Dreifuss (1987).

A historicidade do “IV Reich”:
os usos do conceito desde a
Alemanha nazista até os dias
de hoje

La historicidad del “IV Reich”:
los usos del concepto desde
la Alemania nazi hasta
nuestros días

Marcos Eduardo Meinerz¹



ROSENFELD, Gavriel. *O Quarto Reich: da Segunda Guerra Mundial aos dias de hoje, a ameaça do fantasma do nazismo e o avanço da extrema direita autoritária*. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

Gavriel Rosenfeld é professor de História na *Fairfield University* (EUA). Desde o começo do século XXI, tem publicado um vasto material sobre o *III Reich*, o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial. Entre suas obras mais famosas estão *The world Hitler never made* (O mundo que Hitler nunca criou) de 2005, e *Hi Hitler! How the nazi past is being normalized in contemporary culture* (Hi Hitler! Como o passado nazista está sendo normalizado na cultura contemporânea) de 2015. Em ambos os livros, o autor trabalha com a história contrafactual – com narrativas “e se?” sobre o *III Reich*. Com o foco de suas análises na memória, em ambos os livros, o autor atribui à cultura popular, especialmente ao gênero da história alternativa (contrafactual), a capacidade de fornecer *insights* importantíssimos sobre a dinâmica da memória.

Durante grande parte do período do pós-guerra, a era nazista foi observada moralmente como um período excepcional da história, diferente de todos os outros. Contudo, Rosenfeld afirma que desde as duas últimas décadas do século XX e no início deste milênio essa visão está sendo “desafiada” por uma poderosa onda de normalização. Nos dois livros citados, o autor mapeia essa tendência internacional examinando as múltiplas representações do passado nazista na vida intelectual e cultural do ocidente contemporâneo. Concentrando-se em trabalhos de erudição histórica, romances populares, histórias contrafactuais, filmes e sites da internet, ele identifica mudanças na representação da Segunda Guerra Mundial, do Holocausto e da figura do próprio Adolf Hitler ao longo do tempo. Ao explorar as origens dessas obras e avaliar as controvérsias que elas provocaram, ambos os livros fornecem uma importante contribuição sobre a mudança de *status* do passado nazista na memória ocidental. Ao longo das suas pesquisas para esses estudos, Rosenfeld se deparou com muitas obras de literatura, cinema e televisão que “imaginavam nazistas do pós-guerra tentando voltar ao poder e estabelecer um ‘Quarto Reich’” (ROSENFELD, 2022, p. 9). Na época, o autor afirma que não refletiu com maior profundidade sobre esse cenário, pois ele estava mais voltado para o que ainda poderia acontecer no futuro, do que para o que poderia ter acontecido no passado. Contudo, na última década, Rosenfeld percebeu que o termo começou a ser empregado com maior recorrência em vários âmbitos da sociedade e com objetivos variados: analistas

Marcos Eduardo Meinerz
A historicidade do “IV Reich”: os usos do conceito
desde a Alemanha nazista até os dias de hoje



políticos europeus acusando a chanceler alemã, Angela Merkel, de tentar impor um *IV Reich* sobre a Europa ao forçar outros países da União Europeia a adotar medidas de austeridade; ativistas políticos de esquerda rotulando o governo israelense como um *IV Reich* devido às suas ações militares na Faixa de Gaza e no Líbano; e analistas políticos estadunidenses alarmando que o presidente Donald Trump estava ameaçando instalar um *IV Reich* nos Estados Unidos.

O fato de críticos das mais variadas correntes estarem articulando seus medos políticos de um modo muito polêmico, levou-o a pesquisar as origens do Quarto Reich enquanto um conceito nesse livro aqui resenhado. Em um nível mais básico, o Quarto Reich é um símbolo linguístico que emprega descrição ou sugestão para comunicar algum tipo de significado relativo à alguma entidade externa. É também uma metáfora usada em sentido figurado para representar outra coisa. É um significante retórico que emprega uma expressão que prende a atenção com o objetivo de informar e persuadir. Pode ser aspiracional ou oposicional, positiva ou negativa, reformulando ideias sociais e políticas complexas em termos mais simplificados. Ao fazer isso, segundo Rosenfeld, “um *slogan* forja solidariedade entre pessoas de diferentes pontos de vista políticos, dando-lhes uma ideia comum em torno da qual se reunir” (ROSENFELD, 2022, p. 19), ao mesmo tempo que pode provocar oposição de grupos cujos membros possuem crenças diferentes. Este é o primeiro mérito de Rosenfeld no livro: analisar o Quarto Reich enquanto um conceito, focando suas análises na sua historicidade e traçando a sua história, os seus usos e abusos, desde a Alemanha nazista até os dias atuais.

O segundo mérito, foi analisar que o seu uso no mundo pós-guerra reverberou o medo de um possível retorno nazista ao poder e que esse medo foi uma presença constante na vida política, intelectual e cultural do Ocidente. Segundo Rosenfeld, é importante reavaliar como gerações passadas responderam a seus próprios medos analisando a história de “um pesadelo que nunca aconteceu – a criação de um Quarto Reich” (ROSENFELD, 2022, p. 12.)

Uma das primeiras intelectuais a dar atenção às paixões, aos medos, aos sentimentos e às sensibilidades no atuar político foi Hannah Arendt. Segundo Marionilde Brepohl de Magalhães (2010), quando a maioria dos historiadores interpretava os processos históricos como exclusivamente movidos pelo pensamento organizado, a que denominava ideologia ou utopias, Arendt colocou em evidência sentimentos coletivos que se cristalizavam no antissemitismo, no racismo e na adoração ao líder, acontecimentos tão ou mais importantes que ideias, doutrinas e instituições.



Tempos depois, os historiadores franceses Raoul Girardet e Pierre Ansart resgataram e aprofundaram os métodos e abordagens que contemplassem os sentimentos na política. De acordo com Magalhães (2010, p. 30),

outrora considerados pelos historiadores com sintomas de desnorreamento coletivo ou ainda, como um conjunto de reações violentas e passionais típicas das camadas subalternas, a partir destes autores, o estudo dos sentimentos e das sensibilidades como um novo lugar para a História tem se consolidado cada vez mais, justificado, por um lado, por razões epistemológicas, e por outro lado, pela experiência mesma com os acontecimentos contemporâneos: os ódios públicos, as paixões revolucionárias, o fenômeno do engajamento, os mitos de unidade irracionais, tão decisivos na ação política quanto as sociabilidades entretecidas a partir do pensamento organizado. Assim, tais fatores exigem uma investigação que dê conta de analisar as diferentes maneiras de sentir, bem como de eliminar a rígida dicotomia entre o sentir e o pensar.

É a partir destas percepções que Rosenfeld é merecedor de crédito, uma vez que estudar o imaginário do Quarto Reich ajuda a perceber que os medos, as incertezas, a insegurança e os temores do pós-guerra de um possível retorno dos nazistas ao poder também se baseavam em perigos reais, que poderiam ter se concretizado se as circunstâncias tivessem sido, segundo ele, um pouco diferentes.

Outra questão que Rosenfeld coloca como central em suas análises é a memória. Pesquisar os usos do conceito "Quarto Reich" na vida política, cultural e intelectual do Ocidente no pós-guerra, ajuda a compreender como as pessoas recordam os doze anos da história do *III Reich* de uma forma não apenas passiva, mas também empregando essas memórias de forma ativa para moldar o futuro. Isso significa que o medo de um retorno nazista ao poder motivou iniciativas públicas para impedir que essa possibilidade viesse a se concretizar.

O medo estimulou as pessoas a impedir um renascimento do nazismo não só na Alemanha, mas em qualquer outra parte do mundo. No decorrer da era pós-guerra, o Quarto Reich foi universalizado como um significante global de ressurgimento do nazismo e do fascismo. No processo, a ideia funcionou como uma



profecia de volta automática ao passado. Ao inspirar, no entanto, a vigilância popular, sua existência no reino das ideias impediu sua concretização na realidade (ROSENFELD, 2022, p. 16).

O livro “O Quarto Reich” está dividido em duas partes, cada qual com três capítulos. A primeira parte foca nas origens do termo Quarto Reich na Alemanha e no seu impacto sobre o país no começo da década de 1930 até o início da década de 1950. No primeiro capítulo Rosenfeld analisa como a ideia de um Quarto Reich emergiu com um caráter antinazista entre vários grupos da resistência alemã que o evocavam: judeus-alemães exilados, cristãos, socialistas, oficiais conservadores da *Wehrmacht* e renegados nacional-socialistas. Por causa dessa mobilização o governo nazista tentou eliminar o conceito da circulação pública, fato que o levou a ser encarado como um signifiante progressista que se colocava do lado “certo” da história, além de levar os britânicos e estadunidenses a olhá-lo como símbolo esperançoso de uma futura Alemanha democrática. O conceito, portanto, representava um Estado pós-nazista ligado a valores humanistas e guiado pelo Estado de direito. Essa perspectiva se modificou com a aproximação do final da Segunda Guerra Mundial, quando o medo de que nazistas estivessem entrando na clandestinidade com o objetivo de resistir às forças aliadas, transformou o conceito em um símbolo de advertência contra o fanatismo nazista. A ideia do Quarto Reich ficou, dessa forma, associada a um risco futuro: um possível retorno nazista ao poder.

No segundo capítulo, Rosenfeld aborda o período da ocupação aliada da Alemanha entre os anos de 1945 a 1949, analisando como oficiais militares estadunidenses e britânicos, jornalistas, grupos da sociedade civil, literatos e cineastas advertiram sobre a possibilidade da formação do Quarto Reich se as forças aliadas não expurgassem o nazismo de todas a vida alemã. Esse medo não era infundado, uma vez que, durante esse período, militantes nazistas tentaram derrotar a ocupação aliada para reviver o *Reich*: entre 1944-1946, houve a sublevação *Werwolf*; entre 1945-1946, houve a tentativa de golpe comandada por Artur Axmann, da Juventude Hitlerista; e entre 1946 -1947, tivemos a conspiração do *Deutsche Revolution* (Revolução Alemã) liderada por veteranos da SS e da *Wehrmacht*. Ou seja, “o esforço persistente de nazistas inveterados para minar a ocupação, impedir a criação de uma democracia estável e planejar um retorno ao poder revelava que o nazismo havia sobrevivido na era pós guerra” (ROSENFELD, 2022, p. 134). Por isso, Rosenfeld afirma que esse período de ocupação foi muito vulnerável e que graças a exemplos decisivos de



intervenção aliada, como a Operação Berçário e a Operação Comitê de Seleção, a ameaça nazista havia sido neutralizada.

No terceiro capítulo, intitulado “O Quarto Reich vira à direita: renazificando a Alemanha nos anos 1950”, o autor explora como os movimentos de resistência nazista persistiram após a criação da República Federal da Alemanha em 1949, intensificando os temores de um retorno nazista ao poder na Europa. Nesse período, ex-nazistas estavam se articulando para formar novos partidos políticos e planejar conspirações para voltar ao poder. Esse novo “ativismo de direita” levou muitos críticos a afirmar que existia um esforço nazista para substituir a nova democracia da Alemanha Ocidental por um Quarto Reich. Essa mobilização provocou um debate mais amplo sobre até que ponto a República Federal estava de fato correndo o risco de ser renazificada. Para Rosenfeld, contudo, quando analisamos a partir dos dias de hoje, podemos reiterar que os alarmistas exageraram sobre o perigo que a renazificação representava para o país, mas isso não significou que o debate à época sobre esse risco tenha sido inútil. Ao demonstrar preocupação de que a República Federal estava se tornando renazificada, analistas estrangeiros mantiveram o povo alemão atento, deixando claro que se os alemães se mostrassem relutantes em confrontar o passado nazista, a opinião pública estrangeira faria com que se lembrassem dele. “Para observadores estrangeiros, a memória era uma apólice de seguro” (ROSENFELD, 2022, p. 195).

A segunda parte do livro abrange os anos de 1960 até o presente e examina como a ideia de um Quarto Reich se difundiu para além da Alemanha, mas acabou retornando a ela. O quarto capítulo descreve como o medo de um retorno do nazismo na Alemanha e em outras partes do mundo foi revivido devido a uma série de eventos: a captura pelo Mossad israelense de Adolf Eichmann na Argentina, em maio de 1960, redirecionando a atenção do mundo para os crimes nazistas contra os judeus; a eclosão da “Epidemia da Suástica” entre 1959 e 1960; a ascensão do Partido Nacional Democrático (NPD) de extrema-direita entre 1964 a 1969; nos Estados Unidos da década de 1960, a ascensão do Partido Nazista Americano, a reação racista contra o Movimento pelos Direitos Civis, a escalada da guerra do Vietnã e o comportamento escandaloso do governo Nixon levaram muitos norte-americanos da esquerda liberal a declarar que um Quarto Reich estava surgindo na América. À medida que se tornou cada vez mais um assunto de interesse público, o passado nazista passou a servir de referência para avaliar problemas de outros países, em especial dos Estados Unidos. Ou seja, muitos começaram a temer que sua própria nação



estivesse se tornando fascista e “para resumir esse medo, invocavam o conceito retoricamente poderoso de um Quarto Reich” (ROSENFELD, 2022, p. 233).

Rosenfeld, no quinto capítulo, afirma que ao universalizar o seu significado, as declarações sobre um possível Quarto Reich fora dos domínios da Alemanha desempenharam um importante papel na normalização do conceito. Processo que foi promovido também pela sua estetização na cultura popular. Ao longo da década de 1970, o medo de um retorno nazista ao poder foi transformado em uma fonte de entretenimento de massa por obras de literatura, quadrinhos, cinema e televisão. Esses relatos ficcionais sobre o Quarto Reich sinalizaram uma ruptura, cada vez maior, na memória do passado nazista, mas que, por outro lado, refletiam um apoio popular à lembrança. Ou seja, essas narrativas presentes em romances, filmes e programas de TV sobre uma conspiração para formar o Quarto Reich alertavam o mundo para que os crimes nazistas não fossem esquecidos, pois insistiam em representar os nazistas não apenas como vilões vencidos de uma era passada, mas uma ameaça permanente. Contudo, a proliferação dessas narrativas na esfera pública refletia, cada vez mais, a normalização da memória sobre era nazista. Gradualmente os nazistas passaram a ser usados como vilões convenientes em aventuras genéricas, o que acabou os isolando de seu contexto histórico mais profundo e os transformando em significantes genéricos de bandidagem. Ou melhor, como símbolo, o epítome do mal.

Aqui cabe uma reflexão importante. Para grande parte da cultura ocidental de hoje, a representação de Hitler e dos nazistas como manifestação ontológica do mal se tornou completamente naturalizada. Se “mal” é concebido como um substantivo (e assim como uma coisa) atribuímos-lhe uma essência ontológica própria. É então dizer que existe objetivamente e se manifesta em diferentes trajes, seja em Satã ou em Hitler. Satã faz certas coisas por que ele é mau. E Hitler (e os nazistas), nessa perspectiva, não parece ser moldado por forças ideológicas, culturais, e históricas específicas, mas alguém que cometeu seus crimes por sua essência maligna. O recurso ao mal, assim, substitui a explicação ideológica por uma explicação ontológica da realidade, no qual o nazismo só existiu por causa da sua maldade.

A representação dos nazistas na cultura popular ocidental, principalmente nas produções estadunidenses, diz mais sobre esta cultura, seus desejos e ansiedades, do que da própria história da Alemanha. O líder nazista é utilizado para confirmar os valores aparentemente naturais dos Estados Unidos, insistindo na diferença essencial entre a bondade americana e a maldade dos nazistas.



A alteridade é a função cultural dominante dessas narrativas, perpetuando a imagem do nazismo como o epítome do mal. Nesse sentido, as histórias ficcionais sobre o *III Reich* (incluindo sagas de guerra, contos e espionagem, formação de um Quarto Reich na América do Sul, mistérios de assassinatos e histórias de terror – utilizando violência, sexo, fraude, traição, intriga e conspiração) refletem como a era nazista tem sido memorizada/lembrada na sociedade ocidental do pós-guerra. Essas histórias, seja em forma de romances *best-sellers*, filmes, ou programas de televisão, alcançam milhões de leitores e telespectadores, moldando a consciência histórica popular a uma extensão muitas vezes maior que os estudos produzidos por historiadores profissionais.

No sexto e último capítulo, Rosenfeld demonstra como, a partir da década de 1990 e continuando após a virada do milênio, o conceito do Quarto Reich voltou a ser utilizado para abordar temas e preocupações políticas da Alemanha. Foi foco de grande atenção entre os anos de 1989 a 1994, quando a perspectiva da unificação alemã e a erupção do neonazismo trouxe temores de que a Alemanha estivesse revivendo um novo *Reich*. Analistas europeus ficaram preocupados e expressaram o medo de que o país estivesse tomando um rumo à direita do espectro político, “talvez neonazista. Algumas colocações se apoiavam em preocupações legítimas, visto que intelectuais alemães de direita mostravam empenho em teorizar sobre a base política de um futuro Quarto Reich” (ROSENFELD, 2022, p. 35). Tais preocupações se dissiparam nos primeiros anos do século XXI, mas voltaram à tona após 2008, quando eclodiu a crise financeira mundial. Em ambos os períodos, o medo da formação de um Quarto Reich se manifestou de modos diferentes. O seu significado oscilou entre duas visões: a de um Estado neonazista na linha do *III Reich* de Hitler, e a de um superpoder econômico usando a União Europeia para tentar impor uma ordem hegemônica à Europa.

Para concluir, desde que o conceito do Quarto Reich surgiu, ele prosperou como um *slogan* metafórico para indicar um perigo atual ou futuro. Utilizar o conceito como manchete de reportagens jornalísticas ou em cartazes de protestos, ajudou ativistas e políticos a chamar a atenção para suas agendas mais específicas. De fato, o conceito tem o potencial de uma palavra de ordem não só para mobilizar adversários, mas também apoiadores, da extrema-direita mundial. A historicidade do Quarto Reich é a de um paradoxo ontológico. Ele nunca se tornou realidade, mas nunca desapareceu. Como afirma Rosenfeld, recorre a memórias de um passado traumático, mas expressa o medo e a insegurança de um futuro desconhecido.



Para quem se interessa sobre a história do *III Reich* e, em particular, o seu legado, a obra de Rosenfeld é de grande relevância ao traçar a historicidade de um conceito que, aparentemente, tinha sido relegado à história contrafactual ou “história alternativa”. Trabalhar academicamente o termo enquanto conceito nos abre um campo recheado de possibilidades historiográficas para analisar a relação do nazismo com a cultura popular. Ou seja, o livro “O Quarto Reich” auxilia a compreensão de como Hitler e o *III Reich* estão sendo lembrados e memorizados quase oitenta anos após o final da Segunda Guerra Mundial.

Referências

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo 1880/1945*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

ROSENFELD, Gavriel. *O Quarto Reich: da segunda guerra mundial aos dias de hoje, a ameaça do fantasma do nazismo e o avanço da extrema direita autoritária*. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

Notas

¹Universidade Federal do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0105-8808>.

Marcos Eduardo Meinerz
A historicidade do “IV Reich”: os usos do conceito
desde a Alemanha nazista até os dias de hoje